

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LÍVIA AMARANTE GALLO

***A AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA
HISTÓRIA NOS ESTADOS UNIDOS, 1884-1915***

SÃO LEOPOLDO/RS

2023

LÍVIA AMARANTE GALLO

***A AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA
HISTÓRIA NOS ESTADOS UNIDOS, 1884-1915***

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez

São Leopoldo

2023

LÍVIA AMARANTE GALLO

**A AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA
HISTÓRIA NOS ESTADOS UNIDOS, 1884-1915**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Aprovada em 01 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Arthur Lima de Avila – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dra. Marluza Marques Harres – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Wagner Geminiano dos Santos – Universidade Federal de Ouro Preto

G172a Gallo, Livia Amarante.
A American Historical Association e a profissionalização da história nos Estados Unidos, 1884-1915 / Livia Amarante Gallo. – 2023.
334 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.
“Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez.”

1. American Historical Association. 2. História institucional da historiografia. 3. Historiografia norte-americana. 4. Profissionalização da história. I. Título.

CDU 93/98

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001.

Agradeço à CAPES pela concessão das bolsas PROSUC e PDSE, sem as quais não teria sido possível a realização desta tese.

AGRADECIMENTOS

A finalização da escrita da tese encerrou não apenas o período de quatro anos de doutorado, mas de dez anos de estudos para que eu me tornasse historiadora. De modo inevitável, surgiu um sentimento de nostalgia por tudo o que passei nesse período e de gratidão imensa a todas e todos que fizeram parte dessa caminhada.

Ao meu querido orientador, Hernán Ramiro Ramírez, que me recebeu com muito carinho quando cheguei à Unisinos, nesses quatro anos foi um leitor atento dos meus textos e me ajudou a conseguir a bolsa para estudar nos Estados Unidos como se fosse para ele mesmo. Muito obrigada por tudo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, por ter acolhido o meu projeto de pesquisa em 2019 e ter proporcionado todas as condições para que ele fosse realizado. Agradeço a todos os professores do programa, em especial às professoras Ana Paula Korndörfer, Deise Schell e Maria Cristina Bohn, com quem muito aprendi nos seminários de pesquisa.

Também aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que fizeram parte da minha formação, em especial ao Cesar Guazzelli, que por seis anos foi meu orientador. Sou grata pelos cafés conversantes no Chics, por ter me incentivado a pesquisar, por não ter deixado que eu desistisse da história nos idos de 2016 sob ameaças de nunca mais falar comigo e por ter sido um orientador amoroso que sempre tratou os seus pupilos com muito carinho; aos professores Temístocles Cezar, Benito Schimidt e Fernando Nicolazzi, por terem me feito amar a teoria da história.

Agradeço aos professores que aceitaram fazer parte da banca: ao professor Júlio Bentivoglio, que fez importantes apontamentos à pesquisa no Seminário de Teoria e História da Historiografia de 2022; ao professor Wagner Geminiano, cuja tese dedicada à disciplinarização da história no Brasil foi fundamental para que eu refinasse o olhar sobre a profissionalização nos Estados Unidos; à Marluza Harres, cujas contribuições na qualificação foram essenciais para o término da pesquisa, mas não somente isso: serei eternamente grata por ter me orientado no estágio docente em 2020, etapa de minha formação que lembro com imenso carinho porque, mesmo em meio às angústias da pandemia, divertimo-nos muito no preparo e na realização das aulas; ao Arthur Avila, por ter sido quem me levou a querer estudar história dos Estados Unidos, ainda no primeiro ano de graduação, e por ter feito parte de todas as bancas

da minha vida, tendo sido a figura que mais direcionou os caminhos dos meus estudos ao longo desses dez anos.

Nos Estados Unidos, agradeço ao François Furstenberg, por ter me recebido tão bem na Johns Hopkins e por ter sido um grande amigo quando estive por lá, mais preocupado com o meu bem-estar do que com a pesquisa propriamente dita; aos funcionários da Biblioteca do Congresso com quem convivi diariamente por seis meses, em especial ao Petrick Kerwin; à professora Dorothy Ross, que deu direcionamentos valiosos para este estudo; aos amigos Achinoam Bentov, Ibanca Anand, Jacob Bruggeman, Laura Konisel e Luyao Lau, sem os quais o sanduíche teria sido muito dolorido e solitário; e às amigas brasileiras Augusta Silveira e Martha Tarrago, com quem tive o mais perfeito Natal americano, e Eduarda Dutra e Camila Pierobon. Obrigada por terem contribuído para que eu me sentisse em casa.

Ao longo desses dez anos, fiz inúmeros amigos que carrego no coração, que fizeram desse duro caminho de formação um caminho feliz. Agradeço ao Thiago Medeiros, de quem fui inseparável durante a graduação; ao Gabriel Gonzaga, Jacson Shwengber e Allana Teixeira, pela amizade e conversas sobre teoria regadas à cerveja; em especial ao Vicente Detoni, que foi o grande presente que a história me deu. Convivemos por apenas um ano durante o mestrado e nunca deixamos de fazer parte da vida um do outro. Vi, a nossa amizade prova que amores a distância são possíveis!

Agradeço às pessoas que me ajudaram na graduação e tornaram possível que eu estudasse em Porto Alegre: à tia Olga Gallo e à Maria Verônica Scherer, por terem me recebido com tanto amor em suas casas; ao Mathias Scherer, que foi parte importante dessa caminhada; ao Luiz Carlos Dias, que por anos tem sido uma figura constantemente presente na minha vida, escutando-me com carinho e atenção e me ajudando a tomar as melhores decisões.

Não menos importante, agradeço à minha família. Ao meu amor, Rodrigo Costa, que participou do doutorado desde a escrita do projeto – eu também poderia agradecer ao doutorado, que foi a desculpa para que fôssemos morar juntos. Agradeço por ser meu companheiro, por ter me incentivado a ir aos Estados Unidos mesmo sabendo que não seria fácil ficar e por nunca ver problemas ou dificuldades, somente soluções. Aos meus pais, Olenka Amarante e Lívio Gallo, porque incutiram em mim o amor pelos estudos. Lembro-me de sempre ouvi-los afirmando que eu crescería e estudaria, e chegou um momento em que esse sonho passou a ser meu. Quando, nos idos de 2010, decidi que queria ser historiadora, tive o privilégio de ser aluna do Pompilio Locks, que me mostrou o caminho para alcançar esse objetivo, e por isso serei eternamente grata. Agradeço a vocês por terem sonhado comigo, e a música que considero a

mais brega do mundo nunca fez tanto sentido: “Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha, mas sonho que se sonha junto é realidade”.

Por fim, agradeço ao Herbert Baxter Adams, ao Clarence A. Bowen, ao A. Howard Clark, ao J. Franklin Jameson, ao Frederick Jackson Turner, ao Waldo G. Leland, ao Albert Bushnell Hart e a todos os outros homenzinhos do Conselho da *American Historical Association* que estiveram comigo ao longo desses quatro anos de pesquisa (me desculpem se esqueci algum!). Aprendi a respeitar o trabalho que prestaram ao campo da história, lutando para que ele existisse em um país em que o Estado-nacional não estava muito interessado em promover o seu desenvolvimento. Além disso, foram uma ótima companhia durante todo o meu doutorado, principalmente durante os gélidos e solitários meses de trabalho na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso.

Foi um imenso prazer estudá-los, e eu só posso dizer que já sinto saudades.

RESUMO

A *American Historical Association* (AHA) foi fundada em 1884 para ser uma associação profissional dedicada ao avanço dos estudos históricos nos Estados Unidos e, desde os seus primeiros dias, atuou em função da conquista das condições para que as atividades em história (pesquisa, ensino e gestão de documentos) pudessem ser realizadas profissionalmente. Diferente do que ocorria em outras nações, em que a história também era transformada em campo científico, os historiadores americanos não puderam contar com grande envolvimento do poder público federal para que os meios básicos para a sua realização (como as políticas de preservação de documentos históricos) fossem garantidos. Os anos abrangidos por este estudo foram de constituição da AHA como principal agente promotor das condições para que as profissões em história fossem viáveis, em um primeiro momento, através da busca ativa por alianças com o governo federal e, em um segundo, tomando para si as iniciativas para que isso ocorresse. Cada um desses meios correspondeu a uma concepção sobre que tipo de historiador deveria ser valorizado naquele microcosmo, se os diletantes ou os disciplinados, de modo que os seus primeiros 31 anos foram de disputas entre defensores de cada uma dessas posições sobre o controle da associação e, conseqüentemente, sobre a política que guiaria as suas ações.

Palavras-chave: história institucional da historiografia; historiografia norte-americana; *American Historical Association*; profissionalização da história.

ABSTRACT

The American Historical Association (AHA) was established in 1884 as a professional association dedicated to the advancement of historical studies in the United States. Since its early days, the AHA has worked towards achieving the conditions for the professional practice of history, including research, teaching, and document management. Unlike in other nations where history was also being recognized as a scientific field, American historians faced challenges in obtaining federal government support for basic resources, such as historical document preservation. This study encompasses the period when the AHA emerged as the main promoter of the necessary conditions for viable careers in history. Initially, they actively sought alliances with the federal government, and later took the initiative in creating those conditions themselves. Each approach reflected a different conception of the valued historian within that microcosm – whether dilettantes or disciplined, so that the association's first 31 years were marked by disputes between advocates of each position, struggling for control of the association and the policies guiding its actions.

Keywords: institutional history of historiography; American Historical Association; professionalization of history; North American historical enterprise.

Lista de siglas:

AAAS – *American Academy of Arts and Sciences*

AEA – *American Economic Association*

AHA – *American Historical Association*

AHR – *American Historical Review*

ANPUH – Associação Nacional de História

APS – *American Philosophical Society*

APSA – *American Political Science Association*

ASSA – *American Social Science Association*

CIW – *Carnegie Institution of Washington*

DHR – *Department of Historical Research*

HSW – *Historical Society of Wisconsin*

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

JHU – *Johns Hopkins University*

MVHR – *Mississippi Valley Historical Review*

NCSS – *National Council of Social Studies*

NEA – *National Education Association*

PPG – Programa de Pós-Graduação

SAA – *Society of American Archivists*

SI – *Smithsonian Institution*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A HISTÓRIA NO ESTEIO DA ORGANIZAÇÃO DISCIPLINAR DO CONHECIMENTO	58
2.1 HISTORIOGRAFIA DILETANTE E AS CONTINGÊNCIAS QUE POSSIBILITARAM A DISCIPLINARIZAÇÃO	58
2.2 DISCIPLINARIZAÇÃO DA HISTÓRIA NOS ESTADOS UNIDOS	71
3 A ESTRUTURA DO CAMPO, 1884-1915	89
3.1. A FUNDAÇÃO DA <i>AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION</i>	89
3.2 SE MAOMÉ NÃO VAI ATÉ A MONTANHA.....	99
3.3 PRESIDENTES DA <i>AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION</i> : DO CAPITAL POLÍTICO AO CAPITAL CIENTÍFICO	104
3.4 A COMPOSIÇÃO DA <i>AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION</i> PARA ALÉM DE SEUS PRESIDENTES	124
4 A <i>AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION</i> COMO SOCIEDADE ERUDITA, 1884- 1895	140
4.1 TUBARÕES E LOCAL DOS ENCONTROS.....	140
4.2 A <i>AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION</i> BUSCA O ESTADO: CARTA DE INCORPORAÇÃO AO CONGRESSO E ASSOCIAÇÃO À <i>SMITHSONIAN</i> <i>INSTITUTION</i>	155
5 A <i>AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION</i> NO CAMINHO DE SUA PROFISSIONALIZAÇÃO, 1896-1906.....	167
5.1 MUDANÇAS COM RELAÇÃO AO PODER.....	167
5.1.1 Crise na aliança recém-instituída	167
5.1.2 A <i>American Historical Association</i> vai à busca de novas alianças.....	175
5.2 A <i>AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION</i> COMO AGENTE ESTRUTURADOR DO CAMPO	184
5.2.1 Comitê de Manuscritos.....	185

5.2.2 Comissão de Arquivos Públicos.....	191
5.2.3 A <i>American Historical Association</i> e os currículos escolares de história.....	200
5.2.4 A contribuição da <i>American Historical Association</i> para a disciplinarização do campo da história	212
5.3 UMA AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION SEM HERBERT BAXTER ADAMS	222
5.3.1 O sucessor	223
5.3.2 A primeira leve insurgência	231
5.3.3 Quem paga a conta?	234
6 A AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION COMO ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL, 1907-1915	239
6.1 ESTRUTURA GERAL DE FUNCIONAMENTO DA <i>AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION</i> A PARTIR DE 1907	240
6.1.1 Enfraquecimento da relação com a <i>Smithsonian Institution</i>	240
6.1.2 J. Franklin Jameson e a <i>Carnegie Institution of Washington</i>	250
6.2 A <i>AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION</i> COMO AGENTE ESTRUTURADOR DO CAMPO, 1907-1915	255
6.2.1 As conferências da <i>American Historical Association</i> : de sociedades históricas e de arquivistas.....	256
6.2.2 Em busca do <i>Hall of Records</i>	264
6.3 A GRANDE REVOLTA DOS EXCLUÍDOS: 1914-1915	274
6.3.1 Não é só pelo sistema de nomeações ao Conselho!	275
6.3.2 O movimento reformista sai de controle	286
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	304
BIBLIOGRAFIA	313

1 INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre a formação do campo da história nos Estados Unidos, há uma narrativa comum sobre como a disciplina foi gerada, nasceu e se desenvolveu: após a Guerra Civil Americana, jovens cruzaram o Atlântico para estudar em universidades alemãs que haviam se modernizado e se tornado centros de pesquisa; lá, conheceram o modo como os estudos históricos estavam sendo realizados nos seminários universitários, locais onde era ensinado um método que afastava a história das belas-letas e a aproximava das ciências. Esses jovens voltaram ao seu país em um contexto de unificação nacional e importaram tanto o modelo de universidade de pesquisa quanto o método científico de estudos históricos, que serviria como instrumento da unificação nacional. Eles ensinaram uma geração de estudantes que, em um segundo momento, ocuparia cátedras nos departamentos de história de todo o país¹.

Essa linha narrativa sobre a história-disciplina nos Estados Unidos não é de maneira alguma incorreta, mas traz a noção de que a história se tornou uma atividade profissional como consequência direta da sua disciplinarização como campo científico, ficando implícita a parte da constituição do campo que é a da conquista das condições para que as pesquisas pudessem ser realizadas perante os órgãos públicos e privados: aquisição de documentos históricos por instituições públicas, criação de arquivos e bibliotecas, criação de departamentos de história nas universidades e financiamentos públicos e privados para projetos de pesquisa e bolsas para estudantes.

A constituição do campo científico da história² nos Estados Unidos foi ligeiramente diferente do que na Alemanha e na França, países cujas profissionalizações têm sido intimamente relacionadas à formação de seus Estados-nacionais e mais familiares a nós porque são mais estudados no Brasil. No primeiro caso, a história científica floresceu a partir da

¹ BANNER JR., James M. **Being a Historian**: An Introduction to the Professional World of History. New York: Cambridge University Press, 2012; HIGHAM, John. **History**: Professional Scholarship in America. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987; MOURA, Gerson. **História de uma História**. São Paulo: Edusp, 1995; NOVICK, Peter. **That Noble Dream** – The “Objectivity Question” and the American Historical Profession. Cambridge: University Press, 2005; TOWNSEND, Robert B. **History’s Babel**: Scholarship, Professionalization, and the Historical Enterprise in the United States, 1880–1940. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

² Nas próximas páginas, utilizarei o termo “campo científico” para me referir à história profissional disciplinada. Essa escolha não diz respeito a um posicionamento teórico de afirmação da cientificidade da disciplina, visto que compreendo que esse posicionamento esteja intimamente ligado à filosofia da ciência sobre a qual a pesquisadora ou pesquisador se filia, e não considero ter conhecimento suficiente sobre as diversas filosofias da ciência para poder assumir uma posição responsável sobre a questão. Uso o termo porque, institucionalmente – que é o aspecto a que se dedica este estudo – a história se constituiu como campo acadêmico de modo muito semelhante às disciplinas sobre as quais não pairam dúvidas acerca da sua cientificidade. Ou seja, assumo a postura teórica de afirmar a cientificidade da história enquanto estrutura institucional sem incorrer em posicionamentos a respeito da sua natureza epistemológica.

unificação, havendo um intenso diálogo entre pensamento histórico e ação política, de maneira que a unificação foi legitimada por um discurso histórico que enfatizava raízes comuns ao mesmo tempo que o novo modelo historiográfico foi legitimado por esse processo. A partir de uma concepção de que a Nação estaria ameaçada por inimigos internos e externos, as elites e os intelectuais foram convocados para serem os seus guardiões, de maneira que estes passaram a ocupar espaço privilegiado no cenário político e burocracia estatal daquele país. Historiadores, por exemplo, tornaram-se conselheiros políticos, deputados gerais e ministros, tendo sido o próprio Leopold von Ranke conselheiro do rei Frederico IV da Prússia e de Maximiliano I da Baviera³. Dessa forma, a noção de que a história teria uma importância política fundamental para o projeto de construção da Nação fez com que a atividade fosse em grande medida subsidiada pelo Estado e tivesse sua importância cívica facilmente justificada.

No caso da França, a escrita da história também esteve, desde o Antigo Regime, intimamente ligada ao Estado por seu potencial de legitimação política, tendo havido na corte francesa, entre 1554 e 1824, nada menos do que 104 historiógrafos reais. Ao longo de todo o século XIX, a história continuou a ser mobilizada para fins políticos, sendo o Estado o seu principal encorajador, fazendo-o basicamente de quatro formas: pela patronagem de historiógrafos; pelo financiamento de institutos de pesquisa; pela alocação de fundos para arquivos, bibliotecas, tesouros artísticos e monumentos; pela promoção de seu ensino por professores especializados⁴. Ela foi inserida no sistema universitário público francês a partir da década de 1870, durante o período entre a Guerra Franco-Prussiana e a Primeira Guerra Mundial, momento em que passou pelos processos de disciplinarização e profissionalização e ganhou espaço nas faculdades de letras e ciências humanas⁵. Esse também foi o período em que foi instituída como disciplina obrigatória nas escolas primárias e secundárias sob a rubrica do ensino cívico com propósitos nacionalistas de unificação ideológica⁶.

Nos Estados Unidos, o fim da Guerra Civil (1861-1865) também representou um momento de unificação nacional, de integração do Sul ao projeto social e econômico do Norte⁷ e de estrangeiros que diariamente adentravam as fronteiras americanas. O término do conflito

³ BENTIVOGLIO, Júlio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História**, Goiás, n. 3, jun. 2010.

⁴ BOER, den Pim. **History as a Profession: The Study of History in France, 1818-1914**. New Jersey: Princeton University Press, 1998. p.54.

⁵ FRANÇOIS, Michel. Historical Study in France. SHAFER, Boyod C. et al. (org.) **Historical Study in the West: France, Western Germany, Great Britain and United States**. New York: Appleto Century Crofts, 1968. p.35.

⁶ KEYLOR, William R. **Academy and Community: The Foundation of the French Historical Profession**. Cambridge: Harvard University Press, 1975. P.3.

⁷ MELANDRI, Pierre. **História dos Estados Unidos desde 1865**. Lisboa: Edições 70, 2000. p.1.

permitiu que o movimento de jovens cruzando o Atlântico para estudar em instituições universitárias europeias fosse retomado; lá, presenciaram os processos combinados de unificação nacional e disciplinarização da história e fizeram essa mesma correlação para o seu próprio país, mas houve diferença fundamental entre os casos americano, alemão e francês: nos Estados Unidos, a produção de uma história oficial como ideologia da unificação e ensinada aos jovens para inculcar o patriotismo não foi um plano sistemático do Estado-nacional, contudo, partiu da ação de indivíduos ideologicamente identificados com esse propósito cívico que, através de instituições de ensino e pesquisa (associações profissionais, sociedades históricas e patrióticas, escolas, universidades etc.) promoveram a sua institucionalização e buscaram apoio público nos âmbitos federal e estadual quando necessário.

Muitos estadistas americanos eram eles mesmos historiadores diletantes e, em alguns casos, disciplinados⁸, mas o interesse pessoal que possuíam pela história não foi automaticamente convertido em iniciativas públicas para o desenvolvimento do campo em

⁸ O período que compreende este estudo foi de mudanças no modo de produzir historiografia e de se relacionar com ela: de atividade ligada às belas-letas a atividade guiada por parâmetros emprestados das ciências; de atividade realizada eminentemente como *hobby* a atividade profissional. Sendo assim, foi um período de (re)definição do que era ser historiador(a). Os sujeitos que produziram historiografia e atuaram em seu ensino em universidades antes da transformação da história em campo de conhecimento autônomo eram, sem dúvidas, historiadores, sendo essas atividades meios de vida para muitos deles. Desse modo, coloca-se a complexa questão de como nomear os praticantes de historiografia das diferentes gerações de modo a diferenciá-los sem incorrer em juízos sobre a superioridade de um grupo com relação ao outro ou induzir a suposições errôneas sobre os modos como atuavam, pois “amador” traz uma noção pejorativa de “amadorismo”, de algo malfeito; “diletante” de alguém que realiza uma atividade artística como *hobby*; “profissional” de alguém que tem uma atividade como meio de vida; “disciplinado” como alguém que atua guiado por regras. A questão é: antes do marco da transformação da história já existiam regras pautando a elaboração das pesquisas, então seriam, de certo modo, disciplinados. Também havia os que tinham na pesquisa e ensino de história como meio de vida, então não deixavam de ser profissionais. Para fins práticos, adianto que, mesmo ciente dos limites e contradições das terminologias, neste estudo serão chamados “historiadores disciplinados” os que foram formados a partir do novo método de pesquisa que se desenvolvia nos seminários acadêmicos alemães e que tinham o ensino e/ou pesquisa como meio de vida. Por outro lado, serão chamados de “historiadores diletantes” aqueles para quem a história era um *hobby* e/ou atuavam em universidades ensinando história associada ao direito, filosofia e literatura e/ou não adotavam os novos métodos de pesquisa disciplinada. Optou-se por não utilizar a palavra “profissionais” para se referir aos que atuaram após o amplo movimento de profissionalização da história porque, mesmo antes desse processo, havia muitas pessoas para quem a história era uma atividade profissional, mesmo que não nos mesmos moldes que teria a partir do último quarto do século XIX. Desse modo, ter a história como atividade profissional não era o que diferenciava os historiadores após a transformação da história em campo científico, e sim o tipo de regras que passariam a pautar as pesquisas (mesmo que diversos diletantes tenham adotado o novo método). É importante afirmar que pessoas de origens diversas produziam historiografia diletante: membros da aristocracia que comumente ocupavam posições de poder, profissionais liberais, mulheres ricas e pobres, afro-americanos etc. O grupo de diletantes mais conhecido é o dos aristocratas, cujas obras foram a de maior repercussão ao longo do século XIX, por isso é corriqueiro associarmos a historiografia diletante a esses sujeitos. De fato, em decorrência de suas influências políticas e prestígio público, esses homens ocuparam cargos de honra na AHA, e para diferenciá-los dos demais diletantes poderão ser chamados de “*gentleman historians*”, que não deixa de ser o termo comumente empregado nos EUA para referi-los. É importante destacar que a expressão poderia ser traduzida como “historiadores cavalheiros” ou “historiadores aristocratas”, porém optou-se por manter a expressão em inglês porque as traduções não transmitiriam com precisão o significado e a conotação desejados. Agradeço ao Júlio Bentivoglio, à Marluza Harres e ao Wagner Geminiano por chamarem a atenção sobre a centralidade da questão da terminologia para se referir aos diferentes historiadores.

decorrência das bases políticas e econômicas sobre as quais aquele país se estruturou, em que os estados possuíam grande autonomia⁹ e as iniciativas privadas tinham preponderância em relação às públicas. Um sistema escolar com currículo unificado (situação em que a história poderia ter conquistado espaço nas escolas como disciplina de ensino obrigatório pelo seu valor cívico) nunca foi estabelecido¹⁰, e a institucionalização da história nas universidades ficou à mercê de decisões individuais das próprias instituições de nível superior, visto que não houve um padrão na sua estruturação como ocorria nas universidades francesas e alemãs¹¹.

A autonomia que as instituições de ensino tinham pode ser atribuída à relativa coesão ideológica da elite americana que, de acordo com Charles W. Mills, possibilitou que o Estado pudesse se ater às grandes questões públicas na confiança de que as instituições menores, geridas por essa elite coesa, respeitariam os valores da Nação: “Se o Estado centralizado não pudesse confiar nas escolas particulares e públicas para inculcar a fidelidade nacionalista, seus líderes procurariam sem demora modificar o sistema educacional descentralizado”¹². Como demonstrou a historiadora Dorothy Ross¹³ em um estudo sobre a constituição das ciências sociais nos Estados Unidos, a crença no excepcionalismo americano foi um pilar ideológico sobre o qual a sociologia, economia, ciência política e história se disciplinaram¹⁴. Desse modo, não era necessária uma intervenção direta do Estado para que as disciplinas dedicadas ao estudo da sociedade contribuíssem para a construção da Nação a partir de narrativas heroicas sobre o país porque os próprios pesquisadores, crentes nessa ideologia, encarregaram-se disso.

⁹ A autonomia política dos estados americanos remonta aos dilemas surgidos no contexto de construção da Nação após a Guerra de Independência em que, pela desconfiança com relação à centralização característica das monarquias, optou-se por um sistema federativo em que os seus entes manteriam um alto grau de autonomia, sendo a Constituição Federal (mesmo que soberana com relação às constituições estaduais) ampla ao ponto de ter possibilitado que questões centrais, como a manutenção do sistema escravista, ficasse a critério de cada estado. CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos da América. In: SYRETT, Harold C. (org.) **Documentos Históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1960. p.82-97.

¹⁰ TOWNSEND, Robert B. **History's Babel**... Op. cit.; ORILL, Robert & SHAPIRO, Linn. From Bold Beginnings to an Uncertain Future: The Discipline of History and History Education. **The American Historical Review**, v. 110, n. 3, jun. 2005. Na obra *Academy and Community* sobre a profissionalização da história na França, William R. Keyler destaca as diferenças entre os sistemas de ensino dos EUA e da França no contexto de suas profissionalizações e aponta que, enquanto o primeiro era extremamente descentralizado, possibilitando a diversidade, o pluralismo e a heterogeneidade, o segundo era extremamente centralizado, monolítico e homogêneo. Essas diferenças seriam decorrentes dos níveis de controle exercidos pelos Estados-nacionais sobre eles. KEYLOR. **Academy and Community**... op. cit. p.4.

¹¹ Ibidem; HOFSTADTER, Richard & METZGER, Walter. **The Development of Academic Freedom in the United States**. New York: Columbia University Press, 1955.

¹² MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p.15.

¹³ ROSS, Dorothy. **The Origins of American Social Science**. New York: Cambridge University Press, 1991.

¹⁴ “I believe that American social science owes its distinctive character to its involvement with the ideology of American exceptionalism, the idea that America occupies an exceptional place in history, based on her republican government e economic opportunity”. (“Acredito que as ciências sociais americanas devem o seu caráter distinto ao seu envolvimento com a ideologia do excepcionalismo americano, a ideia de que a América ocupa um lugar excepcional na história com base no seu governo republicano e oportunidades econômicas”). Ibidem, p.xiv

Isso não significa que o Estado não tenha tido qualquer envolvimento na promoção da história disciplinada e sim que esse envolvimento não foi tão direto e sistemático como nos casos da Alemanha e França. No caso dos EUA, é possível perceber envolvimento do poder público federal na alocação de recursos para o financiamento de pesquisas e concessões de bolsas de estudos em universidades públicas e privadas e na ajuda financeira à *American Historical Association* (AHA), que possibilitou à instituição desenvolver iniciativas para a promoção dos estudos históricos. Em nível local, na atuação dos entes federados no estabelecimento e manutenção de universidades estaduais e suporte financeiro às universidades comunitárias, construção de arquivos e políticas de preservação de documentos históricos. Este estudo mostrará que o caso dos Estados Unidos é singular porque as políticas voltadas à promoção das pesquisas e institucionalização do ensino foram muito mais descentralizadas e indiretas pois não fizeram parte de um projeto estruturado de construção da Nação e que foram conquistadas em grande medida pelas articulações políticas de historiadores organizados a partir da AHA.

Movidos por esse objetivo de promover o desenvolvimento do campo, historiadores disciplinados e diletantes, bibliotecários, arquivistas, antiquários, membros de sociedades históricas e gestores universitários reuniram-se, em setembro de 1884, durante um encontro da *American Social Science Association* (ASSA), que ocorria em Saratoga Springs, Nova York, e fundaram a primeira associação profissional de história de caráter nacional dos Estados Unidos. O chamado para que se encontrassem e fundassem a AHA foi feito por Herbert Baxter Adams, jovem professor da *Johns Hopkins University* (JHU), primeira universidade fundada a partir do modelo germânico de universidade voltada à pesquisa. Adams esteve à frente da associação por 16 anos como secretário, e a ele pode ser atribuída a estratégia de atrair sujeitos politicamente influentes que pudessem representar o campo da história no Congresso Nacional Americano, estratégia fundamental para que ele fosse reconhecido pelo governo e a associação garantisse recursos para a realização de iniciativas que tornaram viável os estudos históricos disciplinados.

A AHA foi o centro a partir do qual as estratégias políticas foram traçadas, tornando-se o principal agente responsável pela construção desse campo enquanto profissão e, como será visto ao longo deste estudo, quando ficou claro que havia um limite até onde o Estado estava disposto a se envolver, ela mesma assumiu esse papel ao criar comissões responsáveis pela coleta e publicação de documentos históricos inéditos, comissões de ensino que criaram currículos que foram adotados em escolas de todos os estados do país e, o que considero principal, foi a partir de suas ações junto às sociedades históricas locais que leis de preservação de documentos históricos foram instituídas em diversos estados e, em âmbito nacional, o

primeiro arquivo público que reuniu registros públicos federais foi construído em Washington D.C., não sem que houvesse muitas décadas de *lobby* para isso.

Quando se fala sobre constituição da história enquanto ciência, logo se pensa na definição dos pilares epistemológicos que a sustentariam, as práticas que guiariam o pesquisador virtuoso, a definição de objetos, sujeitos, teorias e métodos apropriados, mas dificilmente tem-se em vista que a história é também um campo profissional e, como tal, condições para a sua execução precisaram ser criadas, as quais não foram conquistadas necessariamente afirmando a sua cientificidade perante os financiadores. Desse modo, o objeto ao qual esta tese se dedica não é diretamente a profissionalização da história naquele país, e sim a agência da AHA, ao longo de 31 anos, para que a história-profissão fosse possível. Ele também não é sobre epistemologia, sobre historiadores construindo a disciplina e estabelecendo as suas regras enquanto atuavam, porém, a respeito de historiadores como agentes políticos que, do interior de seu campo, criaram diversas estratégias para garantir as condições materiais que promoveriam a história de *hobby* à atividade profissional remunerada.

Este estudo compreende o período entre 1884 e 1915, tendo sido dividido em três fases, definidas pelo tipo de atividades que estavam sendo priorizadas na AHA, quem eram os sujeitos que estavam em seu Conselho Executivo (sua principal estrutura de comando) e qual foi a relação entre a composição do Conselho com os tipos de estratégias políticas que estavam sendo empregadas para garantir as condições para a profissão. Para identificar o perfil geral da composição do Conselho, foi elaborada uma biografia coletiva de seus presidentes e conselheiros com o uso do método prosopográfico, que será detalhado adiante.

A primeira fase da associação, a qual compreende o período entre 1884 e 1895, refere-se ao momento de sua criação e estruturação. Nesse intervalo, ela esteve sob o domínio quase que absoluto de seu secretário H. B. Adams, que garantiu que o seu Conselho Executivo fosse composto majoritariamente por historiadores diletantes publicamente conhecidos e com capital político e que o cargo de presidente fosse destinado a homenagear esse grupo. Nesse ínterim, o funcionamento da associação assemelhava-se mais ao de uma sociedade erudita do que ao de uma associação profissional: era principalmente um local de socialização para a elite do Leste e ainda não realizava atividades que promovessem diretamente o campo profissional da história, sendo o grande empreendimento do período a busca junto ao Congresso, através do intermédio de membros com capital político, da Carta de Incorporação, que reconhecia a associação, garantia um valor anual para a impressão dos relatórios tornando-os documentos públicos e conectava a AHA à *Smithsonian Institution* (SI). A AHA passaria a ter um caráter de associação

profissional de maneira progressiva, sendo possível afirmar que, como no campo da história, ela também passou por um processo de profissionalização.

Entre 1896 e 1906 foi o período em que a crescente ala de historiadores disciplinados da associação, composta por jovens professores de história das principais universidades de pesquisa, começou a conquistar espaço no Conselho Executivo e a garantir que ela se voltasse para as iniciativas que promovessem o campo enquanto profissão. Com os recursos gerados por terem sido desonerados de pagar pela impressão dos relatórios anuais, diversas comissões e comitês de trabalho foram criados, como as voltadas ao ensino escolar de história, à coleta e publicação de documentos históricos, à realização de consultorias aos estados para a instituição de leis de preservação de documentos, à premiação de melhores monografias e à publicação de artigos com a adoção, em 1898, da *American Historical Review* (AHR), primeiro periódico especializado em história disciplinada dos Estados Unidos. Apesar da mudança no equilíbrio entre profissionais e diletantes no Conselho, o cargo de presidente continuou sendo destinado a homenagear *gentleman historians*, mas fica evidente a diminuição da ênfase no capital político para a valorização do capital científico, que acompanhou a diminuição da importância dada às alianças políticas para a promoção do campo em detrimento da tomada para si das iniciativas para que isso fosse viável. Ou seja, ao invés de tentar junto ao governo federal políticas para a coleta e publicação de documentos históricos em posse particular, a própria AHA passou a realizar essa tarefa; ao invés de esperar que a história fosse instituída nas escolas como disciplina obrigatória através de políticas de ensino que instituísem um currículo comum a ser adotado em todos os estados, a AHA elaborou esse currículo indicando os requisitos mínimos que as universidades deveriam exigir para o ingresso de estudantes, obrigando as diversas instituições a adotá-lo como forma de preparar os seus alunos para o ensino superior.

Por fim, o período entre 1907 e 1915 foi de consolidação da AHA como associação profissional. Além de ter aumentado o volume de disciplinados no Conselho Executivo, o cargo de presidente passou a ser ocupado também por disciplinados. Apesar de ter havido maior divisão de poder no Conselho na fase anterior, principalmente após a morte de H. B. Adams, em 1901, outro personagem, que esteve presente desde a fundação da AHA, assumiu um papel de domínio semelhante ao que Adams havia desempenhado. John Franklin Jameson, diretor do *Department of Historical Research* (DHR) da *Carnegie Institution of Washington* (CIW) era membro vitalício do Conselho, editor-chefe da AHR e, em diversos momentos, secretário interino da AHA. Nesse período, a relação com a SI, conquistada com a incorporação e que servia de vínculo direto entre a AHA e o governo federal, foi enfraquecida, e Jameson passou ele mesmo a realizar o *lobby* político junto aos congressistas e diretamente com presidentes

para a conquista das condições para a realização dos estudos disciplinados, tendo sido a criação de um arquivo nacional na capital a luta à qual se dedicou ao longo de toda a sua vida. Apesar de Jameson estar vinculado à AHA, torna-se evidente que a associação não desempenhava mais o papel de centro de articulação de estratégias políticas, sendo todos os seus esforços voltados às atividades que ela mesma poderia promover para o desenvolvimento do campo.

Esse período é encerrado com um movimento reformista nascido no fim de 1913 e durou até o fim de 1915, em que alguns membros da associação questionaram o sistema pelo qual apenas representantes das principais instituições de pesquisa do país ocupavam os cargos do Conselho Executivo da AHA e do Conselho Editorial da AHR. Eles argumentavam que isso só era possível porque os membros não participavam da escolha dos oficiais, já que seriam os próprios conselheiros que o faziam, e a consequência seria que somente os seus protegidos ganhavam espaço para publicarem na revista e apresentarem suas pesquisas nos encontros anuais. Esse movimento foi encerrado com uma reforma que tornou a associação mais democrática, dividindo o poder entre o Conselho Executivo e o corpo de membros.

Desse modo, o intervalo de 31 anos que este estudo compreende diz respeito ao período que o campo da história levou para se consolidar e que foi também o intervalo em que a AHA, criada com caráter de sociedade erudita, estabeleceu-se como associação profissional. Além disso, ele possibilita a observação da transição entre o tipo de capital valorizado na instituição – de capital político a científico – e o que a valorização de cada um desses capitais representou para o modo como ela serviu de agente estruturador do campo: de centro de articulação política para envolver o Estado no empreendimento histórico a ela mesma se tornar essa promotora.

É importante pontuar de início que, quando se fala sobre profissionalização da história no período que compreende este estudo, trata-se das diversas atividades que uma pessoa formada com ênfase em história poderia realizar: docência no ensino superior ligada ou não à pesquisa, docência no ensino básico e gestão de documentos. Dessa maneira, história, neste momento, é entendida como “o amplo empreendimento histórico”, expressão comumente empregada em estudos sobre o campo nesse período¹⁵, e não unicamente como pesquisa acadêmica. Assim, a AHA foi criada para dar suporte à profissionalização de todas essas atividades, até porque se confundiam entre si, e só se tornou uma associação eminentemente de pesquisa após 1940, quando os arquivistas fundaram a sua própria associação e há mais de 25 anos os professores do ensino básico não a tomavam como entidade que os representava.

¹⁵ TOWNSEND. *History's Babel...* Op. cit.

O objetivo principal deste estudo é responder à questão: tendo em vista que, pelas especificidades políticas dos Estados Unidos, não houve um projeto sistemático e estruturado por parte do Estado-nacional americano de promoção da pesquisa e do ensino de história para fins nacionalistas, através de quais estratégias e meios a *American Historical Association* se constituiu ela mesma em principal agente estruturador do campo e de suas profissões entre os anos de 1884 e 1915?

Para responder a essa questão, levei em consideração que as estratégias travadas a partir da AHA estiveram intimamente relacionadas aos sujeitos que faziam parte de suas instâncias de comando; para isso, se tornou imperativa a construção de um perfil coletivo dos presidentes e membros do Conselho Executivo entre 1884 e 1915 para que se tornasse evidente a relação entre o capital específico valorizado e o tipo de política para a construção do campo que foi empregada na associação. Utilizando o método prosopográfico, lancei mão de obituários publicados nos próprios relatórios anuais da AHA e no jornal *The New York Times*, assim como de dicionários biográficos.

Com relação aos presidentes, busquei informações sobre: (a) o local e ano de nascimento; (b) as atuações profissionais de seus pais; (c) vinculações profissionais além da história; (d) universidade na qual estudou; (e) titulação mais alta e se obtida através de pesquisa ou como honraria (título honorário); (f) universidade à qual estava vinculado durante a gestão na associação; (g) se possuía ou havia possuído cargo público e se este era eletivo; (h) se ocupava ou havia ocupado algum cargo de gestão em universidades.

Esses dados serviram para evidenciar em qual momento imperou a política de homenagear com a presidência os “velhos *gentleman historians*”¹⁶ e quando os disciplinados passaram a ocupar esse cargo, apontando para o fim da política de valorização dos que tinham influência no Congresso; para estabelecer o nível de capital herdado dos presidentes da associação – se eram filhos da aristocracia do Leste ou de desconhecidos que compunham a nova classe média urbana; para perceber se houve a valorização de alguma região geográfica na escolha dos presidentes; e, não menos importante, para compreender a conexão entre história e outras atividades profissionais através das suas múltiplas atuações.

¹⁶ O costume de chamar os amadores de “velhos historiadores” era dos próprios conselheiros que eram profissionais disciplinados, ao passo que se autointitulavam “jovens historiadores”. Uma curiosidade que considero divertida é que esses “jovens” passaram a compor as instâncias de comando da associação na virada do século e se tornaram dominantes dentro daquele microcosmo e, no momento em que houve a revolta para que mais espaço fosse dado aos historiadores de instituições periféricas (1914-1915), eles mesmos passaram a se denominar como “velhos historiadores” e passaram o título de “jovens” aos que buscavam uma posição no campo.

Com relação ao Conselho Executivo, os dados buscados foram mais relacionados às suas atuações profissionais, sem levar tanto em conta informações que indicassem capital herdado como no primeiro caso. Essas informações profissionais serviram para a criação de tabelas que mostrassem o equilíbrio entre historiadores diletantes que eram ou não professores universitários, historiadores disciplinados, arquivistas e políticos ao longo dos anos. Para a biografia coletiva dos presidentes, foram levados em consideração dados mais específicos porque há o entendimento de que a escolha dos presidentes foi, por muitos anos, a estratégia por excelência de construção do campo, e por isso é importante uma compreensão mais profunda sobre as características desse grupo.

Estabelecido o perfil coletivo dos presidentes e conselheiros, debrucei-me sobre as atividades realizadas na AHA entre 1884 e 1915 e para isso lancei mão dos arquivos da AHA disponíveis na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso, acessados durante o período de seis meses de doutorado sanduíche financiado pela CAPES, na *Johns Hopkins University*. Esses arquivos são de três categorias: relatórios anuais, atas das reuniões do Conselho Executivo e cartas recebidas e enviadas pelos conselheiros.

Os relatórios – único conjunto documental que pode ser acessado *online* – possibilitam uma visão mais ampla das atividades da associação, informam como ocorriam os seus encontros, que tipo de textos eram apresentados e quais destes eram posteriormente publicados. Também trazem informações sobre a composição anual do Conselho Executivo, sobre os novos comitês e comissões de trabalho criados e quem fora nomeado para atuar neles. Não menos importantes são os relatórios desses comitês e comissões, publicados na íntegra dentro dos relatórios anuais, possibilitando uma visão profunda sobre como estavam sendo realizadas as atividades voltadas ao desenvolvimento do campo. A análise desses documentos apontou para a um movimento progressivo, em que por anos a única atividade realizada era o encontro anual para reunir os interessados em história; a partir de 1896, a cada ano multiplicaram-se as iniciativas para a profissionalização das atividades em história, ou seja, evidencia o movimento em que a associação tomou para si as iniciativas que em outros países foram públicas.

As atas das reuniões são um conjunto de documentos que só começou a aparecer após a morte de H. B. Adams (1901), indicando que, durante a sua gestão, elas não eram produzidas (ou não eram preservadas) e a menor importância que o Conselho teve entre 1884 e 1901. Essa coleção informa as questões que estiveram em pauta a cada ano, o que não necessariamente aparece nos relatórios anuais. A inexistência desses documentos para o período anterior tornou bastante difícil compreender como questões importantes foram deliberadas, tendo sido necessário lançar mão das cartas na busca por essas respostas.

As cartas são o conjunto mais importante deste estudo e, como ficará evidente, foi o mais utilizado. Elas evidenciam as questões mais internas da associação, como as disputas por poder, as estratégias políticas para se aproximarem do Estado – o que de maneira alguma apareceu nos relatórios anuais e atas de reuniões – e as negociações para iniciativas que sequer chegaram a ser pauta do Conselho. Sendo este estudo referente à virada do século XIX para o XX, as cartas eram o modo por excelência pelo qual a comunicação entre os líderes da associação se dava, sendo através delas que grande parte das demandas diárias eram resolvidas.

O arquivo da associação é formado por centenas de milhares de cartas que abordam todos os aspectos de suas atividades diárias: novos membros, cobranças de anuidades, escolha de apresentadores para os encontros, escolha do local dos encontros, nomeações de oficiais para os cargos em comissões e do Conselho, detalhes sobre a impressão dos relatórios etc. Esses são apenas alguns pouquíssimos exemplos de temas encontrados nesses documentos, uma vez que, diariamente, diversas cartas eram recebidas e enviadas por conselheiros. Para o período correspondente ao recorte deste estudo, são cinco coleções que compõem o arquivo: do Secretário, do Tesoureiro, do Conselho Executivo, dos Comitês e Comissões e da *American Historical Review*.

O arquivo em si da AHA informa muito sobre o funcionamento da associação ao longo do recorte deste estudo. Para o período entre 1884 e 1895, existem apenas as coleções do Secretário e do Tesoureiro, conjunto valioso porque o tesoureiro, Clarence W. Bowen, foi o braço direito de H. B. Adams, e através de suas trocas de cartas foi possível ter uma visão profunda sobre a política da associação. A coleção que compõe os documentos do secretário durante o período em que Adams ocupou o cargo é formada eminentemente por cartas recebidas por ele referentes a absolutamente todas as atividades da associação: nomeação de novos membros; escolha dos locais dos encontros anuais; convites para apresentar nos encontros; escrita, edição e publicação dos relatórios; tratativas com editoras etc. Desse modo, ela informa que, até o momento em que deixou o cargo, as atividades burocráticas e executivas da associação estavam centralizadas nele.

Para quem acessa o arquivo da associação torna-se notável que, na coleção do secretário, não há cópias das cartas enviadas por ele, assim como um padrão sobre o que foi preservado, tendo sido, em alguns casos, difícil acompanhar o desdobramento de alguma questão em pauta. O modo como Adams tratava sua correspondência pode indicar duas coisas: que não a tomava como propriedade da associação e por isso não havia o cuidado comumente dispensado aos documentos oficiais ou o contrário, que, consciente de que iriam para o arquivo da entidade,

tenha deliberadamente descartado missivas por não desejar que algumas questões ficassem documentadas.

Tendo trabalhado exaustivamente com esses materiais, considero que a primeira possibilidade é a mais provável por alguns motivos. Como mencionado, o tesoureiro era bastante atuante e Adams mantinha contato quase que diário com ele, e na coleção referente a esse cargo, grande parte das missivas preservadas havia sido enviadas por Adams, indicando que, pelo menos parte das cartas escritas por Adams sem que fossem mantidas cópias, não tinham nada de extraordinário pois tratavam simplesmente de questões burocráticas da associação. Além disso, diversas missivas abordam questões delicadas que, se realmente houvesse uma preocupação em não as documentar, certamente teriam sido descartadas. Mesmo que não haja indícios de que uma política de descarte de missivas comprometedoras tenha sido deliberadamente adotada por Adams, não é improvável que algumas tenham tido esse destino.

A partir de 1896, ano em que diversos comitês e comissões de trabalho foram instituídos, começaram a aparecer cartas de seus chefes e de conselheiros, indicando que a associação iniciava um processo de complexificação de suas atividades e de descentralização do comando. Mesmo com novos personagens aparecendo nas missivas, até o abandono do cargo em 1900, todas as questões ainda passavam por H. B. Adams, indicando que ele continuava a ser o seu grande líder. Quando deixou o cargo, ele foi ocupado por um novo secretário que não exerceu papel semelhante ao de seu antecessor pois a sua atuação ficou restrita às tarefas burocráticas. Esse momento foi quando houve uma mudança expressiva nas correspondências da associação, visto que aumentaram o número de missivas trocadas pelos conselheiros, apontando para o aprofundamento da descentralização sobre a figura do secretário, e o arquivo deste passou a ser muito mais bem-organizado, uma vez que foi instituída a prática de guardar as missivas recebidas e cópias das enviadas. Desse modo, é notável o aumento progressivo do volume de cartas ano após ano, que aponta tanto para o aumento das atividades desenvolvidas na associação, o aumento no número de conselheiros ativos em tarefas executivas e o implemento da prática de enviar cópias de cartas para todos os conselheiros quando questões importantes estavam em pauta, que, em período anterior, eram discutidas diretamente com o secretário.

Além das coleções referentes à associação propriamente dita, o seu arquivo também era composto pela coleção da AHR. Os documentos desse acervo foram utilizados somente na seção destinada ao movimento reformista de 1914 e 1915, uma vez que, para os fins deste estudo, cuja ênfase é antes na profissionalização do que na disciplinarização da história, as questões internas da revista, como o que seria publicado, são de menor importância.

Para a realização deste estudo, li a totalidade das cartas enviadas e recebidas entre 1884 e 1915 e selecionei cerca de 5 mil documentos, que, mais tarde, passaram por uma segunda triagem, a qual definiu o que seria utilizado¹⁷. Tendo em vista que a tese abordaria unicamente a dimensão institucional da construção do campo científico da história, selecionei cartas que abordassem os seguintes pontos: (a) disputas sobre o local dos encontros anuais, visto que a escolha definia quem a associação estaria privilegiando, se os disciplinados espalhados pelo país ou os membros com capital político que viviam em Washington D. C.; (b) a escolha dos membros do Conselho e quem seria nomeado para a presidência; (c) o grau de consciência sobre a importância dos membros imbuídos de capital político no Conselho; (d) as discussões sobre o “uso” desses sujeitos quando alguma demanda precisasse ser feita junto ao Congresso; (e) o modo como a relação com a *Smithsonian Institution* foi percebida por diferentes sujeitos ao longo dos anos, se valorizada por ser uma ponte entre a associação e o Congresso ou se percebida com desconfiança por ameaçar a autonomia do campo; (d) os problemas relativos à impressão dos relatórios anuais na Editora do Governo e a sua relação com o nível de proximidade que a associação mantinha no momento com o Congresso; (e) a definição das atividades que seriam desenvolvidas pela AHA e os meios para a sua realização; (f) as disputas internas por poder na associação que evidenciavam a oposição entre diletantes e disciplinados, historiadores dos grandes centros universitários e de instituições periféricas e adeptos da valorização das relações políticas e adeptos da valorização de questões unicamente epistemológicas. A análise dessas cartas foi feita a partir da bibliografia existente sobre o nascimento do campo da história nos Estados Unidos e sobre a própria associação, assim como à luz do referencial teórico, que combina a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, da operação historiográfica de Michel de Certeau e de gênero como categoria de análise histórica de Joan Scott.

Bourdieu desenvolveu a teoria dos campos na expectativa de criar um modelo capaz de explicar os diversos âmbitos da sociedade. Justamente por ter sido elaborado durante muitos

¹⁷ Além desse conjunto principal de fontes, de maneira secundária, foram utilizadas cartas pessoais de Herbert Baxter Adams, disponíveis na Biblioteca da Johns Hopkins e em uma coletânea publicada em 1938, e de John Franklin Jameson, disponíveis na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso e em coletâneas – neste estudo, trabalhei com as fontes nos dois formatos. HOLT, W. Stull (org.). **Historical Scholarship in the United States, 1876-1901: As Revealed in the Correspondence of Herbert B. Adams** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1938; DONNAN, Elizabeth; STOCK, Leo F. (org.). **An Historian's World: Selections from the Correspondence of John Franklin Jameson**. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1956; ROTHBERG, Morey. **John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America: The Carnegie Institution of Washington and the Library of Congress, 1905-1937**. Athens: The University of Georgia Press, 2001.

anos e em diversas obras, o conceito de campo surge de maneiras muito diferentes¹⁸, mas, de maneira geral, é possível afirmar que, para o sociólogo, o campo é um espaço social cujas fronteiras são bem definidas, possui suas próprias regras, é composto por diversos agentes que possuem volumes de capitais desigual, sendo os detentores de maior volume de capital os dominantes que ditam as regras, tanto de funcionamento do campo quanto as de entrada para os pretendes. Dessa forma, ele é um espaço de poder e de disputas entre os seus agentes, ora buscando manter sua posição, ora buscando desbancar os estabelecidos. Nessa teoria, a noção de “capital” é fundamental para a compreensão das diferenças entre os agentes que constituem o campo e porque cada um possuiu “níveis de poder” desiguais.

Contra-pondo-se à noção marxista na qual o nível de poder detido por cada indivíduo estaria relacionado majoritariamente à riqueza, Bourdieu elaborou a teoria dos capitais a partir da afirmação de que o poder de um sujeito na sociedade poderia emergir de outros meios que não necessariamente o econômico: poderia estar relacionado ao seu nível educacional, às relações sociais de que dispunha, ao prestígio conquistado pela sua riqueza, cultura, erudição, posição social, gênero, etnia etc. Dessa forma, seriam quatro as grandes “famílias” de capital: econômico, relativo ao volume de riqueza acumulada; cultural, relativo ao nível de escolarização, volume de conhecimento adquirido, artefatos culturais possuídos; social, relativo às redes de relacionamento; e simbólico, relativo ao volume de prestígio conquistado por cada sujeito, não sendo essa uma forma de capital autônoma, mas sim relativa às anteriores¹⁹. Além dessas, existiriam diversas outras que só fariam sentido em campos específicos, como o científico, espécie de capital simbólico com valor no campo acadêmico.

A importância de cada forma de capital não possuiu um valor em si, é dada de acordo com o campo, mas é importante atentar ao fato de que os capitais podem ser convertidos²⁰. No campo científico, por exemplo, o capital econômico por si só não possui grande valor, mas sim o capital cultural; nenhum pretendente ao campo, por mais rico que seja, pode se tornar doutor

¹⁸ Patrícia Thompson, em um verbete sobre o conceito, demonstrou que ele aparece ao longo da obra de Bourdieu de pelo menos três maneiras complementares: campo como *campo de futebol*, sendo este um espaço delimitado onde se joga um jogo, com regras definidas, tendo cada jogador uma posição estabelecida que define as jogadas que podem ser realizadas; campo como *campo de força da ficção científica*, que são construídos através da criação de barreiras que separam o interior do exterior em “mundos autocontidos”, havendo uma lógica reguladora no interior desse espaço, assim como uma hierarquia a ser seguida; campo como *campo de forças da física*, em que é possível estabelecer vetores para ilustrar as forças exercidas por um objeto sobre outro, uma vez que forças opostas atuam no interior dos espaços sociais. THOMPSON, Patrícia. Campo. In: GRENFELL, Michael (org.). **Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. p. 95-114.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (Org.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood, p. 214-158; BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. I.: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 71-79.

²⁰ BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital... Op.cit., p. 24.

pagando pelo título, ele precisa conquistá-lo através de uma longa jornada de estudos em que, ao final, deverá ter seu trabalho validado por membros mais antigos em uma banca de avaliação. Obviamente, sabe-se que um estudante advindo de uma família rica terá mais chances de trilhar esse caminho do que um advindo de uma família pobre pelas oportunidades culturais serem diferentes: as chances de uma criança rica acessar uma boa escola, ser mais bem preparada para um exame de aprovação universitária, poder dedicar-se inteiramente aos estudos, ter acesso a livros, museus e viagens são potencialmente maiores, e esse é um bom exemplo de como o capital econômico pode ser convertido em capital cultural, mas o primeiro por si só não possui o valor do segundo nesse campo específico.

São de naturezas diversas os campos que constituem a sociedade: cultural, científico, artístico, político, midiático, religioso, jurídico, educacional etc. Ao longo de sua vida intelectual, Bourdieu dedicou-se ao estudo de diversos desses campos, mas compreendeu que, ao ter conseguido formular uma teoria geral e determinar as propriedades comuns a todos, abria caminho para que os campos que ele pessoalmente não havia conseguido estudar fossem objeto de outros cientistas sociais. Seriam as propriedades gerais: em todo o campo, há lutas entre os pretendentes e os dominantes, os primeiros tentando conquistar espaço e os segundos buscando conservar o seu monopólio; um campo define-se ao estabelecer suas questões e interesses próprios, diferentes e irreduzíveis às questões de outros campos; o funcionamento de um campo depende da existência de pessoas dispostas a jogar o jogo quando surgem desafios, dotadas de *habitus*, conhecendo as leis imanentes do jogo; as regras e lógica do campo (sua estrutura) são definidas a partir da relação hierárquica de poder entre os agentes que detêm diferentes níveis do capital específico que para aquele campo é valioso; aqueles que monopolizam o capital específico são inclinados às estratégias de conservação (ou defesa da ortodoxia) da estrutura do campo, enquanto os menos providos de capital, que com frequência são os recém-chegados, são inclinados às estratégias de subversão; há uma cumplicidade entre todos os agentes engajados no interesse comum de conservação do campo, que supera os antagonismos, uma vez que revoluções totais destruiriam não apenas os dominantes, mas o próprio campo; os aspirantes ao campo precisam conhecer e reconhecer as regras estabelecidas, assim como a sua história, sendo que suas produções e atividades devem obedecer a essas regras para serem validadas pelos agentes²¹.

A partir da teoria geral dos campos, Bourdieu estabeleceu os parâmetros teóricos para uma sociologia da ciência passíveis de serem mobilizados em estudos sobre os diversos campos

²¹ BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In. BOURDIEU, Pierre (org.). **Questões de sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019. p. 109-112.

científicos. Nesse caso, Bourdieu o toma ao mesmo tempo como campo de forças e de conflitos. Ele é um campo de forças porque os agentes (sujeitos isolados, equipes, laboratórios, associações) criam, através de suas relações, o espaço que os condiciona, ao mesmo tempo que o deformam, definindo assim a sua estrutura,

É na relação entre os diferentes agentes (relação de forças específica, propriamente simbólica, dada a “natureza” da força capaz de se exercer nesse campo, o capital científico, espécie de capital simbólico que age na e pela comunicação). Mais exatamente, são os agentes, ou seja, os cientistas isolados, as equipes ou os laboratórios, definidos pelo volume e pela estrutura do capital específico que possuem, que determinam a estrutura do campo que os determina, ou seja, o nível das forças que se exercem sobre a produção científica sobre as práticas dos cientistas. O peso associado a um agente, suportado pelo campo ao mesmo tempo que contribui para o estruturar, depende de todos os outros agentes, de todos os outros pontos do espaço e das relações entre todos os pontos [...]”²².

A estrutura do campo é o que “[...] comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos os objetos pelos quais nos interessamos, etc.”²³, ou seja, essa estrutura, definida pela estrutura de relações entre os agentes, dotados de diferentes níveis de capital específico, é o que determina o que pode ou não ser feito, dessa maneira, no caso de um campo científico, é ela que o disciplina. Por esse motivo, esse campo é também um espaço de conflitos no qual os agentes “[...] dotados de diferentes recursos se defrontam para conservar ou transformar as relações de forças vigentes”²⁴.

Bourdieu afirmou que elaborou a noção de “campo” como meio para escapar da dualidade texto/contexto, comum em estudos sobre as diversas produções culturais, havendo de um lado uma posição “internalista” em que, para compreender a produção cultural em questão, bastaria ler o texto, sendo este “o alfa e o ômega e nada mais [haveria] para ser conhecido”. De outro lado, haveria uma posição “externalista”, em que se propõe a análise das obras colocando-as em relação ao contexto social ou econômico de sua criação²⁵. Conforme Bourdieu, para compreender uma produção cultural não bastaria “[...] referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre texto e contexto”, por isso propôs a hipótese de que entre esses dois polos existiria um universo intermediário, “isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes

²² BOURDIEU, Pierre. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2021. p. 52-3.

²³ BOURDIEU. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP. p. 23.

²⁴ BOURDIEU. **Para uma Sociologia da Ciência...** Op.cit. p. 54.

²⁵ Ibidem, p. 19.

e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”²⁶. Dessa forma, pensando em questão de produção científica, o trabalho de uma pesquisadora ou pesquisador é ao mesmo tempo fruto de disposições individuais, de pontos de vista próprios e de uma trajetória intelectual única e de uma vivência no interior de um campo que possuiu uma história, produções consagradas que precisam ser reverenciadas, agentes mais antigos os quais definem o que é legítimo em questão de temas, objetos, teorias e interpretações e que possuem poder para validar ou descartar um novo trabalho. Além disso, as produções estão sujeitas ao grau de autonomia que o campo científico em questão teria com relação às pressões externas.

Entre si, os diversos campos científicos diferenciam-se pelo seu grau de autonomia com relação a essas pressões. Os campos científicos são espaços relativamente autônomos; eles são microcosmos com leis próprias que são afetados em diferentes níveis pelas leis do macrocosmo, desse modo, eles possuem autonomia parcial. As pressões externas podem ser de diversas naturezas e se manifestam de diversas formas: “créditos, ordens, instruções, contratos...”; a maneira como as resistências a essas pressões se manifesta também caracteriza o nível de autonomia de um campo, “isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas”. Assim, uma ciência pura seria totalmente livre de qualquer necessidade social, enquanto uma “escrava” estaria à mercê de demandas políticas e/ou econômicas, mas, para Bourdieu, é necessário escapar dessa dualidade porque todos os campos são afetados, mesmo que em níveis diferentes, pelas leis do macrocosmo²⁷.

Uma das manifestações da autonomia do campo é a sua capacidade de refratar essas pressões, “retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou demandas externas”, por isso, quanto mais autônomo for um campo, maior será a sua capacidade de refração, enquanto quanto mais heterônomo (sujeito às leis que se recebe do exterior) ele for, mais as pressões, principalmente políticas, o afetarão: “isso significa que a ‘politização’ de uma disciplina não é indício de uma grande autonomia, e uma das maiores dificuldades encontradas pelas ciências sociais para chegarem à autonomia é o fato de que pessoas pouco competentes, do ponto de vista de normas específicas, possam sempre intervir em nome de princípios heterônomos sem serem imediatamente desqualificadas”²⁸.

A autonomia, ou sua ausência, não é sentida unicamente na dimensão disciplinar dos campos científicos, mas também na institucional. Isso decorre de sua dependência de recursos

²⁶ Ibidem, p. 20.

²⁷ BOURDIEU. **Os usos sociais da ciência...** Op.cit. p. 21.

²⁸ Ibidem, p. 22.

públicos ou privados para a manutenção de laboratórios, compra de materiais, insumos e pagamento de profissionais, de modo que os que se apresentam de maior interesse para empresas privadas interessadas no desenvolvimento de alguma tecnologia ou se mostrem de maior utilidade pública aos poderes instituídos tendem a receber maiores recursos. Assim, quanto mais dependente dos recursos externos um campo for, mais estará sujeito às pressões vindas de órgãos capazes de financiá-los, e os estudos teóricos, dependentes de menores recursos, acabam por ser mais autônomos, disciplinar e institucional do que os experimentais²⁹. A questão da autonomia levantada por Bourdieu aponta para um ponto fundamental de sua teoria sociológica para as ciências: a compreensão dos campos científicos como sendo disciplinares e profissionais, possuindo uma dimensão cognitiva e uma política; ela dá conta de explicar os mecanismos a partir dos quais teorias se consagram e pesquisadores se tornam dominantes ao mesmo tempo que denuncia a sua dependência de recursos materiais que leva às lutas de dimensão política perante os órgãos públicos e privados que financiam as pesquisas para que sua reprodução seja garantida.

Para Bourdieu, as disciplinas que se dedicam ao estudo das diversas dimensões do social não estariam livres das pressões externas mesmo não gerando produtos diretamente úteis, uma vez que os seus produtos seriam de natureza política:

Na verdade, os especialistas destas ciências, e em particular os sociólogos, são objecto de grande procura, quer positiva, e em geral muito compensadora, material e simbolicamente, para os que tomam o partido de servir a visão dominante, nem que seja por omissão (e, neste caso, a insuficiência técnica basta), quer negativa malévola, por vezes destrutiva, para os que, ao desempenharem simplesmente o seu ofício, contribuem para descobrir um pouco da verdade social³⁰.

A autonomia de um campo nunca é total e as estratégias dos agentes dos campos científicos são inseparavelmente científicas e sociais. Por isso, são de duas espécies o capital específico que possui valor nesses campos: capital científico puro e capital científico temporal; é a estrutura de distribuição dessas duas formas de capitais que define a estrutura de relação de forças constitutiva do campo. O primeiro tipo é o capital de autoridade propriamente científica e o segundo é um capital de poder sobre o mundo científico, “que pode ser acumulado por vias que não são puramente científicas (ou seja, em especial através das instituições que alberga) e que é o princípio burocrático de poderes temporais sobre o campo científico como os dos

²⁹ BOURDIEU. **Para uma Sociologia da Ciência...** Op. cit. p.8.

³⁰ *Ibidem*, p.8-9.

ministros e dos ministérios, dos decanos, dos reitores ou dos administradores científicos [...]”³¹. De acordo com Bourdieu, a lógica das disputas científicas só pode ser compreendida levando em consideração que as ciências dependem, para a sua produção, de recursos científicos incorporados e de recursos financeiros, e que os investigadores precisam lutar “[...] para conquistar os seus meios específicos de produção num campo em que suas espécies de capital científico são eficientes”. O envolvimento dos investigadores em atividade voltadas à conquista de recursos varia conforme o grau de dependência que a sua atividade tem desses recursos³². O arbítrio sobre a distribuição geralmente é feito por administradores científicos nas instâncias burocráticas, e é perante esses órgãos que os representantes do campo imbuídos de capital científico temporal precisavam fazer valer a sua influência.

As formulações sobre a autonomia/heteronomia de um campo científico são fundamentais neste estudo porque ajudam a refletir sobre como algumas disciplinas dependem mais de recursos econômicos do que outras, e indicam como a autonomia disciplinar está intimamente relacionada à autonomia institucional. No caso da história, compreendo que a sua heteronomia se expresse de duas maneiras: no modo como objetos e temas são influenciados por contingências sociais, mas também na própria construção e sobrevivência do campo, que esteve e está fortemente ligada à capacidade dos historiadores de construir laços políticos e mantê-los, tanto para conquistarem a estrutura necessária para a atividade quanto para legitimarem a existência da disciplina. No caso do campo científico da história nos Estados Unidos, os anos estudados – marcados pela ausência dos recursos materiais necessários para a realização das pesquisas – foram de esforços dos agentes situados na AHA para que as condições materiais fossem conquistadas, portanto, é possível compreender que havia certa noção da frágil autonomia institucional de seu campo, uma vez que dependia de recursos externos a ele para a sua produção.

Em decorrência da singularidade da relação entre história disciplinada e Estado-nacional nos EUA, esse campo foi desde a sua estruturação bastante autônomo institucionalmente – apesar dos esforços para o contrário – e os seus agentes precisaram criar meios para a sua manutenção, seja através das frágeis alianças políticas, seja pela afirmação pública da importância cívica da disciplina para que fosse adotada nas escolas, seja através de estratégias dos próprios historiadores para que suas universidades aumentassem o espaço dado a ela e permitissem a criação de departamentos de história e que recursos fossem destinados à disciplina. Como será visto, foi a progressiva compreensão de que o poder público federal não

³¹ Ibidem, p.82.

³² Ibidem, p.83.

tomaria grande parte no desenvolvimento do campo que levou os seus agentes, a partir da AHA, a tomarem para si atividades que em outros países eram desenvolvidas pelo Estado.

Além da questão sobre a autonomia, a noção de “estratégias de conservação e de subversão” presente na teoria dos campos de Bourdieu também será importante neste estudo, pois houve tensões internas na AHA entre a ortodoxia e a heterodoxia, em que a segunda tentou subverter a lógica de funcionamento da associação enquanto a primeira tentou conservá-la. Ao longo dos capítulos, buscarei relacionar as disputas internas por poder na AHA ao que foi definido como política externa para a conservação do campo junto aos poderes temporais, dado que a AHA foi um espaço central para o desenvolvimento institucional da história-profissão nos Estados Unidos e isso pressupunha discordâncias entre caminhos a serem tomados pelos seus agentes³³.

Um ponto importante é que tomo a associação como tendo sido mais do que simplesmente um microcosmo constituinte do campo científico da história, mas um agente fundamental dentro de sua estrutura, tanto por ter sido o espaço a partir do qual houve a estratégia de aproximação com o Estado-Nação americano quanto por ter assumido atividades voltadas ao ensino, gestão de documentos e estabelecimento de políticas públicas em prol do campo. Porém, além de agente desse campo, que atua na definição de sua forma, a AHA também pode ser

³³ Tomo as teorias como modelos ideais que auxiliam na inteligibilidade dos objetos em estudo, porém sempre limitadas em decorrência da singularidade de eventos e processos. No caso da teoria dos campos de Bourdieu, a ideia de espaço delimitado com regras de funcionamento próprias pode levar ao apagamento da fluidez que existe entre os diferentes espaços que compõem a sociedade, em que as suas fronteiras geralmente não são tão bem-definidas. Caso semelhante ocorre com a noção de “capital” como forma de poder que possui valor em determinado campo. Mesmo havendo a ressalva de que os capitais podem ser convertidos, não é possível afirmar categoricamente que um tipo não funciona em determinado local. Além disso, o seu volume não pode ser mensurado, assim como não é possível estabelecer em que ponto um tipo começa e outro termina. No caso da história, o período estudado é de formação do campo, sendo absolutamente impossível estabelecer, neste momento, as fronteiras com relação aos campos da filosofia e literatura dos quais buscou a independência, nem de seus vizinhos como economia e ciência política, que também passavam pelo mesmo processo. Ademais, ela é tomada como campo científico, mas tendo sido ocupada por diversos estadistas e desempenhado em diversos momentos um importante papel político de legitimação do Estado-nacional, não seria também um pouco campo político? Permanecendo nessa linha, quando tomamos um senador que também era historiador profissional, como medimos a proporção entre capital político e científico que o constituem? Pensando unicamente no capital científico, qual é a linha que define quando o capital científico puro se transforma em temporal? Enfim. Ciente de todos esses problemas, ainda considero essa teoria a melhor opção para este estudo porque ela dá conta da dimensão institucional das ciências e não as toma unicamente como disciplinares. Ainda, o problema da fixidez pode ser resolvido se levarmos em consideração que o campo condiciona os seus agentes ao mesmo tempo que é por eles condicionado, o que nos leva ao reconhecimento de sua historicidade: sendo a constante definição e redefinição de fronteiras e regras sua parte constituinte, mesmo que em formação, o campo da história americana da virada do século já era campo porque englobar sujeitos que hoje seriam tomados como cientistas políticos ou economistas era uma de suas características naquele momento. Com relação aos capitais, não haverá a pretensão de mensurar “volumes” e nem limites, e a indicação de quais capitais estavam presentes em cada sujeito serão antes para trazer inteligibilidade sobre a sua procedência, o tipo de poder de que dispunha e em que lugares esse poder era mais bem aceito, e não para engessá-los em posições arbitrariamente determinadas. Dito tudo isso, agradeço ao Arthur Lima de Avila e ao Wagner Geminiano pelos apontamentos sobre os limites e problemas da teoria dos campos para estudos de história da historiografia.

tomada como um lugar social de escrita dentro da acepção de Michel de Certeau, pois, mesmo que de modo muito incipiente no recorte da pesquisa, ela foi uma das instituições que atuou na definição e consolidação dos pilares epistemológicos que estruturariam a história-disciplina por ter sido um espaço promotor de debates entre pesquisadores, manteve uma revista especializada e instituiu prêmios para as melhores pesquisas disciplinadas.

Segundo de Certeau³⁴, a historiografia é uma operação que envolve um lugar social, práticas pretensamente científicas e uma escrita. Desse modo, toda a pesquisa historiográfica se dá em um lugar de produção, uma instituição do saber, e é a partir dele que se instauram os métodos da pesquisa e é ele quem confere legitimidade ao trabalho do historiador, uma vez que é a aprovação de seus pares que “habilita o locutor a falar o discurso historiográfico”³⁵. Sendo assim, uma obra de história “é o produto de um lugar”³⁶, isso ocorre porque o lugar tem uma função dupla, “[...] ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; excluiu do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa um papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise”³⁷.

A escrita da história é uma prática que necessita de uma técnica, definida pelo lugar e momento em que o historiador escreve. O material de análise do historiador é “o tempo”, e ele o trabalha para transformá-lo em história. Ele

[...] empreende uma manipulação que, como as outras, obedece a regras. Manipulação semelhante é aquela feita com o mineral já refinado. Transformando inicialmente matérias-primas (uma informação primária) em produtos *standard* (informações secundárias), ele os transporta de uma região da cultura (as “curiosidades”, os arquivos, as coleções etc.) para outra (a história)³⁸.

Mas nada disso ocorre ao acaso, até mesmo a seleção das fontes depende de seu lugar social de escrita. A escrita, terceira parte da operação, é uma representação que só é histórica “[...] quando articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática do desvio, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos”³⁹. Ela conduz a prática ao texto e está submetida a imposições do discurso, como uma cronologia (inversão da ordem da pesquisa, já que inicia no que seria seu ponto de

³⁴ DE CERTEAU, Michel. A Operação Historiográfica. In: DE CERTEAU, Michel (org.). **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

³⁵ Ibidem, p.72.

³⁶ Ibidem, p.73.

³⁷ Ibidem, p.77.

³⁸ Ibidem, p.79.

³⁹ Ibidem, p.93.

chegada), o encerramento do texto (a pesquisa é interminável, mas o texto tem um fim) e a substituição de um trabalho de lacuna por uma presença de sentido (a lacuna preenchida pelo texto é o princípio próprio da pesquisa). Nesse sentido, a escrita seria a imagem invertida da prática.

Mesmo levando em consideração que a AHA é um lugar social de escrita e que foi um dos agentes que atuou na definição dos pilares epistemológicos da disciplina, este estudo será dedicado exclusivamente à dimensão institucional da profissionalização do campo da história porquanto, no caso dos Estados Unidos, ainda não foi abordada como sendo fruto de articulações políticas por parte de seus agentes⁴⁰. Apesar disso, ele não deixa de estar situado no subcampo da história da historiografia porque os lugares de produção da história como espaços epistêmicos são também institucionais: as pesquisas são viabilizadas tanto pelas ideias que neles circulam quanto pelos recursos materiais dos quais dependem. O acesso a fontes primárias é um ótimo exemplo disso: o historiador, ao elaborar um projeto de pesquisa, precisa levar em consideração se os materiais com os quais ela será feita estão acessíveis em arquivos próximos, foram publicados, estão disponíveis em repositórios digitais, ou se todas as opções anteriores forem negativas, se receberá recursos para acessá-los. Sendo assim, ao abordar a atuação de historiadores a partir da AHA para a conquista das condições materiais para as atuações em história, esta tese se constituiu em um estudo de história institucional da historiografia.

Dentro do quadro teórico, não menos importante é a tomada de “gênero” como categoria de análise histórica, conforme propôs a historiadora estadunidense Joan Scott em 1986⁴¹, quando definiu gênero a partir de duas proposições interconectadas. Em primeiro lugar, como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, que implicaria quatro elementos inter-relacionados: como representações simbólicas; como conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos; instituições e organizações sociais (uma vez que diversas são as instâncias que, além do parentesco, constroem o gênero); e identidade subjetiva⁴². De acordo com Scott, esses elementos não operam simultaneamente, mas podem ser mobilizados para analisar qualquer processo social, como classe, raça e etnicidade. Contudo, o gênero é, ao mesmo tempo (e de modo interrelacional), “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder”, sendo

⁴⁰ A disciplinarização da história nos Estados Unidos já foi alvo de diversos estudos e, neste, não traria elementos novos para a compreensão de como o campo foi institucionalmente conquistado.

⁴¹ SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20(2), jul/dez 1995, p.71-99.

⁴² *Ibidem*, p.86-87.

ele “[...] um campo primário no qual e do qual ou por meio do qual o poder é articulado”, ele é o campo que persistentemente tem possibilitado a significação do poder nas culturas ocidentais⁴³.

As proposições de Scott são fundamentais não apenas para o entendimento da relação das mulheres na associação e no campo no período analisado por este estudo, mas porque lançam luz sobre a maneira como o campo disciplinar da história foi constituído nos Estados Unidos, em que a nova historiografia baseada na racionalidade científica se estabeleceu a partir da oposição à velha historiografia romântica; a objetividade foi tomada como virtude epistêmica central dos produtores de história, compreendida como uma postura intelectual mais facilmente alcançada por homens, enquanto as mulheres teriam suas produções impregnadas de passionalidade. Desse modo, como bem apontou Bonnie Smith em *The gender of History*⁴⁴, amadorismo foi logo associado ao feminino enquanto profissionalismo ao masculino. A objetividade como virtude epistêmica basilar da produção historiográfica não afetou somente a percepção sobre a capacidade das mulheres de produzirem historiografia, mas também a de pessoas negras, visto que estas também eram compreendidas como incapazes de serem neutras⁴⁵, o que vai ao encontro da teoria de Scott, em que, sendo as diferenças percebidas entre os sexos, a forma primária de dar significado às relações de poder, a raça, nesse caso, pode ser analisada a partir da categoria de gênero, pois, ao negar a capacidade de objetividade aos sujeitos racializados, os homens brancos (que dominavam a estrutura do campo no momento da disciplinarização da história) colocavam os negros no espectro do feminino, também incapaz de serem objetivos.

Isso não quer dizer que mulheres e afro-americanos não tenham atuado como historiadores profissionais e disciplinados nos anos tomados por este estudo, nem que não tenham feito parte do corpo de membros da AHA. No caso dos Estados Unidos, diferente do que ocorreu no início do processo de disciplinarização da história no Brasil, por exemplo, onde a consagração como historiador era dada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e tinha mais relação com o cumprimento de certas virtudes epistêmicas do que com o cumprimento de um método, e por isso se restringiu a certos homens públicos e eruditos⁴⁶, o

⁴³ Ibidem, p.88.

⁴⁴ SMITH, Bonnie G. **Gênero e História**: homens, mulheres e prática histórica. Bauru: Editora EDUSC, 2003.

⁴⁵ NOVICK, Peter. **That Noble Dream**... Op. cit.

⁴⁶ MELO, Jeane Carla Oliveira de. Mulheres letradas entre a história intelectual e as práticas historiográficas: breves considerações sobre a produção feminina e escrita da história nos oitocentos brasileiro. In: BARBOSA, S. M. (Org). **O lugar mulher**: gênero, agência e trabalho (séculos XVIII, XIX, XX). Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2022; OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações femininas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v.11, n.28, set-dez, 2018, p.104-140.

reconhecimento como historiador no país estudado se dava por outros mecanismos, como a formação acadêmica (visto que a institucionalização universitária da história começou de modo precoce em relação ao Brasil), de modo que mulheres e afro-americanos não tiveram o reconhecimento como historiadores negados *a priori* pelo campo em construção, mas sim questionadas suas capacidades de serem profissionais com o mesmo nível dos homens brancos por terem suas capacidades de objetividade negadas.

A presença desses sujeitos na associação (no período abordado neste estudo, não contempla o Conselho Executivo que, até 1915, foi ocupado exclusivamente por homens brancos) não afetou a estrutura daquele microcosmo. Como apontou Joan Scott em seu importante texto *American Women Historians, 1884-1984*⁴⁷, estudos sobre a expansão da participação de sujeitos na vida social e política geralmente assumem um modelo mecânico de mudança em que são tomados dados quantitativos de acesso a instituições para mensurar a participação desses grupos, mas, apesar de ser importante levar em consideração esses dados, eles não elucidam como foram recebidos, incorporados, e se essa incorporação afetou a identidade mais ampla da instituição⁴⁸. Mulheres e afro-americanos estiveram presentes na AHA desde os seus primeiros anos de funcionamento, todavia, não bastou que “cruzassem a porta”, porque isso não alterou os pilares epistemológicos sobre os quais a disciplina estava sendo estruturada, nem os problemas de discriminação de gênero e raça foram minimizados; o ator arquetípico da história, o agente universal, foi (e continua sendo) usualmente corporificado na forma de homem branco⁴⁹. Para Scott, é através do exame da articulação da diferença, da hierarquia e relações desiguais entre os diferentes grupos, que as interdependências entre conhecimento e comportamento organizacional ficam mais evidentes, “podemos entender melhor o significado completo das identidades ocupacionais quando vemos não apenas quem está incluído nelas, mas como as diferenças entre os profissionais são tratadas, quais diferenças importam, como são compreendidas e se e como mudam ao longo do tempo”. Sendo assim, a diferença possibilitaria *insights* sobre o que chamou de “cultura da profissão” ou “políticas da disciplina”⁵⁰.

A história foi constituída como campo científico a partir da crença na inferioridade intelectual das mulheres, tomadas como incapazes de objetividade, e os desdobramentos dessa

⁴⁷ SCOTT, Joan W. *American Women Historians, 1884-1984*. In: SCOTT, Joan W. (org.) **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988, p.178-198.

⁴⁸ Ibidem, p.178.

⁴⁹ Ibidem, p.179.

⁵⁰ “we can better understand the full meaning of occupational identities when we see not only who is included in them but how differences among practitioners are dealt with, which differences matter, how they are understood, and whether and how they change over time” Ibidem, p.179.

crença não ficaram restritos ao âmbito epistêmico da disciplina pois influenciaram diretamente a conformação e ocupação de seus espaços institucionais. Desse modo, neste estudo, as mulheres se farão presentes eminentemente pela ausência, pois a abordagem teórica que considera as relações de gênero não deve ser reduzida à busca por “contribuições femininas” a determinados eventos⁵¹, e sim ao modo como as diferenças percebidas entre os sexos conformaram espaços, instituições, mentalidades e processos históricos. Nos primeiros 31 anos da AHA, as mulheres a compuseram eminentemente como expectadoras, visto que foram impedidas de compor as instâncias de comando e raramente apresentaram textos nos encontros anuais ou os publicaram na AHR, de modo que essa presença, limitada e controlada por homens, impediu que abalasse tanto as bases institucionais da associação quanto, de modo mais amplo, as bases epistemológicas da disciplina. Nos raros momentos em que apresentaram, publicaram ou foram nomeadas para atuar em alguma comissão de trabalho, a “permissão” para essas manifestações esteve condicionada à reprodução das práticas disciplinares masculinas consagradas como legítimas para o campo⁵². Dessa forma, a mobilização da categoria “gênero” se faz indispensável para percebermos a AHA de fins do século XIX até meados do século XX como entidade essencialmente masculina, visto que a percepção das mulheres como sujeitos epistêmicos inferiores que dominava não somente o campo da história, mas o campo das ciências de modo amplo, foi determinante para a postura ativa de excluí-las.

Por fim, destaco que fundamental para este estudo é a compreensão de que a história se constituiu como campo científico através de dois processos combinados, mas distintos: o de profissionalização e o de disciplinarização, sendo o segundo uma das dimensões do primeiro, mesmo que não necessariamente ocorram ao mesmo tempo, como no caso do Brasil, em que a história-disciplina antecedeu a profissão. Compreendo que não tem havido a devida diferenciação entre ambos, causando pelo menos dois grandes problemas para a compreensão mais profunda sobre o campo da história: a tomada da docência universitária combinada com a pesquisa como a profissão por excelência da história, sem levar em consideração que são

⁵¹ Como apontou Diva do Couto Contijo Muniz em “Sobre História e Historiografia da Mulheres”, apesar da categoria “gênero” ter sido idealizada como instrumento analítico para uma reescrita da história que levasse em consideração as diferenças percebidas entre os sexos, acabou sendo incorporada ao campo da História das Mulheres e “sob denominações diferentes e aproximadas – História das Mulheres/Estudos de Gênero – efetivou-se a apropriação e incorporação do gênero como sinônimo de mulher e por oposição ao sexo”. MUNIZ, Diva do Couto Contijo. Sobre História e Historiografia da Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v.31, n.1, jan./jun. 2018. p.161

⁵² No recorte deste estudo, nenhum texto sobre história das mulheres escrito por mulheres foi apresentado nos encontros da AHA ou publicado na AHR, sendo suas contribuições intelectuais textos escritos a partir do que a disciplina enquanto episteme masculina considerava adequado. O controle do campo exercido pelos homens não se deu unicamente no microcosmo da associação, mas através do domínio sobre diversos espaços que o compunham: cátedras, cargos administrativos, editoras, periódicos etc.

diversas as atividades profissionais que têm como base a mesma disciplina⁵³; a ideia de que a conquista do espaço para a atuação de profissionais em história se deu unicamente pela afirmação da cientificidade da disciplina, apagando as disputas políticas que foram centrais para a conquista desses espaços e dos meios necessários para a realização das pesquisas. Desse modo, mesmo tomando a disciplinarização como um aspecto da profissionalização, tomei a difícil decisão teórica de excluí-la deste estudo, sendo ela abordada apenas no primeiro capítulo e unicamente para informar sobre qual disciplina a história se profissionalizou e também porque, em diversas situações, os dois processos estiveram tão imbricados que se tornou quase impossível diferenciá-los, como foi o caso do envolvimento da AHA na elaboração do currículo para o ensino secundário, que serviu tanto para estabelecer a concepção de história corrente no fim do século XIX quanto para garantir possibilidades profissionais nas escolas para os formados com ênfase em história.

Tomo “profissionalização” a partir da combinação de suas teorias que se propõem excludentes. A primeira, proposta pelo sociólogo americano Harold Wilensky, parte de uma percepção corrente na época em que foi publicada, década de 1960, de que uma atividade se constituiria como profissão quando completasse algumas etapas, que seriam: (a) momento em que começa a ser uma atividade de tempo integral; (b) surgimento da demanda por treinamento; (c) formação de uma associação profissional; (d) conquista do reconhecimento legal; (e) código formal de ética⁵⁴.

Para o sociólogo, o “primeiro óbvio passo” seria o momento em que a atividade em questão passa a ser realizada em tempo integral, em um primeiro momento por pessoas que realizavam outras atividades⁵⁵. A realização da atividade em tempo integral, constituindo meio de vida ao praticante, demandaria treinamento, fazendo com que escolas de treinamento fossem estabelecidas a partir da organização dos primeiros profissionais, que acabam sendo também, de maneira geral, os primeiros professores. Se essas escolas de treinamento não começam dentro das universidades, elas eventualmente procuram contato com essas instituições por serem centros de pesquisa. Logo após viria a formação de associações profissionais, mas Wilensky pontua que em alguns casos elas vêm antes das escolas técnicas, sendo, inclusive,

⁵³ O historiador americano James M. Banner Jr. abordou os problemas na formação de profissionais em história causados pelo costume que os departamentos de história têm de preparar os estudantes para serem pesquisadores quando ela não é a única profissão que tem como base a história disciplinada. BANNER JR. **Being a Historian...** Op. cit.

⁵⁴ WILENSKY, Harold L. The professionalization of everyone. In. **American Journal of Sociology**, v.70, n.2, set. 1964, p.137-158.

⁵⁵ Ibidem, p.142.

uma força mobilizadora para o seu estabelecimento⁵⁶. As associações teriam o papel fundamental de definir quem pode e quem não pode realizar a atividade, separando os competentes dos incompetentes através da definição das tarefas essenciais, gerando competição com pessoas de fora que realizam trabalho semelhante⁵⁷. Finalmente, um código de ética pode ser adotado para estabelecer regras eliminando os não qualificados ou sem escrúpulos, reduzindo a concorrência interna e garantindo a qualidade do serviço⁵⁸.

Aplicando o modelo a diversas atividades que haviam supostamente se profissionalizado, o sociólogo chegou à conclusão de que, de maneira geral, ocorreriam desvios na sequência e que as atividades mais novas, muitas vezes, encontram-se em contextos organizacionais que ameaçam a autonomia do serviço, afetando consequentemente os critérios de qualidade e de inclusão e exclusão de profissionais impedindo a atividade de alcançar uma efetiva profissionalização. Dessa forma, Wilensky concluiu que poucas ocupações se tornaram efetivamente profissões.

Esse modelo tornou-se um cânone dos estudos sobre profissionalização, mas, como ele, outros também baseados em etapas a serem cumpridas foram desenvolvidos, por exemplo, o de Theodore Caplow, em *The Sociology of Work*⁵⁹, em que o caminho seria: estabelecimento de uma associação; mudança do nome da atividade para marcar uma ruptura com o passado; estabelecimento de um código de ética; e, por fim, o reconhecimento legal. Esses modelos foram duramente criticados por não serem capazes de explicar diversas atividades profissionais e por ampararem-se em marcos inaugurais, dando pouca ou nenhuma importância para as dinâmicas internas das profissões.

Entre os críticos da abordagem etapista da profissionalização, encontra-se Andrew Abbott⁶⁰, que chegou a optar por renunciar ao conceito, adotando a noção de “sistemas de profissões” em seu estudo publicado em 1988, *The system of professions*. Para Abbot, o principal problema da ideia de profissionalização é que ela carrega a noção de que as profissões se desenvolvem a partir de um padrão comum. Além disso, a ênfase da análise recairia sobre as estruturas ao invés do trabalho:

Nos escritores estruturalistas – três dos quais acabei de discutir (Millerson, Wilensky, Caplow) – as funções desapareceram e apenas a estrutura permaneceu. A profissão era apenas uma forma de controle ocupacional; o

⁵⁶ Ibidem, p.144.

⁵⁷ Ibidem, p.144.

⁵⁸ Ibidem, p.145.

⁵⁹ CAPLOW, Theodoro. **The Sociology of Work**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1954.

⁶⁰ ABBOTT, Andrew Delano. **The system of professions: an essay on the division of expert labor**. Chicago, University of Chicago Press, 1988. *E-book*.

conteúdo do trabalho e a relação especialista-cliente eram menos importantes. A profissionalização se tornou uma explicação de por que as profissões exibiam propriedades tão diversas; a resposta foi a de que algumas não haviam acabado de se profissionalizar⁶¹.

O sociólogo defende que a complexidade individual de cada profissão impossibilitaria o estudo através de um modelo comum, devendo eles ser caso a caso, na busca por compreender como determinados grupos ocupacionais passam a controlar a aquisição e a aplicação de formar de conhecimento. Nessa concepção, as profissões se desenvolvem quando jurisdições sobre uma atividade ficam vagas, e isso ocorreria porque foram criadas recentemente ou porque uma profissão a abandonou por completo ou perdeu o controle sobre ela.

A constituição de uma profissão corresponde à disputa interprofissional por esse controle, sendo o controle sem competição trivial. Nesse sentido, somente o estudo das competições por jurisdição sobre uma atividade poderia mostrar como certas ocupações controlam seu conhecimento e aplicação, sendo essa a história das profissões que importaria:

As profissões constituem um sistema interdependente. Nesse sistema, cada profissão tem suas atividades sob vários tipos de jurisdição. Às vezes tem controle total, às vezes controle subordinado a outro grupo. Os limites jurisdicionais estão continuamente em disputa, tanto na prática local como nas reivindicações nacionais. É a história das disputas jurisdicionais que é a real e determinante história das profissões. As reivindicações jurisdicionais fornecem o ímpeto e o padrão para o desenvolvimento organizacional. Assim, uma sociologia histórica eficaz das profissões deve começar com estudos de caso de jurisdições e disputas de jurisdição. Deve então colocar essas disputas em um contexto mais amplo, considerando o sistema de profissões como um todo. Deve estudar esses sistemas em evolução em vários países para avaliar os fatores exógenos que moldam os sistemas de profissões. Somente a partir de tais retratos pode-se derivar um modelo eficaz para compreender e prever o desenvolvimento profissional nas sociedades modernas em geral⁶².

Para Abbott, o seu modelo teórico de sistema mostraria como um conjunto de casos poderiam ser analisados sem assumir um padrão de carreira comum, como ocorreria no conceito

⁶¹ “*In the structuralist writers — three of whom I have just discussed (Millerson, Wilensky, Caplow) — the functions disappeared and the structure alone remained. Profession was merely a form of occupational control; the content of work and the expert-client relation were less important. Professionalization here became an explanation of why the professions displayed such diverse properties; the answer was that some had not finished professionalizing.*” Ibidem.

⁶² “*The professions, that is, make up an interdependent system. In this system, each profession has its activities under various kinds of jurisdiction. Sometimes it has full control, sometimes control subordinate to another group. Jurisdictional boundaries are perpetually in dispute, both in local practice and in national claims. It is the history of jurisdictional disputes that is the real, the determining history of the professions. Jurisdictional claims furnish the impetus and the pattern to organizational developments. Thus an effective historical sociology of professions must begin with case studies of jurisdictions and jurisdiction disputes. It must then place these disputes in a larger context, considering the system of professions as a whole. It must study such evolving systems in several countries to assess exogenous factors shaping systems of professions. Only from such portraits can one derive an effective model for understanding and predicting professional development in modern societies generally.*” Ibidem.

de profissionalização, mudando a ênfase das estruturas para as disputas por jurisdição profissional, demonstrando, assim, como profissões foram constituídas através da vitória sobre o domínio de uma atividade.

Mesmo que os modelos teóricos de Wilensky e Abbott se proponham como excludentes, nesta pesquisa são mobilizadas conjuntamente por conta das características do campo em estudo. Ao enfatizar o trabalho e a disputa pela sua jurisdição, a abordagem sistemática se coloca em oposição à etapista por esta colocar as estruturas institucionais como principal requisito da definição de profissão, relegando os casos que por diversos motivos não se encaixem nesse modelo ao *status* de “semiprofissão”. Dessa forma, esse modelo teórico seria uma ferramenta incapaz de explicar de maneira mais profunda o objeto por se ater mais às formas do que ao conteúdo. A compreensão de que os dois modelos podem ser combinados parte, primeiramente, da apreensão de que a história de fato profissionalizou-se a partir de modelo tradicional de constituição de profissão: a partir de meados da década de 1870, começaram a surgir os primeiros sujeitos dedicados exclusivamente ao ensino e pesquisa de história nas universidades, escolas e gestão de documentos; na década seguinte, foram criados os primeiros cursos superiores de história, e logo depois uma associação nacional foi fundada. Em 1889, a associação foi incorporada ao Congresso, representando o reconhecimento legal da profissão. Mas não apenas por isso, principalmente por compreender que, no caso da história, a construção do campo não se deu apenas através da conquista de jurisdição sobre a atividade de pesquisa e ensino sobre o passado, mas também através de disputas e articulações em função da estruturação das bases institucionais necessárias para a sua realização: conquista de locais de emprego; estabelecimento espaços de sociabilidade, debates e organização do campo; meios de divulgação e circulação dos produtos do trabalho; conquista de materiais e ferramentas para as pesquisas. Nesse caso, abordagens que oponham “forma e conteúdo” são incapazes de nos ajudar a compreender o objeto em sua totalidade e complexidade.

De maneira sintética, é possível afirmar que a história se profissionalizou nos Estados Unidos no último quarto do século XIX pela definição da jurisdição da atividade, da construção do aparato institucional para a realização das pesquisas e da definição de uma disciplina para a prática. Se existe um ponto que é mais ou menos consensual entre os dois modelos teóricos de constituição de profissões é que elas surgem a partir de atividades realizadas anteriormente ou por outro grupo profissional ou por amadores. Um exemplo de campo profissional que nasceu a partir do abandono de uma atividade que costumava ser exercida por uma profissão existente previamente nos Estados Unidos é a Arquivologia, a qual originalmente compunha o grande “empreendimento histórico”.

Nos primeiros anos da AHA, gestão de documentos e pesquisa não eram atividades necessariamente separadas. Era extremamente comum bibliotecários responsáveis por acervos documentais realizarem pesquisas históricas, ao mesmo tempo que pesquisadores universitários geriam documentos. Frederick Jackson Turner, por exemplo, trabalhou alguns anos em uma biblioteca após aposentar-se; J. Franklin Jameson realizou pesquisas ao longo de toda a sua vida, tendo publicado inúmeros artigos e livros e, mesmo assim, ainda jovem, abandonou a atuação acadêmica e dedicou-se aos arquivos ao aceitar a posição de diretor do *Department of Historical Research* (DHR) da *Carnegie Institution of Washington* (CIW). No momento em que a AHA foi fundada, a gestão de documentos e publicação e manuscritos inéditos era um dos objetivos da associação, tendo sido, inclusive, um espaço que abrigava debates sobre essa atividade.

Robert Townsend⁶³ demonstrou que, com o passar do tempo, as atividades de pesquisa e gestão de documentos foram sendo progressivamente separadas, muito por conta do grau de especialização que cada uma assumia, em que, no caso da segunda, o emprego de novas tecnologias de preservação e cópia demandavam conhecimentos específicos, transformando-se aos poucos em atividade de tempo integral. Concomitantemente, a liderança da AHA ia progressivamente sendo dominada por historiadores acadêmicos, fazendo com que o foco da associação deixasse de ser no amplo “empreendimento histórico” e tornasse-se cada vez mais a atividade de pesquisa. Os espaços de debates sobre práticas arquivísticas foram diminuindo, até chegar ao ponto em que os gestores de documentos criaram a sua própria associação. Já a pesquisa em história faz parte do grupo de atividades que eram realizadas por amadores antes de se constituírem em campo profissional e não uma fragmentação de campo profissional já existente.

Além da definição da jurisdição e conquista da estrutura, a profissionalização de uma atividade também passa pela definição das regras da prática da atividade à qual se dedica, e que, em última instância, será o critério de classificação que separará profissionais de amadores. No caso da história e de outras atividades profissionais acadêmicas, essa construção (disciplinarização) se dará através de disputas pela definição de fronteiras disciplinares, do estabelecimento dos pilares epistemológicos da atividade, da definição de posturas apropriadas dos profissionais perante a prática, da aceitação e introjeção da lógica e estruturação acadêmica.

De acordo com a definição da palavra que consta no *Oxford Dictionary of English*, “disciplina” significa “a prática de treinar pessoas para obedecer regras ou códigos de

⁶³ TOWNSEND. *History's Babel...* Op. cit.

comportamento, utilizando punições para corrigir a desobediência; o comportamento controlado resultante desse treinamento; atividade que proporcione treinamento mental ou físico; um sistema de regras de conduta”; Já “disciplinar” aparece como “[treinar] (alguém) para obedecer a regras ou código de comportamento, utilizando punição para corrigir a desobediência; punir ou repreender formalmente por uma ofensa: (disciplinar-se para fazer algo) treinar-se para fazer algo de forma controlada e habitual”. De modo bastante conveniente, a mesma palavra possui um segundo significado: “um ramo do conhecimento, normalmente estudado no ensino superior”⁶⁴.

Cotidianamente, mobiliza-se a palavra em sua segunda acepção para se referir aos diversos campos de conhecimento, e ela é tomada como homônimo perfeito de “disciplina” na primeira acepção apresentada. Porém, são raros os momentos em que se reflete profundamente sobre o que é uma disciplina científica e, conseqüentemente, é notório o quanto a dimensão de regramento da primeira acepção está profundamente inserida na segunda, não sendo gratuito o emprego da mesma palavra para se referir genericamente aos diversos campos de conhecimento científicos.

Em *A short history of knowledge formations*⁶⁵, Peter Weingart pontuou que a categorização do conhecimento em disciplinas científicas é uma forma possível de classificar o conhecimento. É importante destacar o elemento “uma forma possível” da afirmação anterior, pois denota que o modo de organização a que se está familiarizado não é natural, mas sim um fenômeno histórico, apenas mais uma entre as tantas formas adotadas ao longo da história ocidental de classificação.

O modo disciplinar moderno de classificar o conhecimento é baseado na ordenação por assuntos, ao passo que o modelo de Francis Bacon, por exemplo, seguia o princípio de abordagem ou método de obtenção do conhecimento. Bacon diferenciava as obras da natureza e dos seres humanos em História Natural e Civil, ao passo que as ciências se distinguiam em teologia e filosofia, e a filosofia em Doutrina da Divindade (Teologia Natural), Doutrina da Natureza e Doutrina do Homem. Esses ramos eram ainda subdivididos em classificações menores, mas o que importava para Weingart ao mobilizar o esquema de classificações de Bacon era mostrar que o princípio que a guiava era diferente ao que se está acostumado e parece

⁶⁴ “the practice of training people to obey rules or a code of behavior, using punishment to correct disobedience; the controlled behavior resulting from such training; activity that provides mental or physical training; a system of rules of conduct”; “[to] train (someone) to obey rules or a code of behavior, using punishment to correct disobedience; punish or rebuke formally for an offence: (discipline oneself to do something) train oneself to do something in a controlled and habitual way”; “a branch of knowledge, typically one studied in higher education”

⁶⁵ WEINGART, Peter. *A short history of knowledge formations*. In: KLIEN, Julie Thompson & MITCHAM, Carl (org.) **The Oxford Handbook of Interdisciplinarity**. Oxford: Oxford University Press, 3-14.

óbvio. Até o século XIX, a diferenciação disciplinar era secundária, medicina, por exemplo, dentro do esquema de Bacon, fazia parte da Filosofia Humana, “Essas disciplinas não tinham uma função social própria, apenas serviam como repositórios de conhecimentos autorizados”⁶⁶.

As disciplinas se tornaram o modo por excelência de classificar o conhecimento a partir do século XIX, como resultado de um processo iniciado séculos antes de aumento da atividade de cientistas em comunidades que gerou grande volume de dados os quais demandavam técnicas cada vez mais específicas para serem analisados, “A quantidade de dados experimentais e teorias da ciência cresceu para uma massa crítica que gerou inovações e motivou mais pesquisas. Ao mesmo tempo, o crescimento aumentou a pressão para tratar os dados seletivamente de acordo com critérios específicos da ciência. Essa é a essência da diferenciação”⁶⁷.

Segundo Weintgart, a diferenciação ocorreu a partir de dois movimentos: de aumento da abstração, no qual a experiência é mediada por conceitos e teorias, e de expansão do modo científico moderno a uma infinidade de temas (novamente, a história pode ser tomada como exemplo, uma vez que, antes de seu processo de disciplinarização, o passado não era estudado através de métodos que se pretendem científicos)⁶⁸. Alguns elementos caracterizam a organização disciplinar: problemas de pesquisa surgidos dentro do campo científico e não tanto por demandas externas; julgamento da relevância como objeto de controle de grupos acadêmicos; especialização da linguagem e léxicos próprios aos campos; consequente afastamento do público não especializado; perda da unidade científica; universidades e associações acadêmicas como organizadoras do conhecimento científico, e não mais academias generalistas etc.

O que salta aos olhos quando se nota os elementos que para Weintgart caracterizam o modelo disciplinar é que as disciplinas são comunidades fechadas em decorrência de seu alto grau de especialização, e isso traz de volta ao significado primeiro da palavra, que, como visto, diz respeito ao treinamento para a ação pautada por regras, sendo o erro passível de punição.

Desse modo, uma disciplina acadêmica é um campo de conhecimento bem definido através de uma identidade que lhe torna único e protegido por fronteiras que o apartam de outros campos. Essa identidade é estabelecida pela definição do objeto ao qual o campo irá se dedicar;

⁶⁶ “*These disciplines did not have a social function of their own but only served as repositories of certified knowledge.*” Ibidem, p.5.

⁶⁷ “*The amount of experiential data and theories of science grew to a critical mass which generated innovations and motivated further research. At the same time, growth increases the pressure to treat data selectively according to criteria specific to science. That is the essence of differentiation*” Ibidem, p.7.

⁶⁸ Ibidem, p.7.

dos métodos, procedimentos, conceitos e teorias que possibilitarão o seu estudo; das crenças e valores que estruturarão o campo e definirão as virtudes e pecados imperdoáveis; dos critérios para o ingresso à sua comunidade (formação, títulos, conhecimentos mínimos, habilidades etc.); código de conduta de seus praticantes; maneira de narrar os resultados. Tanto quanto as regras (talvez até mais), as proibições são centrais na definição da identidade disciplinar; saber o que não é o campo é tão importante quanto saber o que ele é no momento da construção dos muros que demarcarão os limites entre o que está dentro e o que está fora de sua jurisdição; saber quais são as práticas autorizadas assim como as vetadas é pré-requisito para a filiação de um novo membro; agir de acordo com as normas é o que mantém um estudo inserido dentro dos muros de uma disciplina, ao passo que o não cumprimento das regras abala as estruturas que delimitam as fronteiras do campo e o torna passível de ser deportado. Sendo assim, dentro da definição de “disciplina” que utilizo neste estudo, “disciplinarização” é o processo pelo qual uma área de conhecimento se torna um campo controlado por um conjunto de normas que, ao mesmo tempo que controlam as práticas, definem a sua identidade disciplinar, tornando-o único e diferente dos outros.

A noção de identidade é indispensável quando se fala de disciplinarização de campos acadêmicos, porque o processo de diferenciação que forma os campos tem tudo a ver com separação através da definição por atos de linguagem do que se é em oposição ao que não se é, representado pelo(s) outro(s)⁶⁹. O momento histórico em que a organização do conhecimento passou a ser disciplinar pressupôs a fragmentação do conhecimento em diversos campos autônomos que justificam a sua existência e reivindicam sua importância através da afirmação de sua capacidade de analisar objetos sociais ou naturais por virtudes epistêmicas que lhes seriam únicas, de tal modo que somente aqueles que possuíssem as credenciais necessárias seriam capazes de realizar tal tarefa. Não é possível migrar de um campo a outro, a não ser que se adquira as credenciais necessárias, e isso ocorre principalmente porque, no processo de diferenciação científica em que as áreas de conhecimento se tornaram disciplinas acadêmicas, os campos disciplinares tornaram-se também campos profissionais, e a exigência de um passaporte carimbado para adentrar o campo se torna um meio de reserva de vagas e controle sobre os postos profissionais.

A contínua afirmação das virtudes que lhes são únicas é o que protege a sua existência como campo autônomo; tomar de empréstimo métodos de outros campos estremece fronteiras e gera o temor de que territórios sejam confundidos a ponto de serem unificados; questionar a

⁶⁹ SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p.73-102.

cientificidade dos métodos pode romper de tal forma a fronteira entre prática especializada e amadora a ponto de o território ser permanentemente ocupado pelo amadorismo. Não pretendo aqui adentrar a seara da valoração da proteção da disciplina (se ela é o que garante a proteção dos males externos que a querem destruir ou se ela é o câncer que faz com que fiquem cada vez mais fechadas em si mesmas e irrelevantes às demandas da sociedade), mas sim demonstrar que esse modo de organizar o conhecimento tem como características centrais a afirmação de uma identidade que o torna único, e que se proteger com unhas e dentes dos “outros” que frequentemente são vistos como ameaças é uma atitude normalizada.

E esses “outros” não são necessariamente as outras disciplinas em sua totalidade – até porque é a existência delas como alteridade o que torna possível a afirmação da identidade singular de uma disciplina –, mas sim a transposição de valores e métodos entre fronteiras. Não se vê, por exemplo, um historiador dizer que odeia literatura, mas sim considerar que figuras de linguagem não deveriam ser utilizadas em pesquisas de história porque a linguagem científica deveria ser transparente. Não se vê um historiador repudiar as ciências sociais, porém criticar o uso de teorias provindas desse campo por tornarem porosas as fronteiras que separam as jurisdições. Também não se encontra historiadores que sejam contra o jornalismo (muito pelo contrário, em geral consideram que esse campo possibilita fontes para o estudo de eventos históricos, além de sua importância fundamental no funcionamento das democracias), contudo são comuns os indignados pela não tão incomum invasão de fronteiras em que jornalistas publicam textos de história. Ou seja, a existência dos outros por si só não é o problema, mas sim a migração indiscriminada.

Mesmo a disciplinarização não sendo objeto deste estudo, é importante pontuar que os anos aqui tomados foram de definição da identidade disciplinar da história, da diferenciação de jurisdição perante outras atividades que surgiam – como as ciências econômicas, a ciência política e a geografia –, do estabelecimento das virtudes do bom pesquisador e da progressiva invalidação dos diletantes perante os disciplinados. Essa dimensão epistemológica da formação do campo científico da história foi objeto de estudos de diversos historiadores americanos ao longo do século XX e XXI, e esta pesquisa deve muito aos caminhos já trilhados, todavia, justamente pelo reconhecimento de que a disciplinarização da história já foi satisfatoriamente estudada e de que eu não teria contribuições novas para o entendimento da questão, dediquei-me à dimensão política da formação do campo na esperança de avançar em algumas questões que ainda não foram tocadas nas obras dedicadas exclusivamente à formação desse campo.

Em 1973, o historiador americano John Higham publicou *History – Professional Scholarship in America*⁷⁰, livro que se tornaria o manual sobre a constituição do campo científico da história nos Estados Unidos. Esta obra aborda de modo amplo a transformação da atividade, partindo do contexto social americano e de reestruturação dos campos do conhecimento, passando para a fundação da *American Historical Association* e abordando as primeiras correntes teóricas que dominaram o campo. O trabalho de Higham é um clássico para quem estuda a história da historiografia americana, mas compreendo que falha ao “amarrar” profissionalização e disciplinarização como processos indissociáveis, como se o primeiro fosse o resultado lógico do segundo. Dessa forma, perde-se de vista as posições ativas adotadas pelos primeiros historiadores disciplinados para construir as bases institucionais necessárias para a pesquisa e para conquistar espaços de atuação profissional.

Doze anos depois, o historiador Peter Novick publicou *That Noble Dream: The “Objectivity Question” and the American Historical Profession*⁷¹, que se tornou indispensável para quem estuda a construção das bases epistemológicas da disciplina. Novick fez uma análise profunda sobre a questão da objetividade ao longo dos mais de 100 anos da atividade, demonstrando como essa virtude foi fundamental para a construção de uma historiografia pretensamente científica e como se manteve viva geração após geração, mas adotando sentidos diferentes. Dessa maneira, o autor deteve-se unicamente às questões relativas à disciplinarização sem tocar questões de base institucional – o que é absolutamente compreensível, uma vez que o seu objetivo era justamente se debruçar sobre questões epistemológicas da construção do campo.

Já no século XXI, foram publicadas duas obras dedicadas às profissões em história. Movido pela compreensão do problema da crise profissional do campo nos Estados Unidos, o historiador James M. Banner Jr., em *Being a Historian*⁷², não abordou propriamente a construção do campo e sim as suas diversas atividades profissionais. O seu argumento é que seria essencial que os departamentos de história comesçassem a levar em consideração que a história-disciplina serviria de base para diversas profissões, preparando assim os seus estudantes para essas atividades e não somente para a pesquisa. Desse modo, este livro traz uma contribuição fundamental: a separação das dimensões “disciplina” e “profissão” que constituem o campo científico da história tendo como fim contribuir para o problema da crise profissional.

⁷⁰ HIGHAM. **History**... Op. cit.

⁷¹ NOVICK. **That Noble Dream**... Op. cit.

⁷² BANNER JR. **Being a Historian**... Op. cit.

Apesar do ineditismo da abordagem, este livro também não teve como objeto as disputas de natureza política para a construção das profissões.

O estudo mais recente (e o mais presente no decorrer desta pesquisa) é o *History's Babel*, publicado em 2013 por Robert Townsend. O historiador, que à época que o publicou trabalhava na *American Historical Association*, lançou mão do arquivo da associação em uma pesquisa em que buscou demonstrar que a definição da jurisdição profissional da história foi um processo ocorrido ao longo de quase 60 anos. Nesse sentido, ele argumentou que inicialmente a AHA abrigava todos os profissionais do “grande empreendimento histórico”: pesquisadores, professores universitários, bibliotecários, arquivistas e professores do ensino básico. Isso porque diversos campos estavam ainda em processo de especialização e o empreendimento histórico, estando no fim do século XIX ainda no início desse processo, possibilitava muitos caminhos profissionais. Progressivamente, a complexificação de cada atividade e intensificação da especialização fez com que essas atividades demandassem conhecimentos e técnicas cada vez mais específicos e, por outro lado, os cargos de poder da associação eram ocupados por pesquisadores disciplinados dos grandes centros americanos, e os representantes das outras atividades tiveram seu espaço de atuação reduzido no Conselho Executivo da associação. Isso se refletiu na composição de mesas e comitês, dominados cada vez mais por debates referentes à pesquisa universitária, levando esses grupos a abandonar a AHA e criarem suas próprias associações, pondo fim ao grande empreendimento histórico. Esta obra foi fundamental neste estudo porque é a única que se dedica à profissionalização, mas, tendo sido amparada exclusivamente na teoria do sistema de profissões de Abbott, ficou restrita ao mapeamento da definição da jurisdição do campo, não sendo considerada a dimensão política do processo.

No Brasil, ainda são poucos os estudos que tematizaram a historiografia americana, apesar disso, algumas obras se destacam. Em 1995, foi publicado um pequeno livro póstumo de Gerson Moura, *História de uma História*, manual em que o pesquisador apresentou sinteticamente as principais correntes historiográficas dos Estados Unidos desde o início de seu processo de disciplinarização e tem sido um importante trabalho para os que buscam um panorama geral sobre a historiografia daquele país.

Em 2006, Arthur Lima de Avila defendeu a dissertação *E da fronteira veio um pioneiro*. Nesse estudo, abordou a obra de Frederick Jackson Turner, que foi um dos grandes nomes da disciplinarização da história naquele país por ter desenvolvido a *frontier thesis*, teoria sobre o desenvolvimento histórico americano que atribuía o nascimento da democracia americana à conquista do Oeste pelos pioneiros fronteiriços. Essa teoria foi a mais aceita no meio acadêmico durante décadas e encontrou ressonância entre o público leigo. Em sua pesquisa, Avila

demonstrou que a razão de seu sucesso estaria na presença de elementos do Mito da Fronteira que enfatizavam o excepcionalismo americano e justificavam a conquista do Oeste como missão civilizatória. Desse modo, Turner teria tornado científico o mito que há muito tempo fazia parte da cultura daquele país⁷³.

Quatro anos mais tarde, Avila defendeu uma tese de doutorado também dedicada à historiografia americana. Em *Território Contestado*⁷⁴, abordou as disputas sobre a história do Oeste ocorridas entre as décadas de 1980 e 1990. Nelas, historiadores buscaram rever a narrativa otimista sobre a conquista que fora fundada por Turner, enfatizando os aspectos trágicos desse movimento. Essa perspectiva revisionista encontrou resistência entre historiadores profissionais *turnerianos* e elementos da opinião pública preocupados com o seu impacto para a identidade americana.

Cesar Perpétuo escreveu *Historiografia americana em revista*⁷⁵, dissertação na qual abordou as tendências editoriais da *American Historical Review* entre 1895 e 1915 através de análises estatísticas sobre quem eram os sujeitos que nela publicavam e quais eram os temas mais recorrentes dos artigos. Tendo a AHR sido o único periódico especializado em história desse período nos EUA, esse representa um importante estudo para se ter uma visão ampla sobre a historiografia do período.

Além desses estudos mais sistemáticos, Paulo Knauss⁷⁶ realizou um importante trabalho ao traduzir os quatro principais ensaios de Frederick Jackson Turner⁷⁷, que mesmo tendo sido um dos principais historiadores do período da disciplinarização da história dos Estados Unidos e tido sua teoria mobilizada em estudos sobre cultura política e fronteira no Brasil, não havia sido traduzido por aqui, tendo sido muito citado a partir de leituras de segunda mão, principalmente de Gilberto Freyre.

⁷³ AVILA, Arthur Lima. **E da Fronteira veio um Pioneiro**: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

⁷⁴ AVILA, Arthur Lima de. **Território contestado**: a reescrita da história do oeste norte-americano: c.1985-c.1995. 2010, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

⁷⁵ PERPÉTUO, César Haueisen Zimerer. **Historiografia americana em revista**: a American Historical Review (1895 a 1915). 2017, Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFES, Vitória, 2017.

⁷⁶ KNAUSS, Paulo (org.) Oeste Americano – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

⁷⁷ Os ensaios traduzidos por Knauss foram: *The Significance of the Frontier in American History*, 1893; *The Problem of the West*, 1896, *Contributions of the West to American Democracy*, 1903; e *The Significance of Sections in American History*, 1925.

Ainda na seara das traduções, em 2013, o historiador Jurandir Malerba⁷⁸ organizou uma coletânea de traduções comentadas de textos de fins do século XIX e primeiras décadas do XX que representaram as principais críticas ao historicismo. Entre eles, três são de autoria americana e foram apresentados a toda comunidade historiadores dos EUA porque foram discursos inaugurais de encontros da AHA: *That Noble Dream*, de Charles Austin Beard; *Every Man His Own Historian*, de Carl Becker; *Newer Ways of Historian*, de James Harvey Robinson. Esses textos não correspondem ao período abordado nesta tese, mas considero essa coletânea valiosa por tornar acessíveis escritos canônicos da disciplina americana que, pela francofonia da historiografia brasileira, eram até então pouco conhecidos por aqui, dando a impressão de que a Europa foi o local por excelência da crítica ao historicismo, sendo que reflexões riquíssimas também estavam sendo realizadas nos Estados Unidos.

Apesar de esses estudos indicarem um movimento de busca para conhecer mais sobre a historiografia americana, no Brasil sabe-se pouco sobre a construção do campo da história nos EUA porque não há pesquisas realizadas aqui sobre o tema, e as que foram lá realizadas não foram traduzidas. Por outro lado, somos bastante familiarizados com os casos da Alemanha e da França, e a tendência é estender o que sabemos sobre esses países a outros, incorrendo, frequentemente, em generalizações descabidas. Desse modo, o estudo que realizei teve como um de seus propósitos contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a transformação da história em campo profissional disciplinado tomando o caso dos Estados Unidos, pois creio que muito se tem a ganhar aumentando o nosso repertório sobre o tema.

A despeito do evidente propósito de fazer ser conhecida no Brasil a construção do campo da história de um país cuja história da historiografia é aqui pouco estudada, compreendo que esta pesquisa se justifique principalmente pela tentativa de contribuir para as reflexões sobre a crise profissional e disciplinar do campo que têm sido feitas no Brasil, onde historiadores identificados com a teoria da história têm unido esforços em eventos e coletâneas para pensar a situação da disciplina em um tempo tão diferente ao de seu surgimento. Esses pesquisadores levam em conta a dissonância entre as demandas sociais por história e a prática corrente de pesquisa acadêmica, cujas bases mais profundas se encontram no século XIX, e clamam por imperativa a necessidade de repensar os pilares epistemológicos sobre os quais fundamos o nosso campo em função de tornar a historiografia mais contemporânea de nosso tempo⁷⁹.

⁷⁸ MALERBA, Jurandir (org.) **Lições de História: Da história científica e crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Porto Alegre, ediPUCRS, 2013.

⁷⁹ Entre os historiadores brasileiros que têm refletido sobre as razões pelas quais a disciplina encontra-se em crise e/ou sobre formas para adequar o campo a um tempo tão diverso ao que lhe possibilitou vir à luz, destaco: Arthur

Assim, não tomo esta pesquisa como isolada em um país que possui pouca tradição em estudos sobre historiografia estadunidense, mas inspirada pelos atuais debates sobre a crise da história que buscam compreender por que estamos onde estamos e propor saídas para a situação crítica na qual nos encontramos, e é nesse sentido que compreendo as potencialidades deste estudo, não por refletir sobre as fragilidades epistemológicas do campo, mas por argumentar sobre a dimensão política de sua constituição e manutenção, pois a crise não é unicamente disciplinar, é também profissional.

As possibilidades profissionais para os graduados em história (de modo geral, limitada à atuação no ensino básico) vêm sendo percebidas como reduzidas pelo descompasso entre a demanda das escolas e a quantia de professores formados, e o fim da obrigatoriedade do ensino da disciplina no Ensino Médio, em 2016, ajudou a consolidar a noção de campo profissional fadado à extinção. Para os que buscam carreiras acadêmicas, o cenário é similar: não há vagas nas universidades que comportem a quantia de doutoras e doutores que foram titulados desde o início do processo de expansão da pós-graduação no Brasil, e essa dimensão da crise não é uma experiência exclusiva nossa. Nos Estados Unidos, o número de estudantes que escolhem *majors* em história vem reduzindo drasticamente desde a crise financeira de 2008 como consequência de uma percepção compartilhada de que a história (e as humanidades, de maneira geral) seria um campo profissional com retornos financeiros muito reduzidos⁸⁰, principalmente porque o seu ensino nas escolas daquele país está, de modo geral, diluído na grande área dos estudos sociais.

Acredito que a crise disciplinar do campo seja um grande fator gerador da crise profissional; que a incapacidade da disciplina de se reinventar para se tornar mais contemporânea de seu próprio tempo tem tornado difícil sua legitimação como conhecimento “útil” no mesquinho tempo dominado pela razão neoliberal, mas creio também ser ingenuidade imaginar que, se resolvido o “problema disciplinar”, o “problema profissional” seria automaticamente solucionado porque, no caso dos campos acadêmicos, a profissão não é desdobramento direto da disciplina: uma disciplina só pode ser praticada se houver uma

Lima de Avila, Fernando Nicolazzi, Maria da Glória de Oliveira, Mateus Pereira, Rodrigo Turin e Valdei Lopes de Araújo. Esses historiadores não são os únicos que vêm se dedicando a essas questões, porém são os que tenho acompanhado mais de perto e cujas reflexões mais me identifico.

⁸⁰ SCHIMIDT, Benjamin. The Humanities Are in Crisis. **The Atlantic**, 23 ago 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3T5iqyz> Acesso em: 20/09/2022.

estrutura para isso, que precisa ser politicamente conquistada e sustentada⁸¹. Dessa forma, compreendo que um caminho essencial para a sobrevivência de nosso campo, tão ameaçado nos tempos em que vivemos – em que financiamentos são cortados, bolsas de pesquisas são negadas e a obrigatoriedade do ensino na educação básica não é mais garantida –, passe necessariamente pela distinção entre profissão e disciplina já que, de modo geral, os debates sobre a crise têm ficado restritos às questões disciplinares, como se a raiz da crise fosse unicamente teórica.

O impulso para estudar a dimensão política do campo surgiu justamente da preocupação de que a disciplina que tanto amo poderia, em algum momento, morrer à míngua e, por ironia do destino, foi realizado no Programa de Pós-Graduação (PPG) em História da Unisinos que, juntamente a outros 11, será encerrado quando conceder o seu último título de mestre ou doutor em história. Só que o programa foi avaliado pela CAPES com nota 5 no quadriênio 2017-2020, e a sua revista *História Unisinos* como A1 pelo Qualis Periódicos 2013-2016 e, mesmo possuindo essas credenciais que supostamente apontam para a excelência científica do programa – digo “supostamente” porque os critérios de avaliação de PPGs e revistas são bastante questionáveis –, esses números não impediram que ele fosse fechado em decorrência da crise financeira que a universidade estaria passando. A ironia está no fato de que realizei um estudo nascido da inquietação com a crise profissional da história em uma universidade que, justamente em decorrência dessa crise, fecharia o programa em que foi gerado. A lição tirada da tragédia por dias ecoou em minha cabeça e foi compartilhada por parte significativa da comunidade acadêmica: a qualidade científica não será suficiente para manter o campo vivo.

Mesmo tendo sido pegos de surpresa, a decisão da reitoria não foi totalmente inesperada. O impacto da crise econômica iniciada há cerca de uma década, que foi seguido pela crise política que culminou na eleição de um governo de extrema direita, fez-se sentir diretamente na educação e pesquisa, que vêm recebendo investimentos cada vez menores⁸². Os últimos anos presenciaram reduções alarmantes em valores destinados a bolsas de estudos (tanto para nível de graduação quanto de pós), de financiamentos estudantis e de investimentos em projetos de

⁸¹ Exemplo disso é a coletânea *A História (in)Disciplinada*, organizada por Arthur Lima de Avila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin e publicada em 2019. Nela, a crise profissional foi abordada na apresentação do livro como argumento para a urgência de se repensar a disciplina. Estando esses historiadores refletindo sobre a disciplina em meio ao desmonte das humanidades em seu país, não teria como essa dimensão da crise ser ignorada, porém, o que é interessante sobre a maneira como o impacto institucional foi abordado (como introdução a capítulos que tematizariam questões disciplinares), é que dá a entender que a crise profissional seria consequência direta da crise disciplinar. AVILA, Arthur Lima; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org). **A História (in)Disciplinada**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

⁸² MARTELLO, Alexandre. Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos, mostra levantamento. **G1**, 24 abr. 2022. Disponível em: <http://glo.bo/3Tms5k7> Acesso em: 20/09/2022

pesquisa⁸³. Por outro lado, cursos que possibilitem oportunidades profissionais limitadas ou de pouco retorno financeiro, em que a história se insere com o conjunto das licenciaturas, vêm tendo sua procura reduzida⁸⁴. O resultado se faz sentir primeiro nas universidades privadas que, tendo o lucro como preocupação principal (mesmo no caso das instituições comunitárias sem fins lucrativos), são as primeiras a abandonar o que não lhes é útil⁸⁵ e a história-profissão vem há anos demonstrando ser um caminho incerto aos seus pretendentes. Vivendo em meio a esse contexto de cortes de investimentos em pesquisas e de diminuição de campo de atuação para os egressos de cursos de história, acredito que a solução desse aspecto da crise esteja na elaboração de estratégias políticas que envolvam busca por aliados em posições de poder que possam interceder em prol da sobrevivência do campo, como o que foi feito nos Estados Unidos nos primeiros anos da profissão, caso emblemático ao qual este estudo se dedica em que a aliança entre Estado-nacional e disciplina precisou ser cuidadosamente forjada. A fragilidade dessa aliança levou historiadores disciplinados e diletantes a buscarem os meios para o avanço do campo, sendo muito evidente entre eles que ele precisaria ser politicamente disputado.

No Brasil, um caso recente que serve como ótimo exemplo de como as articulações políticas podem ser bem-sucedidas é o da regulamentação da profissão, conquistada em 2020 após anos de mobilização de membros da Associação Nacional de História (ANPUH), que, por ironia do destino, à despeito da tentativa de veto, foi sancionada em meio ao governo mais retrógrado que o país já teve. Para que essa conquista pudesse ter sido alcançada, historiadoras e historiadores precisaram buscar apoio junto a políticos, tanto para que fosse proposto o projeto de lei quanto para que ele fosse votado. Desse modo, o principal objetivo deste estudo é contribuir para o debate mais amplo sobre a crise da história através da afirmação da sua natureza política ao tomar como caso o país em que o *lobby* foi o meio por excelência para a construção e manutenção do campo.

Apesar deste estudo ter sido realizado inteiramente no contexto de desmonte das estruturas públicas de pesquisa, no momento em que a escrita é finalizada, uma mudança de governo em curso aponta para dias melhores no quesito investimentos em educação e pesquisa. Apesar disso, os sombrios anos vividos, que presenciaram a rápida destruição do que levaria anos para ser construído, ensina que os investimentos não são direitos adquiridos e que por isso

⁸³ FERNANDES, Samuel. Cortes diminuem bolsas de pesquisa e prejudicam publicações científicas. **Folha**, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3yJPSCJ> Acesso em: 20/09/2022

⁸⁴ GRABOWSKI, Gabriel. Apagão ou destruição da docência no Brasil? **Extra Classe**, 3 maio 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3rXn99G> Acesso em: 15/09/2022

⁸⁵ MATTEI, Tatiane S.; BIDARRA, Zelimar S. O papel do FIES e do PROUNI na privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira. **Barbarói**, v.1, n.61, 53-84, 2022

precisam ser constantemente disputados. Tudo aponta para anos felizes, porém, a minha esperança é a de que, em meio a esse novo governo aliado das pesquisas, nós não nos esqueçamos de que tudo que é sólido se desmancha no ar.

A tese foi estruturada em cinco capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. No primeiro, abordei a historiografia amadora anterior à Guerra Civil Americana e o processo de disciplinarização do campo, primeiro de modo mais amplo e, em um segundo momento, tomando o caso dos Estados Unidos. Não sendo este estudo sobre epistemologia, esse capítulo tem como finalidade não trazer elementos ainda não explorados sobre a construção dos pilares epistemológicos da disciplina, e sim evidenciar sobre qual disciplina e história se tornou atividade profissional.

A primeira parte do segundo capítulo foi dedicada à fundação da *American Historical Association*, e a segunda aos perfis coletivos de seus presidentes e conselheiros ao longo dos três períodos que dividem os 31 anos do recorte estabelecido. A ideia é que esse capítulo sirva como guia para os três seguintes, a fim de que as atividades realizadas e estratégias adotadas para a construção do campo sejam consideradas a partir das características dos sujeitos que eram homenageados com a presidência e dos que dominavam a estrutura de comando da associação. Por fim, há uma seção destinada às características gerais dos membros da AHA entre 1884 e 1915, com a consideração de que, mesmo presentes como membros da associação, mulheres e afro-americanos não ocuparam qualquer cargo executivo nesse intervalo e raramente apresentavam nos encontros anuais ou publicavam na *American Historical Review* (AHR) porque quem detinha o poder de nomear para cargos, estruturar os programas dos encontros e escolher os artigos que seriam publicados eram homens brancos que insistiam em reservar esses espaços aos seus pares.

O terceiro capítulo foi dedicado ao intervalo entre 1884 e 1895. Nele, busquei demonstrar como, em seus primeiros anos, a AHA assemelhava-se mais a uma sociedade erudita do que a uma associação profissional, sendo as suas atividades antes voltadas à sua própria estruturação do que ao desenvolvimento do campo profissional da história. As cartas trocadas entre o secretário e o tesoureiro nesses 11 anos apontam para uma estratégia deliberada de aproximação da associação ao Congresso através da nomeação de sujeitos imbuídos de capital político para a presidência e para compor as mesas dos encontros, da realização dos encontros em Washington D.C. e da busca pela Carta de Incorporação que vinculava formalmente a AHA ao governo, sendo esse o meio encontrado para envolver o Estado nos estudos históricos.

O quarto capítulo foi destinado ao intervalo entre 1896 e 1906, momento em que os historiadores disciplinados passaram a ser maioria no Conselho e mudaram o rumo da associação: foram instituídas diversas iniciativas para o desenvolvimento das profissões em história, foi estabelecido o sistema de rotatividade dos locais dos encontros anuais e foi criada a AHR, primeiro periódico científico de história dos Estados Unidos. Essas iniciativas apontam para a incipiente compreensão de que o Estado não apoiaria o empreendimento histórico e que, por isso, a própria AHA deveria tomar para si as tarefas que compreendiam ser dever dos poderes públicos, como a difusão de documentos históricos e o estabelecimento de currículos escolares comuns. É nesse momento que a AHA começa a abandonar os esforços para se aproximar ao Governo Nacional e a se voltar aos poderes locais, atuando para que os estados estabelecessem leis para a preservação de registros públicos e para que as sociedades históricas locais servissem aos interesses da pesquisa disciplinada através de seus arquivos, bibliotecas e publicações. Foi nesses anos que o primeiro secretário da AHA adoeceu e faleceu, abrindo espaço para disputas internas sobre quem ocuparia o cargo, definindo assim qual política a associação privilegiaria: se a valorização da relação com o Congresso ou se de tomada para si das atividades para o desenvolvimento do campo. O escolhido foi um funcionário da *Smithsonian Institution* para que ele servisse como intermediário entre a AHA e o Congresso.

O quinto capítulo foi destinado ao último intervalo deste estudo, que compreende o período entre 1907 e 1915. Esses anos corresponderam ao fim da política de nomeação de historiadores amadores para a presidência e o início do domínio absoluto da associação por historiadores disciplinados. Na primeira parte, foi abordada a resignação do segundo secretário da AHA e como isso novamente trouxe à tona a questão sobre qual estratégia para o desenvolvimento do campo seria valorizada pela associação. O escolhido foi um arquivista, e isso direcionou as atividades realizadas para o desenvolvimento dos materiais primários para as pesquisas: luta política por um arquivo nacional em Washington, disciplinarização das sociedades históricas locais e disciplinarização das práticas de gestão de documentos históricos. A segunda parte corresponde ao movimento reformista que ocorreu em 1914 e 1915, em que os sujeitos que dominavam a estrutura de comando da associação (e que eram representantes das principais instituições de pesquisa da Costa Leste americana) foram atacados por serem membros vitalícios do Conselho Executivo, definir quem apresentaria nos encontros e quem publicaria na AHR, privilegiando assim os seus protegidos e excluindo os jovens pesquisadores de instituições periféricas. Esse movimento gerou diversas reformas que, em certa medida, democratizaram a associação e acabaram com os seus últimos resquícios de sociedade erudita, consolidando-a como associação profissional.

Antes de partir para os capítulos, considero importante destacar que este estudo foi realizado inteiramente com fontes primárias e bibliografia escritas em inglês. Utilizei os textos traduzidos nas citações diretas e apresentei os originais nas notas de rodapé. Todas as traduções foram feitas por mim, e por isso peço perdão antecipadamente por eventuais equívocos cometidos.

2 A HISTÓRIA NO ESTEIO DA ORGANIZAÇÃO DISCIPLINAR DO CONHECIMENTO

Ao longo do século XIX, milhares de jovens americanos cruzaram o oceano para estudar em instituições superiores germânicas e francesas, onde tiveram contato com um modelo de universidade voltada para a pesquisa científica e com diversos novos campos de conhecimento que construía suas fronteiras disciplinares e bases epistemológicas a partir de um processo de fragmentação dos antigos campos clássicos. A transformação da história em campo científico ocorreu em um contexto de intensas transformações sociais de um Estados Unidos recém-saído de uma guerra que simbolizou, entre tantas coisas, o início de um projeto nacional comum. Desenvolvimento de universidades modernas, reestruturação dos currículos escolares e universitários e especialização do conhecimento foram elementos que criaram um ambiente propício para que os jovens historiadores educados a partir da nova disciplina que se desenvolvia na Europa pudessem se articular em prol de uma prática historiográfica tendo como base as ciências, desenvolvida dentro das universidades e a partir de um conjunto de procedimentos comuns a todos do campo. Este capítulo, de natureza mais introdutória, abordará superficialmente a historiografia anterior à disciplinarização, quais foram as contingências sociais que tornaram isso possível e sobre quais bases epistemológicas essa disciplina se estruturou.

2.1 Historiografia diletante e as contingências que possibilitaram a disciplinarização

A escrita de textos históricos foi praticada desde os primeiros momentos de colonização inglesa na América do Norte. As primeiras narrativas sobre o Novo Mundo foram os relatos de viagem escritos por exploradores que eram enviados à metrópole e que seriam a base documental da historiografia que seria produzida posteriormente⁸⁶. Essa atividade nunca foi exclusiva de um grupo, mas do início da colonização inglesa até o fim do século XIX, momento que a historiografia se tornou um campo profissional, clérigos puritanos e depois aristocratas dominaram a atividade⁸⁷.

⁸⁶ TASSEL, David Van. **Recording America's past: an interpretation of the development of historical studies in America, 1607-1884**. Chicago: Chicago University Press, 1960. p.1-2.

⁸⁷ HIGHAM **History**... Op. cit. p.3.

Ao longo do século XVII, os principais produtores de história foram os puritanos recém-migrados da Europa. Para aqueles homens, a finalidade dos textos era antes espiritual do que lúdica, sendo sua tarefa descobrir o lugar de seu povo no plano divino:

O puritano via a necessidade de prestar contas à Deus das ações feitas em Seu nome e de agradecê-Lo pela orientação benéfica. A tarefa do historiador não era entreter o leitor, mas descobrir o lugar de seu povo no plano de Deus para o universo. Para o puritano, toda a história exibía sabedoria divina, e o passado tinha sido apenas o prólogo da colonização da Nova Inglaterra.⁸⁸

A historiografia puritana do século XVII cumpriu importantes papéis que vão além da finalidade religiosa. Os textos produzidos por aqueles historiadores acumulavam informações sobre o território que seriam utilizadas por ingleses para promover a colonização. Além disso, eram utilizados para apresentar a colônia, defender e explicar administrações, pedir investimentos e, não menos importante, apresentar o “Novo Mundo” aos conterrâneos que viviam na metrópole, tanto para sanar a sua curiosidade quanto para atrair imigrantes⁸⁹. Dessa forma, a historiografia do século XVII tinha antes uma finalidade prática do que erudita, servindo a fins imediatos dos primeiros colonizadores.

Ao longo do século XVIII, uma abordagem mais secular começou a ser adotada, sendo os eventos tomados como consequência das ações humanas e nem tanto da vontade divina. Não que os clérigos tenham deixado de escrever história, mas, nesse momento, outros grupos a assumiam progressivamente⁹⁰. Em um artigo intitulado *Historians in the Early Nineteenth-Century*, George Callcott, lançando mão de fontes estatísticas, demonstrou quem eram os sujeitos que escreviam história no início do século XIX e que, em um universo de cerca e 145 principais historiadores daquele período, o grupo mais representativo numericamente continuava sendo de clérigos (mais de 20%). Por outro lado, professores, jornalistas, editores, médicos, advogados, artistas, políticos e empresários também tinham a historiografia como *hobby*⁹¹. Nos números apresentados por Callcott, os *gentleman historians* representariam menos de 10% do total elencado, o que à primeira vista causa estranhamento, uma vez que é comum a noção da historiografia anterior à Guerra Civil como sendo uma historiografia

⁸⁸ “*The Puritan saw the need to render unto God a statement of actions done in His name and to thank Him for beneficent guidance. The task of the historian was not to entertain the reader but to discover his people's place in God's plan for the universe. To the Puritan all history displayed divine wisdom, and the past had been merely the prologue to the settlement of New England.*” KRAUS, Michael & JAYCE, Davis D. **The Writing of American History**. Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1990. p.12.

⁸⁹ TASSEL. **Recording America's past**... Op. cit., p.1-2.

⁹⁰ KRAUS & JAYCE. **The Writing of American History**... Op. cit. p.32.

⁹¹ CALLCOTT, George H. *Historians in Early Nineteenth-Century America*. **The New England Quarterly**, v.32, n.4, dec. 1959. p.448.

aristocrata. Mesmo representando uma parcela pequena dos historiadores, a produção desse período é comumente atribuída aos *gentlemen* porque foram eles que produziram as obras de maior impacto da primeira metade do século XIX e foram eles que, ainda antes da profissionalização, começaram a adotar procedimentos tomados de empréstimo das ciências naturais em suas pesquisas, deixando uma noção de desenvolvimento da historiografia disciplinada a partir de “raízes” que estariam na historiografia diletante dos *gentlemen*.

A historiografia produzida pelos aristocratas era a atividade intelectual mais dispendiosa da época porque demandava viagens para a coleta de fontes, compra de documentos e serviço de copistas. Os livros eram publicados e vendidos, mas os ganhos com as vendas eram muito pequenos comparados ao investimento nas pesquisas, fazendo com que a riqueza fosse um requisito indispensável para que uma boa obra fosse escrita⁹². Capazes de se dedicar inteiramente ao estudo do passado pela riqueza e tempo livre de que dispunham, a escrita para esses sujeitos era antes um *hobby* do que uma ocupação. Escreviam por amor à história, para ocupar o tempo, mas, principalmente, pela convicção de que seria seu dever servir de alguma forma à humanidade:

A escrita da história era um serviço à comunidade; educaria, elevaria e entreteria as massas, resgataria os dignos do esquecimento e homenagearia uma cidade ou estado amado e talvez seria uma pequena contribuição para a cultura americana. Esse conceito de dever e serviço era, como os ideais que os educadores românticos inculcaram nos livros de história, mais um traço vitoriano do que o que geralmente é considerado romântico. Talvez essa atitude tenha se originado de uma herança puritana, talvez fosse a *noblesse oblige* da única aristocracia real da América ou simplesmente um conceito difundido do século XIX, mas certamente era genuíno e poderoso⁹³.

Também compreendiam que possuíam o dever moral de julgar os eventos humanos de forma justa e imparcial, pois estariam livres da ortodoxia religiosa⁹⁴. Entre os principias *gentleman historians* do período anterior à Guerra Civil, destaco William Hickling Prescott (1796-1859), Francis Parkman (1823-1893), John Lothrop Motley (1814-1877), John Gorham Palfrey (1796-1881) e George Bancroft (1800-1891). Esses homens foram representantes da última geração de grandes historiadores diletantes e conquistaram grande prestígio pelas suas

⁹² Ibidem. p.514.

⁹³ “*The writing of history was a service to the community; it would educate, uplift, and entertain the masses, rescue the worthy from oblivion and memorialize a beloved town or state, and perhaps be a small contribution to American culture. This concept of duty and service was, like the ideals which romantic educators inculcated in history textbooks, more a Victorian trait than what is generally considered to be a romantic one. Perhaps this attitude stemmed from a Puritan heritage, perhaps it was the noblesse oblige of America's only real aristocracy, or simply a pervasive nineteenth-century concept, but certainly it was genuine and powerful.*” Ibidem, p.516.

⁹⁴ HIGHAM. **History**... Op.cit.. p.3.

obras de modo que, ao ler estudos tradicionais sobre a história da historiografia americana, ficasse com a impressão de que a produção anterior à profissionalização foi exclusivamente masculina, branca e aristocrática, havendo um apagamento da historiografia produzida por mulheres e afro-americanos no período anterior à guerra que foi significativa, tanto em volume quanto em impacto, e isso se dá principalmente pela noção de historiografia que é empregada.

Em *Faithful account on the race* e *Liberation historiography*, escritos respectivamente por Stephen Hall e John Ernest, os historiadores demonstraram que houve uma intensa produção de textos de cunho histórico por afro-americanos ao longo do século XIX, como pesquisas documentais, biografias e autobiografias, memórias e livros didáticos, tensionando a visão comum estabelecida pela memória disciplinar que reduz a historiografia anterior à profissionalização a uma atividade intelectual exclusiva de uma aristocracia branca, além de uma compreensão corrente de que a expressão histórica de afro-americanos no período anterior a 1860 seria eminentemente não textual⁹⁵. Apesar de terem sido afetados por tendências intelectuais mais amplas, como Iluminismo, Romantismo, Realismo e Modernismo, conforme apontou Hall, essa historiografia se desenvolveu em grande medida em instituições negras que emergiram ainda no início do período republicano (como sociedades eruditas e históricas), e foi um bastião de resistência a uma historiografia branca que produzia narrativas sobre o seu país como sendo uma república branca que pouco ou nada tinha a dizer sobre os afro-americanos e indígenas, inscrevendo negras e negros na história americana e, assim, afirmando seu poder e resistência:

Quando a cultura popular definia os negros como inferiores e a maioria dos negros permanecia escravizada, esses escritores se voltaram para o Haiti não apenas para celebrar a liberdade negra, mas para demonstrar o potencial negro, para inscrever os negros na história das revoluções mundiais e para alertar a América sobre seu grave erro em manter uma tradição que o mundo “civilizado” há muito abandonara⁹⁶.

Não menos significativa é a historiografia feminina do mesmo período. Em um importante estudo sobre o tema publicado em 1995, a historiadora Nina Bayam encontrou mais de 150 historiadoras que publicaram pesquisas originais, biografias, memórias familiares,

⁹⁵ HALL, Stephen G. **Faithful account on the race: African American Historical Writing in Nineteenth-Century America**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009; ERNEST, John. **Liberation historiography: African American Writers and the Challenge of History, 1794–1861**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

⁹⁶ “When popular culture defined black people as inferior and most black people remained enslaved, these writers turned to Haiti not simply to celebrate black freedom, but to demonstrate black potential, to write black people into de history of world revolutions, and to warn America of its grave mistake in holding on to a tradition that the “civilized” world had long abandoned” HALL. **Faithful account on the race...** Op. cit. p.230.

relatos de viagens, poesias e romances históricos, livros didáticos etc. que somaram cerca de 350 obras de cunho histórico publicadas no período entre 1790 e 1860. Bayam atribuiu essa intensa produção historiográfica ao espaço para a publicação aberto pelo desenvolvimento de tecnologias de impressão e circulação que resultou na intensificação da publicação de obras de gêneros diversos de autoria de mulheres providas, em grande medida, dos extratos sociais superiores da Nova Inglaterra⁹⁷.

De acordo com Julie Des Jardins, as americanas do século XIX assumiram o papel de guardiãs da história de seu país, ensinando-a aos seus filhos, escrevendo livros didáticos e outros textos de cunho histórico (as mencionadas pesquisas originais, memórias, relatos, romances) e atuando na preservação de documentos e artefatos históricos no âmbito doméstico e em sociedades patrióticas⁹⁸. Tanto para Bayam quanto para Des Jardins, o caráter cívico dessas produções é central quando se pensa o período anterior à Guerra Civil, uma vez que a história que ensinavam em seus lares, textos e, posteriormente, nas salas de aula, tinham uma importante finalidade patriótica⁹⁹. Mas, para Bonnie Smith¹⁰⁰, a historiografia feminina não pode ser reduzida ao civismo e republicanismo por ter sido impulsionada pelos múltiplos traumas vividos pelas mulheres, para quem, ao longo de sua história, violações de diversas naturezas foram constantes e se fizeram presentes em suas escritas. Smith citou um trecho de Hannah Adams, primeira historiadora a ser publicada nos Estados Unidos: “Foi a pobreza [...] que primeiro me induziu a ser escritora”¹⁰¹. Para a autora,

Esses testemunhos chamam a atenção para o fato de as obras históricas femininas publicadas terem servido muitas vezes como uma contranarrativa ou cobertura que escondia o que acontecia nas violentas e tumultuadas vidas que levavam [...]. Essa situação produziu um personagem histórico particular, uma metodologia específica e uma rigorosa composição literária para o mercado que criava um gênero de caráter distintivo e influente chamado amadorismo¹⁰².

Assim, o trauma seria um elemento constitutivo da historiografia amadora feminina e que se manteve mesmo após a profissionalização da atividade na produção de mulheres que foram deliberadamente excluídas do campo profissional por produzirem narrativas “triviais e

⁹⁷ BAYAM, Nina. **American Women Writers and the Work of History, 1790-1860**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1995.

⁹⁸ DES JARDINS, Julie. **Women & the Historical Enterprise in America: Gender, Race, and the Politics of Memory, 1880-1945**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

⁹⁹ Ibidem; BAYAM. **American Women Writers...** Op. cit.

¹⁰⁰ SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica**. Bauru: Editora EDUSC, 2003

¹⁰¹ ADAMS apud SMITH. Ibidem, p.92.

¹⁰² Ibidem, p.93.

inferiores” pela escolha de seus objetos e fontes, assim como suposta incapacidade de alcançar as virtudes epistêmicas valorizadas pela historiografia disciplinada masculina, que se constituiu justamente em oposição a esse amadorismo identificado com o feminino¹⁰³.

O processo de profissionalização da história foi rápido nos Estados Unidos. Em 1874, dez anos antes da fundação da *American Historical Association* (AHA), havia menos de uma dúzia de historiadores atuando em universidades, mas entre as décadas de 1880 e 1910, o aumento foi de cerca de 10% ao ano, totalizando mais de 600 profissionais atuando na área em menos de 30 anos de existência da organização profissional¹⁰⁴. Se a AHA não pode ser tomada como marco da profissionalização da história por esse ser um processo que envolve vários elementos, como definição da jurisdição profissional, transformação da atividade em ocupação de tempo integral, conquista de espaço institucional para atuação etc., a sua fundação pode servir como importante indício do nascimento de senso de que a atividade passava por transformações.

Essa transformação ocorreu em meio à profunda reestruturação do campo de conhecimento que estava em curso desde as primeiras décadas do século XIX e que se consolidou após a Guerra Civil, momento em que grandes áreas de conhecimento se fragmentaram, originando diversas disciplinas autônomas. Os currículos clássicos¹⁰⁵ que estruturavam o ensino secundário e superior foram sendo progressivamente abandonados em detrimento de um novo modelo de ensino que respondesse às demandas de uma sociedade que se transformava rapidamente após a guerra e a consequente vitória do projeto industrial do Norte¹⁰⁶.

Esse evento é comumente tomado como divisor de águas da história daquele país por marcar o nascimento dos Estados Unidos contemporâneo. A guerra representou a derrota de, pelo menos, dois projetos de sociedade ancorados na atividade agrícola: a dos pequenos fazendeiros que progressivamente ocupavam as terras do Oeste e a dos aristocratas donos de

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ TOWNSEND. **History's Babel**: Op. cit. p.14.

¹⁰⁵ Esses currículos estavam pautados em grande medida no estudo intensivo dos idiomas e literaturas clássicos, sendo a tradução de textos parte importante do aprendizado da gramática, além de pautarem noções de princípios de retórica e oratória. A matemática era outro campo importante desses currículos, assim como história, filosofia moral e noções básicas de ciências naturais. O método de ensino estava amplamente amparado nas mencionadas traduções, memorização e recitação oral. O que é importante sobre esses currículos é que eram destinados à educação de homens da elite social e econômica dos Estados Unidos e tinham como pressuposto básico a preparação para a vida pública.

¹⁰⁶ Sobre as transformações sociais ocorridas após 1865 ver: MELANDRI, Pierre. **História dos Estados Unidos desde 1865**. Lisboa: Edições 70, 2000; WIEBE, Robert H. **Search for order: 1877 – 1920**. New York: Hill and Wang, 1967.

plantations enriquecidos pela exploração de seres humanos escravizados, marcando a vitória do modelo social e econômico almejado pela elite financeira do Nordeste, que, em menos de 40 anos, transformou uma sociedade eminentemente agrária, tomada por terras desocupadas e pouco industrializada, em uma potência econômica mundial, dominada por grandes corporações controladas por meia dúzia de capitães da indústria¹⁰⁷.

Terminado o conflito, o movimento em direção à profissionalização e especialização intelectual nos Estados Unidos foi acelerado, refletindo a tendência em que, em uma sociedade que estava se tornando cada vez mais interdependente e complexa, os esforços acadêmicos individuais precisariam ser coordenados e reforçados. Dezenas de campos profissionais organizados a partir do estabelecimento de critérios técnicos para a prática cumpriam diferentes papéis na sociedade industrial: preencher demanda profissional do setor produtivo e de serviços; desenvolver conhecimentos técnicos para o avanço e treinamento de trabalhadores especializados; dar sentido e organizar a sociedade. A nova sociedade urbanizada e industrializada tornou isso possível, primeiramente porque muito dinheiro pôde ser investido em instituições dedicadas ao avanço do conhecimento em decorrência do acelerado desenvolvimento econômico, que colocava aquele país entre as principais potências mundiais. Além disso, esse mesmo desenvolvimento tornava necessário o avanço e especialização do conhecimento:

A expansão da indústria, comércio e finanças precisavam da ajuda de especialistas técnicos em química, física, bioengenharia e economia. Nas cidades, os problemas de transporte, moradia, caridade, serviços públicos e finanças, para citar apenas alguns, exigiam os serviços especializados de economistas, cientistas políticos e sociólogos. Os problemas da vida rural, muitos dos quais decorrentes do crescimento da indústria e das cidades, exigiam a atenção de especialistas em bacteriologia vegetal e química do solo, economia rural e sociologia. Todas essas necessidades funcionavam em uma cultura marcada por uma grande fé no poder do conhecimento para fornecer respostas e resolver problemas¹⁰⁸.

Parte do controle sobre os processos econômicos, políticos e sociais foi delegada a pessoas que possuíam credenciais profissionais como fonte de autoridade para exercer suas

¹⁰⁷ MELANDRI. **História dos Estados Unidos desde 1865...** Op. cit.

¹⁰⁸ “*Expanding industry, commerce and finance needed the help of technical experts in chemistry, physics, engineering biology, and economics. In cities, problems of transportation, housing, charity, utilities, and finance, to name only a few, called for the specialized services of economists, political scientists, and sociologists. The problems of rural life, many of which were incident to the growth of industry and of cities, required attention from specialists in plant bacteriology and soil chemistry, rural economics and sociology. All of these needs functioned in a culture marked by a great faith in the power of knowledge to provide answers and solve problems.*” CURTI, Merle. **The growth of American thought**. New York: Harper & Brothers, 1943. p.581.

atividades, obtida através de treinamento técnico especializado. Com poucas exceções, esses profissionais eram anônimos, não sendo escolhidos através de votações ou por nascimento, mas sim pelo conhecimento acumulado, fazendo da especialização profissional, antes restrita às poucas profissões clássicas existentes (como medicina e direito), um critério de autoridade cada vez mais importante na sociedade moderna que se formava¹⁰⁹.

Dentro dessa nova estrutura intelectual, as universidades modernas, voltadas para a pesquisa, assumiram um importante papel na formação especializada e na atribuição de autoridades aos novos profissionais:

A ascensão da Universidade moderna no mesmo período foi uma coincidência histórica de significado avassalador. Embora a nova orientação de pesquisa no ensino superior provavelmente não tenha causado a profissionalização, a universidade certamente foi um poderoso catalisador em campos onde as credenciais acadêmicas poderiam servir como símbolos universalmente reconhecíveis de competência profissional¹¹⁰.

Indício de que o campo do conhecimento se transformava foi o surgimento de diversas sociedades eruditas, científicas e profissionais que vinha ocorrendo desde o século XVIII, mas que se intensificou no último terço do século XIX. Entre as décadas de 1870 e 1880, pelo menos 190 associações foram fundadas, e entre 1876 e 1905, pelo menos 15 grandes organizações acadêmicas foram estabelecidas, entre elas, a AHA¹¹¹. Elas eram organizações que reuniam membros dedicados à promoção de campos científicos, filosóficos ou artísticos e foram basilares para a construção das disciplinas acadêmicas conhecidas hoje¹¹².

¹⁰⁹ FURNER, Mary O. **Advocacy and Objectivity**: A Crisis in the Professionalization of American Social Science, 1865-1905. Lexington: The University Press of Kentucky, 1975. p.IX.

¹¹⁰ “*The rise of the modern University in the same period was a historical coincidence of overwhelming significance. While the new research orientation in higher education probably did not cause professionalization, the university was certainly a potent catalyst in fields where academic credentials could serve as universally recognizable symbols of professional competence.*” Ibidem. p.XII.

¹¹¹ HAMEROW, Theodore S. The Professionalization of Historical Learning. **Reviews in American History**. v. 14, n. 3, set. 1986. p.322.

¹¹² As primeiras de que se têm notícias datam do século XIV e eram dedicadas às belas-letas, como a francesa *Consistori del Gay Saber*, fundada em 1323, que tinha como finalidade a preservação da poesia lírica dos trovadores. Já as primeiras científicas datam do século XVII e foram fundamentais para o desenvolvimento desse tipo de conhecimento, principalmente porque naquele momento a ciência experimental era vista com hostilidade, tendo esses espaços sido fundamentais para a realização de experimentos. Além disso, através da cooperação entre os membros que constituíam as sociedades, foram desenvolvidos e aprimorados instrumentos e ferramentas que facilitassem a realização das pesquisas, assim como modelos e padrões para as investigações. As sociedades eruditas foram fundamentais como espaço de difusão científica e interlocução entre cientistas de diferentes países, através de trocas de correspondências, publicação de materiais e promoção de traduções de publicações internacionais. Nos Estados Unidos, a primeira sociedade erudita foi a *American Philosophical Society (APS)*, fundada em 1743 por Benjamin Franklin, com base ampla para poder reunir representantes das ciências e humanidades em desenvolvimento nas colônias. CHAMBERLAIN, J. P. The International Union of Academies and the American Council of Learned Societies Devoted to Humanistic Studies. **The American Political Science**

Fundamental para o surgimento dessas instituições voltadas para a pesquisa, assim como para a profissionalização e disciplinarização de diversas atividades acadêmicas, foi o intercâmbio cultural promovido pelas centenas de jovens que estudaram na Alemanha no decorrer de todo o século XIX, mas principalmente após 1870, de onde tiveram contato com a historiografia disciplinada que vinha sendo desenvolvida naquele país e com o novo modelo de universidade voltado para a pesquisa, em que diversos campos do conhecimento tornavam-se disciplinas autônomas profissionalizadas.

Desde o período colonial, era comum que jovens provindos de famílias da elite econômica fossem à Europa para obterem uma educação superior que encontrariam nas poucas universidades existentes nas colônias, mas o principal destino escolhido eram as instituições situadas em sua metrópole. Após a independência, instituições francesas e germânicas passaram a ser as principais escolhidas dos jovens americanos, sendo as segundas as favoritas ao longo do século XIX¹¹³. Entre 1815 e 1914, cerca de 9 mil americanos estudaram em universidades germânicas, destes, menos de mil foram antes da Guerra Civil, de forma que o grande fluxo migratório se deu após 1870¹¹⁴. Por esse motivo, é comum haver estudos sobre a migração acadêmica que enfatizam o período posterior à guerra, contudo, a migração anterior foi fundamental para a modernização das universidades porque a geração que estudou em instituições da ainda não unificada Alemanha entre as décadas de 1840 e 1860 esteve na linha de frente do movimento de reestruturação que entrou em curso nas últimas décadas do século XIX, sendo que 19 ex-estudantes viriam a ser presidentes das recém-nascidas universidades modernas americanas¹¹⁵.

As universidades germânicas eram tradicionalmente formadas por quatro faculdades: direito, medicina, teologia e filosofia, essa última englobava as ciências e humanidades. Ao longo do século XIX, houve uma caminhada em direção à especialização do conhecimento, de modo que essas faculdades foram aos poucos fragmentando-se em disciplinas autônomas que

Review, v. 14, n. 3, aug. 1920; FAY, Bernard. *Learned Societies in Europe and America in the Eighteenth Century*. **The American Historical Review**, v. 37, n. 2, jan, 1932; FURNER. **Advocacy and Objectivity...** Op. cit.; LEVENE, P.A. *Learned Societies, Old and New*. **Science, New Series**, v. 51, n. 1315, mar. 1920; ROSENGARTEN, J. G. *The American Philosophical Society, 1743-1903*. **The Pennsylvania Magazine of History and Biography**, v. 27, n. 3, 1903.

¹¹³ WERNER, Anja. **The Transatlantic World of Higher Education: Americans at German Universities, 1776–1914**. New York: Berghahn Books, 2013. p.23-24.

¹¹⁴ É extremamente difícil quantificar com segurança os estudantes que foram à Europa antes de 1870 pela falta de registros desses jovens no exterior e porque eles geralmente frequentavam mais de uma instituição universitária. Dessa forma, esse número é uma aproximação feita pelo historiador Carl Diehl a partir dos poucos documentos a que teve acesso. DIEHL, Carl. *Innocents Abroad: American Students in German Universities, 1810-1870*. **History of Education Quarterly**, v. 16, n. 3, outono 1976. p. 321.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 322.

seriam desenvolvidas por profissionais que, progressivamente, foram se afastando do perfil do erudito com conhecimento amplo para tornarem-se cada vez mais especializados em seu campo de atuação. Antes da profissionalização acadêmica, os professores recebiam para ensinar nas faculdades, mas eram tão mal remunerados que era impossível viverem somente do ensino. O ensino tornou-se uma atividade de tempo integral à medida que os salários foram aumentando: “Esse desenvolvimento foi visto nas faculdades tradicionais, direito e até certo ponto medicina, quando os salários dos professores aumentaram e o trabalho externo pôde ser abandonado”¹¹⁶. Essas áreas de conhecimento que emergiram a partir da fragmentação dos quatro grandes campos mencionados acima constituíram suas bases epistemológicas e padrões cada vez mais rígidos foram sendo estabelecidos para definir os critérios de entrada e de sucessão no interior das disciplinas, assim como de avaliação das produções¹¹⁷.

A modernização das universidades americanas não foi causada porque os jovens estudaram nas instituições germânicas – isso porque o modelo baseado no currículo clássico vinha sendo repensado desde antes da Guerra Civil por servir mais para a formação erudita de uma pequena elite aristocrática do que para fins práticos –, mas o contato dos estudantes com o modelo germânico desde antes do conflito serviu como parâmetro para a modernização. Além disso, uma pré-condição para a transformação das instituições existentes e a construção de novas baseadas no modelo germânico foi a disponibilidade de riquezas para investir em tal projeto por parte de magnatas da indústria, como as famílias Hopkins, Cornell e Rockefeller, assim como dos próprios estados (como nos casos de Michigan e Wisconsin), a partir do aumento de impostos arrecadados¹¹⁸. Dessa forma, após a guerra, novas universidades foram construídas e antigas foram reestruturadas tendo como finalidade a pesquisa e a liberdade acadêmica como valor, de maneira similar ao que ocorria do outro lado do Atlântico¹¹⁹. Isso

¹¹⁶ “*This development was seen in the traditional faculties, law and to some degree medicine, when teaching salaries rose and outside work could be abandoned*” O’BOYLE, Lenore. Learning for Its Own Sake: The German University as Nineteenth-Century Model. **Comparative Studies in Society and History**, v. 25, n. 1, jan. 1983, p.6.

¹¹⁷ Ibidem, p.6.

¹¹⁸ VEYSEY Laurence R. **The Emergence of the American University**. Chicago: The University of Chicago Press, 1965. p.3.

¹¹⁹ Similar porque, como demonstrou Itamar Freitas de Oliveira ao analisar os discursos de quatro historiadores de diferentes países que haviam estudado na Alemanha (Paul Fredericq, da Bélgica, Charles Seignobos, da França, Herbert Baxter Adams, dos Estados Unidos e Ernesto Quesada, da Argentina), notou que possuíam concepções bastante distintas sobre os seminários de pesquisa que haviam frequentado, provavelmente porque diferentes interesses moviam suas missões. Dessa forma, não seria possível falar em um “objeto seminário”, como um único referente, mas sim “objetos”, que se mostram através da ótica dos historiadores missionários. OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Seminário e método entre historiadores que visitaram a Alemanha (1877 - 1909). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, p. 491-521, mai/ago 2017. Sendo assim, o modelo germânico não foi “aplicado” nos Estados Unidos (ou em qualquer outro país), mas sim traduzido de acordo com as diversas maneiras que as experiências foram vivenciadas pelos estudantes e com as condições de seus países de origem. O mesmo ocorreu

não significa que todas as instituições superiores se tornaram instituições de pesquisa, na verdade, até hoje existem diversos modelos de universidades nos Estados Unidos, sendo que parte significativa não tem a pesquisa como finalidade¹²⁰.

Entre as instituições que se modernizaram estão Harvard, Wisconsin, Michigan, Princeton, Columbia e Yale, e entre as universidades que foram construídas estão a Cornell, Johns Hopkins, Clark, Chicago e Stanford. A JHU, fundada em 1876, foi a primeira a ser construída buscando reproduzir as mesmas estruturas de departamentos, laboratórios e seminários de pesquisa alemães, e quase todos os seus professores haviam estudado em instituições germânicas; por isso ficou conhecida como Göttingen de Baltimore. Ela serviria de modelo para as novas instituições de pesquisa que estavam sendo construídas, mas, principalmente, como centro de formação de acadêmicos que ocupariam cátedras em todas as regiões dos Estados Unidos, disseminando, assim, o estudo disciplinado dos novos campos que surgiam com a especialização do conhecimento, entre eles, a história, que desde o fim do século XVIII ganhava espaço nos currículos universitários germânicos como disciplina autônoma a partir da sua afirmação como ciência portadora de uma lógica de funcionamento própria. Foi com essa historiografia que historiadores americanos como Herbert Baxter Adams e Andrew Dickson White, promotores do estudo disciplinado da história nos EUA, tiveram contato ao estudarem na Alemanha e que buscariam, como grande objetivo de suas vidas, reproduzir em seu país.

com a noção de “liberdade acadêmica”, como demonstraram Hofstadter e Metzger em *The Development of Academic Freedom in the United States* e com o conceito de objetividade, tão caro às ciências, como demonstrou Peter Novick em *That Noble Dream*. HOFSTADTER, Richard & METZGER, Walter. **The Development of Academic Freedom in the United States**. New York: Columbia University Press, 1955; NOVICK, Peter. **That Noble Dream...** Op. cit.

¹²⁰ O desenvolvimento das universidades de pesquisa nos Estados Unidos é um tema complexo e bastante explorado. Como mencionado exaustivamente, essas instituições basearam-se no modelo germânico, mas as particularidades da sociedade americana fizeram das universidades daquele país únicas em suas organizações. Para começar, o desenvolvimento das universidades não foi um processo sistemático promovido pelo Estado, de modo que as instituições são extremamente diferentes entre si em tamanho, propósito e estrutura organizacional. Além disso, a insuficiência do ensino básico americano no fim do século XIX fez com que as instituições superiores se vissem obrigadas a providenciar conhecimentos básicos aos estudantes, fazendo prevalecer um sistema de ensino em que os estudantes recebiam uma formação ampla nos primeiros anos e somente no terceiro ano escolhessem uma área de especialização. Apesar de ser fundamental para a compreensão da profissionalização da historiografia levar em conta o desenvolvimento das universidades voltadas para a pesquisa por ser o *locus* de atuação dos pesquisadores disciplinados, para a finalidade deste estudo optou-se por não haver um aprofundamento sobre as estruturas das universidades americanas por esse ser um tema tão amplo e complexo que demandaria um estudo à parte. Para uma leitura aprofundada sobre as universidades americanas, ver: GEIGER, Roger L. **To Advance Knowledge: The Growth of American Research Universities, 1900-1940**. New York: Oxford University Press, 1986; HOFSTADTER, Richard & SMITH, Wilson (org.) **American Higher Education: A Documentary History**. Chicago: The University of Chicago Press. Volumes I, II e III; LUCAS, Christopher J. **American Higher Education, A History**. New York: Palgrave Macmillan, 2006; VEYSEY Laurence R. **The Emergence of the American University**. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.

Somada à modernização acadêmica, desde a década de 1830 ocorria um lento processo de reestruturação dos currículos escolares clássicos e nele a história vinha deixando de ser apêndice da filosofia e literatura e conquistava autonomia. Diversas disciplinas recém-surgidas da fragmentação de áreas de conhecimento mais amplas disputavam espaço nos currículos de ensino secundário, buscando cada uma provar seu valor e importância na formação cidadã dos jovens americanos, transformando o campo do ensino no que o filósofo americano John Dewey descreveu como “[...] um experimento em seleção natural”¹²¹. A história buscou legitimidade através das justificativas de que o conhecimento do passado seria indispensável para a manutenção das instituições americanas e de que contribuiria para o desenvolvimento de uma disciplina mental, que seria a capacidade de “pensar historicamente”¹²². Ela estabeleceu-se nos currículos secundários ainda antes da fundação da AHA e, por volta de 1890, cerca de 28% dos estudantes secundários frequentavam essas classes, fazendo da disciplina a terceira mais procurada, ficando atrás somente de latim e álgebra¹²³.

Por outro lado, era fato conhecido o despreparo de seus professores. Em texto de 1893 escrito por Albert Bushnell Hart, o historiador contou uma anedota em que um determinado professor que detinha uma cátedra de história em Harvard havia escrito um artigo controverso no qual criticava um herói popular. A repercussão foi tão grande que ele foi transferido para uma cátedra de filosofia moral, o que fez surgir uma piada que reproduzia a famosa máxima de que quem sabe faz, quem não sabe ensina: “O professor B. era professor de História porque não sabia história; mas agora é professor de Moral porque não consegue falar a verdade”¹²⁴. Essa anedota ilustra a desconfiança que os americanos possuíam com relação aos professores, em grande medida por conta de uma cultura de valorização da atividade prática como sendo mais relevante do que a intelectual, entendida como inútil em um mundo que compreendiam como sendo regido por necessidades nem um pouco abstratas¹²⁵. Por outro lado, essa desconfiança era fundada no reconhecimento do despreparo dos professores, sendo os que ensinavam história vistos como os mais despreparados de todos. Foi o que defendeu o educador e psicólogo G. Stanley Hall, que na década de 1880 encabeçou uma iniciativa de elaboração de uma coleção voltada ao ensino, reunindo textos de especialistas de diversas áreas. O primeiro livro foi

¹²¹ “[...] *an experiment in natural selection*” DEWEY, John apud ORRIL, Robert & SHAPIRO, Linn. From *Bold Beginnings to an Uncertain Future...* Op. cit. p.729.

¹²² TOWNSEND. **History's Babel**... op.cit. p.56.

¹²³ Ibidem. p.56.

¹²⁴ “*Professor B. has been a Professor of History because he did not know history; but is now a Professor of Morals because he cannot tell the truth*” in HART, Albert Bushnell. *The Teacher as a Professional Expert*. **The School Review**, v.1, n.1, jan. 1893. p.4.

¹²⁵ Ibidem.

dedicado ao ensino de história justamente por ser tida como a disciplina mais pobremente ensinada nas salas de aula de todo o país a partir de sua observação e de outros especialistas¹²⁶. Para o educador, a má qualidade do ensino devia-se à fraca ou inexistente formação recebida pelos professores e ao fato de que se dedicavam ao ensino de diversas disciplinas. Além disso, a má qualidade dos materiais didáticos de história que circulavam naquele período, assim como o pouco tempo dedicado à disciplina nos currículos (geralmente um ano) contribuíam para a qualidade do ensino¹²⁷.

O estabelecimento do ensino de história nos currículos escolares foi importante para a profissionalização porque representava uma importante frente de atuação aos formados com ênfase em história e criava demanda pela disciplina nas universidades. Essa nascente classe de profissionais foi um importante contingente formador da AHA em suas primeiras décadas, de modo que o ensino escolar se tornou uma das grandes preocupações que guiou as atividades da associação em seu período de construção.

Todos esses fatores (especialização do conhecimento, modernização das universidades e reestruturação curricular) foram importantes para viabilizar a profissionalização das atividades em história nos Estados Unidos. Somado a eles, seria possível mencionar também o contexto de formação dos Estados Nacionais, que, findada a Guerra Civil, mobilizou historiadores a escrever narrativas conciliatórias que unificassem o país a partir de uma história comum, mesmo que esse não tenha sido um projeto do Estado, como ocorria em países onde também a historiografia se disciplinarizava. Mas nenhuma contextualização, por mais aprofundada que seja, é capaz de explicar como isso ocorreu, isso porque, na matemática social, para utilizar a pior metáfora possível, na soma entre dois mais dois existem infinitas variáveis que impedem que a resposta seja sempre quatro.

Acredito que as contingências específicas tenham possibilitado as transformações pelas quais a história passou a partir do último quarto do século XIX nos Estados Unidos, porém só é possível compreender essas mudanças a partir do estudo das ações tomadas coletivamente por indivíduos que amavam a história (cada um por seus motivos, e os motivos de cada um nunca saberemos) e que, em um momento de efervescência da ciência moderna e de profunda fé nesse paradigma, acreditaram que ela seria o meio que os levaria às verdades profundas do passado. Obviamente, esses indivíduos acreditavam na potência da história para melhorar a sociedade, seja através do desenvolvimento de uma consciência histórica para uma plena cidadania, seja

¹²⁶ HALL, G. Stanley. **Methods of teaching History**. Boston: *Ginn, Heath, & Company*, 1883. P. IX.

¹²⁷ *Ibidem*.

para a unificação de uma Nação tão heterogênea e dividida, seja para conhecer profundamente as instituições e poder atuar sobre elas. Independentemente da crença que cada um possuía sobre a sua importância social, acredito que tenha sido a paixão por esse conhecimento a grande motivação para que se unissem em prol de seu desenvolvimento e para transformar essa paixão em meio de vida (por mais que saibamos, por experiência própria, que a paixão esmorece quando se torna trabalho!). E movidos por esse amor que no dia 9 de setembro de 1884, em um hotel em Saratoga Springs, Nova York, foi fundada a associação que se tornaria o símbolo da nova forma de escrever história nos Estados Unidos.

2.2 Disciplinarização da história nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, a disciplinarização seguiu, apesar de suas especificidades, mais ou menos o mesmo padrão do que ocorria em outros países ocidentais e, como seus contemporâneos europeus, teve relação íntima com o surgimento do Estado-Nação moderno, tendo cumprido uma importante função de sustentação desse Estado, servindo, como afirmou o historiador Rodrigo Turin em um ensaio sobre a vinculação entre a disciplina e o evento da independência brasileira, como dispositivo de sincronização social, uma vez que “caberia a ela posicionar diferentes sujeitos, especialmente distintos, em um mesmo tempo – fazendo-os reconhecer-se em um mesmo presente, herdeiros de um mesmo passado, construtores de um mesmo futuro”¹²⁸.

A partir das revoluções do século XVIII, a legitimação da cabeça política do Estado não passava mais pela igreja, mas sim pelos cidadãos, cuja única crença em comum seria a do pertencimento a uma mesma Nação. Nesse sentido, a historiografia moderna surgiu a serviço do Estado-Nação, tendo como imperativo unir os cidadãos a partir de um passado glorioso comum, construído em conjunto, e de uma ideia de futuro que também seria trilhado coletivamente¹²⁹. Esses Estados precisavam de uma origem, “de uma inscrição na memória que [legitimasse] a sua encarnação num espaço, em instituições políticas, religiosas e militares,

¹²⁸ TURIN, Rodrigo. Os tempos da Independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. **Almanack**, Guarulhos, n.25, p.1-39, 2020. p.4.

¹²⁹ MUDROVIC, María Inés. La Nación, el Tiempo Histórico y la Modernidad: la historia como síntoma. Buenos Aires: **Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades**, 2012. p.25.

enfim, de um passado ao qual [pudessem] apelar e cujas referências identitárias [constituíssem] os marcos temporais que [deveriam] ser comemorados”¹³⁰.

Antes das revoluções Francesa e Americana, a memória mais separava do que unia, uma vez que somente as elites detinham memórias institucionalizadas: arquivos, genealogias e comemorações. A mudança começa ao final do século XVIII, “Pois os nascentes Estados-nação precisavam que pessoas que nunca haviam se visto ou compartilhado coisas comuns se considerassem como tendo uma ‘história comum’” – o passado se constitui em herança compartilhada¹³¹.

Em *Politics of historical interpretation*¹³², Hayden White afirmou que a politização do pensamento histórico foi uma pré-condição para a sua profissionalização, a base para ser considerada uma disciplina digna de ser ensinada nas universidades¹³³. Durante o século XIX, diversas concepções políticas e suas respectivas narrativas mestras disputavam entre si como modelo de sociedade. A história constitui-se como ciência para servir como base de realismo para essas filosofias da história,

[...] o objetivo desta disciplina seria simplesmente determinar os “fatos” da história pelos quais avaliar a objetividade, veracidade e realismo das filosofias da história que ditam os diferentes programas políticos. [...]. O aspecto político desse esforço analítico consistiu em opor uma consciência histórica devidamente disciplinada ao pensamento utópico em todas as suas modalidades (religiosa, social e, sobretudo, política). A combinação de ambos os aspectos da disciplinarização da história teve o efeito de permitir que o tipo de conhecimento histórico produzido por historiadores profissionais servisse como um padrão de realismo no pensamento e na ação política geral¹³⁴.

O meio pelo qual a historiografia cumpriria o papel que lhe havia sido atribuído seria através de afastamentos e aproximações: por um lado, afastar-se-ia das belas-lettras, por outro, buscaria nas ciências físicas o paradigma a partir do qual tentaria constituir-se ela própria como

¹³⁰ “de una inscripción en la memoria que legitimen su encarnación en un espacio, en instituciones políticas, religiosas y militares, en fin, de un pasado al que puedan apelar y cuyas referencias identitarias constituyan los hitos temporales que deben conmemorarse” Ibidem. p.28.

¹³¹ “Pues los nacientes estados-nación necesitaron que, personas que nunca se habían visto ni había compartido cosas comunes, se considerasen a sí mismas como teniendo una ‘historia en común’” Ibidem. p.28-29.

¹³² WHITE, Hayden. La Política de la Interpretación Histórica. In. WHITE, Hayden (org.). **El Contenido de la Forma**: Narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona: Editorial Paidós, 1992.

¹³³ Ibidem, p.81.

¹³⁴ “[...] el objetivo de esta disciplina sería simplemente determinar los “hechos” de la historia, por los cuales valorar la objetividad, veracidad y realismo de las filosofías de la historia que dictan los diferentes programas políticos. [...]. El aspecto político de este esfuerzo analítico consistió en oponer una conciencia histórica adecuadamente disciplinada al pensamiento utópico en todas sus modalidades (religiosas, sociales y, sobre todo, políticas). La combinación de ambos aspectos de la disciplinización de la historia tuvo por efecto permitir que el tipo de conocimiento histórico producido por los historiadores profesionales sirviese de norma de realismo en el pensamiento y la acción políticos generales” Ibidem, p.79.

ciência. A subordinação da história à retórica, característica da historiografia anterior à disciplinarização, era uma ameaça ao realismo, pois permitia que o conhecimento histórico fosse concebido como farsa. Assim, se se pretendia que se configurasse como conhecimento realista dos programas políticos, ele deveria passar por uma profunda desretorização, que representou o esforço por diferenciar a história da ficção¹³⁵.

O afastamento das belas-letas não se restringiu ao modelo supostamente desretoricizado de representação adotado, mas também pela disciplinarização da imaginação histórica através da definição de quais objetos seriam passíveis de serem representados por esse tipo de narrativa, excluindo-se assim “[...] o tipo de eventos que são tradicionalmente concebidos como matéria de crença religiosa e ritual (milagres, eventos mágicos, acontecimentos divinos), por um lado, e o tipo de eventos ‘grotescos’ que são matéria de farsa, sátira e calúnia, por outro”¹³⁶. Além disso, a escrita da história foi subordinada às categorias de belo (capaz de encantar) com progressiva supressão do sublime (fenômenos que possuiriam a capacidade de aterrorizar)¹³⁷.

Essas atitudes foram inegavelmente eficazes em bloquear qualquer impulso para usar a história a fim de justificar uma política visionária e, dessa maneira, os fatos históricos foram politicamente domesticados, desideologizando-se – os eventos e processos históricos deveriam ser compreensíveis ou explicáveis, mas nunca servir como base para uma política visionária mais interessada em dotar a vida social de significado do que de beleza. Assim, essas ideologias modernas extraíram da história o terrível, que incitaria o ser humano a querer fazer diferente para si e para seus descendentes, uma vez que a ideia de que as coisas deveriam ser de modo diferente do que são parte do sentimento de repugnância. Como a história disciplinada está configurada de maneira a tudo perdoar, está apartada de qualquer vinculação com uma política visionária¹³⁸.

Mas, em decorrência dos objetos próprios das ciências humanas e sociais – seres humanos, cultura e sociedade – o paradigma das ciências físicas não pode ser plenamente aplicado a esses campos, visto que seus fenômenos não poderiam ser explicados a partir de leis causais, apenas compreendidos por meio da narrativa, que seria, ao mesmo tempo, a forma pela qual se realizam a interpretação e o tipo de discurso pelo qual é representada¹³⁹.

¹³⁵ Ibidem, p.83.

¹³⁶ “[...] el tipo de acontecimientos que tradicionalmente se conciben en materia de la creencia religiosa y el ritual (milagros, acontecimientos mágicos, sucesos divinos), por un lado, y el tipo de acontecimientos ‘grotescos’ que constituyen la materia de la farsa, la sátira y la calumnia, por otro” Ibidem, p.84.

¹³⁷ Ibidem, p.86.

¹³⁸ Ibidem, p.90-91.

¹³⁹ Ibidem, p.77.

Em outro texto de White, *O Fardo da História*¹⁴⁰, o historiador afirmou que a disciplina estaria situada em um plano médio neutro entre a arte e a ciência, o qual chamou de “tática fabiana”:

[...] quando os cientistas sociais lhe criticam a amenidade do método, a imperfeição do sistema de metáforas ou a ambiguidade das pressuposições sociológicas e psicológicas, o historiador responde que a história jamais reivindicou o status de ciência pura, que ela depende tanto de métodos intuitivos quanto analíticos e que os juízos históricos deveriam, portanto, ser avaliados a partir de modelos críticos experimentais. Tudo isso sugere que a história é um tipo de arte. Porém, quando os literatos lhe criticam a incapacidade de sondar as camadas mais sombrias da consciência humana e a relutância em utilizar modos contemporâneos de representação literária, o historiador volta à concepção de que a história é, afinal de contas, uma *semiciência*, de que os dados históricos não se prestam à “livre” manipulação artística e que a forma das suas narrativas não é uma questão de escolha, mas é exigida pela natureza da própria matéria histórica¹⁴¹.

Esse plano médio epistemologicamente neutro reivindicado pelos historiadores seria uma posição ocupada somente pela história, única capaz de fazer essa síntese harmoniosa. Nessa concepção, o historiador seria não apenas o mediador entre passado e presente, mas também de dois modos de compreensão de mundo que estariam invariavelmente separados¹⁴².

Além do contexto político de formação dos Estados-nacionais que legitimou a existência da história como disciplina científica em decorrência de sua função cívica e que trouxe implicações sobre as bases epistemológicas sobre as quais se fundamentou, o tipo de história que se definiu no fim do século XIX também foi possibilitado pela experiência de tempo compartilhada naquele momento.

Em um artigo publicado em 2013, a historiadora argentina María Inés Mudrovcic desenvolveu a ideia inicialmente aventada por François Hartog de que a historiografia, como prática social baseada na representação do tempo, refletiria o regime de historicidade dominante do qual faz parte, sendo o passado histórico o regime historiográfico correspondente ao regime

¹⁴⁰ WHITE, Hayden. *O Fardo da História*. In. WHITE, Hayden (org.) **Trópicos do Discurso**. São Paulo: EdUSP, 1994. p.39-63.

¹⁴¹ *Ibidem*, p.39.

¹⁴² *Ibidem*, p.39-40. Esse texto foi escrito para argumentar sobre o esgotamento das condições que possibilitaram a emergência da história como disciplina acadêmica – a autoridade da história estaria em posição intermediária entre ciência e arte e por isso seria mediadora entre esses dois modos de compreensão do mundo. Essa autoridade se esgota quando os dois campos são repensados e avançam ao passo que os historiadores mantêm como concepção de arte e ciência do século XIX.

de historicidade moderno. Desse modo, o regime de historicidade dominante em um tempo se converteria em um receptáculo de um determinado regime historiográfico¹⁴³.

Lançando mão das reflexões sobre o conceito moderno de história de Reinhart Koselleck, a modernidade seria um tempo novo em que expectativas se afastam cada vez mais das experiências passadas¹⁴⁴, e a noção de progresso de fins do século XVIII indicava que as expectativas não poderiam derivar da experiência, havendo uma abertura ao futuro rumo ao progresso e uma assimetria entre experiência e expectativa – a História, como coletivo singular, se concebe como progresso, com um tempo próprio, e a concepção clássica de história como proporcionadora de exemplos é abandonada pela compreensão do caráter único dos acontecimentos: “O passado é considerado ‘antiquado’. O exemplar desaparece para dar lugar ao que já não se repete. [...]. É o futuro que esclarece a história passada. Se há alguma lição na história, ela vem do futuro, não do passado”¹⁴⁵.

Para Mudrovcic, o que caracterizaria esse passado histórico, objeto próprio da disciplina histórica¹⁴⁶, seria a noção do passado como o outro do presente, sua fronteira com o presente está marcada pelo que já foi, pelo que não é mais e está morto, “A especificidade que o passado adquire como objeto da prática histórica impede que ele, assim delimitado, se torne um *exemplum*. O ‘passado histórico’ enclausura a *historia magistra vitae*”¹⁴⁷. Ele também deveria ser distante, possibilitando uma compreensão mais ampla e objetiva do objeto, e poder fixar uma distância temporal entre o historiador e o passado pressuporia um tempo irreversível¹⁴⁸. Por fim, o passado histórico deveria também ser inteligível para poder ser conhecido e assim dotá-lo de significado. O historiador deve transformar o passado em passado histórico, dar um sentido, “O sentido é o resultado da pesquisa histórica, já que é entendido como resultado do questionamento e seleção de documentos a partir de ‘um problema’; se se refere ao que ‘explica’; e ao que é ‘entendido’ a partir do presente do historiador”¹⁴⁹.

¹⁴³ MUDROVCIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. Zaragoza: **Historiografías**, v.5, jan. - jun. 2013, p.11-31. p.12-13.

¹⁴⁴ Ibidem, p.13.

¹⁴⁵ “*Lo pasado es considerado ‘antiquado’. Lo ejemplar desaparece para dar lugar a lo que no se repite más. [...]. Es el futuro el que esclarece la historia pasada. Si hay alguna lección en la historia, ésta viene del futuro, no del pasado*” Ibidem, p.14.

¹⁴⁶ Para a historiadora, nem todos os passados são conhecidos historicamente. Ibidem, p.16.

¹⁴⁷ “*La especificidad que adquire el pasado como objeto de la práctica histórica impide que éste, así delimitado, pueda transformarse en exemplum. El ‘pasado histórico’ clausura a la historia magistra vitae*” Ibidem, p.17.

¹⁴⁸ Ibidem, p.18-19.

¹⁴⁹ “*El sentido es el resultado de la investigación histórica, ya se entienda a éste como lo que resulta de interrogar y seleccionar los documentos en función de ‘una problemática’; ya se refiera a lo que ‘explica’; ya a lo que se ‘comprende’ desde el presente del historiador*” Ibidem, p.19.

No caso dos Estados Unidos, mesmo que o Estado não tenha sido o grande agente promotor da profissionalização e da disciplinarização da história, a noção de função política da disciplina esteve presente ao longo desse processo e serviu a propósitos cívicos de construção nacional em decorrência das próprias crenças dos historiadores. Por isso, as bases epistemológicas sobre as quais a disciplina foi construída foram bastante similares, até porque, além de intencionalmente buscarem fazer com que a história cumprisse essa missão cívica, os primeiros historiadores disciplinados foram formados nos países em que esse processo já estava em andamento e buscaram replicar o modelo em seu próprio país.

A historiografia produzida após a Guerra Civil foi caracterizada por historiadores que estudaram a disciplinarização como “História Científica”, que ganhou contornos de escola teórica. Em *History: The Development of Historical Studies in the United States*, John Higham afirmou que essa historiografia começou a ganhar forma no país ainda antes da profissionalização e que suas raízes se formaram fora da academia através dos *gentleman historians*, tendo essa tendência maior relação com o movimento iniciado anos antes da transição do Romantismo para o Realismo do que com a historiografia germânica, uma vez que parte significativa de seus expoentes não havia necessariamente estudado nas universidades alemãs como a primeira geração de disciplinados estudaria,

O artista, romancista ou estudioso realista não necessariamente alcançou uma representação mais verdadeira da experiência humana do que o romancista, mas adotou um tom mais impessoal. O historiador realista não superou necessariamente o romancista em precisão factual, mas sentiu uma necessidade especial para corrigir erros de julgamento subjetivo. Ao contrário do pensador romântico, o realista evitava se identificar com o seu objeto¹⁵⁰.

Todas as formas de expressão realista, incluindo a historiografia, refletiram a influência das ciências naturais da metade do século XIX. Para Higham, a mudança que ocorreu na era do Realismo não foi a introdução do método científico aos estudos da humanidade, mas sim o abandono de valores românticos, “O que chamamos de história científica envolve muito mais do que uma abordagem crítica das evidências; também subordinou os valores românticos ao espírito científico. Esse espírito era impessoal, colaborativo, secular, impaciente com o mistério e incansavelmente preocupado com a relação das coisas entre si, em vez de sua relação com um

¹⁵⁰ “The realist artist, novelist, or scholar did not necessarily achieve a more truthful representation of human experience than the romanticist did, but he adopted a more impersonal tone. The realistic historian did not necessarily surpass the romanticist in factual accuracy, but he felt a special zeal to correct errors of subjective judgment. Unlike the romantic thinker, the realist avoided identifying himself with his object” HIGHAM, John. **History...** Op. cit., p.93.

reino de significado último”. Além disso, a tendência realista incorporou as teorias evolucionistas, que, aplicadas aos estudos humanos, selou uma parceria entre história e ciência, uma vez que “[...] a história se tornou darwinista ao passo que a biologia se tornou histórica”¹⁵¹.

A adoção da teoria evolucionista culminou em uma interpretação sobre o desenvolvimento histórico americano que foi dominante na geração de historiadores do período de transição entre o domínio dileitante para o profissional, a *germ-theory*, teoria explicativa que postulava que as instituições americanas haviam se desenvolvido a partir do germe institucional teutônico em solo americano. Ao longo dos séculos V e VI, esse germe institucional, que havia surgido nas florestas germânicas, teria sido transportado para a Bretanha por tribos teutas, que mantiveram essas instituições e a sua pureza racial pelo extermínio dos bretões. Esse germe teria sido transportado pelos ingleses à América no século XVII e se desenvolvido no território da Nova Inglaterra¹⁵².

A *germ-theory* possui uma influência evidente das teorias evolucionista, que, como apontou o historiador Richard Hofstadter, encontrou nos Estados Unidos um ambiente intelectual bastante receptivo (apesar dos grupos religiosos conservadores) e se disseminou nos diversos campos científicos. Nos que tinham como objeto a sociedade, esta seria um organismo vivo e adaptável, havendo uma conexão entre todas as suas manifestações temporais e espaciais; e do mesmo modo que na biologia as teorias da geração espontânea foram deslocadas em detrimento das teorias que enfatizavam a evolução temporal dos organismos vivos, também na sociedade as instituições não surgiriam por geração espontânea, como deixou claro Herbert Baxter Adams: “A biologia não favorece mais a teoria da geração espontânea. É tão improvável que instituições locais livres tenham surgido ao longo da costa americana sem um germe quanto o trigo inglês tenha crescido por aqui sem ser plantado”¹⁵³. Adams foi o principal expoente dessa perspectiva teórica nos Estados Unidos, e tendo sido um “construtor de campo” que orientou, direta ou indiretamente, toda a primeira geração de historiadores disciplinados de seu país, a *germ-theory* foi por bastante tempo a narrativa sobre o desenvolvimento histórico das instituições americanas mais aceita.

¹⁵¹ “What we call scientific history involved much more than a critical approach to evidence; it also subordinated romantic values to scientific spirit. That spirit was impersonal, collaborative, secular, impatient of mystery, and relentlessly concerned with the relation of things to one another instead of their relation to a realm of ultimate meaning”; “[...] history became Darwinian while biology became historical” Ibidem, p.94.

¹⁵² NOVICK. **That Noble Dream...** Op. cit. p.87-88.

¹⁵³ “Biology no longer favors the theory of spontaneous generation, it is just as improbable that free local institutions should spring up without a germ along American shores as that English wheat should have grown here without planting” ADAMS, Herbert Baxter apud COLEMAN, William. Science and Symbol in the Turner Frontier Hypothesis. **The American Historical Review**, n.1, v.72, out. 1966, p.22-49. p.26.

Mas, para Higham, a noção de evolução, compreendida como “processo de evolução continuamente em desenvolvimento” esteve presente na história desde antes de Darwin, já que historiadores românticos – como George Bancroft –, tinham um forte senso de interconexão entre as experiências humanas, porém, o que diferenciaria essa nova tendência realista é que, ao contrário da romântica, não seria uma associação transcendental, e sim um fenômeno natural¹⁵⁴. Além disso, a historiografia científica evolucionista reduziu os eventos a elos de uma cadeia, tendo essa cadeia um significado, e tirou a ênfase dos indivíduos, que foram subordinados às instituições¹⁵⁵.

Os historiadores disciplinados da primeira geração compartilharam dessa perspectiva evolucionista de seus antecessores diletantes, de acordo com Higham, porque eles mesmos tinham motivos para essa aliança com os princípios da história científica por ser o que justificaria a constituição da história enquanto campo de estudos autônomos: “A história científica era de fato sua *raison d’être* explícita, e eles a abraçaram com um fervor especial porque constituía uma declaração de independência para sua disciplina acadêmica. Para os historiadores disciplinados, a abordagem científica cortou os grilhões que emaranhavam a história com disciplinas acadêmicas mais antigas e a subordinavam à literatura e à filosofia”¹⁵⁶.

Por um lado, o afastamento da literatura tinha como finalidade alcançar a objetividade requerida a um campo que se pretendia científico; já a filosofia imporia um padrão arbitrário à história, que não condiria com a realidade, e essa desconfiança com relação à filosofia foi especialmente intensa no caso da historiografia americana:

A *bête noire* especial dos historiadores acadêmicos americanos era a filosofia da história. Eles comumente a equiparavam a “opiniões preconcebidas” e à introdução de julgamentos morais na escrita histórica. [...] Uma objeção particular à filosofia da história era que ela havia usurpado o nome de ciência. Antes dos historiadores profissionais entrarem em cena, a filosofia da história no mundo anglo-americano havia se tornado positivista. Após August Comte, os positivistas acreditavam que poderiam reduzir a história a uma ciência natural ao formular a hipótese de um sistema de leis invariáveis¹⁵⁷.

¹⁵⁴ “*continually unfolding process of evolution*” HIGHAM. **History...** Op. cit. p.95.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p.95-96.

¹⁵⁶ “*Scientific history was in fact their explicit raison d’être, and they embraced it with a special fervor because it constituted a declaration of independence for their academic discipline. For professional historians the scientific approach cut the fetters that had entangled history with older academic subjects and subordinated it to literature and philosophy*” *Ibidem*, p.98.

¹⁵⁷ “*The special bête noire of American academic historians was philosophy of history. They commonly equated it with ‘preconceived opinions’ and with the introduction of moral judgments in historical writing. [...] A particular objection to philosophy of history was that it had usurped the name of science. Before the professional historians arrived on the scene, philosophy of history in Anglo-American world had become positivistic. Following August Comte, the positivistic believed they could reduce history to a natural science by hypothesizing a system of unvarying laws*” *Ibidem*, p.98.

Na tentativa de escapar das armadilhas da subjetividade tanto das filosofias da história quanto do Romantismo, a historiografia disciplinada daquele país ganhou contornos bastante empiristas, preponderando “[a] fixação na crítica documental e o acúmulo paciente de fatos”¹⁵⁸.

Para Peter Novick, o ideal da objetividade foi a rocha sobre a qual a história disciplinada foi constituída nos Estados Unidos; foi a qualidade que a profissão valorizou acima de todas as outras, sendo que a chave para mensurar o progresso da disciplina seria aproximar-se cada vez mais da verdade sobre o passado. Apesar de não poder ser facilmente definida por ser uma noção que esteve em constante disputa (sendo inclusive esse o objeto a qual se dedica o estudo de Novick), para o historiador, os seus principais elementos poderiam ser assim sintetizados:

As suposições nas quais ela se baseia incluem um compromisso com a realidade do passado e com a verdade como correspondência a essa realidade; uma nítida separação entre conhecedor e conhecido, entre fato e valor e, acima de tudo, entre história e ficção. Os fatos históricos são vistos como anteriores e independentes da interpretação: o valor de uma interpretação é julgado por quão bem ela explica os fatos; se contrariada pelos fatos, deve ser abandonada. A verdade é una, não perspectiva. Quaisquer padrões existentes na história são “encontrados”, não “feitos”. Embora sucessivas gerações de historiadores pudessem, à medida que suas perspectivas mudassem, atribuir diferentes significados aos eventos do passado, o significado desses eventos era imutável¹⁵⁹.

A objetividade estaria relacionada à imparcialidade, tendo sido comuns as metáforas ligando historiadores a juízes, capazes do julgamento neutro e desinteressado, sem se deixar levar por lealdades exteriores, pressões políticas e sociais, uma vez que a história estaria em risco quando escrita com fins utilitários. Assim, a lealdade primária do historiador deveria ser com a verdade histórica e, depois, com os colegas, que compartilhariam desse valor¹⁶⁰.

Para Novick, a objetividade foi o que possibilitou que a história pudesse ser uma atividade profissional. Na historiografia americana, o que chamou de “mito da objetividade” do investigador isento foi o que fundamentou e autorizou a nova disciplina, sendo a objetividade o que diferenciava o trabalho dos novos historiadores disciplinados dos trabalhos partidários e tendenciosos dos diletantes. Nessa compreensão, a verdade estaria relacionada a um consenso

¹⁵⁸ “[the] fixation on the criticism of documents and the patient accumulation of facts hardened” Ibidem, p.99.

¹⁵⁹ “The assumptions on which it rests include a commitment to the reality of the past, and to truth as correspondence to that reality; a sharp separation between knower and known, between fact and value, and, above all, between history and fiction. Historical facts are seen as prior to and independent of interpretation: the value of an interpretation is judged by how well it accounts for the facts; if contradicted by the facts, it must be abandoned. Truth is one, not perspectival. Whatever patterns exist in history are “found,” not “made.” Though successive generations of historians might, as their perspectives shifted, attribute different significance to events in the past, the meaning of those events was unchanging” NOVICK. **That noble dream...** Op. cit. p.1-2.

¹⁶⁰ Ibidem, p.2.

entre os investigadores, e por isso a profissionalização da história se tornou importante, para estabelecer os critérios de validação do que era dito. Assim, a objetividade teria sido consolidada através da fundação de uma comunidade profissional, do estabelecimento de normas técnicas que gerariam consensos e da redefinição da audiência para o trabalho histórico, que seria direcionado ao público acadêmico¹⁶¹.

Além disso, serviria para estabelecer consensos na representação do passado e, no caso dos Estados Unidos, um dos maiores objetivos dos historiadores disciplinados da primeira geração foi a reconciliação da Nação após a Guerra Civil. Para eles, haveria uma contradição entre eventos singulares, como a Guerra Civil, e as diferentes versões sobre os seus acontecimentos, e o “mito da objetividade” resolveria essa contradição através da consagração de uma narrativa unitária que corresponderia a um passado unitário¹⁶². Essa reconciliação era difícil porque os próprios historiadores haviam participado direta ou indiretamente do conflito, e o consenso encontrado foi amparado no racismo, elemento que unia representantes do Norte e do Sul:

Mas a negociação deliberada de uma versão mutuamente aceitável do conflito seccional, de um “passado utilizável” consensual, era claramente uma estratégia central dos novos profissionais. Ao efetuar a reconciliação, eles tiveram um poderoso aliado, cuja contribuição foi indispensável: o racismo generalizado que – em todas as regiões, classes e convicções políticas – dominou o pensamento do período¹⁶³.

Com o tempo, a compreensão da necessidade da reconciliação, combinada com o racismo generalizado entre as seções, levou os historiadores disciplinados do Norte a revisar posicionamentos anteriores de crítica ao Sul, denunciando abolicionistas como agitadores, suavizando a imagem da escravidão e unindo-se às denúncias sobre os “ultrajes criminais” da Reconstrução¹⁶⁴. Essa posição foi consagrada como verdade objetiva sobre o passado da guerra, a concessão que os historiadores do Norte se disponibilizaram a fazer em nome da unidade disciplinar.

William Wirt Henry, sétimo presidente da AHA, afirmou em seu discurso inaugural de 1891 que a escravidão havia sido mais benéfica do que prejudicial à constituição do estado da

¹⁶¹ Ibidem, p.52.

¹⁶² Ibidem, p.4-5.

¹⁶³ “*But the deliberate negotiation of a mutually acceptable version of the sectional conflict, of a consensual “usable past,” was clearly a central strategy of the new professionals. In effecting the reconciliation, they had a powerful ally, whose contribution was indispensable: the pervasive racism which — across regions, classes, and political persuasions — dominated the thought of the period.*” Ibidem, p.74.

¹⁶⁴ Ibidem, p.76-77.

Virgínia, tendo sido vantajosa tanto aos escravizados quanto aos brancos, uma vez que os primeiros teriam sido civilizados e os segundos, pelo seu contato com a instituição, teriam desenvolvido um amor maior à liberdade:

A instituição da escravidão teve seus males, que podem ser rastreados na história dos brancos e que têm sido muito discutidos e muitas vezes exagerados, nos quais, entretanto, não pretendo entrar. Mas, quanto à raça africana, pouco há a lamentar em comparação com os grandes benefícios que a escravidão conferiu aos escravos. De um estado de barbárie elevou a raça a um estado de civilização, ao qual nenhum outro povo bárbaro jamais alcançou em tão pouco tempo. O antigo escravo africano é agora classificado por nosso governo como superior ao índio americano e aos nativos do celestial Império da China, e recebe os mais altos privilégios de um cidadão americano. O efeito sobre os brancos foi enobrecedor em alguns aspectos, pois estimulou grandemente a independência de caráter e o amor à liberdade que caracterizam os governantes, seja em reinos ou em plantações¹⁶⁵.

No relatório do evento escrito por Herbert Baxter Adams, então secretário da AHA, não há sugestões de que tenha havido qualquer crítica à fala de Henry, apenas elogios ao argumento central do texto, o que vai ao encontro da afirmação de Hayden White de que a história disciplinada está configurada de um modo que a tudo perdoa¹⁶⁶.

Nesse mesmo encontro, logo após o discurso de Henry, William E. B. Du Bois, na época jovem estudante, vinculado ao Programa de Sociologia de Harvard e que viria a ser o primeiro doutor em história negro dos Estados Unidos em 1895, fez uma apresentação sobre as diversas leis que buscaram suprimir o tráfico de escravizados que foram instituídas no território que hoje compreende os Estados Unidos desde o período colonial¹⁶⁷. Salta aos olhos, ao se fazer a leitura do texto (publicado na íntegra no Relatório Anual daquele ano) o tom “objetivo” empregado. Nas quinze páginas que o compreende, não aparecem críticas ou juízos de valor sobre a escravidão, somente citações e dados retirados de documentos oficiais que mostrariam como o Sul havia burlado essas leis com a conivência do Norte. O historiador inseriu em seu

¹⁶⁵ “*The institution of slavery had its evils, which may be traced in the history of the whites, and which have been much discussed and often exaggerated, into which, however, I do not propose to enter. But as regards the African race, there is little to lament in comparison with the great benefits slavery conferred on the slaves. From a state of barbarism it raised the race into a state, of civilization, to which no other barbarous people have ever attained in so short a time. The late African slave is now rated by our Government as superior to the American Indian and to the natives of the celestial Empire of China, and is entrusted with the highest privileges of an American citizen. The effect upon the whites was in some respects ennobling, as it greatly stimulated that independence of character and love of freedom which characterize rulers, whether in kingdoms or on plantations*” HENRY, William Wirt. *The Causes Which Produced the Virginia of the Revolutionary Period*. In: ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1891**. Washington: Government Printing Office, 1892, p.13-30. p.20-21.

¹⁶⁶ WHITE. *La Política de la Interpretación Histórica...* Op. cit. p.90-91.

¹⁶⁷ DU BOIS, W. E. B. *Enforcement of the Slave-Trade Laws*. In: **Annual Report 1891...** Op. cit. p.161-175.

texto uma série de citações diretas de presidentes e outros oficiais em que reconheciam que a lei estava sendo desrespeitada, utilizando inclusive uma fala do presidente Madison afirmando que isso “violava as leis da humanidade”¹⁶⁸. Somente ao final, nos últimos parágrafos, aparece um juízo sutil ao falar sobre o desrespeito às leis de tráfico do Sul amparadas pela vista grossa do Norte: “A ganância do Norte unida à credulidade do Sul foi uma combinação calculada para contornar qualquer lei, humana ou divina”¹⁶⁹.

Tomando o texto de Du Bois em contraste com o de Henry, a diferença é gritante: enquanto o primeiro precisou provar a ilegalidade da instituição como verdade histórica através do uso de fontes documentais *oficiais*, sem incorrer em “juízos subjetivos” (o que inclusive colocaria em xeque a possibilidade de ser reconhecido pelos pares como historiador), o segundo se sentiu absolutamente à vontade para emitir uma opinião favorável à escravidão, sem sequer tentar mostrar “evidências” que disfarçassem o seu argumento de “verdade objetiva”, o que, em síntese, indica que o argumento racista de Henry não precisava ser provado por estar amparado em um consenso disciplinar estabelecido e que ele, como presidente, tinha autoridade para reafirmar este consenso.

Desse modo, além das funções evidentes de legitimar a historiografia enquanto prática profissional e unificar as narrativas sobre o passado nacional, a objetividade, enquanto pilar sobre o qual a disciplina foi fundada, serviu, de modo mais sutil, como meio de consagração dos homens brancos com sujeitos epistêmicos mais hábeis a estudar o passado sem serem dominados pela subjetividade e, em consequência, como meio de naturalizar as estruturas sociais que os privilegiavam como sendo verdades históricas.

Mulheres e negros não foram formalmente proibidos de exercerem a profissão. Diferente do que ocorreu no Brasil, onde foi negado às mulheres o acesso ao IHGB, instituição capaz de consagrar quem poderia ser considerado historiador¹⁷⁰, nos Estados Unidos, no período de incipiente profissionalização abordado neste estudo, historiadora ou historiador era quem cumpria os protocolos da disciplina. Não é gratuito que, nas resoluções da primeira reunião do Conselho Executivo em 1884, definiu-se que mulheres não seriam proibidas de se tornarem membros da associação, desde que tivessem as mesmas qualificações requeridas aos homens:

¹⁶⁸ Ibidem, p.166.

¹⁶⁹ “Northern greed joined to Southern credulity was a combination calculated to circumvent any law, human or divine” Ibidem, p.174.

¹⁷⁰ MELO. **Mulheres letradas entre a história intelectual...** Op. cit.; OLIVEIRA. **Os sons do silêncio...** Op. cit.

Uma reunião do Conselho Executivo foi realizada durante a noite do último dia, 10 de setembro, da primeira convenção anual da *American Historical Association*, para determinar a política futura da nova sociedade. Foi resolvido: [...]. 6. Que, na opinião do Conselho, não há nada na Constituição da *American Historical Association* que impeça a admissão de mulheres que tenham as mesmas qualificações exigidas dos homens na *Association*¹⁷¹.

No livro já mencionado de Julie Des Jardins¹⁷², a historiadora afirmou que diversas mulheres foram publicamente reconhecidas como “*lady historians*” em meados do século XIX por suas obras biográficas sobre “Mulheres Eminentes”, “Mulheres Famosas” e “Mulheres Valorosas”¹⁷³, que serviam a uma dupla função como história e instrução sobre o ideal de caráter feminino. De acordo com a autora, essas histórias teriam sido um modo efetivo de essas autoras argumentarem sobre a agência feminina na história, muitas vezes enfatizando aspectos de suas vidas domésticas diárias que não apareciam nas tradicionais narrativas de história política, mas que haviam tido importância na constituição nacional. Apesar de seus sucessos elas, que até então eram reconhecidas como historiadoras, foram deslocadas para a categoria de “literatas” a partir do momento em que a disciplina foi instituída valorizando as dimensões político-institucionais da sociedade, o que excluía os objetos dessas mulheres do que era considerado um “objeto histórico”. Além disso, elas foram excluídas do campo científico que se formava em decorrência do modo como as instituições eram estruturadas nos Estados Unidos do período, que tornava bastante difícil a elas acessarem registros oficiais para realizarem o mesmo tipo de história política que passou a ser valorizada, mas, principalmente, estando a nova disciplina assentada na virtude da objetividade, foram excluídas por serem tomadas como incapazes de se distanciarem de seus contextos psicológicos, familiares e culturais¹⁷⁴, e, mesmo quando seguiam os mesmos protocolos que os homens, não obtinham o reconhecimento do campo por não possuírem credenciais universitárias¹⁷⁵. Em *The Gender of History*, Bonnie Smith demonstrou que, historicamente, o amadorismo – não apenas na história, mas nas

¹⁷¹ “A meeting of the Executive Council was held during the evening of the last day, September 10th, of the first annual convention of the American Historical Association, to determine the future policy of the new society. It was resolved: [...]. 6. That, in the opinion of the Council, there is nothing in the Constitution of the American Historical Association to prevent the admission of women into the Association upon the same qualifications as those required of men.” Resolutions of First Executive Council. Disponível em: [https://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/historical-archives/first-meeting-of-the-american-historical-association-\(1884\)/resolutions-of-first-executive-council](https://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/historical-archives/first-meeting-of-the-american-historical-association-(1884)/resolutions-of-first-executive-council). Acesso em: 25 abril 2023.

¹⁷² DES JARDIN. *Women & the Historical Enterprise in America...* Op. cit.

¹⁷³ Expressões utilizadas pela própria autora que foram traduzidas literalmente por mim. Ibidem.

¹⁷⁴ Ibidem, p.21.

¹⁷⁵ Des Jardins fala em seu livro sobre Francis Victor, Delilah Beasley e Alice Earle, que por anos tentaram estabelecer sua autoridade como historiadoras adotando em seus estudos os procedimentos de história disciplinada sem terem alcançado esse objetivo. Ibidem, p.27-28. Ironicamente (ou não), os mesmos requisitos não foram tão duramente cobrados de homens, que foram, dentro da AHA, homenageados com a presidência sem sequer serem historiadores, como foi o caso do senador George Frisbie Hoar.

ciências como um todo – foi relacionado ao feminino, enquanto o profissionalismo ao masculino. No caso da história, a noção do amadorismo como feminino foi cristalizada pela suposta incapacidade das mulheres de serem objetivas: “elas ocupavam um degrau inferior na escada do ser cognitivo – más profissionais, na verdade, como eram com frequência consideradas as muitas historiadoras amadoras, inclusive por elas mesmas”¹⁷⁶.

Apesar disso, a profissionalização trouxe consigo a noção de que os critérios supostamente objetivos de ingresso no campo possibilitariam o seu acesso apesar do gênero e raça. De fato, uma observação geral do conjunto dos relatórios anuais da AHA durante os 31 anos que compreendem este estudo evidencia que a presença de mulheres nos encontros foi constante, que apresentaram textos os quais foram publicados nos relatórios e que, quando prêmios de melhores monografias foram instituídos, elas foram parte significativa dos vencedores¹⁷⁷, mas também evidencia que, para terem seus textos aceitos nos programas e publicados e suas pesquisas premiadas, precisaram escrever os mesmos tipos de textos supostamente objetivos, dedicados a temas “universais” de história político-institucional. Como Joan Scott apontou no texto *American Women Historians, 1884-1984*¹⁷⁸, mencionado na Introdução, a presença das mulheres na associação durante os seus primeiros anos não afetou a identidade mais ampla da instituição; tendo sido obrigadas a realizar o mesmo tipo de historiografia praticado pelos homens para serem aceitas no campo, não conseguiram, nesse primeiro momento, abalar os pilares epistemológicos sobre os quais a disciplina estava sendo assentada.

Mas, ainda antes da virada do século, torna-se evidente um princípio de virada teórica no campo da história nos Estados Unidos. Os primeiros a darem aula de história em universidade ainda antes da profissionalização haviam sido esses *gentleman historians*, contudo, no momento em que a história começou a ganhar espaço nas universidades e escolas como campo de conhecimento autônomo e a serem estabelecidos para ela protocolos disciplinares, as cátedras começaram a ser ocupadas por historiadores treinados a partir desses protocolos, e eles, via de regra, não eram *gentlemen*, e sim representantes da nova classe média urbana. Esse grupo, que foi de fato a primeira geração de historiadores profissionais

¹⁷⁶ SMITH. *Gênero e História...* Op. cit. p.17.

¹⁷⁷ O primeiro prêmio para a melhor pesquisa original no campo da história a ser criado pela AHA foi o *Justin Winsor Prize*, em 1896. Por três anos, nenhum prêmio foi concedido; entre 1900 e 1906, foi um prêmio anual e, a partir de 1908, foi bianual. O segundo prêmio foi o *Herbert Baxter Adams Prize*, concedido ao melhor estudo de história europeia, criado em 1905, tendo sido desde o início bianual. Durante 1896 e 1915, 18 historiadores foram premiados, entre eles cinco foram mulheres, o que é mais de 25% dos ganhadores.

¹⁷⁸ SCOTT. *American Women Historians...* Op. cit.

disciplinados, foi quem começou a valorizar em seus estudos outras dimensões da sociedade que não a político-institucional.

Foi em 1893, por exemplo, que um jovem professor da *Wisconsin University*, que tinha acabado de se doutorar na JHU sob orientação de Herbert Baxter Adams, apresentou um ensaio – intitulado *The Significance of the Frontier in American History* – o qual seria o manifesto da teoria explicativa sobre o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos que predominou no campo disciplinado da história, pelo menos, até a década de 1930.

Frederick Jackson Turner falou a uma plateia desanimada, em uma mesa do encontro anual da AHA, que um importante período da história americana havia se encerrado: a expansão em direção ao Oeste. O censo de 1890 havia informado que, com exceção de alguns pequenos territórios, a conquista de terras livres havia se encerrado, e os fronteiriços saídos do Leste haviam finalmente alcançado o Pacífico. Desse modo, a história do país teria sido até então a da contínua expansão territorial para fugir das pressões capitalistas do Leste, desde a saída dos puritanos da Inglaterra a partir do século XVII até aquele momento. Seria uma história de contínuo recomeço, em que a civilização (representada pelo Leste) encontrava a selvageria (representada pelo território inóspito habitado por indígenas), e, a partir da junção dessas duas características, o resultado teria sido algo novo: o americano¹⁷⁹.

O evolucionismo das teorias do desenvolvimento social da época permaneceu presente nesta que ficou conhecida como *frontier thesis*, mas, à diferença da vertente da primeira geração da historiografia profissional, na teoria de Turner, as instituições americanas não seriam um simples desenvolvimento de elementos teutônicos em solo do Novo Mundo, mas sim síntese resultada da união entre civilização, selvageria e movimento:

Por trás das instituições, por trás das formas e modificações constitucionais, estão as forças vitais que dão vida a esses órgãos e os moldam para atender às condições mutáveis. A peculiaridade das instituições americanas é o fato de terem sido compelidas a se adaptar às mudanças de um povo em expansão – às mudanças envolvidas na travessia de um continente, na conquista de uma região selvagem e no desenvolvimento de cada área desse progresso a partir de as condições econômicas e políticas primitivas da fronteira na complexidade da vida da cidade¹⁸⁰.

¹⁷⁹ TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In. TURNER, Frederick Jackson (org.) **The Frontier in American History**. New York: Henry Holt and Company, 1921.

¹⁸⁰ “*Behind institutions, behind constitutional forms and modifications, lie the vital forces that call these organs into life and shape them to meet changing conditions. The peculiarity of American institutions is, the fact that they have been compelled to adapt themselves to the changes of an expanding people – to the changes involved in crossing a continent, in winning a wilderness, and in developing at each area of this progress out of the primitive economic and political conditions of the frontier into the complexity of city life*” Ibidem, p.12.

Chama a atenção o fato de que, nessa teoria, a principal dimensão do desenvolvimento americano é espacial, e não temporal. Sobre isso, Richard Hofstadter afirmou:

O tempo é a dimensão básica da história, mas a dimensão básica da imaginação americana é o espaço. As lições e a inspiração que os americanos desejavam tirar de sua história tiveram que ser encontradas confrontando seu senso de tempo muito reduzido e sua disposição repetida de considerar o passado mais remoto com uma atitude bastante desdenhosa¹⁸¹.

Em decorrência de ser a história da colonização recente de um novo território, sem o passado feudal e clássico dos europeus (uma vez que não reivindicaram o passado americano anterior à conquista), o âmbito temporal da história americana seria bastante plano, e, de acordo com Hofstadter, os historiadores compensaram essa carência de sentido de tempo através de uma noção ampliada de espaço, tendo Turner sido o primeiro disciplinado a ter incorporado plenamente no pensamento histórico de seu país essa consciência do espaço e ênfase no movimento¹⁸², visto que, no evolucionismo conservador de seus colegas, a dimensão temporal da história norte-americana era construída ao reivindicar para si a história europeia.

Nesse sentido, a teoria histórica de Turner é a primeira essencialmente nacionalista do país, uma vez que a chave para a compreensão de seu desenvolvimento histórico, suas instituições e seu povo estariam na fronteira, na conquista do Oeste, e não no que havia sido importado da Europa. Para Allan Bogue, essa é uma das razões que explicam o seu sucesso¹⁸³. Além dela, diversos historiadores, incluindo o brasileiro Arthur Lima de Avila, pontuaram como um dos motivos do sucesso o fato de a *frontier thesis* ter tornado científico o Mito da Fronteira, crença popular concebida ainda no período colonial que justificava a conquista do Oeste e o extermínio de indígenas como sendo uma missão civilizacional. Desse modo, já sendo os seus pressupostos conhecidos entre os americanos, a teoria encontrou facilmente aceitação por ter trajado com vestes científicas uma narrativa bem conhecida e aceita popularmente¹⁸⁴.

¹⁸¹ “*El tiempo es la dimensión básica de la historia, pero la dimensión básica de la imaginación norteamericana es el espacio. Las lecciones y la inspiración que los norteamericanos desearon tomar de su historia tuvieron que hallarlas enfrentando su sentido del tiempo sumamente empequeñecido y su reiterada disposición a considerar el pasado más remoto con una actitud más bien desdenhosa*” HOFSTADTER. **Los historiadores progresistas...** Op. cit., p.20.

¹⁸² Ibidem, p.20-21.

¹⁸³ BOGUE, Allan G. **Frederick Jackson Turner: Strange Roads Going Down**. Norman: University of Oklahoma Press, 1998. p.115.

¹⁸⁴ Ver AVILA, Arthur Lima de. Arthur Lima de. **Território contestado: a reescrita da história do oeste norte-americano: c.1985-c.1995**. 2010, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2010; COLEMAN, William. Science and Symbol in the Turner Frontier Hypothesis. **The American Historical Review**, v. 72, n. 1, out. 1966, p. 22-49; KLEIN, Kerwin Lee. **Frontiers of Historical Imagination: narrating the European conquest of Native-America, 1890-1990**. Berkeley: University of California

Mesmo assim, o sucesso do ensaio apresentado em 1893 não foi imediato; levou cerca de uma década (e muita articulação institucional) para que a *frontier thesis* se tornasse a narrativa oficial do desenvolvimento histórico americano¹⁸⁵.

Do ponto de vista teórico, apesar de Turner ter ignorado em sua *frontier thesis* todos horrores da conquista do Oeste e ter feito dela uma narrativa heroica sobre a história de seu país, ela foi especialmente importante para o campo da história no momento de sua “vinda ao mundo” por ter deslocado a ênfase da política institucional da história disciplinada para outras dimensões do social (como a cultura, a economia e a religião), ter valorizado a agência de fronteirços anônimos em detrimento dos grandes homens e, em consequência, valorizado outros tipos de fontes documentais para o estudo do passado que não exclusivamente as oficiais. Essas mudanças levaram ao uso de novos métodos nas análises empíricas, valorização da associação a outras disciplinas e do estudo do passado à luz de problemas do presente,

Há muito nessas lições do seminário de Turner que nossa geração mais recente adota como sua. Mude o vocabulário para corresponder ao jargão moderno e encontramos Turner defendendo a história social, a quantificação, a história-problema, estudos interdisciplinares, histórias de casos locais, “história vista de baixo” e a busca por um passado relevante¹⁸⁶.

Esse caso de Turner e sua *frontier thesis* é apenas um exemplo da virada teórica ocorrida ainda na primeira geração de historiadores disciplinados. Outro exemplo é o de J. Franklin Jameson (primeiro historiador disciplinado a ser presidente da AHA), que em seu discurso de abertura do encontro anual da associação apresentou um texto em que propunha o uso das narrativas de vidas de líderes protestantes, similares aos *Acta Sanctorum* medievais, como valiosas fontes documentais para o estudo dos diversos aspectos da sociedade americana: seus

Press, 1997; SMITH, Henry Nash. **Virgin Land: The American West as Symbol and Myth.** Boston: Harvard University Press, 1950; WROBEL, David M. **The End of American Exceptionalism: Frontier anxiety from the Old West to the New Deal.** Lawrence: University Press of Kansas, 1993.

¹⁸⁵ Como será visto no quarto capítulo, em 1896, a AHA seria convidada pela *National Education Association* a preparar um currículo básico de história para o ensino secundário que seria distribuído nas escolas de todo o país, e no relatório preparado pelo comitê nomeado pela entidade (que tinha Herbert Baxter Adams como um de seus membros), a teoria do desenvolvimento histórico que guiava o currículo indicado era a das raízes teutônicas que haviam se desenvolvido em solo americano, demonstrando que naquele momento a *frontier thesis* ainda não havia conquistado a posição que pouco tempo depois teria. Além de a teoria ter sido bem-aceita pelas razões mencionadas acima, no meio acadêmico, os esforços de Turner para que o texto fosse difundido foram fundamentais para que se estabelecesse nos departamentos de história do país, entre eles posso destacar o envio do ensaio a colegas, orientação de alunos, apresentações públicas da teoria e atuação constante na AHA e AHR. GALLO, Livia A. **Disciplina histórica, um campo em disputa: discursos dos presidentes da American Historical Association (1884-1914).** 2019, Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2019.

¹⁸⁶ “There is a great deal in these lessons from Turner’s seminar that our more recent generation embraces as its own. Change the vocabulary to match the modern jargon, and we find Turner championing social history, quantification, l’histoire problematique, interdisciplinary studies, local case histories, “history from the bottom up,” and the search for a relevant past.” CRONON. Revisiting the Vanishing Frontier... Op. cit. p.161.

movimentos políticos, pois muitos haviam se envolvido em revoltas e revoluções; crenças compartilhadas; geografia, nos casos dos “santos” viajantes; e também detalhes sobre a vida em comunidades afastadas. Nesse texto, Jameson argumentou que a história religiosa seria um meio eficiente de compreender de maneira mais profunda a sociedade, além de ser uma alternativa às histórias política e militar¹⁸⁷. Algo interessante sobre a história da disciplina nos Estados Unidos é que muito rapidamente essa heterodoxia, que valorizava outras dimensões da sociedade além da política institucional, se tornou ortodoxia, de modo que representantes dessa historiografia progressista já dominavam os cargos do Conselho Executivo da AHA na virada para o século XX e, em 1907, passaram a ocupar a presidência.¹⁸⁸

¹⁸⁷ JAMESON, John Franklin. *The American Acta Sanctorum*. **The American Historical Review**, v. 13, n. 2, Jan. 1908, p. 286-302.

¹⁸⁸ Conforme será visto ao longo dos capítulos seguintes, não houve um arquivo público federal em Washington antes da década de 1930, de modo que os registros públicos estavam espalhados nos diversos departamentos e órgãos do Estado, armazenados em caixas sem catalogação e suscetíveis às intempéries, e muitas vezes estando indisponíveis ao acesso de pesquisadores. Creio que a dificuldade de acesso a esses materiais poderia ser um dos motivos para essa precoce virada para a história social.

3 A ESTRUTURA DO CAMPO, 1884-1915

Neste capítulo, será abordado como a fundação da *American Historical Association* se deu a partir de uma noção compartilhada de que a história estava sendo constituída em campo de conhecimento autônomo. Em seguida, como a composição do Conselho Executivo da AHA ao longo dos primeiros anos da associação foi compreendida pelos seus líderes como fundamental para a busca de legitimidade pública da nova prática de pesquisa amparada na ciência e para a busca dos meios necessários para realizá-la; para isso, buscaram aproximar-se dos “tubarões”, sujeitos publicamente reconhecidos pela sua produção intelectual e que possuíam poder político junto ao Congresso.

Por fim, tabelas e gráficos mostrarão o perfil dos sujeitos que ocuparam o cargo de presidente da AHA e do seu Conselho Executivo entre 1884 e 1915. Esse perfil coletivo foi desenhado para servir como base para os próximos capítulos, para que seja possível relacionar o tipo de atividades que estava sendo desenvolvida na associação com a composição de sua estrutura de comando, uma vez que, na teoria social que ampara este estudo, o campo é estruturado de acordo com a configuração dos agentes que o dominam. Detentores de diferentes níveis de capitais específicos, eles definem as regras do espaço, os critérios de entrada e o que é legítimo e ilegítimo. Dessa forma, a análise feita neste capítulo sobre o que, na teoria de Bourdieu, é chamado de “estrutura do campo” será fundamental para se compreender as políticas para a sua construção e conquista do aparato necessário para as pesquisas.

3.1. A fundação da *American Historical Association*

Nas obras que abordam a construção do campo da história nos Estados Unidos, é impossível não encontrar alguma referência a Herbert Baxter Adams como sendo o grande articulador da profissão naquele país. Em *History: Professional Scholarship in America*, John Higham se referiu a ele como “o arquiteto-chefe da *American Historical Association*” e “o primeiro incansável promotor da história profissional”¹⁸⁹; em *History’s Babel*, apesar de não utilizar adjetivos tão fortes, Robert B. Townsend fez uma escolha narrativa interessante ao mobilizar o ingresso de Adams enquanto professor na JHU como marco para abordar a profissionalização nos Estados Unidos: “Quando foi nomeado pela primeira vez para uma

¹⁸⁹ “the chief architect of the *American Historical Association*”; “the first indefatigable promoter of professional history”; HIGHAM. *History*... Op. cit. p.11.

posição em história na nova *Johns Hopkins University* em 1876, Adams juntou-se a menos de uma dúzia de outros historiadores empregados na academia”¹⁹⁰; já John Franklin Jameson, historiador que esteve presente na fundação da AHA e liderou a associação por muitos anos após a morte de Adams, afirmou ser inquestionável a liderança de Adams em um texto no qual rememorava os primeiros anos da associação:

A convocação para a reunião em que a *American Historical Association* foi fundada foi assinada pelo presidente e secretário da *Social Science Association* (John Eaton e Frank B. Sanborn), Charles Kendall Adams de Ann Arbor, Moses Coit Tyler de Ithaca, e Herbert B. Adams. Mas nunca foi questionado que a principal influência no movimento foi a de Herbert Adams, professor da *Johns Hopkins University*¹⁹¹.

Mesmo exagerado colocar Adams na posição de “*founding father*” da história profissional, a atuação do historiador realmente foi fundamental para a disseminação da disciplina no país, sua institucionalização em universidades e escolas, além da própria consolidação da AHA como importante agente de desenvolvimento do campo.

Adams nasceu em 1851 em Massachusetts, e, apesar do sobrenome tradicional, não encontrei informações que indiquem que ele fosse membro da tradicional família Adams, como Henry Brooks Adams, presidente da AHA entre 1893-1894 e descendente direto de John Quincy Adams. Nos Estados Unidos, H. B. Adams estudou na *Amherst College*, MA, e entre 1873 e 1876, estudou na Alemanha, onde doutorou-se em Ciência Política pela *Heidelberg University*. No mesmo ano, iniciou sua trajetória acadêmica na recém-fundada JHU que, no desejo de replicar o modelo de ensino germânico, privilegiava acadêmicos que haviam estudado na Alemanha na formação de seu corpo docente. Em 1878, tornou-se professor associado, e apesar dos diversos convites para atuar em outras instituições, permaneceu até sua morte prematura, em 1901.

Adams teve uma atuação importante na disciplinarização da história nos Estados Unidos. Durante os anos em que esteve na JHU, foi responsável pelo Seminário de História, o qual se dedicou a investigações originais sobre história institucional americana. Os resultados das pesquisas desenvolvidas pelos seus alunos nesses seminários passariam a ser publicados, a

¹⁹⁰ “When he was first appointed to a position in history at the new Johns Hopkins University in 1876, Adams joined less than a dozen other historians employed in academia” TOWNSEND. **History’s Babel...** op.cit. pp.13.

¹⁹¹ “The call for the meeting at which the American Historical Association was founded was signed by the president and secretary of the Social Science Association (John Eaton and Frank B. Sanborn), Charles Kendall Adams of Ann Arbor, Moses Coit Tyler of Ithaca, and Herbert B. Adams. But it has never been questioned that the main influence in the movement was that of Herbert Adams, professor in the Johns Hopkins University.” JAMESON, John Franklin. *The American Historical Association, 1884 – 1909*. **The American Historical Review**. v. 15, n.1, out. 1909. p.4.

partir de 1882, no periódico que ajudou a criar, *The Johns Hopkins University Studies in Historical and Political Science*. Até a virada do século, a instituição foi responsável pela atribuição de cerca de 40% dos títulos de doutor em História daquele país, sendo que grande parte desses estudantes teria sido aluno de Adams, que, ao longo de sua vida, dedicou grande esforço em ajudar a posicioná-los profissionalmente através de recomendações. Não é à toa que Adams costumava chamar as instituições em que ex-alunos atuavam de “colônias”, mantendo inclusive um mapa marcando os lugares onde estavam atuando, como um imperador que se orgulha do território conquistado¹⁹². Entre tantas importantes figuras da nova historiografia que orientou, estão Frederick Jackson Turner e J. Franklin Jameson, ambos teriam uma importante atuação na AHA após a morte de seu mentor.

Apesar do reconhecimento que vem recebendo pelo seu papel na construção da nova historiografia nesses mais de 100 anos posteriores à sua morte, esse reconhecimento está mais ligado às suas atuações institucionais (como idealizador e secretário executivo da AHA, como promotor da disciplina na JHU e como orientador da primeira geração de historiadores disciplinados) do que pela sua própria produção acadêmica. Até 1883, Adams publicou alguns livros e artigos sobre história institucional americana a partir da perspectiva da *germ-theory*¹⁹³. Apesar de haver obtido reconhecimento por essas reflexões, após 1883, dedicou-se à escrita de textos acerca dos novos métodos de pesquisa em história, do ensino da disciplina e das novas universidades¹⁹⁴.

Ao falar de seu professor, J. F. Jameson afirmou que Adams voltou da Alemanha e imediatamente se engajou no movimento de construção do novo modelo universitário em Baltimore e no desenvolvimento da nova historiografia. Diante dele, havia dois caminhos possíveis: como pesquisador acadêmico, provavelmente como estudioso da história eclesiástica, e como organizador de um departamento de história na sua universidade e da história acadêmica de maneira mais ampla, mas que não seria capaz de se envolver nos dois projetos. De acordo com Jameson, apesar de reconhecer que teria gostado mais do primeiro caminho, seu professor compreendia que não era o mais talentoso dos historiadores e que seria mais útil seguindo o segundo. Dessa forma, mobilizou as qualidades sociais que possuía, ou, como nomearia Pierre Bourdieu, seu capital social, e colocou a serviço de seu projeto:

¹⁹² Na seleção de correspondências de Adams, compilada em *Historical Scholarship in the United States, 1876-1901*, parte significativa das cartas recebidas pelo historiador foram de alunos pedindo ajuda para posicionarem-se profissionalmente e de universidades pedindo indicações de historiadores para ocuparem cátedras de história. HOLT. **Historical Scholarship in the United States**... Op. cit.

¹⁹³ Página 73.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p.17.

Para a carreira escolhida, que ele seguiu da maneira mais proveitosa por muitos anos, ele estava equipado com muitas qualidades – devoção genuína à história, interesses intelectuais universais, a capacidade de despertar entusiasmo nos outros, planejamento engenhoso, habilidade no comando de homens, tato, flexibilidade e notável boa natureza. Tudo isso ele colocou a serviço da nova associação histórica. Não é fácil exagerar sua boa sorte em ter como principal força motriz, ao longo dos anos de formação de sua existência, um homem que foi ao mesmo tempo um organizador tão talentoso, tão apreciador da erudição e tão conciliador em sua conduta para com outros líderes¹⁹⁵.

Sabe-se que, ao seguir uma carreira universitária, o acadêmico possui duas principais atribuições: a pesquisa e o ensino, mas, como nos mostrou Pierre Bourdieu em *Homo academicus*, a atividade acadêmica é bem mais complexa. Além da pesquisa e do ensino, existem outras atividades com as quais pode se engajar dentro de seu departamento, como a sua gestão e organização, orientação de pesquisas, bancas de avaliação, participação em comitês e comissões, edição de revistas etc.; fora, com o envolvimento nas políticas universitárias, produção de materiais de divulgação, atuação em sociedades científicas, engajamento em políticas para o desenvolvimento de seu campo e atuação como intelectual público. Ao longo de sua carreira, o universitário invariavelmente se envolve em diversos desses projetos, mas não se dedica a todos ao mesmo tempo. Foi o que Bourdieu demonstrou ao evidenciar que alguns acadêmicos se envolvem mais nas políticas universitárias, outros em políticas em prol de seu campo científico, outros no desenvolvimento de suas próprias pesquisas, outros ao ensino e orientação de seus alunos, outros ao engajamento público¹⁹⁶. O tipo de atividade à qual mais se dedica o cientista indicará o seu maior grau de capital científico puro ou capital científico temporal. Sendo assim, é possível compreender que, ao longo de sua carreira, H. B. Adams esteve, em algum momento, envolvido em todas as atividades, mas, principalmente após 1884, dedicou-se às políticas em prol da construção do campo profissional e à formação de

¹⁹⁵ “*For the chosen career, which he followed most usefully for many years, he was fitted by many high qualities-genuine devotion to history, catholic intellectual interests, the capacity to kindle enthusiasm in others, ingenuity in planning, skill in the management of men, tact, flexibility, and remarkable good nature. All these he brought to the service of the new historical association. It is not easy to exaggerate its good fortune in having as its chief motive power, throughout the formative years of its existence, a man who was at once so accomplished an organizer, so appreciative of scholarship, and so conciliatory in his conduct toward other leaders.*” JAMESON. *The American Historical Association, 1884 – 1909...* Op. cit. p.5.

¹⁹⁶ Para o sociólogo, as diversas formas de atuação corresponderiam a capitais específicos: (a) capital de poder universitário (participação em comitês consultivos e bancas de grandes concursos, assim como ocupação de posições universitárias importantes); (b) capital de poder científico (direção de organismos de pesquisa e periódicos, participação em organismos científicos); (c) capital de prestígio científico (distinções científicas, traduções em língua estrangeira, participação em colóquios internacionais, número de citações...); (d) capital de notoriedade intelectual (aparições na televisão, entrevistas, publicações de livros de divulgação, participação em comitês editoriais); (e) capital de poder político ou econômico (ocupação de cargos em secretarias e ministérios e participação na construção de políticas públicas) BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Trindade: Editora UFSC, 2011. p.69.

historiadores a partir da nova disciplina, e é por essas atuações que o seu nome é rememorado ainda hoje¹⁹⁷.

A ideia de uma associação nacional de historiadores partiu do presidente de sua universidade, Daniel Coit Gilman, um dos grandes pensadores do movimento de modernização universitária do século XIX, contudo foi Adams quem tomou a frente das articulações para a sua criação, escreveu a convocação para o encontro e contactou figuras-chave da nova profissão que representassem diferentes regiões e universidades para que compusessem a reunião. Em carta endereçada a Gilman, escrita em agosto daquele ano, Adams relatou com empolgação quem havia sido os sujeitos que ele havia conseguido cooptar para o encontro:

A convenção será um sucesso. O Sr. Winsor, a quem visitei em Cambridge na semana passada, e o jovem Channing (protegido do professor Torrey) representarão Harvard pessoalmente. Emerton vem com seu recém-importado professor germânico, que representará a Literatura Alemã como história alemã no Harvard College. Ele trabalhou no Monumenta com Waitz e fortalecerá o trabalho histórico em Harvard com a dupla vantagem das palestras alemãs sobre literatura alemã. Além do sangue novo de Harvard, teremos na convenção Levermore para representar o jovem Yale e Johns Hopkins. Estou muito orgulhoso desta representação. O Dr. Austin Scott ofereceu um artigo “constitucional”. C.K. Adams, Moses Coit Tyler e seus discípulos estarão presentes. A jovem Columbia, creio eu, tem boa disposição, embora Burgess estivesse pensando em uma convenção na cidade de Nova York. Mas Saratoga vencerá. C.K. Adams foi convidado a “dar a largada”, mas não tenho dúvidas de que ele gostaria de ver o Presidente White presidir as reuniões. Este arranjo não vai possibilitar uma “inauguração” ética? Vamos formar uma família muito feliz e nos divertir muito¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Outro caso é o do historiador Frederick Jackson Turner, criador do subcampo da *western history*. Em 1893, em um encontro da AHA, ele apresentou o ensaio *The Significance of the Frontier in American History* em que defendia que a chave para a compreensão do desenvolvimento histórico de seu país estava na conquista do Oeste, e não no desenvolvimento de raízes germânicas em solo americano. Apesar de ter escrito outros textos desenvolvendo a teoria e se dedicado a outros estudos, publicou pouco ao longo de sua vida, mas dedicou-se ao avanço do campo também através das orientações de alunos que ocupariam cátedras em história em universidades de todo o território americano. Em 1908, quando o comitê de regentes de sua universidade, Wisconsin, tentou diminuir o seu salário e acabar com o regime de trabalho que possuía (em que dava aulas durante um semestre e no outro dedicava-se exclusivamente à pesquisa) com a justificativa de que Turner seria improdutivo e dedicava-se pouco aos alunos, o historiador defendeu sua posição apresentando um relatório nomeando todos os historiadores que havia supervisionado e que haviam sido premiados por suas monografias, argumentando que teria sido mais “produtivo” se não tivesse se dedicado tanto aos seus orientandos: “*You may be interest in knowing that Professor [George P.] Garrison, head of the history department at Texas University, and author of several books on Western history, wrote in the copy of his ‘Westward Extension’ in the American Nation Series which he sent me, this sentence: ‘To the master of Western history’ &c When I regret that I have not published more books, I take some heart from these words, and those of many others, especially of former students of mine who are now pushing forward investigations in American history, and who assure me that my work has been helpful to them. Some of these men, at least, were not aware of my ‘lack of interest in my students’. If I had less interest I should have published more books*” TURNER apud JACOBS, Wilbur. **The Historical World of Frederick Jackson Turner with selections of his correspondences**. New Haven: Yale University Press, 1968. p.45.

¹⁹⁸ “*The convention will be a success in a quiet way. Mr. Winsor, whom I visited in Cambridge last week, and young Channing (Professor’s Torrey’s protégé) will represent Harvard in the flesh. Emerton is coming with his*

Em meados de 1884, os mais de 300 associados da *American Social Science Association* (ASSA) puderam ler, na circular anual recebida, a convocação para uma convenção em que seria criada a AHA, mas eles não foram os únicos convocados. O chamado foi enviado para centenas de americanos que poderiam se interessar por tal organização e pôde ser lido, nos meses seguintes, em alguns jornais como *The Nation*, *Boston Herald* e *The Press*. O documento convidava professores universitários, do ensino básico, e outros especialistas para organizar, sob os auspícios da ASSA, uma associação dedicada ao avanço da história naquele país. O seu objetivo principal seria reunir pesquisadores isolados em um espaço que possibilitasse debates sobre textos e procedimentos de pesquisa:

Os objetivos da associação proposta são a troca de ideias e o alargamento do conhecimento, a discussão de métodos e artigos originais. Uma associação como esta certamente será de grande proveito para professores e alunos americanos que agora estão mais ou menos isolados em seus campos de trabalho. Amigos da história podem ganhar associando-se uns aos outros e também a especialistas em assuntos afins de ciências sociais, jurisprudência e economia política, que estão aqui representados nesta reunião anual em Saratoga¹⁹⁹.

O primeiro dia de encontro ocorreu em 9 de setembro no Hotel United States, em Saratoga Springs, NY. Após a cerimônia de abertura, um grupo de 21 pessoas, composto majoritariamente por professores universitários, estudantes e membros de sociedades históricas locais, reuniu-se para discutir se a AHA seria ou não uma entidade independente da sociedade que os acolhia. Justin Winsor, bibliotecário de Harvard e historiador, foi nomeado presidente da sessão, e Herbert Baxter Adams secretário temporário. Na fala de abertura, o presidente proferiu a afirmação que, posteriormente, apareceria em quase todas as narrativas sobre a AHA:

newly imported German Professor, who is to represent German Literature as German History at Harvard College. He has worked on the Monumenta with Waitz and will strengthen historical work at Harvard by the double advantage of German lectures on German literature. Besides the new blood of Harvard, we shall have at the convention Levermore to represent young Yale and the Johns Hopkins. I am very proud of this delegate. Dr. Austin Scott has offered a "constitutional" paper. C.K. Adams, Moses Coit Tyler, and their disciples will be on hand. Young Columbia, I think, is well disposed, although Burgess was thinking of a convention in New York City. But Saratoga will win. C.K. Adams has been asked to give the "send-off" but I have no doubt he would like to see President White preside at the meetings. Would not that course permit an ethical "inaugural"? We shall form a very happy family and have a very good time." ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Edward Coit Gilman, 8 ago. 1884. In. HOLT (org.). **Historical Scholarship in the United States**... Op. cit. p.73.

¹⁹⁹ *"The objects of the proposed Association are the exchange of ideas and the widening of acquaintance, the discussion of methods and original papers. Such an Association will certainly prove of great advantage to American teachers and students who are now more or less isolated in their fields of work. Friends of history can profit by association with one another and also with specialists in the kindred subjects of social science, jurisprudence, and political economy, which are represented at this annual meeting in Saratoga."* CALL for a Convention. **American Historical Association website**. Disponível em: <https://bit.ly/42QGwkZ> . Acesso em: 02/09/2020.

“Viemos, cavalheiros, para organizar uma nova sociedade e preencher um novo campo”.²⁰⁰ No discurso, a criação de uma sociedade americana de historiadores foi atribuída a uma nova forma de pesquisar baseada nas práticas científicas que estava em desenvolvimento e demandava a união entre os pesquisadores para a sua realização, não podendo mais os acadêmicos viverem isolados:

Estamos unidos porque acreditamos que existe um novo espírito de investigação no estrangeiro - um espírito que emula o trabalho de laboratório dos naturalistas, usando a palavra no seu sentido mais lato. Este espírito requer, para seu sustento, reconhecimento e auxílio mútuos entre seus devotos. Podemos deduzir encorajamento e sermos estimulados por esse tipo de contato pessoal. Acadêmicos e estudantes não podem mais viver isolados. Eles devem se unir para obter aquele entusiasmo que surge do conhecimento pessoal, para submeter idiosincrasias ao contato de seus semelhantes, e eles saem da convocação mais saudáveis e circunspectos.²⁰¹

As palavras de Winsor evidenciam a compreensão de que a historiografia passava por mudanças e um campo estava sendo construído, e, apesar do encontro ter sido composto por diletantes e disciplinados, o discurso não abarcava a antiga forma de fazer historiografia, pelo contrário: ao afirmar que o novo espírito de pesquisa era científico e defender a necessidade de trabalharem juntos, implicitamente relegava a historiografia diletante, ligada à literatura e praticada isoladamente, ao passado. Isso porque a prática disciplinada pressupõe que as investigações sejam feitas a partir de regras compartilhadas e sejam validadas por pares conhecedores das regras e do objeto de estudos, sendo a interlocução com os pares por meio de eventos ou pela leitura de obras já validadas pelo campo indispensável na construção de uma historiografia disciplinada, diferentemente da prática diletante, em que o principal critério de validação é a qualidade literária.

Essa é uma das propriedades gerais dos campos, eles possuem lógica de funcionamento próprias que se relacionam a um conjunto de práticas. No caso da historiografia, essas práticas dizem respeito à formulação de hipóteses, a ida a arquivos, análise cuidadosa de fontes à luz de leitura de bibliografia pertinente ao objeto, uma maneira específica de escrever, a participação

²⁰⁰ “We have come, gentlemen, to organize a new society, and fill a new field” WINSOR, Justin. In: PRELIMINARY Business Meeting. **American Historical Association website**. Disponível em: <https://bit.ly/3qY3GbP> . Acesso em: 02/09/2020.

²⁰¹ “We are drawn together because we believe there is a new spirit of research abroad, — a spirit which emulates the laboratory work of the naturalists, using that word in its broadest sense. This spirit requires for its sustenance mutual recognition and suggestion among its devotees. We can deduce encouragement and experience stimulation by this sort of personal contact. Scholars and students can no longer afford to live isolated. They must come together to derive that zest which arises from personal acquaintance, to submit idiosyncrasies to the contact of their fellows, and they come from the convocation healthier and more circumspect.” Ibidem.

em bancas etc., e de crenças compartilhadas, como a própria legitimidade dessas regras, mesmo que estejam constantemente em disputa pela sua conservação ou subversão. O conhecimento e reconhecimento dessas regras são esperados dos agentes que compõem o campo e é critério de entrada para os pretendentes, assim como o conhecimento de sua própria história. No nosso caso, ele diz respeito ao conhecimento do que foi produzido anteriormente, por isso que um dos procedimentos de uma pesquisa é a revisão bibliográfica, é preciso demonstrar conhecer e *reconhecer* o que já foi produzido, mesmo que seja para argumentar que já foi superado²⁰². Sendo assim, a construção de uma associação profissional evidencia a percepção de que a comunidade era imprescindível para a nova prática.

Após o discurso de abertura, os presentes passaram a debater se a AHA seria uma entidade autônoma da ASSA. O único a se opor foi John Eaton, presidente desta, argumentando que a tendência acadêmica do país era a da excessiva especialização e que a independência da associação impossibilitaria estudiosos de ampliar suas relações e dialogar com as disciplinas irmãs. Além disso, a ligação com a ASSA possibilitaria maior visibilidade para a nova organização e ampliação dos meios de divulgação através da publicação dos anais nos próprios relatórios da já consolidada instituição. Mas sua posição não foi endossada. Houve consenso sobre a história ser um novo e independente campo, grande o suficiente para atrair seus próprios membros e se manter economicamente por meio das anuidades que seriam cobradas²⁰³.

Winsor nomeou uma comissão para redigir a sua constituição, e o documento, composto por menos de uma página, definia que qualquer pessoa aprovada pelo Conselho Executivo poderia se tornar membro mediante o pagamento de 3 dólares. Esse Conselho, eleito anualmente durante o encontro, seria constituído por um presidente, dois vice-presidentes, um secretário, um tesoureiro e mais quatro outros membros. Após a adoção unânime da constituição, houve a primeira votação, sendo escolhidos Andrew D. White, presidente da *Cornell University*, ex-senador, como presidente, Justin Winsor e Charles Kendall Adams como vices e Herbert Baxter Adams como secretário.

Na prática, o que se viu ao longo dos anos seguintes foi a adoção de um sistema de escalada entre os dirigentes: em seguida ao término da gestão do presidente, o primeiro vice assumia seu posto e o segundo vice tornava-se o primeiro, sendo os cargos de secretário e tesoureiro quase que vitalícios. Além disso, os conselheiros não eram escolhidos em votação aberta, mas por um comitê nomeado pelo próprio Conselho, criando um sistema de perpetuação

²⁰² BOURDIEU. Algumas propriedades dos campos... Op. cit.

²⁰³ PRELIMINARY Business Meeting... Op. cit.

em que os dominantes escolhiam seus sucessores²⁰⁴. Essa estrutura seria questionada em 1914 por um grupo contrário ao domínio da associação por meia dúzia de historiadores de grandes universidades, “insurgência” que será abordada no quinto capítulo.

Ao todo, 41 homens estiveram presentes na criação da associação. De acordo com um levantamento de J. Franklin Jameson, nove eram professores de história em universidades, cerca de meia dúzia eram estudantes que buscavam posicionar-se profissionalmente no campo, dois eram bibliotecários e os outros eram membros executivos de sociedades históricas locais²⁰⁵, sendo esse último grupo bastante heterogêneo, composto por antiquários, amadores e entusiastas da história. Há que se destacar que nenhuma mulher participou da convenção que deu origem à AHA e, apesar de a organização não vetar a participação de mulheres²⁰⁶.

O documento também afirmava, de maneira vaga, que o objetivo da associação seria promover estudos históricos²⁰⁷. É de se notar que, ao contrário do que fora dito no discurso de abertura por Justin Winsor, em que a atribuíra ao desenvolvimento de uma nova historiografia, isso não aparece na constituição, em que houve uma escolha por manter um caráter amplo para a organização para que ela pudesse englobar todos os interessados no desenvolvimento da história, e isso incluiria disciplinados, diletantes, antiquários, bibliotecários, arquivistas, professores do ensino básico e pesquisadores de outros campos. Dessa forma, a AHA tinha mais o caráter de uma sociedade erudita, e como ficará evidente ao longo deste estudo, não foi antes de 1896 que começou a trilhar o caminho para constituir-se em associação profissional que, em um artigo escrito pelo historiador David Van Tassel, foi definida como uma comunidade composta por membros que desenvolvem a mesma atividade e que se distingue de outros grupos por estabelecer padrões técnicos e de conduta profissional e por proteger os interesses da profissão²⁰⁸. Foi nesse texto, composto por menos de 30 páginas, que Van Tassel apresentou o que considero o melhor *insight* sobre o que representaram os primeiros anos da associação, argumentando que ela foi fundada como uma sociedade erudita, como centenas de outras existentes na época, composta majoritariamente por homens da alta sociedade estadunidense interessados em socializar e debater temas relacionados à história de seu país, e que somente com o passar dos anos, através de diversas iniciativas do pequeno grupo de

²⁰⁴ BILLINGTON, Ray Allen. Tempest in Clio’s Teapot: The American Historical Association Rebellion of 1915. **The American Historical Review**, v.78, n.2, abr. 1973. p.348.

²⁰⁵ JAMESON, John Franklin. Early Days of the American Historical Association, 1884-1895. **The American Historical Review**, v.40, n.1, out. 1934, p.3.

²⁰⁶ RESOLUTIONS of First Executive Council. **American Historical Association website**. Disponível em: <https://bit.ly/44do8ns>. Acesso em: 02/09/2020.

²⁰⁷ “Its object shall be the promotion of historical studies”.

²⁰⁸ TASSEL, David D. Van. From Learned Society to Professional Organization: The American Historical Association, 1884-1900. **The American Historical Review**, v.89, n.4, out. 1984, p.930.

disciplinados que se constituía lentamente, estruturou-se como uma organização profissional preocupada com a definição de critérios comuns para a prática da história. Infelizmente, Van Tassel não fez desse *insight* um estudo mais profundo, mas a compreensão da AHA como uma entidade que se constituiu como sociedade erudita e transformou-se em uma associação profissional é uma das interpretações que guiam este estudo e inclusive pautam a periodização aqui adotada.

Apesar de a fundação da AHA não poder ser tomada como marco de início da profissionalização da história nos Estados Unidos – porque a disciplina já se desenvolvia através dos poucos professores de história que atuavam em universidades voltadas para a pesquisa e porque ela foi fundada com características de sociedade erudita –, ela se tornou símbolo desse processo por ter sido um espaço que propiciou articulações para o desenvolvimento do campo e porque, a partir da sua fundação, houve uma intensificação da atividade historiadora naquele país.

Muitas novas sociedades históricas surgiram após 1884 e as existentes anteriormente vivenciaram um período de acelerado desenvolvimento, unindo assim especialistas antes isolados em seus departamentos, criando laços de amizade e cooperação e amenizando rivalidade institucionais entre profissionais²⁰⁹: “Lembro-me de uma noite em 1888 quando quase todos os professores de história do sul da Nova Inglaterra se reuniram e ficou evidente que apenas em alguns casos dois deles se conheciam”²¹⁰. A união em associações também possibilitou trocas de materiais, diálogos entre pesquisadores de temas afins, execução de projetos conjuntos e criação de padrões disciplinares para o desenvolvimento das pesquisas.

Os professores de história atuando em universidades e estudantes se especializando no campo multiplicaram-se após 1884. Jameson estimou que, no ano em que a associação foi criada, havia cerca de 15 professores e cinco assistentes dedicados inteiramente à disciplina, atuando em diferentes departamentos em que a história era conhecimento auxiliar de outras disciplinas, e havia menos de 30 estudantes dedicando-se à história. Relembrou que Charles William Eliot, presidente de Harvard, contava na época que dois estudantes haviam perguntado sua opinião sobre buscarem carreira acadêmica no campo, e ele os desaconselhou: “Fui

²⁰⁹ JAMESON. The American Historical Association. Op. cit. p. 1.

²¹⁰ “I remember an evening in 1888 when nearly all the professors of history in southern New England happened to be brought together, and it was made evident that in only a few instances were any two of them acquainted with each Other.” JAMESON. Early Days of the American Historical Association, Op. cit. p.2.

obrigado a dizer-lhes que, nas circunstâncias existentes, seria o cúmulo da imprudência”²¹¹. Passados 35 anos, mais de 300 estudantes dedicavam-se ao estudo do passado.

Além da criação de uma comunidade, as atividades desenvolvidas no interior da associação em prol do desenvolvimento de materiais, como organização de coletâneas de fontes, publicação de manuscritos, desenvolvimento de projetos de publicação de bibliografia sobre história americana e o desenvolvimento de arquivos e bibliotecas, foram de primeira importância para o avanço das pesquisas, possibilitando que estudantes de todas as regiões tivessem acesso a documentos antes privados e restritos a pesquisadores locais, assim como uma base bibliográfica comum que poderia ser empregada na formação dos novos historiadores.

3.2 Se Maomé não vai até a montanha...

Apesar dos poucos historiadores disciplinados atuando no momento da fundação da AHA, a produção historiográfica era intensa na década de 1880, desenvolvida principalmente por *gentleman historians* da pequena elite econômica e cultural da Nova Inglaterra que tinham suas próprias ocupações e tinham nas pesquisas um *hobby*. Dessa forma, mesmo que a associação tenha sido idealizada por disciplinados, não é de se estranhar que em seus primeiros anos tenha sido dominada por diletantes, já que aquele grupo se constituía lentamente no país. Além disso, um trabalho acadêmico não é escrito do zero e, tratando-se de um contexto de transição entre duas formas de realizar pesquisas em história, os novos disciplinados não tinham outra opção senão recorrer aos diletantes, uma vez que ainda não havia produção disciplinada que suprisse a demanda por bibliografia para a realização das pesquisas:

Da mesma forma, os programas de estudos usados em sala de aula por Herbert Baxter Adams e outros historiadores acadêmicos da época indicam a luta da geração mais jovem enquanto tentava se separar de seus predecessores “literários”. Sob sua orientação, os alunos no final do século XIX e no início do século XX liam coleções de fontes originais e pequenos ensaios de outros acadêmicos, bem como obras de *gentleman historians* como pano de fundo ou contexto²¹².

²¹¹ “I was obliged to tell them that under existing circumstances it would be the height of imprudence” ELIOT apud JAMESON. *The American Historical Association...* Op. cit. p.3.

²¹² “Likewise, the syllabi of texts used in the classroom by Herbert Baxter Adams and other academic historians at the time indicate the struggles of younger generation as they tried to separate themselves from their “literary” predecessor. At their direction, students in the late nineteenth and early twentieth centuries read collections of original sources and short essays by other academics, as well as works by the gentlemen historians for background or context” TOWNSEND. *History’s Babel...* Op. cit. p.16.

À vista disso, a relação entre os dois grupos não era necessariamente de conflito; por mais que os novos historiadores percebessem que estavam desenvolvendo um modelo diferente de pesquisa, reconheciam o valor da produção diletante, e o contrário era verdadeiro: os historiadores não acadêmicos absorveram muito do novo modelo em seus próprios trabalhos²¹³.

Sendo assim, quando falo que a principal estratégia de construção do campo nos primeiros anos da AHA foi atrair personagens ilustres, não me refiro à simples adesão dos diletantes à associação, mas à decisão, que possui uma forte dimensão política, de posicionar esses representantes da alta sociedade no Conselho Executivo e presidência, cargos que poderiam muito bem ter sido ocupados pelo pequeno grupo de profissionais disciplinados existente. Ao longo dos primeiros 22 anos da associação, somente dois presidentes foram historiadores disciplinados. O presidente não possuía poder decisório importante, a posição era antes simbólica, uma vez que as decisões ficavam a cargo do Conselho, mas é necessário refletir sobre qual seria a razão, em um contexto de construção do campo enquanto profissão e ciência, de não reservar esse cargo simbólico aos primeiros profissionais disciplinados do país como afirmação do novo modelo de pesquisa.

Acredito que isso tenha ocorrido porque, nos Estados Unidos, o Estado-nacional não amparou o campo do mesmo modo que nos casos da Alemanha e França. O historiador J. Franklin Jameson em dois momentos atribuiu a criação da AHA e o “impulso” pela formação de uma comunidade de historiadores ao contexto de unificação e construção de uma nacionalidade após a Guerra Civil como havia ocorrido naqueles países após os conflitos napoleônicos²¹⁴, sendo a própria metodologia de pesquisa desenvolvida nas instituições germânicas o que teria inspirado os estudantes a reproduzi-la em seu país em prol desse objetivo cívico:

Mas o final dos anos oitenta e o início dos anos noventa testemunharam um grande avanço na busca pela história nos Estados Unidos. As causas desse avanço foram várias. O mais fundamental, sem dúvida, foi o elevado senso de importância nacional e unidade que se seguiu ao período da Guerra Civil e da Reconstrução. Não foi pouco o impulso, no entanto, que veio da Alemanha – aquela velha Alemanha de erudição desinteressada e professores esquisitos e não mundanos que parece ter desaparecido, mas para a qual nos anos setenta e oitenta a elite de estudantes americanos se aglomerou em números

²¹³ “*In fact, many amateur historians were amateurs only by virtue of their lack of graduate training, not in their historical knowledge or organizational skills*” (“Na verdade, muitos historiadores amadores eram amadores apenas em virtude da falta de formação de pós-graduação, e não em seu conhecimento histórico ou habilidades organizacionais.” BANNER JR. **Being a historian...** Op. cit. p.17.

²¹⁴ JAMESON. *The American Historical Association...* Op. cit. p.3.

impressionantes, e do qual eles voltaram com a ambição de elevar os estudos acadêmicos americanos aos níveis mais altos²¹⁵.

Esse trecho é um indício de que havia uma percepção de que todos aqueles países compartilhavam um momento histórico semelhante e de que o desenvolvimento da história, com sua importância cívica, seria uma consequência bastante óbvia, mas não indica uma diferença fundamental entre os casos americano, francês e alemão: nos Estados Unidos, a construção de uma história nacional como ideologia da unificação não foi um plano do Estado, porém, partiu da ação de indivíduos interessados no avanço dos estudos históricos que buscaram o apoio de governos por conta própria e precisaram encontrar meios de legitimar a atividade.

Entre os historiadores diletantes do fim do século XIX e início do XX, muitos faziam parte do governo, ocupando cargos como senadores, diplomatas, magistrados e até mesmo presidentes, como foi o caso de Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, tendo ambos sido nomeado para presidir a AHA. Isso quer dizer que, em muitos casos, havia um interesse pessoal de políticos pela história, reconhecendo inclusive o seu valor cívico. Roosevelt, por exemplo, em seu discurso inaugural de 1912, defendeu a sua dimensão literária, destacando a importância da atividade para a formação de cidadãos em uma sociedade democrática, o que só poderia ocorrer através de uma historiografia que não fosse puramente técnica, mas que tocasse as emoções²¹⁶. Apesar do interesse pessoal desses estadistas, não encontramos registros de iniciativas do Estado em favor do desenvolvimento da atividade. Como veremos adiante, eram constantes os debates nos eventos da associação sobre o descaso dos governos com relação aos documentos importantes para a história do país e a ausência de políticas de preservação de registros públicos, de modo que as políticas que foram instituídas ao longo dos anos foram todas estabelecidas através de pressões exercidas pelo Conselho da associação, que inclusive abraçou para si importantes atividades de preservação que deveriam ser do governo, como a busca por manuscritos e sua publicação, levantamento dos materiais disponíveis em arquivos locais e criação de listas bibliográficas que seriam distribuídas à comunidade historiadora, além da formulação de currículos escolares de história.

²¹⁵ “*But the late eighties and the early nineties saw a great advance in the pursuit of history in the United States. The causes of this advance were various. The most fundamental, no doubt, was the heightened sense of national importance and unity that followed upon the period of Civil War and Reconstruction. Not a little of the impulse, however, came from Germany – that old Germany of disinterested scholarship and quaint, unworldly professors which seems to have disappeared, but to which in the seventies and eighties the elite of American students flocked in impressive numbers, and from which they returned with eager ambition to raise American scholarship to higher levels*” JAMESON. *Early Days of the American Historical Association*. Op. cit. p.2.

²¹⁶ ROOSEVELT, Theodore. *History as Literature*. **The American Historical Review**, v.18, n.3, abr. 1913.

Isso não quer dizer que o Estado não tenha apoiado e ajudado financeiramente o empreendimento em alguns momentos, mas sim que a iniciativa nunca foi dele, mas de historiadores que se organizaram a partir da AHA e saíram em busca desse amparo. Nesse caso, nunca fez tanto sentido a expressão “se Maomé não vai até a montanha, a montanha vai a Maomé”. O pequeno grupo de profissionais disciplinados que idealizou a associação, liderado pelo secretário Herbert Baxter Adams, teve a ideia que se mostrou genial de manter uma relação amigável com governos e membros da elite econômica da Nova Inglaterra; por esse motivo, o cargo simbolicamente mais importante da entidade foi reservado, por mais de 20 anos, às figuras ilustres que contribuiriam para a construção do campo profissional, e não pelos disciplinados que se beneficiariam com a conquista.

O conjunto de cartas preservadas nos arquivos da associação aponta para a intencionalidade da estratégia. Em uma carta enviada em 1887 ao tesoureiro Clarence W. Bowen²¹⁷, por exemplo, Adams pediu para que ele tentasse fazer com que Hamilton Fish, ex-governador de NY, realizasse uma apresentação no encontro daquele ano, ou que conseguissem algum outro “tubarão”, fazendo assim um trocadilho com o sobrenome do político: “Eu queria ter pedido para você conseguir Hamilton Fish ou qualquer outro tubarão que encontrar. Estamos ficando cheios, mas podemos abrir espaço para qualquer homem de primeira classe”²¹⁸. Situações como essa foram comuns nos anos entre 1884 e 1895. Essa aproximação de figuras importantes foi frutífera; a análise nos relatórios de atividades demonstra que a AHA pôde crescer e o campo se desenvolver em grande medida por essa estratégia, principalmente ao longo dos anos em que H. B. Adams esteve à frente do Conselho.

Os números referentes ao Conselho Executivo ao longo do período estudado apontam para uma tendência semelhante. Nos primeiros dez anos, um número alto de estadistas foi nomeado para cargos, chegando ao auge em 1895, quando cerca de 40% do grupo era composto por [ex]oficiais. Esse número foi diminuindo com o passar dos anos, especialmente após a morte de Adams (1901), e conforme esses membros foram morrendo ou simplesmente abandonando o Conselho, não foram substituídos por outros oficiais, tendo sido os cargos progressivamente ocupados por historiadores disciplinados que atuavam nas principais

²¹⁷ Clarence W. Bowen (1852-1935) foi o primeiro tesoureiro da associação e permaneceu no cargo por mais de 30 anos. Foi a primeira pessoa a doutorar-se em história pela Harvard University (1882), mas não seguiu carreira acadêmica.

²¹⁸ “*I meant to have asked you to get Hamilton Fish or any other big whale that you can find. We are getting full but can make room for any first class man.*” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 212 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 17 mai. 1887. A tradução direta da expressão “*big whale*” seria “baleia grande”, mas, para que seja mantido o seu sentido original, optou-se pelo uso da expressão “tubarão”

instituições de pesquisa americanas. Quando se observa o número de membros que haviam ocupado cargos políticos após 1907, nota-se que esse número é muito inferior ao da geração anterior, principalmente se levar em consideração que a quantidade de cargos aumentou ao longo dos anos, tornando a discrepância ainda mais acentuada.

O mesmo ocorreu com a presidência, que deixou de ser ocupada por *gentleman historians* em 1907, marcando o fim da segunda fase da AHA de acordo com a cronologia estabelecida neste estudo. Acredito que, na ausência de um projeto nacionalista sistemático advindo do Estado que mobilizasse a história para a construção de uma identidade comum, o campo da história só pôde ser construído a partir da mobilização de sujeitos interessados nos estudos históricos que, em um movimento distinto ao que ocorria na Alemanha e França, buscaram o Estado ao invés de terem sido buscados por ele.

Não foi difícil fazer desses sujeitos parte do quadro da AHA, principalmente porque, fora uma ou duas exceções, eram todos de alguma forma historiadores. Por esse motivo é exagerado afirmar que esses homens foram nomeados presidentes unicamente por essa ter sido uma estratégia para aproximar a associação do Congresso porque, como afirmado anteriormente, os profissionais disciplinados atuando nos Estados Unidos ainda eram poucos no fim do século XIX, sendo que grande parte dos historiadores que estava produzindo obras naquele momento e dando aula em universidades não tinha a atividade como ocupação de tempo integral, ou seja, exerciam outras atividades. Sendo assim, não é surpresa notar que parte considerável dos sujeitos que estavam atuando ativamente na AHA no período de transição da atividade historiográfica diletante para disciplinada fosse de membros de uma elite aristocrática que ocupava cargos públicos. Emblemático é a decisão de fazer desses membros diletantes os presidentes da associação quando já havia historiadores disciplinados em atividade.

Dessa forma, a análise da composição do Conselho Executivo e do cargo de presidente entre 1884 e 1915 sugere duas coisas: a composição heterogênea do Conselho é indício de um processo de transição entre dois modelos de prática historiográfica (diletante e disciplinada) e entre dois conceitos de associação (erudita e profissional). Por outro lado, a ocupação da presidência por figuras importantes até 1906 sugere uma estratégia política (mais ou menos deliberada) de aproximar-se de personagens imbuídos de capital político para o desenvolvimento do campo. A atuação desses membros politicamente relevantes tornou possível a incorporação da AHA ao Congresso em 1889, a conquista de verbas governamentais, a distribuição gratuita dos anais dos eventos e políticas de aquisição e preservação de documentos. Além do capital político que parte significativa desses *gentleman historians* detinha, o seu capital simbólico também foi importante no contexto de construção do campo.

Tornando-se a história uma disciplina autônoma, o reconhecimento público do campo foi buscado através de sua legitimação como prática científica (e por isso mesmo merecedora de seu próprio espaço nas instituições de ensino superior e escolares), e da conexão aos historiadores diletantes que eram reconhecidos pelo público não especializado²¹⁹.

O campo, como se sabe, é um espaço de disputas de poder entre os seus agentes que buscam fazer valer suas vontades e percepções sobre como deverá ser a sua estrutura. H. B. Adams foi um dos agentes mais poderosos nos primeiros anos da associação, e mesmo assim não passou os 16 anos como secretário sem ter suas posições questionadas. Como ficará evidente no terceiro capítulo, a escolha de manter uma relação de proximidade com membros da aristocracia americana, posicionando-os em cargos de poder dentro da associação e providenciado que os encontros ocorressem em Washington D.C. foi ponto de debates e conflitos, fazendo inclusive com que o domínio de Adams fosse questionado pelo grupo de historiadores disciplinados que progressivamente engrossavam as fileiras da AHA.

3.3 Presidentes da *American Historical Association*: do capital político ao capital científico

Em *Homo academicus*, publicada originalmente em 1984, Pierre Bourdieu fez uma análise aprofundada do campo universitário francês, observando as disputas de poder e de posições em seu interior, as diferenças existentes entre os agentes das diferentes faculdades, assim como os seus mecanismos de reprodução. Nessa obra, o sociólogo utilizou como uma das metodologias de pesquisa a elaboração de perfis coletivos através da análise de dados quantitativos dos docentes que atuavam naquele contexto, o que o possibilitou a compreensão da constituição social das faculdades de ciências, letras, direito e medicina²²⁰. Lançando mão desse método, realizei, mediante dados biográficos retirados dos relatórios anuais da AHA, enciclopédias biográficas e obituários presentes nos mesmos relatórios da AHA e do jornal *The New York Times*, um perfil dos presidentes da associação entre 1884 e 1915, não para compará-los com agentes de outros campos, como o que foi feito por Bourdieu, mas para comparar as diferenças entre o grupo dos presidentes diletantes com o composto por historiadores disciplinados. A análise preliminar dos dados aponta para uma mudança substancial entre as duas fases da associação, sendo que na primeira foram valorizados principalmente elementos

²¹⁹ TOWNSEND. *History's Babel*... op.cit. p.17.

²²⁰ BOURDIEU. *Homo academicus*... Op. cit.

de prestígio social na escolha dos presidentes (poder político e notoriedade intelectual) e na segunda elementos que apontam para o prestígio acadêmico.

Para a elaboração dos perfis, levei em consideração: o ano de nascimento de cada presidente, para notar se obteve sua formação antes ou depois da modernização universitária; o campo de formação acadêmico; os campos de atuação profissional, para perceber se a história era ou não a principal atividade desenvolvida e quais ocupações eram comumente exercidas junto à pesquisa; a profissão do pai como parâmetro de capitais herdados; os títulos acadêmicos e os meios de titulação, se obtidos através de realização de cursos ou se honorários; a existência ou não de carreira pública como índice de capital político²²¹. Lancei mão de dados mais restritos dos que os utilizados por Bourdieu em seu estudo, uma vez que a ausência de fontes contendo informações biográficas mais específicas impôs que o perfil fosse construído com os dados mencionados. Além disso, Bourdieu realizou enquetes com os professores, já que o seu objeto de estudos lhe era contemporâneo, o que seria impossível nesse caso.

O primeiro homem a ocupar a presidência da AHA foi o historiador Andrew Dickson White (1832-1918). Entre os 21 presidentes entre 1884 e 1906, White foi um dos únicos que dedicou sua vida profissional *quase* que inteiramente à carreira acadêmica. White foi um dos primeiros professores a ocupar cátedras de história em universidades americanas, tendo sido professor na *University of Michigan* a partir de 1857, com cerca de 25 anos. Ao longo de sua trajetória profissional, realizou diversas pesquisas em história e foi o primeiro presidente da *Cornell University* (1866-1885), cargo que ocupou por quase 20 anos, tendo também sido professor de história europeia na instituição. Sendo assim, é possível considerá-lo como um dos primeiros historiadores profissionais disciplinados dos Estados Unidos, mesmo que tenha atuado no período anterior à profissionalização, isso porque foi um dos poucos a ter a história como atividade profissional de tempo integral e porque, tendo estudado na Alemanha em meados do século XIX, teve contato com o novo método de realizar estudos históricos. Além da carreira acadêmica, White também teve uma prolífica carreira como oficial do Estado. Entre 1864 e 1867, foi senador pelo estado de Nova York, tendo participado ativamente da fundação

²²¹ No ano do centenário da fundação da AHA, Emil Pocock publicou um artigo na AHR em que fez uma análise estatística de todos os antigos presidentes da associação levando em consideração dados que também serão mobilizados neste estudo, mas em seu texto, usou uma cronologia diferente para categorizar os presidentes da entidade, de modo que os dados informados em suas tabelas tornam-se inúteis para este estudo, uma vez que os presidentes que ocuparam o cargo entre 1884 e 1919 foram analisados em um mesmo grupo, o que impossibilita a observação de variações no perfil desses sujeitos no período estudado aqui, que vai até 1915. POCOCK, Emil. Presidents of the American Historical Association: A Statistical Analysis. **The American Historical Review**, v. 89, n.4, Out. 1984, p. 1016-1036.

da universidade em que posteriormente seria presidente; após esse período, foi embaixador dos Estados Unidos na Alemanha (1879-1881), na Rússia (1892-1894) e novamente na Alemanha (1897-1902)²²².

Ao mesmo tempo que White representou uma exceção no padrão da presidência da AHA por ter sido um dos únicos historiadores acadêmicos disciplinados a ocupar o cargo honorário durante a primeira fase da associação, o historiador, ao ter se dedicado também a uma carreira pública, representou uma tendência. Entre os 21 primeiros presidentes, apenas quatro dedicaram suas carreiras a uma única atividade: Justin Winsor²²³, William Frederick Poole²²⁴, Charles Kendall Adams²²⁵ e George Frisbie Hoar²²⁶. O primeiro e o segundo foram bibliotecários e historiadores (atividades que estavam intimamente vinculadas naquele momento, como o ensino e a pesquisa em história), o terceiro seguiu carreira acadêmica como professor de história e o último dedicou sua vida à carreira política.

A Tabela 1 informa muito sobre a complexidade do primeiro grupo de presidentes, mas principalmente sobre a própria sociedade americana dos anos finais do século XIX. Fora os quatro casos mencionados, o restante desenvolveu diversas atividades ao longo de suas vidas, sendo muito comum a presença de figuras como James Schouler²²⁷ (presidente em 1897), que atuou como advogado, jornalista, professor em faculdades de direito, historiador e professor acadêmico de cursos de história²²⁸. A combinação de diversas atividades desenvolvidas por

²²² BURR, George Lincoln. *In memoriam: Andrew Dickson White*. In: LELAND, Waldo G. (org.) **Annual Report of the American Historical Association for the year 1918**. Washington: Government Print Office, 1921. p. 69-70.

²²³ Justin Winsor (1831 Boston, Massachusetts – 1897) veio de uma família tradicionalmente envolvida em negócios de construção naval. Winsor foi escritor, historiador e bibliotecário, tendo sido um dos criadores dessa última profissão e primeiro presidente da *American Library Association*.

²²⁴ William Frederick Poole (1821 Salem, Massachusetts – 1894) publicou livros de história, mas sua principal atuação foi como bibliotecário e bibliógrafo, tendo sido pioneiro no movimento em favor das bibliotecas públicas e na catalogação de coleções. Além de presidente da AHA, também foi presidente da *American Library Association* entre 1885 e 1887.

²²⁵ Charles Kendall Adams (1835 Derby, Vermont – 1902) foi historiador e professor de história, tendo estudado na França, Itália e Alemanha, sendo que desse último país trouxe o método de seminário que adotaria em suas aulas. Adams foi o segundo reitor da *Cornell University* entre 1885 e 1892 e da *University of Wisconsin* entre 1893 e 1901.

²²⁶ George Frisbie Hoar (1826 Concord, Massachusetts – 1904), membro de uma proeminente família ligada à política desde o século XVIII na Nova Inglaterra, formou-se em direito em Harvard e juntou-se ao Partido Republicano logo após a sua fundação. Hoar foi senador por Massachusetts de 1877 a 1904.

²²⁷ James Schouler (1839 West Cambridge, Massachusetts – 1920) atuou como advogado e historiador, tendo como principal trabalho a obra de sete volumes *History of the United States under the Constitution, 1789–1865* publicada entre 1880 e 1917. Ao longo de sua vida profissional, não chegou a estar formalmente vinculado a uma instituição de ensino, mas deu aulas de direito na *Boston University School of Law*, na *National University Law School* e na *Johns Hopkins University*.

²²⁸ JAMES Schouler. In.: **Annual Report of the American Historical Association for the year 1920**. Washington: Government Print Office, 1925. p.58.

TABELA 1

DADOS ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS (part. 1)			
PRESIDENTE	UNIVERSIDADE NO PAÍS NATAL	UNIVERSIDADES NA EUROPA	TÍTULOS ACADÊMICOS *
Andrew Dickson White	Yale	Sorbonne, Collège de France; Berlin	M.A; LL.D (6); L.H.D; Ph.D; D.C.L
George Bancroft	Harvard	Göttingen; Berlin	PhD
Justin Winsor	Harvard	Heidelberg	LL.D
William F. Poole	Yale	-	LL.D
Charles Kendall Adams	University of Michigan	Bonn, Heidelberg, Leipzig. Berlin, Munich	LL.D
John Jay II	Columbia College	-	LL.D
William Wirt Henry	University of Virginia	-	LL.D
James Burrill Angell	Brown University	Instituições não encontradas	LL.D
Henry Brooks Adams	Harvard	Berlin	-
George Frisbie Hoar	Harvard	-	LL.D
Richard Salter Storrs	Andover Theological Seminary	-	D.D.
James Schouler	Harvard	-	LL.D
George Park Fisher	Yale	Instituições não encontradas	LL.D ; D.D.
James Ford Rhodes	New York University	Collège de France	LL.D
Edward Eggleston	Dado não encontrado	-	L.H.D.
Charles F. Adams	Harvard	-	LL.D
Alfred Thayer Mahan	Naval Academy	-	D.C.L. LL.D
Henry Charles Lea	-	-	LL.D.
Goldwin Smith	Oxford	-	D.C.L. LL.D
John Back McMaster	City College of New York	-	A.M. PhD Litt D LL.D.
Simeon Baldwin	Yale	-	LL.D.

* Títulos em negrito são honorários

DADOS ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS (part. 2)			
PRESIDENTE	OCUPAÇÕES	CARGOS OFICIAIS	INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO *
Andrew D. White	Historiador acadêmico disciplinado / gestor universitário	Senador /diplomata	Cornell University
George Bancroft	Historiador	Diplomata	-
Justin Winsor	Bibliotecário / historiador		Harvard Library
William F. Poole	Bibliotecário / bibliógrafo / historiador		Newberry Library
Charles K. Adams	Historiador acadêmico disciplinado / gestor universitário		Cornell University
John Jay II	Advogado / historiador	Diplomata	-
William Wirt Henry	Advogado / historiador	Senador	-
James Burrill Angell	Professor de línguas modernas / editor de jornal / gestor universitário	Diplomata	Un. of Michigan
Henry Brooks Adams	Jornalista / professor de história / historiador / romancista		Harvard University
George Frisbie Hoar	Político	Senador	-
Richard Salter Storrs	Pastor / historiador eclesiástico		-
James Schouler	Advogado / editor de jornal / professor de direito / professor de história / historiador		Boston University
George Park Fisher	Professor de história eclesiástica / teólogo / historiador		Yale University
James Ford Rhodes	Industrial / historiador		-
Edward Eggleston	Pastor / romancista / historiador		-
Charles F. Adams	Gestor ferroviário / historiador		-
Alfred T. Mahan	Professor de história naval / historiador / gestor universitário	Oficial naval	Naval War College
Henry Charles Lea	Cientista natural / editor / historiador		-
Goldwin Smith	Jornalista / professor de história / historiador		Cornell University
John Back McMaster	Engenheiro civil / professor de engenharia / professor de história / historiador		Un. of Pennsylvania
Simeon Baldwin	Professor de direito	Chefe de Justiça Sup. Corte	Yale University

* Última instituição de ensino ou pesquisa à qual estava vinculado durante o período da presidência;

cada sujeito torna inviável a elaboração de gráficos profissionais, uma vez que situações como a de Schouler impossibilitam que afirmações como “x% eram advogados e y% jornalistas”.

Um ponto comum na trajetória em suas trajetórias é que, com uma única exceção, todos frequentaram instituições de ensino superior. Esse dado pode parecer óbvio quando se fala de homens que foram presidentes de uma associação dedicada a um campo de conhecimento, mas deixa de ser tão óbvio quando se leva em consideração que o período entre 1884 e 1906 corresponde aos primeiros anos de diversos novos campos disciplinares e da própria modernização universitária; sendo assim, esses homens necessariamente obtiveram sua formação anteriormente à essa modernização, momento em que as universidades eram estruturadas a partir dos currículos clássicos e direcionadas à educação de elites.

Metade dos presidentes frequentaram universidades tradicionais, cuja história remonta ao período colonial (Yale, Harvard, Columbia e Brown) e cerca de um terço complementou sua formação em instituições europeias, sendo que nenhum estudou em instituições de ensino superior fundadas nos Estados Unidos após o início do processo de modernização universitária. Entre os 21 presidentes, o único educado inteiramente em casa foi Henry Charles Lea²²⁹, que apesar de ter se envolvido com o estudo das ciências naturais desde muito jovem por conta da atuação de seus pais como naturalistas, nunca chegou a ingressar em uma universidade²³⁰. Quanto à carreira profissional, seguiram, em sua maioria, carreiras tradicionais da aristocracia estadunidense: quatro atuavam ou haviam atuado no campo do direito como advogados, juízes ou professores de história constitucional; três deles eram do campo eclesiástico, atuando como clérigos, professores de história eclesiástica ou teólogos; oito ocuparam cargos públicos em algum momento de suas vidas. Esses dados confirmam um fato há muito conhecido: esse grupo de historiadores do período anterior à profissionalização era composto majoritariamente por membros da elite aristocrática americana, ligada a campos tradicionais como direito e política, assim como alguns casos de clérigos que desenvolviam pesquisas em história.

Entre todos os presidentes desse período, o único que, até onde encontrei informações, não possuía títulos acadêmicos foi Henry Brooks Adams²³¹, o restante possuía pelo menos um

²²⁹ Henry Charles Lea (1825 Philadelphia, Pennsylvania – 1909), seguindo os passos de seus pais, trabalhou durante muitos anos no ramo editorial e desenvolvendo pesquisas nas ciências naturais, mas dedicou grande parte de sua vida ao estudo do passado. Lea escreveu principalmente sobre história da Idade Média com ênfase em temáticas religiosas, tendo, ao final da vida, acumulado um grande acervo de manuscritos, que posteriormente foram doados à University of Pennsylvania.

²³⁰ BENEFACTORS of the University – Henry C. Lea (1825 – 1909). *In: Old Penn, Weekly Review of the University of Pennsylvania*, Philadelphia, v.III, n.30, 1910, p.493-496.

²³¹ Henry Brook Adams (1838 Boston, Massachusetts – 1918), neto do presidente John Quincy Adams e bisneto do “Pai Fundador” John Adams, foi professor de história medieval em Harvard entre os 1870 e 1877, e após esse

título. Parte significativa desses títulos era honorária, ou seja, obtida não através de um vínculo a um programa universitário ou da produção de uma monografia em um campo específico, mas sim como reconhecimento a contribuições intelectuais a um campo ou, de maneira mais ampla, à sociedade. Esses sujeitos muitas vezes acumulavam diversos títulos, como John Bach McMaster²³², que detinha pelo menos quatro, e Andrew Dickson White, que detinha nada menos do que nove.

As informações sobre os títulos detidos pelos presidentes é o dado mais incerto acerca das suas trajetórias. Nos relatórios anuais, a cada nova composição do Conselho, os novos nomes eram elencados seguidos da instituição a que cada um estava vinculado no momento e os títulos detidos por ele. Acontece que levou muitos anos para que um padrão na elaboração dos relatórios fosse estabelecido e, por isso, em algumas edições, não são discriminados os títulos obtidos de maneira convencional dos que eram honorários e, em alguns anos, esse dado não era sequer informado. Além disso, a análise das cartas trocadas ao longo dos anos pelos responsáveis pelo trabalho prático da associação mostram que esses títulos eram recorrentemente esquecidos, de modo que um membro da AHA percebia a falha e escrevia ao secretário chamando atenção para o equívoco, como ocorreu em 1902, por exemplo, quando Frederic Bancroft notou que faltava o seu título na lista de membros e escreveu para o então secretário Howard A. Clark pedindo para que “LLD” fosse inserido antes de seu nome²³³. Nesses casos, essa informação foi buscada em outros meios, como os obituários, que nem sempre continham essa informação ou simplesmente afirmavam de modo amplo que o sujeito havia recebido “diversos títulos honorários”, citando apenas um ou dois como exemplo. Dessa forma, os dados da tabela são os que foram seguramente obtidos, mas certamente muitos outros foram concedidos a esses homens.

Mesmo sendo difícil quantificar com precisão os títulos, eles não deixam de ser absolutamente significativos porque são em grande medida honorários e não obtidos por meio de um vínculo formal a um programa de pós-graduação. Nos capítulos seguintes, no perfil dos presidentes a partir de 1907, ficará evidente a inversão dessa tendência, sendo predominantes

período, atuou como jornalista e como historiador, mas fora de uma instituição universitária. Seu trabalho mais conhecido foi a obra de nove volumes *The History of the United States During the Administrations of Thomas Jefferson and James Madison*, publicada pela primeira vez em 1889.

²³² John Bach McMaster (1852 Brooklyn, New York – 1932), provindo de família rica, em que seu pai era banqueiro e dono de plantação em New Orleans, trabalhou como engenheiro civil entre 1873 e 1877 e instrutor de Engenharia Civil na Princeton University entre 1877 e 1883. Em 1883, tornou-se professor de história americana na University of Pennsylvania, publicando diversos livros sobre a história de seu país, sendo a obra de oito volumes *History of the People of the United States from the Revolution to the Civil War* considerada o seu mais importante trabalho.

²³³ BANCROFT, Frederic. Carta a Howard A. Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 1902.

os títulos advindos de produção acadêmica. Assim, esse dado possui significados diferentes entre as duas fases da história da associação: entre 1884 e 1906, os títulos são indício de reconhecimento público de uma trajetória intelectual, ou no vocabulário bourdiano, capital simbólico de vertente cultural, enquanto após 1907, momento em que os presidentes passaram a ser em sua imensa maioria historiadores disciplinados, a posse de títulos passa a servir como indicador de capital científico puro. Ou seja, no primeiro caso serve como dado de prestígio público, enquanto no segundo como dado de prestígio acadêmico, podendo ser tomado como elemento de confirmação da nossa hipótese de mudança de valores entre as duas fases da associação.

Nesse sentido, não passa despercebido o fato de que oito presidentes detinham níveis diferentes de capitais políticos, sendo esse também um indicativo de prestígio público que foi muito valorizado nos primeiros anos da associação no momento de compor o Conselho. Esses sujeitos ocuparam, até o momento de sua gestão, cargos oficiais de naturezas diversas: Andrew Dickson White, William Wirt Henry²³⁴ e George Frisbie Hoar ocuparam cargos eletivos como senadores; além de senador, White também fora diplomata, assim como George Bancroft²³⁵, John Jay II²³⁶ e James Burrill Angell²³⁷. Além desses cargos de maior prestígio, Simeon Baldwin²³⁸ foi chefe de Justiça Suprema Corte de Connecticut e Alfred Thayer Mahan²³⁹ foi um importante oficial da Marinha. De maneira geral, esses sujeitos detentores de capital político eram reconhecidos publicamente por sua atuação como historiadores, não sendo, como afirmado na seção anterior, “figuras aleatórias” ocupando o cargo de maior prestígio da

²³⁴ William Wirt Henry (1831 Charlotte County, Virginia – 1900) foi advogado, político e biógrafo de seu avô Patrick Henry, que foi o primeiro governador da Virgínia após a Independência. William Henry foi deputado e senador da Virgínia e membro ativo de sociedades históricas e clubes locais.

²³⁵ George Bancroft (1800 – 1891) foi um dos últimos grandes historiadores românticos estadunidenses, tendo publicado extensa obra relativa à história de seu país, sendo os principais títulos *History of the United States of America, from the Discovery of the American Continent* e *History of the Formation of the Constitution of the United States of America*. Além de historiador, Bancroft teve uma importante carreira pública, tendo sido secretário da Marinha Americana e diplomata com missões na Inglaterra e Alemanha.

²³⁶ John Jay II (1817 New York City, New York – 1894) foi um advogado que atuou ativamente no movimento antiescravista. Além disso, participou da fundação do Partido Republicano e foi diplomata na Áustria-Hungria entre 1869-1875. John Jay era neto de John Jay, um dos “Pais Fundadores” dos Estados Unidos.

²³⁷ James Burrill Angell (1830 Scituate, Rhode Island – 1916) foi diplomata com missões na China e Turquia, professor e gestor universitário na *University of Michigan* entre 1871 e 1909, tendo participado ativamente na modernização da instituição. Era membro de uma tradicional família de Rhode Island.

²³⁸ Simeon E. Baldwin (1840 New Haven, Connecticut – 1927) foi jurista e governador do estado entre 1911 e 1915 (após sua gestão como presidente da AHA). Além disso, foi professor na Faculdade de Direito de Yale entre 1869 e 1919. Além de presidente da AHA, foi presidente da *American Bar Association*, associação de advogados que ajudou a fundar.

²³⁹ Alfred Thayer Mahan (1840 West Point, New York – 1914) foi um importante oficial naval americano. Após deixar a marinha, atuou como professor de história na *Naval War College*, instituição em que também foi reitor. Como historiador, sua principal obra foi *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, obra de grande impacto, tanto do ponto de vista historiográfico quanto estratégico.

associação. É o caso de Bancroft, por exemplo, o mais famoso historiador romântico americano. De modo contrário, existe a figura de Hoar, senador fundamental para a incorporação da associação ao Congresso em 1889, mas um dos únicos a ter ocupado o cargo de presidente sem ter possuído produção historiográfica, sendo a escolha desse sujeito para ocupar o cargo em 1894 mais relacionada ao seu prestígio como político e reconhecimento pela sua dedicação à associação do que por uma contribuição intelectual campo.

Com relação às atuações profissionais, metade dos presidentes possuía ou havia possuído algum vínculo universitário, entre eles, oito eram professores de história e três professores de outras disciplinas. É importante destacar, novamente, que esses homens iniciaram suas vidas profissionais antes da modernização universitária, em um momento em que as classes de história eram vinculadas aos cursos das faculdades clássicas, como direito e teologia. Dessa forma, era comum que, em alguma altura de suas vidas, tenham sido responsáveis por classes de outros conhecimentos clássicos, como línguas e retórica, como é o caso do próprio Andrew Dickson White, que enquanto lecionou na *Michigan University*, deu também aulas de literatura inglesa. Mesmo possuindo vínculos acadêmicos, poucos foram os que dedicaram grande parte de suas vidas à carreira universitária, sendo mais comuns os casos como o de Alfred Thayer Mahan, professor de história naval na *Naval War College* que se tornou professor após encerrar sua carreira como oficial.

Outra atividade que muitos exerceram em algum momento de suas vidas foi a atuação na mídia impressa como jornalistas ou editores. Assim como a história, o jornalismo foi uma atividade que se profissionalizou, mas esse processo começou apenas no início do século XX. Ao longo do século XIX, os jornais possuíam uma dimensão política bastante intensa, representando um espaço de articulação política no interior de sua comunidade; dessa forma, a atuação em jornais estava fortemente relacionada ao engajamento ideológico, tanto a partidos quanto a causas²⁴⁰. O discurso da imparcialidade jornalística foi um fenômeno que emergiu nos Estados Unidos na virada do século, e a emergência do valor da objetividade tem sido tomada por muitos teóricos da comunicação como um indício do nascente espírito de profissionalismo da atividade²⁴¹. Desse modo, afirmar que pelo menos quatro presidentes foram “jornalista”

²⁴⁰ KAPLAN, Richard L. **Politics and the American press: The rise of objectivity, 1865–1920**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p.3.

²⁴¹ No campo do jornalismo, existe um extenso debate sobre a profissionalização da atividade e se seria possível afirmar, levando em consideração os parâmetros de profissionalização de atividade clássicas, como medicina e direito, ter havido de fato uma profissionalização do jornalismo. Ver: ALISSON, Marianne. A Literature Review of Approaches to the Professionalism of Journalism. **Journal of Mass Media Ethics**. V.1, n.2, primavera / verão 1986. CHAPMAN, Jane L. 19th-Century Journalism and Notable Journalists. In.: **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2019; BANNING, Stephen A. The

significa dizer que esses sujeitos participaram da edição, foram correspondentes ou escreverem em jornais durante um período maior ou menor de suas vidas, e não que tenham possuído uma carreira profissional no jornalismo.

Goldwin Smith (1832-1910), presidente em 1904, foi o único estrangeiro a ocupar esse cargo na primeira fase da associação. Smith nasceu na Inglaterra e em sua vida combinou períodos de atuação como professor de história em universidades e como jornalista. Ainda na Inglaterra, foi professor em Oxford entre 1858 e 1866. Após se mudar para os Estados Unidos em 1868 por uma série de motivos pessoais, atuou na *Cornell University* até 1872, momento em que se mudou para o Canadá e passou a dedicar-se inteiramente ao jornalismo. Em um artigo que escreveu sobre sua ligação com jornais londrinos, contou que foi inserido no jornalismo e na política ao mesmo tempo, em um período de ócio em Londres. Para Smith, o trabalho mais importante realizado como jornalista foi a publicação de uma série de cartas no *The Daily News*, jornal liberal, em que abordava o imperialismo britânico. Nesses textos, publicados posteriormente como *The Empire*, defendia que a Inglaterra cedesse as Ilhas Jônicas à Grécia, acabando assim com o descontentamento da população daquela colônia. Em meio a esse debate, contou que foi atacado por parlamentares conservadores na Câmara dos Comuns e isso lhe garantiria certa posição política na época, tendo sido inclusive convidado a concorrer ao Parlamento, convite que recusou, segundo ele, por não ser bom orador e nem ter força para a vida pública²⁴². A trajetória profissional de Goldwin Smith ilustra a relação entre jornalismo e engajamento político da fase anterior à profissionalização da atividade, além da própria proximidade entre a atividade de historiador e a comunicação, que, como se sabe, não é incomum, mesmo após a ampla profissionalização da história.

Uma categoria que seria comum nos primeiros anos da associação foi a dos bibliotecários, presentes no corpo de membros, na presidência e outros cargos do Conselho. De acordo com Raymon Cunningham, no fim do século XIX existia uma conexão profunda entre a profissionalização da biblioteconomia e da história, de modo que parte considerável dos bibliotecários do período eram também historiadores. É compreensível que a primeira atividade tenha acompanhado o processo de profissionalização acadêmica por serem os livros dimensão fundamental do trabalho de pesquisa²⁴³, mas parece ter existido uma conexão mais profunda da

Professionalization of Journalism. *Journalism History*, v.24, n.4, 1999; ANDERSON, Chris. Professionalization of Journalism.

²⁴² SMITH, Goldwin. My early connection with London journalism. **The Canadian Magazine of Politics, Science, Art and Literature**. Toronto: The Ontario Publishing Co., 1911. p.9-12.

²⁴³ As bibliotecas foram sempre parte constituinte das instituições de ensino, mas de acordo com a função da instituição, adotaram diferentes caracteres. Ao longo do período colonial até o período anterior à Guerra de

com a história. Para o autor, isso se daria porque ambas seriam herdeiras de tradições eruditas de coleta e preservação de materiais que seriam tomados por contemporâneos leigos como desprovidos de valor, e mesmo com a crescente autoconsciência de seus *status* profissionais a partir da década de 1870, a relação simbiótica entre ambas não diminuiu²⁴⁴. Acredito que isso se deva ao fato de as bibliotecas representarem um importante local de abrigo e preservação para fontes documentais, e tendo a profissionalização da arquivologia ocorrido em um período muito posterior (somente na década de 1930), a gestão dos documentos tornava-se atribuição dos bibliotecários quando estavam salvaguardados em bibliotecas.

Justin Winsor e William F. Poole, terceiro e quarto presidentes da AHA, eram bibliotecários e tiveram uma extensa produção historiográfica, tendo o contato diário com fontes sido fundamental para a produção de suas obras. Mas o trajeto contrário também foi comum, principalmente após a virada do século. Com a expansão acelerada dos programas de história nas universidades e o decorrente crescimento de historiadores disciplinados em busca de colocação profissional, a gestão de documentos em bibliotecas, arquivos e sociedades histórias locais e estaduais tornou-se um importante campo de atuação para os recém-titulados. Também era comum que historiadores acadêmicos profissionais abandonassem suas cátedras para assumir postos em bibliotecas e arquivos, como Frederick Jackson Turner, que associou-se à *Huntington Library* após se aposentar como professor em 1922 para ficar mais próximo de fontes para suas pesquisas, e J. Franklin Jameson, que ainda jovem abandonou seu cargo de professor na *University of Chicago* para atuar como diretor no *Department of*

Secessão, as universidades clássicas voltadas para a educação de *gentlemen* eram compostas majoritariamente por livros de teologia, filosofia, direito, manuais de medicina, dicionários e clássicos de literatura. Antes da modernização, as instituições geralmente possuíam uma biblioteca central reunindo todas as obras, com a fragmentação dos grandes campos, tornaram-se comuns as bibliotecas especializadas. Com as transformações das universidades, as bibliotecas tornaram-se parte fundamental da realização das pesquisas e, ao mesmo tempo que viabilizaram o avanço do conhecimento científico, foram alimentadas pela expansão das publicações de periódicos especializados e obras técnicas. De acordo com Arthur Hamlin, o ano de 1876 foi um marco para a sua modernização. Ao mesmo tempo que foi o ano da fundação da JHU, primeira universidade moderna a abrigar bibliotecas igualmente modernas, também foi o ano da criação da *American Library Association*, que serviu como importante espaço de debates e articulações dos primeiros bibliotecários profissionais, do nascimento do *Library Journal*, primeiro e por muito tempo único periódico especializado em biblioteconomia, além da publicação de diversos relatórios com listas e estatísticas referentes às bibliotecas americanas e seus conteúdos. O processo de modernização das bibliotecas durou cerca de 50 anos e incluiu valoração dos livros como ferramenta de pesquisa e a criação de meios sofisticados de classificação e catalogação das obras, além do fortalecimento da cooperação entre bibliotecas, principalmente com relação a empréstimos de obras. HAMLIN, Arthur T. **The university library in the United States, its origins and development**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

²⁴⁴ CUNNINGHAM, Raymond. Historian among the Librarians: Herbert Baxter Adams and Modern Librarianship. **The Journal of Library History**, v.21, n.4, outono 1986, p.705.

Historical Research (DHR) da *Carnegie Institution of Washington* (CIW), tendo dedicado a sua vida à gestão de documentos²⁴⁵.

Em *History's Babel*, Robert B. Townsend demonstrou que no início da profissionalização da história havia três principais ocupações que poderiam ser seguidas por quem era formado no campo: docência no ensino superior (acompanhada ou não da atividade de pesquisa), docência no ensino básico e gestão de documentos. Até o fim da década de 1930, essas três atividades tiveram a AHA como sua associação profissional, em grande medida porque as fronteiras de cada uma ainda não estavam bem estabelecidas, ou, de acordo com a teoria dos sistemas de profissões de Abbott, a jurisdição profissional de cada uma estava em processo de definição. Ao longo dos primeiros 31 anos da associação, o poder dos professores de ensino básico e de bibliotecários e arquivistas foi sempre menor com relação ao dos historiadores acadêmicos, e isso fica evidente quando notamos que nenhum professor de ensino básico ocupou qualquer cargo no Conselho Executivo no período estudado e que os bibliotecários/arquivistas foram sempre minoria. Mesmo assim, representantes desses grupos estiveram sempre presentes na associação e garantiram espaços de debates sobre ensino e políticas de preservação de fontes, principalmente entre 1884 e 1906²⁴⁶.

Conforme a associação foi crescendo durante o século XX e o campo da história se fortalecendo nas instituições superiores como curso consolidado, a AHA foi tornando-se cada vez mais uma associação profissional de historiadores acadêmicos, com ênfase na atividade de pesquisa, e os outros profissionais do empreendimento histórico envolvidos com o ensino e com a gestão de documentos tiveram progressivamente seu espaço na associação diminuído, tanto nos cargos de poder (onde já eram minoria) quanto no que se refere aos seus espaços de diálogo, como os comitês de debates. Esses grupos foram aos poucos abandonando a associação e criando as suas próprias, como foi o caso dos arquivistas, que em 1935 fundaram a *Society of American Archivists* (SAA) a partir da Conferência de Arquivistas da própria AHA, após anos

²⁴⁵ Herbert Baxter Adams não chegou a ser bibliotecário, mas teve uma importante atuação na modernização das bibliotecas universitárias, em especial a de sua instituição. Retornando de seu período de estudos na Alemanha, Adams “importou” o modelo de bibliotecas de seminário, que eram espaços estruturados para a realização dos encontros entre o professor e um pequeno grupo de alunos, e abrigava livros relativos ao campo, coleções de periódicos especializados e fontes primárias. Adams não foi o primeiro professor de história americano a replicar os seminários de pesquisa germânicos, mas seu nome é ainda hoje relacionado aos seminários porque foi quem os popularizou nos Estados Unidos através de diversos textos publicados, pela quantidade de jovens estudantes que os frequentaram e replicaram o modelo nas instituições em que atuariam posteriormente e, principalmente, pela maneira estruturada como os organizou em sua instituição, sendo as próprias bibliotecas um exemplo disso. ADAMS, Herbert Baxter. **Seminary Libraries and University extension**. Baltimore: N. Murray, 1887; CUNNINGHAM. *Historian among the Librarians...* Op. cit.

²⁴⁶ TOWNSEND. **History's Babel**. Op. cit.

debatendo a diminuição de seu espaço e o fim da política de publicação de manuscritos que fora tão importante para a construção do campo nos primeiros anos da profissionalização²⁴⁷.

Os professores de história também deixaram de ter a AHA como associação que os representava e começaram a identificar-se mais com os outros professores do ensino básico do que com os historiadores, abandonando progressivamente a organização que inicialmente havia abrigado todos os membros do amplo empreendimento histórico para engajarem-se em associações como a *National Council of Social Studies* (NCSS)²⁴⁸. A ênfase que a AHA foi dando à pesquisa e a fundação de novas associações que abrigariam as outras atividades servem como indício do processo de aprofundamento da especialização dos campos iniciado em meados do século XIX e de definição da jurisdição das atividades profissionais, de modo que uma atividade como a gestão de documentos, inicialmente realizada por bibliotecários ou historiadores, tornou-se um campo autônomo na década de 1930, com regras de funcionamento próprias, associação e cursos superiores em universidades.

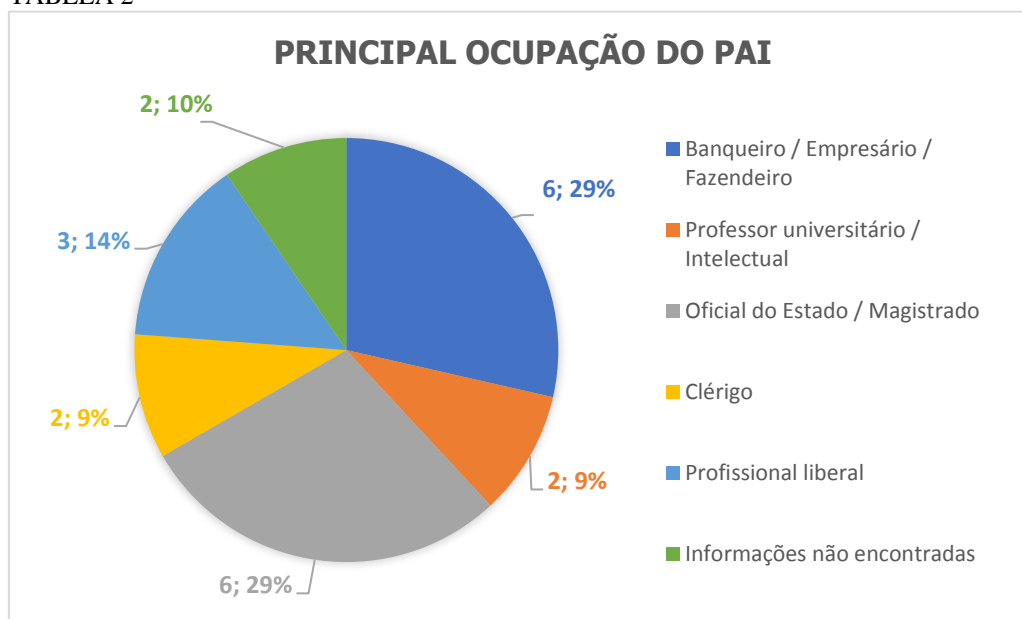
Os dados sobre as trajetórias profissionais dos primeiros presidentes confirmam que, em sua maioria, não eram acadêmicos disciplinados, como seria comum a partir de 1907, e mais, que provinham de uma camada econômica e culturalmente privilegiada da sociedade americana, uma vez que tiveram acesso ao ensino superior em um momento em que isso era para poucos, conquistaram títulos, em sua maioria honorários (o que serve como indicativo de serem homens respeitados em meios intelectuais e índice de capital simbólico) e muitos tiveram uma carreira pública, indicando capital político. Além desses dados, quando se observa a ocupação de seus pais, obtém-se mais uma confirmação de uma origem privilegiada, pois um terço era capitalista, um terço oficial do Estado e o restante pode ser dividido entre profissionais liberais, intelectuais e clérigos, tendo sido impossível encontrar informações sobre filiação de apenas dois, Charles Kendall Adams e Edward Egglestone²⁴⁹.

²⁴⁷ Ibidem, p.161.

²⁴⁸ Ibidem, p.179.

²⁴⁹ Edward Eggleston (1837 Vevay, Indiana – 1902) foi um clérigo, historiador e romancista. Publicou ficções voltadas para o público adulto e juvenil. No campo da história, seus principais trabalhos foram *A History of the United States and Its People*, de 1888, e *The Transit of Civilization From England to America*, de 1901.

TABELA 2



Entre os 19 presidentes cuja informação sobre filiação foi encontrada, nenhum foi filho da “classe trabalhadora”. Esse dado se torna relevante quando se nota que ele é facilmente encontrado nos obituários dos primeiros presidentes diletantes e que, conforme avancei na pesquisa a partir de 1907, a filiação é uma informação que vai desaparecendo dos obituários, de forma que na elaboração das fichas biográficas dos presidentes entre 1907 e 1915, em cerca de metade dos casos essa informação ficou em branco. Acredito que a presença dessa informação nos obituários dos presidentes diletantes, em contraste com a sua ausência no que se refere aos disciplinados, possa ser tomado como indicativo de que o primeiro grupo vinha em peso de famílias tradicionais da Costa Leste enquanto o segundo grupo era em grande parte composto por famílias de “ilustres desconhecidos”²⁵⁰, provavelmente provindos da classe média emergente de fins do século XIX.

A diversificação geográfica era também bastante restrita, e isso fica mais evidente quando se nota os estados de origem de cada presidente, sendo a imensa maioria proveniente do Nordeste americano, mais especificamente a Nova Inglaterra. Ao longo dos primeiros anos da AHA, a diversificação regional seria um debate comum nos encontros anuais porque a associação fora idealizada como nacional em oposição às tradicionais sociedades locais

²⁵⁰ A profissionalização da história representou certa democratização da atividade por ter desonerado os historiadores dos custos relativos às pesquisas, mas isso não fez com que, pelo menos nas primeiras décadas da atividade, houvesse uma significativa diversificação social dos sujeitos que praticavam a atividade. Para John Higham, os historiadores continuaram a ser aristocratas, mas agora profissionalizados, uma vez que recebiam salários extremamente altos para a média salarial do contexto e compunham os círculos sociais das elites locais. HIGHAM. *History...* Op. cit. p.9-10.

abundantes naquele país. Contudo, o que se viu foi a presença maciça de membros da Costa Leste e a predominância de pesquisas referentes àquelas regiões nas apresentações.

TABELA 3

LOCALIDADE DE NASCIMENTO DOS PRESIDENTES ²⁵¹		
NORDESTE	Nova Inglaterra	
	Massachussets	9
	Connecticut	1
	Rhode Island	1
	Vermont	1
	Meio-Atlântico	
	New York	4
	Pennsylvania	1
MEIO-OESTE	Leste Centro-Norte	
	Ohio	1
	Indiana	1
SUL	Atlântico Sul	
	Virginia	1
ESTRANGEIRO	Europa	
	Inglaterra	1

De modo sintético, a constituição do primeiro grupo de presidentes da AHA evidencia a porosidade das fronteiras disciplinares do contexto de incipiente constituição de jurisdição profissional dos novos campos que surgiam no contexto social de especialização do conhecimento. Grandes áreas fragmentavam-se e tornavam-se disciplinas autônomas, sendo possível perceber, através da complexa trajetória profissional daqueles sujeitos, as diversas possibilidades de interconexões que o campo possuía no início de seu processo de profissionalização, estando a história conectada ao direito (como história constitucional), à teologia (como história eclesiástica), ao jornalismo (como campo afim), e à biblioteconomia (pela questão da gestão de documentos). Ao mesmo tempo, a análise dos dados gerais do primeiro grupo demonstra as raízes aristocráticas dos historiadores diletantes escolhidos para o cargo: todos frequentaram instituição de ensino superior em um contexto em que eram reservadas à formação da elite americana; um terço do grupo ocupou importantes cargos públicos em algum momento de suas vidas. A análise de capital herdado demonstra que eram em grande medida proveniente de famílias tradicionais do Leste.

²⁵¹ Divisão de regiões segundo o *U.S. Census Bureau*.

TABELA 4

DADOS ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS (part. 1)			
PRESIDENTE	UNIVERSIDADE NO PAÍS NATAL	UNIVERSIDADES NA EUROPA	TÍTULOS ACADÊMICOS *
John Franklin Jameson	Johns Hopkins University	-	PhD (Johns Hopkins)
George Burton Adams	Yale University	University of Leipzig	PhD (Leipzig)
Albert Bushnell Hart	Harvard University	University of Freiburg	PhD (Harvard)
Frederick Jackson Turner	Johns Hopkins University	-	PhD (Johns Hopkins)
William Milligan Sloane	Columbia University	University of Leipzig	PhD (Leipzig)
Theodore Roosevelt	Harvard University	-	LL.D; D.C.L. (honorários)
William Archibald Dunning	Columbia University	-	PhD (Columbia)
Andrew C. McLaughlin	University of Michigan	-	J.D. (Michigan)
Henry Morse Stephens	Oxford University	Oxford University	M.A.; Litt. D. (?)
DADOS ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS (part. 2)			
PRESIDENTE	OCUPAÇÕES	CARGOS OFICIAIS	UNIVERSIDADE DE ATUAÇÃO *
John Franklin Jameson	Historiador profissional; arquivista; editor da AHR	não	Carnegie Institution
George Burton Adams	Historiador profissional; editor da AHR	não	Yale University
Albert Bushnell Hart	Historiador profissional; editor da AHR	não	Harvard University
Frederick Jackson Turner	Historiador profissional; editor da AHR	não	Harvard University
William Milligan Sloane	Historiador profissional; editor da AHR	não	Columbia University
Theodore Roosevelt	Historiador diletante; político de carreira;	sim	-
William Archibald Dunning	Historiador profissional	não	Columbia University
Andrew C. McLaughlin	Historiador profissional; editor da AHR	não	University of Chicago
Henry Morse Stephens	Historiador profissional; editor da AHR	não	University of California

* última instituição de ensino ou pesquisa à qual estava vinculado durante o período da presidência.

A partir de 1907, os presidentes passaram a ser exclusivamente profissionais disciplinados, sendo os diletantes raríssimas exceções. Essa tendência não começou no ano em que Jameson assumiu o posto, mas sim quando, em 1904, foi o primeiro historiador disciplinado a ser escolhido como segundo vice-presidente da entidade, o que, pelo sistema da sucessão de cargos, indicava que já havia data e hora marcadas para o fim da era dos presidentes diletantes.

Quando se observa a Tabela 4 e a compara com a Tabela 1, referente aos presidentes do período anterior, a primeira diferença que salta aos olhos é que, com a exceção de Theodore Roosevelt, foram todos historiadores profissionais disciplinados que se dedicaram inteiramente ao empreendimento histórico. A mudança no perfil é notável quando se percebe que somente Roosevelt possuía carreira política pregressa, o que é um forte indício do fim da política de homenagear sujeitos imbuídos de capital político e simbólico²⁵².

A tabela também indica que parte significativa dos presidentes foi editor da AHR. Esse dado foi inserido no campo “Ocupações” porque é de extrema relevância para se mensurar o capital científico desses sujeitos, mesmo compreendendo que essa atividade não constitui uma profissão. Durante o recorte deste estudo, a AHR era a única revista dedicada à publicação de artigos disciplinados em história dos Estados Unidos. Ela foi fundada como órgão independente da AHA a partir da iniciativa de representantes das principais universidades de pesquisa do país e só foi adotada pela AHA três anos depois. A publicação de artigos nessa revista era disputadíssima, sendo, desse modo, um veículo de enorme prestígio. Por muitos anos, os cargos de editor foram ocupados exclusivamente por representantes das universidades que haviam se mobilizado para a sua criação (mesmo que isso não tivesse sido formalmente estabelecido), ou seja, historiadores que atuavam nos principais departamentos de história do país. Todos os editores da AHR entre 1895 e 1915 foram feitos presidentes da AHA, de modo que, dos nove presidentes entre 1907 e 1915, sete haviam sido ou eram editores da revista. O que busco argumentar trazendo esse dado “profissional” é que atuar na AHR era índice de capital científico puro porque somente historiadores conhecidos e reconhecidos no campo foram convidados para a tarefa. Ao mesmo tempo, esse era um cargo institucional, assim como a

²⁵² É importante fazer a ressalva de que Roosevelt esteve na intersecção entre historiografia diletante e disciplinada, por um lado porque não obtivera educação formal na atividade e nunca atuou profissionalmente e por outro porque sua obra era respeitadíssima entre os disciplinados. Desse modo, a nomeação para a presidência pode ser decorrente tanto do seu capital científico quanto pelo político, visto que ocorreu em um contexto em que a associação lutava por um arquivo nacional em Washington D.C. Ou ambos. Caso semelhante é o de Woodrow Wilson, também nomeado após o término de seu mandato como presidente dos EUA, só que, neste caso, era acadêmico profissional disciplinado ligado à história e à ciência política. Wilson faleceu antes de tomar posse do cargo.

presidência da AHA, o que aponta para o fato de que, naquele momento, capital científico puro era convertido em capital científico temporal.

Esses homens não eram apenas historiadores profissionais no sentido estrito da palavra, ou seja, que tinham a atuação no empreendimento histórico como meio de vida, eram também historiadores disciplinados, realizavam suas pesquisas a partir do novo método inicialmente desenvolvido na Alemanha. Algumas particularidades de suas trajetórias confirmam essa afirmação, como o fato de que, também com exceção de Roosevelt, todos tinham títulos acadêmicos obtidos através do cumprimento de requisitos acadêmicos mínimos para a sua obtenção, e não somente títulos honorários. Além disso, o índice de estudo no exterior é relativamente maior do que no período anterior: se entre 1884 e 1906, 38% dos presidentes haviam realizado parte de seu doutorado na Europa, entre os presidentes do período posterior a 1907, 44% estudaram no exterior. Neste estudo, esse dado é tomado como indicativo do contato com o novo modelo de pesquisa disciplinada em desenvolvimento na Europa, e sendo assim, outro indicador de capital científico puro.

A mudança geracional entre os dois grupos também pode ser notada quando se percebe as instituições nas quais obtiveram sua formação nos Estados Unidos: se na era dos presidentes amadores todos haviam frequentado universidades tradicionais que haviam se estruturado antes da modernização universitária, quando se verifica a tabela contendo as informações dos presidentes da nova geração, nota-se que, no período posterior a 1907, é possível encontrar presidentes que obtiveram seu doutorado na JHU, por mais que a maioria continuasse tendo as instituições tradicionais como local de formação.

Já quando se observa a instituição à qual estavam vinculados quando ocuparam o cargo, nota-se que um volume maior de presidentes atuava nessas instituições tradicionais com relação aos presidentes do período anterior. Se no período entre 1884 e 1906, metade dos presidentes que estavam vinculados a alguma instituição de ensino e/ou pesquisa fundada no período anterior à modernização universitária e a outra metade em instituição fundada após 1865, ao observar os presidentes que ocuparam o cargo a partir de 1907, nota-se que 62,5% atuavam em antigas universidades situadas no Nordeste americano, sendo que um (J. Franklin Jameson) estava vinculado à CIW, ou seja, uma instituição também do Leste, de modo que apenas dois dos presidentes da AHA estavam vinculados a instituições fora da Costa Leste: Andrew C. McLaughlin, em Chicago, e Henry M. Stephens, na Califórnia. Apesar de esses dois últimos casos serem fora do Leste, é importante salientar que essas universidades abrigavam importantíssimos departamentos de história do início do século XX, de modo que elas não podem ser consideradas instituições periféricas. Vale notar que Frederick J. Turner era de

Wisconsin, estado do Centro-Oeste, e que foi um importante professor de história especialista em história da fronteira da universidade de seu estado, tendo sido o grande promotor de seu departamento de história, mas que, mesmo entrando na linha sucessória da presidência em 1908, ainda professor na *University of Wisconsin*, quando assumiu a presidência já era professor em Harvard.

TABELA 5

LOCALIDADE DE NASCIMENTO DOS PRESIDENTES ²⁵³		
NORDESTE	Nova Inglaterra	
	Massachussets	1
	Vermont	1
	Meio-Atlântico	
	New York	1
	Pennsylvania	1
	New Jersey	1
MEIO-OESTE	Leste Centro-Norte	
	Illinois	1
	Wisconsin	1
	Ohio	1
ESTRANGEIRO	Europa	
	Escócia	1

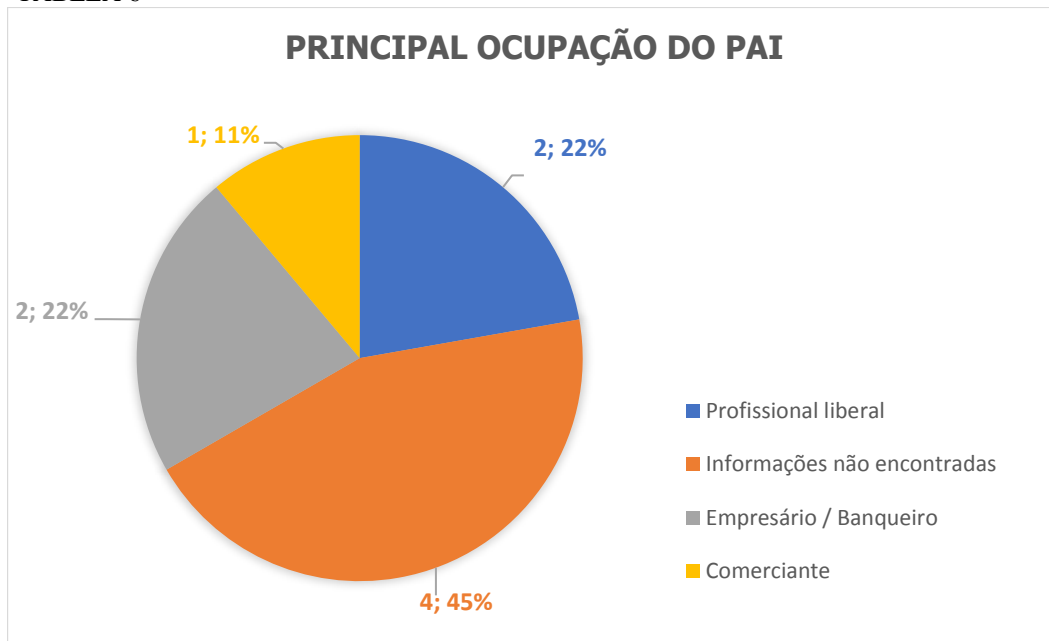
O domínio do Leste, que é uma permanência com relação ao período anterior, é perceptível na própria localidade de nascimento desses homens: entre os nove que presidiram a entidade entre 1907 e 1915, cinco nasceram na região Nordeste, três no Centro-Norte e um no exterior.

Nos dados profissionais dos pais desses sujeitos, tomados como indicativo de capital herdado, há uma diferença crucial com relação aos presidentes do período anterior a 1907: durante o período em que o cargo era uma homenagem a homens publicamente reconhecidos, apenas dois (o que corresponde a 10%) não tiveram os dados profissionais de seus pais encontrados em enciclopédias biográficas ou em seus obituários, o que pode ser tomado como indício de que provinham de famílias tracionais da elite americana. Já o mesmo dado para o período posterior, não constavam nessas fontes os dados de filiação de quatro presidentes (o que corresponde a 45% do total). A ausência dessa informação, incômoda por não permitir

²⁵³ Divisão de regiões segundo o *U.S. Census Bureau*.

que se tenha mais clareza sobre a proveniência desses sujeitos, não deixa de ser um dado em si: a falta de menção aos seus pais em enciclopédias e obituários pode ser tomada como indício de ausência de proeminência pública. Com relação aos pais que tiveram os dados encontrados, 22% eram burgueses em oposição a 29% no período anterior; 33% membros de uma classe média urbana, contra 9% no período anterior e, diferente dos presidentes até 1906, nenhum era filho de oficiais do Estado, clérigos ou professores universitários.

TABELA 6



A composição geral do segundo grupo de presidentes da AHA aponta para uma mudança no perfil dos homenageados com o cargo de honra a partir de 1907. O prestígio público e o capital político deixaram de ser valorizados em detrimento dos capitais científicos puro e temporal acumulados, uma vez que, como visto nos dados apresentados nas tabelas e gráficos, os presidentes que eram historiadores disciplinados atuavam em importantes instituições de pesquisa, mesmo que fora da Costa Leste e, conforme será visto nos capítulos seguintes, eram membros atuantes da associação e no empreendimento histórico de maneira mais ampla, tendo ocupado o seu cargo de honra somente após anos de serviços prestados a ela como membros do Conselho e de comitês de trabalho. A única exceção a essa regra foi Theodore Roosevelt, o qual à época que ocupou o cargo já era ex-presidente dos Estados Unidos, mas nunca fora professor universitário nem participara ativamente da AHA, tendo inclusive expressado incômodo com o rumo academicista que ela vinha tomando. A sua escolha para a linha sucessória da presidência teve como objetivo aumentar o prestígio da associação, atrair mais pessoas para o encontro de

1912 e conquistar novos membros pagantes de anuidade. Desse modo, ao invés de escolher para a presidência homens que detinham capitais que possuíam valor fora do campo científico da história, a escolha passou a ser por homens cujos capitais possuíam valor somente no interior do campo. Essa diferença sobre o local em que os capitais tinham valor indica a política seguida pela associação: no primeiro caso, de busca por apoio fora daquele microcosmo, reconhecendo a dependência dos recursos externos, ou seja, de sua heterônima institucional; no segundo caso, de reivindicação de sua autonomia institucional, realizando ela mesma as atividades para o desenvolvimento das profissões em história.

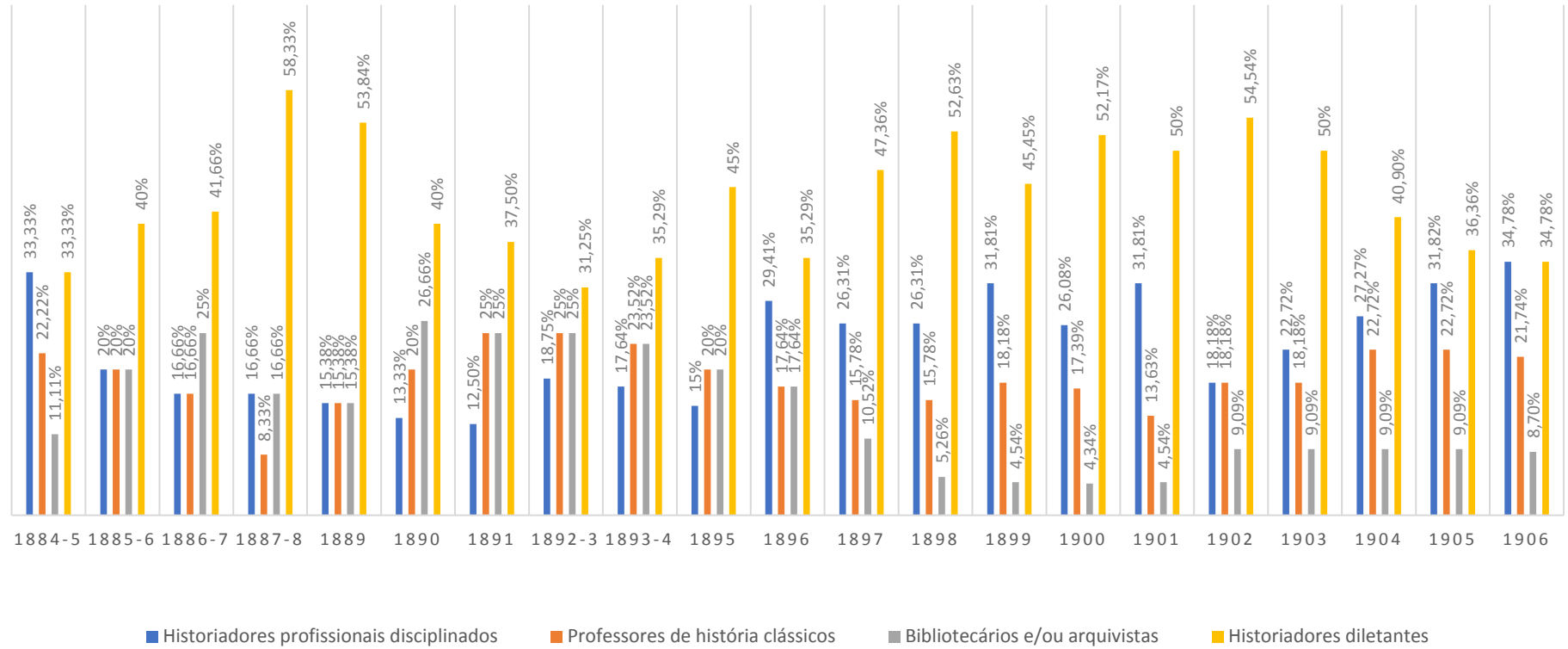
3.4 A composição da American Historical Association para além de seus presidentes

Analisar quem foram os presidentes da associação durante o período ao qual se dedica este estudo permite vislumbrar quais foram os capitais específicos valorizados no campo da história em um determinado momento, por que eles mudaram e como, de acordo com as estratégias escolhidas, foram mobilizados para alcançar determinados fins. Mas, tão importante quanto compreender a presidência é compreender como foi, ao longo dos primeiros 31 anos da AHA, a composição de seu Conselho Executivo.

Quando se pensa na composição ampla da associação em seus 22 primeiros anos, percebe-se que o quadro de presidentes não destoava tanto do restante do Conselho Executivo e dos membros. Fazendo uma análise simples dos que compuseram os diversos cargos do Conselho entre 1884 e 1906, levando em consideração unicamente o tipo de relação que mantinham com o empreendimento histórico, nota-se que os historiadores profissionais disciplinados empregados em universidades representaram um grupo minoritário ao longo desses anos, tendo os diletantes e profissionais envolvidos com outras atividades no empreendimento histórico sido os grupos mais representativos, e um certo equilíbrio só ocorreria após 1907. Sendo um momento de transição entre duas formas de vivenciar a atividade historiadora, é possível destacar um grupo “intermediário”, composto por sujeitos dedicados ao ensino de história acadêmico, mas que não pude considerar como “profissionais disciplinados” por terem uma atuação mais aproximada ao modelo clássico de ensino do que à nova prática disciplinada. Por isso, os nomeei como “professores de história clássicos” porque, de modo geral, obtiveram sua formação acadêmica antes da modernização universitária e tinham ensino de história como apenas mais uma das classes a que se dedicavam, estando

TABELA 7

CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DA AHA (1884-1906)



geralmente envolvidos com o ensino de línguas clássicas ou modernas, retórica e oratória. Também era comum estarem ligados a faculdades de direito ou teologia, ensinando história como conhecimento auxiliar e não como campo autônomo.

Como no caso dos presidentes, os bibliotecários também tiveram presença significativa nos cargos do Conselho ao longo da primeira fase, chegando a representar 25% do total de membros em 1891 e 1892 e, seguindo uma tendência do perfil da presidência, nenhum professor dedicado ao ensino escolar de história compôs o grupo, mesmo tendo a associação abrigado esses profissionais desde os seus primeiros dias. Padrão semelhante é observado na composição geral da associação de acordo com dados estatísticos apresentados por Townsend em artigo publicado em 2009. Entre 1884 e 1911, menos de um terço dos membros da AHA trabalhava em universidades como professores (não necessariamente dedicados exclusivamente à história), cerca de 11% eram professor do ensino básico, menos de 10% trabalhavam em alguma outra atividade relacionada à história (como bibliotecários, arquivistas, editores), de modo que o restante da composição da associação, cerca de 50%, possuía interesse em história, mas exercia como profissão outras atividades (eram políticos, militares, empresários, clérigos)²⁵⁴.

Todavia, os números relativos à composição do Conselho precisam de um pouco mais de atenção. Quanto aos índices gerais, não fica evidente que uma mudança significativa ocorreu na estrutura da associação em 1895. Como será visto no capítulo seguinte, entre 1884 e 1895 foi o período em que a AHA teve mais um caráter de sociedade erudita do que de associação profissional, de modo que grande parte dos debates eram relativos à sua própria organização, como locais dos eventos, organização dos programas e busca pelo reconhecimento do Congresso Nacional através de uma Carta de Incorporação. Havia incipientes debates sobre questões relativas aos materiais necessários para as pesquisas, mas a associação só se voltou mais diretamente às questões relativas à profissão a partir de 1896, quando o pequeno grupo de historiadores disciplinados conseguiu se impor e os encontros deixaram de ser fixos em Washington D.C. e diversos comitês e comissões de trabalho foram constituídos para atuar na questão dos arquivos, na elaboração de currículos escolares e na concessão de prêmios para melhores monografias disciplinadas.

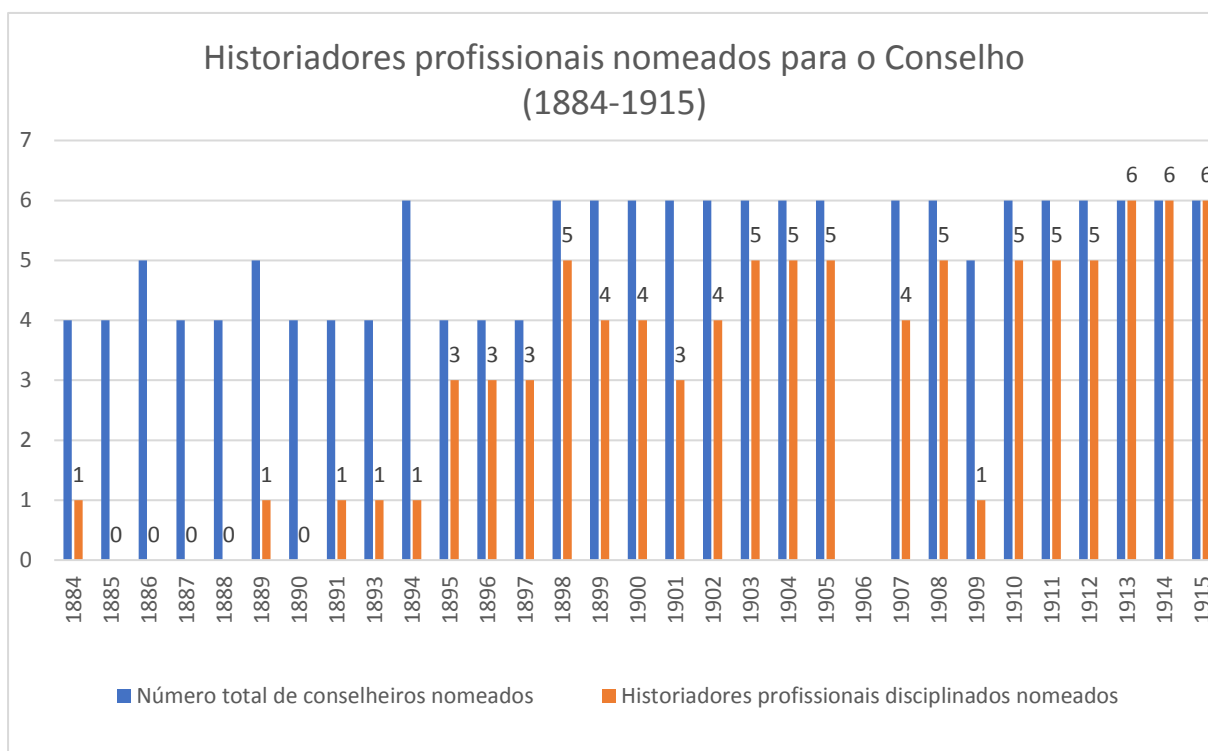
O Conselho Executivo era composto pelo presidente, dois vices, um secretário, um tesoureiro, ex-presidentes e um grupo de conselheiros nomeados que variava entre quatro e seis membros, dependendo de cada ano. Esses conselheiros nomeados permaneciam dois anos no cargo e, a cada ano, mais dois eram nomeados, de modo que, anualmente, dois ou três novos

²⁵⁴ TOWNSEND, Robert B. *The Social Shape of the AHA, 1884-1945. Perspectives on History*, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/46hjgiS> Acesso em: 21/02/2021.

eram escolhidos e dois ou três completavam o seu período. Após a Incorporação da AHA ao Congresso em 1889, um cargo foi criado, o de secretário correspondente. Nos 11 primeiros anos da associação, os membros eleitos eram em grande parte diletantes, mas isso mudou em 1895, quando disciplinados começaram a ser nomeados em peso para ocupar esses cargos. Desse modo, ao ver os números absolutos da composição do Conselho, percebe-se um lento crescimento de disciplinados entre 1895 e 1906, contudo, estes continuavam sendo minoria. Isso porque o costume de manter os ex-presidentes fazia com que diletantes fossem dominantes em número, mas não em poder. Por esse motivo, para se ter uma noção mais precisa sobre a mudança que ocorria na composição do Conselho após 1895 e que não se refletiu nos números absolutos em decorrência da política de manutenção dos ex-presidentes, é preciso isolar os que eram nomeados a cada ano do número total de conselheiros e analisá-los separadamente.

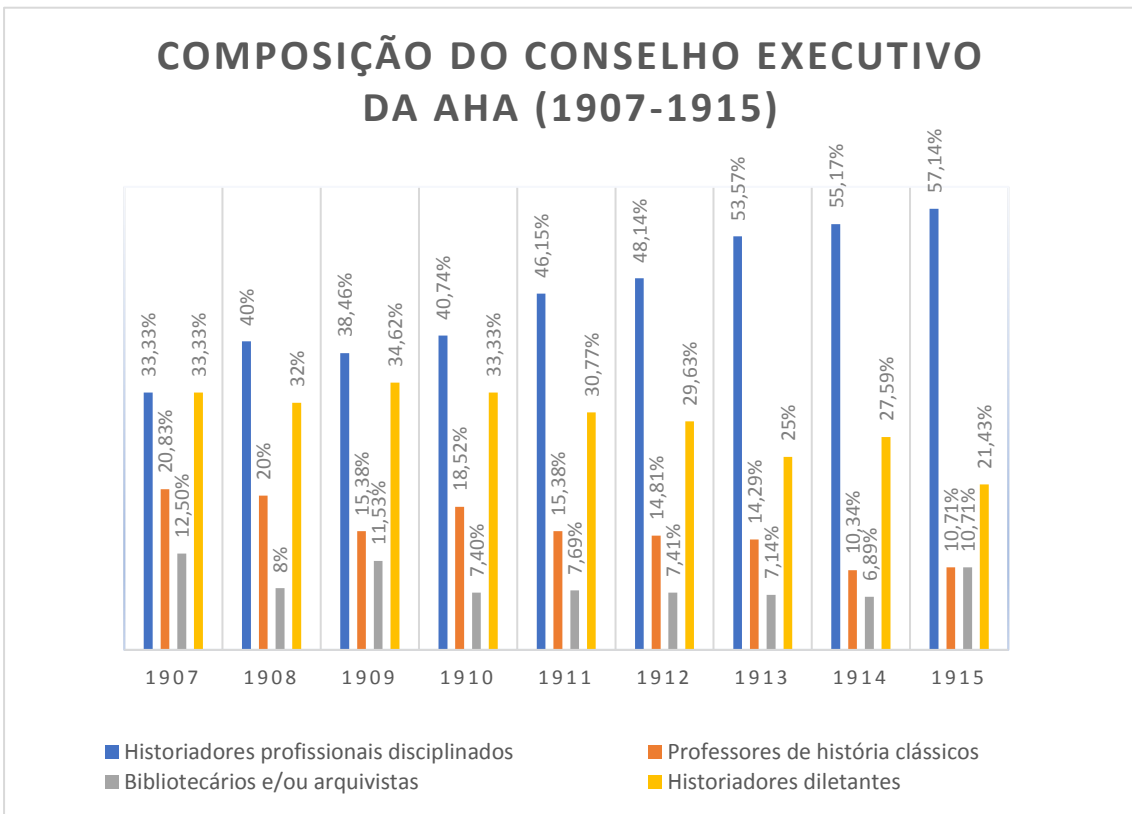
A Tabela 8 permite perceber que, no que tenho considerado como a primeira fase da associação, poucos foram os historiadores disciplinados nomeados para fazer parte do Conselho, havendo anos, como o período entre 1885 e 1888, em que nenhum foi escolhido. Essa relação muda drasticamente em 1895, quando, para o ano seguinte, três dos quatro nomeados foram historiadores disciplinados, tendência que se manteve nos anos seguintes e chegou ao seu ápice em 1913, quando somente esses sujeitos passaram a ser escolhidos.

TABELA 8



Com o cargo de presidente sendo ocupado por disciplinados e os antigos presidentes morrendo, torna-se perceptível a lenta mudança na balança entre diletantes e disciplinados que havia sido iniciada ainda na era dos presidentes amadores, uma vez que, em 1907, somente 33,33% dos conselheiros eram historiadores disciplinados (mesmo que naquele ano tivessem sido 66,66% dos nomeados), e em 1915 já representavam 57,14% do total. A relação entre quem compunha o Conselho e o tipo de atividades priorizadas é evidente: somente após 1895, quando pela primeira vez os profissionais disciplinados foram a maioria entre os nomeados, a associação voltou-se com todas as forças à promoção de atividades que viabilizassem as diversas atividades profissionais da história, quando, até então, a prioridade vinha sendo a criação de laços políticos como estratégia de viabilização dessas atividades em um segundo momento.

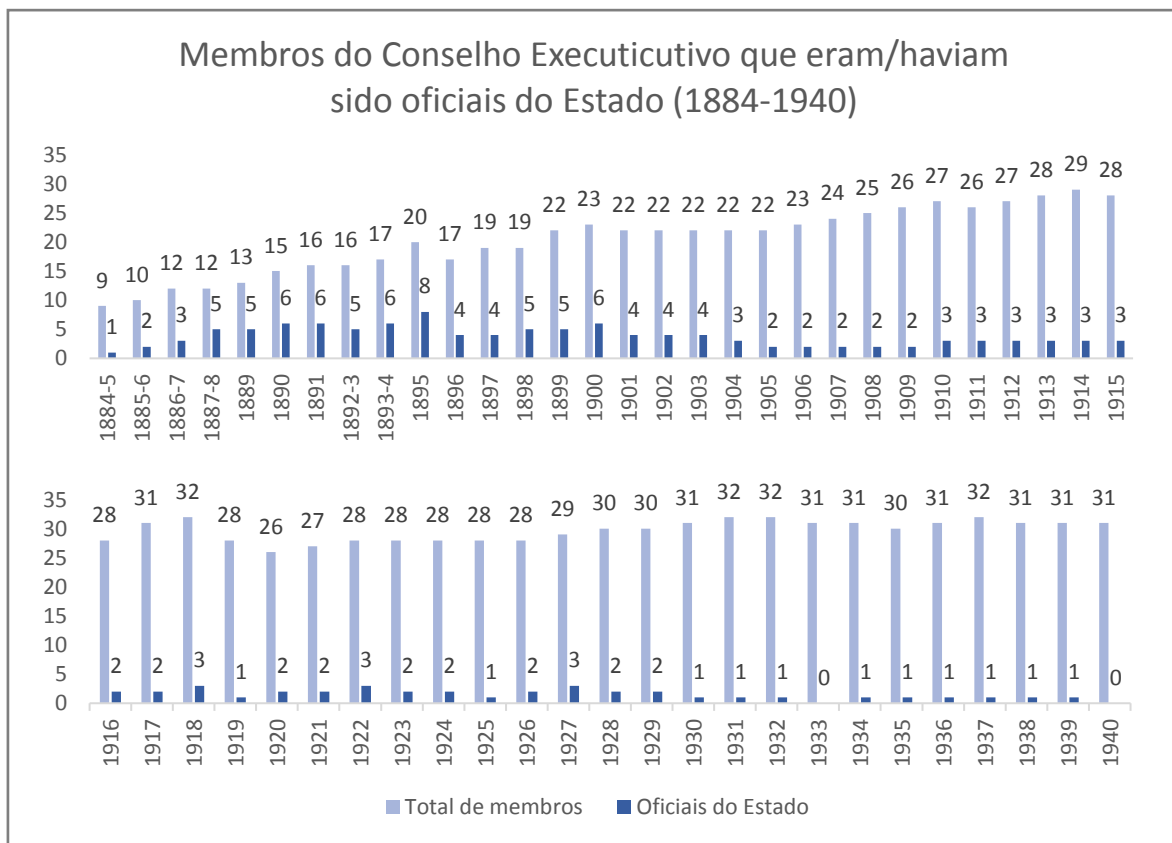
TABELA 9



Não menos significativo é que, no período englobado por este estudo, bibliotecários e/ou arquivistas estiveram constantemente compondo o Conselho, o que indica tanto a preocupação com a questão dos materiais para as pesquisas que marcou as primeiras décadas da AHA quanto a noção existente nesses anos de que a história seria um amplo empreendimento que englobaria

diversas atividades. Mesmo assim, não é possível ignorar que o número de bibliotecários/arquivistas foi sempre reduzido com relação aos outros grupos, o que já aponta para uma hierarquização das atividades dentro desse empreendimento que foi se acentuando ao longo dos anos, já que o grupo de historiadores disciplinados aumentou progressivamente no Conselho enquanto os outros diminuía. Situação ainda mais alarmante é a dos professores escolares de história, que, apesar de terem na AHA sua associação profissional, não tiveram sequer um representante nomeado para compor o Conselho nos 31 anos abrangidos por este estudo, mesmo que nesses anos a entidade estivesse pautando a promoção da disciplina no ensino básico e elaborando currículos escolares de história.

TABELA 10



Por fim, analisando unicamente os números referentes aos membros do Conselho que eram ou haviam sido oficiais do Estado na Tabela 10, nota-se que eles foram significativos nos primeiros anos, mas conforme a associação foi se tornando mais uma entidade profissional os oficiais tornaram-se cada vez mais escassos e, se extrapolar o recorte estabelecido para este estudo, descobre-se que, após 1940, nenhum indivíduo imbuído de capital político se

encontrava na estrutura de comando da AHA²⁵⁵, o que aponta para a morte lenta (e por fim consolidada) da valorização desses homens que haviam sido tão importantes para a estruturação da associação e do campo da história nos Estados Unidos.

Ao sair da análise dos dados estritamente profissionais dos conselheiros da associação para levar em consideração marcadores sociais da diferença, constata-se que no período do estudo não houve espaço nas instâncias de comando para pessoas que não fossem homens brancos. Entre 1884 e 1915, nenhuma mulher ocupou o cargo de maior prestígio da associação. A primeira a tornar-se presidente foi Nellie Nielsen²⁵⁶, em 1942, após quase dez anos pleiteando a posição. Mais significativo ainda é o fato de que, após a gestão de Nielsen, uma mulher só voltaria a ocupar o cargo em 1985, ou seja, em 100 anos de AHA, somente duas mulheres a presidiram. Em cargos menores do Conselho, somente em 1916, Lucy Salmon, professora de história na *Vassar College*, seria a primeira mulher eleita, mais de 30 anos após a fundação da associação. Salmon foi ativa na AHA desde os seus primeiros anos, tendo exercido um papel fundamental na Comissão dos Sete, grupo destinado a debater o currículo de história no ensino secundário e que elaborou um importante relatório publicado em 1898, o qual serviria de base para a estruturação da história como requerimento mínimo para o ingresso no ensino superior nos Estados Unidos.

O espaço ocupado pelas mulheres na AHA não deixa de ser um reflexo da inserção feminina no campo de modo mais amplo. Em um artigo publicado em 1942 sobre as estatísticas referentes às mulheres com doutorado em história até aquela década, os historiadores William B. Hesseltine e Louis Kaplan²⁵⁷ afirmaram que o campo da história foi um dos primeiros em que mulheres foram aceitas como pós-graduandas nos Estados Unidos. Mesmo assim, uma mulher só obteve o título de doutora em história em 1893, 11 anos após o primeiro homem ter obtido o título. Entre 1891 e 1895, quatro mulheres foram tituladas, nos dez anos que seguiram, mais 19, e entre 1906 e 1915, mais 26, de modo que, no período que compreende este estudo, havia 49 doutoras em história nos Estados Unidos, o que, durante esses 20 anos, correspondeu

²⁵⁵ Esse desaparecimento deve ser atribuído a três fatores: o primeiro, e mais óbvio, é que [ex]oficiais não mais foram nomeados como conselheiros; o segundo é que, conforme esses sujeitos foram morrendo, não foram substituídos por outros com o mesmo tipo de capital; por fim, é importante destacar que, em 1915, houve uma mudança na Constituição da AHA que acabou com os cargos vitalícios, e os ex-presidentes passaram a poder permanecer como conselheiros com poder de voto somente por dois anos após o término de seu mandato.

²⁵⁶ Nellie Nielsen (1873, Philadelphia – 1947), historiadora disciplinada, doutorou-se pela *Bryn Mawr College* em 1899 após ter passado um ano de estudos na Inglaterra, tendo desenvolvido uma tese relativa à história medieval, subcampo ao qual dedicou-se ao longo de sua vida. Além de ter sido a primeira mulher a ser presidente da AHA, foi também a primeira a publicar um texto na AHR.

²⁵⁷ HESSELTINE, William B.; KAPLAN, Louis. Women Doctors of Philosophy in History. *The Journal of Higher Education*, v.14, n.5, mai. 1943, p.254-259.

a cerca de 16% do total de doutores no campo²⁵⁸. Extrapolando o recorte deste estudo, a proporção entre doutoras em relação aos doutores aumentou a partir da década de 1920, de modo que, até 1935, as mulheres representavam 20% dos doutores em história do país.

Apesar de ser uma proporção significativa quando se leva em consideração que naquele contexto histórico as mulheres sequer podiam votar nos Estados Unidos, essa proporção não era replicada na ocupação dos postos profissionais. Um dado de 1939 trazido pelos autores no artigo mencionado mostra que, naquele ano, 74% dos doutores ocupavam posições acadêmicas enquanto 49% das doutoras estavam empregadas em universidades. Desses, 14% dos homens tinham posições administrativas (eram presidentes universitários, reitores, chefes de departamentos ou outra posição), contra 6% das mulheres²⁵⁹. Em 1939, fora do campo acadêmico (biblioteca e arquivos), 4% de doutores atuavam, contra 3% das mulheres; 35% das doutoras estavam desempregadas, sendo 10% casadas e sem outra renda; apenas 10% dos doutores estavam desempregados. De acordo com os autores, esses dados evidenciam que ensinar história em universidades ou atuar em outras posições que demandassem pós-graduação no campo eram ocupações eminentemente masculinas, e que, no período da crise de 1930, as universidades priorizaram dar empregos aos homens porque supostamente seriam “chefes de família”, enquanto as mulheres, também supostamente, poderiam contar com a renda de seus maridos. As doutoras que estiveram empregadas em universidades durante o período deste estudo atuavam, em grande parte, em instituições femininas e, em alguns casos, em instituições mistas, mas nunca em masculinas, “Tomadas como um todo, as mulheres lecionavam em escolas menores e mais pobres, ocupavam menos cargos de responsabilidade e, presumivelmente, carregavam cargas de ensino mais pesadas por salários mais baixos”²⁶⁰.

De acordo com a historiadora Jaqueline Goggin²⁶¹, as instituições femininas eram, geralmente, um universo à parte no qual as mulheres, apesar de terem colegas homens, enfrentavam menos situações de machismo e tinham maior liberdade para realizarem pesquisas sobre a história das mulheres, tipo de estudo que dificilmente seria realizado em universidades mistas e que não encontrava espaço para ser publicado em revistas especializadas e editoras universitárias. Desse modo, os homens eram os “guardiões da profissão”,

²⁵⁸ Ibidem, p.254-255.

²⁵⁹ Ibidem, p.255. Não encontrei dados sobre essa proporção referentes ao período entre 1893 e 1915.

²⁶⁰ “Taken as a whole, women taught in smaller and poorer schools, held fewer responsible positions, and, presumably, carried heavier teaching loads for leaner salaries.” Ibidem, p.256.

²⁶¹ GOGGIN, Jaqueline. Challenging Sexual Discrimination in the Historical Profession: Women Historians and the American Historical Association, 1890-1940. *The American Historical Review*, v. 97, n. 3, jun. 1992, p. 769-802.

[...] não apenas por definir a história como um empreendimento masculino, mas também por escrever uma história que lidasse principalmente com homens e instituições masculinas, ao mesmo tempo que pretendia lidar com toda a sociedade. Eles determinaram o que constituía a história em todos os seus vários subcampos e especializações²⁶².

Enquanto “guardiões”, controlavam os periódicos como editores e os programas dos encontros anuais das associações profissionais sem dar espaço às mulheres, de modo que, entre 1895 e 1940, somente 3% dos artigos publicados na AHR eram de autoria feminina, elas compreendiam entre 15 e 20% dos membros da associação nesse período. Antes de 1940, apenas três artigos sobre história das mulheres foram publicados na AHR e *Mississippi Valley Historical Review* (MVHR), e em nenhum deles a autoria era feminina. Por outro lado, durante todo esse período as mulheres realizavam estudos sobre o seu gênero que, não sendo publicados nas revistas, eram publicados em monografias, livros-texto e verbetes para dicionários biográficos e históricos,

Na década de 1930, um punhado de dissertações e livros sobre mulheres foram escritos por historiadoras. Seus primeiros esforços para escrever a história de seu sexo foram amplamente ignorados pelos historiadores e só recentemente seu trabalho recebeu mais atenção²⁶³.

As mulheres não eram encorajadas a realizar estudos sobre o seu gênero porque eram consideradas incapazes de serem objetivas nesses casos. Goggin relatou uma situação em que J. Franklin Jameson, ao receber um pedido para recomendar alguém para escrever sobre o movimento sufragista, recomendou Edward Turner porque, além dele, só tinha conhecimento de Annie Heloise Abel como alguém interessada no assunto, mas que não tinha certeza “de sua capacidade de ter uma visão totalmente ampla do assunto”²⁶⁴.

A compreensão machista de que as mulheres não seriam profissionais competentes dificultou o seu acesso aos cargos. Analisando os arquivos da AHA, dos departamentos de história e documentos pessoais de historiadoras e historiadores, Goggin afirmou que as mulheres foram pouco encorajadas e apoiadas a exercer a profissão. Em cartas escritas por homens, estes lamentavam a ausência de mulheres nas universidades de maior prestígio, mas

²⁶² “[...] not only by defining history as a male enterprise but also by writing history that dealt mainly with men and male institutions, while purporting to deal with all of society. They determined what constituted history in all its various subfields and specializations.” Ibidem, p.780.

²⁶³ “By the 1930s, a handful of dissertations and books on women had been written by female historians. Their early efforts to write the history of their sex were largely ignored by the historical profession and only recently has their work received much attention.” Ibidem, p.781.

²⁶⁴ “of her ability to take an entirely broad view of the subject.” JAMESON, J. Franklin apud Ibidem, p.782.

esse pesar não os levou a realizar qualquer movimento efetivo para mudar o cenário, de modo que preferiram indicar homens quando departamentos estiveram em busca de novos profissionais. Quando mulheres lhes pediam para que escrevessem cartas de recomendação, era comum que não mencionassem suas capacidades profissionais e sim enfatizassem informações como aparência e modos²⁶⁵.

A crença na inferioridade feminina levava os homens a nem sequer considerarem contratar mulheres quando, ocupando cargos de chefia, precisavam de mais profissionais para os seus departamentos. Outra situação relatada por Goggin foi o caso em que um professor da *University of Illinois* escreveu a August C. Krey, da *University of Minnesota*, pedindo indicação de algum homem para uma posição, e ele escreveu: “[Estou] quase tentado a dizer que a maioria dos melhores homens que fizeram o doutorado em Minnesota nos últimos cinco anos foram mulheres”²⁶⁶. Esse mesmo professor tentou uma posição para uma de suas alunas no *College of William and Mary*, mas descobriu que “[...] aparentemente eles ainda não estão suficientemente emancipados para considerar uma mulher para a posição”²⁶⁷.

Em uma autobiografia, a historiadora Margaret A. Judson (1899-1991), especialista em história político-institucional inglesa, que atuou como professora de história na *New Jersey College for Women* entre 1933 e 1966, relatou que sofrera diversas formas de discriminação ao longo de sua vida profissional. Em 1938, recebera permissão para acessar a biblioteca da *Harvard Law School* para realizar a pesquisa na qual estava trabalhando, mas somente se entrasse pela porta dos fundos, “Caso contrário, o bibliotecário chefe, obviamente não desejando ter mulheres pesquisando naquele bastião masculino, poderia ver a mulher e proibir mais pesquisas lá”²⁶⁸. Pouco mais de dez anos passados, publicou o seu primeiro livro, *The Crisis of the English Constitution*, e era interpelada sobre o seu interesse por história inglesa ter surgido através da apreciação da literatura do país, causando espanto entre os pares quando afirmava que havia sido o interesse por ciência política e pensamento político que a direcionaram ao seu tema de estudos²⁶⁹. Ao mesmo tempo que *The Crisis...* foi publicado, um livro com tema semelhante, escrito por George Mosses, também foi, e, em um artigo, um

²⁶⁵ Ibidem, p.774-775.

²⁶⁶ “[I am] almost tempted to say that most of the best men who have taken their doctorate at Minnesota during the last five years have been women” KREY, August C. apud ibidem, p.775.

²⁶⁷ “[...] apparently they are not yet sufficiently emancipated to consider a woman for their position” KREY, August C. apud Ibidem, p.775.

²⁶⁸ “Otherwise, the head librarian, obviously nor desiring to have women researching in this male bastion, might see the woman and forbid further research there.” JUDSON, Margaret A. **Breaking the barrier: a professional autobiography by a woman educator and historian before the women’s movement**. New Brunswick: The State University of New Jersey, 1984. p.110.

²⁶⁹ Ibidem, p.111.

historiador dissera que o livro escrito por Judson era melhor, mas quem foi promovido na profissão pelo trabalho ao ser convidado por uma universidade melhor foi Mosses:

Nenhum de nós conhecia o trabalho do outro, mas os dois livros foram resenhados no mesmo artigo. Em todos os casos, o crítico disse que o meu livro era o melhor dos dois. Em um ano, porém, ele aceitou o cargo de professor titular na *University of Wisconsin*, ao passo que não recebi nenhuma oferta de outro cargo em história²⁷⁰.

Ao longo de sua vida profissional, Judson nunca conseguiu deixar a universidade feminina, e as únicas propostas que recebera foram de cargos administrativos e não relacionados à história.

A vida profissional de Judson foi posterior ao recorte estabelecido por este estudo, mas, mesmo tendo atuado décadas depois, a historiadora vivenciou discriminações semelhantes às relatadas por profissionais que atuaram no início do século. O seu relato evidencia os diversos níveis de discriminação vividas pelas mulheres em suas carreiras como historiadoras: ela foi literalmente impedida de acessar espaços que eram tomados como exclusivamente masculinos, o que pode ser tomado como um impedimento de exercer a profissão, uma vez que, quando escreviam sobre temas considerados “femininos” não eram reconhecidas pelo campo como sendo história e quando realizavam estudos com abordagens tradicionais, encontravam dificuldades para acessar materiais, não somente em bibliotecas, mas também em arquivos. A discriminação também estava no espanto causado pela escolha de seu objeto de estudos, como se uma mulher não pudesse ter espontaneamente interesse por política; e, por fim, o relato sobre como um historiador que realizara um trabalho inferior ao seu fora promovido enquanto ela permaneceu na universidade feminina até o fim de sua carreira aponta para o modo como o machismo fazia com que o nível de exigência sobre as mulheres fosse maior do que sobre os homens, e que nem mesmo a excelência era garantia de que conseguiriam galgar posições em um campo dominado por homens que não estavam dispostos a abrir mão delas.

Nas raras situações em que mulheres atuavam em universidades mistas, sofriam todos os tipos de discriminação. Muitas vezes, enquanto as únicas do departamento, eram tratadas como inferiores e frequentemente deliberadamente excluídas de eventos sociais, como relatou a historiadora Louise Mackay Quynn: “Quase nunca sou incluída em reuniões de departamento de natureza profissional e, eu sei, sou muito sensível quanto a isso [...]. Normalmente finjo não

²⁷⁰ “Neither of us had known of the other’s work, but the two books were occasionally reviewed in the same article. In every case, the reviewer said that my book was the better of the two. Within the year, however, he accepted a full professorship at the University of Wisconsin, whereas no offer of another position in history came to me.” Ibidem, p.110.

ouvir comentários como o feito sobre ‘o almoço oferecido ao Sr. Krey pelo Departamento na quinta-feira’²⁷¹. A discriminação também era sentida no tipo de trabalho que realizavam; ao passo que os homens se envolviam em proporção maior com a pesquisa e nos altos cargos administrativos, às mulheres eram impostas as atividades que seriam condizentes com o que era tomado como “habilidades naturais femininas”, por exemplo, o ensino e o cuidado, sendo-lhes relegadas atividades administrativas menores, como orientar os estudantes e ser “*dorm mothers*”²⁷². Desse modo, os números relativos à proporção entre doutores e doutoras que estavam envolvidos com pesquisa eram discrepantes: em 1939, entre os que haviam sido titulados entre 1926 e 1935, 18% eram mulheres, mas somente 13% dos livros e 7% dos artigos publicados eram de autoria feminina²⁷³.

O que ocorria no macrocosmo do campo era reproduzido no microcosmo da AHA. Levando em consideração a sua composição total, em 1900, as mulheres eram cerca de 13% e em 1907, esse número chegou a 20%²⁷⁴. Além das poucas historiadoras acadêmicas, havia a participação de arquivistas e bibliotecárias, professoras do ensino básico, membros de sociedades patrióticas e esposas de membros. Mas, do mesmo modo que ocorria nos departamentos, as pesquisas de autoria feminina apareciam com menos frequência nos programas dos encontros anuais, elas raramente conseguiam publicar os seus estudos na AHR e eram também segregadas: durante os encontros, havia eventos sociais distintos em que os homens participavam de *smokers* e as mulheres de chás, havendo inclusive um comitê dedicado ao “entretenimento das damas”. Só que era nesses *smokers* que ocorriam trocas de informações sobre vagas em universidades, possibilidades de bolsas de estudos e intercâmbios de pesquisadores entre instituições, de modo que as profissionais que almejavam essas vagas ficavam revoltadas por serem impedidas de participar dessas conversas. Por outro lado, as mulheres que atuavam em instituições mistas – onde as informações corriam mais livremente – e já estavam profissionalmente posicionadas eram contrárias ao fim dos eventos sociais separados porque compreendiam-nos como importantes para que conhecessem umas às outras e para poderem se organizar para lutarem pelas causas comuns²⁷⁵.

²⁷¹ “I am almost never included in department gathering of a professional nature, and am, I know, too sensitive on the subject [...]. I usually pretend not to hear remarks such as that made about ‘the luncheon given for Mr. Krey by the Department on Thursday.’” QUINN, Louise Mackay apud Ibidem, p.778.

²⁷² DES JARDINS. **Women & the Historical Enterprise in America...** Op. cit. p.44. As *dorm mothers* cuidavam da organização e limpeza das áreas comuns dos dormitórios e amparavam os jovens estudantes que estivessem emocionalmente fragilizados.

²⁷³ HESSELTINE; KAPLAN. **Women Doctors of Philosophy in History...** Op. cit. p.257.

²⁷⁴ TOWNSEND. **The Social Shape of the AHA...** Op. cit.

²⁷⁵ GOGGIN. **Challenging Sexual Discrimination...** Op. cit., p.788.

A historiadora Lucy Salmon, que veio a ser a primeira conselheira da AHA, respondeu a uma circular enviada pelo Comitê de Nomeações, em que pediam sugestões de nomes para conselheiros e sugestões gerais para a associação, enviada em 1905 defendendo o fim da prática de eventos sociais distintos:

“Outras sugestões:” Abolir o “Comitê de Entretenimento Social das Damas”. As mulheres que participam ativamente da *Association* nunca o desejaram e ficariam felizes em vê-lo extinto. Não temos interesse em chás da tarde onde conhecemos mulheres da sociedade e depreciamos entretenimentos que separam os membros em duas classes, homens e mulheres²⁷⁶.

Chama atenção o fato de que Salmon não falava por si, mas em nome das mulheres ativas na associação. Além disso, enfatizava a percepção de que a separação os hierarquizava em classes: às mulheres eram impostos eventos sociais fúteis enquanto os homens participavam de eventos eminentemente profissionais. Importante notar é que, além do mencionado prejuízo profissional, esse sistema impedia que mulheres participassem da política da associação, uma vez que conversas sobre as atividades que seriam desenvolvidas e nomes que seriam indicados aos cargos ocorriam nesses eventos. Ademais, as reuniões anuais do Conselho Executivo ocorriam em clubes de cavalheiros, o que era um empecilho para que fossem nomeadas como conselheiras ou chefiassem comitês de trabalho porque não poderiam participar das reuniões em que tudo era deliberado. Durante 1915, houve um movimento de reforma na associação que tinha como uma de suas demandas o fim das reuniões nesses clubes. O reformista que exigiu essa mudança não o fez pensando nas mulheres, e sim no alto custo que esses eventos geravam à associação, porém, uma consequência dessa mudança foi a possibilidade de que mulheres fossem nomeadas conselheiras.

Em meio ao movimento de reforma, o sistema de nomeações de conselheiros e membros de comitês foi questionado pois, no modo como acontecia, eram os próprios conselheiros que indicavam os seus sucessores, e na brecha aberta pelo movimento para que reformas fossem feitas, diversos membros da associação, entre eles homens progressistas – que, de acordo com um levantamento feito por Goggin, eram, via de regra, casados com mulheres ativas no movimento feminista – escreveram ao grupo responsável por repensar o sistema de nomeações

²⁷⁶ “*Other suggestions:’ Abolish the “Committee in Social Entertainment of the Ladies”.* The women who have taken any active part in the Association have never wished for it and would be glad to see it done away with. We do not care for afternoon teas where we meet society women, and depreciate entertainments that separate the members into two classes, men and women.” SALMON, Lucy. Carta ao Comitê de Nomeações. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 8 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 1905.

e aos secretários da associação defendendo ser imperativo que mulheres começassem a ser nomeadas aos cargos do Conselho.

Naquele ano, foi posto em prática um novo sistema (que na verdade era o que há anos estava previsto na Constituição da AHA e que não era respeitado): os membros indicariam nomes para os cargos e cédulas contendo todas as indicações seriam distribuídas durante o encontro para que os membros votassem. A partir da instituição desse sistema que Lucy Salmon, a qual há 30 anos vinha sendo ativa na associação, foi eleita como conselheira. Esse evento inédito abriu um importante precedente que, a partir dali, nunca foi quebrado: quando Salmon deixou o Conselho em 1920, outra mulher foi eleita, e a prática de garantir que o Conselho não ficasse sem mulheres foi mantida.

Mesmo com a presença significativa de mulheres durante os encontros anuais e, a partir da reforma, também no Conselho e em comitês estratégicos – como o de nomeações de novas oficiais e de organização do programa dos encontros, que definia quem apresentaria nos eventos –, um sessão do encontro destinada unicamente à história das mulheres só ocorreria na década de 1940, mesmo momento em que Nellie Nielsen foi feita primeira presidente da associação, não sem que muito *lobby* fosse feito pelas mulheres, que precisaram contar com o apoio de conselheiros progressistas para que uma representante de seu gênero fosse eleita. Assim, como apontou Joan Scott em seu texto sobre a AHA²⁷⁷, o simples “cruzar a porta” das mulheres tornando-se membros da associação e depois fazendo parte do Conselho Executivo não foi forte o suficiente para desestruturar as bases sexistas sobre as quais a associação estava assentada e, não tendo havido mulheres nas instâncias políticas antes de 1916, o período que compreende o estudo é um período em que o grupo que governava a associação era formado unicamente por homens; isso não passou sem deixar impactos sobre o modo como a profissão e a disciplina foram estruturados.

Levando em consideração os outros sujeitos que fizeram parte do campo que não fossem homens brancos, os números são ainda mais assustadores quando se considera a diversidade étnica. Em um estudo estatístico também realizado por Hesseltine e Kaplan²⁷⁸ sobre negros doutores em história entre 1895 e 1935, semelhante ao que haviam realizado sobre as mulheres, os autores informaram que a primeira pessoa negra a se tornar doutor em história nos Estados Unidos foi William E. B. Du Bois (1868-1963), que obteve o título em 1895 em Harvard. Diferente do que ocorrera com as mulheres, somente após 17 anos outro historiador negro

²⁷⁷ SCOTT. *American Women Historians, 1884-1984...* Op. cit.

²⁷⁸ HESSELTINE; KAPLAN. *Negro Doctors of Philosophy in History*. **Negro History Bulletin**, v. 6, n. 3, dez. 1942, p. 59 e 67.

obteve o título e levou mais 12 anos para que um terceiro realizasse a mesma conquista, sendo que os três obtiveram seus títulos na mesma instituição. Desse modo, no recorte deste estudo, havia somente dois doutores em história que eram negros. Foi somente na década de 1930 que esse número começou a crescer, tendo seis homens se tornado doutores até 1936, de modo que, no intervalo de 40 anos desde que Du Bois foi titulado, somente nove homens negros tornaram-se doutores em história. Vale destacar que, em 1935, havia 2.055 doutores em história, representando somente 0,4% do total²⁷⁹.

Mas o caso dos doutores negros é diferente do caso dos doutores brancos e das mulheres: se, como visto, em 1939, somente 79% dos homens brancos e 49% das mulheres ocupavam posições em universidades, no caso dos homens negros, no mesmo ano, todos ocupavam posições acadêmicas em universidades negras de prestígio, o que também era uma importante diferença com relação aos doutores brancos que, quando recém-titulados, via de regra, conseguiam empregos em universidades pequenas e periféricas e, mais comumente, no caso das mulheres, em instituições de ensino básico, sendo a conquista de um cargo em uma universidade de prestígio um caminho mais longo. De acordo com Hesseltine e Kaplan, essa peculiaridade se deve à lei de mercado de oferta e procura: havia universidades negras que precisavam de professores de história ao mesmo tempo que havia pouquíssimos historiadores negros, o que não ocorria com as mulheres, que, mesmo havendo universidades femininas e mistas, elas não eram tão poucas a ponto de serem disputadas pelas instituições.

Contudo, se, no caso das mulheres, eram consideradas objetos históricos desimportantes ao estudo (de modo que, em 1940, somente três artigos relativos ao subcampo haviam sido publicados na AHR e MVHA, todos escritos por homens), os negros eram mais comumente objeto de estudos, frequentemente em estudos relativos à história da escravização, Guerra Civil Americana e Reconstrução. Mas, se a associação era um local extremamente hostil às mulheres, era ainda mais aos negros.

Ao longo do período estudado, nenhuma pessoa negra ocupou qualquer cargo no Conselho e foram pouquíssimas as que se tornaram membros da associação. Até onde se sabe, o primeiro afro-americano a apresentar um texto em um encontro foi Du Bois, em 1891. No entanto, o historiador, mesmo tendo possuído uma trajetória acadêmica típica da nova disciplina (fez doutorado em Harvard, estudou por um ano em Berlim, escreveu uma tese em história sob

²⁷⁹ Ibidem, p.59.

orientação de Albert Bushnell Hart²⁸⁰ e foi professor universitário de história), não permaneceu mais do que um ano na associação. Segundo Townsend, ao longo dos primeiros anos, alguns historiadores negros notáveis associaram-se à AHA, mas nunca ficaram mais de cinco anos porque os tipos de pesquisa que eram apresentadas e debatidas nos encontros não condizia com a maneira que eles abordavam em seus estudos a exploração e dominação dos afro-americanos. Assim, acabavam migrando para outras associações, como a *Association for Negro Life and History*, onde não precisavam presenciar as não incomuns apresentações racistas²⁸¹, como o discurso inaugural de 1891 de William Wirt Henry, em que defendeu a escravidão como um mal necessário à formação do estado da Virgínia²⁸². Uma participação mais significativa de pessoas negras na associação só começaria a ocorrer na década de 1960, sendo que, até 1959, nenhum negro foi eleito como membro do Conselho Executivo e, somente em 1979, John Hope Franklin se tornou o primeiro presidente negro da associação²⁸³.

²⁸⁰ Albert Bushnell Hart (1854 Clarksville, Pennsylvania – 1927), presidente da associação em 1909, formou-se em Harvard e obteve seu título de doutor em Freiburg sob orientação de Hermann Eduard von Holst. Em 1883, começou sua carreira como professor em Harvard, dando aulas nos cursos de história da América e história europeia, onde permaneceu até 1926, ano de sua aposentadoria. Além de ter escrito vários trabalhos sobre a história de seu país, entre eles *Formation of the Union* (1892), *Salmon Portland Chase* (1899), *Essentials of American History* (1905) e *Slavery and Abolition* (1906), Hart organizou importantes coleções, entre elas *The American Nation*, uma série de 28 volumes publicada entre 1903 e 1918. Por 14 anos, foi editor da AHR.

²⁸¹ Ibidem. p.8. O mesmo ocorria com as mulheres, que pela discriminação encontrada dentro da associação e ausência de espaço para debaterem história das mulheres ou questões pungentes relativas ao seu gênero (como o voto feminino e machismo nas universidades e no próprio campo), fizeram-se mais presentes em associações femininas, como a *American Association of University a Women* e *General Federation of Women's Club*.

²⁸² Voltar à página 79.

²⁸³ LINK, Arthur B. The American Historical Association, 1884-1984: Retrospect and Prospect. **The American Historical Review**, v. 90, n. 1, fev., 1985, p. 1-17. p.4-5.

4 A AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION COMO SOCIEDADE ERUDITA, 1884-1895

Nos dez primeiros anos da AHA, as suas preocupações foram autocentradas. Criada com o objetivo de desenvolver as atividades profissionais em história, mas encontrando dificuldades para se afastar do modelo familiar de sociedades voltadas ao entretenimento da elite cultural da Nova Inglaterra, a associação se pareceu mais com as tradicionais sociedades eruditas e precisou descobrir com o tempo o que era ser uma associação profissional. Nesse período, o historiador Herbert Baxter Adams foi a sua figura de maior poder, definindo em grande medida como seria a sua atuação a fim de contribuir para a estruturação do campo enquanto profissão. Mesmo sendo um historiador disciplinado, Adams valorizou a nomeação de sujeitos com capitais valiosos fora do campo da história, os com capital político para que fossem representantes da AHA na busca por apoio ao campo junto ao Congresso e os com prestígio público para tornar a associação atrativa aos novos membros.

Neste capítulo, serão abordadas as estratégias para conectar a associação e o Estado a partir de uma concepção, nascida da experiência que os primeiros historiadores disciplinados tiveram nas universidades europeias, de que o poder público deveria garantir as condições materiais para a realização dos estudos disciplinados. Essa proximidade foi buscada através da realização dos encontros em Washington D.C., da nomeação de oficiais para os cargos do Conselho e de convites para que apresentassem textos nos encontros anuais. Como resultado dessas iniciativas, a AHA foi incorporada ao Congresso em 1889 através de uma Lei de Incorporação, o que garantiu recursos financeiros para a impressão dos relatórios e o estabelecimento de uma conexão entre a associação e a *Smithsonian Institution* (SI), que por muitos anos foi uma aliança frutífera para a primeira porque parte considerável de seu trabalho administrativo passou a ser realizado por um funcionário da SI e porque representou um vínculo direto entre a AHA e o governo federal.

4.1 Tubarões e local dos encontros

Do princípio da República até o momento do desenvolvimento das universidades modernas e das agências de pesquisas governamentais, as sociedades eruditas foram as grandes promotoras do conhecimento nos Estados Unidos, uma vez que financiaram e organizaram pesquisas, oportunizaram trocas e meios de difusão de conhecimento através de encontros e

publicações e incentivaram os interesses profissionais de seus membros²⁸⁴. De acordo com Alexandra Oleson, a instituição dessas sociedades está fortemente relacionada a um desejo nacionalista desenvolvido ao longo do processo de estabelecimento da República Americana de fazer com que o novo país se tornasse parte da respeitada comunidade científica internacional. Desse modo, uma crença foi popularizada de que as sociedades eruditas seriam um instrumento de relevância social cujo principal objetivo seria o avanço do conhecimento em benefício da Nação, das artes e seres humanos. Além disso, o hábito dos americanos de se organizarem em clubes também contribuiu para o florescimento dessas sociedades ao longo do século XIX²⁸⁵.

As primeiras grandes sociedades promotoras do conhecimento nos Estados Unidos foram fundadas ainda no século XVIII, a *American Philosophical Society* (APS) e a *American Academy of Arts and Sciences* (AAAS), e eram bastante generalistas, reunindo letrados que se identificavam com diversas áreas do conhecimento. Em um primeiro momento, elas tiveram grande preocupação com o desenvolvimento de estudos práticos em decorrência da vigência do utilitarismo baconiano como tradição que dominava o meio intelectual da época, sendo comum a publicação de textos voltados ao desenvolvimento da medicina, comércio, agricultura e navegação nos periódicos dessas associações²⁸⁶. Por volta de 1815, essa ênfase começou a dar lugar ao crescente interesse no avanço do conhecimento independentemente de suas aplicabilidades, isso porque começaram a florescer as organizações mais especializadas, como as sociedades de história natural, institutos mecânicos, sociedades médicas e agrícolas que se formavam em decorrência do até então lento processo de especialização do conhecimento. Tal fato possibilitou às grandes sociedades generalistas que se dedicassem às “investigações científicas desinteressadas”, como observação dos astros e estudos clássicos, nascendo aí a distinção adotada por Oleson entre os diferentes tipos de sociedades eruditas do período anterior à Guerra Civil: sociedades voltadas ao avanço do conhecimento, sociedades voltadas ao desenvolvimento de uma profissão e sociedades voltadas ao progresso das artes, estando as sociedades históricas inseridas no primeiro grupo²⁸⁷.

²⁸⁴ VOSS, John. The Learned Society in American Intellectual Life. In: OLESON, Alexandra & BROWN, Sanborn C. (org.). **The Pursuit of Knowledge in the Early Republic**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1976. pp. vii.

²⁸⁵ OLESON, Alexandra. To Build a New Intellectual Order. In: OLESON, Alexandra & BROWN, Sanborn C. (org.). **The Pursuit of Knowledge in the Early Republic**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1976. p. xv - xxv.

²⁸⁶ GREENE, John C. Science, Learn and Utility: Patterns of Organization in the Early American Republic. In: OLESON, Alexandra & BROWN, Sanborn C. (org.). **The Pursuit of Knowledge in the Early Republic**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1976. p. 1 - 21.

²⁸⁷ OLESON. To Build a New Intellectual Order... *Op. cit.* pp. xv - xvi.

De acordo com James M. Banner Jr.²⁸⁸, as sociedades históricas foram as verdadeiras responsáveis pela preservação da memória nacional e promoção dos estudos históricos antes da sua constituição em campo disciplinar, e não as universidades clássicas, uma vez que nestas a história era mobilizada como exemplo no ensino da filosofia moral e arte literária instrumental no ensino de retórica e oratória. As sociedades, que não tinham como finalidade promover os estudos históricos enquanto profissão, cumpriram o papel de preservar a consciência histórica das elites locais através da salvaguarda de seus registros documentais e artefatos. Através de seus museus e acervos, ajudaram a criar nas comunidades uma consciência histórica e a forjar uma identidade comunitária, mesmo que a ênfase fosse dada às ações dos grandes homens e mulheres. Além disso, elas ajudaram a fortalecer na consciência histórica americana sentimentos nacionalistas e, ao mesmo tempo, regionalistas, por um lado enfatizando as origens da Nação e, por outro, a excepcionalidade de cada região²⁸⁹.

Com exceção das sociedades voltadas ao desenvolvimento de uma profissão, frequentadas especialmente por sujeitos identificados com a atividade, as sociedades eruditas eram compostas por letrados identificados com diversas atividades e que tinham interesse em se associar a pessoas com o mesmo nível cultural. A APS, por exemplo, “como uma organização científica geral [...] abraçou líderes políticos e cívicos, acadêmicos, médicos, advogados, clérigos, artesãos, comerciantes e ‘*gentleman scientists*.’”²⁹⁰. Desse modo, não é possível classificar essas sociedades eruditas através da identificação profissional de seus membros, até porque um indivíduo poderia se envolver em diversas atividades e disciplinas que hoje existem como distintas ao longo de sua vida, especialmente nos anos anteriores a 1865. Mesmo assim, é possível afirmar que as sociedades científicas, antes da profissionalização acadêmica, reuniam tanto os cientistas de fato quanto entusiastas e ricos letrados que buscavam a autopromoção através do pertencimento a essas entidades e do financiamento às ciências.

É fundamental enfatizar que essas grandes sociedades generalistas, como a APS e a AAAS, estavam situadas nos importantes centros econômicos e culturais (Filadélfia e Boston respectivamente) e, apesar de se pretenderem nacionais em seus nomes, tinham abrangência local, reunindo poucos intelectuais americanos de fora da região em que estavam situadas e em menor medida de outros países, principalmente pelo isolamento entre as regiões dos Estados Unidos e do estágio ainda pouco avançado dos meios de transportes anteriormente à Guerra

²⁸⁸ BANNER JR. **Being a Historian**... *Op. cit.*

²⁸⁹ *Ibidem*, p.35-37.

²⁹⁰ “*as a general scientific organization [...] embraced political and civic leaders, academicians, physicians, lawyers, clergymen, artisans, merchants, and ‘gentlemen scientists.’*” OLESON. *To Build a New Intellectual Order*... *Op. cit.* p.xx.

Civil. Esse foi um dos motivos, além das limitações econômicas, para que não alcançassem a mesma importância para o desenvolvimento das ciências nos Estados Unidos quanto as suas análogas na França e Inglaterra, países menores, cada um com um único grande centro comercial e cultural e que contavam com suporte econômico público²⁹¹.

O declínio das sociedades eruditas abrangentes após a guerra está fortemente associado ao desenvolvimento de instituições mais efetivas para o avanço do conhecimento especializado, como as universidades voltadas à pesquisa e o estabelecimento de *bureaux* governamentais – um mecanismo de apoio público ao desenvolvimento de estudos de interesse nacional, entre eles o *Coast and Geodetic Survey*, o *National Bureau of Standards*, o *Department of Agriculture*, e a *Smithsonian Institution*. Além disso, o processo de especialização, assim como o crescimento exponencial da comunidade científica a partir da segunda metade do século XIX, somado ao desenvolvimento técnico da comunicação e transporte, deram origem a um novo tipo de sociedades voltadas ao avanço do conhecimento baseadas nas definições dos novos campos e organizadas em nível nacional²⁹², sendo a própria AHA um exemplo desse novo tipo de instituição.

No caso da história, além da associação fundada em 1884, as antigas sociedades históricas espalhadas pelo território americano permaneceram fortes e contribuíram grandemente para o desenvolvimento do campo disciplinado através dos registros que tinham em sua posse e de seus acervos bibliográficos que eram com frequência mobilizados por estudantes das universidades locais. Há, inclusive, casos, como o da *Historical Society of Wisconsin* (HSW), em que parcerias formais entre a sociedade e a universidade foram estabelecidas²⁹³. Como ficará evidente no quarto e quinto capítulo, foi a percepção de sua importância para o estudo da história que levou a AHA a criar mecanismos para discipliná-las a fim de que servissem melhor aos estudos especializados, tendo como ênfase o regramento da gestão dos registros e manuscritos. Mesmo com esse esforço por parte da AHA, essas sociedades não se tornaram associações profissionais locais pois, de modo geral, permaneceram tendo como principal função servir às suas comunidades, atuando na preservação da memória local e nacional através de seus registros que possibilitavam a elaboração de genealogias, de

²⁹¹ GREENE. *Science, Learn and Utility...* Op. cit.; DUPREE, Hunter. *The National Pattern of American Learned Societies, 1769-1863* In: OLESON, Alexandra & BROWN, Sanborn C. (org.). **The Pursuit of Knowledge in the Early Republic**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1976. p. 20-31.

²⁹² VOSS. *The Learned Society in American Intellectual Life...* Op. cit., p.viii.

²⁹³ LORD, Clifford L.; UBBELOHDE, Carl. **Clio's Servant: The State Historical Society of Wisconsin, 1846-1954**. Madison: The State Historical Society of Wisconsin, 1967; WHITEHILL, Walter Muir. **Independent Historical Societies**. Boston: The Boston Athenaeum, 1962.

suas publicações tematizando eventos históricos locais, mantendo museus e galerias de retratos de notáveis.

Ao mencionar que em seus primeiros anos a AHA tinha mais a ver com uma sociedade erudita do que com uma associação profissional, tem-se a intenção de dizer que, mesmo tendo ela sido fundada no contexto de reorganização e profissionalização dos campos científicos, as suas dinâmicas de funcionamento se assemelhavam mais às de suas predecessoras, até porque é difícil criar um modelo inédito para qualquer coisa sem usar como referência o que já é conhecido. As preocupações que a guiaram entre 1884 e 1895 não eram tanto relacionadas às condições que possibilitassem as pesquisas especializadas, mas antes em ser um local de socialização em que indivíduos identificados com atividades diversas se encontrariam para apresentarem textos sem ter, necessariamente, como finalidade o avanço do campo científico. Como visto no capítulo anterior, naqueles dias, a AHA reunia sem distinção profissionais que atuavam nas diversas atividades do empreendimento histórico, historiadores diletantes, letrados interessados no avanço do campo e financiadores, de modo semelhante ao que ocorria nas sociedades eruditas generalistas.

Apesar desse fundamento eminentemente social, desde muito cedo se vê em seus relatórios anuais alguns debates sobre questões relacionadas à aquisição e preservação de documentos históricos, materiais indispensáveis para as pesquisas. Contudo, ações práticas com relação a isso levariam alguns anos para serem iniciadas, de modo que, até meados da década de 1890, os debates no interior da AHA estavam centrados em questões relativas à sua própria estrutura, como os meios para atrair membros politicamente influentes, como aumentar o número de associados, qual seria o local mais adequado para os encontros anuais e como se associar ao Estado. Desse modo, é possível afirmar que, tanto quanto o campo de conhecimento a que se dedicava, a própria AHA passou por um processo de profissionalização.

A preocupação com questões relacionadas exclusivamente à sua estruturação aparece quando se observa as atividades executivas nos seus primeiros anos, realizadas através de comitês específicos composto por conselheiros e por membros nomeados para executar as tarefas. Esses comitês poderiam ser fixos, como o de nomeações ou o de definição dos locais dos encontros, ou poderiam ser temporários, criados para resolver alguma questão pontual. Além disso, os comitês possuíam duas naturezas distintas: poderiam ser preocupados com questão de ordem prática da própria associação ou de trabalho, voltados para alguma questão relacionada ao avanço das atividades profissionais em história. Os segundos começaram a aparecer somente após 1895; até então quase todos os comitês tinham como função resolver questão da sua própria organização.

O primeiro comitê foi instituído ainda em 1884 e tinha como objetivo definir a data e o local do encontro seguinte, tendo permanecido vivo ao longo de todo o período da pesquisa. Já em 1886, nota-se o surgimento de mais quatro: o de nomeação dos membros do Conselho, de auditoria do relatório do tesoureiro, de resoluções necessárias (esse grupo, geralmente, redigia os agradecimentos às pessoas e instituições que eram apresentados ao final dos encontros) e o de finanças. Como se pode notar, são todos de ordem prática.

Em 1887, um importante comitê seria criado, relativo à elaboração do programa do encontro seguinte. Ele era importante porque, além de definir a organização das mesas e ordem das apresentações, também ficava responsável por definir quem iria apresentar textos, e isso geralmente não ocorria a partir de uma seleção de propostas recebidas, era o próprio comitê que entrava em contato com pessoas e convidava-as a apresentarem. Segundo uma resolução do Comitê Executivo elaborada ainda no primeiro ano, os apresentadores deveriam enviar pelo menos o resumo ao secretário que, juntamente a um comitê, o avaliaria. Mas até a sua criação, quem elaborava os programas era o próprio H. B. Adams e, mesmo após 1887, não eram incomuns as cartas que evidenciavam que o secretário continuou à frente dessa decisão e que para ele era fundamental que o programa fosse composto por figuras importantes, tanto para manter essas pessoas conectadas à AHA quanto para ser atraente ao público ouvinte. Em maio de 1887, por exemplo, Adams escreveu a famosa carta a Bowen pedindo para que ele conseguisse qualquer “tubarão” para o encontro, mesmo que já estivessem com o programa quase cheio: “Estamos ficando cheios, mas podemos abrir espaço para qualquer homem de primeira classe”²⁹⁴.

Uma série de cartas escritas por Adams no ano de 1889 indica que para ele era fundamental que naquele ano não faltassem tubarões no encontro, chegando a elogiar Bowen pelos convites feitos pelo tesoureiro: “Você acertou em cheio ao pedir a Ford que preparasse um artigo sobre nossos Arquivos Americanos e todas as suas sugestões sobre homens dignos de convites especiais são extremamente boas”²⁹⁵. A troca de cartas referente à montagem do programa deixa mais do que evidente o esforço de Adams para que houvesse representação de homens distintos de Nova York. Para tanto, eles nomearam o então comissário de polícia da

²⁹⁴ “*We are getting full but can make room for any first class man*” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 212 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 17 maio 1887a; ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 212 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 17 maio 1887b.

²⁹⁵ “*You have struck the right nail on the head in asking Ford to prepare a paper on our American Archives and all of your suggestions regarding men worthy of special invitations are extremely good*” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 4 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 31 out. 1899.

cidade de Nova York, Theodoro Roosevelt, como membro da AHA e o convidam para apresentar no evento, mas obtiveram uma resposta negativa²⁹⁶, precisando, assim, partir para a busca de outra figura relevante da cidade:

Homens estão vindo de estados tão distantes quanto o Nebraska para participar de nosso próximo encontro. Você não consegue encontrar um ou dois representantes ilustres de nossa associação da cidade de N.Y. para falar no encontro? O Sr. John Jay não vai ler outro artigo? Devemos torná-lo presidente da *Association* em um futuro próximo. Tal personagem ornamental logo será chamado para casa pelos seus pais²⁹⁷.

O encontro de 1889 foi o primeiro após a incorporação da associação ao Congresso, que, como será visto na seção seguinte, foi uma conquista que ajudou a criar um senso de maior valor para a entidade, em grande parte por ter sido uma das pouquíssimas associações profissionais a obter tal vínculo ao governo. Essa pode ter sido uma das razões para que, naquele ano, de modo mais exacerbado do que nos anos anteriores, tenha havido a preocupação de criar um programa repleto de personagens da alta sociedade americana. Por haver esse esforço para que ela fosse de fato nacional, foi muito comum a busca por representantes das diversas regiões do país, principalmente dos centros culturais do Leste, por isso a preocupação para que houvesse “representantes distintos da cidade de Nova York”. Em 1894, por exemplo, Adams comentou o sucesso do encontro ocorrido em Washington D.C. naquele ano, mas lamentou a ausência de representantes distintos da cidade: “Falhamos em atrair o público de Washington, principalmente, creio eu, por causa da neve derretida e do tempo nublado, mas em parte, é claro, pela falta de contribuidores ilustres. No ano que vem, devemos conseguir algumas estrelas”²⁹⁸.

Na busca por manter próximos os tubarões, o local onde ocorreriam os encontros foi uma questão central ao longo dos dez primeiros anos da AHA. A análise dos relatórios anuais entre 1884 e 1895 mostra que esse foi objeto de disputa entre os dois grupos que compunham a associação porque implicava diretamente a quantidade de pessoas que compareceriam ao

²⁹⁶ BOWEN, Clarence W. Carta a Herbert Baxter Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 4 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 02 nov. 1899.

²⁹⁷ “*Men are coming from as distant States as Nebraska to attend our next meeting. Can you not find one or two distinguished representatives of our Association from N.Y. City to speak at the meeting? Will not Mr. John Jay read another paper? We ought to make him president of the Association in the near future. Such an ornamental personage will soon be called home to his fathers.*” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 4 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 13 nov. 1899.

²⁹⁸ “*We failed to attract the Washington public, chiefly, I think, on account of the slush and cloudy weather, but partly of course from lack of distinguished contributors. Next year we must get a few stars.*” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 213 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 31 dez. 1894.

congresso, mas principalmente porque definiria o caráter que a associação pretendia ter. Para alguns, os congressos deveriam ser itinerantes para contemplar o maior número de centros universitários possíveis e facilitar a adesão de membros vivendo em outras regiões do país, sendo esse um anseio eminentemente do grupo de historiadores disciplinados. Por outro lado, o grupo composto majoritariamente por diletantes e alguns disciplinados que compreendiam as alianças políticas como indispensáveis para o fortalecimento da associação (como H. B. Adams e Clarence W. Bowen), os encontros deveriam ocorrer em Washington D.C., compreendida naquele momento como sendo o centro intelectual do país e habitada pelos mais importantes membros da alta sociedade americana, além de ser o local que centralizaria sujeitos politicamente influentes. Desse modo, a primeira posição privilegiaria o caráter acadêmico porque priorizava a adesão de historiadores disciplinados, enquanto a segunda, um caráter de sociedade erudita que buscava atrair um grupo diverso de interessados em história, preferencialmente imbuído de capital político e simbólico. Numa concepção ainda predominante herdada por aqueles que estavam mais familiarizados com o antigo modelo de entidade voltada para o desenvolvimento do conhecimento, era natural que a associação elegeesse como casa a cidade compreendida como novo centro cultural do país porque as mais importantes sociedades eruditas estavam localizadas nos centros culturais, que, nos primeiros anos da República, foram Filadélfia e Boston.

Os primeiros dois encontros ocorreram em Saratoga Springs, tendo o primeiro contato com a presença de cerca de 40 pessoas e o segundo, 50; o terceiro encontro, por influência de Adams, ocorreu no Distrito de Columbia, de acordo com o próprio secretário, para garantir a presença de George Bancroft, então presidente da associação. Ao longo dos anos, Adams defendeu a cidade como local oficial para os encontros principalmente através do argumento de que o local possibilitaria maior adesão de membros, mas outros argumentos para manterem um local fixo apareceram com o passar dos anos.

No relatório escrito sobre esse primeiro encontro na cidade (1886), Adams não informou quantos membros o compuseram, mas comemorou o seu sucesso e o fato de já serem mais de 400 o número de associados. Além disso, relatou que o evento havia promovido o encontro de historiadores do Norte e do Sul dedicados à história militar, os quais debateram amigavelmente nas sessões de apresentações, além de ter contado com a participantes de todas as regiões do país e do Canadá, o que representaria o sucesso do objetivo da associação em superar as barreiras regionais²⁹⁹. O encontro seguinte ocorreu em Boston e Cambridge, e mesmo tendo

²⁹⁹ ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Papers of the American Historical Association**. New York: G. P. Putnam's Sons, 1888. p.6.

sido feito em parceria com a *American Economic Association* (AEA), teve uma adesão fraca, não mais do que 50 pessoas. A partir desse momento, houve um esforço progressivo para que os encontros fossem somente na capital federal, visto que, dos quatro ocorridos até então, o que havia sido em Washington fora o mais bem-sucedido. E foi o que ocorreu, com exceção do encontro em Chicago de 1893, foram todos na capital, sempre com aumento de adesão de um ano para outro, o que não pode ser atribuído somente ao local, mas ao próprio aumento de sujeitos identificados com a história.

Ademais, havia um costume de que encontros de sociedades “irmãs” ocorressem nas mesmas datas e locais para que quem fosse a um dos eventos pudesse participar de todos, inclusive com algumas sessões conjuntas³⁰⁰, o que fazia muito sentido em um contexto em que as fronteiras disciplinares estavam se estabelecendo e estudiosos se identificavam com diversos campos. Como mencionado anteriormente, centenas de associações foram fundadas naquele contexto e realizam encontros em diversas localidades, mas muitas realizaram em Washington. A ocorrência de eventos concomitantes possibilitava maior aderência, já que alguém que estivesse no encontro da AEA poderia se interessar pelo programa da AHA e comparecer a alguma de suas mesas. O fato de muitos encontros ocorrerem na capital foi tomado por Adams como evidência de que a cidade estava se transformando no centro científico e social do país:

Washington está rapidamente se tornando um centro científico assim como social e político. O fato de cinco sociedades distintas se reunirem ali em uma semana mostra que a capital do país já é reconhecida como um ponto de encontro adequado e conveniente para as associações nacionais de ciência³⁰¹.

Essa celebração da cidade como centro científico voltaria a parecer em outros anos nos relatórios.

Ao longo dos anos, alguns membros defenderam a rotatividade dos encontros para que outros centros universitários pudessem ser conhecidos, no entanto, por muitos anos, Adams garantiu que continuassem sendo em Washington. Quando a AHA foi incorporada ao Congresso, a capital do país tornou-se a principal casa da associação, e apesar de o documento não exigir que os encontros ocorressem na cidade, o secretário utilizou esse fato para endossar a sua posição:

³⁰⁰ ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Papers of the American Historical Association**. New York: G. P. Putnam's Sons, 1889.

³⁰¹ “*Washington is rapidly becoming a scientific as well as a social and political centre. The fact of five distinct societies meeting there in one week shows that the nation's capital is already recognized as a proper and convenient rallying-point for national associations of science.*” ADAMS, Herbert Baxter (org.) **American Historical Association for the Year 1890**. Washington: Government Printing Office, 1891. p.22.

Cada associação que vem uma vez a Washington certamente voltará. Algumas delas, como a *American Historical Association*, vieram para ficar. Autorizada pelo Congresso, esta sociedade agora é obrigada por lei a ter seu escritório principal no Distrito de Columbia. [...]. Embora a *Association* possa ocasionalmente fazer uma excursão a alguma cidade do Norte, do Sul ou do Oeste, Washington é agora seu lar permanente³⁰².

A tradição que fora iniciada em 1886 de realizar os encontros anuais em Washington D.C. foi quebrada em 1893, quando os membros do Conselho responsáveis pela sua organização consideraram que seria pertinente que ele ocorresse em Chicago durante a *World's Columbian Exposition*, feira comemorativa dos 400 anos da chegada de Cristóvão Colombo à América. Mesmo com a decisão do comitê responsável pela questão, Adams reafirmou o compromisso de realizarem a maior parte dos encontros na capital, mas considerou pertinente a mudança naquele ano porque outras associações também o fariam:

O comitê ao qual foi referida a questão do local e hora da próxima reunião regular da associação relatou o seguinte: É considerada política da associação realizar a maioria de seus encontros em Washington no inverno, mas acreditamos que nossos membros acham que pode ser conveniente que nos encontremos de vez em quando em algum outro lugar. Fomos cordialmente convidados por nossos amigos de Chicago para realizar nosso próximo encontro naquela cidade em algum momento de 1893, quando a *Columbian Exposition* ocorrer. É bem sabido que muitas de nossas associações nacionais, científicas, educacionais e religiosas estão pretendendo realizar seus encontros lá durante o evento³⁰³.

Durante o evento que ocorria na cidade do Centro-Oeste, o comitê de planejamento do encontro seguinte decidiu que, em razão das comemorações do decênio da associação, ele seria na localidade em que ela fora fundada³⁰⁴. Torna-se de certa forma engraçado, ao se ler os relatórios, perceber os esforços de Adams para que não se afastassem por muito tempo do Distrito de Columbia, e, apesar do que havia sido definido pelo comitê, o evento de aniversário

³⁰² “Every association that comes once to Washington is certain to come again. Some of them, like the *American Historical Association*, have come to stay. Chartered by Congress, this society is now required by law to have its principal office in the District of Columbia. [...]. Although the *Association* may occasionally take an excursion to some Northern, Southern, or Western city, Washington is now its permanent home.” ADAMS, Herbert Baxter (org.) **American Historical Association for the Year 1891**. Washington: Government Printing Office, 1892. p.3.

³⁰³ “The committee to which was referred the question of the place and time of the next regular meeting of the association reported as follows: It is understood to be the policy of the association to hold most of its meetings in Washington in the winter, but we believe that it has been thought by our members that it may be expedient for us to meet from time to time in some other place. We have been cordially invited by our friends in Chicago to hold our next meeting in that city at some time in 1893, when the *Columbian Exposition* is to be held there. It is well known that many of our national, scientific, educational, and religious associations are expecting to hold meetings there at that time.” Ibidem. p.10.

³⁰⁴ ADAMS, Herbert Baxter (org.) **American Historical Association for the Year 1893**. Washington: Government Printing Office, 1894. p.9.

não ocorreu em Saratoga Springs, de acordo com Adams, pela dificuldade em preparar um programa na cidade que fosse atrativo:

No nono encontro anual da *American Historical Association*, realizado em Chicago de 10 a 12 de julho de 1893, foi acordado celebrar em Saratoga, em setembro de 1894, o decênio desta organização. Verificou-se, no entanto, ser impossível preparar para aquela data e local um programa suficientemente atrativo e foi considerado mais sensato realizar a décima reunião anual durante as férias de Natal em Washington, D.C. A *American Historical Association* é uma sociedade nacional licenciada em relações orgânicas com a *Smithsonian Institution*. Obviamente, o lugar mais apropriado para convenções históricas anuais é na capital da nação, onde a associação agora pertence. A experiência tem demonstrado este fato³⁰⁵.

A mudança arbitrária não passou sem ser questionada. Albert Bushnell Hart, historiador disciplinado que atuava em Harvard, tornava-se um membro cada vez mais ativo da AHA. Defensor da rotatividade dos encontros, ao receber a carta informando a mudança que fora enviada pelo secretário a todos os membros, escreveu a Adams questionando-o sobre os motivos pelos quais a decisão tomada pelo Conselho no ano anterior havia sido ignorada, ao que ele apresentou a mesma justificativa que apareceria no relatório daquele ano: “O encontro de Saratoga foi abandonado porque não tínhamos um programa suficientemente atrativo para torná-lo um sucesso garantido”³⁰⁶.

Hart não se deu por vencido. A troca de cartas entre o Conselho mostra que o historiador levantou a questão novamente em 1895, quando questionou Adams sobre a política vigente de encontros. Em resposta, o secretário argumentou que o histórico dos encontros anteriores mostrava que os mais frutíferos haviam sido na capital, e que, além disso, era vital para a AHA manter sua relação com Washington, visto que teriam muito mais a ganhar permanecendo próximos da SI e do governo, responsáveis pela impressão e distribuição dos relatórios, do que nutrindo relações puramente acadêmicas:

³⁰⁵ “At the ninth annual meeting of the American Historical Association, held at Chicago July 10-12, 1893, it was agreed to celebrate at Saratoga in September, 1894, the decennial of this organization. It was found, however, impossible to prepare for that time and place a sufficiently attractive program, and it was deemed wiser to hold the tenth annual meeting during the Christmas holidays in Washington, D.C. The American Historical Association is a chartered national society in organic relations with the Smithsonian Institution. Obviously the most fitting place for annual historical conventions is in the capital city of the nation, where the association now belongs. Experience has demonstrated this fact.” ADAMS, Herbert Baxter (org.) **American Historical Association for the Year 1894**. Washington: Government Printing Office, 1895. p.1.

³⁰⁶ “The Saratoga meeting was given up because we did not have a sufficiently attractive programme to make the meeting a positive success.” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Albert Bushnell Hart. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 5 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 27 set. 1894.

Parece-me que o verdadeiro interesse da *Association* é desenvolver as relações existentes com Washington, onde temos tudo a ganhar por meio da *Smithsonian Institution* e do governo dos EUA, que agora faz nossa impressão. O *Smithsonian* distribui gratuitamente nossas publicações não apenas aos membros, mas também às sociedades eruditas do mundo. Transferimos todo o nosso estoque de publicações aos cuidados do Sr. A. Howard Clark, que se identifica com a *Smithsonian* e com o interesse histórico do *National Museum*. Por meio dessas conexões institucionais, a *American Historical Association* ganhará muito mais do que por meio de qualquer relação local ou puramente acadêmica. Os encontros anuais têm muito menos consequências do que as publicações anuais e a promoção dos estudos históricos e coleções históricas na América³⁰⁷.

Considero essa carta valiosa porque indica o elevado grau de intencionalidade que havia nos esforços de Adams para que se mantivessem perto do centro de poder do país. Essa decisão não era guiada simplesmente pela compreensão de que a cidade era um centro cultural, como vinha sendo afirmado publicamente pelo secretário ao defender que os encontros ocorressem ali, mas sim pela compreensão de que as relações político-institucionais seriam mais frutíferas do que as acadêmicas, ou seja, era mais valioso para o desenvolvimento do campo a heteronomia institucional do que a sua autonomia.

Naqueles dias, Adams escreveu ao tesoureiro Bowen relatando que Hart ficara incomodado com a mudança e que, mesmo tendo dado uma resposta plausível, sabia que a questão não estava encerrada e que voltaria a ser considerada no encontro do Conselho Executivo, que ocorreria em alguns dias³⁰⁸.

A rotatividade foi estabelecida quando o comitê de definição de data e local do encontro (constituído pela primeira vez desde a fundação da AHA somente por historiadores disciplinados)³⁰⁹ adotou um modelo de ciclo de três anos, no qual, em um ano, o evento seria em algum estado do Leste, em outro, no Oeste e, por fim, em Washington D.C., representando,

³⁰⁷ “*It seems to me the true interest of the Association is to develop existing relations with Washington, where we have everything to gain through the Smithsonian Institution and the U.S. Government which now does our printing. The Smithsonian distributes free of expense our publications not only to members but to the learned societies of the world. We have transferred our entire stock of publications to the charge of Mr. A. Howard Clark who is identified with Smithsonian and with the historical interest of the National Museum. Through these institutional connections the American Historical Association will gain vastly more than through any local or purely academic relation. Annual meetings are of much less consequences than annual publications and the promotion of historical studies and historical collections in America.*” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Albert Bushnell Hart. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 5 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 16 dez. 1895.

³⁰⁸ ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 214 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 18 dez. 1895.

³⁰⁹ O comitê de definição do local de 1895 foi composto por três professores acadêmicos de história: Albert Bushnell Hart, de *Harvard*; William A. Dunning, de *Columbia University*; e Andrew C. McLaughlin, da *Michigan University*. Até então, esse comitê havia sido composto majoritariamente por não profissionais, sendo compreensível porque, somente nesse ano, prevaleceu a posição dos disciplinados.

de certa forma, um meio termo entre as posições distintas. Além disso, representava um avanço no projeto de integração nacional e de aproximação com o Oeste, uma vez que teorias explicativas sobre o desenvolvimento histórico do país que valorizavam a região ganhavam força naqueles dias ao mesmo tempo que a participação dos historiadores do Oeste na AHA era ainda bastante restrita³¹⁰.

A decisão desse comitê representou o princípio da transição entre o domínio diletante para disciplinado sobre a AHA. Observando retrospectivamente é possível compreender as distintas posições sobre a questão do local dos encontros. Se, por um lado, a rotatividade representava a possibilidade de os membros da associação conhecerem diferentes centros universitários e de abranger pesquisadores das diferentes regiões, contemplando assim um anseio dos novos historiadores disciplinados, por outro, a permanência na capital era tomada até aquele momento como local mais seguro se o objetivo fosse atrair um grande público e, principalmente, para ficar mais próximo de congressistas e membros da alta sociedade. O primeiro encontro a ocorrer no Distrito de Columbia foi o ano em que George Bancroft foi presente. De acordo com Adams, na decisão sobre o local do congresso foi levado grandemente em consideração o fato de a cidade ser a principal moradia de Bancroft, referido pelo secretário como o “pai” do empreendimento histórico nos Estados Unidos:

Sem nenhuma dúvida, a principal atração do encontro de Washington foi seu genial presidente, George Bancroft. Escolhido em Saratoga para ser o presidente da *American Historical Association*, ele atraiu seus membros a Washington, que há muito é sua residência e oficina histórica favorita. Morando perto de nossos arquivos nacionais, ele desenhou a história americana desde sua fonte. Mais do que qualquer outro americano, George Bancroft é a própria personificação do espírito histórico dos Estados Unidos. Era, portanto, altamente apropriado que a recém-formada associação histórica fizesse uma peregrinação à residência desse venerável erudito para buscar sua bênção patriarcal³¹¹.

³¹⁰ADAMS, Herbert Baxter (org.) *American Historical Association for the Year 1895*. Washington: Government Printing Office, 1896. p.11.

³¹¹ “*Beyond all question, the most notable individual feature of the Washington meeting was its presiding genius George Bancroft. Chosen at Saratoga to be the President of the American Historical Association, he attracted its members to Washington, which has long been his favorite residence and historical workshop. Dwelling within easy reach of our national archives, he has drawn American history from its fountain-head. More than any other American, George Bancroft is the personal embodiment of the historic spirit of these United States. It was, therefore, highly appropriate that the newly formed Historical Association should make a pilgrimage to the abode of this venerable scholar, there to seek and obtain his patriarchal blessing.*” ADAMS, Herbert Baxter (org.) **Papers of the American Historical Association**. Report of Proceedings, third annual meeting, Washington, D.C., April 27-29, 1886. New York: G. P. Putnam’s Sons, 1888. p.6-7.

Nesse mesmo ano, Adams pontuou como uma das maiores conquistas do encontro na capital a presença de congressistas e de visitantes de outras partes da União. A importância para a AHA desses membros imbuídos de capital político fica evidente quando se nota uma das resoluções da associação daquele ano. Às vésperas das celebrações de 400 anos da chegada de Cristóvão Colombo às Américas, decidiram que se uniriam a outros países nas comemorações da data e que para isso seria importante chamar a atenção do governo sobre a sua importância. Dessa forma, tomaram como encaminhamento a nomeação de um comitê composto por cinco membros, que ficaria responsável por falar com o presidente dos Estados Unidos e pedir para que este levantasse no Congresso a pauta sobre as comemorações. Entre os nomeados para o comitê estavam Bancroft, o vice-presidente da associação Justin Winsor, e três políticos: os senadores George F. Hoar, de Massachussetts, e Joseph R. Hawley, de Connecticut, e o ex-senador de Massachussetts e então ministro dos Estados Unidos em Portugal, George B. Loring. Ainda durante o evento, o comitê foi recebido pelo presidente:

O comitê aguardou o presidente Cleveland em uma hora marcada na tarde de quarta-feira e foi gentilmente recebido em uma entrevista especial. O Sr. Bancroft expressou os desejos da *Association* de uma maneira geral, sem comprometer sua influência com nenhuma forma particular de celebração. O presidente expressou sua disposição de levar o assunto ao Congresso, o que fez desde então³¹².

Os encontros em Washington D.C. também possibilitavam uma aproximação com personagens da alta sociedade da capital, que costumavam oferecer chás ou jantares em suas casas e convidar os membros das sociedades eruditas que estavam de passagem pela cidade, sempre mencionados nos anais em forma de agradecimentos. Outro espaço de sociabilidade entre membros de associações científicas e aristocracia local era o *Cosmos Club*, que recebia representantes da comunidade científica, literária e artística. Adams sempre mencionava em seus relatórios os encontros no clube que ocorriam nos intervalos das sessões: “Essas reuniões amigáveis no Cosmos são as atrações mais encantadoras dos encontros científicos em Washington. É improvável que qualquer outra cidade dos Estados Unidos pudesse (se assim

³¹² “The committee waited upon President Cleveland, at an appointed hour on Wednesday afternoon, and were kindly received in a special interview. Mr. Bancroft stated the wishes of the Association in a general way, without committing its influence to any particular form of celebration. The President signified his willingness to bring the matter before Congress, which he has since done.” Ibidem. p.91.

fosse) fornecer oportunidades tão agradáveis para o sucesso social de uma convenção científica”³¹³.

Da maneira como Adams se refere a esses encontros sociais, fica evidente o quão importantes eram para o secretário, para quem manter boas relações com sujeitos de outros campos e membros das elites era um aspecto fundamental dos congressos. Dessa forma, fica claro que a escolha do local do evento representou um dos meios de aproximação de sujeitos investidos de prestígio social e capital político, e por isso Adams fora contrário ao que hoje se tem como inquestionável em uma associação acadêmica: que os encontros sejam itinerantes para contemplar cientistas das mais diversas regiões. Compreendo que a posição de Adams não deva ser tomada como ignorância sobre a importância “científica” da alternância de localidades, mas sim como uma percepção muito acurada de que, naquele momento, era mais importante para a estruturação da sociedade e desenvolvimento do campo permanecer perto dos “tubarões”.

Na prática, a decisão tomada em 1895 de variar os locais dos congressos não reduziu o público ouvinte³¹⁴, nem encerrou a possibilidade de aproximação da alta sociedade, apenas mudou os personagens envolvidos, já que os membros da associação continuaram a ser convidados para eventos sociais, mas agora por elites locais, como em 1897, ano em que o encontro foi na cidade de Cleveland e foi marcado, de acordo com Adams, por estes eventos:

Talvez a característica mais marcante da convenção de Cleveland tenha sido seu sucesso social. [...] Entre as atrações sociais estavam (1) a recepção vespertina oferecida pelo Sr. e Sra. J. Homer Wade, em sua bela casa, com sua bela galeria de arte, na avenida Euclid; (2) a recepção da tarde pelo Sr. e Sra. Harry Garfield, que foi muito apreciada por pessoas que já se conheciam bem; (3) a recepção noturna igualmente agradável oferecida pelo Sr. e Sra. Samuel Mather. Além dessas recepções encantadoras, houve duas festas dançantes no *The Stillman*, que deram aos eruditos historiadores e economistas uma chance dupla de ver a beleza e o cavalheirismo de Cleveland³¹⁵.

³¹³ “*These friendly re-unions at the Cosmos are the most attractive features of scientific meetings in Washington. It is doubtful whether any other city in the United States could (if it would) furnish quite so agreeable opportunities for the social success of a scientific convention.*” ADAMS, Herbert Baxter (org.) **American Historical Association for the Year 1890**. Washington: Government Printing Office, 1891. p.2.

³¹⁴ O Encontro de 1896, por exemplo, ocorrido em Nova York, contou com a maior presença desde a fundação da associação. ADAMS, Herbert Baxter (org.) **American Historical Association for the Year 1896**. Washington: Government Printing Office, 1897. p.13.

³¹⁵ “*Perhaps the most striking feature of the Cleveland convention was its social success. [...] Among these social attractions were (1) the afternoon reception given by Mr. and Mrs. J. Homer Wade, in their handsome house, with its beautiful art gallery, on Euclid avenue; (2) the afternoon reception by Mr. and Mrs. Harry Garfield, which was greatly enjoyed by people who had already become well acquainted; (3) the equally agreeable evening reception offered by Mr. and Mrs. Samuel Mather. Besides these charming receptions there were two dancing parties at The Stillman, which gave the learned historians and economists a double chance to see the beauty and chivalry of Cleveland.*” ADAMS, Herbert Baxter (org.) **American Historical Association for the Year 1897**. Washington: Government Printing Office, 1898. p.3-4.

Com a rotatividade, os historiadores puderam conhecer diversas sociedades históricas locais, museus e bibliotecas, assim como sujeitos envolvidos com o empreendimento histórico nessas sociedades, e tomar conhecimento de manuscritos e outros tipos de fontes até então restritos ao conhecimento regional. Isso representou um avanço no esforço de ampliação de materiais para pesquisa, e não necessariamente o fim dos laços com Washington D.C.

4.2 A *American Historical Association* busca o Estado: Carta de Incorporação ao Congresso e associação à *Smithsonian Institution*

A compreensão de que era importante estar perto de Washington levou a elite do Conselho a buscar uma associação formal ao Estado ainda em 1885 através de uma Carta de Incorporação ao Congresso, documento que consiste em uma lei que declara as atividades e propósitos de uma organização. Na prática, ao caráter da relação entre o Congresso e a entidade incorporada é mais simbólico, uma vez que esta permanece autônoma, mesmo recebendo, em alguns casos, auxílio financeiro, mas o principal benefício da incorporação é a legitimidade que essa posição garante³¹⁶.

No caso da AHA, a busca pela Carta tinha em vista ser um elemento a mais de prestígio para a associação, de vínculo com o governo (mesmo que isso representasse um enfraquecimento de sua autonomia) e de conquista de vantagens econômicas, como uma ajuda financeira anual para a impressão dos relatórios na Editora do Governo, o que possibilitaria a distribuição gratuita dos números entre os membros e que o valor arrecadado com as anuidades fosse destinado a outras finalidades, como o pagamento dos custos de trabalho de comissões.

Quem primeiro aventou a possibilidade da Carta foi o senador de Massachusetts, George F. Hoar, que por muitos anos foi um elo fundamental entre a associação e o Congresso, sendo, em uma expressão comumente utilizada por H. B. Adams, um grande “amigo da história”. No arquivo da AHA, não é possível encontrar documentos que permitam vislumbrar detalhes do processo político pelo qual a associação conquistou esse *status*, apenas uma carta solta nos arquivos do tesoureiro, em que Adams pede a Bowen para que escreva a políticos conhecidos pedindo para que intervissem pela AHA no Congresso³¹⁷. Na pasta intitulada

³¹⁶ KOSAR, Kevin R. Congressional or Federal Charters: Overview and Enduring Issues. In: **CRS Report for Congress**. 2013.

³¹⁷ ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 212 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 08 jun. 1888.

“Incorporação”, consta somente cópias do Diário Oficial informando a aprovação da lei, mas não foram preservadas cartas entre Hoar e Adams (nem no arquivo da AHA nem no arquivo pessoal de Adams) que possibilitem conhecer detalhes sobre como foi a introdução do projeto de lei pelo senador nem como foi (ou se houve) debates nas Casas sobre a proposta. Isso é uma grande lástima, visto que poucas associações profissionais foram incorporadas nesse contexto, sendo possível apenas imaginar quais os argumentos foram utilizados para que a lei fosse aprovada. Vendo os discursos recorrentes dos historiadores no período estudado, arrisco o palpite de que o envolvimento do Estado em países europeus nos estudos históricos foi um argumento mobilizado pelos historiadores e seus “amigos” congressistas para que, também nos EUA, houvesse um envolvimento do Estado no empreendimento histórico. Visto que a AHA seria a instituição que estaria cumprindo esse papel, a conexão formal entre a entidade e o governo, através da Carta, seria um meio de o Estado realizar a sua parte.

Mesmo sem as cartas com o registro de como foram as articulações políticas para que conseguissem que a AHA fosse incorporada, uma série de cartas de 1901 trocadas entre o tesoureiro Bowen e William Cotter Maybury (então prefeito de Detroit), em que o segundo pedia conselhos sobre como construir uma biblioteca nacional em sua cidade, ajuda a ter uma noção de como o Conselho agiu naquele contexto e a que foi atribuída a causa do sucesso da empreitada. O projeto de Maybury tinha em vista a criação de uma biblioteca financiada pelo governo federal que abrigaria, entre outros materiais, documentos históricos inéditos. Em resposta, Bowen afirmou que seria mais fácil desenvolver um projeto de caráter local do que nacional, já que lhe parecia que era um projeto de escopo regional,

Se fosse proposto tornar a biblioteca uma instituição de Detroit à qual pudessem ser acrescentados manuscritos e objetos de interesse histórico de outras seções, então o plano seria algo a ser discutido exclusivamente por pessoas de Detroit e Michigan³¹⁸,

mas, que se quisessem mesmo que a instituição fosse nacional, deveriam buscar apoio nas outras seções do país:

Se, no entanto, sua ideia fosse torná-la nacional em escopo, a primeira coisa a fazer seria recrutar pessoas em diferentes partes do país e se você encontrar um homem proeminente que você consultou aprovando a ideia, então um

³¹⁸ “*If it was proposed to make the library a Detroit institution to which could be added manuscripts and objects of historical interest from other sections then the plan would be something to be discussed by Detroit and Michigan people exclusively.*” BOWEN, Clarence W. Carta a W.C. Maybury. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 218 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 18 mar. 1901.

pequeno comitê poderia ser formado para fazer um plano e então, se tudo correr bem, você pode elaborar o plano até a conclusão³¹⁹.

Além de a carta ser interessante por mais uma vez ficar evidente a importância que atribuíam ao apadrinhamento de figuras de prestígio, também é interessante notar a compreensão de Bowen de que a biblioteca não representaria interesses comuns a todo o país, o que a diferenciaria da AHA, compreendida desde o princípio pelos seus fundadores como uma entidade de valor nacional.

O Ato de Incorporação, assinado pelo presidente Cleveland em 1889 após ter passado pelas duas Casas, estaria presente em todos os relatórios daquele ano em diante e afirmava que a AHA seria uma corporação política “[...] para a promoção de estudos históricos, coleta e preservação de manuscritos históricos e fins semelhantes no interesse da história americana e da história na América”³²⁰. Através desse documento, ficava definido que o escritório principal da associação seria no Distrito de Columbia, mas que as reuniões anuais poderiam ocorrer em locais diversos. Também ficava estabelecido que o secretário da AHA deveria reportar anualmente ao secretário da SI os procedimentos da associação e as condições dos estudos históricos no país. Este deveria repassar os relatórios ao Congresso, na íntegra ou em partes, conforme achasse necessário. Nessa relação com a SI, esta ficava autorizada a aceitar coleções, manuscritos, livros e outros materiais da associação nas suas instalações ou no *National Museum*.

A partir de então, a associação passou a ser fortemente vinculada à SI. Além disso, passou a precisar contar com a autorização da instituição para a tomada de algumas decisões. Essa questão fica evidente em uma carta de H. B. Adams a Andrew D. White, escrita em fevereiro de 1890, em que o primeiro relata que repassou a sugestão do segundo de enviarem as circulares da associação às sociedades históricas locais à SI e que esta havia aprovado: “Agradeço sua sugestão com relação ao aperfeiçoamento de quatro cartas circulares às

³¹⁹ “If, however, your idea was to make it national in scope the first thing to do would be to enlist people in different sections of the country and if you found prominent man whom you consulted approved of the idea then a small committee could be formed to make a plan and then, if all went well, you could work out the plan to completion.” BOWEN, Clarence W. Carta a W.C. Maybury. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 218 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 18 mar. 1901.

³²⁰ “[...] for the promotion of historical studies, the collection and preservation of historical manuscripts, and for kindred purposes in the interest of American history and of history in America.” ADAMS, Herbert Baxter (org.) **Annual Report of the American Historical Association for the year 1889**. Washington: Government Printing Office, 1890.

sociedades históricas estaduais. Mostrei o documento às autoridades do *Smithsonian* e elas cordialmente o aprovaram”³²¹.

Esse ponto foi o que fez com que muitos membros da AHA fossem contrários à incorporação por medo de que a sua autonomia fosse ameaçada, conforme relatou Jameson no aniversário de 25 anos da instituição: “Alguns membros viram a conexão governamental com aversão, e por muito tempo consideraram seus resultados com inquietação. Sem dúvida, tem suas desvantagens, como o patrocínio dos ‘grandes’ no século XVIII, e o dos monarcas antes e depois”³²². Além disso, havia o temor de que os seus oficiais, treinados nas ciências físicas, fossem incapazes de julgar o trabalho que realizavam:

A principal limitação opera por meio da censura atribuída ao Secretário da *Smithsonian Institution*. Esse oficial sempre será um homem formado na atmosfera e nos métodos das ciências físicas, e não nos da história. Seu julgamento, ou de sua equipe, no que diz respeito aos méritos ou valor das contribuições e materiais históricos, será tão pouco seguro quanto seria o julgamento de historiadores a respeito de monografias científicas³²³.

De acordo com Jameson, esse temor não chegou a se concretizar. Pelo contrário: os membros da AHA logo viram que a incorporação havia sido uma decisão sábia, já que colocou um corpo de especialistas na posição de conselheiros do governo em questões históricas³²⁴, o que seria muito significativo tendo em vista o anseio que aqueles historiadores tinham por fazer do Estado agente da promoção do empreendimento histórico.

A SI havia sido fundada em 1846 através de um Ato do Congresso e foi possibilitada por um fundo deixado como herança pelo cientista britânico James Smithson ao governo americano para que fosse destinado ao estabelecimento, na capital federal, de uma entidade promotora do incremento e difusão do conhecimento³²⁵. Diversos projetos foram discutidos para definir qual seria o seu caráter: se seria uma universidade, um observatório astronômico,

³²¹ “I thank you for your suggestion with regard to the improvement of four circular letter to the State Historical Societies. I have shown the document to the Smithsonian authorities and they cordially approve it.” ADAMS in HOLD (org.). **Historical Scholarship in the United States**... Op.cit. p.126.

³²² “Some members viewed the governmental connection with aversion, and long regarded its results with uneasiness. No doubt it has its drawbacks, as the patronage of ‘the great’ had in the eighteenth century, and that of monarchs before and since.” JAMESON. *The American Historical Association*... Op. cit. p.13.

³²³ “The chief limitation operates through the censorship vested in the Secretary of the Smithsonian Institution. That official will always be a man trained in the atmosphere and methods of the physical sciences rather than in those of history. His judgment, or that of his staff, respecting the merits or value of historical contributions and materials will be as little secure as would be the judgment of historians respecting scientific monographs.” *Ibidem*, p.13-14.

³²⁴ *Ibidem*. p.15.

³²⁵ BOLTON, H. Carrington. Memorial of the First Half Century of the Smithsonian Institution. **Science**, v.7, n.163, 11 fev. 1898, p.181-185; FOUNDATION of the Smithsonian Institution. **Science**, v.84, n.2171, 7 ago. 1936, p.129.

uma escola agrícola, uma biblioteca pública, um museu de história natural e geologia etc. Contudo, o plano adotado, visando torná-la uma entidade nacional voltada ao desenvolvimento das ciências e artes práticas, se tornaria bem mais amplo: ela seria um complexo de museus, centros de pesquisa e bibliotecas com um importante sistema de trocas internacionais de materiais de diversas naturezas (que iam desde impressos a seres vivos e fósseis), para a constituição de acervos destinados às investigações originais³²⁶. A sua fundação sanou um antigo anseio compartilhado por uma elite intelectual de fazer da capital do país, além de um centro político, um centro cultural e científico.

A criação da SI influenciou a vida intelectual da capital ao longo do século XIX através da promoção de diversas palestras populares de divulgação científica. Também serviu como casa de cientistas, uma vez que pesquisadores do mundo todo ficaram hospedados em suas instalações em viagens a trabalho à capital federal, e como centro de conexão entre o conhecimento produzido no mundo inteiro e o que era produzido nos EUA através de seu sistema de trocas. Ademais, vale lembrar que o processo de modernização das universidades americanas se deu após 1865, fazendo da SI uma das primeiras instituições voltadas para a pesquisa em um período em que grande parte dos estudos especializados eram realizados por indivíduos de maneira autônoma, tendo como vínculo apenas sociedades eruditas também autônomas³²⁷. Todas essas frentes de atuação ajudaram a gerar um senso de importância sobre a entidade no desenvolvimento das ciências como um todo, tornando-se compreensível porque a conexão entre ela e a AHA, forjada pela Carta de Incorporação, fora tão cara aos membros do Conselho Executivo e, como será visto adiante, alvo de constantes esforços, principalmente por parte de H. B. Adams, para que se mantivesse viva.

Além da dimensão simbólica da conexão, não são de menor importância as atividades práticas desenvolvidas pela SI. A Carta de Incorporação determinava que ela repassaria ao Congresso os relatórios da AHA informando o avanço dos estudos históricos no país, mas a sua atuação em favor do empreendimento histórico foi muito mais profunda do que ser simplesmente uma ponte entre a associação e o Congresso.

Pouco tempo após a assinatura do documento, o curador da coleção histórica da SI, A. Howard Clark, foi nomeado para fazer parte do Conselho Executivo da AHA no recém-criado cargo de secretário assistente e curador. Como indica o nome do cargo, uma das atribuições

³²⁶ WASHBURN, Wilcomb E. The Influence of the Smithsonian Institution on Intellectual Life in Mid-Nineteenth-Century Washington. In. **Records of the Columbia Historical Society**. Washington, D.C.: v. 63/65, 1963/1965, p.96-121. p.108.

³²⁷ WASHBURN. The Influence of the Smithsonian Institution... Op. cit.; FOUNDATION of the Smithsonian Institution... Op. cit.

desse novo secretário seria a de garantir que os relatórios anuais fossem entregues ao Congresso. Tendo a SI como importante atividade o seu sistema de trocas de materiais, grande parte dos relatórios da AHA que eram impressos pela Editora do Governo (em 1900, por exemplo, era 25% da cota) ficava em sua posse e era enviada às sociedades históricas estaduais, locais e internacionais, como meio para conseguir materiais históricos produzidos por essas instituições para serem destinados ao seu acervo histórico³²⁸, o que a tornava um elemento de conexão da AHA a outras entidades.

As cartas também mostram que o envio dos relatórios aos associados da AHA, circulares e outros documentos também era feito por Clark, assim como as tratativas com a Editora do Governo. Com o passar dos anos, Clark ficou tão envolvido nas atividades diárias da AHA (controle de novos membros, recebimento do pagamento de anuidades, recebimento de reclamações etc.) quanto H. B. Adams e o tesoureiro Bowen, de modo que, quando Adams deixou o seu cargo por conta da doença, quem se tornou o novo secretário foi Clark numa concepção – que será visto mais profundamente no capítulo correspondente ao período entre 1896 e 1906 – de que ele seria o seu herdeiro natural por conhecer profundamente a estrutura de funcionamento da associação. E não somente isso, atendendo a um desejo de Adams, o próprio escritório da associação foi transferido para a sede da SI em Washington, fortalecendo o almejado vínculo oficial com o Estado.

Esse anseio fez com que Adams tivesse um temor extremo de que a relação com a SI fosse abalada e por isso foi sempre muito cuidadoso no trato com os seus funcionários, em especial Clark. Em uma carta de 1893 enviada a Bowen, por exemplo, o secretário pediu para que o tesoureiro fosse gentil com Clark:

Clark me escreve uma carta magoado por você ter escrito a ele sobre suas despesas em Washington e insinuando estar disposto a desistir de todo o trabalho se não estivermos satisfeitos. Espero que você seja muito cuidadoso no que diz a Clark pois ele realmente carrega um fardo grande e ingrato. Ele representa o Dr. Goode e a Smithsonian Institution e é absolutamente confiável. Seria a maior desgraça do mundo para nós criarmos qualquer mal-estar ou insatisfação naquele quartel³²⁹. (grifos originais)

³²⁸ A. Howard Clark. Carta a Putman. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 1, Livro 3, p.83-84 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 01 fev. 1906.

³²⁹ “Clark writes me a letter showing some feeling on account of your writing him regarding his Washington expenses and intimating that he is disposed to throw up the whole work if we are not satisfied. I hope you will be very considerate in what you say to Clark for he really carries a great and thankless burden. He represents Dr. Goode and the Smithsonian Institution and is absolutely trustworthy. It would be the greatest misfortune in the world for us to create any ill feeling or dissatisfaction in that quarter.” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 4, (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 20 mar. 1893.

Em 1894, foi escrita uma carta semelhante em que a associação do curador com a SI e a Editora do Governo foi destacada, e, pela primeira vez, o desejo de Adams de que Clark fosse o seu sucessor foi expresso:

Por favor, observe o pedido de [Clark] em relação ao método futuro de manter as contas bancárias. Acho que devemos fazer tudo ao nosso alcance para atender o Sr. Clark, pois ele é um aliado muito valioso e dedicado. Ele realiza uma quantidade prodigiosa de trabalhos pequenos e ingratos. Sua relação com a *Smithsonian* e com a Editora do Governo é muito importante para nós e nenhuma pessoa em Washington pode servir melhor à *Association* do que nosso secretário assistente. Na verdade, se eu for carta fora do baralho, não deixe de fazer de Clark o secretário e de dar-lhe bastante assistência administrativa³³⁰.

As cartas mostram que, após a morte de Adams, o tratamento cuidadoso dispensado a Clark continuou sendo o mesmo, ao passo que este, talvez pela sua própria natureza, talvez por ter ficado “mal-acostumado” com o melindre com que era tratado, frequentemente expressava ter se sentido ofendido com algo que lhe fora dito, sendo frequentes as cartas com pedidos de desculpas a ele, que por diversas vezes ameaçou deixar o cargo. Em 1899, por exemplo, em carta que não foi encontrada, Clark reclamou a Bowen sobre a maneira como havia sido tratado no encontro do Conselho Executivo e este escreveu a Hart perguntando o que havia ocorrido³³¹. Em resposta, Hart afirmou que nada havia sido feito ao curador que pudesse ter sido considerado por este como ofensivo:

É difícil saber o que dizer sobre esta carta extraordinária. O Sr. Clark foi convidado pelo presidente da *Association* com os outros conselheiros para se reunir e considerar os interesses da *Association*. Ele foi tratado como um cavalheiro. Ele teve todas as oportunidades de dizer qualquer coisa que lhe parecesse necessária. Ele foi nomeado secretário da reunião. Ele foi, por votação, solicitado a enviar uma declaração dos procedimentos aos membros, o que ele não julgou adequado fazer. Que ele tenha escrito tal carta com tais insinuações pessoais é – bem, não é o que eu esperava³³².

³³⁰ “Please note [Clark’s] request regard the future method of keeping money accounts. I think we should do all in our power to oblige Mr. Clark, for he is a most valuable and devoted ally. He does a prodigious amount of small and thankless work. His relation to the *Smithsonian* and to our government printing is very important for us and no person in Washington can serve the *Association* better than our assistant secretary. Indeed, if I drop out of the machine do not fail to make Clark the secretary and let him have plenty of clerical assistance” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 213, (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 30 jan. 1894.

³³¹ Cartas em que expressa esses sentimentos não foram encontradas, não sei se porque ele as expressava pessoalmente a Adams e depois a Bowen ou porque acabaram se perdendo. O que é comum são as cartas trocadas entre essa elite do Conselho em que expressavam entre si o temor de que Clark acabasse deixando a associação.

³³² “It is hard to know what to say to this extraordinary letter. Mr. Clark was invited by the President of the *Association* with the other counselors to meet and consider the interests of the *Association*. He was treated like a

O cuidado no tratamento não ficava restrito a Clark. Em 1897, Bowen recebe uma carta de Samuel Pierpont Langley, secretário da SI, enviando o valor de 9 dólares como pagamento por anuidades atrasadas que lhe haviam sido cobradas e informando que havia pedido para se desassociar anos antes³³³. A resposta a Langley foi um longo pedido de desculpas acompanhado da justificativa de que o Conselho havia decidido torná-lo membro complementar da associação como reconhecimento pelos serviços prestados por ele à entidade e que nenhuma anuidade seria cobrada para isso³³⁴. Um mês após o ocorrido, H. B. Adams enviou uma carta a Bowen cogitando nomes para a composição do Conselho, e sugeriu que Langley ou Gardner Greene Hubbard, ambos membros do alto escalão da SI, fosse nomeado para representar a instituição na AHA. Nenhum dos dois tinha qualquer conexão com o campo da história, sendo o primeiro astrônomo e o segundo advogado, evidenciando uma vez mais que naquele momento era considerado mais importante destinar cargos do Conselho a pessoas capazes de beneficiar a associação do que garantir que ele fosse composto inteiramente por historiadores.

Compreende-se a importância que era dada à presença desses homens quando se observa, por exemplo, o quanto a sua influência era importante para a impressão dos relatórios anuais. Quando iniciei a pesquisa e as únicas fontes disponíveis eram os próprios relatórios, não era possível ter a dimensão de sua centralidade da questão dentro da associação desde os seus primeiros anos porque isso não era informado nesses documentos. Ao iniciar o trabalho de análise das correspondências trocadas entre os membros do Conselho, ficou muito evidente que grande parte das energias gastas nas atividades diárias eram destinadas à resolução de problemas com a impressão, atrasos nas entregas e insuficiência da cota recebida em relação ao número de membros que crescia anualmente. Logo após a incorporação, por exemplo, Adams já demonstrou receio sobre deixar a impressão dos relatórios a cargo da Editora do Governo:

Estou começando a duvidar da conveniência de publicar nossos artigos em um relatório do governo. Os documentos do governo estão tão atrasados que temo que tenhamos problemas com nossos membros que, você sabe, já reclamam da lentidão da impressão atual. Acabei de receber o Relatório do *Smithsonian*

gentleman. He had every opportunity to say anything that seemed to him necessary. He was made secretary of the meeting. He was, by vote requested to send a statement of the proceedings to the members, which he has not thought fit to do. That he should write such a letter with such personal insinuations is – well, it is not what I had expected.” HART, Albert Bushnell. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 216, (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 09 dez. 1899.

³³³ LANGLEY, S. P. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 215, (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 15 out. 1897 1894.

³³⁴ BOWEN, Clarence W. Carta a S. P. Langley. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 215, (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 19 out. 1897 1894.

de 1887, que contém o registro da ciência de 1886. Você vê, portanto, que o trabalho está três anos atrasado³³⁵. (grifos originais)

Mesmo conscientes de que a impressão seria mais lenta, decidiram por deixar que fosse feita pela Editora do Governo, provavelmente porque compreenderam que as vantagens seriam maiores do que as desvantagens. Uma das grandes desvantagens, por exemplo, era que o valor alocado era fixo e possibilitava que um número limitado de cópias fosse impresso. Por outro lado, havia um esforço constante do Conselho para que houvesse um aumento de membros na associação a fim de que ela pudesse se desenvolver e fortalecer, resultando em uma insuficiência de relatórios a serem distribuídos entre os associados. Já no primeiro ano em que os relatórios foram impressos pelo governo, Clark estava às voltas com esse problema, tentando com que, através da influência de George F. Hoar, um pedido de cópias extras fosse introduzido no Senado³³⁶. Após meses da emenda trancada em ambas as Casas, o pedido foi negado, tendo a própria associação que arcar com esse custo. Essa questão evidencia a maneira como a presença de pessoas com capital político dentro da associação (tanto os que ocupavam funções eletivas, como senadores e representantes, quanto os que tinham acesso a órgãos governamentais, como os regentes da SI) era indispensável para a resolução de algumas questões fundamentais ao funcionamento da entidade que dependiam da boa vontade de estrutura do Estado, o que explica a frequente nomeação de políticos para o Conselho e o esforço para se manter em bons termos com Clark e outros membros da SI.

Retornando à questão das obrigações instituídas com a incorporação, uma delas era informar o avanço dos estudos históricos na América. As atividades voltadas para o avanço da pesquisa realizada pela AHA começaram a ser desenvolvidas mais sistematicamente a partir de 1896. Nesse momento, foram criados comitês de publicação de arquivos e de estabelecimento de currículos escolares, a AHR e prêmios para melhores monografias originais, tudo isso em grande medida porque os fundos arrecadados através das anuidades deixaram de ser destinados à publicação de relatórios. Além disso, após mais de dez anos, a associação já estava minimamente estruturada e contava com um corpo de profissionais capazes de assumir a responsabilidade pelas tarefas práticas desses comitês. Mas, ainda antes desse marco em 1896,

³³⁵ “I am beginning to doubt the expediency of publishing our papers in a government report. Government documents are so long delayed that I am afraid we should get into trouble with our members who, you know, grumble already at the slowness of present printing. I have just received the Smithsonian Report for 1887 which contains the record of science for 1886. You see, therefore, that the work is three years behind time.” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 4, (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 25 jan. 1890.

³³⁶ CLARK, A. Howard. Carta a George Friesbie Hoar. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 1, (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 08 fev. 1890.

um primeiro comitê voltado ao avanço das pesquisas foi instituído, fortemente relacionado a esse compromisso assumido através da Carta de Incorporação de relatar anualmente os avanços do campo no país. A partir de 1890, listas bibliográficas começaram a ser elaboradas e publicadas nos relatórios anuais para tornar conhecido tudo o que já havia sido publicado sobre algum determinado tema. Para essa tarefa, alguns membros da associação eram escolhidos nos encontros para realizarem os levantamentos. Foram recorrentes as listas contendo informações sobre todas as publicações de sociedades históricas locais ou de tudo o que fora publicado ao longo de um ano pelos próprios membros da AHA. Esse tipo de trabalho possibilitava trocas de materiais para as pesquisas tanto entre as diversas regiões do país quanto internacionalmente e facilitava a construção de bibliotecas de história, como a da própria associação:

Uma bibliografia das publicações de todas as sociedades históricas proeminentes neste país está em preparação há muito tempo e será publicada em breve. Esse documento será de grande utilidade não apenas para as sociedades históricas estaduais e locais, mas para todos os alunos e professores de história americana. Ao instituir por meio do *Smithsonian* um sistema de troca interno e externo, a *Association* pôde construir rapidamente uma boa biblioteca de história em Washington³³⁷.

Já em 1891, apenas um ano após a instituição da publicação de listas, H. B. Adams expressava a noção de que esse era o trabalho mais importante que a associação havia realizado desde a sua fundação: “A primeira parte da bibliografia sobre o trabalho das Sociedades Históricas Estaduais está agora impressa e é uma mostra muito digna de crédito para a *American Historical Association*. É a melhor coisa que já tentamos publicar”³³⁸. Esse trabalho era importante não só por manter o Estado a par do desenvolvimento do campo, mas por constituir uma ferramenta indispensável em um contexto puramente analógico para realizar levantamento bibliográfico para as pesquisas. Através dessas listas, um pesquisador que estivesse realizando um estudo sobre um determinado tema poderia com facilidade conhecer toda a bibliografia publicada até então simplesmente acessando os relatórios de sua associação profissional.

³³⁷ “A bibliography of the publications of all the prominent historical societies in this country has long been in preparation, and will soon be published. Such a document will be of great service not only to State and local historical societies, but to all students and teachers of American history. By instituting through the Smithsonian a system of domestic and foreign exchange, the Association can rapidly build up a good historical library in Washington.” ADAMS, Herbert Baxter (org.) *American Historical Association for the Year 1890*. Washington: Government Printing Office, 1891. p.3.

³³⁸ “The first part of the bibliography of the work of the State Historical Societies is now in type and it makes a very creditable showing for the American Historical Association. It is altogether the best thing we have ever attempted to publish.” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 1, (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 20 out. 1891.

A elaboração das listas foi a primeira atividade instituída oficialmente pela AHA em prol do desenvolvimento das pesquisas, porém, o espaço de sociabilidade possibilitado por ela já viabilizava, desde o seu primeiro momento de existência, relações interpessoais entre pesquisadores que facilitavam a tomada de conhecimento sobre o que estava sendo produzido academicamente no país e no mundo. Nos encontros anuais, por exemplo, no momento em que textos eram apresentados, os pares indicavam bibliografia e informavam sobre conhecidos que tinham pesquisas semelhantes ou de interesse à do apresentador, práticas ainda comuns em eventos acadêmicos. Além disso, os grandes orientadores, como o próprio H. B. Adams, por cujas mãos passavam centenas de estudantes, sempre eram capazes de informar a um novo pesquisador quem havia publicado o que e quem era referência em cada tema.

As cartas pessoais de H. B. Adams possibilitam perceber como informações sobre novos especialistas e novas obras circulavam no meio acadêmico. Em 1889, por exemplo, um jovem pretendente ao PhD em História da JHU, Frederick Jackson Turner, escreveu ao seu orientador informando que havia tomado conhecimento de um professor da *University of Wisconsin* que estava realizando uma pesquisa sobre exploração norueguesa. Ele perguntava ao seu professor se ele gostaria de ser posto em contato com esse pesquisador, já que o que havia até então sobre o tema não era “científico”:

Recentemente conversei com um amigo meu, o professor Olson, que ensina nórdico etc. na *Wisconsin University* e que está totalmente atualizado sobre a literatura da exploração norueguesa. Ele diz que algumas monografias de qualidade escritas por estudiosos noruegueses sobre a questão do Lief Erickson surgiram recentemente, e particularmente, em relação ao local e data das visitas à América. Se você quiser usar um artigo dele sobre esse assunto, não tenho dúvidas de que poderia fazer com que ele lhe desse benefício de seus estudos, pois ele está interessado em ter esse aspecto de nossa história apresentado da melhor maneira possível aos leitores americanos. Tem havido muita escrita não científica sobre o assunto³³⁹.

Ao analisar os relatórios relativos aos anos posteriores à 1895, é possível perceber um aumento acelerado de atividades voltadas ao desenvolvimento das pesquisas e das outras atividades em história, mas desde os primeiros anos, ainda quando as preocupações da

³³⁹ “I have recently conversed with a friend of mine Prof Olson, who teaches Norse etc. at Wisconsin University, and who is fully up on the literature of Norwegian exploration. He says that some able monographs have recently appeared by Norwegian scholars on the Lief Erickson matter, and particularly in relation to the location and date of the visits to America. If you would like to use a paper by him on this subject I do not doubt I could get him to give you the benefit of his studies, for he is interested in having this feature of our history placed in the best way before American readers. There has been much unscientific writing about the matter.” TURNER, Frederick Jackson. Carta a Herbert Baxter Adams. In: STORS (org.). **Historical Scholarship in the United States**... Op. cit.

associação estavam mais voltadas à sua própria estruturação, o simples fato de promover encontros que possibilitassem a socialização de pesquisadores já significava muito para o desenvolvimento do campo no país.

Fazendo um balanço desse período, a incorporação foi um divisor de águas porque representou um comprometimento formal do poder público americano com o desenvolvimento do campo, papel que os novos historiadores compreendiam ser do próprio Estado a partir da vivência que tiveram na Europa. Ainda, a publicação dos relatórios pela Editora do Governo permitiu que a receita da AHA pudesse ser destinada a outras atividades. Antes, o Conselho ficava preso em um ciclo interminável de organizar eventos, realizá-los e depois preparar e publicar relatórios, ou seja, os encontros anuais eram a atividade central da associação. Notar-se-á que, após a incorporação e alguns anos necessários para que a entidade se reorganizasse, os encontros anuais passaram a ser *uma* das atividades organizadas pela associação. Foi a partir desse momento que a AHA pôde de fato ser um agente atuante no avanço do empreendimento histórico.

No entanto, a análise do conjunto de cartas do Conselho mostra que essa relação com o Congresso foi sempre tensa. H. B. Adams fez o possível para ter próximo de si congressistas que pudessem interceder pela associação quando esta tivesse alguma demanda, mas essa proximidade não era garantia de que seria atendida. Como será visto nos capítulos seguintes, após a morte de Adams, isso ficou ainda mais evidente: o número de membros da associação aumentou rapidamente, entretanto, a cota de relatórios anuais cedida pela Editora do Governo permaneceu a mesma. Durante os seus últimos anos, Adams conseguiu por duas vezes que a cota fosse aumentada, mas novamente era necessário um aumento em 1906, e o Conselho se viu desesperado porque não tinha a quem recorrer pedindo para que intercedesse pela associação – muitos dos antigos membros que eram políticos já estavam mortos. Na prática, à despeito das estratégias de Adams, o que será visto é um constante tom de má vontade do Congresso para com a AHA e que a relação construída era muito frágil, dependia da intervenção dos poucos políticos “amigos da história”, e não de políticas bem-consolidadas de suporte ao campo.

5 A AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION NO CAMINHO DE SUA PROFISSIONALIZAÇÃO, 1896-1906

Em meados da década de 1890, começou a haver uma pressão sobre o Conselho Executivo para que os seus cargos fossem ocupados por historiadores profissionais disciplinados e para que os esforços da associação se voltassem para a realização de atividades que contribuíssem com as profissões em história. Quando os disciplinados passaram a ser maioria nesses cargos, houve uma progressiva perda de centralidade da figura de Herbert Baxter Adams, o qual passou a compartilhar parte de suas atribuições com os outros conselheiros. Além disso, em 1900, o secretário anunciou que estava doente e, em um espaço de um ano, faleceu. Esses acontecimentos foram acompanhados por um progressivo abandono da política de aliança ao governo federal, tanto por estarem direcionando seus esforços às iniciativas de profissionalização quanto por um movimento do próprio governo, que logo deixou claro não pretender ser o grande agente promotor do campo que membros da associação haviam esperado que fosse, e outros tipos de alianças começaram a ser buscadas junto aos poderes locais.

Em suma, a partir de 1896, a AHA passou por uma importante mudança de rota, de sociedade erudita, começou a comportar-se como associação profissional, o que a levaria a se constituir em principal agente estruturados do campo da história, não com grande surpresa, as tensões entre diletantismo e profissionalismo ficaram mais evidentes. Ademais, passou a buscar outras fontes de poder e, progressivamente, o capital específico mais valorizado deixou de ser o político para ser o científico.

Neste capítulo, será abordada a mudança na estrutura de poder da AHA com a chegada dos disciplinados ao Conselho, o envolvimento da AHA em diversas iniciativas que viabilizariam as profissões em história e, por fim, as tensões surgidas a partir da vacância de poder gerada pela resignação de H. B. Adams, que possibilitou a abertura para que diferentes projetos para o futuro da associação fossem postos por sujeitos que tinham compreensões diversas sobre como ela deveria ser estruturada.

5.1 Mudanças com relação ao poder

5.1.1 Crise na aliança recém-instituída

Por pressões do grupo de historiadores disciplinados da associação, os encontros anuais passaram a ser rotativos a partir de 1896. Como visto no capítulo anterior, Herbert Baxter

Adams temia que isso pudesse enfraquecer a relação com o Estado e pôr em risco as conquistas obtidas com a Carta e Incorporação³⁴⁰. Instituída a rotatividade, o fantasma das consequências desse afastamento não deixou de assombrar os que, como Adams, compreendiam que a associação não sairia imune com a nova política, e isso foi expresso em 1898 pelo senador George F. Hoar, em uma carta endereçada ao secretário:

Acho desejável que a *Association* tenha dois encontros por ano, um no meio do inverno em Washington e o outro no verão, em alguma cidade importante, ou talvez, ocasionalmente, em algum lugar atraente à beira-mar, como Newport ou Atlantic City. É muito importante, de fato, manter nossos encontros em Washington. Tivemos muita sorte em conseguir uma lei que permita que nosso volume anual seja publicado e distribuído às custas do governo. Receio que uma hora ou outro alguém na Câmara vá atacar este arranjo e que seremos obrigados a imprimir nós mesmos os nossos volumes. Creio que o encontro anual em Washington na *Smithsonian Institution* seria de grande ajuda para manter essa relação quase oficial com os Estados Unidos, e que não é seguro descontinuá-la completamente³⁴¹.

O temor de Hoar aponta para a compreensão de que as políticas conquistadas pela associação estariam intimamente vinculadas à constante reafirmação das relações com o Congresso e, sendo assim, não eram um “direito adquirido”, por isso estariam sujeitas às mudanças de humores de senadores e representantes. O tempo provou que Hoar não estava equivocado.

O fim da política de encontros na capital não representou um movimento radical de término da política de proximidade com os politicamente influentes, mas o que fica evidente ao se analisar as atividades da associação é a centralidade que Adams tinha nessa política. Enquanto atuou na entidade, a estratégia de valorização de políticos se manteve viva, menos intensa do que nos anos anteriores a 1896, mas sempre presente. Só em 1896, há dois registros de solicitações do secretário para que Clark atendesse a pedidos de cópias extras de relatórios feitas pelo senador Hoar e pelo juiz Mellen Chamberlain, e nas duas cartas o argumento foi

³⁴⁰ Capítulo 3.

³⁴¹ “*I have thought it might be desirable that the Association should have two meetings a year, one at mid-winter in Washington, and the other in the summer, either at some important city, or perhaps occasionally at some attractive place by the seashore, such as Newport or Atlantic City. It is very important indeed to hold on to our Washington meetings. We have been very fortunate in securing legislation which permits our annual volume to be published and distributed at the expense of the Government. I am afraid some time or other somebody in the House will attack this provision, and that we shall be obliged to print our volumes ourselves. I think the annual meeting in Washington at the Smithsonian Institution a great help to retaining this quasi-official relation to the United States, and that it will be unsafe to discontinue them altogether.*” HOAR, George Frisbie. Carta a Herbert Baxter Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 215 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 14 nov.1898.

semelhante: “Ele é um grande amigo da *Association* e eu gostaria de favorecê-lo”³⁴². Ao longo de 1897, outros pedidos semelhantes apareceram nos documentos do secretário, além da iniciativa, partida do tesoureiro, de tornar o senador Peter White membro vitalício como gesto de reconhecimento por seus esforços em trazer novos membros para a associação³⁴³.

Peter White havia sido representante e posteriormente senador pelo estado do Michigan. Além da atuação política, esteve envolvido em inúmeros tipos de negócios: atuou na mineração de ferro, foi promotor do setor imobiliário e era banqueiro. Apesar do longo currículo profissional, White é hoje lembrado mais pela atuação filantrópica do que profissional. O ex-senador tornou-se membro da AHA no fim de 1896, e logo se tornou um importante membro pela sua atuação na conquista de novos membros e na busca por homens influentes para compor o programa dos encontros, como em 1897, quando convidou o ex-presidente Grover Cleveland para discursar no encontro daquele ano³⁴⁴.

A atuação de White é um capítulo interessante da história da AHA. No princípio, foi tratado como membro ilustre pela sua atuação na conquista de novos membros, o que era considerado de primeira importância, visto que estavam constantemente em busca de novos associados pagantes para que a sua receita fosse incrementada. No primeiro ano em que atuou na associação, por exemplo, White trouxe mais de 300 novos filiados. Mas a lua de mel com o político durou pouco. No ano seguinte, começaram a chegar cartas desses novos membros pedindo para se desassociar e informando que haviam sido nomeados por White sem autorização prévia, e que o próprio White havia realizado o pagamento da anuidade:

Senhores: Há pouco mais de um ano atrás, Hon. Peter White, de Marquette, Michigan, pagou para mim uma filiação na *Association* sem me consultar. Aprecio a capacidade do Sr. White em conseguir novos membros, pois estou ciente de que ele adicionou muito à sua lista. Não desejando ficar devendo, enviei ao Sr. White meu cheque para pagar a taxa de adesão, mas não posso ser membro da *Association* e, portanto, por favor, retire meu nome da lista³⁴⁵.

³⁴² “*He is a very good friend of the Association and I should like oblige him .*” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 5 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 02 dez 1896.

³⁴³ BOWEN, Clarence W. Carta a Herbert Baxter Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 215 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 22 mai. 1897.

³⁴⁴ BOURNE. Carta a Peter White. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 215 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 17 set. 1897.

³⁴⁵ “*Gentlemen: Something over a year ago, Hon. Peter White of Marquette, Mich., paid for a membership for me in the Association without consulting me. I appreciate Mr. White’s hustling abilities in getting new members, as I am aware that he has added largely to your list. Not caring to be under obligations, I sent Mr. White my check for membership fee. But I am not able to carry a membership in the Association, and you will therefore please drop my name from the roll.*” KINSEY, William H. Carta a AHA. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 215 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 28 dez. 1898.

Essa não foi a única carta enviada por nomeados por White pedindo para serem retirados da lista de membros apenas um ano após terem sido inseridos, mas o que torna essa mais interessante é a anotação escrita à mão por A. Howard Clark em seu cabeçalho: “Mostre ao Sr. Bowen para ilustrar os métodos de Peter White!”³⁴⁶.

Além do desconforto gerado pelo “método” de White, assim que começou a ser ativo na associação, passou a pressionar para que o encontro do ano de 1898 fosse em Detroit, importante centro urbano no estado do Michigan. Por decisão do Conselho Executivo, foi decidido que o pedido de White seria atendido no ano seguinte, porém, Albert Bushnell Hart achava que o encontro deveria ser em Boston³⁴⁷. Sabendo da inclinação de Hart, Peter White escreveu ao tesoureiro Clarence W. Bowen sobre a reunião do Conselho que ocorreria em New Haven, momento em que o local do encontro seguinte seria definido. Na missiva, garantiu que conseguiria novos membros se Detroit fosse escolhida, e a concluiu com uma nada sutil ameaça: “Meus planos estão feitos para comparecer ao encontro de dezembro em New Haven, mas se você diz que é uma conclusão antecipada de que Detroit não será escolhida para 1899, então não irei nem neste ano nem em nenhum outro”³⁴⁸. White saiu vitorioso e garantiu que, em 1899, Detroit fosse a anfitriã do encontro de historiadores.

Acredito que a insistência de White sobre o encontro ser em Detroit se deva por três motivos: em primeiro lugar, é inquestionável o compromisso que tomou para si de trazer novos membros para a AHA, chegando ao extremo de arcar com o pagamento da anuidade de inúmeros sujeitos que havia indicado. Além desse motivador “altruísta”, ele havia prometido a centenas de novos membros do estado que o encontro seria lá, e a escolha de outro local o colocaria em uma posição desagradável perante essas pessoas, o que expressou a Bowen na carta citada acima. Contudo, um terceiro motivo, não expresso em nenhuma carta escrita por White que tenha sido preservada, seria os ganhos econômicos que a cidade obteria em sediar o evento. Nos arquivos da associação, é possível encontrar centenas de cartas ao Conselho enviadas por câmaras de comércio de diversas cidades expressando o desejo de que o encontro da associação fosse em sua cidade³⁴⁹. Isso porque a AHA que, geralmente, dividia o encontro

³⁴⁶ “*Show to Mr. Bowen to illustrate Peter White’s methods!*” CLARK, A. Howard. In KINSEY, William H. Carta a AHA. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 215 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 28 dez. 1898.

³⁴⁷ HART, Albert Bushnell. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 215 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 16 dez. 1898.

³⁴⁸ “*My plans are all made to attend the December meeting in New Haven, but if you say it is a foregone conclusion that Detroit will not be fixed upon 1899, then I will not go either this year or any other.*” WHITE, Peter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 215 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 02 dez. 1898.

³⁴⁹ Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo, Caixa 471 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

com diversas outras associações profissionais, atraía centenas de pessoas para os seus encontros, que, por três dias, ficavam hospedadas nos hotéis da cidade anfitriã e frequentavam seus estabelecimentos, de modo que sediar esse tipo de evento era um empreendimento bastante lucrativo para uma localidade. Mesmo que isso não tenha sido expresso por White, é plausível considerar que esse tenha sido um dos motivos para que ele tenha feito tanta questão de que o encontro fosse em seu estado. Outrossim, também é possível supor que conseguir com que o encontro fosse lá poderia significar ganhos simbólicos ao banqueiro, como o prestígio por ter feito de seu estado o anfitrião de um evento científico de grande importância. Desse modo, acredito que a relação de ganhos entre a associação e seus membros influentes fosse de mão dupla, cada um tirando vantagens do que o outro pudesse oferecer.

Peter White foi o último honorário realmente ativo na associação, e não é pouco significativo que, após 1901, desaparece da troca de cartas do Conselho. Em carta escrita naquele ano por James Harvey Robinson ao então secretário do conselho Charles Homer Haskins, o primeiro expressou a inconformidade que percebia entre a concepção que White tinha da entidade e o que ela de fato seria: “Devo dizer que não acho que a noção de Peter White sobre a função da *Association* coincida em todos os pontos com a de um profissional”³⁵⁰. São poucos os registros que há de conflitos diretos entre o grupo de historiadores disciplinados e o de diletantes, muito provavelmente porque as demonstrações de insatisfação deveriam ocorrer antes presencialmente do que por cartas, e, se por cartas, esses registros ficaram em arquivos pessoais, e não entre os documentos oficiais da associação. Por esse motivo, os conflitos são notados muito sutilmente nas cartas oficiais, como foi o caso da nota escrita à mão por Clark sobre o método de White para conseguir novos membros. Nesse sentido, os episódios com Peter White, por mais “sutis” que sejam, são um dos poucos casos registrados de tensões entre os dois grupos que disputavam na entidade na virada do século, onde, por um lado, havia um sujeito preocupado com uma questão prática da associação, que era a necessidade de conquistar novos membros pagantes para mantê-la, e, por outro, um grupo preocupado em garantir que fosse alto o seu padrão.

Essa disputa começou a ser vencida pelos profissionais disciplinados quando os encontros passaram a ser rotativos, mas a vitória foi acelerada após a morte de H. B. Adams, e logo a “profecia” de George F. Hoar sobre o que aconteceria se a associação deixasse de cultivar

³⁵⁰ “I must say that I don’t think that Peter White’s notion of the function of the *Association* is likely to coincide at every point with that of the professional.” ROBINSON, James Harvey. Carta a Charles Homer Haskins. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 01 dez. 1901.

suas relações com Washington se cumpriu: em 1905, quando ela já estava bastante enfraquecida e já não havia “amigos da história” no Congresso que intercedessem por ela, a impressão de seus relatórios anuais pela Editora do Governo foi de fato questionada, exatamente como o senador havia previsto que aconteceria.

A partir do momento em que a associação tomou para si a tarefa de publicar nos seus relatórios coletâneas inteiras de documentos históricos, a relatar nesses volumes as discussões que começou a promover nos encontros sobre ensino, pesquisa, arquivos etc., além de publicar as monografias vencedoras de concursos, o seu tamanho aumentou significativamente (de um para dois ou três volumes publicados anualmente). O valor estabelecido para a impressão na Editora no Governo logo se mostrou insuficiente: a quantia de membros aumentava anualmente e parte significativa dos volumes era destinada à SI para alimentar o seu sistema de trocas de materiais e outra parte com o Congresso para ser distribuída entre os senadores e representantes. Em 1905, diante do dilema do descompasso entre volumes impressos e o número de membros, faltariam volumes referentes ao ano de 1904, e o Conselho considerou tentar novamente um aumento da cota no Congresso. Na reunião dos conselheiros, que ocorria todos os anos no feriado de Ação de Graças na cidade de Nova York, eles consideraram que o momento não seria oportuno para tentarem uma mudança na legislação referente à impressão. Mesmo assim, definiram que um comitê seria nomeado para providenciar as cópias adicionais e estudar saídas para a futura política de impressões da associação³⁵¹.

Antes mesmo de o Conselho começar a se movimentar para resolver a questão, Clark, então secretário da associação, recebeu uma carta do representante James B. Perkins, membro do *Joint Committee on Printing* do Congresso, informando que a cota de impressos para a AHA seria reduzida. Perkins era membro da associação e, na resposta enviada a ele, Clark argumentou que, sendo ele membro, sabia da importância dos relatórios e da dificuldade que vinham passando pela sua insuficiência, que em vez de reduzida, a cota deveria ser aumentada:

A cota da *Association* e da *Smithsonian Institution* está agora longe de ser suficiente para atender à demanda legítima de sociedades históricas, bibliotecas e historiadores e, portanto, sugiro que, se for necessário reduzir o total, seja feito por outros meios que não cortando a cota da *Association*, que deveria, se possível, ser aumentada para 3.000 exemplares em vez de diminuída. Posso entrar em detalhes quanto ao valor nacional desses

³⁵¹ HASKINS, Charles Homer. Minutes of the Meeting of the Executive Council of the American Historical Association held in New York December 1, 1905. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo, Caixa 255 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 01 dez. 1905.

relatórios, mas como você está familiarizado com os fatos, isso parece desnecessário, a menos que você deseje³⁵².

Em resposta, Perkins informou que estavam ocorrendo discussões sobre a razão pela qual o governo deveria arcar com os custos dos relatórios da associação, “Sem dúvida, eles são valiosos, como muitos outros relatórios de associações eruditas, mas alguns insistem que o governo não deve imprimir-los mais do que deveria imprimir os relatórios de outras associações históricas, médicas e eruditas”³⁵³. Tentando reverter a situação, Clark apelou para a antiga estratégia de seu antecessor H. B. Adams, e iniciou a busca por influentes que pudessem interceder pela causa da associação. No dia 15 de dezembro, escreveu a Charles H. Haskins, que sabia ser amigo do representante, pedindo para que conversasse com ele sobre a questão. No mesmo dia, escreveu uma carta semelhante a Clarence W. Bowen, afirmando saber que Perkins teria poder para resolver a questão, mas que precisaria ser convencido:

O Sr. Perkins teria, penso eu, todo o poder necessário para manter a nossa situação atual, mas provavelmente deva ser fortalecido com fatos. Se você conhece quaisquer membros proeminentes da *Association* que o conheçam pessoalmente, ou a outros membros do Comitê de Impressão, seria sensato que eles encontrassem esses membros do Comitê ou escrevessem a eles em nosso favor³⁵⁴.

Não encontrei registros sobre cartas que, possivelmente, tenham sido enviadas ao político por membros do Conselho ou por outros influentes a pedido da associação, mas há uma

³⁵² “*The quota of the Association and the Smithsonian Institution is now far from sufficient to meet the legitimate demand from historical societies, libraries, and writers of history and I would Therefore suggest that if it becomes necessary for you to reduce the total it be done by some other means than by cutting the Associations quota, which should if possible be increased to 3.000 copies rather than be diminished. I might enter into details as to the national value of these Reports but as you are familiar with the facts this seems unnecessary unless you desire it.*” CLARK, A. Howard. Carta a James B. Perkins. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 1, Livro 3, p.23-24 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 12 dez. 1905.

³⁵³ “*Doubtless they are valuable like many other reports of learned associations, but it has been insisted by some that the government ought not print them any more than the reports of other historical, medical, and learned associations.*” PERKINS, James B. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 8. (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 12 dez. 1905.

³⁵⁴ “*Mr. Perkins would, I think, have all the influence necessary in preserving our present status but he probably ought to be fortified with facts. If you know any prominent members of the Association who are personally acquainted with him or with other members of the Printing Committee, you may deem it wise to have them see these Committeemen or to write to them in our interest.*” CLARK, A. Howard. Carta a Charles Homer Haskins. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 1, Livro 3, p.35. (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 15 dez. 1905; CLARK, A. Howard. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 1, Livro 3, p.35. (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 15 dez. 1905, p.35.

carta de Clark enviada a Haskins informando a linha argumentativa que o colega deveria utilizar ao interpelar Perkins:

Em grande medida por meio dos esforços da Comissão de Manuscritos da *Association*, a Biblioteca do Congresso conseguiu preservar várias coleções valiosas de manuscritos sobre a história americana. A Comissão de Arquivos preocupa-se particularmente com a coleta de informações sobre o estado atual dos Arquivos Públicos dos vários estados, arquivos que são, em muitos aspectos, o verdadeiro fundamento da história de nossa nação como um todo. Foi proposto no Congresso há alguns anos por um representante de um dos estados do Sul que este mesmo trabalho deveria ser feito por autoridade direta e às custas do Governo Nacional, mas um plano definitivo para sua realização não foi desenvolvido. Esta associação, no entanto, está fazendo esse trabalho às suas próprias custas por meio de sua Comissão de Arquivos com membros adjuntos nos vários estados, e já efetuou a organização de várias Comissões Estaduais de Arquivos que garantem a preservação futura dos arquivos estaduais e municipais³⁵⁵.

Apesar das tentativas do Conselho, a decisão do comitê de impressões do Congresso não foi revertida, o valor alçado foi reduzido de 7 mil para 5 mil dólares e, durante todo o ano de 1906, o Conselho estudou possibilidades para diminuir o tamanho dos relatórios e encontrar soluções para o seu problema financeiro.

O dilema sobre a impressão dos relatórios do ano de 1905 possibilita algumas reflexões. Em primeiro lugar, fazia dez anos que a AHA havia abandonado sua política mais sistemática de conexões com Washington, e como Hoar havia previsto, a relação entre a entidade e o Congresso enfraquecera. Além disso, o argumento utilizado por Clark é sintomático da percepção que tinham de que a obrigação de promover os estudos históricos no país seria do Estado e que ele não estaria cumprindo o seu papel. Ele cita, por exemplo, uma iniciativa que será vista na seção relativa aos documentos públicos, em que um congressista procurou a associação para que propusessem uma lei em que o Estado tomaria parte mais ativa na coleta e disponibilização de documentos históricos. Contudo, após meses tramitando nas duas Casas, o projeto de lei foi abandonado, fortalecendo a noção presente na associação de que deveriam eles mesmos realizar tarefas que em outros países eram feitas pelo poder público. Por fim, a

³⁵⁵ “*Largely through the efforts of the Manuscript Commission of the Association, the Library of Congress has been able to secure several most valuable collections of manuscripts pertaining to American history. The Archives Commission has concerned itself particularly with the gathering of information concerning the present condition of the Public Archives of the several States, such archives as are in many respects the real foundation of the history of our nation as a whole. It was proposed in Congress a few years ago by a Representative from one of the Southern states that this very work should be done by direct authority and at the expense of the National Government but a definite plan for its accomplishment was not developed. This Association, however, is doing that work at its own expense through its Archives Commission with adjunct members in the several states, and has already effected the organization of several State Record Commissions that insures the future preservation of state and municipal archives.*” Ibidem, p.37-38.

reposta dos congressistas, que tiveram Perkins como porta-voz, também é significativa: a obrigação do Estado com os estudos históricos não seria maior do que com qualquer outro campo de conhecimento. Desse modo, a derrota da AHA em 1905 pode ser tomada como resultado tanto da isenção do governo quanto da mudança na política de sustentação da entidade iniciada em 1896, quando os esforços antes mobilizados para a fortalecimento das conexões políticas foram direcionados ao desenvolvimento científico do campo.

Todavia, isso não quer dizer que a AHA tenha abandonado totalmente sua política de associação às elites do poder. Na sua incapacidade de estabelecer relações sólidas com o governo federal, tanto pela postura do próprio governo quanto pela falta de disposição de seu Conselho, ela se voltou para os poderes locais, agindo diretamente nos estados a fim de conseguir políticas de preservação de documentos, conquistar espaço de atuação profissional aos professores de história nas escolas e disseminar a disciplina através das sociedades históricas estaduais e locais.

5.1.2 *A American Historical Association vai à busca de novas alianças*

Quando Adams lutava para que os encontros fossem em Washington D.C., ele pensava nos ganhos em se manter próximo do Congresso e que os laços construídos poderiam fortalecer tanto a associação quanto o campo da história a partir da esfera de poder público federal. Adams era amigo das sociedades locais, mas pelas suas ações, é possível conjecturar que ele as valorizava mais pela sua importância em questões práticas, como um apoio aos estudantes de história que não estivessem nos grandes centros (principalmente pela compreensão da importância dessas instituições para o desenvolvimento dos estudos históricos nos estados pelos seus arquivos e bibliotecas, fundamentais para as pesquisas de historiadores que tinham como objeto temas de história regional) do que pela sua importância política. A partir de 1897, iniciativas mais sistemáticas de aproximação começaram a ser tomadas dentro da associação, coincidentemente (ou não) após a decisão fundamental de tornar os encontros itinerantes. A busca pela proximidade pode ser entendida como uma estratégia política de fortalecimento da associação nos estados, como uma busca por autoridade de baixo para cima, já que de cima para baixo mostrou ser um caminho tortuoso e, talvez, não o mais simples de trilhar.

Mas essa aproximação não era questão pacífica dentro da AHA. As sociedades estaduais e locais não seguiam a mesma lógica da associação, que estava se profissionalizando; eram mais frequentadas por antiquários, diletantes, genealogistas e comunidade da localidade do que pelo novo grupo de disciplinados. Por isso, os membros da associação que estavam preocupados

com o avanço da história-disciplina viam com desconfiança uma relação que consideravam pouco produtiva para essa finalidade. Por outro lado, historiadores que atuavam em universidades menores e frequentavam sua sociedade local compreendiam a importância de manter esses laços. Essa querela é muito bem documentada em algumas cartas recebidas por H.B. Adams em 1890.

Naquele ano, Andrew Dickson White, ex-presidente da AHA, propôs que circulares fossem enviadas às sociedades estaduais com a finalidade de estreitar relações com essas instituições e de conseguirem mais membros, já que era importante que o número de associados pagantes de anuidades fosse alto para que a associação tivesse uma boa reserva financeira com o intuito de promover as suas atividades. Além disso, quando essas sociedades se filiavam, recebiam os relatórios da AHA, o que significava maior distribuição de seus materiais e maior visibilidade da instituição em regiões remotas e, por outro lado, a própria associação poderia receber materiais produzidos por elas, aumentando assim o seu próprio acervo³⁵⁶.

Poucos dias após essa decisão ser tomada, Adams recebeu uma carta de J. Franklin Jameson em que este expressava a sua opinião, polida, mas contundente, sobre a iniciativa:

Não tenho dúvidas de que o movimento terá resultados importantes e, provavelmente, eles podem ser benéficos no geral. Como você sabe, não tenho uma opinião elevada sobre nossas sociedades históricas locais, com duas ou três exceções. A nova iniciativa, em minha opinião, provavelmente ampliará o escopo e aumentará a popularidade das atividades da *Association* muito mais do que melhorará suas qualidades acadêmicas, já que é para resultar em alianças com as sociedades locais e não com universidades e professores universitários. Essa parece ser a tendência. Este ano, pela primeira vez na história da *Association*, eu acho, seu conselho executivo é composto principalmente por pessoas que não ensinam história. Agora, considero que a esperança em uma boa escrita da história no futuro esteja nos professores, já que a instrução de pós-graduados alcançou tal extensão a ponto de tornar-se possíveis “escolas”, seguidores pessoais e o aprendizado do ofício. Eu considero as sociedades históricas pouco importante intelectualmente, exceto como fiduciárias de materiais e como possíveis promotoras de publicações. [...]. Um movimento para manter e fortalecer a aliança com o corpo docente parece-me, portanto, provavelmente mais benéfico para a qualidade das operações da *Association* do que isso. Mas como sou, embora crítico, um crítico totalmente amigável, desejo o sucesso do movimento; é em todos os eventos suscetíveis de aumentar o interesse popular, e, se os padrões do organismo central podem ser mantidos suficientemente altos, pode ajudar a tirar as organizações locais da sua mesquinhez e esterilidade³⁵⁷.

³⁵⁶ ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Andrew Dickson White, 4 fev. 1890. In: HOLT (org.). **Historical Scholarship in the United States...** Op.cit. p.126.

³⁵⁷ “I doubt not the movement will have important results, and probably enough they may be beneficial in the main. As you know, I do not entertain a high opinion of our local historical societies, with two or three exceptions. The new movement is, in my opinion, likely to widen the scope and increase the popularity of the Association's activities

Nessa carta Jameson não esconde sua hostilidade com relação às sociedades históricas locais, que poderiam ser valorizadas, no máximo, pelo trabalho de gestão e publicação de documentos; desse modo, a aproximação só seria frutífera para ampliar a popularidade da AHA. Também evidencia suas concepções sobre como deveria ser a própria AHA e que tipo de alianças deveria buscar: precisaria ser uma entidade gerida por um conselho composto por historiadores disciplinados, que seriam as pessoas indicadas para o desenvolvimento de um campo científico tal qual almejavam, sendo assim, as políticas de aproximação deveriam priorizar acadêmicos. Como Adams não costumava guardar cópias das cartas que enviava, não se sabe o que (ou se) ele respondeu ao seu ex-aluno, mas uma carta de Frederick Jackson Turner, recebida meses depois pelo secretário, indica uma postura diferente com relação a essas sociedades.

Turner havia estudado e atuava como professor na *University of Wisconsin*, instituição do Centro-Oeste que foi uma das primeiras a desenvolver um sólido programa de história fora da Costa Leste. Além da universidade, o estado contava com uma das mais bem desenvolvidas sociedades históricas do país, que mantinha um importante arquivo e biblioteca. No caso de Wisconsin, a sociedade estava intimamente conectada à universidade, de modo que estudantes de história se beneficiavam tanto dos livros quanto dos documentos na realização de suas pesquisas. Na carta enviada a Adams, em 27 de setembro de 1890, Turner não defende a política de aproximação a essas instituições, mas o importante é que, diferente de Jameson, enxergava suas potencialidades para o objetivo comum que tinham de desenvolvimento da disciplina. Nela, é possível compreender que o secretário da AHA havia sido convidado para apresentar um texto no encontro da sociedade naquele ano e havia aceitado. Turner escreveu ao seu ex-professor sobre a importância da instituição não só para o estado, mas para toda a região: conta que ela administrava uma das melhores bibliotecas de história do país e que fazia um importante trabalho e coleta de documentos, “Não se dedica a coletar informações sobre a primeira criança

much more than to improve its qualities of scholarship, if it is to result in alliance with the local societies rather than with the university and collegiate teachers. That seems to be the tendency. This year, for the first time in the history of the Association, I think, its executive council is mainly composed of persons who do no teaching history. Now I consider the hope of good historical writing in the future to rest with the teachers, now that the instruction of graduates has reached such an extension as to make “schools”, personal followings, and the learning of the trade possible. The historical societies I consider of little account intellectually, except as trustees of material and as possible furthers of publication. [...]. A movement to maintain and strengthen the alliance with the professorial body appears to me, therefore, likely to be of more benefit to the quality of the Association's operations than this. But as I am, if critical, a wholly friendly critic, I wish the movement success; it is at all events likely to increase popular interest, and, if the standards of the central body can be kept sufficiently high, it may do something to lift the local organizations out of their pettiness and sterility.” JAMESON, John Franklin. Carta a Herbert Baxter Adams, 21 fev. 1890. Ibidem, p.127-8.

branca e esse tipo de coisa [...]”³⁵⁸, ou seja, o valor da instituição fora medido pelo seu trabalho feito no avanço dos estudos históricos acadêmicos.

Esse tipo de discussão foi comum ao longo dos primeiros anos da associação, contudo, é em 1897 que políticas nesse sentido começam a ser postas em prática. Para o encontro daquele ano, o comitê responsável pela elaboração do programa encomendou dois textos sobre as sociedades históricas estaduais, um de J. Franklin Jameson e outro de Reuben G. Thwaites, secretário da *State Historical Society of Wisconsin*.

No primeiro texto, *The functions of state and local historical societies with respect to research and publication*, Jameson abordou as sociedades históricas estaduais americanas em comparação com as europeias, afirmando que, apesar de o investimento dos estados nessas instituições ser muito superior aos investimentos feitos em países europeus, a qualidade dos resultados apresentados pelas primeiras era significativamente inferior: “os resultados são lamentavelmente desproporcionais a este investimento gigantesco”³⁵⁹. Diversos seriam os motivos para que isso acontecesse, e ao longo do texto o historiador fez algumas sugestões para que as iniciativas das sociedades estaduais se tornassem relevantes no contexto de mudanças da atividade historiadora.

Em primeiro lugar, as sociedades se preocupavam eminentemente com história local, o que não seria um problema por serem instituições locais, mas não conseguiam fazer isso conectado à Nação de maneira mais ampla, tornando suas iniciativas irrelevantes às novas abordagens de estudos históricos. Essa postura fazia com que não fossem frequentadas pelas poucas centenas de membros que a mantinham apenas para ajudar, tornando-se propriedade exclusiva de “alguns antiquários fossilizados”. Uma classe de pessoas que poderia se interessar pelas suas atividades seria a dos professores universitários de história, porém, eles não poderiam se importar com objetos que fossem apenas locais. Desse modo, a sugestão seria que as sociedades passassem a adotar em suas atividades e produções uma abordagem local que possibilitasse pensar o geral³⁶⁰.

Sugeriu também que elas valorizassem mais os períodos recentes da história americana em suas publicações, já que, até aquele momento, grande parte seria destinada ao período colonial ou, no máximo, Revolução Americana. Jameson atribuiu essa postura ao interesse

³⁵⁸ “it does not devote its time to collecting information as to the first white child and that sort of thing [...]” TURNER, Frederick Jackson. Carta a Herbert Baxter Adams, 27 set. 1890. Ibidem, p.136-7.

³⁵⁹ “the results are lamentably out of proportion to this gigantic investment” JAMESON, John Franklin. The functions of state and local historical societies with respect to research and publication. In.: ADAMS, Herbert Baxter (org.). **American Historical Association for the Year 1897**. Washington: Government Printing Office, 1898. p.54.

³⁶⁰ Ibidem, p.55-56.

popular generalizado nesses tópicos, e defendeu que uma sociedade não poderia deixar de pautar tópicos importantes apenas por não serem populares:

Uma sociedade histórica não deve desprezar a popularidade; mas mostra uma falta de coragem, e a meu ver completamente desnecessária, se evita tópicos de real importância porque ainda não são objetos de interesse popular, ou permite que as fantasias populares a desviem do que realmente pensa ser o melhor trabalho³⁶¹.

O historiador criticou duramente o costume de publicarem genealogias. Esse tipo de material era o que mais atraía o grande público às bibliotecas em busca de suas origens, “[...] para provar seu direito de entrar no círculo encantado dos Filhos Disto ou das Filhas Daquilo”³⁶², e por esse motivo as sociedades estaduais investiam tanto na sua produção, contudo, os fundos para publicações deveriam ser destinados ao avanço dos estudos históricos, à publicação de documentos que seriam de interesse coletivo, e não de genealogias que servissem apenas às finalidades individuais. Como sugestão final, defendeu que a contribuição mais útil que essas sociedades poderiam fazer seria publicar documentos históricos e outros materiais, e não artigos, já que grande parte dos trabalhos publicados eram antiquados ou estavam obsoletos, sendo a publicação de fontes o que elas poderiam fazer de duradouro³⁶³.

O texto todo tem um tom hostil, como quando chamou os frequentadores de algumas sociedades de “antiquários fossilizados”³⁶⁴, o que não deixa de ser emblemático, já que foi encomendado em um contexto no qual a associação estava decidida a se aproximar dessas instituições locais. Seria interessante saber como foi a recepção dessa apresentação, mas pelos anais do evento não é possível determinar se conflitos foram gerados a partir de sua leitura. É importante, no entanto, compreender o significado mais profundo do texto de Jameson: ele retrata a visão de um historiador disciplinado da Nova Inglaterra que, naquele momento (1897), sonhava em fazer de Washington D.C. o centro dos estudos históricos nos Estados Unidos e que compreendia muito pouco a importância política das alianças locais para o fortalecimento da associação e do campo. Para ele, a legitimidade da história estava dada na sua cientificidade, e não necessariamente precisaria ser construída publicamente, e talvez por isso o menosprezo

³⁶¹ “An historical society must not disdain popularity; but it shows a woful, and to my mind a quite unnecessary, want Of courage if it avoids topics of real importance because they are not yet objects of popular interest, or permits popular fancies to divert it from what it really thinks to be its best work.” Ibidem, p.57.

³⁶² “[...] to prove their right to entrance into the charmed circle of the Sons of This or the Daughters of That” Ibidem, p.58.

³⁶³ Ibidem, p.59

³⁶⁴ “Not a few of our historical societies consist of two or three hundred sustaining members, who like to help in keeping up such an institution, and who are not without interest in American history, but who never attend the meetings, which have become the exclusive property of a few fossilized antiquarians” Ibidem, p.56.

às iniciativas das sociedades locais que visavam agradar ao público não especializado, porque, para ele, essas instituições cumpririam o seu papel social servindo aos estudos históricos disciplinados, respondendo antes às demandas científicas do que às demandas populares por história.

O texto apresentado por Thwaites, *State-supported historical societies and their functions*, tem um tom completamente diferente. Apesar de não diminuir a importância das sociedades históricas para o avanço dos estudos disciplinados, enfatizou a sua importância para a comunidade porque seria o que legitimaria o recebimento de investimentos públicos e a sua sobrevivência. O secretário falou principalmente a partir do caso de sua própria sociedade por ter mais conhecimento, e também por ter sido a primeira instituição daquele tipo a receber suporte do estado. Para ele, a liderança do secretário anterior, Lyman C. Draper, havia sido fundamental para que ela florescesse, já que fora ele quem havia compreendido que deveriam buscar o apoio do governo. Além disso, a instituição buscou alianças locais, aumentou o círculo de apoiadores e cresceu a partir disso³⁶⁵.

Outro fator central para o sucesso da instituição estaria em sua composição geral, sendo uma sociedade menos conservadora na questão das qualificações exigidas para se tornar membro do que as suas irmãs mais antigas. Apesar de diversos debates sobre torná-la exclusiva a sujeitos escolarizados, compreenderam que isso faria com que a instituição perdesse membros proeminentes e que o estado não financiaria um projeto que fosse destinado a um grupo específico da comunidade³⁶⁶.

No texto de Thwaites, o diferente é a compreensão da popularidade da sociedade como um aspecto importante, se não fundamental, para a sua existência e sucesso de suas atividades, e de que a sua própria natureza de instituição financiada pelo estado moldava suas peculiaridades, como a centralidade do museu e a preocupação de inserir em suas publicações textos de história local e sobre o crescimento social e econômico da região que fossem atraentes ao público amplo. Por outro lado, há a noção de que publicações dedicadas somente a documentos, como o que havia defendido Jameson, seria considerado um desperdício de dinheiro público por essas pessoas³⁶⁷.

Ao final do texto, o secretário partiu para abordagens mais gerais sobre princípios a serem seguidos pelas instituições financiadas pelo estado: para continuarem a receber fundos,

³⁶⁵ THWAITES. Reuben Gold. *State-supported historical societies and their functions*. In.: ADAMS, Herbert Baxter (org.). **American Historical Association for the Year 1897**. Washington: Government Printing Office, 1898. p.65.

³⁶⁶ Ibidem, p.66.

³⁶⁷ Ibidem, p.67.

precisariam ser populares em sua organização e método, demonstrando a sua utilidade constantemente, sem cair no perigo tanto da interferência quanto da indiferença política; os seus dirigentes deveriam ser homens que verdadeiramente acreditassem no empreendimento no qual estavam envolvidos, que possuíssem abordagens modernas e que não fossem meros antiquários, que inspirassem confiança e fossem capazes de negociar pelo bem público: “Em suma, homens sérios, práticos e experientes, nos quais tanto estudiosos quanto homens de negócios podem confiar”³⁶⁸.

Por fim, pontuou questões práticas relativas à função dessas instituições: elas deveriam manter um museu por ser atrativo ao público, mais do que bibliotecas e arquivos; manter uma galeria de retratos dos notáveis do estado; ser a guardiã dos arquivos da comunidade, influenciando os seus cidadãos a deixarem eventuais documentos históricos que possuíssem aos cuidados da instituição; manter uma biblioteca de escopo amplo, não restringindo a compra de livros referentes apenas à história do estado, atendendo assim as necessidades de acadêmicos; realizar o que chamou de “trabalho de campo”, que seria a coleta de narrativas de experiências dos pioneiros da localidade, além de materiais documentais que pudessem ter; onde não houvesse departamentos de estatísticas, atuar como um escritório de informações gerais; publicar bons materiais sobre a história do estado que pudessem ser úteis aos acadêmicos e público geral³⁶⁹.

O texto de Thwaites é essencialmente diferente do de Jameson porque, enquanto o segundo atrela a importância das sociedades históricas estaduais ao que podem oferecer ao avanço da historiografia acadêmica, o primeiro, mesmo não negando a importância dessa dimensão, enfatiza a natureza pública das instituições financiadas pelo estado e, sendo assim, o compromisso que deveriam ter com o público amplo. Enquanto um compreendia que a legitimidade dessas instituições emanava de seu compromisso com a ciência, o outro acreditava que a sua legitimidade emanava do compromisso com os cidadãos. Além disso, em Thwaites há uma sábia compreensão da importância de fortalecer os laços com o poder político e econômico local pois, em última instância, eram eles que mantinham viva a sociedade.

Nesse mesmo encontro em que foram apresentados os textos mencionados, um plano proposto pela historiadora Lucy Salmon para que sociedades históricas estaduais e locais se filiassem à AHA foi implementado. Esse plano previa que qualquer sociedade poderia se filiar mediante a aprovação do Conselho e pagamento da anuidade. Elas ficariam responsáveis por

³⁶⁸ “*in short, earnest, practical, experienced men, in whom both scholars and men of affairs may repose confidence*” Ibidem, p.69.

³⁶⁹ Ibidem, p.69-71.

apresentar anualmente ao secretário uma lista completa com os nomes e endereços de seus membros. Por outro lado, a associação se comprometeria a enviar os programas dos encontros e outras circulares, além de publicar o nome de todas as sociedades afiliadas nos relatórios dos encontros, assim como os nomes dos principais membros de seu corpo³⁷⁰. Essa iniciativa tinha como finalidade imediata trazer as sociedades locais para mais perto da AHA, bem como ajudaria a aumentar o seu número de membros já que teriam acesso a endereços de interessados em história para enviar convites de filiação.

Entre 1903 e 1904, outras duas iniciativas foram implementadas para trazer essas sociedades históricas para junto da AHA. Em primeiro lugar, instituíram o que foi chamado de “*Pacific Coast Branch*”, que seria uma filial da associação no Oeste, com corpo executivo e encontros próprios, que reuniria historiadores, interessados em história e, principalmente, lideranças das sociedades históricas da região³⁷¹. Era a AHA, formalmente, estendendo a sua influência em direção ao Oeste. Também decidiram que, a partir de 1905, haveria uma conferência de sociedades estaduais e locais durante os encontros para que essas instituições pudessem unir-se entre si e à própria associação para que, através de cooperação mútua, objetivos comuns fossem alcançados e trabalhos duplicados fossem evitados³⁷².

Essas iniciativas da AHA tinham como finalidade fazer da associação um centro de convergência das instituições locais, não somente proporcionando espaços de debates sobre questões que lhes eram próprias, mas principalmente disciplinando-as para que servissem aos estudos disciplinados, o que ficará mais evidente no capítulo seguinte. Além disso, a criação de laços com essas entidades e suas lideranças fortalecia a AHA nos âmbitos locais porque, o simples ato dessas sociedades de compor os encontros da entidade nacional era em si mesmo um gesto de reconhecimento de sua legitimidade enquanto agente organizador do empreendimento histórico. Como será visto adiante, o estabelecimento dessas novas alianças foi fundamental para que políticas pertinentes ao desenvolvimento do campo da história fossem instituídas diretamente nos estados, em especial iniciativas de coleta de documentos históricos, já que a incipiente relação com o governo federal, instituída pela Lei de Incorporação, não gerou os frutos que haviam sido imaginados.

³⁷⁰ ADAMS, Herbert Baxter (org.) **American Historical Association for the Year 1897**. Washington: Government Printing Office, 1898.

³⁷¹ HASKINS, Charles H. (org.) **American Historical Association for the Year 1903**. Washington: Government Printing Office, 1904. p.45-6.

³⁷² HASKINS, Charles H. (org.) **American Historical Association for the Year 1904**. Washington: Government Printing Office, 1905. p.23-4.

Entretanto, o que torna a conexão dessas sociedades históricas com a AHA tão interessante é que ela era uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo que a associação mudou a direção de seu olhar do centro para a periferia e buscou se legitimar como a grande promotora dos estudos históricos nos diversos estados através da aliança com essas sociedades que possuíam prestígio local, elas também lançaram mão do capital simbólico da AHA para fortalecerem-se em suas localidades. Em 1890, por exemplo, anos antes da institucionalização da política de aproximação mencionada, Herbert B. Adams foi convidado a participar do encontro da sociedade histórica de Wisconsin. Thwaites, então secretário, tomando proveito da oportunidade que teriam de receber aquele que era considerado a grande referência do campo em formação e de que estariam presentes importantes oficiais do estado, pediu a Adams para que ele os ajudasse a conquistar melhores condições junto ao seu governo, usando o espaço de fala que teria para exaltar as iniciativas que a sociedade vinha realizando e, ao mesmo tempo, pontuar a precariedade da estrutura física que abrigava tantos documentos históricos importantes:

Se você pudesse dizer que está surpreso ao ver uma coleção tão inestimável como a da Sociedade em aposentos mal adaptados para ela em todos os sentidos – aposentos de construção inadequada, mal ventilados, escuros, de tamanho capaz apenas de manter as adesões de mais cinco anos e, aparentemente, uma armadilha para incêndios; e sugerir fortemente que deveria haver um prédio novo e à prova de fogo e, se possível, a biblioteca da Universidade [de Wisconsin] também colocada sob o mesmo teto. O estado é rico o suficiente para construir um, e a necessidade é gritante³⁷³.

Thwaites concluiu o seu pedido expressando sua compreensão sobre a relação da entidade com o governo:

Nossa legislatura é boa o suficiente para nós, no geral, mas requer ser continuamente estimulada a cumprir seu dever, e a próxima assembleia é composta quase inteiramente de novos homens totalmente desconhecedores de nossas necessidades crescentes e da importância de nosso trabalho. Algumas palavras de sugestão e encorajamento de alguém de fora irão muito

³⁷³ “If you could say that you are surprised to see such a priceless collection as the Society has, in quarters ill-adapted for it, in every way, -quarters of awkward construction, ill-ventilated, dark, in extent only capable of holding the accessions of five years more, and apparently a regular fire-trap; and strongly suggest that there ought to be a new and fire-proof building, and if possible, the University [of Wisconsin] library also placed under the same roof. The State is wealthy enough to build one, and the need is crying.” THWAITES, Reuben G. Carta a Herbert Baxter Adams, 08 nov. 1890. In: HOLT (org.) **Historical Scholarship in the United States...** Op. cit. p.140.

mais longe do que qualquer coisa que possamos dizer. Nosso povo do Oeste naturalmente gosta de ouvir elogios por seu estado e suas instituições³⁷⁴.

O que torna esse documento tão interessante é a noção de que o apoio do governo estadual às atividades desenvolvidas pela sociedade não era tomado como direito adquirido, de modo semelhante ao que seria expresso em 1898 por George F. Hoar, quando falou sobre os riscos do fim da política de encontros na capital. Nota-se, nos dois casos, uma clara consciência de que a relação construída era um contrato que deveria ser constantemente renovado a partir da legitimação pública, que também precisaria ser reafirmada. No caso da sociedade estadual, a afirmação de sua legitimidade perante o poder público foi buscada na figura de um importante representante da nova historiografia, mostrando o quão complexas eram as dinâmicas de formação das instituições de pesquisa naqueles anos: se, por um lado, Adams, como representante da historiografia disciplinada, buscava legitimidade para o seu campo e sua associação nas relações com sujeitos imbuídos de capital políticos e simbólico, por outro, Thwaites, representando uma sociedade histórica local, mais voltada ao público amplo do que ao profissional, buscava apoio em um sujeito imbuído de capital científico para conquistar benefícios semelhantes perante o seu governo local. Ou seja, os caminhos que ligavam a história ao poder público não eram de forma alguma lineares, mas sim bastante tortuosos, de modo que as credenciais de acesso podiam variar dependendo de onde se desejava entrar.

5.2 A *American Historical Association* como agente estruturador do campo

No momento em que a AHA parou de priorizar a criação de laços considerados vantajosos, voltou-se para a realização de atividades voltadas ao avanço das profissões em história: viabilizar a circulação de documentos históricos, estabelecer currículos escolares e envolver-se, mesmo que de modo incipiente, na disciplinarização da pesquisa. A própria política de aproximarem-se das sociedades locais e estaduais pode ser tomada como uma dessas iniciativas para fazer que se desenvolvesse o campo, uma vez que elas eram consideradas importantes pelos documentos históricos que abrigavam e bibliotecas que mantinham.

³⁷⁴ “Our legislature is good enough to us, on the whole, but it requires to be continually spurred up to its duty, and the coming assembly is composed almost entirely of new men wholly unacquainted with our growing needs and the importance of our work. A few words of suggestion and encouragement from an outsider will go much further than anything we can say. Our Western people naturally like to hear praise for their state and its institutions.” Ibidem, p.140.

5.2.1 Comitê de Manuscritos

A administração pública foi sempre uma máquina de produção de documentos que, de maneira geral, eram geridos pelas próprias instituições que os haviam produzido, mas em diferentes momentos, diversos países compreenderam que seria mais prático e econômico manter os documentos governamentais em arquivos gerais sob os cuidados de profissionais, o que otimizaria a gestão pública e, em consequência, viabilizaria o trabalho de historiadores interessados em realizar pesquisas sobre os seus países. Contudo, nos Estados Unidos a situação foi diferente. Por muitas décadas, grupos preocupados com a otimização da gestão ou que compreendiam o valor histórico dos registros públicos lutaram para que o governo federal assumisse a responsabilidade pela salvaguarda e pela construção de arquivos; não apenas isso, mas que atuasse também na aquisição de manuscritos considerados historicamente importantes e viabilizasse a sua publicação e circulação.

Iniciativas para a criação de arquivos públicos nos estados foram tomadas desde o período colonial, porém, as estruturas para a manutenção dos documentos eram bastante precárias. Instituições locais – como sociedades históricas, bibliotecas, universidades e, em alguns casos, os próprios governos estaduais –, buscaram manter coleções, mas estas eram constituídas em grande parte por cópias de documentos europeus, sendo os originais muito mal preservados³⁷⁵.

Em meados do século XIX, grande parte das nações europeias havia estabelecido sistemas de arquivos ligados ao governo, todavia, nos EUA essa necessidade só começou a ser seriamente encarada no fim daquele século, quando, em função da disciplinarização da história, esses documentos passaram a ser reivindicados para as pesquisas especializadas. Americanos que haviam estudado na Europa naquele século, ao retornarem ao seu país, tomaram como central o trato com registros públicos e manuscritos, principalmente nos seminários em desenvolvimento, de modo que para o desenvolvimento dessa nova prática seria fundamental posicionaram-se a favor da preservação de documentos e de sua acessibilidade³⁷⁶.

Os documentos federais passavam por problemas semelhantes aos dos estaduais. Após a Independência dos Estados Unidos, houve certa consciência por parte de governantes de que seria importante que políticas de preservação de arquivos públicos fossem ser instituídas, mas por décadas essa foi uma luta infrutífera. Em um primeiro momento, parte dos registros foram mantidos nas próprias instituições que os haviam produzido e parte sob custódia do

³⁷⁵ POSNER, Ernest. **American State Archives**. Chicago, 1964. p.13.

³⁷⁶ *Ibidem*, p.17.

Departamento de Estado. Com as diversas mudanças de capital, esses documentos foram deslocados e muitos se perderam, principalmente em função de inúmeros incêndios ocorridos em estruturas que não eram apropriadas para a preservação³⁷⁷.

A primeira ação do Congresso para providenciar um local adequado a esses documentos foi em 1810, quando um comitê foi apontado para investigar as condições dos documentos federais americanos e o presidente Madison destinou 20 mil dólares para a construção de um local seguro para os registros. Com a ocupação inglesa de 1814, diversos documentos foram perdidos na queima de Washington, tornando necessárias outras iniciativas. Ao longo do século XIX, o governo providenciou a publicação de compilações de documentos selecionados, mas essas iniciativas, mesmo tendo possibilitado a circulação de algumas coleções, evidenciavam o atraso do país em relação aos países europeus, em que os documentos de Estado eram mais amplamente acessíveis e não apenas a partir de seleções arbitrárias de compiladores³⁷⁸.

Após a Guerra Civil, dezenas de projetos de lei que buscavam estabelecer um repositório central tramitaram pelas duas Casas, contudo, sem sucesso, de modo que as políticas relativas aos arquivos foram basicamente duas: publicar coleções e descartar documentos considerados inúteis, isso porque outro problema relativo à preservação era a falta de espaço nos locais destinados a isso³⁷⁹.

A AHA teve um papel fundamental na construção de uma mentalidade de valorização de registros públicos e manuscritos e na elaboração de políticas públicas de preservação desses documentos, principalmente no âmbito dos estados. O objetivo de desenvolver os estudos históricos nos Estados Unidos que pautou a criação da associação passava necessariamente pela construção das condições para que as pesquisas pudessem ser realizadas, sendo esse um problema real para o desenvolvimento da história como atividade profissional. Já no segundo encontro da associação, foi aprovada uma resolução pedindo para que os residentes das terras recém-conquistadas e as suas sociedades históricas preservassem documentos relativos à história indígena e da própria conquista, como jornais, memórias, mapas, artefatos artísticos indígenas e relatos de seus costumes, artefatos arqueológicos etc.³⁸⁰. O interessante dessa resolução é o tipo de materiais apontados como merecedores de atenção e dignos de preservação: não apenas fontes tradicionais para a história política, como os registros públicos,

³⁷⁷ GONDOS JR., Victor. J. **Franklin Jameson and the Birth of the National Archives, 1906-1926**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1981. p.3-4.

³⁷⁸ Ibidem, p.4-5.

³⁷⁹ Ibidem, p.8.

³⁸⁰ ADAMS, Herbert Baxter (org.) **Papers of the American Historical Association**. Report of the Proceedings of the second annual meeting, Saratoga, September 8-10, 1885. New York: G. P. Putnam's Sons, 1886. p.62-63.

mas vestígios que revelassem mais sobre a vida e hábitos de pessoas que estavam à margem da política institucional, o que aponta para uma complexificação do objeto da história ainda no início do campo disciplinado. Essa resolução também indica que a preocupação com os materiais para as pesquisas já pautava os debates.

Nesse mesmo encontro de 1885, outra resolução em função dos materiais para as pesquisas foi votada, nesta, o Conselho seria instruído a apresentar junto ao governo federal as vantagens de catalogar todos os documentos relativos à história dos Estados Unidos até o ano 1800 existentes nos arquivos oficiais e privados da Europa, e de copiar e imprimir o máximo deles³⁸¹. Essa resolução é a primeira em que aparece uma demanda a ser feita junto ao governo em favor do desenvolvimento do campo, demandas que foram comuns ao longo dos anos e que tornaram imperativa a política de se manter próximo ao Congresso.

Nos encontros, era comum serem apresentados textos denunciando a má gestão de documentos por parte do governo federal. Em 1887, por exemplo, o discurso de abertura do encontro, proferido pelo presidente Justin Winsor, falava sobre a ausência de políticas públicas de preservação de documentos referentes à Guerra de Independência, de modo que grande parte dessas fontes acabara em posse particular, tendo muitas delas sido perdidas pelo descaso e negligência. Em seu discurso, o bibliotecário defendeu a criação de uma Comissão de Manuscritos, como a que existia na Inglaterra, que reunisse esses materiais e os disponibilizasse aos estudantes da história do país³⁸².

Essas apresentações, geralmente, eram seguidas por debates de onde saíam encaminhamentos sobre ações para serem tomadas. No caso mencionado acima, foi criado um comitê composto por sete membros para que a questão da criação de uma comissão nacional de preservação de documentos históricos fosse estudada no ano seguinte e debatida junto ao governo. É interessante notar que a decisão de pleitear políticas de preservação de fontes históricas foi tomada antes da incorporação, mas que o comitê escolhido para essa tarefa foi composto por Justin Winsor, George F. Hoar, John Jay II, Andrew D. White, Rutherford B. Hayes, A. R. Spofford e Theodore F. Dwight³⁸³. Vale lembrar que Hoar era senador, Jay era politicamente influente, White era ex-senador e Hayes era ex-presidente dos Estados Unidos. Os outros três homens (Winsor, Spofford e Dwight) eram bibliotecários, sendo que o segundo

³⁸¹ Ibidem, p.64.

³⁸² WINSOR, Justin. **Manuscript Sources of American History: The Conspicuous Collections Extant**. 1888. Disponível em: <https://bit.ly/3r1tmUZ>. Acesso em: 20/09/2018.

³⁸³ ADAMS, Herbert Baxter (org.) **Papers of the American Historical Association**. Report of Proceedings, fourth annual meeting, Boston and Cambridge, May 21-24, 1887. New York: G. P. Putnam's Sons, 1889. p.75.

atuava na Biblioteca do Congresso. Observando a composição do grupo, é difícil acreditar que a escolha dos membros tenha sido aleatória: entre sete escolhidos, três eram especialistas em gestão de documentos e quatro eram politicamente influentes, combinação perfeita para pleitear políticas de preservação junto ao governo.

A questão da criação da comissão não volta a aparecer nos relatórios dos anos seguintes e não se sabe se o grupo chegou a levar o encaminhamento adiante ou se a questão acabou se perdendo em meio a outras tarefas. Ela reaparece no encontro ocorrido em Chicago em 1893, novamente em meio a críticas à postura do Estado, mas dessa vez após a Lei de Incorporação, quando a associação já estava conectada à SI.

Naquele encontro, Ellen Hardin Walworth, historiadora com formação em direito, ativista dos direitos das mulheres e uma das fundadoras do *Daughters of American Revolution* (DAR), realizou uma apresentação em que defendeu o estabelecimento de um arquivo nacional em Washington, gerando um debate sobre o tema entre os presentes. No relato do encontro escrito por William F. Poole, publicado no *The Independent* poucos dias após o término do evento, o bibliotecário afirmou que os documentos históricos presentes no Departamento de Estado não estavam acessíveis aos estudantes e profissionais nem estavam devidamente organizados e classificados. Ademais, a estrutura do departamento não contaria com espaço suficiente ou com funcionários capacitados para fazer a sua gestão, levando os historiadores americanos muitas vezes a viajar ao Canadá para acessar fontes que deveriam estar acessíveis em seu próprio país, já que o Departamento de Estado canadense cumpria bem o seu papel de gerir materiais³⁸⁴.

A partir dessa discussão retomada, foi definido que um comitê de nove membros seria formado para lembrar o Congresso de estabelecer um repositório central (chamado de *Hall of Records*), em Washington D.C., que reunisse documentos oficiais de todos os departamentos do Estado. Como chefe do comitê foi escolhido James Burril Angell, que nomeou como membros William Wirt Henry, Jabez L. M. Curry, George F. Hoar, Justin Winsor, Charles Kendall Adams, James Schouler, W.F. Poole e Ellen H. Wolworth. Novamente, a composição do grupo que levaria a demanda ao governo levava em consideração o poder político dos escolhidos, uma vez que Angell, Henry, Curry e Hoar eram ou haviam sido oficiais do Estado.

Em outubro daquele ano, Clarence W. Bowen escreveu a Henry Cabot Lodge, historiador e então senador por Massachusetts, e Thomas C. Platt, senador por Nova York, perguntando qual seria o melhor método para que a questão da criação do arquivo fosse inserida

³⁸⁴ ADAMS, Herbert Baxter (org.) **American Historical Association for the Year 1893**. Washington: Government Printing Office, 1894. p.4.

no Congresso. Platt respondeu que haveria duas possibilidades: conectá-lo a algum *bureau* existente, o que demandaria apenas uma emenda a alguma lei, ou através da proposição de um projeto de lei separado. Já Lodge sugeriu que fosse escrito um memorial amplamente assinado pelos membros da associação relembrando a importância da criação e que ele mesmo o apresentaria aos congressistas³⁸⁵. Em novembro, Angell escreveu a Adams relatando que Justin Winsor estava em contato com os senadores Hoar e Morrill para que um deles introduzisse o projeto de lei no Senado, isso aponta que o Conselho escolheu a segunda possibilidade sugerida pelo senador Platt.

Em meio às movimentações do comitê por vias oficiais para que o arquivo fosse construído, respostas à crítica posta por Ellen Wolworth e que havia sido endossada por Poole, em seu relato publicado no *The Independent*, foram apresentadas no encontro de 1894 por defensores do governo que se sentiram atacados. De um lado, um funcionário do Departamento de Estado, Andrew H. Allen, elaborou um texto para “corrigir” alguns equívocos presentes nas críticas à biblioteca do órgão e relatou que o Departamento havia se reorganizado ao longo do ano, classificando e catalogando manuscritos, e garantiu o livre acesso a esses materiais aos pesquisadores. Além disso, havia tomado algumas medidas para torná-los acessíveis, tendo publicado desde o encontro do ano anterior quatro boletins contendo catálogos de coleções³⁸⁶.

Mas a resposta não ficou restrita ao órgão criticado. A. Howard Clark também compareceu ao encontro de 1894 com um texto resposta intitulado *What the United States Government has done for history*, no qual afirmou que o governo havia investido mais de 2 milhões de dólares na aquisição e publicação de registros públicos e investiu mais outros milhões em monumentos em celebração de eventos históricos. Clark enumerou diversos outros investimentos feitos por parte do governo e de ações feitas durante a sua própria gestão como curador das Coleções Históricas do *National Museum*. Argumentou, ainda, que a própria incorporação havia sido uma atitude em favor dos estudos históricos no país:

Um dos atos mais importantes do Governo dos Estados Unidos em nome da história foi a incorporação da *American Historical Association* por Ato do Congresso, aprovado em 4 de janeiro de 1889, “para a promoção de estudos históricos, a coleta e preservação de manuscritos históricos, e para propósitos

³⁸⁵ ADAMS, Herbert Baxter. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 4 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 24 out. 1893; PLATT, Thomas C. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 4 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 02 nov. 1893; LODGE, Henry Cabot. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 4 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 12 nov. 1893.

³⁸⁶ ADAMS, Herbert Baxter (ed.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1894**. Washington: Government Printing Office, 1895. p.9.

históricos semelhantes no interesse da história americana e da história na América”. O Congresso exige da associação um relatório anual sobre seus procedimentos e a condição do estudo histórico na América. É dever da associação fazer pela história da América o que a *National Academy* fez por muitos anos pelas ciências naturais. Por meio da associação histórica, o Governo dos Estados Unidos é colocado em contato com todas as sociedades históricas estaduais e locais³⁸⁷.

No relato sobre a apresentação de Clark feito por H.B. Adams, fica evidente o tom conciliatório do secretário que, por uma postura que lhe era própria, não quis estender o conflito gerado pela crítica à ação do governo, e se referiu ao texto como um “artigo encorajador”. Não é possível deduzir como a apresentação foi recepcionada pelos presentes através do relato de Adams do encontro, mas, novamente, um comitê foi nomeado, dessa vez para rememorar o Congresso sobre o projeto de criação da Comissão de Manuscritos. Nesse plano, a associação pleitearia fundos para que um comitê reunisse manuscritos inéditos e os publicasse nos relatórios da AHA. Apesar de tantas tentativas, o apelo ao governo não foi bem-sucedido e, em dezembro de 1894, J. Franklin Jameson escreveu a H. B. Adams afirmando que achava que já era hora da AHA tomar para si a tarefa de coletar e tornar disponíveis documentos históricos, ainda mais que, pela impressão dos relatórios pela Editora do Governo, a associação teria condições financeiras de arcar com os custos do trabalho, “Não consigo pensar em nenhum uso de fundos que, sob uma administração adequada, fizesse mais bem à causa da história do país, ou reagisse mais favoravelmente sobre o caráter de outras obras da *Association*”³⁸⁸. Ao longo do ano de 1895, a associação tentou uma última vez a aprovação do projeto no Congresso³⁸⁹, mas não obtendo sucesso, criaram por si mesmos a Comissão de Manuscritos durante o encontro de dezembro³⁹⁰.

³⁸⁷ “One of the most important acts of the United States Government in behalf of history was the incorporation of The American Historical Association by act of Congress, approved January 4, 1889, “for the promotion of historical studies, the collection and preservation of historical manuscripts, and for kindred historical purposes in the interest of American history and of history in America”. Congress requires from the association an annual report concerning its proceedings and the condition of historical study in America. It is the duty of the association to do for history in America what the National Academy has for many years done for natural science. Through the Historical Association United States Government is brought into touch with every State and local historical society.” Ibidem, p.10.

³⁸⁸ “I cannot think of any use of funds that would, under proper management, do more good to the cause of history in the country, or react more favorably on the character of the other work of the Association.” JAMESON, John Franklin. Carta a Herbert Baxter Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos dos Comitês, Caixa 471 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 14 dez. 1894.

³⁸⁹ HOAR, George Frisbie. Carta a Herbert Baxter Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos dos Comitês, Caixa 471 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 07 mai. 1895.

³⁹⁰ JAMESON. The American Historical Association... Op. cit, p.16; GINSBERG, Alan Harvey. **The Historian as Lobbyist: J. Franklin Jameson and the Historical Activities of the Federal Government.** 1973. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Louisiana State University, 1973. p.26-27.

A comissão – originalmente composta por J. F. Jameson, nomeado chefe, Frederick Jackson Turner, Douglas Brymner, Talcott Williams e William P. Trent – ficaria responsável por procurar materiais relativos à história colonial americana que estivessem em posse pública ou particular (tanto nos Estados Unidos quanto no exterior) para elaborar listas com informações sobre esses documentos ou suas reproduções integrais. Após debates ocorridos entre o grupo ao longo de 1896, definiu-se que o foco principal seria sobre os documentos em posse privada, já que seriam o que corriam maiores riscos de se deteriorarem pela má preservação ou se perderem por conta das “dinâmicas familiares”³⁹¹. Nesse sentido, decidiram iniciar os trabalhos realizando coleta de informações; enviaram circulares para instituições públicas (como bibliotecas e sociedades locais) e para pessoas sabidamente em posse desse tipo de material, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra e Canadá, fazendo assim um levantamento de materiais que ainda não tivessem sido copiados³⁹².

Durante mais de 30 anos, a associação publicou centenas de coleções inéditas relativas à história dos Estados Unidos. Ao tomar para si a procura por materiais inéditos e disponibilizá-los em seus relatórios anuais, distribuídos gratuitamente, a associação abriu um leque gigantesco de novas possibilidades de estudos e possibilitou que as pesquisas não fossem mais necessariamente locais, pois uma diversidade de fontes passou a ser acessível a partir de qualquer parte do país. No entanto, a Comissão de Manuscritos foi apenas o primeiro passo dado pela AHA na busca por tornar acessíveis documentos históricos; em pouco tempo, ficou claro que somente o trabalho de uma comissão não daria conta do tamanho do empreendimento, e quatro anos depois uma segunda frente de trabalho foi criada, a Comissão de Arquivos Públicos.

5.2.2 Comissão de Arquivos Públicos

Diferentemente da Comissão de Manuscritos, que acabou se ocupando de coleções privadas e institucionais, a segunda se encarregou de materiais públicos e do governo. O *modus operandi* era também diferente: representantes nomeados nos estados fiavam encarregados de fazer o levantamento dos materiais em sua localidade. Essa comissão foi especialmente importante para o avanço do empreendimento histórico nos Estados Unidos por conta de uma questão que não estava em vista quando foi idealizada, mas que surgiu já no seu primeiro ano

³⁹¹ ADAMS, Herbert Baxter (ed.). **American Historical Association for the Year 1895**. Washington: Government Printing Office, 1896. pp.467-8.

³⁹² Idem, *ibidem*. Pp. 471.

de atividades: auxiliar na elaboração de legislações estaduais referentes à preservação de documentos.

Logo após o início de suas atividades, J. William Stokes, representante da Carolina do Sul, escreveu a William MacDonald (professor de história na *Brown University* e primeiro chefe da comissão) propondo a elaboração de um projeto de lei a fim de conseguir ajuda do governo federal para a investigação e publicação dos primeiros registros do Estado. O plano era que a AHA investigasse e catalogasse as condições de arquivos públicos nos diversos estados para reportar ao Congresso e que cópias dos documentos fossem disponibilizadas em Washington D.C. para serem facilmente acessadas por pesquisadores. Essa foi a primeira e única vez dentro do recorte temporal desta pesquisa que a iniciativa por instituir uma política pública para a história associada à AHA partiu de um oficial do Estado e não de um historiador da associação. Mesmo assim, as cartas trocadas entre os membros do Conselho mostram que a proposta não foi recebida com tanta empolgação quanto se poderia supor.

Ao relatar a proposta de Stokes a Clark, William MacDonald afirmou que não conhecia o representante e nem sabia se ele era ou não proeminente. Na carta, perguntou ao secretário curador se ele teria alguma informação útil sobre o político, e expressou o receio de que, se o projeto falhasse, a associação seria desacreditada:

Ele não é, eu presumo, um membro proeminente; se fosse, teríamos muito menos hesitação em lidar com ele. O que devemos fazer, no entanto, se possível, caso o Sr. Stokes esteja inclinado a seguir em frente, é direcionar seus movimentos de modo que, se seu plano for bem-sucedido, teremos o benefício dele, e se falhar, não seremos desacreditados³⁹³.

Apesar da relutância, MacDonald compreendeu que Stokes levaria o plano adiante com ou sem o apoio da AHA, e não seria bom perderem a oportunidade de exercer influência em todos os âmbitos possíveis em benefício do campo:

Embora eu tenha sido um pouco relutante em me alistar no esquema do Sr. Stokes, desde o início tenho sido inteiramente claro que não poderíamos permitir que tal empreendimento como o que ele tem em mente continuasse sem que tivéssemos uma mão sobre. Concordo plenamente com você que a *Association* deve ter um papel maior do que como órgão consultivo do

³⁹³ “*He is not, I take it, a prominent member; if he were, we should have very much less hesitation in dealing with him. What we must do, however, if possible, in case Mr. Stokes is bent upon going ahead, is so to direct his movements that if his plan succeeds, we shall have the benefit of it, and if it fails, we shall not be discredited.*” MacDonald, William. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 27 mar. 1900.

governo e que não devemos perder a oportunidade de fazer a nossa influência ser sentida em todos os empreendimentos legítimos em nosso campo³⁹⁴.

O chefe da comissão escreveu para os outros membros do Conselho para saber quais eram suas posições sobre a questão, e é interessante a carta de resposta de Bowen, em que o tesoureiro afirmou que MacDonald, como chefe, tinha toda a liberdade para fazer o que achasse que deveria ser feito, e que deveria agir sob sua própria responsabilidade, como ele mesmo e Adams vinham fazendo desde a fundação da AHA:

Você terá que agir por sua própria responsabilidade da mesma forma que Adams e eu, em muitos casos, precisamos agir por nossa própria responsabilidade; desde que todos nós tenhamos em mente fazer o melhor para a *Association*, estou certo de que nenhum erro será cometido³⁹⁵.

As ponderações sobre se engajarem ou não no projeto de Stokes indicam que a busca por conexões políticas não era feita cegamente. Era de se supor, levando em consideração os esforços anteriores para que o governo abraçasse o projeto da Comissão de Manuscritos e de criação de um arquivo nacional, que a proposta que partia de um oficial seria abraçada sem hesitação pelos conselheiros da associação que ansiavam pela atuação direta do Estado no desenvolvimento do campo, mas de maneira bastante surpreendente, eles agiram com cautela. No trecho da primeira carta sobre a questão vista acima, MacDonald apresentou um motivo: o fato de Stokes não ser um político proeminente. Essa afirmação mostra como era delicada a busca por afirmação política da AHA. Como visto até aqui, a associação buscou legitimar-se publicamente ao longo de seus primeiros anos através dos laços com sujeitos imbuídos de capital político. Além da legitimidade, que institucionalmente se deu com a Carta de Incorporação, esses laços supostamente tornariam mais fácil a construção das estruturas necessárias para a realização das pesquisas por meios públicos, que era o padrão que conheciam pelas experiências que haviam tido na Europa. O receio em associar-se a Stokes sugere que,

³⁹⁴ “*While I have been somewhat reluctant to enlist in Mr. Stokes’s scheme, I have, from the first, been entirely clear that we could not afford to let such an undertaking as he has in mind go on without our having a hand in it. I quite agree with you that the Association ought to cut a larger figure than it does as an advisory body to the government, and that we ought to lose no opportunity of making our influence felt in every legitimate undertaking within our field.*” MaCDONALD, William. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 04 abr. 1900.

³⁹⁵ “*You will have to act on your own responsibility the same as Adams and I in a great many cases have to act on our own responsibility; as long as we all have the best interests of the Association at heart I am sure no mistakes will be made.*” BOWEN, Clarence A. Carta a William MacDonald. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 217 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 06 abr. 1900.

dentro do campo político, aquele representante era um agente imbuído de volume de capital político inferior, o que o tornaria menos apto a ter seu projeto de lei aprovado, podendo colocar a AHA em descrédito, tanto pela derrota, quanto por estar se aliando a sujeitos politicamente irrelevantes. Sendo assim, o que tornava o capital político valorizado na associação nesse período era o quanto ele poderia ser convertido em capital simbólico para a entidade e em bens institucionais; a associação a Stokes, mesmo sendo ele um oficial, seria estéril caso o seu capital político fosse tão irrelevante que não fosse capaz de ser convertido, pelo contrário, afetaria o prestígio da associação, o que leva à conclusão de que mesmo as conexões políticas eram calculadas.

Mas dentro desse cálculo, MacDonald decidiu apostar no projeto. Falo “MacDonald” porque, por mais que ele tenha recebido conselhos sobre a questão de seus colegas para seguir adiante, a carta de Bowen indica que aquela era uma decisão que ele deveria tomar sozinho estando na posição de chefe do comitê, o que serve como indício do alto grau de autonomia que os membros do Conselho tinham nos primeiros anos da AHA. Como será visto adiante, essa autonomia foi sendo reduzida conforme a associação foi se profissionalizando e complexificando, coincidindo com o momento em que debates que vinham se dando publicamente sobre democratização das instituições seriam levados para dentro da entidade por membros que estavam fora do Conselho e mudariam sua estrutura de funcionamento. Todavia, naquele momento, a decisão cabia a MacDonald, e considerando o fato de que o projeto seria apresentado por Stokes com ou sem a participação da associação, o historiador calculou que a perda política seria maior se desistissem de ocupar o espaço que lhes estava sendo ofertado do que sofrendo uma derrota por terem se associado a um representante com pouco capital político.

Pelo projeto de lei, a comissão que realizaria o trabalho se chamaria *Committee on the Library* e seria formada por membros da comissão de arquivos e da de manuscritos. O documento foi redigido tendo como principal argumento o fato de que documentos importantes para a história e direito americano estavam espalhados em diversas sociedades, bibliotecas e órgãos públicos, sendo muitas vezes mal geridos e catalogados, de modo que a capital deveria centralizar esses documentos, tanto através de originais quanto de cópias³⁹⁶. O projeto de lei deixava claro que a iniciativa partia do Congresso e não da AHA.

Mesmo com o projeto sendo proposto por um político pouco proeminente, MacDonald procurou meios para garantir que ele não fosse derrotado, e esses meios foram a já conhecida estratégia de busca por apoio no Congresso por membros da associação politicamente influentes

³⁹⁶ CLARK, A. Howard (org.) **American Historical Association for the Year 1900**. Vol. II. Washington: Government Printing Office, 1901. p.15-6.

e de utilizar a influência que A. Howard Clark tinha por estar associado à SI, como ficou evidente na carta enviada ao secretário curador, no dia 10 de abril daquele ano:

Uma vez que o projeto de lei seja apresentado, estou preparado para usar todos os esforços para deixar os amigos e membros da *Association* no Congresso interessadas ao seu respeito. Estou confiante, no entanto, que sua própria influência nessa questão será maior do que a de qualquer um de nós, e fico feliz em saber que podemos contar com isso ³⁹⁷.

Duas semanas depois, o projeto de lei já havia sido introduzido na Câmara dos Representantes por Stokes e este escreveu a MacDonald pedindo para que o historiador tentasse com que o senador George F. Hoar também o introduzisse no Senado: “Deduzo, pela carta do Sr. Stokes que tenho em mãos, que ele pensou em pedir ao senador Hoar que apresentasse um projeto de lei semelhante no Senado, e ele me pediu para escrever ao senador Hoar em apoio ao projeto de lei”³⁹⁸.

Além dessa disputa institucional mais direta que se daria nas duas Casas, cópias do projeto foram enviadas aos membros adjuntos da associação de todos os estados indicando que pedissem aos seus representantes para apoiá-lo. Algumas semanas depois, MacDonald escreveu a Clark agradecendo ao secretário curador por ter conseguido exercer sua influência sobre alguns políticos, tendo como resultado a conquista de importantes apoios e, em seguida, relatou o recebimento de diversas respostas de oficiais afirmando que seriam favoráveis ao projeto de lei:

Fui bem-sucedido ao enviar uma considerável série de correspondências a oficiais e membros proeminentes da *Association*, e assim, um número considerável de representantes posicionou-se abertamente sobre o projeto de lei e seu objeto. O Sr. William Nelson, nosso membro adjunto em Nova Jersey, recebeu respostas favoráveis de todos os membros de Nova Jersey e sua influência sobre eles é considerável. O Sr. Littlefield, do Maine, o Sr. Bowersock, do Kansas, e o senador Hoar me escreveram dizendo que farão o possível para garantir consideração favorável para a medida, e o professor Sloane me escreve que o apoio do senador Allison está garantido. Você provavelmente descobrirá que o Sr. McCall, de Massachusetts, está a par da questão, e talvez também o Sr. Moody. Enquanto isso, correspondentes

³⁹⁷ “Once the bill is introduced, I am prepared to use every effort to interest friends and members of the *Association* in Congress in its behalf. I am confident, however, that your own influence in this direction will be greater than that of any of us, and I am glad to know that we may count upon it.” MaCDONALD, William. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 10 abr. 1900.

³⁹⁸ “I gather from Mr. Stokes’s letter, just at hand, that he thought of asking Senator Hoar to introduce a similar bill in the Senate, and he has asked me to write to Senator Hoar in support of the bill.” MaCDONALD, William. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 28 abr. 1900.

escreveram mais ou menos longamente a membros de Connecticut, Nova York, Pensilvânia, Ohio, Illinois, Michigan, Wisconsin, Nebraska, Kansas e Texas³⁹⁹.

Após informar todo o apoio que receberiam, MacDonald afirmou que, no fim das contas, a ausência de proeminência de Stokes provavelmente não seria sentida na disputa pela aprovação do projeto, que o problema mesmo seria ele ser apresentado na Câmara para ser votado:

Estou inclinado a pensar que o fato de o Sr. Stokes não ser um membro tão proeminente da Câmara quanto alguns de seus colegas não se virará contra nós de forma alguma, e que não precisamos antecipar grande oposição direta ao projeto de lei, mas que o problema será, como em tais questões, levar o projeto de lei à Câmara⁴⁰⁰.

Considero essa constatação sobre a proeminência de Stokes importante porque ela aponta para uma mudança de percepção sobre o seu significado: se, à princípio, o pequeno volume de capital político do representante foi tomado como uma ameaça à imagem da associação por significar que correriam o risco de estarem envolvidos em um projeto fadado ao fracasso, os esforços dos próprios membros do Conselho para conseguir o apoio de oficiais imbuídos de maior capital político através de suas relações pessoais alteraram tal destino. Nesse caso, a ausência de capital político de Stokes foi substituída pelo capital social acumulado pelos membros da AHA. Aí tem-se um bom exemplo de como os diferentes tipos de capitais podem ser convertidos dentro do campo em seu benefício.

Ao longo de maio daquele ano, Clark compareceu às sessões do Congresso em que o projeto seria discutido, e ao final do mês ele foi aprovado no Senado. Por meses, não se tem notícias do andamento da questão através das cartas, mas ela reaparece em novembro do ano seguinte, quando MacDonald informa a Clark que conversaria com os outros conselheiros,

³⁹⁹ *"I have been fortunate enough to set in the motion a considerable train of correspondence from officers and prominent members of the Association, and a considerable number of Representatives have by this this been given explicit information regarding the bill and its object. Mr. William Nelson, our adjunct member in New Jersey, has favorable replies from all the New Jersey members, and his influence with them is considerable. Mr. Littlefield, of Maine, Mr. Bowersock, of Kansas, and Senator Hoar have written me that they will do their best to secure favorable consideration for the measure, and Prof. Sloane writes me that Senator Allison's support is assured. You will probably find that Mr. McCall, of Massachusetts, knows of the matter, and perhaps also Mr. Moody, while correspondents have written at more or less length to members from Connecticut, New York, Pennsylvania, Ohio, Illinois, Michigan, Wisconsin, Nebraska, Kansas, and Texas."* MaCDONALD, William. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 09 mai. 1900.

⁴⁰⁰ *"I am Inclined to think that the fact that Mr. Stokes is not as prominent a member of the House as some of his colleagues will not operate against us at all, and that we do not have to anticipate much direct opposition to the bill, but that the trouble will be, as in such matters, to get the bill actually before the House."* Ibidem.

durante a reunião anual do Conselho, sobre persistirem com projeto ou não⁴⁰¹. Dias depois, em nova carta a Clark relatando a decisão que tomaram no encontro, são revelados os motivos para que o projeto estivesse sendo posto em dúvida e, ao final, abandonado.

Em primeiro lugar, ele havia passado por tantas alterações durante os 18 meses em que transitara nas Casas que a Comissão de Arquivos Públicos perdera o interesse de se envolver no plano. Não se sabe pelas cartas, nem pelo relatório do encontro do Conselho, nem pelos relatórios da comissão, nem pelos relatórios anuais da AHA, quais foram as alterações que modificaram o projeto original. Além disso, nesse meio tempo o representante Stokes adoeceu e morreu, e o projeto perdia o seu principal defensor no Congresso. Ao abandoná-lo, o Conselho decidiu, por outro lado, retomar os pedidos junto ao Congresso para que uma Comissão de Registros Nacionais fosse formada a fim de retomar a pressão pela construção de um arquivo nacional da capital⁴⁰².

O projeto de lei que fortaleceria os vínculos formais entre a AHA e o governo federal e que faria este assumir mais responsabilidades no desenvolvimento dos estudos históricos no país havia sido derrotado, mesmo tendo a associação sido capaz de angariar importantes aliados dentro do Congresso para defendê-lo. Mas não é possível afirmar que a associação, através da atuação da Comissão de Arquivos Públicos, tenha saído totalmente fracassada em seu anseio por ser um agente promotor de políticas públicas para a história. Com o passar dos anos, diversos estados procuraram essa comissão em busca de suporte técnico para a criação de políticas para a preservação e viabilização de acesso a documentos públicos semelhantes a que seria instituída a âmbito nacional caso o projeto de lei de Stokes tivesse sido aprovado. Em 1902, por exemplo, enquanto a comissão trabalhava nos arquivos do estado de Nova York, um projeto de lei para a preservação de documentos relativos a eventos importantes a história nacional foi elaborado. Esse projeto não avançou para ser votado, mas serviu como base para a elaboração de um semelhante para o estado da Pensilvânia onde foi mais bem recebido, tanto pelo governador quanto por aristocratas do estado. Nesse caso, foram destinados 18 mil dólares para o trabalho de busca e gestão de documentos, além da criação de uma divisão de registros públicos⁴⁰³. No ano seguinte, a comissão relatou que diversos estados já haviam adotado legislações semelhantes com a sua ajuda:

⁴⁰¹ MaCDONALD, William. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 19 nov. 1901.

⁴⁰² MaCDONALD, William. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 23 nov. 1901.

⁴⁰³ HASKINS, Charles H. (org.) **American Historical Association for the Year 1903**. Washington: Government Printing Office, 1904. p.411-412.

Esse período testemunhou também, de um modo geral, um acentuado aumento do interesse em todo o país pelo cuidado dos arquivos de caráter público. Em vários Estados, seja pelos esforços diretos da Comissão e de seus membros adjuntos, seja indiretamente pela influência de seu trabalho, legislações importantes foram asseguradas, tornando as disposições mais adequadas para a preservação e custódia dos arquivos públicos⁴⁰⁴.

A partir do trabalho da comissão, diversos estados criaram departamentos de arquivos com padrões distintos entre si, com o suporte ou não dos governos estaduais; em alguns casos, as sociedades históricas locais foram reconhecidas como repositório legítimo de documentos, alguns ligados às universidades, como foi o caso de Wisconsin. Esses repositórios continuaram contribuindo com o trabalho da associação enviando relatórios de materiais periodicamente⁴⁰⁵.

Dez anos após o início das atividades da comissão, o professor Herman Ames, chefe da recém-instituída Conferência de Arquivistas, falou sobre os avanços na gestão de documentos ocorridos ao longo da década que se encerrava: em três estados, departamentos de arquivos e história haviam sido estabelecidos (Alabama, Mississippi e Virgínia); nove comissões de arquivos haviam sido criadas (na Pensilvânia, Maryland, Delaware, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Illinois, Tennessee e duas no Arkansas); em seis estados, arquivos vinculados às bibliotecas estaduais haviam sido instituídos (Pensilvânia, Indiana, Iowa, Virgínia, Texas e Connecticut) e em três estados haviam sido criados cargos para a coleta, edição e preparação de arquivos para a publicação (Nova York, Maine e Arizona)⁴⁰⁶. Como Ames afirmou em sua retrospectiva, é difícil mensurar até que ponto essas iniciativas foram diretamente influenciadas pelo Comitê de Arquivos Públicos, contudo, é inegável que as ações mais sistemáticas em função dos documentos históricos feitas a partir da AHA ajudaram a forjar um senso de importância sobre a preservação em todo o território americano.

Com relação aos arquivos federais, como havia sido definido na reunião do Conselho de 1901, a AHA voltou a pressionar o Congresso para que o *Hall of Records* fosse finalmente construído através de uma resolução do encontro:

Tendo em vista as recomendações dos diferentes Departamentos Executivos para uma sala de registros, onde os documentos não mais necessários possam

⁴⁰⁴ “This period has also witnessed, in general, a marked increase in the intelligent interest manifested throughout the country in the care of the archives of a public nature. In several of the States, either through the direct efforts of the Commission and its adjunct members, or indirectly through the influence of its work, important legislation has been secured, making more adequate provision for the preservation’ and custody of the public archives.” Ibidem, p.481.

⁴⁰⁵ POSNER, Ernest. **American State Achieves**. Chicago: University of Chicago Press, 1964, p.19.

⁴⁰⁶ AMES, Herman V. Conference of Archivists: Introductory remarks by the chairman, Prof. Herman V. Ames. In: LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1909**. Washington: Government Printing Office, 1910. p.340.

ser depositados em segurança, a *American Historical Association* deseja respeitosamente chamar atenção do Congresso para a importância para a história americana que a tal uma sala possuiria. No fim das contas, reuniria uma vasta quantidade de artigos e, entre eles, grandes estoques de materiais valiosos que ficariam disponíveis aos estudiosos⁴⁰⁷.

Nos anos anteriores, diversos projetos de lei que buscavam instituir políticas de preservação de documentos haviam tramitado nas duas Casas. De acordo com Gondos Jr., foram mais de 30 entre 1889 e 1903 e, em conjunto com as pressões da associação, em 1903 um terreno em Washington foi comprado para que o arquivo fosse construído. O projeto ficou parado por muitos anos. Ao longo desse tempo, diversos congressistas “amigos” do empreendimento histórico, como G. F. Hoar e Henry Cabot Lodge, tentaram aprovar orçamentos para que as obras fossem iniciadas, mas a construção só foi aprovada pelo Congresso em 1926 e ficou pronta em 1935⁴⁰⁸.

Considero os eventos ocorridos a partir da instituição da Comissão de Arquivos Públicos os mais importantes dentro do recorte temporal da pesquisa para se compreender como foi, na prática, a relação entre a AHA e o Estado. Como visto no capítulo anterior, houve uma crença de que o Estado assumiria sua posição como agente promotor dos estudos. Essa crença incentivou esforços, principalmente vindos do secretário H. B. Adams, para que a associação se mantivesse perto do Congresso e que tivesse em seu corpo sujeitos politicamente influentes que fossem capazes de atuar institucionalmente em defesa dos interesses do campo, caso fosse necessário. Acredito que, por algum tempo, a associação sentiu que essa expectativa estava sendo cumprida, principalmente quando conquistaram a Carta de Incorporação, o que deve ter corroborado para a noção de que o Estado assumiria sua parte no desenvolvimento da disciplina⁴⁰⁹. Entretanto, os eventos iniciados em 1900 devem ter mudado definitivamente essa percepção.

No momento em que Stokes procurou a Comissão de Arquivos Públicos, havia uma noção de que a pouca importância do representante poderia ser prejudicial à AHA, mas o Conselho acreditou que isso poderia ser revertido com o apoio de políticos que fossem mais

⁴⁰⁷ “In view of the recommendations of the different Executive Departments for a hall of records, where the documents no longer needed may be deposited for safe-keeping, *The American Historical Association desires respectfully to draw the attention of Congress to the importance for American history that such a hall of records would possess. It would ultimately bring together a vast quantity of papers, and among them great stores of valuable material, where they would be available for scholars.*” HASKINS, Charles H. (ed.). *American Historical Association for the Year 1901*. Washington: Government Printing Office, 1902. pp.36.

⁴⁰⁸ GONDOS JR. **J. Franklin Jameson**... Op. cit.

⁴⁰⁹ Não há registros de como a Incorporação foi recebida pela associação, sendo possível apenas supor, a partir das expectativas expressas, o que naquele momento ela significou para a entidade.

influentes. Mesmo tendo conseguido esses apoios, eles não foram fortes o suficiente para proteger o projeto de lei de ser profundamente alterado pelo restante do Congresso, a ponto de se tornar desinteressante para a própria associação, que há tempos ansiava por se fazer presente nas instâncias legítimas; também não foi forte suficiente para que ele continuasse sendo debatido no Congresso após a morte do seu proponente. Desse modo, esse evento é indício de que a relação da AHA com o governo federal estava intimamente relacionada aos aliados que possuía no governo, porque o patrocínio dos estudos históricos não foi política sistemática de Estado; o que houve foram alguns “amigos da história” que ocupavam cargos eletivos que, dentro do que podiam, defenderam o campo, mas esse laço era frágil, tanto é que a morte de algum amigo da história, por menos “proeminente” que fosse (como era o caso de Stokes), ameaçava profundamente a sua existência. Por outro lado, esse evento também é emblemático porque, assim que o projeto associado ao governo federal foi definitivamente abandonado, os estados começaram a procurar a mesma comissão que estava engajada na elaboração de uma política de preservação de documentos de âmbito nacional para que ela os auxiliasse na elaboração de políticas de âmbito local, e esses casos foram mais bem-sucedidos.

5.2.3 *A American Historical Association* e os currículos escolares de história

Os historiadores começaram a atuar para o estabelecimento de uma legitimidade para a sua disciplina em um período de instabilidade da educação americana do fim do século XIX, quando os antigos currículos clássicos começaram a ser repensados, tanto nas escolas quanto nas universidades. Em meio às diversas disciplinas modernas que surgiam, lutas começaram a ser travadas pela definição de quais ocupariam espaço nos novos currículos, e para isso elas precisariam provar o seu valor em relação umas às outras⁴¹⁰.

O estabelecimento da história nos currículos de algumas pouquíssimas escolas americanas começou a ocorrer ainda antes da Guerra Civil. De acordo com Townsend, duas racionalidades predominaram na defesa de seu ensino, tanto no nível básico quanto no superior, uma cívica, em que era valorizado o conhecimento sobre as instituições e seu desenvolvimento, e outra mais tradicional, em que a história possibilitaria uma disciplina mental porque ensinaria os estudantes a julgar ações e suas consequências. Essas duas racionalidades estiveram

⁴¹⁰ ORRILL, Robert & SHAPIRO, Linn. *From Bold Beginnings to an Uncertain Future...* Op. cit., p.729.

presentes em defesas da disciplina ao longo do século XIX e XX através de uma coexistência tensa:

O argumento da disciplina mental poderia ser mais facilmente acomodado a uma perspectiva científica e orientada para a pesquisa e ser englobado em histórias de todos os tempos e temas. Em contraste, os argumentos de bem cívico mostraram-se mais eficazes para fins políticos – como convencer políticos estaduais e locais e conselhos escolares do valor da disciplina para seus filhos⁴¹¹.

Para o historiador, a tensão entre essas duas perspectivas minou os esforços subsequentes para estabelecer padrões para a formação de professores de história ou uma justificativa coerente para o seu papel nos currículos em face de outros interesses disciplinares e educacionais. Além disso, poderiam facilmente ser utilizados por outras disciplinas, como a ciência política, que também emergia como campo autônomo, mas foi suficiente para que a disciplina começasse a se estabelecer ainda antes da década de 1890, quando relatórios justificando a sua presença em escolas e propondo currículos comuns começaram a ser produzidos⁴¹².

O relatório do Comitê dos Sete, primeiro produzido pela AHA, não foi o primeiro a ser elaborado nos Estados Unidos com a finalidade de propor um currículo para o ensino de história nas escolas secundárias. No início da década de 1890, um comitê patrocinado pela *National Education Association* (NEA), o Comitê dos Dez, composto por professores escolares e acadêmicos, foi nomeado para elaborar relatórios que possibilitassem alguma uniformidade nos currículos escolares americanos. Ao todo, nove assuntos foram revisados, entre eles o amplo “*History, civil government, and political economy*”. O comitê reuniu representantes da nova geração de historiadores profissionais disciplinados que eram também membros ativos da AHA: Charles Kendall Adams, Albert Bushnell Hart, James Harvey Robinson e Woodrow Wilson, tendo Charles Homer Haskins e Frederick Jackson Turner como conselheiros. Mesmo sendo composto por membros da AHA, o relatório produzido não contou com o envolvimento da associação, mas a presença desses homens, pioneiros da profissionalização, sinaliza a importância dada ao ensino como campo profissional. Nesse relatório, a história foi inserida

⁴¹¹ “*The mental discipline argument could more easily be accommodated to a research-oriented and scientific perspective and encompassed in histories of all times and subjects. In contrast, civic good arguments proved more effective for political purposes — such as convincing state and local politicians and school boards of the value of the subject for their children.*” TOWNSEND. **History’s Babel...** Op. cit., p.56.

⁴¹² Em 1890, 28% dos alunos do ensino médio estavam matriculados em cursos de história. TOWNSEND. **History’s Babel...** Op. cit., p.56.

nesse contexto maior envolvendo estudos políticos e econômicos e sua presença nos currículos foi justificada através dos argumentos mencionados de bem cívico e disciplina mental⁴¹³.

A AHA estabeleceu o Comitê dos Sete em 1896, a partir de um pedido da NEA para que elaborassem um plano de estudos de história para o ensino secundário e indicassem os requisitos necessários para a entrada nas universidades⁴¹⁴. No contexto de disputas entre novas disciplinas, a associação, sob liderança de H. B. Adams, compreendeu que aquela era uma importante oportunidade para conquistarem espaço nas escolas e para estender a sua influência a questões de interesse nacional⁴¹⁵. A comissão foi formada pelos professores Andrew C. McLaughlin, Charles H. Haskins, Henry M. Stephens, Lucy M. Salmon, Herbert Baxter Adams, Albert Bushnell Hart, e George L. Fox, tendo McLaughlin sido eleito como chefe do grupo. Entre os sete, um era professor em escola secundária (Fox), três haviam sido e os outros estavam envolvidos com questões relativas ao ensino. É importante destacar que Lucy M. Salmon foi a primeira mulher a compor um comitê de trabalho da AHA. O relatório foi elaborado a partir do estudo das condições correntes do ensino da disciplina no país, do estudo das condições em outros países – Alemanha, Inglaterra, França e Canadá – e dos relatos sobre como o ensino se dava nas escolas das diversas regiões do país obtidos através de pedidos de informações feitos pelo comitê por circulares enviadas a partir da AHA; ele tinha como propósito principal auxiliar professores e diretores a elaborar programas e apresentar possibilidades de métodos de ensino⁴¹⁶. De acordo com os próprios membros, a sua importância advinha da percepção do crescente interesse pela disciplina nas escolas e da ausência de esforços sistemáticos para a elaboração de um programa comum de ensino, de modo que não haveria consensos estabelecidos sobre o lugar da história nos currículos, sobre o tempo que deveria ser dedicado a ela e sobre métodos, e isso havia sido confirmado quando o grupo analisou as condições correntes de ensino através das circulares mencionadas, de debates em sociedades de ensino e de conversas diretas com professores.

O ensino de história foi defendido mediante três argumentos: pelo seu valor cívico, por proporcionar uma disciplina mental e como meio para aprender a manusear livros. O primeiro

⁴¹³ Ibidem, p.60; RAVITCH, Diane. History's Struggle to Survive in the Schools. **OAH Magazine of History**, v. 21, n. 2, abr. 2007.

⁴¹⁴ “As chairman of the Committee of Ten appointed by the National Education Association to arrange for a uniformity of College Entrance Requirements, I desire to ask the cooperation of the American Historical Association in arranging a tentative course in History for Secondary Schools” NEA. Carta a Herbert Baxter Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos dos Comitês, Caixa 472 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 28 dez. 1896.

⁴¹⁵ ADAMS, Herbert Baxter (org.) **American Historical Association for the Year 1896**. Washington: Government Printing Office, 1897. p.23.

⁴¹⁶ McLAUGHLIN, Andrew C. et al. **The Study of History in Schools: Report of the Committee of Seven**. New York: The Macmillan Company, 1899. p.VI.

argumento tomava a disciplina como meio para compreender o desenvolvimento da sociedade e de suas instituições, da mesma maneira que o estudo do mundo natural estava estabelecido nos currículos para ajudar a compreender o desenvolvimento da fauna e flora. A história serviria para ensinar os jovens a entender o seu entorno, a natureza do Estado e da sociedade, a desenvolver um senso de responsabilidade cívica, a lidar com questões políticas e governamentais e, desse modo, prepará-los para serem cidadãos completos, capazes de se envolver em questões cívicas⁴¹⁷.

No relatório elaborado anos antes pelo Comitê dos Dez, a história estava inserida em um amplo guarda-chuva junto a estudos econômicos e “governo civil”, sendo esse último mais evidentemente um campo destinado à formação cidadã. Interessante notar é que, no relatório do Comitê dos Sete, a história era pela primeira vez defendida como campo autônomo e, dessa maneira, ao usar como argumento que ela possibilitaria o desenvolvimento de capacidades cívicas, ela precisaria provar ser “mais capaz” de alcançar esse objetivo do que “governo civil” (para usar a metáfora de Orrill e Shapiro: na luta pela sobrevivência na selva do conhecimento, travada por dezenas de novos campos, ela precisaria demonstrar ser mais forte)⁴¹⁸. Isso foi feito pelo argumento de que as instituições só poderiam ser verdadeiramente conhecidas através da compreensão de sua historicidade:

Não pensamos que essa preparação seja satisfatoriamente adquirida meramente por meio do estudo do governo civil, que, estritamente interpretado, tem a ver apenas com as instituições existentes. O aluno deve ver o desenvolvimento das instituições que o rodeiam; ele deve ver a obra dos homens; ele deve estudar os fatos concretos vivos do passado, ele deve saber sobre as nações que surgiram e caíram; ele deve ver a tirania, a vulgaridade, a ganância, a benevolência, o patriotismo, o auto sacrifício manifestados nas vidas e obras dos homens. Esse pensamento se apoderou tão fortemente dos escritores do governo civil que eles não mais se contentam com uma descrição do governo como ele é, mas descrevem amplamente a origem e o desenvolvimento das instituições de que falam⁴¹⁹.

⁴¹⁷ Ibidem, p.16-17.

⁴¹⁸ ORRILL, Robert & SHAPIRO. Linn. From Bold Beginnings to an Uncertain Future... Op. cit., p.729.

⁴¹⁹ “We do not think that this preparation is satisfactorily acquired merely through the study of civil government, which, strictly construed, has to do only with existing institutions. The pupil should see the growth of the institutions which surround him; he should see the work of men; he should study the living concrete facts of the past, he should know of nations that have risen and fallen; he should see tyranny, vulgarity, greed, benevolence, patriotism, self-sacrifice, brought out in the lives and works of men. So strongly has this very thought taken hold of writers of civil government, that they no longer content themselves with a description of the government as it is, but describe at considerable length the origin and development of the institutions of which they speak.” McLAUGHLIN, Andrew C. et al. **The Study oh History in Schools...** Op. cit., p.18-19.

Com relação à disciplina mental, a história ajudaria a desenvolver a capacidade de julgamento mediante as relações de causa e efeito, já que seriam dimensões básicas das relações humanas. Além disso, permitiria compreender a historicidade dos processos e instituições, pois possibilitaria aos estudantes perceber que eventos não seriam simplesmente sucedidos por outros, mas se desenvolvem a partir dos previamente existentes⁴²⁰. Também seria útil para desenvolver o que chamaram de “hábito científico da mente e do pensamento”, ou seja, investigarem por si mesmos todas as fontes de informação antes de chegarem a conclusões e expressarem opiniões, compreendendo que o conhecimento existente é fruto de esforços investigativos e de uma postura de isenção por parte do investigador. Por último, pelos livros serem um material indispensável no estudo da história, o hábito de manuseá-los nas aulas como ferramenta de conhecimento acabaria ensinando os estudantes a avaliar a qualidade do conteúdo, a extrair informações e a assimilar os índices⁴²¹.

Com relação ao plano de ensino, o comitê recomendava um esquema de quatro anos composto por quatro blocos: Antiguidade (principalmente grega e romana); Idade Média e Moderna europeia; história da Inglaterra e história americana; Governo Civil. Nesse esquema, era recomendado que nenhum dos blocos fosse suprimido porque isso não poderia ser feito sem deixar uma profunda lacuna no aprendizado, pois partiam de uma concepção evolucionista da sociedade em que as raízes das instituições modernas remontariam à Antiguidade, de modo que somente através do conhecimento do passado remoto europeu que os estudantes seriam capazes de compreendê-las profundamente⁴²². Pela maneira como o programa foi estruturado, fica evidente que a compreensão das relações sociais americanas seria a finalidade do ensino de história nas escolas, de modo que todo o programa de ensino foi pensando para culminar nos Estados Unidos da época. Desse modo, a história permitiria visualizar as raízes profundas dessas instituições, e o interessante, mas nem um pouco surpreendente, é notar que essas raízes

⁴²⁰ Ibidem, p.21-22.

⁴²¹ Ibidem, p.23-25.

⁴²² A estrutura do programa deixa evidente uma afiliação com a primeira teoria explicativa do desenvolvimento histórico dos Estados Unidos amplamente difundida no contexto de cientificização da história, a *germ-theory*. Nessa teoria, as instituições democráticas e liberais americanas haviam se desenvolvido nas florestas germânicas em um passado remoto e migrado para a Inglaterra através de tribos teutônicas entre os séculos V e VI, e as instituições inglesas teriam se desenvolvido a partir daí. No século XVII, quando colonos ingleses migraram para as colônias na América, teriam levado consigo essas instituições, e tendo encontrado solo fértil no Novo Mundo, elas puderam se desenvolver e, desse modo, as raízes das instituições americanas se encontrariam no remoto passado europeu. O principal defensor dessa teoria foi Herbert Baxter Adams, que a difundiu entre a primeira geração de historiadores disciplinados através de seus seminários. Ela progressivamente deixaria de ser o modelo explicativo do desenvolvimento histórico americano dominante nas academias a partir do início do século XX, quando a teoria de Frederick Jackson Turner, *frontier theory*, começou a ganhar espaço nos departamentos de história. NOVICK, Peter. **That Noble Dream**. Op. cit., p.87-88; COLEMAN, William. Science and Symbol in the Turner Frontier Hypothesis. **The American Historical Review**, v. 72, n. 1, out. 1966. p.25-26.

seriam europeias, sendo os povos originários e africanos escravizados desconsiderados na constituição das instituições daquele país⁴²³. Por esse motivo, a história da Inglaterra mereceria um bloco só para si, porque, de acordo com os membros do conselho, a história de seu país anterior a 1776 seria a história da Inglaterra:

Qualquer argumento a favor da história americana, portanto, é quase igualmente verdadeiro para o estudo da história inglesa. A percepção dos deveres presentes, a compreensão das responsabilidades presentes, a apreciação das oportunidades presentes não pode ser mais bem inculcadas do que por um estudo dos séculos em que os ingleses lutaram por representação, liberdade de expressão e devido processo legal⁴²⁴.

Com relação aos métodos de ensino propostos, indicavam que as aulas deveriam ser baseadas fundamentalmente em livros-texto, de preferência mais de um, para que os estudantes desenvolvessem a habilidade de comparar estudos, mas se o tempo dedicado à disciplina fosse pouco, não seria grande problema usar somente um. Era indicado que outros materiais também fossem utilizados, sendo assim introduzidos à literatura histórica de qualidade. Esse contato com outros materiais ajudaria a desenvolver a capacidade de manusear livros; a escrita também seria importante, mas não aparece como central no esquema de ensino. Indicavam que a dificuldade do que seria exigido aumentasse gradativamente: nos primeiros anos, os alunos poderiam escrever textos simplesmente sintetizando o que haviam lido e, nos últimos, poderia ser demandados textos sintetizando leituras de vários livros com pontos de vistas distintos. Em alguns momentos, poderiam ser utilizadas recitações escritas (principalmente se os alunos tivessem dificuldades com as orais) e outros tipos de exames; era recomentado o uso de livros de anotações para sintetizar leituras e criar esquemas de aprendizado; por fim, recomendavam fortemente o uso de mapas porque ajudariam a compreender divisões naturais e políticas, e também que elementos naturais poderiam influenciar o desenvolvimento de processos históricos⁴²⁵. Segundo Townsend, essa multiplicidade de métodos, em que alguns são inclusive

⁴²³ Ao longo de todo o relatório, composto por quase 300 páginas, indígenas e afro-americanos não foram mencionados uma única vez. Já “escravidão” aparece em meio a diversas outras instituições que teriam influenciado as relações sociais do país, na sessão destinada ao detalhamento dos conteúdos de história americana: “[...] we should try to recognize the meanings of slavery and white servitude, of cotton and the sugar trade, of the steamboat, the railroad, the telegraph, the rotary press, the sewing machine. We should see, if we can, how such things influenced human progress and had effect on the nature, organization, and destinies of the American people” McLAUGHLIN, Andrew C. et al. **The Study oh History in Schools...** Op. cit., p.78.

⁴²⁴ “Any argument in favor of American history, therefore, holds almost equally true for the study of English history. A realization of present duties, a comprehension of present responsibilities, an appreciation of present opportunities, cannot better be inculcated than by a study of the centuries in which Englishmen were struggling for representation, free speech, and due process of law.” Ibidem, p.36-37.

⁴²⁵ Ibidem, p.91-96.

excludentes entre si, é devida à dificuldade geral que o grupo teve em chegar a consensos sobre diversos pontos do relatório, em especial este, sendo o esquema de separação em quatro blocos a única questão que foi facilmente definida e porque esse já era um modelo consensual de divisão que vinha sendo adotado em diversas instituições de ensino⁴²⁶.

Um ponto que torna esse relatório tão importante para este estudo é que ele pode ser tomado com um importante manifesto em defesa da profissionalização do ensino de história. Tendo feito o mapeamento de quem eram as pessoas responsáveis por ensinar a disciplina nas escolas, descobriram que, de modo geral, não eram exigidos requisitos mínimos para isso, de modo que professores sem o mínimo conhecimento sobre a história a ensinavam para preencher suas cargas horárias: “Em uma boa escola, por exemplo, a história, há pouco tempo, foi entregue ao professor de atletismo, não porque ele conhecesse história, mas aparentemente para preencher seu tempo”⁴²⁷.

Para os proponentes do relatório, a história não poderia ocupar um lugar apropriado nos currículos escolares enquanto não fosse ensinada por professores devidamente treinados para isso, e destacam quais seriam os requisitos básicos para o exercício da função: não apenas ter conhecimento sobre história, mas a capacidade de provocar entusiasmo e de desvelar os significados profundos dos eventos; habilidade em ensinar o aluno a pensar com cuidado, porém, ao mesmo tempo, estimular a imaginação para que fosse além do texto, despertando o interesse dos estudantes enquanto o pensamento racional fosse desenvolvido; conhecimento sobre fatos históricos e ser capaz de desvelar os significados reais dos fenômenos; demonstrar causas e sugerir resultados; saber selecionar o que seria importante e excluir o desimportante; ter conhecimento da bibliografia, compreendendo o período que cobrem, os métodos empregados, sua confiabilidade e sua utilidade para o ensino de jovens – habilidades de leitura especializada que ele mesmo deveria ser capaz de ensinar; ser capaz de tornar vivos os aspectos dramáticos da história com a finalidade de estimular a imaginação dos alunos, envolvendo-o no drama narrado. Dessa forma, as habilidades seriam de três naturezas: domínio de conteúdo; entendimento sobre os princípios da história; ensino expresso como capacidade de narrar despertando interesse⁴²⁸. A partir das habilidades elencadas no relatório, fica notável que o ensino de história não era compreendido como um desdobramento direto da disciplina de pesquisa em desenvolvimento nas universidades para as salas de aulas, mas sim que o

⁴²⁶ TOWNSEND. **History's Babel**. Op. cit., p.64.

⁴²⁷ “*In one good school, for example, history a short time ago was turned over to the professor of athletics, not because he knew history, but apparently in order to fill up his time .*” Ibidem, p.113.

⁴²⁸ Ibidem, p.113-116.

conhecimento dos procedimentos próprios do campo (como seleção, hierarquização, dotação de sentido, análise bibliográfica etc.) deveriam ser combinados com conhecimentos didáticos.

A seção dedicada aos requisitos para ser professor de história é encerrada com a defesa de que esses profissionais deveriam ser devidamente treinados para ocuparem esses postos, uma vez que não poderiam ensinar o que eles mesmos não sabiam, e a indicação (mesmo compreendendo que essa era uma realidade distante) é que obtivessem formação superior:

Cultivar a mentalidade histórica, ensinar os alunos a pensar historicamente e a abordar os fatos com o espírito histórico – esse é o principal objetivo do ensino em qualquer campo da história. Mas, a menos que o professor tenha prática em lidar com os fatos, a menos que tenha adquirido perspectiva, a menos que tenha uma mentalidade histórica e saiba qual é o método histórico, ele não pode instruir seus alunos. Essas características não podem ser absorvidas de um livro-texto uma ou duas horas antes da aula; são produtos do tempo e do trabalho. [...]. Possivelmente está muito distante o dia em que todos os professores neste país serão preparados para suas funções por um longo curso de treinamento, como é exigido de um professor nas escolas europeias; mas há algumas evidências de que esse tempo está se aproximando lentamente. Sem sombra de dúvida, alguns dos melhores professores de nossas escolas secundárias são quase totalmente autodidatas; alguns deles não são graduados em universidades. Mas essas exceções não provam que o treinamento e a instrução universitária sejam indesejáveis⁴²⁹.

É difícil avaliar o sucesso do relatório porque, dependendo do fator que se prioriza, a constatação pode ser diferente. Assim que ele foi publicado, a NEA se encarregou de torná-lo conhecido em todo território americano, providenciando a sua distribuição⁴³⁰, e própria AHA também se encarregou de distribuí-lo entre o maior número possível de representantes de escolas secundárias através da sua impressão junto ao relatório anual da entidade. Assim, alcançou o objetivo inicial de se projetar nacionalmente porque ele chegou a todas as regiões do país. Quinze anos após a sua disseminação, uma pesquisa estatística demonstrou que cerca de um terço das escolas secundárias haviam adotado o programa inteiramente⁴³¹. Esse número pode parecer insuficiente para que seja possível afirmar que a AHA foi bem-sucedida em

⁴²⁹ “*To cultivate historical-mindedness, to teach pupils to think historically and to approach facts with the historical spirit, — this is the chief object of instruction in any field of history. But unless the teacher has had practice in dealing with facts, unless he has acquired perspective, unless he has become historical-minded and knows himself what the historical method is, he cannot instruct his pupils. These characteristics cannot be absorbed from a text-book in an hour or two before the recitation; they are the products of time and toil. [...]. Possibly the day is far distant when all teachers in this country will be prepared for their duties by a long course of training such as is required of a teacher in European schools; but there are a few evidences that this time is slowly approaching. Beyond all question, some of the best teachers in our secondary schools are almost wholly self-trained; some of them are not college graduates. But these exceptions do not prove that advanced collegiate training and instruction are undesirable.*” Ibidem, p.117.

⁴³⁰ TOWNSEND. **History’s Babel**... Op. cit., p.68.

⁴³¹ Ibidem, p.67.

estabelecer um currículo de história nas escolas, mas quando se considera o quão descentralizado é o sistema de ensino americano, ter sido adotado por um terço das escolas pode ser tomado como uma vitória da associação. Isso porque, na disputa entre as diversas disciplinas nascentes, para pelo menos 30% das escolas o comitê conseguiu provar o valor de seu ensino (sem mencionar as outras escolas que possuíam programas de história, mas não exatamente o mesmo que o relatório propunha)⁴³². Para os fins deste estudo, aprofundar os impactos gerados pelo relatório não é tão importante quanto destacar o significado político do envolvimento da associação nessa questão.

Pela própria maneira como o sistema educacional americano estava estruturado, o Estado-nacional não se envolveu diretamente em discussões curriculares naquele contexto de reestruturação do ensino básico no país. Como mencionado acima, um relatório já havia sido elaborado anteriormente por professores de história, mas fora da associação, e isso indica que não era um caminho “natural” a AHA tomar para si a tarefa de elaborar um programa de ensino para ser aplicado amplamente; mesmo assim, a entidade foi a principal proponente de currículos de história em âmbito nacional até a Primeira Guerra Mundial⁴³³. Portanto, a decisão tomada pelo Conselho em 1896 de elaborar o relatório para a NEA possui uma dimensão profundamente política: porque compreenderam que o seu envolvimento alteraria o *status* de importância da associação e, talvez mais fundamentalmente, porque seria uma chance de apresentarem para um público amplo seus argumentos sobre a importância social do estudo da história; de institucionalmente legitimarem a presença da disciplina nos currículos escolares pois ela havia sido estabelecida como requisito mínimo para a entrada em importantes universidades; e, por fim, de um ponto de vista mais prático, de defenderem a reserva de campo de atuação profissional nas escolas para professores que possuíssem formação em história, ao mesmo tempo que criavam demanda para o ensino universitário da disciplina por defender o treinamento especializado dos professores.

O envolvimento com o ensino entre 1896 e 1906 não ficou restrito ao relatório do Comitê dos Sete. A mencionada mudança de rota da associação gerou um ímpeto de tomar para si iniciativas para o desenvolvimento das diversas profissões do campo. Em 1904, em uma conferência sobre o ensino de história nível primário, os participantes concluíram que seria

⁴³² Para uma discussão mais aprofundada sobre a vitória ou derrota do relatório, ver: Ibidem e ORRILL; SHAPIRO. *From Bold Beginnings to an Uncertain Future...* Op. cit.

⁴³³ Durante o contexto da guerra, as discussões sobre o estabelecimento de disciplinas amplas de estudos sociais começaram a ganhar força a partir de uma perspectiva de que o estudo da sociedade deveria possibilitar reflexões sobre questões presentes. Nesse momento, outras instituições começaram a ganhar proeminência nas discussões curriculares, e a própria associação progressivamente voltava-se à pesquisa universitária e abandonava seu interesse no ensino escolar.

necessário que um relatório semelhante ao publicado em 1898 fosse elaborado para o nível em discussão. Durante três anos, o grupo, que foi chamado de Comitê dos Oito, trabalhou na questão. Ele foi composto pelos professores de nível superior envolvidos com o ensino James Alton James, Henry E. Bourne e Julius Sachs; pelos superintendentes de escolas E. C. Brooks, Wilbur F. Gordy, J. H. Van Sickle; e pelos professores em escolas normais Mabel Hill e Henry W. Thurston⁴³⁴. O seu relatório, publicado em 1909, era ligeiramente diferente do primeiro: enquanto o do Comitê dos Sete definia um ano para cada bloco, de modo que somente no último a história dos Estados Unidos era abordada, o do Comitê dos Oito focava na história de seu país com a finalidade prática de fazer dos estudantes cidadãos⁴³⁵.

Quando foi publicado, o relatório do Comitê dos Sete estava sendo revisitado por outro comitê de ensino da associação porque vinham recebendo diversas cartas de professores, administradores de escolas e sociedades voltadas ao ensino informando que estariam encontrando dificuldades em fazê-lo funcionar no dia a dia das escolas. De acordo com Townsend, a ênfase na história do país que fora dada pelo Comitê dos Oito que, como mencionado, foi formado por profissionais de fato envolvidos com o ensino escolar, seria um indicador da crescente resistência ao primeiro relatório, já perceptível antes mesmo de o documento ter completado dez anos⁴³⁶. Mesmo assim, a adoção do segundo pelas instituições de ensino não foi tão bem-sucedida quanto aquele havia sido, provavelmente porque, no nível primário, os professores eram ainda menos especializados do que no secundário⁴³⁷, de modo que o relatório do Comitê dos Sete, mesmo com suas fragilidades, pode ser considerado a empreitada mais bem-sucedidas da AHA em relação aos estudos escolares.

Saindo do âmbito dos currículos, mas ainda tomando as iniciativas voltadas ao ensino, em 1899, membros da AHA colocaram em pauta a preparação de uma coleção dedicada à história geral de seu país, que seria composta por monografias originais produzidas por acadêmicos, sendo Albert Bushnell Hart apontado como chefe do comitê que seria responsável pela execução do projeto nomeado *Monographic history in America*. Ele foi debatido no Conselho nos anos seguintes e adotado em 1902, porém, com uma proposta diferente da original. Em vez de monografias originais, a AHA promoveria a reimpressão de obras clássicas

⁴³⁴ HASKINS (org.) **Annual Report 1904...** Op. cit. p.40-5.

⁴³⁵ JAMES, Alton James. **The study of history in the elementary schools**. Boston: Charles Scribner's Sons, 1909.

⁴³⁶ TOWNSEND. **History's Babel...** Op. cit., p.70.

⁴³⁷ *Ibidem*, p.69.

sobre a história americana⁴³⁸. No relatório apresentado pelo comitê à associação, a coleção foi apresentada com o objetivo de ser um projeto educacional: “Sua intenção é fornecer às bibliotecas de escolas e faculdades e estudantes, pelo menor valor possível, bons textos de fontes narrativas clássicas sobre o início da história americana ”⁴³⁹. A associação não teria custos com o projeto, ela apenas promoveria a reimpressão dos livros em editoras parcerias e os volumes seriam adquiridos pelas instituições e indivíduos interessados. A coleção seria composta por 20 volumes referentes às várias regiões do país e acompanhada por uma introdução do editor apresentando o autor e o estado atual da obra no país, assim como o seu valor como fonte de estudos⁴⁴⁰.

Em carta a H. B. Adams, Hart afirmou que a AHA se colocaria como disseminadora ativa de materiais históricos de maneira barata o suficiente para serem acessíveis às bibliotecas escolares⁴⁴¹. Isso permite vislumbrar a razão pela qual essa iniciativa era importante do ponto de vista do “ativismo” da AHA no campo do ensino: a associação tomava a dianteira na escolha das obras autorizadas para o estudo da história americana que seriam consumidas nas escolas e universidades, além de indicar ao público leitor o valor que teriam para o campo através da introdução escrita pelos editores.

Outra iniciativa interessante desse período, mas que não resultou em trabalho mais sistemático como a elaboração de relatórios prescritivos, foram conferências sobre o ensino da disciplina nas universidades, que ocorreram em 1905 e 1906. Essas mesas foram concebidas a partir da percepção de que os professores de história que ofereciam cursos aos jovens recém-ingressos na universidade encontravam dificuldades para elaborar os programas para o semestre por haver dúvidas se dedicavam o curso ao ensino expositivo de algum período histórico ou se introduziam brevemente os procedimentos de pesquisa em história. Os seus relatórios, composto pela transcrição das apresentações, não indica que tenha havido tentativas de estabelecer consensos sobre como deveria ser o ensino, de modo que essas apresentações eram unicamente relatos de experiências pessoais.

⁴³⁸ HASKINS, Charles H. (org.) **Annual Report of the American Historical Association for the Year 1903**. Washington: Government Printing Office, 1904. p.38.

⁴³⁹ “*Its intention is to provide the libraries of schools and colleges and individual students, at as low a rate as possible, with good texts of the classical narrative sources for early American history.*” JAMESON, J. Franklin; TURNER, F. Jackson. Report of the Committee on a Proposed Series of Reprints of the Chief Original Narratives of Early American History. Registros da American Historical Association, Arquivos dos Comitês, Caixa 459 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 12 dez. 1902.

⁴⁴⁰ Ibidem.

⁴⁴¹ HART, Albert Bushnell. Carta a Herbert Baxter Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos dos Comitês, Caixa 459 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 24 abr. 1901.

Apesar da importância que teve na virada de século, o ensino não foi por muito tempo valorizado na associação. O relatório do Comitê dos Sete foi elaborado durante o período em que H. B. Adams ainda era uma figura central, e ele valorizava muito a institucionalização da história nas escolas e universidades, tendo apresentado e publicado diversos textos sobre a questão. Quando a NEA pediu à AHA que elaborasse o relatório, o secretário viu a chance com entusiasmo e garantiu que fossem reservados recursos generosos para que o grupo pudesse realizar satisfatoriamente a missão recebida⁴⁴². Desse modo, é notável como os agentes dominantes de um microcosmo pautam o que nele será priorizado; nesse caso, Adams detinha grande poder na AHA e assim foi capaz de tornar o relatório de ensino prioridade da associação no fim da década de 1890.

As iniciativas voltadas ao ensino executadas após a morte de Adams foram um eco do entusiasmo dedicado à questão pelo antigo secretário e que não encontraram agentes com entusiasmo semelhante para que ganhassem a importância que haviam tido um dia – não passa despercebido que no Comitê dos Oito não tinha nenhum “figurão” do campo como no Comitê dos Sete. A partir de 1905, outro personagem teria poder semelhante ao que Adams havia tido.

John Franklin Jameson havia sido convidado a atuar como diretor do *Department of Historical Research* (DHR) da *Carnegie Institution of Washington* (CIW), instituição que se dedicava eminentemente aos documentos para os estudos históricos. Jameson foi feito primeiro presidente disciplinado da AHA, depois conselheiro vitalício e, quando o secretário se ausentava, atuava como secretário interino. Quando, em 1909, o sucessor de Adams deixou o cargo, o secretário escolhido foi Waldo G. Leland, funcionário de Jameson no DHR, e as iniciativas voltadas aos materiais para as pesquisas (publicação de documentos, organização de arquivos em sociedades históricas locais, profissionalização de arquivistas e luta pela construção de um arquivo nacional da capital) passaram a ser prioridade, mesmo que ainda fosse significativo o número de membros da associação envolvidos com o ensino de história. Essa mudança de ênfase da AHA também pode ser tomada como exemplo de como os dominantes definem a agenda de um campo ou microcosmo, e é importante notar que, pela centralidade que os documentos históricos têm na realização dos estudos disciplinados, essa hierarquização indica que, a partir de 1907, a prioridade da associação seria as pesquisas disciplinadas.

⁴⁴² ADAMS (org.). **Annual Report 1896**... Op. cit.; ADAMS (org.). **Annual Report 1897**... Op. cit.; ADAMS (org.). **Annual Report 1898**... Op. cit.

O envolvimento da AHA com o ensino aponta para algumas conclusões. Em primeiro lugar, se nos anos de sua estruturação os debates disciplinares eram raros, nesse segundo momento, profissão e disciplina estão tão imbricados que se torna difícil separá-los, mesmo que para fins de inteligibilidade. Propor currículos escolares e debater ensino nos diversos níveis era, ao mesmo tempo, atuação em prol da garantia de lugares institucionais e das condições necessárias para a atuação profissional, afirmação perante o público não especializado da história que era autorizada pelo campo disciplinado e definição de regras para a prática do ensino. Essa constatação direciona a um segundo ponto já mencionado ao longo desta pesquisa, mas que vale a pena ser retomado: a atuação da AHA na institucionalização escolar do ensino de história (assim como na gestão de documentos históricos) evidencia que falar sobre profissionalização da história nos Estados Unidos de fins do século XIX e princípios do século XX é falar sobre “profissionalizações” no plural, uma vez que ensino, pesquisa e gestão de documentos estavam intimamente relacionados, tanto porque era comum que uma mesma pessoa exercesse as diversas atividades quanto porque o desenvolvimento de uma era fundamental para o desenvolvimento da outra, havendo clara relação de interdependência entre elas: o ensino universitário se justificava pelo ensino escolar e a gestão de documentos era o que viabilizava as pesquisas.

5.2.4 A contribuição da *American Historical Association* para a disciplinarização do campo da história

No primeiro capítulo, foram apresentadas as bases epistemológicas sobre as quais a história foi constituída em disciplina nos Estados Unidos. Nesta seção, serão abordadas duas iniciativas da AHA feitas a partir da mudança de rota de 1896. Quando a associação superou as ações voltadas unicamente à sua própria consolidação e da conquista das condições mínimas necessárias para viabilizar as pesquisas, ela pôde voltar-se mais tranquilamente às iniciativas que a colocariam também como uma agente da disciplinarização do campo da história, disciplina essa que guiaria não somente as práticas de pesquisa acadêmica, mas ainda serviria como base epistemológica do ensino e guiaria as políticas de preservação de documentos.

Não é possível afirmar que antes de 1895 a AHA não se caracterizava como instituição de saber na acepção de Michel de Certeau, autorizando ou vetando discursos, pois os próprios textos apresentados, discutidos e posteriormente publicados eram prescritivos sobre como deveria ser a disciplina. Porém, nesses anos em que a presença de personagens ilustres foi

valorizada, era comum que os discursos apresentassem posições muito diversas sobre a história das que estavam sendo estabelecidas como práticas autorizadas pela disciplina.

A disciplina foi estruturada através de dois afastamentos: da retórica (que aproximaria a história da ficção) e da filosofia. No caso dos Estados Unidos, esse segundo afastamento fez-se sentir principalmente na negação às filosofias da história, que imporiam padrões arbitrários pelo estabelecimento de leis que engessariam as interpretações sobre eventos passados. Apesar disso, o primeiro presidente da AHA realizou um discurso inaugural afirmando o contrário: que existiriam leis que guiarão a história e que o trabalho dos historiadores seria justamente encontrá-las. Andrew Dickson White, na fala *On Studies in General History and the History of Civilization*⁴⁴³, afirmou haver dois tipos de estudos históricos, os específicos e os gerais, sendo que os primeiros diriam respeito à investigação de eventos singulares enquanto os segundos seriam as grandes sínteses filosóficas e teriam relação com a evolução do homem e da sociedade em grandes intervalos de tempo que forneceriam leis do desenvolvimento histórico. Em sua apresentação, White fazia um chamado para que os historiadores científicos americanos começassem a usar a história de seu país para realizar essas grandes sínteses, mas, principalmente, para que os novos historiadores não perdessem de vista a centralidade dessas sínteses ao estudarem os casos específicos em um tempo de especialização do conhecimento.

Em contrapartida, foi em um encontro da associação de 1893 que Frederick Jackson Turner apresentou o ensaio que seria a base para a teoria sobre o desenvolvimento da sociedade americana que dominaria os cursos de história, pelo menos, até a década de 1930, a *frontier thesis*. Isso demonstra o quão delicado é tomar a multiplicidade do que era apresentado e publicado pela AHA como mecanismos de disciplinarização do campo da história, especialmente durante os seus 20 primeiros anos, quando, pelos motivos mencionados, os *gentleman historians* tiveram mais espaço na associação do que os profissionais disciplinados. Uma certa mudança começaria a ser percebida a partir de 1907, quando a estrutura da associação passou a ser dominada por esses últimos e os próprios discursos inaugurais, proferidos por autoridades do campo disciplinado, passaram a refletir o que estava sendo pautado no meio universitário como práticas autorizadas da disciplina.

Contudo, nesse momento, entre 1895 e 1906, o qual representou o início da transição para o domínio disciplinado da associação, a criação de uma revista especializada, a *American*

⁴⁴³ WHITE, Andrew Dickson. *On Studies in General History and the History of Civilization*. In: ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Papers of the American Historical Association. Report of the Proceedings of the second annual meeting**, Saratoga, September 8-10, 1885. New York: G. P. Putnam's Sons, 1886.

Historical Review (AHR), e a instituição de prêmios para melhores pesquisas foram mecanismos mais diretos adotados para posicionar a associação como instituição que tomaria parte na definição e consolidação dos pilares disciplinares da história, função compartilhada por diversos tipos de entidades, pois a disciplinarização ocorria de modo fluído em seminários das universidades, encontros de historiadores em clubes de cavalheiros, publicações e agora também na AHA.

A criação da AHR se deu em meio ao movimento de virada de rumo da AHA, mas, apesar de a história da revista estar entrelaçada à história da associação, a primeira foi fundada em 1895 como órgão independente da segunda, e foi com o passar do tempo que ambas foram formalmente vinculadas. Antes de sua criação, não havia nos Estados Unidos revistas especializadas em história voltadas à publicação de estudos realizados a partir do novo padrão disciplinado, apenas números ligados às sociedades históricas locais, como a *Magazine of American History*, cujas publicações tinham pouca utilidade aos estudos disciplinados, uma vez que enfatizavam questões de interesse local e curiosidades, como

[...] os pequenos combates militares da Guerra Revolucionária, as biografias de seus heróis e ‘Pais’ em geral, as minúcias das viagens e descobertas, infinitamente discutíveis, e os detalhes locais e antiquários do período colonial, foram considerados como os principais assuntos da história americana [...] ⁴⁴⁴.

O que chegava mais perto de um periódico científico de história eram os relatórios anuais da AHA (“*Papers*”, antes da Lei de Incorporação), que, além das atas dos encontros, reuniam os textos que haviam sido apresentados, tornando-se assim um veículo para a circulação de trabalhos originais, porém, considero que essas publicações não podem ser tomadas como periódicos porque ficavam restritas ao que havia sido apresentado nos encontros, não aceitavam submissões livres e não incluíam resenhas.

Em um texto escrito por J. Franklin Jameson no contexto do 25º aniversário da AHR, o historiador atribuiu o impulso para a criação da revista ao rápido crescimento do campo profissional da história em seu país. Era um momento em que havia cerca de 100 professores de história empregados em universidade, sendo que cerca de metade desses havia estudado na Alemanha, país onde tiveram contato, além dos seminários de pesquisa, com os periódicos

⁴⁴⁴ “[...] little military engagements of the Revolutionary War, the biographies of its heroes and ‘Fathers’ in general, the minutiae of voyages and discoveries, endlessly disputable, and the local and antiquarian details of the colonial period, were regarded as the main matters of American history [...]” JAMESON, John Franklin. *The American Historical Review*, 1895-1920. **The American Historical Review**, New York City, v.26, n.1, p. 1-17, out, 1920. p.1.

científicos. Para o historiador, era uma espécie de caminho natural que nos Estados Unidos logo houvesse um periódico no mesmo estilo para dar vazão à produção de estudos históricos disciplinados.

Em outros campos de conhecimento, no próprio Estados Unidos, revistas foram fundadas como propriedade de uma instituição, e os textos nelas publicados refletiam a sua tendência teórica, mas com a primeira revista de história foi diferente; a sua fundação foi fruto da união de esforços de professores de diversas universidades que estavam se organizando para criar revistas vinculadas aos seus departamentos de história. Contudo, vindo a saber dos planos uns dos outros, optaram por uma publicação que estivesse acima de vínculos institucionais, fazendo da AHR uma revista independente.

O primeiro Conselho Editorial nomeado foi composto por George Burton Adams, Albert Bushnell Hart, John Bach McMaster, William M. Sloane, Morse Stephens e Harry Pratt Judson, tendo J. Franklin Jameson sido escolhido como editor-chefe, posição que, fora um interregno de quatro anos entre 1901 e 1905, ocupou até 1920. O que todos esses sujeitos tinham em comum é que eram historiadores disciplinados e membros ativos do Conselho Executivo da AHA o que, em primeiro lugar, aponta para a proximidade entre as duas instituições, mesmo que não estivessem ainda formalmente conectadas, mas, principalmente, que, na revista, acelerou-se o processo que muito lentamente vinha ocorrendo na associação: de deixar os diletantes de lado para dar espaço aos disciplinados.

De acordo com o historiador brasileiro César Haueisen Zimerer Perpétuo⁴⁴⁵, a fundação do periódico estaria intimamente relacionada ao descontentamento de alguns historiadores disciplinados com a política de H. B. Adams de proximidade com o Congresso, que, a partir da Lei de Incorporação de 1889, fazia com que o que era publicado nos relatórios anuais, que até então faziam as vezes de periódico especializado de história, precisasse passar pelo escrutínio (ou censura) do secretário da SI:

Os *Annual Reports* da AHA já estavam bastante consolidados e, com a recente incorporação pelo governo, tinham mais do que financiamento suficiente para publicar e distribuir todos os artigos dos historiadores que queriam mostrar o resultado de seus trabalhos, a pergunta que se faz aqui então é: por qual motivo um periódico tão ambicioso como a AHR teria sido fundado apenas seis anos após a incorporação da AHA pelo governo? A resposta que os historiadores citados acima [Peter Novick, Margaret Stieg, Thomas Haskell e John Higham] dão é deveras simples: a criação da AHR foi influenciada por uma tendência que estava acontecendo na Europa e veio para fornecer uma plataforma de debate e comunicação entre os historiadores dos

⁴⁴⁵ PERPÉTUO, César Haueisen Zimerer. **Historiografia americana em revista: a American Historical Review (1895 a 1915)**. 2017, Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFES, Vitória, 2017.

EUA, além de contribuir para a consolidação do trabalho do historiador. Entretanto, como mostrei no capítulo anterior, acredito que a AHA já estava cumprindo essa função de forma eficiente, a AHR tinha um motivo a mais, ela surgiu não só pelos motivos debatidos pelos autores citados, mas também como um mecanismo de combate a uma autocensura que estava sendo provocada por essa fiscalização do governo americano à associação e à sua principal forma de publicação na época, os *Annual Reports*⁴⁴⁶.

Acredito ser exagero atribuir a criação da revista a uma censura, em primeiro lugar porque os relatórios anuais eram relatórios de atividades de uma associação, e não uma revista, em segundo lugar porque, via de regra, o relatório escrito pelo secretário da associação (que por muito tempo foi um funcionário da SI) era enviado na íntegra ao Congresso e aprovado, de modo que o único registro de embate entre a AHA e a SI durante o recorte deste estudo foi em 1909, momento em que um novo secretário começou a atuar na SI e Clark havia deixado o Conselho da associação. Naquele ano, Walcott, o novo secretário, recusou a publicação de uma lista de fontes para o estudo da história diplomática inglesa e Jameson tomou essa atitude como um desrespeito à autonomia da AHA⁴⁴⁷. Chegou a relatar o ocorrido em um texto que escreveu no calor do momento no contexto do 25º aniversário da AHA⁴⁴⁸, deixando a impressão aos seus leitores de que haveria uma intensa censura por parte do governo através da SI. Ao se observar a correspondência entre os membros do Conselho, nota-se que, na prática, a associação atuava com bastante autonomia, inclusive imprimindo ilegalmente mais volumes de relatórios pela Editora do Governo do que o permitido na Lei de Incorporação. Considero que a criação da revista deva ser atribuída primeiramente à tendência expressa por Jameson de fundar um periódico para anteder à demanda por meios de veiculação de produções especializadas e, na mesma medida, ao anseio desses historiadores por um espaço que não precisasse ser dividido com os diletantes.

Mesmo discordando da hipótese da fundação da AHR ter sido em decorrência da busca por liberdade para publicar o que quisessem sem precisar passar pela censura do governo, o modo como foi criada fez com que, de fato, fosse um periódico excepcionalmente autônomo no que diz respeito à abordagem de temas e referenciais teóricos. Segundo dados apresentados por Perpétuo⁴⁴⁹, durante o período entre 1895 e 1915, foram publicados números similares de artigos relativos à história americana e europeia, não ficando ausentes, mesmo que em menor

⁴⁴⁶ Ibidem, p.46-47.

⁴⁴⁷ Esta querela será abordada mais profundamente no capítulo 5.

⁴⁴⁸ JAMESON. *The American Historical Association, 1884 – 1909*. Op. cit

⁴⁴⁹ PERPÉTUO, César Haueisen Zimerer. Uma radiografia da *American Historical Review* entre 1895 e 1915. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.) **As Revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017.

número, artigos sobre história de países africanos, asiáticos e latino-americanos. Com relação ao recorte temporal, a maior parte dos artigos foi sobre história moderna, mas foi significativo o número de publicações referentes aos outros períodos históricos. A revista também englobou artigos referentes às diversas dimensões do estudo do passado além da política (por mais que esse tema tenha sido preponderante): história econômica, biografias, teoria e metodologia, história cultural, social e memórias⁴⁵⁰.

Entretanto, a autonomia institucional buscada ao ser criada à margem de instituições de ensino e sociedades históricas não durou muito tempo. Durante os dois primeiros anos da revista, ela foi financiada por um grupo de fiadores que garantiria um montante de 2 mil dólares por ano pelo período de dois anos para custear as suas despesas, depois disso, esperava-se que ela fosse capaz de se manter por conta própria⁴⁵¹. Após o fim do período, o Conselho Editorial começou a negociar com a AHA uma ajuda financeira anual. De acordo com Jameson, no fim 1897, havia cerca de mil inscritos para o recebimento dos números, sendo que, entre eles, 324 eram também fiadores. Entre os fiadores, 180 não eram membros da AHA, e dos mil inscritos, cerca de 850 não eram filiados à associação; dos 800 membros da associação, apenas 150 eram inscritos na AHR. Esses números apresentados por Jameson demonstram que não havia uma conexão óbvia entre a AHA e a AHR em 1897, e o Conselho Executivo foi relutante em assumir responsabilidade financeira sobre ela. Como medida provisória, o Conselho votou, em 1897, por conceder um subsídio de um dólar por membro e, em contrapartida, os últimos números da revista deveriam ser enviados a todos da AHA. No ano seguinte, o Conselho definiu uma conexão mais permanente, em que pagaria dois dólares por ano por membro (que teriam o direito de receber todos os números do periódico dali em diante) e o Conselho Executivo teria o direito de eleger os membros do Conselho Editorial⁴⁵².

Após alguns anos, a AHR conseguiu um segundo vínculo institucional, dessa vez com a recém-fundada CIW. Um conselho formado por historiadores para ajudar a definir qual seria a atuação da instituição no campo da história recomendou que uma das iniciativas do que viria a ser o DHR deveria ser o suporte à revista que, por conta de sua limitação financeira, precisava recusar artigos de importantes historiadores que esperavam receber pelas submissões. A partir do arranjo estabelecido em 1903, uma das funções do diretor do DHR (cargo ocupado entre

⁴⁵⁰ Ibidem, p.333-352.

⁴⁵¹ JAMESON. *The American Historical Review*... Op. cit., p.6.

⁴⁵² Ibidem, p.14.

1903 e 1905 por McLaughlin e depois por Jameson) seria a de editar a revista, desonerando a própria do pagamento de salário ao editor-chefe e seus assistentes⁴⁵³.

Apesar de ter sido criada à parte da AHA, o vínculo estabelecido em 1897 e fortalecido no ano seguinte – comprovado na análise dos arquivos da AHA que evidenciam que as decisões sobre a revista estavam sempre amarradas à associação – faz com que se compreenda a criação do primeiro periódico voltado aos estudos disciplinados de história dos Estados Unidos como uma das frentes de atuação da associação em função da disciplinarização da história, em primeiro lugar, por ter sido um veículo que publicou pesquisas originais do campo, tendo publicado textos dos historiadores mais proeminentes da época, como Charles H. Haskins, Max Farrand, George Burton Adams, Henry C. Lea, Frederick J. Turner, Carl Becker, George L. Burr, George G. Bourne, Edward G. Bourne e Charles F. Adams. Consoante o estudo de Perpétuo, eles foram os indivíduos que tiveram mais artigos publicados na revista durante o período estudado, totalizando 71 textos⁴⁵⁴.

Portanto, torna-se evidente que a revista teve a importante função de servir como veículo de publicação de textos dos historiadores que estavam no topo da hierarquia do campo disciplinado da história e de consagração de suas interpretações históricas. Frederick Jackson Turner, por exemplo, o qual teve sete artigos publicados na revista entre 1895 e 1915, consagrava a sua interpretação sobre o desenvolvimento histórico americano nesse mesmo período. Turner estabeleceu a sua *frontier thesis* através de diversos mecanismos, como o ensino, orientação de alunos, produção de livros didáticos, envio de seus textos a autoridades no campo etc.⁴⁵⁵, mas é inegável que a presença constante de seus textos na principal revista especializada de história do país (convenientemente enviada a todos os sócios da AHA) foi, sem dúvidas, uma estratégia de suma importância para a consagração. Além disso, nesses primeiros anos, o periódico não tinha o funcionamento que se vê atualmente em periódicos acadêmicos, em que as submissões dos autores passam por uma avaliação cega de especialistas que decidem a publicação ou não do artigo. De acordo com Townsend, além dos próprios membros do Conselho Editorial, quem geralmente publicava na AHR eram os seus alunos ou jovens pesquisadores cujos textos haviam sido recomendados pelos seus professores⁴⁵⁶. Sendo assim, o Conselho tendia a privilegiar textos (por mais amplos em tema, espaço temporal e abordagem teórica que fossem) de figuras consagradas do campo e seus discípulos.

⁴⁵³ Ibidem, p.15.

⁴⁵⁴ PERPÉTUO. Uma radiografia da American Historical Review entre 1895 e 1915... Op. cit.

⁴⁵⁵ GALLO. **Disciplina histórica, um campo em disputa...** Op. cit.

⁴⁵⁶ TOWNSEND. **History's Babel...** Op. cit. p.25.

Não obstante, considero ainda de maior importância para a disciplinarização de um campo as resenhas, que são um mecanismo de avaliação e validação de obras por pares, capazes de definir se será referência para uma área de estudos, de consagrar o trabalho de um historiador. Conforme demonstrou Perpétuo, entre 1895 e 1915, foram publicadas 2.313 resenhas nos números da AHR. Em contrapartida, foram publicados 377 artigos originais, ou seja, entre artigos e resenhas, 85% eram referentes a essa última categoria, sendo possível questionar até que ponto a AHR tinha como principal função avaliar a produção especializada e somente depois tornar públicos os estudos originais⁴⁵⁷.

No mesmo ano em que a revista estava sendo criada, um segundo mecanismo que considero de disciplinarização do campo foi instituído pela AHA: o estabelecimento de um concurso para premiar a melhor monografia original em história publicada nos Estados Unidos, o qual, dois anos após a sua criação, seria batizado como *Justin Winsor Prize* em homenagem ao ex-presidente que havia falecido naquele ano. Além da soma em dinheiro no valor de 100 dólares, o vencedor do também teria o seu trabalho publicado integralmente como parte do relatório da associação e distribuído entre todos os seus membros. É interessante notar que o primeiro comitê nomeado para avaliar as monografias foi composto por Moses Coit Tyler, James Harvey Robinson e liderado por A.C. McLaughlin, todos historiadores disciplinados⁴⁵⁸.

O primeiro a receber o prêmio foi Herman Vanderburg Ames, então professor da *Ohio State University*, por sua monografia *The Proposed Emendments to the Constitution of the United States during the First Century of its History*⁴⁵⁹. É emblemático o fato de que, nos três anos seguintes, não houve vencedores e não se sabe o motivo (se foi porque nenhuma monografia foi boa o suficiente, ou se ninguém se inscreveu, ou se simplesmente a comissão não pôde realizar o trabalho naqueles anos). Porém, pelos relatórios, sabe-se que o prêmio não foi concedido em 1899 porque nenhuma das monografias submetidas foi considerada merecedora, de modo que o comitê decidiu que critérios comuns para avaliar os trabalhos deveriam ser estabelecidos: “Para a comissão do *Justin Winsor Prize*, o Prof. C. M. Andrews relatou que não tinham podido atribuir qualquer prêmio este ano, e pediu autorização, que foi concedida, para elaborarem um código de regras definitivo para reger o concurso”⁴⁶⁰.

⁴⁵⁷ PERPÉTUO. Uma radiografia da American Historical Review entre 1895 e 1915... Op. cit.

⁴⁵⁸ Esse comitê mudaria diversas vezes ao longo dos anos, mas sem deixar de privilegiar historiadores profissionais como avaliadores.

⁴⁵⁹ ADAMS, Herbert Baxter (org.) **Papers of the American Historical Association**. Report of Proceedings, third annual meeting, Washington, D.C., April 27-29, 1886. New York: G. P. Putnam's Sons, 1888. p.24.

⁴⁶⁰ “for the committee on the Justin Winsor Prize Prof. C. M. Andrews reported that they had been unable to make any award this year, and asked for permission, which was granted, to draw up a definite code of rules to govern the competition for the prize.” CLARK, Howard (org.) **American Historical Association for the Year 1899**. Washington: Government Printing Office, 1900. p.25.

Esses critérios foram apresentados no encontro de 1900: (1) O prêmio seria direcionado a autores ainda não conhecidos e que não tivessem livros reconhecidos no campo; (2) A pesquisa deveria ser baseada em investigação original e independente sobre qualquer uma das antigas colônias inglesas ou territórios conquistados após a Independência, podendo abordar qualquer um dos aspectos da história (social, político, constitucional, religioso, econômico, militar ou biográfico), com a ressalva de que, nos dois últimos casos, uma abordagem que fosse somente militar ou biográfica não seria aceita; (3) O objeto da pesquisa teria que transcender interesses pessoais ou locais, e as conclusões e resultados deveriam representar uma contribuição original para o conhecimento, devendo o pesquisador demonstrar capacidade de lidar com os fatos coletados e apresentar interpretação acurada; (4) O trabalho precisaria estar de acordo com os correntes cânones da pesquisa e crítica histórica e ser apresentado no que comumente se tem como padrão científico, contendo o necessário aparato de bibliografia crítica (não apenas lista de títulos), referência a todas as autoridades e notas de rodapé. Ademais, seriam levados em consideração aspectos relativos à qualidade da escrita, como clareza na expressão, consistência lógica e forma, e confirmavam: “O prêmio não será concedido a menos que o trabalho apresentado seja de alto grau de excelência”⁴⁶¹. Em 1903, após a morte do secretário H. B. Adams, um segundo concurso foi criado em sua homenagem, dessa vez visando a pesquisas relativas à história europeia, mas os critérios de avaliação seriam os mesmos estabelecidos em 1900 para o *Justin Winsor Prize*.

A instituição desses prêmios e dos critérios para avaliá-los são de extrema importância nesse momento de disciplinarização da história. Até o início do processo de transformação pela qual a atividade passou, os critérios de valorização de um trabalho eram antes estéticos e relativos à aprovação do público do que necessariamente relativos a um rigor de pesquisa. Como visto, o estabelecimento de um campo compreende, entre outras coisas, a definição de critérios técnicos para a prática de uma atividade, assim como para a entrada nesse campo, no nosso caso, quem pode ser considerado historiador e quem não pode, qual trabalho merece ser considerado verdadeiramente histórico e qual não merece. Ao estabelecer os critérios para esse prêmio, a associação assumiu uma posição. A comissão não os “inventou”, eram os que já vinham sendo adotados na avaliação de monografias nos departamentos de história; sendo assim, eram os mesmos utilizados para avaliar trabalhos feitos a partir da nova disciplina que se pretendia científica, ou seja, além de contribuir para a disciplinarização do campo (pois forçava os historiadores que queriam ter sua obra reconhecida através do prêmio a escrever a

⁴⁶¹ “The prize will not be awarded unless the work submitted shall be of a high degree of excellence.” Ibidem, p.27.

partir daquele modelo), o prêmio definia que o trabalho de história que seria reconhecido pela associação seria o trabalho científico.

Teoricamente, ele não proibia diletantes de submeterem monografias, pois não exigia títulos ou posições acadêmicas, mas, se um diletante quisesse concorrer, precisaria render-se ao modelo disciplinado. Outro mecanismo de exclusão era vetar textos com abordagem unicamente biográfica ou militar, comuns à historiografia anterior à disciplinarização.

Tão significativo quanto esse posicionamento em prol da prática disciplinada é a maneira como os prêmios estabeleciam o que seria considerada uma boa pesquisa: ela precisaria ser original e não ser fechada em si mesma, isto é, deveria representar um avanço para o conhecimento científico; deveria também demonstrar uma análise acurada de fatos e documentos, conhecimento aprofundado da bibliografia pertinente ao tema, capacidade de dialogar criticamente com os autores e compreender os paradigmas explicativos vigentes; capacidade de elaborar interpretações originais e sugestivas; e, não menos importante, destreza na escrita, deveria demonstrar clareza de expressão, consistência lógica e domínio da narrativa científica.

Considero essas duas iniciativas como meio pelo qual a AHA tomou parte no processo de definição dos pilares epistemológicos sobre os quais a história disciplinada estava sendo construída, pois, diferente do que ocorreu no caso da conquista de espaço no ensino básico através do relatório do Comitê dos Sete e da sua centralidade na instituição de políticas para a preservação de registros públicos (além de sua própria agência como instituição que publicava fontes históricas através de seus relatórios), a AHA não teve papel ativo na profissionalização da pesquisa acadêmica.

Em decorrência das especificidades relativas ao modo como o sistema de ensino universitário americano estava estruturado, em que as instituições eram muito diferentes entre si e autônomas – de modo a não haver de fato um sistema – não houve disputas junto às instâncias públicas de poder feitas a partir da AHA para que medidas que instituíssem departamentos de história em universidades, financiamentos públicos à pesquisa, contratação de professores universitários ou instituição de bolsas de pesquisa fossem tomadas. Todas as medidas necessárias para que o campo da história ganhasse espaço nas universidades precisaram ser disputadas e conquistadas dentro de cada instituição de ensino.

Durante esse período de institucionalização da história disciplinada, é possível observar a agência dos mesmos historiadores, superativos na AHA, para que as suas universidades providenciassem as estruturas necessárias à disciplina, mas eram ações individuais feitas por

sujeitos que faziam parte da associação, e não ações que partiram da associação e eram executadas por esses indivíduos em suas instituições. A trajetória profissional do historiador Frederick Jackson Turner é um ótimo exemplo de como o espaço institucional era conquistado nas universidades americanas a partir de estratégias de agentes que estavam situados dentro delas mesmas.

Antes mesmo de obter o seu título de doutor na JHU, Turner começara a atuar como professor assistente na *University of Wisconsin*, sua *alma mater*. Durante os primeiros anos como professor, foi-lhe bastante custoso galgar posições por ainda não ser um historiador proeminente, mas após ter sua *frontier thesis* consagrada no campo e tornar-se um historiador conhecido e reconhecido (ou seja, detentor de grande volume de capital científico), passou a receber diversas ofertas de emprego em outras universidades, mas, sabendo-se peça valiosa em sua própria instituição (onde verdadeiramente amava trabalhar e lhe possibilitava permanecer próximo das fontes necessárias para suas pesquisas sobre a fronteira), por anos barganhou sua permanência com pedidos que, além de beneficiarem a ele mesmo (como aumento de salário e semestres sabáticos) beneficiariam a sua disciplina, como a criação de um departamento de história autônomo, a contratação de mais professores disciplinados, a aquisição de uma biblioteca de história e bolsas de doutorado. As ações de Turner fazem com que ele possa ser considerado, além de um disciplinador da história – por tudo o que produziu e por todos os estudantes que formou – como um “construtor de campo”, já que por anos a fio atuou para que a sua universidade tivesse um departamento de história tão importante quanto os da Costa Leste, e que pudesse concorrer em pé de igualdade com a *University of Chicago* como referência em estudos históricos no Centro-Oeste⁴⁶².

5.3 Uma *American Historical Association* sem Herbert Baxter Adams

A presença de Herbert Baxter Adams foi marcante para a AHA em seus primeiros anos; além de ter liderado a sua fundação, esteve à sua frente ao longo de seus 16 primeiros anos,

⁴⁶² As biografias e coletâneas de cartas de F. J. Turner constituem uma fonte riquíssima para a compreensão das estratégias individuais que viabilizaram a institucionalização da história nas universidades. BILLINGTON, Ray Allen. **Frederick Jackson Turner: Historian, Scholar, Teacher**. New York: Oxford University Press, 1973; BOGUE, Allan G. **Frederick Jackson Turner – Strange Roads Going Down**. Norman: University of Oklahoma Press, 1998; JACOBS, Wilbur R. (org.) **Frederick Jackson Turner – With Selection from His Correspondence**. New Haven: Yale Press, 1968.

priorizando as relações com o Congresso como caminho indispensável para que o campo conquistasse as bases necessárias para a sua estruturação e sustentação.

Há pouca margem para se questionar a centralidade que teve naqueles anos – o secretário esteve à frente da escolha dos locais dos encontros e definição de seus programas, redigiu os relatórios anuais e atuou como líder do então politicamente frágil Conselho Executivo – e a observação dos arquivos da entidade confirmam essa centralidade: no total de caixas que armazenam as cartas trocadas pelos membros do Conselho entre 1884 e 1895, a imensa maioria refere-se a cartas enviadas ou recebidas por Adams, e são quase inexistentes documentos preservados nas caixas referentes ao Conselho, mostrando que tudo o que ocorria na associação passava pelas suas mãos.

O começo da mudança foi em 1895, quando a política de “aproximação dos tubarões” começou a ser enfraquecida em decorrência do aumento da complexidade da associação e da progressiva escalada de poder de historiadores disciplinados que se tornam membros ativos do Conselho (por exemplo, Albert Bushnell Hart, J. Franklin Jameson e Charles Homer Haskins), os quais não aceitaram ser meros executores de tarefas práticas de comissões científicas, mas exigiram ser ouvidos nas tomadas de decisões, e para eles era mais importante que a AHA focasse nas atividades diretamente relacionadas ao avanço das pesquisas do que de modo indireto através da política institucional, que já dava sinais de ser um caminho mais tortuoso do que inicialmente parecia.

Mesmo com a ascensão desses outros personagens, H. B. Adams continuou sendo a principal figura à frente da associação até seu adoecimento e morte precoce. Isso acelerou a caminhada rumo à consolidação de sua constituição como associação profissional e perda das características que a aproximavam das antigas sociedades eruditas. Contudo, a sua ausência não significou apenas isso, ela abriu espaço para que personagens com diferentes concepções sobre como deveria ser a associação disputassem pelo seu cargo.

5.3.1 O sucessor

Ao final de 1899, temos a primeira notícia, através de uma carta enviada por Ella Bouldin (secretária de Adams) a A. Howard Clark, de que o Adams estaria doente. Segundo ela, o historiador sofria de um colapso nervoso: “Dr. Adams é incapaz de ditar cartas, mas vou à casa dele de vez em quando e pego algumas importantes. Ele está em estado de colapso

nervoso, que ocorreu repentinamente em 31 de outubro, após uma aula. Quando puder, tirará férias⁴⁶³.

A doença de Adams gerou um impacto imediato na associação. Em menos de um mês da primeira notícia, o então secretário assistente A. Howard Clark assumiu atribuições de seu colega. Como visto no capítulo anterior, a relação entre Clark e o tesoureiro Clarence W. Bowen não era das mais amistosas e, em uma carta informando alguns procedimentos do novo cargo, o tesoureiro afirmou que os dois precisariam se dar bem para o próprio bem da associação e para desonerar Adams:

Você sabe que Adams e eu éramos muito íntimos e cada um de nós fazia o que o outro dizia para nos darmos bem. Tenho certeza de que você e eu faremos o mesmo. Desde que estejamos interessados no bem-estar da *Association* e esse seja o nosso único objetivo, certamente concordaremos em todos os assuntos. Devemos aliviar Adams de todas as maneiras possíveis enquanto ele estiver doente ⁴⁶⁴.

O apelo de Bowen se mostrou não totalmente destituído de sentido. Adams não abandonou de imediato todas as atribuições como secretário, mas foi progressivamente dando sinais de que não ficaria à frente da AHA por muito mais tempo, deixando para que outras pessoas realizassem tarefas que costumavam ser suas. Duas coisas são marcantes quando se observa a troca de cartas daquele ano: por um lado, foram frequentes as cartas de Adams expressando os seus desejos para o futuro da associação; por outro, há cartas cheias de tensão trocadas por Bowen, Clark, Hart e George Burton Adams – principais figuras do Conselho naquele momento – tentando definir quem seria o próximo secretário e quais seriam as suas atribuições.

Não é possível saber com certeza qual era a percepção que H. B. Adams tinha de sua atuação na AHA, mas pela sua postura após o adoecimento, é possível conjecturar que o historiador considerava a si mesmo como grande responsável pelo seu funcionamento e que, como se fosse o patriarca de uma grande família, deveria deixar indicações aos seus descendentes sobre como encaminhar os negócios após sua partida, preparando às pressas o

⁴⁶³ “*Dr. Adams is unable to dictate letters, but I go to his house now and then and take a few important ones. He is in a state of nervous collapse, which come on him suddenly Oct. 31 after a class lecture. When he is able he will take a vacation.*” BOULDIN, Ella Martin. Carta a Howard A. Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 6 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 17 nov. 1899. Em nenhum tipo de documento encontramos qual seria a real doença que acometia Adams.

⁴⁶⁴ “*You know that Adams and I were very intimate and we each did as the other told us so that we got along nicely. I am sure that you and I will do the same. As long as we are interested in the welfare of the Association and that be our one aim we are sure to agree on all subjects. We must relieve Adams in every way possible while he is ill.*” BOWEN, Clarence W. Carta a Howard A. Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 6 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 11 dez. 1899.

filho mais competente para atuar como seu sucessor, ensinando-o como cuidar para que essa grande família continuasse crescendo de maneira próspera e saudável. E Adams acreditava que A. Howard Clark seria esse filho.

Após um mês dos primeiros sinais de doença, Adams ficou sabendo, pela sua secretária, que Clark enviaria cartas de convite para novos membros e as assinaria de Washington. Nesse momento, o secretário expressou o desejo que repetiria ao longo de todo o difícil ano que viria: de que ansiava pela transferência do escritório da AHA de Baltimore para Washington, “Concordo plenamente que as nomeações devem ser feitas de Washington e que todos os negócios oficiais devem finalmente ser centrados lá. Se necessário, um dia desses todos os papéis que se acumularam em meu escritório podem ser encaminhados aos seus cuidados”⁴⁶⁵.

A compreensão de que as atividades burocráticas da AHA deveriam ser centralizadas em Washington advinha do antigo anseio de ligar a associação à capital do país, trajando-a com roupagens de instituição ligada ao Estado, e esse ponto foi, inclusive, um dos motivos para que o secretário desejasse que o seu cargo fosse herdado por Clark, que, não se pode esquecer, era curador das coleções históricas da SI, e esse desejo foi expresso de maneira direta a Bowen em novembro de 1900, pouco antes de Adams abandonar formalmente o cargo:

Quanto a mim, estou inteiramente disposto e às vezes penso que devo renunciar ao cargo de secretário. Você e eu sempre concordamos que o trabalho deveria ser centralizado em Washington, na *Smithsonian Institution*. A. Howard Clark entende a política pública da *Association* melhor do que qualquer outro homem e é de longe o homem mais importante para se manter no escritório do secretário⁴⁶⁶.

H. B. Adams não era o único preocupado com a questão da sucessão. A sua ausência abriu um debate sobre quem seria o próximo secretário, mas, por trás disso, estava novamente a questão de quais deveriam ser as prioridades da associação: se valorizar os profissionais disciplinados e as tarefas práticas em prol do avanço dos estudos históricos realizadas pelo Conselho e comitês ou se fortalecer as relações com Washington. Isso apareceu com recorrência

⁴⁶⁵ “*I quite agree that the elections should proceed from Washington and that all official business should finally be centered there. If necessary, one of these days all of the papers which have accumulated in my office can be forwarded to your keeping.*” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Howard A. Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 6 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 07 dez. 1899.

⁴⁶⁶ “*As for me, I am entirely willing and sometimes think I ought to resign the secretaryship. You and I have always agreed that the work should ultimately be centered in Washington at the Smithsonian Institution. A. Howard Clark understands the public policy of the Association better than any other man and is by far the most important man to keep in the secretary’s office.*” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 01 nov. 1900.

ao longo daquele novembro de 1900, quando houve uma intensa troca de cartas entre os membros mais ativos do Conselho na busca pela melhor solução ao caso. Clarence W. Bowen e George Burton Adams concordavam com a posição de que Clark seria a pessoa ideal pelos pontos que Adams vinha defendendo, mas Albert Bushnell Hart não tinha tanta certeza quanto seus colegas.

Não encontrei nenhum registro escrito pelo próprio Hart no qual ficassem claros os seus motivos, porém, em uma carta de G. B. Adams ao tesoureiro, o primeiro afirmou que Hart acreditava que o cargo deveria ser ocupado por um acadêmico: “Hart parece dar grande importância ao fato de Clark não ser um estudioso de história de destaque, mas para mim isso não parece importante. O fato de o cargo ter sido ocupado por tal homem criou uma espécie de ideal a respeito, mas isso se ajustaria rapidamente”⁴⁶⁷. A posição de Hart condizia com a que havia tomado anos antes com relação ao local dos encontros anuais, quando defendeu que a sua escolha deveria antes seguir critérios acadêmicos do que políticos, e informa bastante sobre a ala da entidade que progressivamente conquistava mais poder, para quem o capital científico seria mais importante em uma associação acadêmica do que o capital político. Como havia ocorrido anos antes, as conexões com Washington e a SI valiam menos para esse grupo do que o prestígio simbólico, reconhecido somente no interior do campo da história, advindo de a associação ser liderada por acadêmicos proeminentes.

Por outro lado, naqueles mesmos dias, a AHA encarava o problema recorrente da insuficiência de relatórios para os membros, e Clark mostrou a importância de suas conexões à associação:

A *Association* cresceu tanto que a despesa com a impressão de cópias extras do relatório será um dreno pesado e contínuo para o Tesouro, a menos que possamos mudar a Lei e eu espero, sem qualquer alarido ou correspondência, ter aberto o caminho para tal mudança. O presidente da *House Committee on Printing* é meu amigo pessoal, e mostrei a ele a necessidade de mais exemplares dos relatórios para suprir as demandas dos senadores e membros, bem como da *Association*. Eu elaborei a resolução anexa e o Sr. Heatwole a submeteu ao próprio *Committee* e ontem a aprovou pela Câmara sem objeções. Pedi ao senador Hoar para dizer uma palavra sobre isso ao senador Platt,

⁴⁶⁷ “Hart seems to attach great weight to the fact that Clark is not a historical scholar of eminence, but to me this does not seem important. That the office has been filled by such a man has created a sort of ideal regarding it, but this would quickly adjust itself.” ADAMS, George Burton. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 04 dez. 1900.

presidente do *Senate Printing Committee*, e estou confiante de que será aprovado no Senado sem objeções ou atraindo atenção⁴⁶⁸.

No dia 22 de novembro de 1900, Adams enviou oficialmente o pedido de resignação do cargo e, na carta, que ganhou contornos de testamento, expressou os seus últimos desejos:

Conforme informado em uma carta anterior, eu vinha pensando em renunciar ao cargo de secretário e agora decidi fazê-lo. Ocupei o cargo desde o início e agora acho que é hora de abandoná-lo para que a *Association* possa se beneficiar de algum homem mais jovem e descansado. [...]. Solicito ao Conselho que aceite essa renúncia no espírito com que a ofereço e que providencie a sucessão de forma a preservar nossa política histórica de conexão com Washington e a *Smithsonian Institution*. Aprovo cordialmente o atual plano de encontros a cada três anos em Washington e também o atual sistema de comitês, mas devo aconselhar cautela na rápida expansão da *Association*. Acho que os novos membros devem entrar por indicação dos membros existentes, que atestarão o caráter dos homens e obterão seu consentimento antes de propor os seus nomes⁴⁶⁹.

A menção relativa ao aumento desenfreado de membros diz respeito a um embate sobre qual seria a política adotada para a nomeação que preocupava o Conselho naqueles dias. A associação havia crescido muito no ano anterior, especialmente através da ação de Peter White, mas esses novos membros eram considerados de má qualidade por não permanecerem muito tempo e por não serem pessoas que fossem envolvidas com os estudos históricos. Por um lado, uma parcela da associação temia que a “política liberal de aceitação” baixasse o seu nível e a transformasse em uma entidade generalista, como havia ocorrido com a ASSA; por outro, Hart (à frente da AHR) queria aumentar o número de membros para que a circulação do periódico também aumentasse, melhorando assim as finanças da revista e da própria associação. Ao que

⁴⁶⁸ “*The Association has grown so that the expense of printing extra copies of the Report will be a continued heavy drain on the Treasury unless we can get the law changed and I have, I hope, without any fuss or correspondence made the way clear for such change. The chairman of the House Committee on Printing is a personal friend of mine and I showed him the need of more copies of the Reports to supply the demands on Senators and Members as well as for the Association. I drew the accompanying Resolution and Mr. Heatwole put it through the Committee himself and yesterday got it passed by the House without objection. I have asked Senator Hoar to say a word about it to Senator Platt, chairman of the Senate Printing Committee, and am confident it will pass the Senate without objection or attracting attention.*” CLARK, A. Howard. Carta a Herbert Baxter Adams, 17 mai.1900. O aumento da cota foi de fato aprovado pelo Senado.

⁴⁶⁹ “*As intimated in a former letter I have been thinking of resigning my office as secretary and I have now decided to do so. I have held the office from the begging and I now think it time to give it up so that the Association may get the benefit of some younger and fresher man. [...]. I hereby request the Council to accept this resignation in the spirit in which I offer it and to provide for the succession in such a way as to preserve our historic policy of connection with Washington and the Smithsonian Institution. I cordially approve of the present plan of meeting every third year in Washington and also of the present system of committees, but I should advise caution in the rapid expansion of the Association. I think new members should come in by nomination on the part of existing members, who will vouch for the character of the men and obtain their consent before proposing their names.*” ADAMS, Herbert Baxter. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 22 nov. 1900.

parece, estava em questão naquele momento a decisão política de continuar dependendo da alocação financeira do Congresso ou criar meios para que a associação fosse capaz de se manter independentemente da boa vontade do governo⁴⁷⁰. A resolução encontrada naquele momento foi a instituição de um Comitê Geral, composto por membros dos estados, que fariam nomeações de melhor qualidade, aumentando o número de associados, porém, garantindo que a AHA não se tornasse uma entidade generalista.

Mesmo tendo deixado claro no primeiro ponto da carta o desejo que tinha sobre quem deveria sucedê-lo no cargo, e esse desejo ter sido endossado por parte significativa do Conselho, a sucessão de H. B. Adams como secretário não foi tranquila. O historiador havia estado à frente da associação desde a sua fundação e havia encabeçado praticamente todas as atividades desenvolvidas até ali. Não é exagero afirmar que Adams havia dedicado a sua vida ao campo da história: com apenas 26 anos, ingressara como professor na JHU e, desde então, foi ativo em associações voltadas ao desenvolvimento geral do ensino escolar, ensino de história, desenvolvimento das bibliotecas universitárias, das instituições de ensino superior, sem falar na própria AHA. Além disso, tinha suas demandas acadêmicas: docência, orientações, pesquisas etc. Adams nunca se casou ou teve filhos e, com apenas 50 anos, faleceu tendo realizado muito mais pela disciplina do que muitos de seus contemporâneos mais ativos no campo realizaram em suas vidas inteiras. Ninguém tinha a legitimidade dele para substituí-lo inteiramente em um cargo que demandava tanta capacidade estratégica e de convencimento, e isso foi abertamente dito por Hart em meio à discussão sobre a sucessão: “Não compartilho da confiança do Sr. Adams em um substituto. Uma das razões pelas quais Adams conseguiu fazer tanto pela *Association* foi sua ampla reputação entre historiadores, homens de letras e instrutores, e parte de sua influência não pode ser delegada”⁴⁷¹. Por outro lado, não parece que alguém tenha de fato querido ocupar essa posição do modo como ele havia até então ocupado, uma vez que isso parecia ser um fardo grande demais para carregar. Nesse sentido, havia o entendimento de que o cargo deveria ser repensando e as atribuições divididas, o que certamente já havia começado a ocorrer desde o primeiro momento em que Adams ficou doente:

⁴⁷⁰ ADAMS, Herbert Baxter. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 20 nov. 1900; SCHOULER, James. Carta a Herbert Baxter Adams. 01 dec. 1900.

⁴⁷¹ “I do not share Mr. Adams’ confidence in an understudy. One of the reasons why Adams has been able to do so much for the Association has been his wide reputation among historians, men of letters and instructors, and that part of his influence cannot be delegated.” HART, Albert Bushnell. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

Nos primeiros anos da *Association*, foi uma grande vantagem que o secretariado fosse considerado um cargo executivo e ocupado por um homem de grande habilidade executiva. Nos últimos anos, devido à doença de Adams, a prática mudou e o executivo da *Association* agora é realmente o Conselho, e isso me parece muito melhor para a *Association* madura. Nossas atividades se expandiram de tantas maneiras que a administração do todo por um órgão totalmente representativo, em vez de um chefe executivo, parece ser inquestionável, mais provável de ser sensata, evitar antagonismos e manter e aumentar nosso presente sucesso. O que precisamos agora não é de um secretário que tomará medidas e será o líder do Conselho, mas alguém que atuará como ministro do Conselho e executará suas instruções com grande habilidade. Creio que seria um profundo erro de política, colocando em risco grande parte do que conquistamos no passado, retornar a um secretariado executivo, necessário e útil como este foi na história da *Association*⁴⁷².

Adams havia centralizado em si todas as atividades importantes da associação, deixando pouca margem para que outros agentes atuassem nela, e, mesmo quando atuavam (chefiando algum comitê executivo, por exemplo), nenhuma decisão era tomada sem que passasse pelo secretário, sendo esse cargo, como o próprio G. B. Adams falou no documento acima, o principal cargo executivo da AHA. Compreendo ser possível tomar a efetiva divisão de atribuições como um indicativo da profissionalização da associação, e esse processo foi acelerado pela ausência da figura de Herbert B. Adams. Logo, mesmo sendo Adams um dos exemplos mais fechados de historiador disciplinado possíveis na época, ele era o grande elemento que obstruía a caminhada da AHA rumo à sua consumação enquanto associação profissional.

Durante 1900, enquanto Adams ainda ocupava formalmente o cargo (mas com severas limitações devido à doença), suas atribuições foram divididas entre Clark, que era o secretário assistente, e os outros membros do Conselho. Ao longo daquele ano, foram comuns as cartas irritadas nas quais se buscava definir o que seria atribuição de quem, pois não havia clareza sobre como dividir tarefas antes executadas por uma única pessoa⁴⁷³. Quando deixou o cargo

⁴⁷² “*In the early years of the Association, it was a great advantage that the secretaryship was regarded as an executive office and filled by a man of great executive ability. In recent years, owing to the illness of Adams, the practice has changed and the executive of the Association is now really the Council, and this seems to me for the full grown Association, s much better thing. Our activities have broaded out in so many ways that management of the general whole by a thoroughly representative body, instead of by an executive head, appears to be beyond question more likely to be wise, to avoid antagonisms, and to maintain and increase our present successes. What we need now is not a secretary who will initiate measures and be the leader of the Council, but one who will act as the minister of the Council and carry out its directions with earnest skill. I believe it would be a profound mistake of policy, endangering a large part of what we have gained in the past, to return to an executive secretaryship, necessary and useful as this one was in the history of the Association.*” ADAMS, George Burton. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 04 dez. 1900.

⁴⁷³ BOWEN, Clarence W. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 14 março 1900;

em novembro, o Conselho debateu em seu encontro anual como seriam divididas as antigas atribuições de Adams, e um cargo, antes ocupado por uma única pessoa, foi fragmentado em “secretário” e “secretário do conselho”, tendo Clark sido nomeado para o primeiro e Charles Homer Haskins, professor de história em Harvard, para o segundo⁴⁷⁴. A decisão foi um meio termo encontrado para a questão da sucessão: se um representante proeminente da nova historiografia disciplinada ou se um Clark, um burocrata que fortaleceria a relação da associação com Washington. Tendo sido tão numerosas as atribuições realizadas até então pelo secretário, fazia sentido dividi-las entre representantes dos dois grupos que disputavam pela entidade, ficando o secretário responsável pelas atribuições burocráticas diárias e o secretário do conselho pelas questões relativas ao Conselho e comitês.

As atribuições de cada um não ficaram claras na emenda feita à Constituição, e a confusão relativa às atribuições permaneceu ao longo do ano seguinte⁴⁷⁵. Ao final de 1901, Clark informou ao então presidente, Charles Francis Adams, que deixaria o cargo a partir de 1902 por não estar sendo capaz de conciliar todas as demandas com as demandas de sua posição da SI,

Lamento ter que informar que no fim deste ano devo encerrar minha ligação oficial com a *Association*. A razão é simplesmente que meus deveres como editor do *Smithsonian Institution* exigem minha atenção total. Além disso, meu tempo privado está agora tão ocupado que não consigo dedicar nenhuma parte dele aos assuntos da *Association*⁴⁷⁶.

Em carta semelhante a Clarence W. Bowen, Clark detalhou suas atribuições como secretário, que consistiram, basicamente, em tarefas burocráticas: gestão dos membros (inserir e retirar nomes das listas, mudar endereços e nomeação), editar o relatório anual e distribuí-lo e a custódia dos materiais impressos.

BOWEN, Clarence W. Carta a Albert B. Hart. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 217 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 17 mar. 1900.

⁴⁷⁴ CLARK, A. Howard (org.). American Historical Association for the Year 1900. Washington: Government Printing Office, 1901. p.24.

⁴⁷⁵ HASKINS, Charles H. Carta a A. Howard. Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 14 fev. 1901; BOWEN, Clarence W. Carta a A. Howard. Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 217 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 07 ago. 1901;

⁴⁷⁶ “*I am sorry to have to inform you that with the close of this year I must terminate my official connection with the Association. The reason is simply that my duties as Editor of the Smithsonian Institution claim my undivided attention. Furthermore my private time is now so fully occupied that I am unable to devote any part of it to Association matters.*” CLARK, A. Howard. Carta a Charles Francis Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 1, Livro 1, p.46 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 14 dez. 1901.

Novamente, a questão de encontrar um novo secretário estava posta ao Conselho. Interessante notar é que a saída encontrada foi a intensificação da profissionalização do cargo: o Conselho apelou incisivamente para que Clark reconsiderasse a sua resignação e permanecesse ao longo daquele ano⁴⁷⁷, e elaborou um documento detalhando quais seriam as atribuições de cada secretário⁴⁷⁸, resolvendo em parte a sobrecarga sobre o responsável pelas infundáveis tarefas burocráticas. Além disso, definiram que o secretário poderia contratar um assistente para realizar essas tarefas⁴⁷⁹. Clark aceitou a proposta, e o novo arranjo parece ter sido bem-sucedido, uma vez que permaneceu no cargo até 1909.

5.3.2 A primeira leve insurgência

Enquanto o Conselho Executivo se debruçava sobre a questão do cargo vago, um segundo problema, causado diretamente pelo primeiro, formava-se e ecoaria ao longo de todo o ano que viria. Como visto, a resignação de Adams ocorreu poucos dias antes dos encontros do Conselho (em novembro) e anual (em dezembro), momentos nos quais os nomes para a gestão do ano seguinte eram definidos. O encontro ocorrido em Detroit em dezembro daquele ano foi, como relatou James Schouler a Adams, “estranho em alguns aspectos”:

⁴⁷⁷ HASKINS, Charles Homer. **Minutes of the Meeting of the Executive Council of the American Historical Association held at Washington, D. C., December 27 to 30, 1901**. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da American Historical Association, Caixa 255 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

⁴⁷⁸ “1. *It shall be the duty of the Secretary of the Association to conduct all correspondence concerning the general business of the Association, to take charge of the roll of membership of the Association to prepare the reports of the meetings of the Association for publication in its annual volume, to edit the annual volumes of the Association, to see that the proofs of the same are read by proper persons, to conduct such correspondence as may be necessary in regard to the disposal of back volumes, to superintend the addressing and mailing of reports and other matter to be distributed to the members of the Association;* 2. *It shall be the duty of the Secretary of the Council to act as intermediary between the Council and the Association and between the Council and various Boards, Commissions and Committees of the Council, to prepare dockets for the meetings of the Council, to arrange and present to the Council such business as comes into his hands, and act as Secretary of the Council at its meetings.*” **Proposed Definitions of the Functions of the Secretaries of the American Historical Association**. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da American Historical Association, Caixa 256 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

⁴⁷⁹ A questão dos cargos de secretário foi discutida pelo Conselho ao longo dos três dias que duraram o encontro anual da associação. Em um primeiro momento, deliberaram pela criação de um terceiro cargo, que seria o de “escrivão do Conselho”, sendo encarregado basicamente das tarefas burocráticas que antes eram do secretário curador: gestão da lista de membros e de suas correspondências, envio de relatórios e atuar como escrivão e guardião das minutas dos Conselho. Na impossibilidade de encontrar uma pessoa que aceitasse ocupar essa posição, decidiram pela manutenção dos dois cargos existentes previamente com a contratação de um assistente, que ficaria responsáveis pelas mesmas atribuições burocráticas que seriam do escrivão do Conselho, mas subordinado ao secretário. HASKINS, Charles Homer. **Minutes of the Meeting of the Executive Council of the American Historical Association held at Washington, D. C., December 27 to 30, 1901**. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da American Historical Association, Caixa 255 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

Você, nosso “secretário original”, ausente e sua renúncia; Clark, o secretário interino e assistente, chamado por telegrama para comparecer ao funeral de sua mãe; Eggleston, o presidente, doente e incapaz de comparecer; Moses Coit Tyler, o presidente designado do ano novo, morrendo em sua casa 24 horas após o momento em que sua eleição teria sido realizada⁴⁸⁰.

Muito provavelmente em consideração ao estado de seu amigo, Schouler se deteve no relato da “estranheza” do encontro causada por tantas tragédias, mas o poupou da antecipação da tempestade que se formava.

Por precisarem resolver com urgência a questão da vacância de secretário e da impossibilidade de que uma única pessoa continuasse a acumular todas as tarefas, o Conselho decidiu pela fragmentação do cargo com a correspondente mudança na Constituição da associação. Contudo, não comunicou com antecedência os seus membros que a mudança seria debatida e votada durante o encontro, pegando todos de surpresa, inclusive conselheiros que não estavam participando tão ativamente das atividades diárias da associação, como antigos presidentes. Além disso, a saída às pressas de Clark e a ausência do então presidente fizeram com que Haskins, recém-nomeado secretário correspondente, liderasse a reunião do Conselho, e o modo como tudo se deu gerou desconforto entre alguns membros.

Poucos dias após o encerramento do encontro, Herbert Friedenwald, historiador disciplinado que havia estudado na JHU e naquele momento atuava na Biblioteca do Congresso, escreveu uma longa carta a A. Howard Clark reclamando da tentativa dos membros presentes do Conselho de fazer passar uma série de resoluções sem o devido debate, dando a entender que algumas figuras (que compreendi ser Haskins e Hart) tentaram tirar proveito da ausência de seus opositores (Clark e H. B. Adams) para fazer valer suas vontades, o que teria gerado um grande desconforto entre os presentes.

Entre essas resoluções, estava a emenda à Constituição que criava o cargo de secretário correspondente, a qual, segundo Friedenwald, teria passado sem ser discutida caso ele próprio não tivesse pedido explicações sobre a sua necessidade. O historiador era contrário à criação do cargo por ser favorável à posição de que Clark deveria substituir Adams como secretário em decorrência de suas conexões com Washington e não queria ver o cargo dividido, dando poder a Haskins, representante da “ala disciplinada”. Nesse sentido, a carta é claramente um apelo para que Clark tomasse a frente da associação:

⁴⁸⁰ “You, our ‘original Secretary’, absent & your resignation; Clark, the acting Secretary & assistant, called away by telegram to attend his mother’s funeral; Eggleston, the President, sick & unable to appear; Moses Coit Tyler, the designated President of the new year, dying at his home within twenty-four hours of the moment when his election would have been carried.” SCHOULER, James. Carta a Herbert Baxter Adams. In: HOLT (org.) **Historical Scholarship in the United States...** Op. cit. p.296.

O futuro da *Association* está inteiramente em suas mãos. Se você estiver disposto a insistir em seus direitos e na condução dos assuntos da *Association* de acordo com suas tradições, tudo ficará bem. Você cedeu muito ao permitir que a mudança fosse recomendada. Agora você deve adotar os métodos de ditador e não permitir que nada saia de suas mãos. Claro que isso significa que você é o secretário e Haskins, uma quantidade desconhecida, é o secretário correspondente. Mas Haskins recebeu sua formação na Johns Hopkins e acho que ele sabe, portanto, o que significa a conexão da *Association* em Washington. Mas ele mantém relações amistosas com Hart e você não deve deixar Haskins fazer nada além de mero trabalho administrativo⁴⁸¹.

O incômodo de Friedenwald foi endossado por James Schouler, que escreveu a Charles Francis Adams, então presidente da AHA, pedindo para que os métodos de proposição de emendas à Constituição fossem revistos pelo Conselho, uma vez que considerava ter sido absolutamente inapropriada a maneira como a criação do cargo de secretário correspondente havia sido encaminhada no ano anterior: com Haskins (o próprio interessado pela mudança) à frente da deliberação e sem que os membros tivessem sido comunicados previamente de que a questão seria debatida e votada naquele encontro⁴⁸².

As cartas de Friedenwald e Schouler são indicativos da tensão daqueles dias. O domínio de Adams levava a uma política específica que vigorou por muitos anos. Ou seja, dentro do vocabulário bourdiano, na estrutura daquele campo, os capitais mais valorizados foram até então o político e simbólico; a vacância de poder gerada pela resignação de Adams abriu brecha para que os diversos membros que ocupavam posições simétricas na estrutura daquele microcosmo (mas acumulavam capitais distintos) tentassem impor o projeto que consideravam ser o mais apropriado para o seu futuro. A morte do soberano possibilitou que novos futuros fossem imaginados e disputados, nos quais, o que estava em jogo era fazer da AHA uma entidade puramente acadêmica, dedicada aos debates disciplinares relativos às diversas áreas de atuação profissional possibilitadas pelo campo (porém, preponderando a pesquisa acadêmica), ou uma entidade eminentemente política de onde se articulariam os *lobbies* para fazer com que o Estado fosse um agente ativo do empreendimento histórico.

⁴⁸¹ “*The future of the Association is in your hands entirely. If you are willing to insist upon your rights and upon the conduct of the Association’s affairs in accordance with its traditions all will be well. You yielded to far in permitting the change to be recommended. You must now adopt the methods of the dictator and allow nothing to go out of your hands. Of course this means that you are Secretary and Haskins, an unknown quantity, is Corresponding Secretary. But Haskins got his training at Johns Hopkins and I think he knows therefore what the Washington connection of the Association means. But he is on friendly terms with Hart and you must not let Haskins do anything more than merely clerical work.*” FRIEDENWALD, Herbert. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 02 jan. 1901.

⁴⁸² SCHOULER, James. Carta a Charles Francis Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 7 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 26 dez. 1901.

Como visto, a escolha foi o caminho do meio possível naquele momento, muito em decorrência do grande número de pessoas influentes na associação que ainda se alinhavam com a posição de que a política de conexão com Washington deveria ser preservada, mas o caminho era progressivamente aberto para uma mudança de ventos, e os representantes da outra posição tornavam-se mais numerosos e ganhavam força.

As críticas às ações do Conselho foram levadas a seus membros, que no encontro de 1901 nomearam um comitê para se debruçar sobre a questão⁴⁸³, no entanto, nada sobre ela aparece nas atas de reuniões dos anos seguintes, apenas a instituição de uma nova política para a nomeação de conselheiros, que pode estar relacionada a elas, que consistia no envio de circulares a todos os membros pedindo sugestões de nomes para a segunda vice-presidência e aos outros cargos que não eram fixos⁴⁸⁴. Mais de dez anos depois, quando estavam debruçados sobre um incômodo movimento reformista iniciado no fim de 1913, o então secretário do Conselho, Evarts Greene, perguntou ao seu antecessor, Charles H. Haskins, sobre como a questão levantada por Schouler havia sido resolvida, já que não aparecia nos relatórios e atas⁴⁸⁵. Haskins informou que o comitê nomeado para considerar a questão, formado por Jameson, McLaughlin e Lowell, havia apresentado um pequeno relato oral que nunca fora enviado ao Conselho por escrito, e nele chegaram à conclusão de que Schouler havia interpretado errado a Constituição da AHA e, portanto, não haveria irregularidades nos procedimentos adotados⁴⁸⁶.

5.3.3 Quem paga a conta?

A morte de Adams acelerou a profissionalização da AHA que vinha ocorrendo a passos lentos. O cargo de secretário adquiriu um caráter mais profissional, com atribuições bem

⁴⁸³ HASKINS, Charles Homer. **Minutes of the Meeting of the Executive Council of the American Historical Association held at Washington, D. C., December 27 to 30, 1901**. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da American Historical Association, Caixa 255 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

⁴⁸⁴ “*It was voted that the corresponding secretary be instructed to send to each member of the Association in connection with the first edition of the program of the Annual Meeting, a blank upon which members may express their preference for the office of Second Vice-President and suggest any matters of business for consideration of the Council and the Association*” HASKINS, Charles Homer. **Minutes of the Meeting of the Executive Council of the American Historical Association held at New Orleans., December 29-31, 1903**. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da American Historical Association, Caixa 256 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

⁴⁸⁵ GREENE, Evarts. Carta a Charles H. Haskins. Registros da American Historical Association, Arquivos dos comitês da American Historical Association, Caixa 609 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 05 fev. 1915.

⁴⁸⁶ HASKINS, Charles H. Carta a Evarts Greene. Registros da American Historical Association, Arquivos dos comitês da American Historical Association, Caixa 609 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 09 fev. 1915.

definidas, não realizando mais tarefas executivas, agora à cargo do Conselho. Nesse mesmo sentido, como visto no segundo capítulo, esse período coincidiu com a mudança no perfil dos próprios conselheiros, que passaram em grande medida a representantes da ala disciplinada. O mesmo ocorria com os comitês de trabalho, que aumentaram expressivamente no período entre 1896 e 1906 e, como o conjunto dos relatórios anuais demonstra, eram chefiados, de modo geral, por profissionais disciplinados. Além desses pontos já explorados, a profissionalização da associação pode ser medida por outra métrica: a desoneração financeira decorrente de fazer parte do Conselho.

Durante o ano de 1901, coincidentemente (ou não) exatamente no mesmo momento em que era debatida a questão das atribuições dos secretários, o ônus relativo a fazer parte do Conselho começou a ser discutido por seus membros. No contexto da organização do encontro dos conselheiros na cidade de Nova York, George Burton Adams escreveu a Bowen perguntando se ele, como tesoureiro, não achava que a associação deveria arcar com as despesas de viagem dos membros fixos (secretários e próprio tesoureiro) para que não fosse um peso comparecer à reunião e ao encontro anual, uma vez que Haskins lhe havia escrito informando que seria difícil para ele ter essa despesa recorrentemente:

Ele considera que o ônus de comparecer a duas reuniões a cada ano, se ele mesmo tiver que pagar as contas, será mais do que ele pode assumir como uma coisa corriqueira. Estou respondendo que acho que nunca foi feito, mas que talvez tenha chegado o momento em que a *Association* possa se dar ao luxo de fazê-lo⁴⁸⁷.

Ademais, mencionou ter notado que o encontro daquele ano seria um dia mais longo do que o costume, e que isso poderia representar um peso financeiro para membros vindos de longe. Por fim, pedia para que associação considerasse a possibilidade de um hotel mais barato. No ano seguinte, foi definido que seriam pagas as despesas de uma das viagens dos conselheiros por ano:

Foi votado que o Conselho recomenda à *Association* que a *Association* pague as despesas de viagem incorridas pelos membros do Conselho para participar

⁴⁸⁷ “*He thinks that the tax upon him of attending two meeting each year, if he must pay the bills himself, it will be more than he can undertake as a regular thing. I am answering that I think it never has been done, but that perhaps the time has come when the Association can afford to do it.*” ADAMS, George Burton. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 218 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 18 out. 1901.

de uma reunião do Conselho a cada ano, essa reunião será adicional à reunião realizada em conexão com a reunião anual da *Association*⁴⁸⁸.

Essa discussão foi estendida a outras searas. No mesmo dia em que G. B. Adams escrevia a Bowen para falar sobre as despesas dos secretários, o então presidente da AHA também o fez, mas para falar sobre as despesas com o jantar no *Metropolitan Club*.

Desde que o Conselho começara a se encontrar um mês antes do encontro anual para discutir os últimos detalhes do evento, falar sobre o trabalho dos comitês e planejar o ano seguinte, foi costume o presidente da pagar o jantar no clube de cavalheiros, que, para se ter uma noção, em 1907 havia custado 135,83 dólares⁴⁸⁹, o equivalente a 4.323 dólares quando este estudo é realizado⁴⁹⁰. Naquele ano, Charles Francis Adams informou a Bowen que pagaria o jantar, porém, sugeriu que os conselheiros passassem a dividir a conta para que ser rico não fosse pré-requisito para ser presidente da AHA:

Acho que seria bom considerar [...] se é apropriado em anos futuros tomar alguma outra providência. No meu caso, é não é tão importante, mas em geral seria altamente desejável para a *American Historical Association* que o cargo de presidente dessa associação não se tornasse oneroso em termos pecuniários. Os homens que deveriam ocupar essa posição ano após ano não são todos ricamente dotados de bens materiais, e parece-me que, a menos que o presidente manifeste seu desejo de assumir todas as despesas deste jantar, alguma providência deve ser feita para que o ônus seja dividido⁴⁹¹.

A partir daquele ano, membros mais ricos do Conselho (como o tesoureiro e ex-presidentes C. F. Adams, Schouler e Rhodes) começaram a se oferecer para pagar pelas

⁴⁸⁸ “It was voted that the Council recommend to the Association that the Association pay the travelling expenses incurring by members of the Council in attending one meeting of the Council each year, this meeting to be in addition to the meeting held in connection with the annual meeting of the Association.” HASKINS, Charles H. **Minutes of the Meeting of the Executive Council of the American Historical Association held in New York, November 28-29, 1902**. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo, Caixa 256 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

⁴⁸⁹ BOWEN, Clarence W. Carta a George Burton Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 22 out. 1908.

⁴⁹⁰ Cálculo realizado no site *CPI Inflation Calculator* <https://www.in2013dollars.com/> no dia 03/02/2023.

⁴⁹¹ “I think it would be well to consider [...] the propriety in future years of making some provision of another character. In my own case it is of less consequence, but generally it would be highly desirable for the American Historical Association that the position of President of that Association should not be made pecuniary onerous. The men who should occupy that position year by year are not all of them richly endowed in worldly goods, and it would seem to me that, unless the President signifies his wish to assume the entire expense of this dinner, some provision should be made by which the burden be divided.” ADAMS, Charles Francis Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 218 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 18 out. 1901.

despesas do jantar⁴⁹² a fim de que, como afirmado por C. F. Adams, a escolha dos presidentes não estivesse atrelada a questões financeiras. Isso poderia indicar que talvez já previssem que, em um momento não muito distante, os presidentes não seriam mais ricos aristocratas e que essa prática poderia se tornar motivo para embaraços.

E foi o que aconteceu.

Jameson, como primeiro presidente disciplinado, escreveu ao tesoureiro informando que precisaria aceitar a ajuda que fora oferecida pelos seus antecessores porque não teria como pagar a conta sozinho:

Você talvez se lembre de que, quando no último Dia de Ação de Graças você falou sobre esse desejo do Sr. Rhodes (e o Sr. Schouler me fez uma oferta semelhante), eu estava firmemente decidido a eu mesmo oferecer o jantar; não que seja absolutamente fácil, mas que é uma coisa muito agradável para o presidente fazer sempre que puder, como eu pensei que poderia. Eu não tinha outro pensamento até receber sua carta. Então pensei no assunto novamente e com bastante relutância, mas percebendo que estou com menos dinheiro agora do que onze meses atrás esperava, concluo enviar meus sinceros agradecimentos ao Sr. Rhodes e sugerir o compromisso pelo qual podemos oferecer o jantar em conjunto e dividir as despesas igualmente⁴⁹³.

Jameson não foi o único que precisou, não sem constrangimentos, aceitar ajuda. Em 1908, George Burton Adams escreveu a Bowen informando que iria aceitar a oferta feita por Schouler para dividirem a conta, já que o seu salário como professor não permitiria que o fizesse sozinho⁴⁹⁴. O tesoureiro informou que Rhodes havia se oferecido para pagar a outra metade, e Adams, como presidente, teria um assento de honra na mesa, mas não precisaria arcar com

⁴⁹² “*For several years I gave the dinner alone as I thought it was a burden to ask the man who happened to be President to do it and I thought it was for the interest of all concerned to have the dinner. I spoke to Charles Francis Adams regarding the same and he heartily approved of the dinner and gave the dinner himself for several years. When Mr. Rhodes saw that Mr. Adams was doing he wanted to give the dinner himself which he did for several years and then joined with others in giving it. In no case have I asked anyone or suggested to the one who happened to be President to give the dinner because he was President*” BOWEN, Clarence W. Carta a George Burton Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 219 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 22 out.1908.

⁴⁹³ “*You will perhaps remember that when last Thanksgiving you spoke of this desire of Mr. Rhodes (and Mr. Schouler made to me a similar offer) I was firmly of a mind to give the dinner myself; not that it would be absolutely easy, but that it is a very pleasant thing for the president to do whenever he can afford it, as I thought I could. I had no other thought until I received your letter. Then I thought the matter over again and with a good deal of reduction, yet perceiving that I am shorter of money just now than I eleven months ago expected to be, I conclude to send my very hearty thanks to Mr. Rhodes and to suggest to him compromise whereby we may give the dinner jointly and share the expense equally.*” JAMESON, John Franklin. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 219 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 22 out.1907.

⁴⁹⁴ ADAMS, George Burton. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 10 out.1908.

qualquer custo⁴⁹⁵. Adams respondeu no mesmo dia perguntando como havia sido a prática nos anos anteriores e se os outros presidentes teriam pagado alguma coisa; o desconforto com a possibilidade de ser o primeiro presidente a não pagar, nem que fosse a metade da conta, fica evidente:

Eu nem sei o que dizer sobre o jantar. Parece que a coisa estava se desenvolvendo ultimamente de modo que o presidente deveria pagá-lo ou pagar uma parte. Não foi esse o caso de Baldwin e Jameson? Como foi com Mahan e McMaster? Como surgiu essa prática do jantar, qual era o presidente do ano em que ocorreu? Por favor, deixe-me saber também qual é o custo do jantar normalmente? Não me oponho a oferecê-lo com Schouler, mas não tenho certeza de como me sinto sendo deixado de lado⁴⁹⁶.

A questão do jantar deixa muito claro que os historiadores diletantes e disciplinados eram de classes sociais bastante distintas. Antes da profissionalização da história, o ônus pela realização das pesquisas era do próprio pesquisador, mas isso mudou quando a história se tornou uma atividade remunerada. A pesquisa no campo era uma das atividades intelectuais mais dispendiosas do século XIX por demandar viagens para o acesso a documentos e trabalho de copistas, de modo que, para ser historiador no período anterior à Guerra Civil, a riqueza era um pré-requisito, tanto que parte significativa dos historiadores desse período era membro da aristocracia americana⁴⁹⁷.

A transferência do ônus da realização das pesquisas para as instituições em que estas seriam realizadas possibilitou que representantes da nova classe média pudessem realizar essa atividade. Por esse motivo, o dilema sobre quem pagaria as despesas dos jantares do Conselho é indicativo dessa mudança: no período em que a presidência era ocupada por aristocratas da Nova Inglaterra era fácil para eles pagarem o jantar no clube de cavalheiros do qual eles mesmos eram sócios. Todavia, quando o cargo começou a ser ocupado por historiadores disciplinados, os eventos se tornaram um embaraço para esses sujeitos, que não eram nem sócios do clube nem tinham condições de pagar sua conta. Era o fim da era dos presidentes diletantes.

⁴⁹⁵ BOWEN, Clarence W. Carta a George Burton Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 15 out.1908.

⁴⁹⁶ *"I hardly know what to say about the dinner. It seems as if the thing had been developing lately so that the President rather ought to give it, or to have a share in it. Was not that the case with both Baldwin and Jameson? How was it with Mahan and McMaster? How did this practice of dinner originate, with the president of the year in which it occurred? Please let me know also what the cost of the dinner usually is? I do not object to giving it with Schouler, but I am not sure about how I feel about being left entirely out."* ADAMS, George Burton. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 15 out.1908.

⁴⁹⁷ HOFSTADTER. **Los historiadores progresistas...** Op. cit., p. 26.

6 A AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION COMO ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL, 1907-1915

A chegada à presidência dos profissionais disciplinados em 1907 é o marco para o início do fim dos últimos vestígios que impediam a AHA de ser uma associação profissional, pois simbolizou o domínio desse grupo sobre ela, porém, as raízes dessas mudanças estão no dilema relativo ao encontro de 1901, quando a postura do Conselho foi duramente criticada por alguns membros. O Conselho adotou medidas para acalmar os ânimos dos membros insatisfeitos e, no encontro de 1903, anunciou que o processo de nomeação para a linha da presidência seria mais “democrático”: circulares seriam enviadas a todos os membros pedindo sugestões gerais e de nomes para os diversos cargos. Centenas de respostas foram recebidas, com parte significativa indicando historiadores disciplinados, mas não há indícios de que as respostas tenham sido, de fato, tabuladas e influenciado nas nomeações seguintes. Entretanto, interessante notar é que, no ano seguinte, J. Franklin Jameson foi indicado como segundo vice-presidente, o que o levaria a ser presidente em dois anos, iniciando assim uma nova importante fase da história da AHA.

Neste capítulo, será visto como a ausência de Adams gerou uma crise na estrutura de comando da AHA, mas que, de maneira indireta, acelerou a sua profissionalização e descentralização, tendo havido um aumento de poder entre os conselheiros e chefes de comitês, uma vez que o cargo de secretário passou a ser dividido entre duas pessoas que, diferente do que ocorria nos tempos de Adams, não atuavam como líderes da associação.

Em um segundo momento, serão verificadas as atividades desenvolvidas ao longo daqueles anos, eminentemente voltadas aos documentos históricos, denunciando o domínio que Jameson, então diretor do DHR, passou a ter sobre a associação, culminando na nomeação de um de seus funcionários para atuar como secretário após a resignação de A. Howard Clark. Desse modo, o tipo de atividade que passou a ser priorizada corresponde ao tipo de profissionais que dominavam a estrutura daquele microcosmo.

Por fim, será abordado o movimento de reforma dos anos 1914 e 1915 que questionou diretamente o modo como o Conselho Executivo da AHA e Conselho Editorial da AHR estavam estruturados, valorizando historiadores proeminentes das principais instituições de pesquisa do país e excluindo os jovens pesquisadores de universidades periféricas. Esse movimento resultou em uma mudança no equilíbrio de poder da associação, trazendo mais poder aos seus membros de modo a torná-la mais democrática.

6.1 Estrutura geral de funcionamento da *American Historical Association* a partir de 1907

6.1.1 Enfraquecimento da relação com a *Smithsonian Institution*

Durante o período em que Howard A. Clark foi o secretário da AHA, realizou, a partir SI, tarefas administrativas que eram próprias da AHA, como a gestão dos membros, editoração dos relatórios anuais e gestão de seus estoques de publicações e arquivos. Mas, além disso, realizou as atribuições que advinham de sua conexão com a SI, que era avaliar o relatório anual e encaminhá-lo ao Congresso à título de relatório sobre o andamento dos estudos históricos no país. Na prática, Clark ocupava dois cargos: o de secretário e o de curador e, por conta disso, foi responsável pelo período em que a conexão entre as duas instituições foi mais sólida. E assim ocorreu o funcionamento da parte administrativa da AHA por sete anos, até que, em abril de 1908, Clark enviou uma carta a Charles Homer Haskins, secretário do Conselho, pedindo para que este providenciasse alguém para realizar suas tarefas a partir do mês seguinte, já que, por motivos de saúde, não permaneceria no cargo⁴⁹⁸. Pela segunda vez em menos de dez anos, os membros mais ativos do Conselho precisaram encarar o dilema de escolher um novo secretário e, de modo similar ao que havia ocorrido na saída de H. B. Adams, esse momento foi de escolhas sobre o caráter futuro da entidade: se continuariam priorizando a conexão com o Congresso através da SI ou se escolheriam um historiador acadêmico disciplinado para ocupar o cargo, seguindo a nova tendência da presidência.

Clarence W. Bowen chegou a perguntar a Clark sobre a possibilidade de alguém da SI substituí-lo como secretário, sugerindo que Grosvenor fosse nomeado. Essa sugestão foi levada a Haskins, que prontamente afirmou que o candidato tinha mostrado tão pouco interesse pela associação que sequer havia mantido sua filiação. Por outro lado, Haskins sugeriu outro nome de Washington – já que era consenso que o secretário deveria ser da capital – Waldo G. Leland, arquivista que trabalhava no *Department of Historical Research* (DHR) da *Carnegie Institution of Washington* (CIW) como assistente de J. F. Jameson:

Sugeri a Jameson cerca de um ano atrás, quando parecia possível que Clark pudesse querer desistir do cargo de secretário, que um homem excelente para o trabalho seria Waldo G. Leland, que trabalha para a *Carnegie Institution* há alguns anos e neste ano está preparando um relatório sobre fontes para a

⁴⁹⁸ CLARK, Howard A. Carta a Charles Homer Haskins. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 9 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 20 maio 1908.

história americana em Paris. Leland é um homem muito metódico e cuidadoso, e tem muitas relações em todo o país com antiquários locais e membros de sociedades históricas em decorrência de suas viagens pela *Carnegie Institution* em busca de manuscritos. Não conheço mais ninguém em Washington que seja competente para fazer o trabalho e o faria por uma pequena remuneração, como complemento de suas outras tarefas⁴⁹⁹.

Conforme escrito, valorizar as relações com os agentes locais era importante naquele momento, principalmente pelo papel que tinham na gestão de documentos históricos – fundamentais para o trabalho que vinham realizando através das comissões de Manuscritos e de Arquivos Públicos – e, como ficou evidente pela atuação de Leland a partir de 1909, quando assumiu como secretário da AHA, essa conexão foi valiosa, especialmente porque tomou a frente das conferências de Sociedades Históricas e de Arquivistas, tendo esta sido criada no mesmo ano em que assumiu o cargo. Além disso, Leland era funcionário do DHR, que, aos poucos se constituía em importante aliado da AHA na busca pelas condições materiais para a realização de pesquisas históricas junto ao governo federal.

Por outro lado, a relação com a SI foi enfraquecida, como Herbert Baxter Adams havia previsto que aconteceria se não contassem com um de seus funcionários no Conselho da AHA. Jameson atuou como secretário interino durante o ano de 1908 até que Leland fosse formalmente nomeado pelo Conselho, e logo de saída precisou definir, junto à SI, o que de fato eram as atribuições de Clark como seu funcionário e quais das atividades que realizava era por ser secretário da AHA. Charles D. Walcott, novo secretário da SI, afirmou que o compromisso da SI com a AHA era estritamente o de receber os relatórios anuais e encaminhá-los ao Congresso,

Em resposta à sua pergunta feita há algum tempo, sobre como considero ser as relações da *Smithsonian Institution* com a *American Historical Association*, eu diria que elas me parecem estar definidas na Lei, a saber: Que a *Association* deve relatar anualmente ao Secretário desta instituição os seus procedimentos e a condição do estudo histórico na América, e é o dever deste submeter ao

⁴⁹⁹ “I suggested to Jameson about a year ago, when it seemed possible that Clark might want to give up the secretaryship, that an excellent man for the work would be Waldo G. Leland, who has been in the employ of the *Carnegie Institution* for some years and is this year preparing a report upon the materials for American history in Paris. Leland is a very thorough and careful man, and he has considerable acquaintance throughout the country with local antiquarians and members of historical societies, as a result of his travels for *Carnegie Institution* in search of manuscripts materials. I don’t know anyone else in Washington who is competent to do the work and would do it for small compensation as an adjunct to his other tasks.” HASKINS, Charles Homer. Carta a Clarence A. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 29 maio 1908.

Congresso a totalidade de tais relatórios, ou parte deles, conforme julgar adequado⁵⁰⁰.

Desde o princípio, Walcott fez questão de deixar os limites da relação entre as instituições bem definidos, dispondo-se, e a muito custo, a realizar unicamente o que estava previsto na Lei de Incorporação, deixando claro que a natureza da relação anterior se dava antes pela posição de Clark como secretário da AHA do que por reponsabilidade legal da SI:

Claro, eu sei que houve uma relação muito mais íntima no passado do que indiquei, mas isso se deve ao fato de que o Sr. A. Howard Clark, editor de nossas publicações e curador de nossas coleções históricas, esteve associado à *American Historical Association*, primeiro na qualidade de Secretário Adjunto e depois na de Secretário, e que desempenhou muitas funções relacionadas aos relatórios em sua capacidade, como funcionário dessa associação. A *Institution* ficou muito feliz com a existência dessa relação, mas considera que foi totalmente voluntária por parte do Sr. Clark⁵⁰¹.

Mesmo com a diminuição das atividades realizadas a partir da SI, no mesmo momento em que a saída de Clark estava na pauta do Conselho, Jameson negociava com Walcott uma sala para o escritório da AHA no prédio da SI. No ano anterior, Jameson havia lido no jornal que Walcott, que tinha acabado de assumir como secretário da SI, havia convidado a *National Academy of Sciences* e a *American Association for the Advancement of Science* para fazer da SI o seu “quartel general”, e escreveu a Clark perguntando se haveria espaço para a AHA. Clark disse que não sabia se teria espaço, mas que o secretário da instituição viabilizaria uma sala se fosse possível, desde que a própria associação pagasse por seus funcionários⁵⁰². Jameson solicitou formalmente uma sala a Walcott e este autorizou que a AHA obtivesse o espaço assim

⁵⁰⁰ “*In answer to your inquiry made some time since, as to what I considered the relations of the Smithsonian Institution to the American Historical Association, I would say that these seem to me to be pretty definitely described in the law, namely: That the Association should annually report to the Secretary of this Institution concerning its proceedings and the condition of the historical study in America, and it is his duty thereupon to submit to Congress the whole of such reports, or such portion thereof as he shall see fit.*” WALCOTT, Charles D. Carta a John Franklin Jameson. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 9 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 29 maio 1907.

⁵⁰¹ “*Of course, I know that there has been a much more intimate relation in the past than I have indicated, but this I take it is due to the fact that Mr. A. Howard Clark, the editor of our publications and the curator of our historical collections, has been associated with the American Historical Association, first in the capacity of Assistant Secretary, and later in that of Secretary, and that he performed a good many functions in connection with the Report in his capacity, as an officer of that Association. The Institution has been very happy to have such a relation exist but considers it to have been entirely voluntary on the part of Mr. Clark.*” WALCOTT, Charles D. Carta a John Franklin Jameson. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 9 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 29 maio 1907.

⁵⁰² JAMESON, John Franklin. Carta a Charles Homer Haskins. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 9 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 05 maio 1907.

que o novo prédio para o *National Museum* estivesse pronto; em dezembro de 1908, os preparativos para a mudança foram iniciados⁵⁰³.

Mas o novo arranjo que possibilitava uma proximidade que agora era física não foi o bastante para que o impacto da ausência da figura de Clark como mediador fosse suavizado. Em junho de 1909, uma carta emitida da secretaria da SI informava ao já empossado Waldo G. Leland que haviam recebido o manuscrito do relatório anual de 1908 e que dois artigos haviam sido considerados indesejáveis para a publicação, *Religious Toleration in Brandenbur-Prussia e Materials for English Diplomatic History, 1509 to 1783*. Em um primeiro momento, Leland fez um breve pedido para que a decisão fosse reconsiderada, mas, não tendo sido hábil em dissuadir o secretário, Jameson tomou a frente do que se tornaria uma longa discussão sobre a autonomia científica da AHA frente à SI e a interpretação sobre a Lei de Incorporação.

Em carta endereçada a Walcott, Jameson afirmou que o Conselho compreendia a exclusão do artigo sobre a política de tolerância religiosa em decorrência da própria política da SI de não publicar textos que pudessem tocar questões religiosas, por mais que compreendessem que o texto em questão não tinha nada que pudesse ofender qualquer pessoa. Desse modo, o grande incômodo do Conselho estaria na exclusão do segundo texto, escrito por Francis G. Davenport, historiadora funcionária do DHR, contendo uma lista de materiais relativos à história diplomática inglesa. A carta de Jameson era um pedido de explicações sobre os motivos da decisão da SI, assim como uma tentativa de convencer Walcott a mudar de ideia. Interessantes são os argumentos utilizados por Jameson para que a decisão fosse reconsiderada. Em primeiro lugar, mobilizou um raciocínio de que, sendo a publicação de listas de materiais fundamental para a realização de pesquisas, e sendo esse o principal trabalho feito por ele mesmo na CIW, questionar a relevância do texto seria questionar o seu próprio trabalho, assim como o escrutínio do campo: “Se estas não estão entre as publicações em história mais úteis, certamente estou seguindo a política errada em meu trabalho na *Carnegie Institution*, embora meu programa pareça ter a aprovação geral do campo da história profissional”⁵⁰⁴; depois, mobilizou a Lei de Incorporação, afirmando que a principal atribuição da AHA seria a promoção dos estudos históricos na América, e que, por esse motivo, a entidade já havia

⁵⁰³ JAMESON, John Franklin. Carta a Charles A. Walcott. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 9 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 27 nov 1907; WALCOTT, Charles A. Carta a John Franklin Jameson Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 9 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 25 nov 1908.

⁵⁰⁴ “*If these are not among the most useful of historical publications I am certainly pursuing the wrong policy in my work at Carnegie Institution, though my programme there has seemed to meet with the general approval of the historical profession.*” JAMESON, John Franklin. Carta a Charles A. Walcott. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 12 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 06 jul. 1909.

publicado diversas listas bibliográficas em seus relatórios. Sendo assim, a decisão de excluir aquele texto seria uma contradição com relação ao trabalho até então feito. Por fim, partiu em defesa dos predicados da autora, em primeiro lugar, deixando que soubesse que era irmã do professor Charles B. Davenport, em seguida relembrando que era uma das principais assistentes do DHR e concluiu afirmando sua competência profissional:

A senhorita Devenport, irmã do professor Charles B. Devenport, é, como você provavelmente sabe, uma das principais assistentes do *Department of Historical Research* da *Carnegie Institution*. Acho que posso dizer que não há ninguém da idade dela que se destaque na *American Historical Association* em reputação de erudição precisa e cuidadosa⁵⁰⁵.

Salta aos olhos o modo como Jameson hierarquizou o que considerou serem “qualidades” de Davenport, estando em último lugar a sua competência profissional e em primeiro seus laços familiares.

A questão ficou suspensa por meses, e voltou a aparecer na troca de cartas de Jameson a partir outubro daquele ano, quando escreveu novamente a Walcott afirmando compreender que, para o relatório de 1908, não haveria mais tempo de inserir o artigo de Davenport, mas que gostaria de esclarecer alguns pontos para que um precedente não fosse aberto, pois compreendia que a decisão havia sido pautada no fato de a lista de materiais não ser relativa à história americana. Jameson defendeu que o papel da associação era o de promover a história da América e na América e, assim, os temas abordados poderiam ser relativos a outros países. Além disso, parte significativa dos membros realizavam estudos europeus, e excluir esse tipo de trabalho geraria uma grande perda para associação, fazendo dela uma instituição provinciana e, por outro lado, fazendo com que perdessem esses membros que não veriam mais benefícios em permanecer associados à AHA⁵⁰⁶.

A carta de Jameson não foi nem um pouco bem recebida por Walcott, principalmente porque o historiador enviou anexado a ela um texto que havia escrito para as comemorações do 25º aniversário da associação⁵⁰⁷ que ocorreriam naquele ano; em certa altura, afirmava que muitos membros da AHA haviam ficado apreensivos com a conexão estabelecida entre a AHA

⁵⁰⁵ “*Miss Davenport, sister of Professor Charles B. Devenport, is, as you are very likely aware, one of the principal assistants in the Department of Historical Research at Carnegie Institution. I think I may say that there is no one of her age who stands higher in the American Historical Association in reputation for accurate and careful scholarship.*” JAMESON, John Franklin. Carta a Charles A. Walcott. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 12 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 06 jul 1909.

⁵⁰⁶ JAMESON, John Franklin. Carta a Charles A. Walcott. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 25 out 1909.

⁵⁰⁷ JAMESON. *The American Historical Association, 1884 – 1909*. Op. cit.

e a SI com a Lei de Incorporação por conta do poder de censura que a segunda teria sobre os relatórios anuais a partir do escrutínio de sujeitos que não eram especialistas no campo. O comentário feito por Jameson foi tomado por Walcott como um ataque à sua instituição:

Percebo que você fala da função de Secretário da *Institution* como uma “função um tanto anômala” e que assume também que o Secretário “sempre será um homem treinado na atmosfera e nos métodos das ciências físicas, e não nos da história”, e que “seu julgamento ou o de sua equipe a respeito dos méritos ou valor das contribuições e materiais históricos será tão pouco seguro quanto seria o julgamento dos historiadores a respeito de monografias científicas”. Agora, parece-me que tudo isso é uma reclamação contra a Lei de Incorporação⁵⁰⁸.

Além disso, Walcott puxou a ênfase para outro aspecto da lei que não havia sido mencionado por Jameson, o de que a SI teria o direito de deixar de fora o que achasse que deveria, ainda mais se não tivesse relevância para a história americana, e que nem seria obrigação instituída pela lei a publicação de artigos, uma vez que eles não necessariamente serviriam como evidência da situação dos estudos históricos no país:

Em sua carta para mim, você cita da Lei as palavras exatas que descrevem os propósitos da *Association*, “no interesse da história e da história americana”, mas você não parece levar totalmente em conta essas outras sentenças que definem o conteúdo dos relatórios anuais, ou seja, “A referida *Association* deverá relatar anualmente ao Secretário da *Smithsonian Institution* os seus procedimentos e a condição dos estudos históricos na América. O referido Secretário comunicará ao Congresso a totalidade de tais relatórios, ou partes deles, conforme julgar adequado”. Essa parte da lei, eu entendo, é igualmente obrigatória à *Association* como qualquer outra⁵⁰⁹.

⁵⁰⁸ “I notice that you speak of the function of the Secretary of the Institution as a “somewhat anomalous function” and that you assume also that the Secretary “will always be a man trained in the atmosphere and methods of the physical sciences rather than those of history”, and that “his judgment or that of his staff respecting the merits or value of historical contributions and materials will be as little secure as would be the judgment of Historians respecting scientific monographs”. Now it seems to me that all this is a complaint against the Act of Incorporation.” WALCOTT, Charles A. Carta a John Franklin Jameson. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 26 nov. 1909.

⁵⁰⁹ “In your letter to me you quote from the Act the exact words describing the purposes of the Association, “in the interest of history and of history in American”, but you do not seem to take fully into account these other sentences defining the contents of the annual reports, namely, “Said Association shall report annually to the Secretary of the Smithsonian Institution concerning its proceedings and the condition of historical study in America. Said Secretary shall communicate to Congress the whole of such reports, or such portions thereof as he shall see fit”. This part of the Act, I take it, is equally as binding upon the Association as any other part.” WALCOTT, Charles A. Carta a John Franklin Jameson. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 26 nov. 1909.

A carta é encerrada com a afirmação de que a relação entre as entidades foi aceita com relutância pela SI, “O interesse da *Institution* pela *Association* manifestou-se desde o início da relação, o que não foi procurado pela *Institution*, mas imposto a ela e assumido, segundo fui informado, com certa relutância”⁵¹⁰, e com a sugestão de que, se AHA estivesse insatisfeita com a sua natureza, poderia buscar outra alternativa através da modificação da lei⁵¹¹.

Essa crise mobilizou o Conselho de maneira geral. George Burton Adams escreveu a Clarence Bowen constatando que a conexão com a SI estava mais precária do que jamais havia sido e que, do ponto de vista legal, não haveria nada que pudesse ser feito, já que Walcott teria razão com relação ao direito previsto na lei de censura a textos dos relatórios. Apesar disso, G. B. Adams elogiou a postura de Jameson de insistir para que aquele precedente não fosse aberto, porém lamentou a sua falta de “suavidade diplomática”: “A posição de Jameson a esse respeito é igualmente correta e ele conduz seu caso com grande dignidade e vigor, mas sem aquela suavidade diplomática que faz uma alternativa desagradável parecer agradável e aceitável [...]”⁵¹². É impossível se deparar com essa observação sem se remeter à postura costumeira de Herbert Baxter Adams e nas diversas vezes em que falou explicitamente sobre ser fundamental que mantivessem boa relação com os membros do alto escalão da SI para que a relação entre as duas se mantivesse viva e saudável⁵¹³.

G. B. Adams sabia que a conexão era frágil e que a SI de fato não tinha nada a ganhar com ela, e que se a sua postura de aceitação passiva fosse alterada para uma oposição ativa, não haveria nada que pudessem fazer para mudar suas circunstâncias. O historiador afirmou que sempre havia considerado que esse direito conquistado seria muito difícil de defender se algum dia fosse questionado⁵¹⁴; isso pode ser tomado como um alto grau de consciência sobre a fragilidade da conexão da AHA com a SI e, mais profundamente, com o Estado. Já Albert Bushnell Hart tinha uma opinião diferente sobre todo o dilema, pois não achava que Jameson

⁵¹⁰ “*The interest of the Institution in the Association has been manifested from the very beginning of the relation, which was to sought by the Institution, but was placed upon it and assumed as I am informed with some reluctance.*” WALCOTT, Charles A. Carta a John Franklin Jameson. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 26 nov. 1909.

⁵¹¹ WALCOTT, Charles A. Carta a John Franklin Jameson. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 26 nov. 1909.

⁵¹² “*Jameson’s position in this respect is equally correct and he handles his case with great dignity and vigor, but without that diplomatic suavity which makes a disagreeable alternative seem agreeable and acceptable [...].*” ADAMS, George Burton. Carta a Clarence A. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 01 dez 1909.

⁵¹³ Para ver mais sobre essa posição de Adams, voltar ao terceiro capítulo.

⁵¹⁴ ADAMS, George Burton. Carta a Clarence A. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 01 dez 1909.

deveria sequer estar questionando o direito do secretário de excluir textos dos relatórios, ainda mais porque em seguida precisariam novamente alterara a lei de impressão dos relatórios e seria importante estarem em bons termos com a SI quando isso ocorresse.

Mesmo não desejando o término da relação, as cartas demonstram que os membros mais ativos do Conselho já estavam considerando alternativas caso isso acontecesse. George Burton Adams, na carta citada acima, pensou em possibilidades para o caso de o fim da relação representar também que os relatórios não seriam mais impressos pela Editora do Governo. Por um lado, acreditava que seria bom para que a entidade tivesse mais independência, mas como dependiam do dinheiro, precisariam encontrar outro “patrocinador”, e o seu evento de aniversário, que ocorreria em dezembro daquele ano no *Carnegie Hall*, em Nova York, seria uma boa oportunidade para consegui-lo:

Agora, a sugestão prática que desejo fazer é esta: não seria possível, em conexão com o entusiasmo deste encontro em Nova York, encontrar alguns de seus envaidecidos milenários que nos dessem a dotação necessária para cobrir essa despesa, garantindo a si mesmo a glória eterna? Esse é um belo trabalho que estou sugerindo a você, não é? Tudo o que precisamos é de míseros 125.000!! Mas a causa é aquela em que um homem pode facilmente se interessar e se convencer de seu valor, e sempre acreditei que era uma possibilidade. Eu insisti com H. B. Adams, como algo a ser tentado, muitos anos atrás, e o momento para isso é muito mais favorável agora⁵¹⁵.

Hart também considerava que talvez não fosse de todo o mal se a conexão não se mantivesse; mas, diferente de Adams, não achava que o seu fim implicaria necessariamente o fim da dotação do Congresso:

Tenho refletido muito sobre a carta de Adams com relação à postura da *Smithsonian* e, embora não tenha visto a carta de Walcott, parece-me, em princípios gerais, que a *Association* não corre o risco de perder sua conexão com o governo. Em primeiro lugar, se a *Smithsonian* se livrasse da *Historical Association*, forneceria um excelente terreno para pressionarmos por um Bureau de Arquivos e Publicações Históricas não sujeito a essa instituição; em segundo lugar, ainda que o governo destine \$8.000 por ano, poderíamos

⁵¹⁵ “Now the practice suggestion which I wish to make is this: might it not possible, in connection with the enthusiasm of this New York meeting, to find some of your bloated millenarians who would give us the necessary endowment to cover this expense and thus secure for himself immortal glory? This is a nice little job I am suggesting to you, isn’t it? All we need is a little 125.000!! But the cause is one in which a man might easily be interested and convinced of its value, and I have always believed it a possibility. I urged it on H. B. Adams, as a thing to be attempted, many years ago, and the time for it is such more favorable now.” ADAMS, George Burton. Carta a Clarence A. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 01 dez. 1909.

emitir um relatório muito respeitável por conta própria, mesmo com muito menos dinheiro⁵¹⁶.

Apesar dos temores gerados pela tentativa malsucedida de Jameson de impor a autoridade do Conselho sobre os relatórios em relação à SI, a conexão não foi desfeita, e a AHA precisou aceitar o desmando de Walcott. Também não há evidências de que houve qualquer tentativa para conseguirem uma doação que liberasse a associação da dependência da financeira do Congresso, de modo que, em 1911, estavam novamente tentando mudar a lei de impressões para que a cota de relatórios concedidos pela Editora do Governo fosse aumentada.

Naquele ano, a política de impressões vigente era de 7 mil dólares para a impressão de 2.500 cópias de relatórios (destas, 500 ficavam para o sistema de trocas da SI) de modo que, mesmo que sobrasse dinheiro, não poderiam imprimir um número superior ao estabelecido pela lei, obrigando a associação a pagar pelos volumes a mais que precisasse. Por muito tempo, a entidade tirou proveito da má administração da editora e imprimiu mais volumes do que teria direito; mas, em março, Jameson recebeu uma cobrança do órgão pelos números a mais que haviam impresso nos anos anteriores.

Jameson tomou a frente da resolução do problema, visto que, após a morte de H. B. Adams e a saída de Clark, a troca de cartas do Conselho demonstra que ele assumiu o papel de mediador entre a AHA e o Congresso, mesmo lhe faltando, como George Burton Adams havia dito anos antes, a “suavidade diplomática” necessária nessas negociações.

A primeira atitude de Jameson foi escrever ao senador Reed Smoot pedindo para que uma emenda à lei de impressões fosse feita, aumentando assim a cota para 3.500 números sem que isso representasse aumento no valor de 7 mil dólares⁵¹⁷. Além disso, pediu ao chefe do Comitê Geral e ao secretário do *Pacific Coast Branch* para que suspendessem as ações relativas à conquista de novos sócios, uma vez que precisariam estancar a sangria causada pelo pagamento dos relatórios com os seus próprios recursos. Após uma reunião com o senador e com o secretário do comitê de impressões do governo, foi informado que seria pouco provável que a emenda garantindo o aumento da cota passasse no Congresso porque, a longo prazo,

⁵¹⁶ “*I have much reflected on Adams’ letter with reference to the attitude of the Smithsonian, and though I have not seen Walcott’s letter, it seems to me, on general principles, that the Association is not in danger of losing its connection with the government. In the first place if the Smithsonian should cut off the Historical Association, it would furnish an excellent ground then and there to push for a Bureau of Archives and Historical Publications not subject to that institution; in the second place, though the government appropriates \$8.000 a year, we could issue a very respectable report of our own on very much less money.*” HART, Albert Bushnell. Carta a Clarence A. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 220 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 07 dez. 1909.

⁵¹⁷ JAMESON, John Franklin. Carta a Reed Smoot. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 16 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 14 fev. 1911.

poderia acarretar aumento nos custos das impressões, excedendo os 7 mil dólares, mas que, mesmo assim, o projeto seria introduzido no Senado.

A questão ficou suspensa ao longo daquele ano e, para não precisarem imprimir mais números com os próprios recursos, o Conselho decidiu iniciar uma nova política de distribuições de relatórios: somente os filiados da associação que demonstrassem interesse por escrito em adquiri-los os receberiam, evitando assim aumentar a anuidade, que, desde a sua fundação em 1884, era de 3 dólares. Até o ano de 1915, fim do recorte temporal deste estudo, nenhum documento encontrado indica que o aumento da cota solicitado por Jameson foi conquistado⁵¹⁸. O interessante da tentativa de mudança na lei feita em 1911 é que, diferente do que havia ocorrido em anos anteriores, quando Clark foi o principal negociador junto a congressistas, após a sua resignação do cargo e enfraquecimento da relação entre as entidades, quem tomou a frente do *lobby* foi Jameson. Desde que havia se mudado para Washington, em 1905, para atuar como diretor do DHR, ele se tornou o principal articulador político para o desenvolvimento do campo da história dos Estados Unidos.

Mesmo que a disputa entre os líderes da AHA e da SI pela última palavra sobre o que seria publicado nos relatórios anuais não tenha causado grandes rupturas, não é pouco significativo que a questão de fundo era a autonomia da associação com relação aos poderes externos a si; compreende-se que a disposição dos conselheiros a renunciar à conexão com a SI em favor de sua autodeterminação – posicionamento fundamentalmente diferente do que havia sido adotado nos tempos de Adams – indica um posicionamento ativo sobre o valor que a autonomia disciplinar tinha para aqueles homens: ela não estava na mesa para negócios.

Além disso, a tranquilidade com a qual encaravam a possibilidade de perderem o laço com o governo caso a relação com a SI fosse desfeita também pode ser tomada como indício do entendimento de que muito pouco haviam conquistado com ele já que, ao longo de 25 anos, o que haviam precisado que fizesse, no fim das contas, a própria AHA havia feito; se um dia a associação e o campo precisaram do suporte do governo, esse dia estava próximo de acabar porque ela havia estruturado a sua autonomia. Contudo, havia demandas que a associação não poderia tomar para si (como a construção de um arquivo nacional em Washington), e por isso o alto grau de autossuficiência a que havia chegado não representava o fim definitivo de sua era de *lobby* e sim que, sob a liderança de Jameson, as articulações políticas seriam essencialmente diferentes do modo como haviam sido no tempo de Adams.

⁵¹⁸ BOWEN. Clarence A. Carta Sloane. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 222 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 28 nov. 1911.

6.1.2 J. Franklin Jameson e a *Carnegie Institution of Washington*

Jameson estivera presente na fundação da AHA e foi um de seus membros mais ativos desde então, tendo tido parte importante na constituição do Comitê de Manuscritos e na criação da AHR, ambos em 1895. Mas, observando o conjunto dos arquivos, é notável que a presença do historiador se tornou mais constante após 1905.

Jameson havia feito parte do grupo que sonhara em construir em Washington D.C. uma escola de estudos históricos que amparasse estudantes de todo o país que precisassem de informações sobre materiais para as suas pesquisas e ajuda para realizá-las. Quando Adams morreu, deixou uma herança de 5 mil dólares para a AHA. e O Conselho da AHA precisou decidir como destiná-la. Naquele contexto, Jameson apresentou uma proposta para que ela fosse utilizada no estabelecimento da *School of American Historical Studies*, na capital federal, como o melhor memorial possível ao professor que havia sonhado ao longo de sua vida com um projeto dessa natureza. A carta foi enviada a todos os conselheiros para que a proposta fosse considerada durante a reunião de novembro do Conselho.

Essa instituição serviria como centro de acolhimento a jovens pesquisadores que precisassem ir a Washington para realizar suas pesquisas e contaria com professores de história que os auxiliassem em seus trabalhos; que oferecessem palestras sobre a bibliografia existente referente à história do país e sobre as coleções documentais preservadas na cidade; que conduzissem seminários e auxiliassem remotamente pesquisadores que precisassem ser postos em contato com colegas que tivessem os mesmos interesses de estudos. Esses professores não seriam funcionários da instituição, e sim representantes dos diversos departamentos de história do país que conseguissem uma licença de um semestre ou trimestre para atuar na *School*.

Com relação à estrutura, ela contaria com uma sala para os seminários, uma pequena biblioteca de trabalho e alguns quartos para serem alugados a estudantes, e a sua estruturação seria feita por um comitê do próprio Conselho da AHA. Na carta, Jameson apresentava a estimativa de custos iniciais que havia feito. O que chama atenção no plano é que não há menções sobre pedidos de ajuda financeira ao governo federal para mantê-la, mas sim a cobrança de mensalidades e aluguéis⁵¹⁹.

A ideia não partiu unicamente de Jameson; de acordo com o próprio, ele e Turner vinham conversando sobre o projeto há algum tempo, e consideraram que a herança de Adams

⁵¹⁹ JAMESON, John Franklin. Carta aos membros do Conselho Executivo da American Historical Association. Registros da American Historical Association, Arquivos dos Comitês, Caixa 465 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 23 nov. 1901.

permitiria que o plano fosse concretizado. Como mencionado em sua carta, esse era o desejo do próprio Adams, que em diversos momentos expressara o sonho de que, em algum momento, Washington se tornasse o centro dos estudos históricos do país tendo na SI – que almejava ver transformada em uma universidade nacional – um centro de convergência de estudantes de história que fossem à cidade para realizar pesquisas em seus arquivos⁵²⁰.

O Conselho decidiu pela nomeação de um comitê que avaliaria o projeto apresentado por Jameson com relação a sua viabilidade. O relatório do comitê foi apresentado no ano seguinte, porém não há menções nas atas sobre o que foi definido, nem cópia desse documento preservada no arquivo da AHA. Porém, nos arquivos do próprio J. Franklin Jameson, há uma carta enviada no dia 14 de fevereiro de 1902 a Daniel Coit Gilman (que havia sido o primeiro presidente da JHU), na qual se apreende que o Conselho da AHA havia suspenso o plano de encabeçar o projeto da *School of American Historical Studies* quando, dias antes, havia sido anunciado que Andrew Carnegie havia feito uma doação no valor de 10 milhões de dólares para o estabelecimento de uma instituição de pesquisa na capital⁵²¹.

Gilman, que tivera papel fundamental no estabelecimento da JHU como universidade de pesquisa aos moldes das instituições germânicas, havia acabado de se aposentar e havia sido nomeado para ser o primeiro presidente da recém-fundada CIW. De acordo com Nathan Reingold, em um primeiro momento houve incerteza entre o conselho nomeado para estruturar a instituição sobre qual seria a sua natureza e funções. Havia um desejo que remontava a George Washington de construir no Distrito de Columbia uma universidade nacional, e parece ter havido uma certa expectativa por parte de alguns personagens (como o próprio Gilman e Andrew D. White, que fez parte desse conselho) de que a fundação da CIW viria para cumprir esse anseio. No entanto, Reingold, que estudou os arquivos da instituição e os pessoais de Andrew Carnegie, afirmou que são nebulosos os registros sobre as intenções do doador com relação a sua entidade, e que duvidava que ele tivesse realmente considerado fundar uma universidade nacional, mas sim uma instituição voltada à promoção de pesquisas originais e de amparo a “homens excepcionais”⁵²².

⁵²⁰ ADAMS, Herbert Baxter. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 5 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 27 out. 1894; ADAMS, Herbert Baxter. Carta a A. Howard Clark. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 6 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 01 abr. 1897.

⁵²¹ JAMESON, John Franklin. Carta a Daniel Coit Gilman, 14 fev. 1902. In: DONNAN, Elizabeth; STOCK, Leo F. (org.). **An Historian's World: Selections from the Correspondence of John Franklin Jameson**. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1956, p.79-82.

⁵²² REINGOLD, Nathan. National Science Policy in a Private Foundation: The Carnegie Institution of Washington. In: OLESON, Alexandra; VOSS, John (org.). **The Organization of Knowledge in Modern America, 1860-1920**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979, p.313-341. p.317.

Outra questão era definir quais campos de conhecimentos seriam amparados, e para isso o conselho de administradores designados apontou comitês de especialistas que definiriam esse ponto e quais seriam as melhores maneiras de fazê-lo. Desde que foi anunciado como presidente, Gilman recebeu diversas cartas de representantes de todos os campos de pesquisa com projetos para que a instituição os abarcasse⁵²³. A história, assim como ciência política e economia, foram disciplinas contempladas desde o projeto inicial delineado em novembro de 1901.

Jameson foi um dos especialistas convocados para sugerir modos pelos quais a recém-nascida entidade poderia contribuir para o avanço de seu campo, assim como Charles Francis Adams e Andrew C. McLaughlin. Na carta enviada a Gilman, mencionada acima, afirmou que a CIW poderia subsidiar empreendimentos já em andamento, como a AHR, o Comitê de Manuscritos e o Comitê de Arquivos Públicos da AHA, que precisavam de mais dinheiro, mas que, em sua opinião, a melhor maneira de contribuir para o avanço do campo seria investindo em um empreendimento próprio, como a criação da *School of American Historical Studies*. Na carta, Jameson explicava que a ideia da *School* partia da compreensão de que haveria muito trabalho a ser feito na edição de materiais históricos em posse do governo americano e que o próprio governo não tinha condições de fazê-lo:

Mais uma vez, há muito a ser feito em Washington no que diz respeito à edição científica de materiais históricos em posse do governo. Até hoje, os jornais do Congresso Continental não foram impressos em sua integridade, para não falar de seus documentos. Uma grande quantidade de material ilustrando a história anterior da diplomacia americana, negada à publicidade em impressos contemporâneos e nos *American State Papers*, poderia perfeitamente ser tornados públicos agora. Esses são apenas dois exemplos notáveis. A razão pela qual o Congresso tem feito tão pouco desse tipo de coisa não é totalmente falta de apreciação ou medo de despesas, mas principalmente uma apreensão de que a tarefa seria trabalhosa, ou que seria mal executada. Houve exemplos de ambos os tipos, e eu realmente não acho que a edição do governo esteja melhorando. Mas se os congressistas soubessem que o departamento histórico de uma instituição que eles respeitavam tanto quanto o *Smithsonian* estava pronto para fazer a edição e pagar por ela, não tenho dúvidas de que ficariam felizes em pagar qualquer quantia necessária para a impressão. Certamente esse tipo de coisa, o fornecimento de material, está na linha de frente entre as tarefas que o estado atual do trabalho histórico entre nós exige como pré-requisito para um progresso posterior⁵²⁴.

⁵²³ Ibidem, p.313.

⁵²⁴ “Again, there is a great deal to be done at Washington in the way of scientific editing of historical materials possessed by the government. To this day, the real journals of the Continental Congress have not been printed in their integrity, to say nothing of their papers. A great amount of material illustrating the earlier history of American diplomacy, withheld from publicity in contemporaneous prints and in the *American State Papers*, could perfectly well be made public now. These are only two conspicuous examples. The reason why Congress has done

Em outubro daquele ano, os três historiadores que haviam sido convidados para elaborar o projeto enviaram a proposta formal ao conselho da CIW apresentando três sugestões de investimentos. A primeira seria a mencionada *School*, a segunda um projeto de levantamento de fontes de interesse para a história americana em países europeus e a terceira de investimento anual na AHR para ajudar a subsidiar as suas atividades⁵²⁵. O *Bureau of Historical Research*, que depois se tornou *Department of Historical Research*, foi instituído em 1903.

O seu primeiro diretor foi McLaughlin, e Jameson assumiu a posição na segunda metade de 1905, quando o primeiro decidiu retomar sua carreira com professor. Mesmo que a fundação da CIW tenha suspenso os planos de criação da *School* pela AHA, na prática, o DHR nunca constituiu um centro para pesquisadores de história em Washington como havia sido o plano inicial. O trabalho feito pelo grupo de historiadores no departamento foi principalmente o de elaborar guias de arquivos para estudantes de história, indicando documentos históricos situados nos Estados Unidos e em repositórios europeus. Esse papel que acabou tomando para si gerou críticas dentro da CIW, uma vez que a ideia era de que ela tivesse como ênfase as pesquisas originais nos diversos campos científicos, e fazer levantamento de fontes não seria bem o que se poderia chamar de “pesquisa original”⁵²⁶. Jameson, relatou, por exemplo, que em 1912, quando apresentava ao *trustee* os avanços daquele ano, afirmou que não haviam feito nenhuma descoberta e que também não pretendiam fazer nenhuma, e todos riram, mesmo que não tivesse tido a intenção de que soasse como uma piada⁵²⁷.

Em um artigo publicado em 1965, o historiador Julian P. Boyd afirmou que Jameson acabou se tornando ele mesmo o centro de pesquisas históricas do país, uma vez que estudantes buscavam por sua ajuda para realizarem suas pesquisas:

O fato é que o plano era impraticável. Era um centro apenas no nome, na verdade pior do que nenhum, pois aumentava as dificuldades que procurava resolver. Alunos de pós-graduação perceberam rapidamente que era mais fácil

so little of this sort of thing is not altogether want of appreciation or fear of expense, but very largely an apprehension that the task would be made a job, or that it would be badly done. There have been examples of both kinds, and I really don't think that government editing is improving. But if the Congressmen knew that the historical department of an institution which they respected as they do the Smithsonian stood ready to do the editing and pay for it, I have no doubt they would be glad to pay any necessary amount for the printing. Certainly this sort of thing, the provision of material, stands in the front rank among tasks which the present state of historical work among us calls for as prerequisite to further progress.” JAMESON. Carta a Daniel Coit Gilman, 14 fev. 1902. In: DONNAN; STOCK. (org.). **An Historian's World...** Op. cit. p.81.

⁵²⁵ JAMESON, John Franklin; ADAMS, Charles Francis; McLAUGHLIN, Andrew C. History. In: **Carnegie Institution of Washington Year Book No.1, 1902**. Washington D.C.: Press of Judd & Detweiler, 1903, p.226-231.

⁵²⁶ REINGOLD. National Science Policy in a Private Foundation... Op. cit. p.330.

⁵²⁷ ROTHBERG, Morey. **John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America: The Carnegie Institution of Washington and the Library of Congress, 1905-1937**. Athens: The University of Georgia Press, 2001. p.14.

escrever ou ir diretamente a Jameson, que em sua própria pessoa era um centro para todas as fases da pesquisa histórica nos Estados Unidos⁵²⁸.

Jameson recebeu centenas de cartas ao longo dos anos em que esteve à frente do DHR – e mesmo depois, quando migrou para a Biblioteca do Congresso – com perguntas sobre a localização de fontes históricas para a realização de algum estudo, assim como pedidos de conselhos sobre tópicos de pesquisas a serem escolhidos vindos de estudantes de pós-graduação procurando temas para as suas teses, ou ajuda sobre como escrever sobre algum tema já explorado. Além dessas cartas de historiadores profissionais, o público leigo também escrevia pedindo sugestões de leituras ou ajuda para sanar alguma dúvida sobre história⁵²⁹; por mais que não fosse atribuição de seu cargo responder a essas cartas (ou mesmo as dos representantes do primeiro grupo), Jameson sempre ajudava como podia,

A gentileza, a cortesia e o senso de responsabilidade de sua posição que dita essa política eram características essenciais de Jameson. No entanto, é verdade que cartas, frequentemente triviais, foram respondidas com um gasto de tempo que poderia muito bem ter sido aplicado a serviços mais valiosos ou mesmo ao descanso e revigoramento do espírito⁵³⁰.

A mudança de Jameson para Washington representou um novo e importante momento na história do campo. O historiador se fez mais presente na AHA e acabou se tornando uma figura de liderança na associação como a que seu professor Herbert Baxter Adams havia sido um dia. Apesar de ser favorável à política de que a associação reivindicasse sua autonomia institucional tomando para si todas as iniciativas em favor do desenvolvimento da profissão que pudesse, sem depender de recursos externos, a ida de Jameson à Washington e o trabalho que desenvolveu no levantamento dos registros públicos fez crescer nele a noção de que a construção do *Hall of Records* era indispensável, e o historiador mobilizou o prestígio conquistado com a posição ocupada na CIW e na AHA para acessar os gabinetes do Congresso e pleitear políticas de preservação de documentos históricos. Essa dupla vinculação de Jameson

⁵²⁸ “The fact is that the plan was unworkable. It was a center only in name, indeed worse than none, for it added to the difficulties it sought to solve. Graduate students quickly saw that it was easier to write or go directly to Jameson, who in his own person was a center for all phases of historical research in the United States” BOYD, Julian P. A Modest Proposal to Meet na Urgent Need. **The American Historical Review**, v.70, n. 2, jan. 1965, pp. 329- 349. p.340.

⁵²⁹ DONNAN, Elizabeth. Introduction. In: DONNAN, Elizabeth; STOCK, Leo F. (org.) **An Historian’s World: Selections from the Correspondence of John Franklin Jameson**. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1956, p.1-19. p.8.

⁵³⁰ “The kindness, the courtesy, and the sense of obligation of his position which dictates this policy were essential characteristics of Jameson. Yet it is uncourtly true that letters, frequently trivial, were answered with an expenditure of time which might well have been applied to more valuable services or even to relaxation and refreshment of spirit.” Ibidem, p.8.

indicava que a AHA não estava mais sozinha como força promotora dos estudos históricos perante o governo, constituindo-se o DHR em outro importante agente desta natureza; a partir deste momento, torna-se difícil distinguir o que é iniciativa da AHA e o que é iniciativa do DHR quando se observa tratativas de Jameson com o Congresso.

6.2 A *American Historical Association* como agente estruturador do campo, 1907-1915

Quando a associação fez a sua primeira mudança de rota a partir de 1896, surgiram diversos comitês e comissões de trabalho que se dedicaram a executar tarefas as quais tornariam viável o campo como profissão: o Comitê dos Sete elaborou um relatório de ensino para servir como currículo de história a ser adotado nas escolas secundárias, e depois o Comitê dos Oito realizou tarefa semelhante para o primário; a Comissão de Manuscritos buscou documentos inéditos e os tornou públicos ao distribuí-los nos relatórios anuais; a Comissão de Arquivos Públicos fez o levantamento de registros públicos nos estados e, em um segundo momento, ajudou-os na instituição de leis de preservação desses documentos.

Os comitês de ensino foram encerrados após tornarem públicos os seus relatórios, mas as comissões voltadas aos documentos permaneceram como atividades fixas da associação. O importante sobre essas comissões é que elas vinham para suprir uma demanda que não fora atendida pelo Estado, mas, principalmente, sendo os documentos materiais fundamentais para as pesquisas. Dedicar energia a essas atividades foi como a associação atuou na promoção da historiografia disciplinada.

Além da continuidade das atividades dessas comissões dedicadas aos materiais, os anos que compreendem 1907 e 1915 foram de luta política para que o Congresso aprovasse a construção do *Hall of Records*, que otimizaria a gestão dos registros públicos e facilitaria os estudos históricos; também foram de instituição de conferências dedicadas à apresentação de textos e discussões também sobre os materiais – que se tornaram conferências fixas – e sobre temas de pesquisa, que geralmente não eram repetidas nos anos seguintes. Sendo assim, o enfraquecimento do espaço dado ao ensino escolar, o fortalecimento das comissões relativas aos materiais e a abertura de espaço para conferências sobre arquivos e pesquisa são o que indicam que, já em 1907, a AHA voltava os seus esforços prioritariamente ao avanço das condições para os estudos disciplinados, mesmo que as iniciativas que a colocassem como agente na construção de seus pilares epistemológicos continuassem sendo as instituídas no

período anterior: manutenção da revista especializada e realização de concursos para melhores monografias.

6.2.1 As conferências da *American Historical Association*: de sociedades históricas e de arquivistas

Em 1904, foi criada a Conferência de Sociedade Históricas, espaço separado durante os encontros anuais que reunia líderes das diversas sociedades estaduais, locais e patrióticas dedicadas à história ou que realizavam alguma atividade voltada à promoção dos estudos históricos. Essas sociedades eram de naturezas diversas; algumas eram geridas pelo governo dos estados, outras eram mantidas pelas anuidades, e outras estavam ligadas a departamentos de história de universidades, mas eram fundamentais para os estudos históricos porque, geralmente, mantinham arquivos com documentos históricos que eram acessados por historiadores aos realizarem suas pesquisas.

Inicialmente, a conferência tinha como objetivo promover a cooperação entre as diversas sociedades e colocá-las em diálogo para evitar trabalhos duplicados, uma vez que, de modo geral, mantinham-se isoladas umas das outras; também buscava que o diálogo ajudasse no enfrentamento de problemas comuns entre elas. Em 1905, por exemplo, William O. Seroggs abordou em uma fala os problemas de cooperação entre instituições de uma mesma localidade, por exemplo, os departamentos de história e as sociedades históricas⁵³¹. Na discussão que seguiu a apresentação, um membro da sociedade histórica da Pensilvânia falou sobre os esforços que vinham fazendo para unir o trabalho de antiquários e historiadores disciplinados⁵³². Esse é um exemplo do tipo de dificuldades que essas instituições enfrentavam nesse momento de incipiente de profissionalização da história já que, por um lado, eram frequentadas, em grande medida, por diletantes entusiasta de história que estavam mais interessados nos grandes eventos nacionais com finalidades patrióticas; por outro, era o centro que abrigava os materiais necessários à pesquisa disciplinada, unindo assim personagens muitas vezes hostis entre si. Além desse, tópicos como a busca por suporte do estado, manutenção de seus museus e questões relativas à melhoria da estrutura física das sociedades também foram alvo de debates nesses anos.

⁵³¹ SEROGGS, William O. The relations of the chair or Department of American History to the work of historical societies. In: HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1905**. Washington: Government Printing Office, 1906, p.179-184.

⁵³² Ibidem, p.184.

Apesar de a ênfase inicial da conferência ser a cooperação entre sociedades, ela logo se tornou um importante mecanismo de disciplinarização para que correspondessem às demandas dos estudos históricos. O conjunto de relatórios aponta para alguns temas recorrentes entre 1904 e 1915, e que, por isso, sugerem que eram preocupações dos responsáveis pela elaboração dos programas dos encontros. O tema que mais apareceu em palestras ofertadas pelos conferencistas foi a gestão de documentos históricos. Por essas sociedades serem importantes abrigos para documentos, questões como aquisição, restauração e tecnologias de cópia estiveram presentes principalmente até 1909, ano em que uma conferência exclusiva para arquivistas foi criada, e mesmo assim não desapareceram totalmente dos programas. Além da salvaguarda, as publicações, organização de bibliotecas e museus também eram temas recorrentes.

Um trabalho importante para o avanço do campo dos estudos históricos feito a partir da conferência foi a elaboração e publicação de relatórios contendo informações gerais sobre as sociedades históricas, assim como reportando os avanços que haviam feito ao longo do ano. O secretário da conferência enviava circulares aos responsáveis pela administração perguntando sobre a quantia de membros, os fundos que a sustentavam, as mudanças na estrutura física e equipamentos adquiridos, publicações feitas ao longo do ano, informações sobre as coleções em sua posse (como quantia de livros, manuscritos e objetos no museu) e novos empreendimentos, possíveis mudanças na sua estrutura de organização e relação que mantinham com o estado⁵³³. A partir das informações reunidas, o secretário elaborava um relatório, publicado na íntegra no relatório anual da AHA, apresentando o progresso das sociedades ao longo do ano que estava encerrando⁵³⁴.

Parte significativa do relatório produzido era sobre os materiais para as pesquisas: informar quais coleções bibliográficas poderiam ser encontradas em cada sociedade, os manuscritos adquiridos e as coletâneas de documentos históricos publicadas no ano corrente, além das produções bibliográficas realizadas a partir de cada uma. Desse modo, os relatórios da AHA acabavam centralizando informações sobre as diversas sociedades históricas do país e tornando-as acessíveis aos historiadores americanos e do mundo. Vale lembrar que, através do sistema de trocas da SI, esses volumes eram enviados às associações e bibliotecas de diversos países. Em um mundo analógico, a AHA foi a grande disseminadora de informações sobre arquivos existentes, a sua localização e dossiês publicados nos Estados Unidos, e assim a

⁵³³ SIOUSSAT. Carta às sociedades históricas. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 12 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). Nov. 1909.

⁵³⁴ É importante pontuar que grande parte dessas instituições não respondia ao questionário, de modo que os relatórios eram feitos somente a partir dos dados fornecidos pelas poucas entidades mais ativas.

entidade cumpria o compromisso com o governo federal, firmado através da Lei de Incorporação, de relatar anualmente o avanço dos estudos históricos no país.

Nesses primeiros anos de atividade, a conferência dedicou um espaço significativo às questões relativas aos arquivos, tanto fornecendo informações através dos relatórios sobre as coleções mantidas por cada sociedade quanto dedicando espaço para apresentações de textos relativas à gestão de documentos. Em 1907, por exemplo, foi pautada a questão da cooperação entre sociedades para a aquisição de materiais em arquivos estrangeiros que resultou na criação de um comitê de sete que consideraria empreendimentos coletivos entre sociedades históricas estaduais e departamentos para a aquisição de materiais⁵³⁵. A criação desse comitê vinha para sanar uma demanda que era a de fazer com que diversas sociedades trabalhassem juntas em empreendimentos de interesse comum.

Após encontros e troca de cartas entre os membros do comitê, chefiado por Dunbar Rowland e tendo Jameson como um de seus membros, o grupo compreendeu que a melhor seara para começarem as atividades de cooperação estaria na região do Vale do Mississippi, pois vários de seus estados estariam interessados nos arquivos franceses que abrigariam documentos relativos à ocupação francesa na região. Inicialmente, os estados do Mississippi, Louisiana e Wisconsin aderiam à empreitada, e o comitê estaria em busca de outros estados dispostos a cooperar, que dividiriam os custos do trabalho entre si. O empreendimento, o qual demandaria que um emissário fosse enviado à França para coletar os materiais, seria financiado coletivamente.

Ao mesmo tempo que se debatia na conferência como esse empreendimento seria realizado, Waldo G. Leland preparava-se para uma missão de trabalho em Paris em que organizaria um catálogo de materiais relativos à história americana que estivessem em arquivos franceses. Jameson, a partir de seu departamento, autorizou que Leland somasse à sua missão a tarefa de elaborar o catálogo de materiais relativos à ocupação francesa no Vale do Mississippi para a conferência da AHA. Não passa despercebido que Leland foi nomeado como secretário da associação nesse mesmo contexto.

Esse caso é um entre tantos que apontam para a fluidez das iniciativas em função do desenvolvimento do campo da história, especialmente após a fundação do DHR e da nomeação de Jameson como seu diretor: um plano que nasce de um comitê de trabalho da AHA envolveu

⁵³⁵ GREENE, Evarts B. Report of Conference on the Work of State and Local Historical Societies. In: HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1907**. Washington: Government Printing Office, 1908, 49-64.

diversas entidades para que se tornasse viável e foi executado por um funcionário do DHR, que, no mesmo momento, passou a ocupar um cargo permanente no Conselho da associação.

Ao longo de sete anos, o comitê trabalhou na elaboração do catálogo que tinha como previsão de término o ano de 1914 com a publicação no ano seguinte; mas o início da guerra na Europa, com a conseqüente invasão da França pela Alemanha, obrigou os historiadores que trabalhavam na coleta de documentos a voltar mais cedo do que havia sido previsto aos Estados Unidos, deixando o empreendimento suspenso por muitos anos.

Após poucos anos de atuação dessa conferência, os próprios membros começaram a perceber que haveria um processo de diferenciação, em que essas questões relativas aos arquivos deveriam ser discutidas separadamente, deixando para a já existente a ênfase nas questões organizacionais das sociedades históricas⁵³⁶; ao mesmo tempo, na Comissão de Arquivos Públicos (que desde 1899 vinha ajudando a promover iniciativas para a salvaguarda de registros públicos em diversos estados)⁵³⁷ havia o entendimento de que era chegado o momento de ser criado um espaço exclusivo para que arquivistas pudessem debater questões práticas de seu ofício, e uma conferência anual de arquivistas foi instituída.

Mesmo após a sua criação, a conferência de sociedades históricas não deixou de pautar questões relativas aos arquivos. Em 1910, por exemplo, o professor Alvord, *da University of Illinois*, foi convidado a falar sobre preservação e cuidados com manuscritos,⁵³⁸ o que aponta para a dificuldade em dissociar sociedades históricas da salvaguarda de documentos no início do século XX⁵³⁹.

Uma carta de 1909 de Waldo G. Leland a Herman V. Ames expressa como o primeiro imaginava que a conferência deveria ser estruturada: ela seria uma oportunidade durante os encontros anuais da AHA para que os responsáveis por registros públicos se reunissem e conversassem sobre os problemas comuns do empreendimento, em grande medida técnicos,

⁵³⁶ AMES, Herman V. *Proceedings of first annual Conference of Archivists* LELAND, Waldo G. (org). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1909**. Washington: Government Printing Office, 1910.

⁵³⁷ Capítulo 4.

⁵³⁸ ALVORD. *Preservation and care of collections with special reference to the restoration and treatment of manuscripts*. In: LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1910**. Washington: Government Printing Office, 1911. p.284.

⁵³⁹ Outro indício é o pedido feito em dois momentos distintos por Leland para que as conferências não ocorressem no mesmo horário a fim de que os membros pudessem participar das duas, já que, muito frequentemente, os representantes das sociedades históricas eram também os seus arquivistas. LELAND. Waldo G. Carta a Charles Homer Haskins. *Registros da American Historical Association, Arquivos dos Comitês, Caixa 245 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.)*, 13 abr. 1912.

relacionados à administração de arquivos, e que, em algum momento, essas discussões poderiam culminar em uma espécie de “manual para arquivistas”⁵⁴⁰:

A Comissão de Arquivos Públicos já fez tanto para despertar o interesse pelo cuidado adequado dos arquivos públicos e pela forma de publicar informações a respeito deles que me parece que é o momento de dar um passo adiante, em uma direção um tanto diferente. A fim de que a conferência ou, espero, uma série de conferências possa ter um objetivo final definido, sugiro que a conferência publique em algum momento futuro, não muito distante, um relatório que sirva como um manual para arquivistas⁵⁴¹.

Leland apresentou os tópicos que considerava fundamentais para um manual aos arquivistas: que apresentasse a situação dos arquivos em outros países e como era a sua estrutura administrativa, partindo, então, para os problemas dos arquivos americanos; que indicasse a necessidade de uma uniformidade na classificação e indexação dos documentos; informasse os problemas correntes dos arquivos americanos e, em consequência, a desejabilidade de tal manual; capítulos abordando problemas específicos como classificação, métodos de preenchimento, métodos de catalogação, indexação, equipamentos necessário, preservação de registros; também regulações para registros futuros – que tipo de papel usar e quais tintas seriam mais resistentes ao tempo; por fim, o manual contaria com um capítulo sobre reprodução de documentos, normas para a realização das cópias e melhores métodos de reprodução fotográfica⁵⁴².

A ideia era que o manual fosse curto e pudesse ser distribuído como parte do relatório anual da associação, e que o projeto fosse iniciado a partir da primeira conferência, sendo composto pelos textos apresentados pelos conferencistas que, sob encomenda, tocariam os pontos elencados na carta: primeiramente, uma apresentação dedicada à situação dos arquivos americanos, seguida por outra sobre a administração de arquivos locais no exterior e, por fim, outra sobre métodos de classificação de documentos⁵⁴³. Assim, o manual seria construído com base no conjunto de conferências oferecidas. Todo o projeto de Leland deixa evidente a

⁵⁴⁰ LELAND, Waldo G. Carta a Ames. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 10 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 29 mai. 1909.

⁵⁴¹ “*The Public Archives Commission has already done so much to arouse interest in the proper care of the public records and in the way of publishing information respecting them that it seems to me that the time is ripe to take a step further, in a somewhat different direction. In order that the conference or, I hope, series of conferences may have a definite ultimate aim, I would suggest that the conference should look forward to publishing at some future time, nor too far distant, a report which should serve as a manual for archivists.*” Idem.

⁵⁴² Idem.

⁵⁴³ Idem.

intencionalidade de que a conferência se constituísse em mecanismo de disciplinarização da profissão de arquivista.

O relatório dos procedimentos da primeira conferência para arquivistas, que ficou vinculada à Comissão de Arquivos Públicos, indica que o projeto de Leland foi executado: ele próprio, enquanto primeiro conferencista a falar, abordou os problemas arquivísticos de seu país⁵⁴⁴. Essa apresentação foi seguida por séries de pequenas apresentações feitas por diversos pesquisadores sobre “lições” tiradas de arquivos estrangeiros. Entre os países abordados estavam Inglaterra, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha e Suíça. Por fim, a última apresentação foi sobre os problemas específicos dos arquivos de Nova York.

A troca de cartas entre o Conselho da AHA sobre a conferência demonstra que os seus membros a consideraram um sucesso, mas, mesmo assim, o plano de seguir com a sequência de falas que em conjunto formariam o manual não foi continuado em 1910.

Um ano após ter planejado a primeira conferência, Leland escreveu novamente a Ames mencionando que não estava mais tão certo de que deveriam continuar com as discussões sobre os problemas técnicos da prática:

Posso dizer que, desde o Congresso de Bruxelas, sinto menos certeza de que deveríamos começar imediatamente uma série de discussões sobre problemas de arquivo. Estou chegando mais à opinião de que a primeira coisa a fazer, na América, é despertar o interesse para garantir uma melhor provisão para arquivos públicos. Ainda temos muito poucos arquivistas para tornar proveitosa a discussão de problemas técnicos. Precisamos, antes de tudo, garantir a legislação para despertar a consciência pública. Se pudermos ajudar dessa maneira mais diretamente do que no passado, teremos prestado um dos maiores serviços. O principal, porém, é continuar falando, escrevendo e pedindo arquivos, e logo as pessoas serão educadas o suficiente para nos dar o que queremos⁵⁴⁵.

A compreensão de que deveriam rever as prioridades da conferência emergiu a partir da ida de uma delegação da AHA a um congresso internacional de arquivistas e bibliotecários que havia ocorrido em agosto daquele ano em Bruxelas. Tomar conhecimento das condições dos

⁵⁴⁴QUEM. Proceedings of first annual Conference of Archivists, New York City, December 30, 1909. In: p.

⁵⁴⁵“I may say that since the Brussels Congress, I feel less sure that we should begin at once a series of discussions of archival problems. I am coming more to [the] view that the first thing of all to do, in America, is to arouse interest; to secure better provision for public archives. We have too few archivists yet to make discussion of technical problems profitable. We need first of all to secure legislation; to arouse public conscience. If we can help in this way more directly than has been done in the past, we shall have done one of the greatest services. The principal thing however is to keep on talking and writing and urging archives, and by-and-by people will be educated sufficiently to give us what we want.” LELAND, Waldo G. Carta a Ames. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 13 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 28 out. 1910.

arquivos de diversos países europeus fez com que Leland percebesse que os problemas que tinham nos Estados Unidos eram diferentes dos enfrentados em outros lugares. Enquanto, no caso americano, os arquivos ainda precisariam ser construídos, em outros lugares, essa era uma questão superada, de modo que o congresso de arquivistas havia sido estruturado para discutir a dimensão teórica da atividade: “A maioria dos problemas discutidos não teve relação direta com as nossas condições, mas foi uma surpresa assistir e aprender o que os arquivos realmente são”⁵⁴⁶.

Enquanto isso, nos Estados Unidos sequer havia um arquivo nacional, de modo que a prioridade da conferência deveria ser assegurar a construção do *Hall of Records* em Washington⁵⁴⁷. Essa percepção, expressa tão diretamente por Leland nessa mesma carta, sintetiza todo o trabalho feito até então pela AHA em função da profissionalização do amplo campo da história: primeiro, conquistavam-se as condições para só depois pensar em teoria. Não é à toa que por dez anos a prioridade da associação foi a sua relação com o Congresso.

Nos anos que seguiram, a Conferência de Arquivistas teve a dupla ênfase de tratar das questões relativas ao método de trabalho dos arquivistas e de lembrar constantemente da necessidade de um arquivo nacional, seja através de falas sobre tragédias ocorridas em arquivos, como a da cidade de Nova York, seja por falas sobre as dificuldades relativas à pesquisa.

É importante destacar que ela foi o primeiro espaço de alcance nacional destinado exclusivamente aos responsáveis por arquivos no país. Durante os primeiros anos de existência da AHA, os encontros eram organizados de maneira que todos os participantes pudessem participar de todas as apresentações programadas para o evento, assim, ouviam falas e participavam das discussões que geralmente seguiam sobre práticas de pesquisa, algum tema específico de história americana ou europeia, ensino e gestão de documentos. Não havia sessões concomitantes que demandassem do ouvinte que ele escolhesse em qual gostaria de estar. Esse modelo sugere, primeiramente, que os encontros eram menores e contavam com um número total de ouvintes que possibilitava que estivessem todos reunidos ao mesmo tempo em um mesmo lugar. A primeira fragmentação foi na programação de sessões concomitantes relativas a períodos e temas históricos, separando os pesquisadores por área de pesquisa, e não por tipo de trabalho feito dentro do até então amplo empreendimento histórico. De um modo secundário, esse modelo sugere que, nos primeiros anos de atuação da AHA como associação profissional,

⁵⁴⁶ “*Most of the problems discussed had not much direct bearing on conditions with us but it was an eyeopener to attend and learn what archives really are .*” Ibidem.

⁵⁴⁷ Ibidem.

as atividades de pesquisa, ensino e gestão de documentos estavam de tal forma imbricadas que não parecia necessário fragmentar espaços para discuti-las.

Como visto no capítulo anterior, em pouco mais de dez anos de existência da associação, as diferenciações de atividades se tornaram mais claras nos programas, com as sessões destinadas aos currículos escolares de história e conferências sobre ensino no nível superior. A criação de um espaço próprio para os arquivistas, cujo objetivo primeiro (como apontou a mencionada carta de Leland a Ames) era criar um manual para o trabalho desses profissionais, sugere tanto o princípio de disciplinarização da profissão de arquivista e a agência da AHA como promotora desse processo quanto a incipiente fragmentação do amplo empreendimento histórico, que culminaria na afirmação da arquivologia como campo profissional e disciplinar autônomo na década de 1930.

A definição de espaços destinados exclusivamente aos debates relativos aos arquivos, assim como as diversas atividades desempenhadas pelas sociedades históricas, tinha como primeiro óbvio objetivo facilitar o estudo da história através da promoção de procedimentos padrões a serem adotadas por essas instituições (seja nos seus arquivos, publicações ou organização de suas bibliotecas e museus). Mas, ao mesmo tempo que eram disciplinadas, demandavam o trabalho especializado de profissionais treinados, de modo que um aspecto importante desse empreendimento foi que ele representou um esforço para a ampliação do campo de atuação para historiadores, no que Robert Townsend chamou de “instituições relacionadas à história”⁵⁴⁸, já que, nos primeiros anos do século XX, o número de historiadores profissionais formados nos recém-fundados programas de história crescia exponencialmente, sem que houvesse um aumento de vagas nesses programas correspondente a esse crescimento.

O crescimento das instituições ligadas à história foi promovido pelos interesses dos historiadores, mas também esteve ligado a mudanças na formação e disponibilidade de pessoal na disciplina. Muitos alunos de programas de pós-graduação em história (incluindo doutorados em história) estavam trabalhando fora da academia, no crescente número de sociedades históricas, arquivos e outras instituições relacionadas à história, como o *Department of Historical Research* da *Carnegie Institution de Washington*. E vários dos PhDs em história que assumiram posições de liderança na AHA se tornariam defensores determinados de novas formas de trabalho de história desenvolvidas fora da academia, incluindo J. Franklin Jameson na *Carnegie* [...] ⁵⁴⁹.

⁵⁴⁸ TOWNSEND. **History's Babel**... Op. cit. p.42.

⁵⁴⁹ “The growth in history-related institutions was promoted by the interests of historians, but it was also connected to changes in the training and availability of personnel in the discipline. Quite a few students from history graduate programs (including history PhDs) were taking up employment outside of academia, in the growing number of historical societies, archives, and other history-related institutions such as the *Department of Historical Research*

É muito interessante notar a coincidência entre o aumento de energia gasta em função dos arquivos, a intensificação da atuação de J. F. Jameson na associação e a escolha de Leland como novo secretário. Vale lembrar que, na teoria dos campos de Bourdieu, a estrutura do campo é definida pelos seus dominantes, e com essas duas figuras à frente das duas principais instituições de história do país – AHA e DHR – uma das pautas prioritárias da AHA foi a disciplinarização dos arquivos e, em parceria com o DHR, foi pressionar o governo a construir um repositório central para os seus documentos. Em 1911, Jameson, a partir de sua dupla atuação, retomou os diálogos com o Congresso para que a construção do *Hall of Records* fosse finalmente iniciada.

6.2.2 Em busca do *Hall of Records*

A luta pelo arquivo nacional era antiga, remontava às primeiras décadas da República, mas a AHA se envolveu nesse empreendimento em 1901, a partir da Comissão de Arquivos Públicos, que, naquele momento, era chefiada por William MacDonald⁵⁵⁰. Naquele momento, devido às pressões para que o prédio fosse construído (que não eram unicamente da AHA), o Congresso autorizou, em 1903, a aquisição de um terreno para a construção, contudo, não votou a lei que atribuiria um orçamento para que a obra fosse iniciada, o que, na prática, deixou a questão no mesmo estado inicial. A situação ficou ainda mais complicada pois ele havia sido cedido ao *United States Geological Survey*, o que demandaria uma disputa para que pudessem utilizar aquele terreno.

O segundo momento em que a AHA tomou a frente da luta pelo arquivo foi em 1908, quando, durante o encontro anual do Conselho em NYC, foi decidido que o diálogo com o governo para a construção do arquivo deveria ser retomado, e para isso um comitê de três, formado por Alfred Mahan, John Bach McMaster e tendo Jameson como chefe, foi nomeado para relembrar o presidente e congressistas sobre o projeto que havia ficado em suspenso anos antes⁵⁵¹. Foi nesse momento em que a construção do *Hall of Records* se tornaria uma luta de quase toda a vida de J. Franklin Jameson.

at the Carnegie Institution of Washington. And a number of the history PhDs who took leadership positions in the AHA would become determined advocates of new forms of history work developing outside of academia, including J. Franklin Jameson at Carnegie [...].” Ibidem, p.42.

⁵⁵⁰ Voltar ao Capítulo 4.

⁵⁵¹ 1908 - Minutes of the Meeting of the Executive Council of the AHA held in NY, November 27, 1908. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho, Caixa 255 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

O principal trabalho realizado pelos historiadores do DHR era a elaboração de guias contendo informações sobre materiais que poderiam ser utilizados em pesquisas históricas, e o primeiro guia publicado pelo departamento havia sido o *Guide to the Archives of the Government of the United States*, elaborado por Van Tyne e Leland. Para a sua elaboração, os dois historiadores precisaram transitar pelos diversos repositórios que armazenavam os arquivos do governo, vendo com os seus próprios olhos a situação caótica e precária em que os registros públicos estavam sendo mantidos⁵⁵². O grande volume de documentos produzidos pelos diversos departamentos do governo ao realizarem suas tarefas administrativas eram mantidos em repositórios do próprio órgão que os havia produzido, sem que houvesse um sistema de catalogação padronizado que facilitasse o acesso por parte de pesquisadores ou de funcionários do governo que os demandassem para fins administrativos. Em alguns casos, como no Departamento de Guerra⁵⁵³, o acesso aos antigos registros eram totalmente vedados; as estruturas em que eram abrigados eram, via de regra, inapropriadas para a sua preservação: estavam constantemente sob risco de incêndios e frequentemente a umidade os destruía lentamente; por vezes, para otimizar o espaço limitado, registros eram descartados passando apenas pela avaliação de sua utilidade administrativa, sem que houvesse a avaliação de historiadores sobre a sua relevância histórica. Ao longo dos anos, foi comum Jameson receber cartas denunciando o descarte de documentos com valor histórico, sendo evidente em suas próprias cartas de apelo ao governo a angústia causada pelo modo como esses documentos eram geridos. A experiência pessoal dos funcionários do DHR com os documentos mal preservados do governo tornou imperativo a esses historiadores que atitudes fossem tomadas para que um local apropriado fosse designado.

Além disso, mediante seu trabalho no DHR, Jameson tinha contato frequente com presidentes e congressistas. Em 1907, por exemplo, o historiador escreveu ao então presidente Theodore Roosevelt pedindo para que este emitisse uma ordem executiva a todos os departamentos do Estado autorizando o livre acesso de funcionário do DHR aos seus arquivos. Eles perdiam muito tempo de trabalho fazendo solicitações formais a cada um dos

⁵⁵² Hearings before Committee on Public Building and Grounds, House of Representatives, May 12, 1911, Relating to the Preservation of Government Archives. Washington: Government Printing Office, 1911. p.3. Minutes of the Meeting of the Executive Council of the AHA held in NY, November 27, 1908. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho, Caixa 243 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

⁵⁵³ JAMESON, John Franklin. Carta a Paul Elmer More, 02 fev. 1912. In: ROTHBERG, Morey; GOGGIN, Jacqueline (org.) **John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America**, Volume III. Athens: The University of Georgia Press, 1993. p.91.

departamentos todas as vezes que precisavam acessar os registros⁵⁵⁴, e a ordem foi de fato emitida apenas quatro dias após a solicitação ter sido feita:

Os funcionários dos departamentos executivos encarregados de arquivos ou registros administrativos são instruídos, na medida em que o interesse público e as ordens departamentais os permitam, a permitir que agentes do *Department of Historical Research* da *Carnegie Institution of Washington*, portando credenciais apropriadas do Diretor desse Departamento, para ter acesso a esses papéis, para fins históricos, em todos os momentos que não sejam inconvenientes em relação aos assuntos públicos e nas condições adequadas que desejar⁵⁵⁵.

Naquele mesmo ano, Jameson também esteve às voltas com um projeto para o estabelecimento de uma comissão para a publicação de documentos históricos que visava à elaboração e à adoção de um sistema que tornasse as publicações de coletâneas (feitas periodicamente pelo governo federal) mais úteis às pesquisas históricas, uma vez que eram elaboradas sem que houvesse um plano que padronizasse a qualidade dos volumes. Desse modo, nas palavras de Jameson, “alguns desses volumes foram bem-feitos, outros muito malfeitos; alguns são de grande utilidade para a história, mas alguns são pouco necessários”⁵⁵⁶. No projeto, essa comissão, composta por profissionais, estabeleceria um método para que os esforços do governo fossem mais bem empregados, levando em consideração a necessidade do campo e resultando em um produto mais útil aos historiadores⁵⁵⁷. As cartas de Jameson demonstra que, enquanto esteve às voltas com o projeto, esteve em contato constante com o presidente, o secretário do Estado e diversos senadores e representantes na busca por apoio e financiamento.⁵⁵⁸ Para acessá-los, o historiador não precisou ser um político, como Adams compreendera ser indispensável no momento da estruturação da AHA; o cargo de diretor do DHR lhe garantiu as credenciais necessárias para circular pelos espaços de poder, e assim, fez de seu capital científico moeda aceita no campo onde o capital político imperava. A relação que

⁵⁵⁴ JAMESON, John Franklin. Carta a Theodore Roosevelt, 12 dez. 1907. Idem, p.43.

⁵⁵⁵ “*Officers in the executive departments who have charge of archives or administrative records are instructed, in so far as public interests and departmental orders permit them to do so, to allow agents of the Department of Historical Research of the Carnegie Institution of Washington, bearing proper credentials from the Director of that Department, to have access to those papers, for historical purposes, at all times which are not inconvenient in respect to public business, and under such proper conditions as may be desired.*” ROOSEVELT, Theodore. Ordem Executiva, 16 dez 1907. Idem, p.44.

⁵⁵⁶ “*some of these volumes were well done, some quite badly done; some are of high utility to history, some but slightly needed .*” JAMESON, John Franklin. Carta a Elihu Root, 13 dez 1907. In: DONNAN; Stock (org.). **An Historian’s World**... Op. cit. p.113.

⁵⁵⁷ Idem.

⁵⁵⁸ De acordo com Elizabeth Donnan, este foi um dos mais enérgicos e desapontastes esforço de lobby de Jameson, perdendo apenas para a luta pelo *Hall of Records*: levou quase trinta anos para que o historiador pudesse ver ambos realizados. Idem.

estabeleceu com políticos em decorrência de seu trabalho no DHR, somada ao contato frequente com os problemas da gestão de registros públicos, tornam compreensível por que Jameson tomou a frente na luta pelo *Hall of Records*.

Não há registros sobre como o diálogo com o governo em 1908 procedeu, mas durante a Conferência de Arquivistas de 1910, quando discutiam a necessidade primeira de conquistarem um arquivo nacional, Ames pediu para que Jameson falasse sobre o estado corrente da negociação com o Congresso. O historiador afirmou que a luta pelo arquivo não era uma história sobre a qual poderiam se orgulhar porque, apesar de tantos anos tentando, pouco avanço havia sido feito. A percepção de Jameson acerca do sucesso da empreitada não era otimista porque haveria uma política de economia com relação aos prédios públicos, mesmo havendo entre diversos congressistas a compreensão de que o arquivo seria necessário para melhor organização dos registros⁵⁵⁹. Questionado por um participante sobre o que poderia ser feito para modificar a situação, Jameson afirmou que, naquele momento, não acreditava que qualquer coisa pudesse ser feita para pressionar o Congresso⁵⁶⁰. Mesmo com perspectivas não muito otimistas, a Comissão de Arquivos Públicos decidiu que tentariam novamente o diálogo.

Em fevereiro de 1911, o senador por Massachusetts, Henry Cabot Lodge, que era também historiador e membro da AHA, encaminhou ao *Committee on Public Buildings and Grounds* do Senado o documento elaborado pelo comitê da associação relembrando o projeto para a construção do arquivo. Três meses depois, Jameson foi chamado pelo comitê da Casa dos Representantes para ser ouvido sobre a preservação dos arquivos do governo.

Em sua fala, Jameson apresentou os problemas na preservação dos registros públicos que haviam sido notados pelos funcionários da DHR ao elaborarem o *Guide to the Archives of the Government of the United States*, e usou uma série de argumentos para que o arquivo fosse construído. Além do detalhamento das condições a que os documentos estavam submetidos, o historiador afirmou que “O governo dos Estados Unidos é, talvez, o único dos grandes governos do mundo que nunca providenciou um edifício para um arquivo geral em sua capital”⁵⁶¹;

⁵⁵⁹ O arquivo não teria importância apenas para as pesquisas históricas, mas também para otimizar a gestão pública ao facilitar o acesso aos registros do Estado em um único lugar e com um sistema de classificação unificado, o que foi utilizado com recorrência como argumento para convencer congressistas sobre o empreendimento.

⁵⁶⁰ AMES, Herman V. *Proceedings of the Second Annual Conference of Archivists*. In: LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1910**. Washington: Government Printing Office, 1911. p.313-314.

⁵⁶¹ “*The Government of the United States is, perhaps, the only one of the large governments of the world that has never provided a general archive building in its capital city.*” JAMESON, John Franklin. In: *Hearings before Committee on Public Building and Grounds, House of Representatives, May 12, 1911, Relating to the Preservation of Government Archives*. Washington: Government Printing Office, 1911. p.4. *Minutes of the Meeting of the Executive Council of the AHA held in NY, November 27, 1908*. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho, Caixa 243 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

também informou o quanto era gasto anualmente em aluguéis de espaços que serviam de repositórios para materiais quando não havia mais espaço em seus departamentos de origem, que em 1906 havia sido 37.500 dólares⁵⁶². No entanto, mais importante, utilizou um argumento comum ao longo de toda a luta pela conquista do arquivo que foi o da otimização da administração pública:

Mas é claro, senhores, percebo que o interesse da história nesse assunto é uma questão menor. Se a construção de um arquivo nacional vier a acontecer, como espero que aconteça em breve, é natural que ocorra principalmente para fins de conveniência do governo na administração. Esse é o principal interesse. O interesse histórico é menor. No entanto, não é sem importância. Não deixa de ser importante para o país que sua história seja bem escrita e bem cuidada.⁵⁶³

Esse argumento partia de uma compreensão de que, da maneira caótica como os registros públicos estavam armazenados, era, em muitos casos, quase impossível que um funcionário do Estado pudesse acessar um registro antigo quando se fazia necessário. No conjunto de correspondências de Jameson, não são incomuns encontrar cartas dessas pessoas perguntando ao historiador onde poderiam achar algum documento específico de que precisavam para realizarem tarefas administrativas. Porém, também partia da compreensão de que os estadistas americanos não priorizavam o investimento no avanço dos estudos históricos como plano de governo, e a caminhada de *lobby* de Jameson, por mais curta que fosse naquele momento, havia sido o suficiente para que soubesse disso.

Após apresentar os argumentos, informou alguns detalhes solicitados pelo comitê sobre como deveria ser uma estrutura que atendesse às necessidades para o arquivo e qual seria o custo estimado da obra. Levando em consideração uma estimativa que havia sido feita em 1900 por um arquiteto do Tesouro para a construção de um prédio que custaria 3 milhões de dólares, Jameson supôs que o arquivo, que seria três vezes menor do que aquele prédio cotado, custaria cerca de 1 milhão de dólares.

Ao final da audiência, deixou uma série de documentos para serem analisados pelo comitê: o guia elaborado pelo DHR; uma cópia de um texto escrito por ele mesmo sobre a história do movimento pela construção do *Hall of Records*; uma cópia do memorial que havia

⁵⁶² Ibidem, p.17.

⁵⁶³ “*But of course, gentlemen, I realize that the interest of history in this matter is a minor matter. If a national archive building ever comes about, as I hope it may soon, it is natural that it should come about mainly for purposes of convenience of the Government in administration. That is the main interest. The historical interest is a minor one. Yet it is not an unimportant one. It is not unimportant for the country that its history should be well written and well attended to.*” Ibidem, p.20.

sido apresentado no Senado em fevereiro; e a cópia de um artigo escrito por Gaillard Hunt, chefe da Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso, sobre os arquivos europeus.

Jameson saiu otimista da conversa e esperava que o projeto de lei que autorizasse a construção do prédio fosse introduzido até dezembro daquele ano ou janeiro⁵⁶⁴. Em outubro, escreveu ao então presidente dos Estados Unidos, William Howard Taft, pedindo para que, em sua mensagem anual ao Congresso, relembresse os congressistas a necessidade de providenciarem melhores condições de preservação aos registros através da construção de um arquivo, e apresentou, de maneira mais sintética, todos os argumentos já expostos incontáveis vezes durante a luta pela conquista do prédio⁵⁶⁵. O presidente atendeu o pedido em fevereiro do ano seguinte, mas, enquanto a lei não era votada, o problema dos registros públicos permanecia, sendo a triagem para o descarte feita sem passar pela avaliação de historiadores o que mais preocupava.

Gaillard Hunt havia denunciado que diversos registros que teriam importância histórica estariam programados para serem destruídos, incluindo alguns relativos à ocupação americana em Cuba. Jameson escreveu novamente ao presidente, em fevereiro de 1912, pedindo para que ele emitisse uma ordem executiva a qual postulasse que os registros deveriam passar pela avaliação de um arquivista antes de serem destruídos:

Com base no princípio de que os documentos não devem ser destruídos, a menos que sejam declarados pela autoridade competente como inúteis para fins administrativos e inúteis para fins históricos, atrevo-me a sugerir, como solução temporária, na ausência de um arquivista geral, que há um funcionário, creio que apenas um em Washington, que pela natureza do cargo deva ser sempre um bom estudioso da história, competente para declarar se os papéis têm ou não algum valor histórico. Esse é o Chefe da Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso. Minha sugestão é que, sem alterar a legislação existente, uma ordem executiva possa ser emitida exigindo que os chefes de departamentos, antes de enviar tal lista de papéis inúteis ao Congresso, enviem-nos ao Bibliotecário do Congresso para que possam ser examinados pelo chefe da Divisão de Manuscritos. [...]. Se ele considerar que quaisquer documentos em qualquer lista tenham valor para a história, o bibliotecário poderia pedir não que eles fossem preservados em um departamento onde não sejam desejados, mas que deveriam ser enviados para a Biblioteca do Congresso para preservação na Divisão de Manuscritos, onde todo esse material é preservado⁵⁶⁶.

⁵⁶⁴ GONDOS JR. **J. Franklin Jameson and the Birth of the National Archives**... Op. cit. p.35.

⁵⁶⁵ JAMESON, John Franklin. Carta a William Howard Taft, 30 out. 1911. In: ROTHBERG; GOGGIN (org.) **John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America**... Op. cit. p.87-88.

⁵⁶⁶ “*Upon the principle that papers ought not to be destroyed unless they are declared by competent authority to be both useless for administrative purposes and useless for purposes of history, I venture to suggest, as a temporary expedient, in the absence of a general archivist, that there is one official, a I think only one in Washington, who from the nature of the case must always be a good historical scholar, competent to declare whether papers have*

A ordem solicitada por Jameson foi emitida pelo presidente em julho daquele ano. É importante pontuar que, na ausência de um arquivo nacional, houve um esforço por parte dos historiadores para que a Divisão de Manuscritos, minimamente, cumprisse esse papel em Washington.

Algumas cartas preservadas nos arquivos da AHA indicam que, ao longo de 1911, membros mais ativos do Conselho Executivo escreveram a congressistas conhecidos pedindo para que apoiassem o projeto de lei para a construção do arquivo. William Sloane escreveu ao senador Elihu Root sobre a questão e recebeu uma carta em que o político aconselhava-os a enviar um memorial ao Congresso; porém, afirmava que haveria questões que tornariam difícil a aprovação da lei: a primeira seria que o terreno adquirido em 1903 para abrigar o prédio havia sido cedido ao *Geological Survey*; o segundo é que haveria outros prédios públicos que precisariam com mais urgência serem construídos, de modo que não sobrariam verbas destinadas a construções; a terceira dificuldade, de natureza mais administrativa, era que o estabelecimento do arquivo demandaria que os diversos departamentos avaliassem os seus registros para decidirem o que manteriam e o que cederiam, e isso provavelmente geraria má vontade por parte dos funcionários por precisarem lidar com o trabalho que isso geraria⁵⁶⁷. Frederick Jackson Turner, por sua vez, escreveu ao congressista John M. Nelson, e este assegurou que apoiaria o projeto caso fosse introduzido, mas que questões econômicas poderiam ser um impeditivo para a sua aprovação⁵⁶⁸.

Em 1912, Jameson adotou a estratégia de aumentar a pressão sobre os congressistas através do envolvimento de outras entidades na causa. Centenas de cartas foram enviadas às regentes estaduais da sociedade patriótica *Daughters of American Revolution* defendendo a importância do arquivo e pedindo para que escrevessem aos seus senadores e deputados para que apoiassem o projeto. As respostas favoráveis foram inúmeras, e o método de busca por apoio em instituições locais importantes foi estendido aos representantes das diversas sociedades históricas e departamentos de história. A Sociedade Histórica Wisconsin, por

or not any historical value. That is the Chief of the Division of Manuscripts in the Library of Congress. My suggestion is, that, without change of existing legislation, an executive order might be issued requiring heads of departments, before sending such list of useless papers to Congress, to send them to the Librarian of Congress in order that they might be examined by the chief of the Division of Manuscripts. [...]. If he should think that any papers in any list had value for history, the Librarian might ask not that they should be preserved in a department where they were not wanted, but that they should be sent to the Library of Congress for preservation in the Division of Manuscript, where all such material is preserved.” JAMESON, John Franklin. Carta a William Howard Taft, 05 fev. 1912. Idem, p.91-92.

⁵⁶⁷ ROOT, Elihu. Carta a William M. Sloane. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho, Caixa 243 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 15 set. 1911.

⁵⁶⁸ NELSON, John M. Carta a Frederick Jackson Turner. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho, Caixa 243 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 24 nov. 1911.

exemplo, com o departamento de história da *University of Wisconsin*, enviou uma petição ao Congresso pedindo providências para que o arquivo fosse construído. Além do fortalecimento da pressão através do apoio de diversas instituições, matérias em jornais de grande circulação foram publicadas defendendo a importância do prédio.

Nesse ponto, os esforços para criar uma consciência pública sobre a importância do arquivo já eram considerados bem-sucedidos, mas isso não significava que os congressistas iriam tomar medidas concretas. Em uma irônica carta a Leland, na qual comentava sobre um artigo que este havia escrito denunciando a situação dos arquivos, Jameson afirmou: “Tenho o prazer de acrescentar que todas as autoridades públicas que admitem ter lido o seu artigo estão dispostas a admitir que algo deve ser feito (por outra pessoa)”⁵⁶⁹. Em 1913, um ato relativo a prédios públicos criou uma comissão que agilizaria o problema dos inúmeros projetos que estavam na fila para serem considerados, estando o arquivo nacional entre eles. Esse ato postulava que arquivos de outros países deveriam ser inspecionados para que um plano fosse feito, mas a guerra na Europa postergou a execução da medida por mais vários anos, e a situação ficou ainda mais difícil com a entrada dos Estados Unidos, que fez com que outras questões fossem mais importantes do que a construção de um arquivo.

Em 1921, um incêndio destruiu registros do censo, e a questão da precariedade com a qual os registros públicos eram mantidos voltou à tona. Jameson escreveu a políticos informando que, entre 1833 e 1915, 254 incêndios haviam ocorrido em prédios usados para a administração pública federal. Um novo fôlego foi dado à questão, e novamente a AHA, tendo Jameson como seu representante, apresentou ao Congresso um memorial; dessa vez, o projeto de lei chegou a ser introduzido nas duas Casas, mas nenhum orçamento foi autorizado, nem para a construção do prédio nem para a aquisição de um novo terreno. Foi no mandato de Calvin Coolidge, quinto presidente com o qual Jameson tratou sobre o arquivo, que as batalhas começaram a ser bem-sucedidas. O presidente, convencido de sua importância, recomendou ao Congresso que um programa para a construção fosse estabelecido, e este ato passou em maio de 1926, garantindo que o prédio seria finalmente construído. Contudo, foram necessários mais oito anos e inúmeros atos para que a obra fosse iniciada, o que ocorreu em 1931. Quatro anos depois, mesmo inacabado, o prédio começou a ser ocupado pelos arquivistas, mas só ficou pronto em 1937. A conquista do arquivo foi atrelada à regulamentação da profissão de

⁵⁶⁹ “It gives me pleasure to add the all the public authorities who admit having read your article are willing to admit that something ought to be done (by someone else).” JAMESON, John Franklin Jameson. Carta a Waldo G. Leland, mar. 1913 In: DONNAN; Stock (org.). *An Historian’s World...* Op. cit., p.16.

arquivista nos Estados Unidos, que ocorreu através de uma lei de 1934, e nesta lei, a tão sonhada comissão para a publicação de arquivos do governo foi estabelecida.⁵⁷⁰

Ainda em 1922, quando os dois projetos pareciam impossíveis de serem realizados, Jameson escreveu a um amigo:

Sempre mantive [uma comissão nacional de publicação do governo] em mente e não desejo morrer sem vê-la feita, mas é o que suponho que irá acontecer. Por mais que eu esteja desanimado com relação ao *National Achieve Building* [...] estou muito mais desanimado com relação a qualquer projeto de publicação⁵⁷¹

Jameson faleceu neste mesmo ano de 1937, não sem antes ver as grandes obras de sua vida realizadas.

Na bibliografia relativa à luta pelo arquivo nacional, Jameson aparece como a grande personagem responsável pela sua conquista, e ele foi, de fato, o indivíduo que por mais tempo lutou para que o governo compreendesse a sua importância e autorizasse a construção. Mas é relevante levar em consideração que Jameson sempre abordou os presidentes e congressistas em nome da AHA, instituição que, desde antes de seu envolvimento na questão, já estava às voltas com congressistas a fim de garantir o *Hall of Records*. Também é importante destacar que, como Herbert Baxter Adams, Jameson foi um líder da associação que lutou para fazer com que o Estado se envolvesse com o empreendimento histórico, porém, os métodos de ambos foram essencialmente diferentes: enquanto Adams atraiu para dentro da associação homens politicamente influentes que pudessem exercer o seu capital político no Congresso, Jameson não utilizou intermediários, mas lançou mão de seu próprio capital científico temporal e foi diretamente aos gabinetes de senadores, representantes e presidentes para negociar com eles o que considerava fundamental para o campo da pesquisa histórica. Dessa forma, percebe-se uma diferença fundamental entre as estratégias empregadas pelos dois grandes historiadores lobistas do período compreendido por este estudo: enquanto Adams utilizava o seu capital social para trazer à associação científica pessoas com capital político, Jameson utilizava o seu capital

⁵⁷⁰ DONNAN; Stock Introduction. In: *An Historian's World...* Op. cit., p.17

⁵⁷¹ "I have always kept [a national commission on government publication] in mind, and I do not wish to die without seen it done, but I expect to. Much as I am discourage with respect to the *National Achieve building* [...] I am far more discourage in respect to any scheme of publication." JAMESON, John Franklin. Carta a Charles Moore, 20 nov. 1922. In: DONNAN; Stock (org.). *An Historian's World...* Op. cit. p.12.

científico e o convertia em político no campo em que este era o capital específico mais aceito. Os dois casos são exemplos claros do funcionamento do sistema de conversão de capitais.

Em 1910, ano em que a associação decidiu retomar a luta pelo arquivo, Theodore Roosevelt, cujo mandato como presidente dos Estados Unidos havia encerrado no ano anterior, foi nomeado para a linha da presidência, cargo que ocuparia em 1912. Nenhum documento encontrado nos arquivos da AHA sugere uma relação direta entre a retomada do projeto e a nomeação de Roosevelt (assim como nenhum documento indica que o ex-presidente tenha sido em qualquer momento interpelado para exercer sua influência nesse caso); há apenas uma menção às vantagens de sua popularidade para conquistarem novos membros. Mesmo assim, não é possível descartar a possibilidade de que a nomeação tenha sido uma tentativa de reavivar, ainda que por um período curto, a antiga estratégia de homenagear personagem politicamente influentes.

Na luta pelo arquivo, muitas vezes foi utilizado como argumento que os Estados Unidos eram um dos únicos países ocidentais que não possuíam um; isso não surpreende, visto que foi também um dos únicos países que não mobilizaram oficialmente a historiografia disciplinada para um projeto de construção nacional. Roosevelt, apesar de seu poder político e de sua relação com a história por ele mesmo ter sido um importante historiador que atuou no período de profissionalização, muito pouco contribuiu para o desenvolvimento do campo, sendo um forte exemplo de que, no caso dos Estados Unidos, o interesse pessoal de estadistas por história não significou necessariamente que utilizariam o seu capital político para beneficiá-la.

Desse modo, quase tudo o que precisou ser conquistado para viabilizar a historiografia profissional foi à margem do Estado (como a Comissão de Manuscritos, reivindicada pela AHA, e o estabelecimento de um currículo escolar comum, também feito a partir de uma comissão da entidade), e o que dependia do Estado foi sempre obtido – quando obtido – à muito custo. A luta pelo arquivo não deixa de ser uma síntese do que a história era para o governo americano: uma questão interessante, mas que os estadistas não estavam dispostos a gastar mais de cinco minutos pensando sobre, constatação feita pelo próprio Jameson: “Todas as outras nações têm uma boa comissão histórica profissional, mas provou-se impossível conseguir uma instituída por nosso Congresso, e agora isso não receberia nem cinco minutos de atenção”⁵⁷².

⁵⁷² “*Every other nation has a good professional historical commission, but it has proved impossible to get one instituted by our Congress, and it would not now receive five minutes’ consideration.*” JAMESON, John Franklin. Carta a Charles Moore, 20 nov. 1922. In: DONNAN; Stock (org.). **An Historian’s World**... Op. cit. p.12.

6.3 A grande revolta dos excluídos: 1914-1915

A AHA havia iniciado os seus dias como sociedade erudita, e foi ao longo dos anos que tomou forma de associação profissional, tendo a profissionalização da historiografia sido acompanhada pela profissionalização da instituição que a representava. Passados 30 anos desde a sua fundação, ela, que havia sido fundada com menos de 50 membros, agora contava com quase 3 mil. Além disso, em 1914, contava com 13 comitês de trabalho contrastando com os primeiros anos, dedicados somente à sua própria organização e de seus encontros. Se, naqueles primeiros anos, os presidentes e conselheiros eram *gentleman historians*, agora esses cargos eram ocupados por historiadores disciplinados.

Apesar desse crescimento em número de membros e da profissionalização de seu caráter, a AHA era dominada por um pequeno grupo de historiadores que atuava nas principais instituições de pesquisa do país (*Carnegie Institution, Harvard, Yale, Pennsylvania, Columbia, Cornell e Chicago*). Esses sujeitos ocupavam os cargos de editores da AHR, do Conselho da AHA e, quando não eram eles mesmos os chefes das comissões, garantiam que seus indicados os ocupassem. Esse domínio tinha desdobramento direto nos programas dos encontros anuais e nos números da AHR: quem apresentava e publicava era, de modo geral, alunos, colegas e amigos desses homens, ficando os profissionais de regiões e instituições periféricas como espectadores do que ocorria na associação.

Os acontecimentos nos anos de 1914 e 1915 abordados neste subcapítulo foram, de modo mais amplo, de crítica ao modo como a associação e a revista vinham sendo dominados por esse grupo, chamado de “*inner circle*” (que pode ser traduzido tanto como “círculo íntimo” quanto como simplesmente “panelinha”), sendo que o domínio sobre a AHA e AHR refletia o domínio que esses historiadores e suas instituições exerciam sobre a própria disciplina. Tendo em vista o abalo dessa estrutura, o movimento reformista criticou o sistema pelo qual os oficiais que ocupavam os cargos vinham sendo escolhidos, a propriedade legal da revista pelo seu Conselho Editorial, a falta de transparência na gestão e o que consideraram como irresponsabilidades financeiras por parte dos conselheiros. Portanto, considero o movimento reformista pela democratização da associação, capítulo da história da AHA que encerra este estudo, como último mecanismo pelo qual ela se consolidou como associação profissional porque, pelo menos em teoria, acabou com a era dos longos reinados, da administração sem transparência e da sucessão aos cargos através de herdeiros.

6.3.1 Não é só pelo sistema de nomeações ao Conselho!

Quando a AHA foi fundada, uma Constituição definindo como seriam a estrutura de seu Conselho Executivo e o sistema para a eleição dos conselheiros foi instituída. Esse documento estabelecia a rotatividade nos cargos através de um sistema em que os membros indicavam nomes por cédulas impressas. As indicações eram recebidas e consideradas pelo Comitê de Nomeações, o qual, durante o encontro anual, definia quem seria indicado para a linha da presidência e quem seriam os novos conselheiros. Além dos cargos eletivos, o Conselho era composto por ex-presidentes que se tornavam conselheiros vitalícios após o término do mandato e alguns cargos que não possuíam rotatividade, como o de secretário, secretário do Conselho e tesoureiro, sendo assim ocupados pelos mesmos sujeitos até que eles mesmos se resinassem. Apesar de na Constituição ter sido estabelecida a indicação de nomes por cédulas, o que ocorria era que o próprio Conselho nomeava o Comitê de Nomeações que escolhia os próximos conselheiros sem que as indicações dos membros da associação fossem consideradas, pois somente em um ano essas cédulas foram distribuídas.

Na prática, esse sistema servia mais para manter as pessoas no Conselho do que para promover uma rotatividade, uma vez que o costumeiro era que uma pessoa fosse nomeada como conselheira e logo depois entrasse na linha para a presidência, obtendo uma cadeira cativa entre o pequeno grupo de oficiais da associação. É em decorrência desse sistema que se vê, ao longo de todo o período deste estudo, os mesmos personagens administrando a AHA: Herbert Baxter Adams, o qual só deixou de ser secretário quando adoeceu e no mesmo ano foi indicado à linha da presidência, não chegando a ser presidente em decorrência de sua morte precoce; Clarence W. Bowen, tesoureiro desde a fundação até 1917; A. Howard Clark, secretário assistente, secretário e após a sua resignação, permaneceu no Conselho como curador das coleções históricas; J. Franklin Jameson, por anos, editor-chefe da AHR e, além de ser ex-presidente, na ausência de algum secretário, ocupava o posto; Charles Homer Haskins, como secretário do Conselho; Albert Bushnell Hart, Frederick Jackson Turner e George Burton Adams como conselheiros vitalícios, membros do Conselho Editorial da AHR, além de ocuparem constantemente cargos de chefia nas comissões de trabalho. Com relação a essas comissões, os seus chefes tinham vagas nas reuniões do Conselho e eram também sempre as mesmas pessoas que migravam da chefia de uma comissão para outra.

Ponto interessante sobre a composição do Conselho é que esses mesmos personagens, os quais por um motivo ou por outro estavam frequentemente nas posições administrativas, eram também os que geriam a AHR, que possuía uma rotatividade de editores muito mais lenta,

já que o Conselho Editorial era composto por seis editores que permaneceriam seis anos no cargo, mas de modo que somente um editor mudasse por ano. A regra definia que o Conselho Executivo da AHA escolheria novos editores, porém, sendo esse órgão composto majoritariamente pelos próprios editores da revista, eram eles mesmos que indicavam os seus sucessores.

O conjunto dessas informações indica que existia um sistema de domínio da AHA e da AHR por uma dúzia de historiadores que, progressivamente, iam se tornando todos disciplinados, tanto porque os presidentes e conselheiros eleitos passaram a ser somente disciplinados quanto pela morte dos ex-presidentes diletantes que haviam predominado entre 1884 e 1906. Além disso, esses historiadores eram representantes das maiores instituições de pesquisa da Costa Leste, ou seja, não dominavam apenas as instituições, mas o campo disciplinado como um todo. Esse domínio sobre as duas instituições afetava diretamente a quem eram concedidos espaços tanto nos programas dos encontros anuais quanto nas publicações da revista, que acabavam sendo ocupados em grande medida por eles mesmos, seus colegas de departamento, alunos e outros historiadores que estivessem na elite do campo disciplinar, não sobrando espaço para os jovens pesquisadores e profissionais de instituições de pesquisa periféricas. Dessa forma, esse grupo, que em meados da década de 1890 tentava se estabelecer no campo e ganhar espaço nas instâncias decisórias da associação no momento de domínio de Herbert Baxter Adams e de sua política de valorização dos diletantes, dez anos depois se consagrava como dominante do campo.

No entanto, os tempos mudavam rapidamente. A profissionalização do amplo empreendimento histórico andava em um ritmo acelerado, de modo que crescia exponencialmente o número de profissionais atuando em escolas de ensino básico, arquivos, sociedades históricas e universidades de ensino e pesquisa. A associação, fundada com 50 membros, em 1907 contava com cerca de 2 mil e, em 1914, 3 mil. Esse crescimento não durou muito tempo sem que se começasse a questionar a desproporcionalidade entre a rotatividade de conselheiros, chefes de comitês de trabalho e editores da revista em relação ao total de membros. Sujeitos que eram há décadas membros ativos da AHA, estando presente em grande parte dos encontros, atuando em comitês de trabalho sem se tornar seus chefes ou serem nomeados ao Conselho, começaram a ficar incomodados com o modo que a associação era governada, sem levar em consideração a opinião mais ampla de sua comunidade e sem dar espaço para que ela participasse ativamente dos programas e publicasse na revista, fazendo dos quase 3 mil membros que compunha meros espectadores de um espetáculo protagonizado por

uma dúzia de historiadores disciplinados e seus afiliados; em 1913, foi iniciada a primeira grande insurgência da AHA.

Durante o encontro anual daquele ano, Dunbar Rowland, diretor do *Mississippi Department of Archives and History*, que por anos havia atuado na Comissão de Arquivos Públicos, esperava ser nomeado como conselheiro; contudo, não tendo sido, posicionou-se contra o sistema de eleições na reunião geral de membros, argumentando que ele seria antidemocrático e garantiria que o mesmo círculo permanecesse eternamente no Conselho, pois as cédulas para nomeação não eram enviadas aos membros e as nomeações se davam por moção por unanimidade dos candidatos indicados pelo Comitê de Nomeações. De acordo com o relato do encontro escrito por J. Franklin Jameson e publicado em abril de 1914 na AHR, a crítica de Rowland não gerou maiores comoções e toda a discussão ocorreu amigavelmente⁵⁷³.

Apesar da percepção de Jameson, Rowland manteve a questão em andamento ao longo daquele ano. Em janeiro de 1914, enviou uma carta à revista semanal *The Nation* denunciando o sistema pelo qual os cargos eram distribuídos pelo Comitê de Nomeações, que, por sua vez, era escolhido pelo próprio Conselho, desrespeitando o modelo previsto na Constituição, e acusou o Conselho de intervir nas indicações, assumindo assim uma postura oligárquica:

Eu participei, se não me falha a memória, de dez encontros anuais, e nunca tive o prazer de ver realizadas em uma reunião anual as provisões da Constituição relativas à eleição de dirigentes [...]. Pode ser interessante ter uma noção sobre os métodos em vigor na *Association* para a eleição de oficiais. Eles são mais ou menos assim: O Conselho, em sua reunião anual, muito amavelmente para que a associação não se distraia de seu repouso acadêmico, seleciona um comitê de nomeações para nomear os dirigentes. Essa comissão mantém seu trabalho em profundo segredo, por razões de Estado, ou talvez porque o conselho não tenha divulgado a lista, até à reunião de negócios. Quando os soldados rasos são reunidos, eles são informados de maneira educada, mas firme, sobre quem serão os oficiais nos próximos anos. Pode ser chamado de antiparlamentar para um dos trabalhadores nas fileiras do Mississippi chamar tais métodos de oligárquicos, mas a palavra certamente se encaixa⁵⁷⁴.

⁵⁷³ JAMESON, John Franklin. The Meeting of the American Historical Association at Charleston and Columbia. *American Historical Review*, v.19, n.3, abri. 1914, p.467-493.

⁵⁷⁴ “I have attended, if my memory is accurate, ten annual meetings, and it has never been my good fortune to see the provisions of the constitution relating to the election of officers carried out an annual business meeting. [...]. It may be interesting to know something about the methods in force in the Association for the election of officers. They are something like this: The council, at its annual meeting, very obligingly, and in order that the Association may not be distracted from its scholarly repose, selects a nominating committee to name the officers. This committee keeps its action a profound secret, for reasons of state, or perhaps because the council has not given out the list, until the business meeting. When the rank and file are assembled they are politely but firmly told who are to be the officers for the coming years. It may be called unparliamentarily for one of the workers in the ranks of Mississippi to call such methods oligarchical, but the word certainly fits.” ROWLAND, Dunbar. Carta ao editor da *The Nation* de 22 de janeiro de 1914. In: ROWLAND, Dunbar. A Plea for a return to the constitution. Registros

Esta carta foi seguida por quatro respostas, três delas escritas por membros ativos do Conselho (Fay, MacDonald e Jameson) defendendo-se das acusações e uma apoiando as críticas. A primeira, de Sidney B. Fay, elogiava a coragem de Rowland, mas defendia seus colegas da acusação de constituírem uma oligarquia: “Não concebo o Conselho como uma oligarquia em busca de poder, mas sim como um corpo trabalhador que recebe trabalhos cada vez maiores”. Após essa defesa, Fay aventou possibilidades para tornar os membros mais ativos nas nomeações⁵⁷⁵.

A carta de William MacDonald não foi tão amigável, até porque ele, como chefe do Comitê de Nomeações de 1913, sentiu-se diretamente atacado por Rowland. Nela, defendeu-se da acusação de que o Conselho indicava quem deveria ser nomeado e afirmou que o comitê escolhia os oficiais a partir de nomes aventados pelos membros, mesmo sendo as cartas recebidas muito poucas, e acusou Rowland de nunca ter escrito sugerindo qualquer nome. Como Fay havia feito, MacDonald também respondeu à acusação sobre o Conselho ser oligárquico através do elogio ao auto-sacrifício de seus membros mais ativos:

O Sr. Rowland caracteriza os métodos de nomeação como “oligárquicos”. Eu sou membro da *Association* há vinte anos, tendo servido por oito ou nove anos como membro da Comissão de Arquivos Públicos e por três anos como membro do Conselho. Conheço apenas um grupo de homens, todos eles estudiosos ilustres, que estão dispostos a gastar tempo e dinheiro na construção da *Association* e na organização e promoção do interesse em história e da erudição histórica nos Estados Unidos⁵⁷⁶.

A última carta de defesa foi a de Jameson, o qual afirmou que as suas práticas de nomeações não eram diferentes das de outras associações e que Rowland havia “esquecido” de informar em sua carta que, naquela reunião geral de membros, havia sido definido que o novo Comitê de Nomeações ficaria encarregado de reconsiderar o sistema e apresentar um relatório

da American Historical Association, Arquivos da American Historical Review, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 1 dez. 1914.

⁵⁷⁵ “*I do not conceive of the Council as a oligarchy grasping for power, but rather as a hard-working body having increased labors thrust upon it .*” FAY, Sidney B. Carta ao editor da *The Nation* de 4 de janeiro de 1914. In: ROWLAND, Dunbar. *A Plea for a return to the constitution*. Registros da American Historical Association, Arquivos da American Historical Review, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 1 dez. 1914.

⁵⁷⁶ “*Mr. Rowland characterizes the methods of nomination as “oligarchical”. I have been for twenty years a member of the Association, serving for eight or nine years of that time as a member of the Public Archives Commission, and for three years as a member of the Council. I know only a group of men, all of them distinguished scholars, who have been willing to spend time and money in building up the Association, and in organizing and advancing historical interest and historical scholarship throughout the United States.*” MACDONALD, William. Carta ao editor da *The Nation* de 5 de fevereiro de 1914. In: ROWLAND, Dunbar. *A Plea for a return to the constitution*. Registros da American Historical Association, Arquivos da American Historical Review, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 1 dez. 1914.

no ano seguinte. Ademais, afirmou em diversos momentos que o protesto não havia sido endossado porque os membros estariam muito satisfeitos com o sistema vigente, e que a moção de Rowland para que cédulas de indicações fossem enviadas a todos os membros não havia sido aprovada por ter falhado em tentativas anteriores⁵⁷⁷.

Pouco mais de um mês da publicação da primeira carta, John H. Latané, professor na JHU, enviou ao editor uma carta endossando a crítica feita por Rowland e acusando MacDonald e Jameson de não terem respondido à principal questão posta: o controle da associação e seus cargos de honra por um pequeno grupo:

Li com interesse a carta do Dr. Dunbar Rowland em sua edição de 22 de janeiro a respeito da administração da *American Historical Association* e as respostas dos Srs. MacDonald e Jameson, publicadas na edição de 5 de fevereiro. Nenhuma dessas respostas me parece enfrentar diretamente a acusação real, que é, para ser franco, que a *American Historical Association* é dirigida por uma pequena panelinha ou círculo que controla as eleições e divide as honras entre os membros e adeptos do grupo⁵⁷⁸.

Latané afirmou que havia participado como membro do Comitê de Nomeações na AHA e da *Political Science Association*, e que a diferença entre as duas entidades seria gritante: na primeira, a tendência era a de manter no Conselho quem já fazia parte (no ano em que havia servido, dos 14 nomeados aos cargos, somente um era novo); na segunda, a tendência era a de dar espaço a novos personagens – de 17 nomeados, 11 haviam sido escolhidos entre o grupo geral de membros. Para Latané, esses números provariam que associação vinha sendo administrada de modo com que os seus cargos (chamados por ele de “honras”) fossem destinados ao próprio grupo dominante e seus escolhidos, os quais, “coincidentalmente” estavam vinculados às grandes universidades, sem levar em consideração o mérito profissional da nova geração de historiadores:

Qual parece ser a política da *American Historical Association*? É apenas o egoísmo de reservar as honras a um seletivo grupo de homens mais velhos, ou

⁵⁷⁷ JAMESON, J. Franklin. Carta ao editor da *The Nation* de 5 de fevereiro de 1915. In: ROWLAND, Dunbar. A Plea for a return to the constitution. Registros da American Historical Association, Arquivos da American Historical Review, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 1 dez. 1914.

⁵⁷⁸ “I have read with interest the letter of Dr. Dunbar Rowland in your issue of January 22, in regard to the management of the *American Historical Association*, and the replies of Messrs. MacDonald and Jameson, appearing in the issue of February 5. Neither of these replies appears to me to face squarely the real charge, which is, to put it bluntly, that the *American Historical Association* is run by a small clique or ring which controls the elections and divides the honors among the members and adherents of the group.” LATANÉ, John H. Carta ao editor da *The Nation* de 20 de fevereiro de 1914. In: ROWLAND, Dunbar. A Plea for a return to the constitution. Registros da American Historical Association, Arquivos da American Historical Review, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 1 dez. 1914.

é para proteger zelosamente os interesses da *Association* contra as visões radicais da nascente geração de historiadores, ou ainda, é possível que o atual grupo dos titulares de cargos acreditem que desfrutam do monopólio dos cérebros e talentos da *Association*?⁵⁷⁹.

Com essas perguntas, Latané indicava que os cargos seriam um meio de conquista de prestígio e, por isso, eram monopolizados pelos que já estariam no topo da hierarquia acadêmica da história; além de tomarem para si essas honras, fazendo um uso egoísta da associação, impediam os jovens historiadores (ou pretendentes ao campo, na teoria de Bourdieu) de acessarem essas posições. Desse modo, o domínio da administração da AHA seria tanto para que os estabelecidos acumulassem mais capital científico quanto para proteger o campo da heterodoxia mediante a reprodução da ortodoxia.

Para encerrar a querela no *The Nation*, Rowland enviou em março uma última carta ao editor afirmando que MacDonald e Jameson haviam fugido do ponto principal de sua crítica, que seria a ilegalidade do sistema de nomeações. Essa ilegalidade se daria porque a indicação de comitês pelo Conselho (estando incluso o de nomeações) não estaria prevista na Constituição, de modo que as suas funções estariam restritas à eleição de membros, aos chamados para os encontros e seleção dos textos que neles seriam apresentados e à determinação de quais desses textos seriam publicados nos relatórios anuais⁵⁸⁰.

A compilação dessas cartas foi enviada em forma de panfleto por Rowland em dezembro a todos os membros da AHA como resposta ao relato do encontro que Jameson havia escrito para ser publicado na AHR, em que este defendeu o Conselho e depois não aceitou publicar na revista a primeira carta que Rowland havia escrito ao *The Nation*. Nesse panfleto, intitulado *A plea for a return to the constitution*, além das cartas à revista, foi publicada a troca de cartas entre ele e Jameson (como prova de que este estaria lançando mão de suas posições na AHA e na AHR para defender o seu próprio lado), a Constituição da associação e uma lista apresentando as 13 formas pelas quais o Conselho Executivo estaria exercendo controle inconstitucional sobre ela: (1) assegurando a seleção de oficiais através de um Comitê de Nomeações apontado pelo Conselho; (2) escondendo dos membros as nomeações feitas pelo Comitê de Nomeações até a reunião geral; (3) tendo os oficiais eleitos durante o encontro anual

⁵⁷⁹ “What [...] appears to be the policy of the American Historical Association? Is it a purely selfish one of reserving the honors for a select group of older men, or is it to guard zealously the interests of the Association against the radical views of the rising generation of historians, or yet, is it possible that the present group of office-holders believe that they enjoy a monopoly of the brains and talents of the Association?” Idem, *ibidem*.

⁵⁸⁰ ROWLAND, Dunbar. Carta ao editor da *The Nation* de 15 de março de 1914. In: ROWLAND, Dunbar. *A Plea for a return to the constitution*. Registros da American Historical Association, Arquivos da American Historical Review, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 1 dez. 1914.

sem uma cédula, violando o que estava previsto na Constituição; (4) elegendo os editores da AHR, que eram depois transformados em presidentes da AHA; (5) escolhendo os lugares dos encontros anuais, sendo que a Constituição previa apenas o chamado para os encontros; (6) escolhendo os chefes de comitês e mantendo-os nos cargos por anos; (7) nomeando todos os comitês; (8) criando comitês sem a autorização da associação; (9) colocando os seus membros nos mais notáveis em importantes comitês; (10) fazendo da reunião do Conselho na cidade de Nova York um evento social caro; (11) centralizando as funções executivas da associação no *Department of Historical Research*; (12) estabelecendo uma antidemocrática sucessão aos cargos da presidência e vice-presidência; (13) não tendo todos os seus atos reportados e confirmados pela associação⁵⁸¹.

Os pontos elencados indicam algumas questões que já vinham sendo postas originalmente e para outras que se tornariam centrais no segundo momento da revolta, que se daria ao longo de 1915. Eles reafirmavam o argumento de que o Conselho Executivo vinha exercendo um poder exacerbado sobre a associação e o que aparece de novo é a relação simbiótica entre AHA e a AHR, em que a primeira indicava quem seriam os editores e depois estes eram transformados em seus próprios presidentes. Essa relação seria motivo de dores de cabeça ao Conselho durante 1915, uma vez que, legalmente, a AHR não era propriedade da AHA, e sim dos seus editores; mas, em 1898, ela havia sido adotada pela associação, havendo uma dubiedade sobre a quem de fato pertencia a revista. O que estava em questão é que o domínio que o Conselho exercia sobre associação era estendido à revista, e do mesmo modo que os mesmos figurões das principais universidades ocupavam os principais cargos da associação, ocupavam também os da revista. E esse domínio era sentido no que era publicado: a AHR era o principal periódico de história dos Estados Unidos e, em cada número, poucos artigos eram publicados, sendo a imensa maioria dos envios rejeitada. O descontentamento com relação à revista era devido à impressão de que o Conselho Editorial a utilizava para publicar os seus próprios artigos e de seus escolhidos.

Outro ponto levantado e que permaneceria em pauta em 1915 era relativo às despesas geradas pelo Conselho. Naquele momento, a associação estava em uma situação financeira delicada, precisando inclusive considerar o primeiro aumento de sua anuidade para dar conta das crescentes despesas geradas pelos trabalhos dos comitês. Uma das despesas da associação era o pagamento do almoço do Conselho que ocorria durante o feriado de Ação de Graças no

⁵⁸¹ ROWLAND, Dunbar. A Plea for a return to the constitution. Registros da American Historical Association, Arquivos da American Historical Review, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 1 dez. 1914. p.18-19.

Metropolitan Club em Nova York – que era seguido pelo famoso jantar oferecido pelo presidente no mesmo local – e as despesas de viagem dos conselheiros resultantes da ida à Nova York. A reunião em um caro clube de cavalheiros começou a ser vista como uma irresponsabilidade financeira por parte dos conselheiros que utilizariam esse momento como pretexto para participarem de um evento luxuoso às custas da associação.

Por fim, o panfleto de Rowland questionava a relação entre a AHA e o DHR. Assim que Jameson foi contratado como diretor do departamento, foi indicado à segunda vice-presidência, e o próprio arquivo da associação demonstra que a mudança do historiador a Washington fez dele mais presente no dia a dia da associação. Por diversos momentos ao longo dos anos que seguiram, atuou como secretário substituto na ausência do titular, e quando A. Howard Clark deixou o cargo em 1909, fez coro à indicação de Waldo G. Leland, que era seu assistente. Leland com frequência esteve ausente em decorrência de missões de trabalho na França e, nesses momentos, Jameson realizava suas atribuições, inclusive indicando aos membros o endereço do DHR como local para enviarem as cartas destinadas ao secretário. Percebe-se que, mesmo o escritório oficial da AHA sendo na sede da SI, na prática, o DHR progressivamente passou a desempenhar o mesmo papel que a SI havia desempenhado para a AHA durante os anos em que Herbert Baxter Adams e A. H. Clark haviam sido secretários. Mas a relação com a SI estava prevista na Lei de Incorporação, ao passo que a relação com a DHR havia sido um arranjo informal.

No panfleto não fica explícito a quem a crítica se referia; mais do que à ilegalidade de uma parceria entre instituições sem que tivesse sido votada pela associação, ela era direcionada ao domínio que Jameson exercia sobre ela, ao ponto de, na visão dos reformistas, ter escolhido um fantoche seu para servir como secretário e feito de seu próprio escritório a sede administrativa da AHA. Até então, as críticas públicas vinham sendo feitas genericamente “ao Conselho”, mas sutilmente a imagem de quem seria o alvo principal ia se formando.

De modo sintético, a reivindicação de Rowland ao demandar um “retorno à Constituição” era a de que o poder deliberativo na associação fosse transferido do Conselho, que deveria ser um órgão representativo, ao conjunto de seus membros, democratizando assim a entidade e fazendo com que ela servisse às necessidades do conjunto de profissionais que a compunha, e não mais para atender aos caprichos dos que estavam no topo da hierarquia no campo da história.

Ao longo de 1914, o Comitê de Nomeações enviou circulares aos membros perguntando se consideravam que o sistema de nomeações precisaria passar por uma reestruturação profunda e pedindo sugestões sobre como poderia ser o novo modelo e nomes para compor o Conselho.

De acordo com o relatório enviado ao Conselho em novembro para ser apresentado em sua reunião, somente 202 pessoas retornaram a carta, destas, 38 não responderam à pergunta sobre a necessidade de mudança e, das 164 respostas, somente 28% havia defendido a necessidade de mudança. O comitê não apresentou sugestões nesse documento, apenas relatou a extrema dificuldade que vinham tendo em elaborar um novo sistema⁵⁸².

Uma questão que não apareceu nesse relatório enviado ao Conselho, porém informada por Charles Hull, chefe do comitê, a Evarts B. Greene, secretário do Conselho desde 1913, é que, conforme fora recebendo as respostas, percebeu que grande parte das reclamações não seria sobre o sistema de nomeações, mas sim sobre a falta de representação de outras regiões além do Leste e da ausência de mulheres no Conselho, de modo que a resolução da insatisfação geral estaria além dos poderes de seu comitê:

Talvez eu esteja enganado pela tentação de colocar a responsabilidade nos ombros de outra pessoa, mas parece-me que a maioria das queixas, tais como elas são, tocam questões muito além do poder do comitê de nomeações para alterar ou sequer mexer. Esses comitês podem lutar – sempre o fizeram, mas é possível que lutem com sucesso – com os problemas de representação geográfica, oficiais acadêmicos versus não acadêmicos (principalmente presidentes), membros juniores versus seniores de departamentos, feminismo político e até mesmo a apatia política na *Association*⁵⁸³.

Greene escreveu a historiadores acadêmicos conhecidos seus pedindo sugestões sobre a relação que a associação estaria travando com os novos historiadores e para que expressassem qualquer crítica que tivessem à organização⁵⁸⁴. Cerca de uma dúzia de respostas foram recebidas, nenhuma criticando o sistema de nomeações – algumas inclusive elogiando o trabalho feito pelo Conselho –; todavia, o ponto em comum entre a maioria era a compreensão de que seria importante que mais espaço fosse dado aos jovens profissionais e que houvesse

⁵⁸² HULL. Charles. Carta ao Conselho da AHA. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 247 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 23 nov. 1914.

⁵⁸³ “*Perhaps I am misled by the temptation to put responsibility on some one else’s shoulders, but it does seem to me that most of the complaints, such as they are, touch matters quite beyond the power of nominating committees anywise to alter or even to touch. Those committees may struggle – they always have, but they may conceivably struggle successfully – with the problems of geographical representation, academic versus non-academic officers (notably presidents), junior versus senior members of departments, political feminism, and even political apathy in the Association.*” HULL. Charles. Carta a Evarts Greene. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 247 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 16 out. 1914.

⁵⁸⁴ GREENE. Evarts. Carta a diversos historiadores. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 247 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 27 out. 1914.

uma maior rotatividade nos cargos, e pelo menos duas respostas indicavam a necessidade de que mulheres começassem a ser nomeadas⁵⁸⁵.

Em dezembro, Greene recebeu uma carta sem identificação encaminhada por Foster, um dos historiadores a quem havia escrito pedindo sugestões. Nela, um historiador do Sul falava sobre a compreensão que tinha de que a associação e a revista ignoravam o trabalho feito por profissionais da região e preferiam dar espaço a pessoas não especialistas em história do Sul, mas que tinham alguma afiliação aos líderes do Conselho e editores. Sobre a AHR, escreveu:

*A Review não serve para os pequeninos lá fora no frio. Por exemplo, um livro sobre a Reconstrução em um certo estado foi resenhado por um homem que não sabia nada sobre o assunto e sua única qualificação parecia ser o fato de ter sido aluno do Editor. Outro sobre a Reconstrução em um determinado estado, onde os estudos históricos são quase desconhecidos, foi apenas mencionado, quando na verdade era uma das duas ou três obras de primeira linha que tratam da história desse estado. Um artigo sobre o comércio de escravos no Distrito de Columbia, baseado em fontes não utilizadas, foi rejeitado por ser muito local, enquanto a edição seguinte nos deu uma boa dose de reis dinamarqueses na Inglaterra. Um estudo recente sobre a história da Reconstrução não foi enviado ao homem que mais sabe, além do autor, sobre o assunto naquele período da história do referido estado; talvez também seja apenas mencionado. Você já ouviu falar do sujeito que escreveu uma resenha do livro de um amigo e o enviou para que fosse impresso, embora o livro dificilmente fosse classificado como história?*⁵⁸⁶.

Sobre os programas do encontro, relatou um caso em que um trabalho havia sido rejeitado para a apresentação e que, na última hora, havia sido inserido no programa e logo tornara-se uma referência sobre história da Carolina do Norte; isso demonstraria que a escolha do que seria apresentado nos encontros anuais não se daria pela qualidade científica, e afirmou: “Sob o sistema atual, o charlatão prospera e o acadêmico, se modesto, é negligenciado. A

⁵⁸⁵ ADAMS, E. D. Carta a Evarts Greene. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 247 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 03 nov. 1914.

⁵⁸⁶ “*The Review is of no service to the little ones out in the cold. For instance, a book on reconstruction in a certain state was review by a man who knew nothing of the subject and his sole qualification seemed to be that he was once a student under the Editor. Another on reconstruction in a certain state where historical studies are almost unknown was only mentioned, while as a matter of fact it was one of the two or three first class works treating of the history of that state. An article on the slave trade in the District of Columbia based on unused sources was rejected as too local, while the next issue gave us a dose of Danish kings in England. A recent study in reconstruction history was not been sent to the man who knows most next to the author of the matter in that period of said state’s history; perhaps it too will be only mentioned. Did you ever hear of the fellow who wrote a review of a friend’s book and sent it in to find it printed although the book would hardly be classed as history?*” SEM IDENTIFICAÇÃO. In: H. D. Carta de Foster a Evarts Greene. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 247 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 03 dez. 1914.

propósito, uma investigação da afiliação universitária dos resenhistas seria interessante”⁵⁸⁷. Essa carta sintetiza a percepção de que o domínio de historiadores das grandes universidades sobre a AHA e AHR não era percebido com desconforto pelos excluídos apenas porque gostariam de ocupar os cargos das instituições que traziam prestígio, mas porque eram a principal associação e revista de história do país e os seus gestores estavam impedindo que as produções de profissionais periféricos ganhassem notoriedade. Desse modo, controle institucional e disciplinar se confundiam.

É significativo como a querela pública, somada às opiniões recebidas pelo Comitê de Nomeações e por Greene, rapidamente foram convertidas em algumas mudanças na administração da AHA, mesmo que o Conselho tivesse assumido a postura oficial de se defender das acusações. Durante a reunião de novembro do Conselho Executivo, este recomendou à associação a indicação de um comitê para avaliar a sua Constituição, organização e procedimentos, visto que as opiniões recebidas indicavam que a insatisfação era antes sobre o seu sistema geral de funcionamento do que com as nomeações. Além disso, definiu que as atas das reuniões deveriam ser impressas e distribuídas. Nota-se que ele não criou o comitê, mas sim indicou que isso fosse feito, deixando para que a associação o fizesse na reunião geral; ademais, pela primeira vez, as discussões ocorridas na reunião do Conselho se tornariam públicas, o que seria uma prática dali em diante.

No decorrer do encontro de dezembro, a criação do Comitê dos Nove foi votada por todos os membros presentes e, além de considerar os pontos referentes à associação, ele também consideraria a relação entre a AHA e a AHR⁵⁸⁸. O grupo que o comporia seria indicado pelo Comitê de Nomeações e, estando ausentes dois de seus membros, Frederick Jackson Turner e o próprio Rowland juntaram-se a ele. Com relação ao sistema de escolha de oficiais, o comitê apresentou suas recomendações que foram votadas pela associação, tendo ficado definido que todos os membros seriam convidados a expressarem suas indicações aos cargos ao longo do ano, sendo as nomeações publicadas com antecedência e, durante o encontro anual, uma cédula com os nomes seria entregue com espaço para novas indicações⁵⁸⁹. Na resolução adotada, não

⁵⁸⁷ “Under the present system the charlatan prospers and the man of scholarly if modest tastes is overlooked. By the way, an investigation of the University affiliation of the reviewers would prove interesting.” Idem, ibidem.

⁵⁸⁸ GREEGE, Evarts. Minutes of the Meeting of the Council of the American Historical Association held at the Metropolitan Club, New York City. November 28, 1914. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 247 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

⁵⁸⁹ GREEGE, Evarts B. Minutes of the Annual Business Meeting of the American Historical Association. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 256 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 30 dez. 1914.

há indicações sobre quem, a partir dali, nomearia o Comitê de Nomeações, mas, para 1915, o próprio comitê indicou os nomes.

Tudo parecia ter voltado à normalidade, e as pequenas reformas pareciam ser suficientes para garantir um ano tranquilo na associação. Porém, naqueles últimos dias de dezembro, os conselheiros nem imaginavam que um novo líder se preparava para assumir a revolta, e que esse líder era um dos seus.

6.3.2 O movimento reformista sai de controle

Frederic Bancroft havia sido bibliotecário do *State Department* entre 1888 e 1892, e era um membro de Washington D.C. ativo na associação. Apesar de ter tido uma formação tradicional de um historiador disciplinado da primeira geração – ter feito doutorado em história na *Columbia University* e obtido o título em 1885 e, após, estudado em diversas instituições germânicas e francesas, entre elas Göttingen, e realizado seus estudos a partir do novo método disciplinado –, viveu como um *gentleman historian*. Sem vínculos formais com universidades além de esporádicas atuações como *lecturer* na *Columbia* e *Johns Hopkins*, realizava suas pesquisas sobre Guerra Civil Americana e Reconstrução por conta própria, viajando com frequência para coletar entrevistas e fontes documentais e circulando entre os membros da alta sociedade da capital federal em clubes de cavalheiros⁵⁹⁰.

Bancroft foi nomeado a um dos cargos eletivos do Conselho em dezembro de 1913 e, pelo arquivo da AHA, não há indícios de que tenha se envolvido na revolta iniciada por Rowland durante o ano de 1914, tendo inclusive participado da reunião de novembro e indicado o seu irmão que era advogado, Edgar Bancroft, para ajudá-los na questão da relação entre a associação e a revista. No entanto, já após a reunião, momento em que o tesoureiro informou sobre a delicada situação financeira da associação, começou a expressar preocupação com o uso dos seus recursos para pagar as despesas de viagens dos conselheiros e o pagamento do almoço no clube, principalmente após o panfleto de Rowland:

Depois do panfleto “*Plea*” de Dunbar Rowland, acho que seria bom anteciparmos alguns ataques adicionais. Para mim, parece absurdo para a *Association*, em que muitos dos membros mal podem pagar \$ 3,00 por ano para a *Review* e outros benefícios valiosos, pagar mais do que apenas o

⁵⁹⁰ COOKE, Jacob E. **Frederic Bancroft Historian**. Norman: University of Oklahoma Press. 1957.

transporte de ida e volta para os membros do Conselho e o presidente dos comitês que vêm à reunião anual⁵⁹¹.

Nos primeiros dias do ano de 1915, Bancroft escreveu a Bowen pedindo informações sobre os gastos do Conselho porque pretendia realizar uma investigação para sugerir reformas. Na carta, afirmou que inicialmente não simpatizara muito com o grupo reformista, até porque via Rowland como um sujeito com exagerada ambição a cargos os quais não tinha condições alguma de ocupar; ou seja, não via nas atitudes de Rowland um genuíno anseio por reformas, mas sim uma frustração pessoal por não ter sido nomeado como conselheiro. Apesar de compreender as motivações pessoais que geraram o movimento, quando percebera como a associação vinha sendo gerida, passou a percebê-lo com outros olhos⁵⁹².

Bancroft começou a pedir aos tesoureiros da AHA e da AHR informações sobre os gastos com viagens de conselheiros e chefes de comitês, e a atitude amigável com a qual havia iniciado a investigação para propor soluções financeiras tornou-se rapidamente inquisitorial. Ao longo de todo o ano de 1915, o historiador escreveu quase que diariamente aos tesoureiros e secretários da AHA e AHR exigindo prestações de contas e documentos como atas de reuniões para que pudesse entender o real funcionamento do comando das duas instituições. Bancroft escrevia, inclusive, pedindo informações que ele mesmo conseguiria encontrar sozinho para desestabilizar os conselheiros ao apontar a eles para qual direção estava levando a investigação e ameaçando-os constantemente com a exposição do “escândalo financeiro” no *The Nation* ou através de panfletos⁵⁹³.

Para dar um exemplo sobre o modo como as coisas foram conduzidas, em março Bancroft escreveu a George L. Burr, tesoureiro da AHR, pedindo uma declaração que

⁵⁹¹ “After Dunbar Rowland’s pamphlet “Plea”, I think it would be well for us to anticipate some further attacks. To me it seems absurd for the Association, many of whose members can hardly afford \$3.00 a year for the Review and other valuable influences, to pay more than the bare round-trip transportation for the members of the Council and the chairman of committees who come to annual meeting.” BANCROFT, Frederic. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos da AHR, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). Nov. 1914.

⁵⁹² BANCROFT, Frederic. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos da AHR, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 8 jan. 1915.

⁵⁹³ As cartas enviadas por Bancroft são muito interessantes porque a mudança no tom utilizado para abordar os conselheiros foi muito rápida. Ele havia sido amigo daqueles homens e, repentinamente, passou a acusá-los de estarem escondendo informações e a ofendê-los deliberadamente, chegando, inclusive, a chamar Jameson de dissimulado em um contexto em que essa ofensa não fazia qualquer sentido. Além das ofensas, Bancroft tentou intimidar os conselheiros durante todo aquele ano com ameaças que não surtiram muito efeito em Jameson e Turner, mas que apavorou Bowen, que temia pela sua reputação caso fosse nominalmente acusado de irresponsabilidade financeira ou fraude. Na realização do estudo, não ficou claro o motivo pelo qual Bancroft escrevia diariamente ameaçando ou pedindo essas informações que poderia encontrar sozinho. O que me parece é que ele tentou utilizar uma estratégia de desestabilização dos conselheiros para que eles mesmos renunciassem aos cargos.

detalhasse os pagamentos feitos aos editores a fim de cobrir os gastos para comparecerem às reuniões ao longo dos três anos anteriores. Burr, em posse do livro-caixa mais recente, respondeu informando que os livros antigos estavam no arquivo da revista em Washington D. C. e que enviaria o livro que tinha em mãos à capital para que ele mesmo pudesse checar os números. Imediatamente, enviou-o a Jameson para que Bancroft retirasse o material com o editor-chefe no DHR.

Jameson escreveu diversas vezes a Bancroft informando que ele poderia ir buscá-los, mas este sequer respondeu às cartas; ao final de março, os livros foram devolvidos a Burr para que este pudesse manter os registros financeiros. Bancroft escreveu tanto a Burr quanto a Jameson afirmando que nunca havia pedido os livros, e sim a declaração. Jameson respondeu irritado informando que haviam disponibilizado mais do que ele havia pedido justamente para que não houvesse margem para futuras acusações sobre terem alterado os dados financeiros. Já Burr enviou o que havia sido pedido, ainda muito amigavelmente porque havia decidido (conforme informou a Jameson) que não se deixaria levar para o caminho que Bancroft os estaria conduzindo. Ao receber os dados, Bancroft escreveu ao tesoureiro reclamando da demora de mais de um mês para fazer *exatamente* o que ele havia pedido, já que pedira a declaração, e não os livros. Apesar de ter-lhe sido disponibilizado os livros que permitiriam que ele mesmo checasse as informações em primeira mão, Bancroft tomou os acontecimentos como um indicativo de que o tesoureiro e Jameson estariam tentando esconder informações e atrapalhar a investigação; inclusive publicou essa troca de cartas em um panfleto como prova da má vontade – mas somente as cartas que lhe convinham, sem adicionar as que demonstravam que o tesoureiro e secretário haviam disponibilizado os livros-caixa.⁵⁹⁴

Em junho, Bancroft enviou a todos os membros da AHA o primeiro panfleto em que denunciava as ações do Conselho que, apesar de ter sido escrito por ele, foi assinado também por Rowland e Latané. Nesse documento, intitulado *Why the American Historical Association Needs Through Reorganization*, uma série de acusações contra o Conselho da AHA e Conselho Editorial da AHR foram feitas. A primeira acusação era a de que o Conselho Executivo seria composto pelas mesmas pessoas que faziam parte do Conselho Editorial, e as duas instituições vinham arcando com as despesas de viagens para reuniões – passagens de trem, vagões-dormitórios, hospedagem e almoço no clube. No caso da associação, o ressarcimento era feito a conselheiros e chefes de comitês nas reuniões de novembro em NYC e de dezembro durante

⁵⁹⁴ Compilação de cartas trocadas entre Bancroft, Jameson e Burr feita pelo Conselho Executivo da AHA. Registros da American Historical Association, Arquivos da AHR, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.).

o encontro anual. Já no caso da revista, as reuniões ocorriam em abril, novembro (durante a reunião do Conselho), e em dezembro (durante o encontro anual). Para Bancroft, não haveria sentido haver duas reuniões com um intervalo menor do que um mês, isso evidenciaria que o Conselho Editorial, assim como conselheiros da AHA, estaria tirando proveito das instituições ao fazerem com que pagassem por despesas para que comparecessem ao encontro anual em que já iriam simplesmente porque reuniões ocorreriam naquele momento.

O problema seria duplo, tanto moral quando legal. Do ponto de vista moral, os conselheiros seriam todos profissionais em importantes instituições de pesquisa e não precisariam onerar a associação e a revista, já que o pagamento pelos seus serviços deveria ser a honra de ocupar tais cargos:

No início da reunião do Conselho em Chicago, em dezembro passado, uma investigação e uma reforma das condições atuais foram iniciadas. A justiça de pagar as passagens de trem de secretários e outros em casos claramente excepcionais não foi questionada. Mas por que homens com renda confortável deveriam ser reembolsados por pequenas despesas relacionadas a honras que eles buscaram ansiosamente, desfrutaram e retiveram resolutamente, quando outras pessoas, tão dignas e capazes, as aceitariam de bom grado pela distinção conferida?⁵⁹⁵.

Do ponto de vista legal, não havia nada na Constituição ou qualquer resolução da associação que autorizasse o ressarcimento de outras despesas que não fossem as passagens, principalmente a chefes de comitês, nem o pagamento do almoço do Conselho.

Bancroft defendia a posição de que as reuniões de novembro deveriam ocorrer em algum lugar mais simples, para que não houvesse a necessidade de pagamentos de taxas para locação do salão – que no *Metropolitan Club* era de 10 dólares, o equivalente a cerca de 300 dólares em 2023 – e que cada participante pagasse pela própria refeição. Também defendia que não houvesse mais o “Jantar do Presidente” no clube após a reunião, aquele jantar que havia se tornado uma tradição do Conselho, oferecido pelos presidentes diletantes e que, com a chegada dos disciplinados na presidência, havia se tornado motivo de embaraços. Bancroft defendia que essa tradição havia se tornado um peso aos presidentes e motivo para constrangimentos, já que

⁵⁹⁵ “Early in the meeting of the Council at Chicago, last December, an investigation and a reform of actual conditions were urged. The propriety of paying the bare railroad fares of secretaries and of others in clearly exceptional cases was not questioned. But why should men with comfortable incomes be reimbursed for slight expenses in connection with honors they had eagerly sought, highly enjoyed and resolutely retained, when other persons, as worthy and capable, would gladly have accepted them for the distinction conferred?” BANCROFT, Frederic. **Why the American Historical Association Needs Thorough Reorganization**. Registros da American Historical Association, Arquivos da AHR, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). jun. 1915. p.4.

precisavam aceitar a “ajuda” de ricos para pagarem a conta, “As únicas qualificações e obrigações do presidente devem ser a distinção como historiador, sem quaisquer ônus incidentais de pagar jantares para seus associados ou permitir que homens ricos paguem por ele porque ele é ‘pobre’”⁵⁹⁶.

O posicionamento de Bancroft para que as reuniões não ocorressem mais em clubes era, primeiramente, relativo ao custo que geravam, mas é possível que também se referisse à percepção de que os encontros deveriam ser eventos profissionais e não sociais. Assim, pode ser que a demanda para que os encontros não ocorressem mais nos clubes (independentemente de cada um pagar sua conta) fosse, na verdade, para que a associação abandonasse uma das últimas práticas que mantinha de sociedade erudita – não é desimportante lembrar que mulheres não eram permitidas nesses clubes, de modo que essas reuniões vinham sendo um impedimento para que fossem nomeadas como conselheiras. A postura relativa aos jantares dos presidentes endossa esse argumento, principalmente porque a associação não era onerada com eles; mesmo assim, Bancroft os considerava inapropriados porque as atribuições dos presidentes deveriam se restringir às demandas profissionais, e serem anfitriões de eventos sociais caros em clubes aristocráticos não deveria ser uma delas.

Naquele ano, a reunião do Conselho não ocorreu no clube, e sim no salão de um hotel que não cobraria aluguel para o seu uso, e cada membro pagou pela sua refeição. Apesar de essa concessão ter sido feita para que a polêmica do almoço não se estendesse ainda mais, a tradição do jantar do presidente no *Metropolitan Club* foi mantida, em grande medida porque o próprio presidente do ano fez questão de oferecê-lo, dando a entender que havia ficado ofendido com a sugestão de Bancroft, como Greene relatou a Bowen:

Desde que enviei minha última carta a você, recebi uma do professor Stephens na qual ele me pediu para enfatizar “o fato de que estou perfeitamente disposto, como os presidentes anteriores, a pagar as despesas do jantar anual, onde quer que seja realizado. Por favor, insista nisso, pois não desejo abrir um precedente e estou perfeitamente disposto a pagar as despesas”⁵⁹⁷.

⁵⁹⁶ “*The sole qualifications and obligations of the President should be distinction as a historian without any incidental burdens to pay for dinners for his associates or to let rich men pay for them because he’s ‘poor’.*” BANCROFT, Frederic. Carta a Clarence W Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 278 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 13 out. 1915.

⁵⁹⁷ “*Since sending my last letter to you I have receiving one from Professor Stephens in which he asks me to emphasize “the fact that I am perfectly ready, like previous presidents, to pay the expenses of the annual dinner, wherever it may be held. Please insist upon this, as I do not wish to break a precedent and I am perfectly willing to pay the expenses.”* GREENE, Evarts. Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 249 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 26 out. 1915.

Apesar de ter se posicionado contra o jantar do presidente nas cartas enviadas aos conselheiros, essa não foi uma crítica que fez publicamente no panfleto, até porque esse não era um problema oficial da associação, visto que ela não era onerada com isso. Desse modo, a acusação era sobre as viagens e almoços: os conselheiros e chefes de comitês vinham tirando proveito dos recursos da associação para obterem benefícios econômicos.

No panfleto, Bancroft apresentou dados que comprovariam os excessos: no intervalo dos três anos anteriores, o Conselho teria gastado 970 dólares apenas em viagens – o equivalente a cerca de 29.135 dólares em 2023 – havendo diferenças de 30% no valor de passagens pagas pela mesma pessoa, para o mesmo trecho, em anos diferentes. Além disso, em 1914, o chefe do Comitê de Programa teria ido à reunião de NYC às custas da associação, o que em anos anteriores não se mostrara necessário, sendo que o programa do encontro anual já havia sido até impresso. Essa pessoa era James W. Thompson, professor na *University of Chicago*, onde era colega de Andrew C. McLaughlin, editor por mais de 15 anos da AHR e, em 1914, presidente da AHA. Os dois haviam viajado juntos às custas da associação sem que houvesse qualquer necessidade da presença de Thompson além de servir de companhia na longa viagem de trem de Chicago a Nova York, companhia que teria custado 60 dólares – cerca de 1.800 dólares em 2023 – aos cofres da associação⁵⁹⁸.

Bancroft não apresentou, mas utilizou codinomes para se referir aos principais alvos das acusações, não deixando dúvidas sobre a quem se referiam. A Jameson chamou de “*dean*”, a Turner de “*bursar*” e a MacLaughlin referiu-se como “*recent president*”. O primeiro já teria recebido 669,47 dólares, o segundo 452,17 dólares e o terceiro impressionantes 1.516,92 dólares – equivalentes a cerca de 20.110 dólares, 13.580 dólares e 45.560 dólares, respectivamente, em 2023⁵⁹⁹.

O abuso financeiro não estaria dissociado do abuso dos cargos; um dos pontos centrais da denúncia reformista era sobre a interrelação entre os cargos de editores da AHR e a presidência AHA, de modo que os mesmos sujeitos permaneciam, literalmente, a vida inteira como conselheiros. Entre 1907 e 1915, apenas Roosevelt e Dunning haviam sido nomeados presidentes da associação sem terem sido antes editores da revista: J. Franklin Jameson em 1907, George Burton Adams em 1908, Albert Bushnell Hart em 1909, Frederick Jackson Turner em 1910, William M. Sloane em 1911, Andrew C. McLaughlin em 1914 e H. Morse Stephens

⁵⁹⁸ BANCROFT, Frederic. **Why the American Historical Association Needs Thorough Reorganization**. Registros da American Historical Association, Arquivos da AHR, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). jun. 1915. p.5.

⁵⁹⁹ Idem, *ibidem*. p.7.

1915, estando previsto George Lincoln Burr para 1916. Apesar de estarem todos exercendo um domínio inapropriado sobre a associação e a revista, para Bancroft, o caso mais “escandaloso” era o de Jameson, que vinha ocupando praticamente todos os cargos da associação e revista, e por isso, a ele referiu-se como “*dean*”,

[...] que é o diminutivo para membro vitalício do Conselho, membro e presidente do Conselho Editorial, editor-chefe da *Review*, secretário interino e tesoureiro virtualmente interino da *Association* (quando seu subordinado na *Carnegie Institution* está na Europa), e autointitulado porta-voz do Conselho Editorial, Conselho e *Association* ⁶⁰⁰.

A questão da interrelação entre os conselhos estaria ligada a um terceiro ponto, que seria o domínio da revista – e conseqüentemente do comanda da associação – pelas principais instituições de pesquisa dos Estados Unidos,

Essas oportunidades e honras editoriais, durante vinte anos, 1895-1914, foram confinadas não apenas a muito poucos, mas esses poucos devem vir de certas grandes instituições – *Carnegie Institution, Harvard, Yale, Pensilvania, Columbia, Cornell, Chicago*, e (por um curto período) *Michigan* [...] ⁶⁰¹.

Fora a CIW, que seria fundada anos depois, todas as universidades mencionadas haviam participado diretamente da criação da revista, tendo sido importantes financiadoras antes de ser adotada pela associação em 1898. Para Bancroft, a escolha dos editores até então indicava um acordo secreto que visaria manter a revista sob o domínio dessas grandes universidades.

O ponto é que, mesmo tendo sido fundada como entidade autônoma e propriedade do Conselho Editorial, após três anos de funcionamento sem conseguir ser autossustentável, ela havia sido adotada pela AHA, que destinava um valor anualmente para custear as suas despesas; em contrapartida, teria o direito de, através de seu Conselho, nomear os editores. Como os conselheiros eram também os editores, eles mesmos indicam os seus sucessores, estando em questão a propriedade legal da AHR: seria dos editores ou da AHA? Bancroft defendia que ela seria propriedade da AHA, e por isso os editores não poderiam indicar sucessores que fossem necessariamente das universidades mencionadas.

⁶⁰⁰ “[...] which is short for life member of the Council, member and chairman of the editorial board, managing editor of the *Review*, acting secretary and virtually acting treasurer of the *Association* (when his subordinate in *Carnegie Institution* is in Europe), and self-chosen spokesman of the board, Council and *Association*.” Idem, ibidem. p.7. Grifos originais.

⁶⁰¹ “These editorial opportunities and honors, during twenty years, 1895-1914, have been confined not only to a very few, but these few must come from certain great institutions – *Carnegie Institution, Harvard, Yale, Pennsylvania, Columbia, Cornell, Chicago*, and (for a short period) *Michigan* [...]” Idem, ibidem. p.8.

No fim de abril, o secretário Leland havia conversado pessoalmente com Bancroft e, nessa conversa, tomou conhecimento da pretensão do reformista de denunciar publicamente o domínio institucional da revista. Estranhando tal teoria, escreveu a todos os editores e antigos editores que haviam participado ativamente da criação da revista perguntando se sabiam de alguma coisa sobre ela. As respostas não foram muito favoráveis aos acusados: Harry P. Judson, Haskins, McLaughlin, Hart e Stephens afirmaram que, pelo menos inicialmente, mesmo não tendo se tornado uma decisão oficial, teria havido um entendimento de que nomear pessoas dessas instituições seria uma espécie de cortesia por suas atuações na fundação da revista, mas que isso teria caído por terra quando a AHA a adotara, e as exceções à regra seriam prova disso⁶⁰².

Contudo, para Bancroft, o domínio ilegal da revista não se limitaria às universidades. No momento em que o DHR fora criado em 1903, um arranjo foi feito para que o seu diretor, Andrew C. McLaughlin, também editor-chefe da AHR, somasse às suas atribuições no DHR o trabalho na revista, atribuição que, em 1905, fora passada a Jameson quando este se tornou o diretor do departamento. Esse arranjo teria como finalidade desonerar o caixa da revista do pagamento desse trabalho, permitindo que ela pudesse começar a pagar pelos artigos publicados. Ao longo de 1915, Bancroft investigou quem o teria estabelecido e a partir de que autoridade legal isso teria sido feito⁶⁰³. Para os reformistas, esse arranjo provaria tanto o argumento de que o Conselho Editorial vinha gerindo a revista sem a participação da associação quanto o uso da revista como bem particular por Jameson⁶⁰⁴.

Por fim, como última acusação, Bancroft apontou para o fato de que o Comitê de Nomeações e o Comitê dos Nove seriam dominados por representantes do *inner circle* que vinha dominando os conselhos. Isso teria resultado em uma reforma insignificante no sistema

⁶⁰² JUDSON, Harry P. Carta a Waldo G. Leland. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 248 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 05 mai. 1915; HASKINS, Charles H. Carta a Waldo G. Leland. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 248 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 06 mai. 1915; McLAUGHLIN, Andrew C. Carta a Waldo G. Leland. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 248 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 06 mai. 1915; HART, Albert Bushnell. Carta a Waldo G. Leland. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 248 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 07 mai. 1915; STEPHENS, H. Morse. Carta a Waldo G. Leland. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 248 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 14 mai. 1915.

⁶⁰³ BANCROFT, Frederic. Carta a Waldo Leland. Registros da American Historical Association, Arquivos da AHR, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 04 jun. 1915; BANCROFT, Frederic. Carta a Frederick Jackson Turner. Registros da American Historical Association, Arquivos da AHR, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 09 jun. 1915.

⁶⁰⁴ BANCROFT, Frederic. **Why the American Historical Association Needs Thorough Reorganization.** Registros da American Historical Association, Arquivos da AHR, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). jun. 1915. p.10.

de nomeações e, provavelmente, impediria que as pautas reformistas fossem atendidas no relatório que seria apresentado em 1915, já que o próprio chefe do Comitê dos Nove era Andrew C. McLaughlin, um dos principais “oligarcas”, editor da AHR por mais de 15 anos e o maior beneficiado com o ressarcimento de despesas de viagem.

Ao encerrar sua parte no panfleto, Bancroft afirmou que não tinha como objetivo sugerir reformas, mas sim expor as ações dos conselheiros. No entanto, os pontos para a reforma foram apresentados por John H. Latané, que declarou que, provavelmente, não seriam atendidos pelo Comitê dos Nove e, por isso, precisariam ser defendidos pelos membros no encontro de dezembro. Os pontos seriam: (1) os editores da AHR deveriam renunciar à reivindicação de posse da revista e reconhecer sua posição como agentes da associação, ou renunciar ao cargo; (2) a relação entre a AHA e a CIW deveria ser explicitada e mantida apenas se considerada vantajosa pela associação; (3) o fim do sistema em que ex-presidentes tornavam-se membros vitalícios do Conselho; (4) o fim da prática de promover vice-presidentes a presidentes; (5) o domínio do Conselho da AHA sobre o Conselho Editorial da AHR, sendo que este deveria dirigir o editor-chefe; (6) nenhuma despesa pessoal deveria ser paga, a não ser que aprovada por um comitê de finanças⁶⁰⁵.

O panfleto foi recebido com assombro pelos conselheiros e membros da associação que estavam acompanhando a querela, os quais ficaram perplexos com o teor ofensivo do texto. Apesar de muitos concordarem com a necessidade de reformas, inclusive antigos conselheiros, como Hart, o panfleto de Bancroft havia levado o embate a outro nível, pois acusava professores que eram muito queridos à crescente, mas ainda pequena, comunidade historiadora de estarem sendo desonestos. Apesar de as críticas sobre o domínio da associação e da revista por poucos historiadores das principais universidades encontrarem ressonância entre os profissionais que, por conta desse arranjo, ficavam de fora dos programas e tinham suas publicações recusadas, Bancroft enfraqueceu o movimento quando o seu ataque deixou de ser institucional e se tornou pessoal, como o historiador Sidney B. Fay apontou em uma carta escrita ao secretário do Conselho:

Sim, eu li o panfleto de Bancroft e fiquei muito indignado, tanto por seu tom quanto por suas insinuações e imputações de motivos a homens como Jameson e Burr, por cujo caráter e trabalho dedicado para a *Association* tenho a maior consideração. As insinuações de Bancroft são tão ofensivas quanto ridículas. Suas tentativas de ser espirituoso e sarcástico são baratas e bastante indignas

⁶⁰⁵ LATANÉ, John H. **Why the American Historical Association Needs Thorough Reorganization**. Registros da American Historical Association, Arquivos da AHR, Caixa 370 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). jun. 1915. P.15-16.

de um membro da AHA. Acho que ele realmente prejudicou a causa que está tentando promover pelo método de ataque pessoal e insinuações que adotou. Essa também é a opinião de cerca de dez pessoas com quem conversei, metade delas professores do ensino secundário e metade professores universitários. Tenho algumas razões para acreditar que o próprio Bancroft pode estar começando a perceber que foi longe demais⁶⁰⁶.

Bancroft afirmou ter recebido dezenas de cartas elogiosas às suas denúncias, ao mesmo tempo que conselheiros escreveram a conhecidos perguntando o que haviam achado do panfleto e não haviam conseguido encontrar alguém que não tivesse ficado escandalizado com o modo como o reformista conduzira as acusações; porém, não era possível ter noção geral sobre a percepção dos membros que não tinham contato direto com o grupo. A resposta definitiva sobre a recepção das críticas reformistas viria em dezembro, quando um número recorde de associados compareceu à reunião geral da associação; com a exceção de Latané e Bancroft (que havia deixado a sala), todos os presentes votaram a favor de uma resolução de repúdio aos ataques feitos aos membros do Conselho, inclusive Dunbar Rowland⁶⁰⁷.

Após a publicação do panfleto, alguns conselheiros posicionam-se publicamente em defesa de seus colegas na revista *The Nation*, estendendo ainda mais a discussão pública. Apesar desses posicionamentos individuais, os principais alvos decidiram que não precisariam responder, uma vez que a baixeza com a qual a questão havia sido conduzida os teria livrado da necessidade de uma resposta oficial⁶⁰⁸, o que é interessante, visto que, ao longo dos meses em que as denúncias públicas eram somente uma ameaça por parte de Bancroft, houve uma extensa troca de cartas entre Greene, Leland, Jameson e Haskins em que tentavam decidir quem deveria ser a figura da associação a responder publicamente às denúncias que seriam feitas.

Nos meses que seguiram, mais dois panfletos foram publicados. O primeiro deles retomava a questão da relação entre a revista e a associação e, ao final, trazia uma carta aberta de Latané a McLaughlin em que aquele denunciava a suposta recusa deste em enviar o relatório

⁶⁰⁶ “Yes, I did read Bancroft’s pamphlet and it made me very indignant both by its Whole tone and by its insinuations and imputations of motives to men like Jameson and Burr, for whose character and devoted work for the Association I have the highest regard. Bancroft’s insinuations are as insulting as they are ridiculous. His attempts to be witty and sarcastic are cheap and quite unworthy of a member of the A.H.A. I think he has really injured the cause which he is attempting to further by the method of personal attack and innuendo which he has adopted. That is also the opinion of some ten persons with whom I have talked, half of them secondary school teachers and half of them college teachers. I have some reason to believe that it may be beginning to dawn upon Bancroft himself that he has gone too far.” FAY, Sidney B. Carta a Evarts B. Greene. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 248 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 30 ago. 1915.

⁶⁰⁷ BILLINGTON. *Tempest in Clio’s Teapot*... Op. cit. p.367.

⁶⁰⁸ JAMESON, J. Franklin. Carta a Evert Greene. Caixa 248 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 09 jul. 1915; HASKINS, Charles H. Carta a Evert B. Greene. Caixa 248 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 13 ago. 1915.

do Comitê dos Nove, que seria apresentado no encontro anual, ainda início de dezembro, para que os reformistas tivessem como considerá-lo com antecedência. Nessa carta, era reafirmada a denúncia feita no primeiro panfleto de que o comitê estaria a serviço dos interesses do *inner circle*, sendo a recusa em atender o pedido dos reformistas prova disto. O último panfleto, entregue às vésperas do encontro anual, reafirmava as denúncias já feitas e apresentava dados sobre os ressarcimentos aos conselheiros feitos desde 1896, informando quanto cada um havia recebido.

O grande desfecho ocorreria na reunião geral, momento em que o Comitê dos Nove apresentaria o seu relatório aos membros e as reformas seriam votadas. Os dois lados da contenda estavam ansiosos pelo que aconteceria durante o encontro e, um dia antes, Bancroft reuniu-se com aliados mais próximos para prepararem os últimos detalhes sobre o posicionamento que assumiriam na reunião, em que esperavam que o Comitê dos Nove apresentaria em seu relatório medidas conservadoras e que caberia aos reformistas levarem os membros a votarem nas medidas que eles mesmos proporiam. De acordo com o historiador Ray Allen Billington, que escreveu um importante artigo sobre o movimento de 1915, os reformistas foram golpeados quando, na véspera da reunião, o comitê enviou o seu relatório a todos os membros, indicando medidas que esvaziariam a necessidade da continuidade do movimento:

Suas expectativas logo foram frustradas, pois quinhentos historiadores que lotavam o salão de baile do *New Willard Hotel* não estavam dispostos a se curvar a Bancroft e seus seguidores. Em vez disso, eles adotaram um meio mais racional de reforma. O relatório do Comitê dos Nove, distribuído no dia anterior, recomendava todas as grandes inovações necessárias para democratizar o governo da associação. Por que perder tempo ouvindo os insurgentes de Bancroft agora? O apoio ao relatório do Comitê dos Nove foi quase universal e, à medida que crescia, o sentimento favorável aos insurgentes diminuiu ao ponto de desaparecer⁶⁰⁹.

O relatório do comitê indicava a adoção definitiva da revista pela associação, uma vez que esse era o desejo dos membros, mas sem deixar de explicar as implicações burocráticas e financeiras que o novo arranjo traria à associação. Com relação à organização desta, reafirmava o poder do Conselho sobre as questões administrativas e criação de comitês e comissões, porém

⁶⁰⁹ “*Their expectations were soon dashed, for five hundred historians who crowded the ballroom of the New Willard Hotel were in no mood to bow to Bancroft and his followers. Instead they had embraced a more rational medium for reform. The report of the committee of nine, distributed the day before, recommended every major innovation needed to democratize the association’s government. Why waste time by listening to Bancroft insurgents now? Support for the committee of nine’s report was almost universal and as it mounted sentiment favoring the insurgents dwindled to vanishing point.*” BILLINGTON, Ray Allen. *Tempest in Clio’s Teapot: The American Historical Association Rebellion of 1915*. **The American Historical Review**, v. 78, n. 2, abril 1917, p.348-369. p.367.

indicando que os membros teriam maior controle sobre ele, recebendo as atas das reuniões para ficarem à par das atividades em desenvolvimento, sendo consultados sobre as novas atividades e tendo poder de indicar ou encerrar algum empreendimento do Conselho. Esse poder também seria estendido à escolha dos oficiais que ocupariam os seus cargos, acabando vitalícios (pois ex-presidentes poderiam votar por apenas três anos após o fim de seu mandato) e aumentando o número de conselheiros eleitos anualmente de seis para oito; de 18 cargos no Conselho, 14 seriam eletivos e preenchidos mediante o sistema indicado pelo Comitê de Nomeações no ano anterior. Com relação às despesas de viagens, indicavam que permanecessem autorizadas, mas somente aos conselheiros com poder de voto e em reuniões que não fossem as que ocorressem durante os encontros anuais.

É notável que essas indicações dos comitês – que ainda precisariam ser aprovadas pelos membros na reunião geral – iam ao encontro das reivindicações dos reformistas porque afirmavam o poder dos membros sobre as atividades da associação, permitiam que fiscalizassem as ações do Conselho e que atuassem na escolha dos conselheiros. Por outro lado, o relatório também reafirmava o poder do Conselho sobre as atividades da associação, uma vez que, se não houvesse críticas por parte dos membros e se ele se mantivesse sendo transparente a respeito do que era discutido nas reuniões, teria plena autonomia para continuar gerindo a associação como havia feito até então.

O movimento, que naquele fim de dezembro completava exatos dois anos, terminava com uma impressão de ambiguidade: a vitória era dos reformistas, mas foi o *inner circle* quem comemorou.

Os relatos sobre a reunião geral descrevem o clima de vitória entre o *inner circle* e a postura derrotada dos líderes reformistas⁶¹⁰. Durante a reunião, Cheyney, editor da AHR, apresentou o relatório que haviam feito sobre as críticas recebidas naquele ano. Nesse documento, afirmaram que a questão sobre a propriedade da revista havia sido levantada despretensiosamente na reunião de novembro do ano anterior e o próprio Conselho Editorial teria procurado auxílio jurídico sobre a questão, e que nunca fora um problema a eles ceder a propriedade à associação se assim seus membros desejassem. O importante sobre esse relatório é que nele os editores apresentavam aos membros como o movimento reformista, a partir do

⁶¹⁰ JAMESON, John Franklin. Carta a Andrew C. McLaughlin. In: DONNAN; STOCK. (org.). **An Historian's World...** Op. cit. p.189

momento em que passou a ser liderado por Bancroft, fora conduzido, expondo o modo como este havia atacado os conselheiros, acusando-os de desonestidade e distorcido informações⁶¹¹.

A percepção de que os cargos da eram dominados pelas mesmas pessoas era compartilhada, assim como o anseio por um maior espaço aos jovens pesquisadores nos programas e revista, posição endossada também por representantes da antiga geração. Contudo, o movimento, com reivindicações justas, perdeu sua potência quando foi pessoalizado, e Bancroft desmoralizou-se ao tirar a ênfase da reforma sobre o espaço que deveria ser garantido aos jovens e a levado para o lado das acusações sobre irresponsabilidade financeira e possível fraude.

Em uma carta escrita a Bowen ainda no fim de 1914, o historiador havia pedido informações sobre as despesas de viagem dos conselheiros sem que nomes fossem mencionados porque não queria que as críticas fossem pessoalizadas: “Se for conveniente e agradável para você, ficaria muito feliz em ser informado sobre as quantias mais altas, além do simples transporte, que foram pagas em, digamos, quatro ou cinco casos, sem nomear as pessoas, pois não desejo lidar com questões pessoais”⁶¹². De modo interessante, no início de janeiro, Bancroft mudou o seu pedido, afirmando que precisaria saber os nomes:

Então, por favor, dê-me uma declaração detalhada de todas as contas de viagens e despesas semelhantes que foram feitas durante os últimos dois anos por qualquer membro da *Association*. Como não se pode julgar as contas sem conhecer os nomes das pessoas que as renderam, acho que dessa vez devo perguntar os nomes⁶¹³.

É evidente que para Bancroft algo havia mudado, e mesmo com tentativas – nada altruístas – dos conselheiros de manter o diálogo amigável, pela troca de cartas torna-se perceptível que ele progressivamente deixara de acreditar que a situação do Conselho seria acidental e começou a pessoalizar a reforma. Sem acesso a outros documentos de Bancroft além de suas cartas aos conselheiros, não foi possível descobrir qual seria a percepção do historiador

⁶¹¹ GREENE, Evarts B. Report of the Board of Editors of the “American Historical Review” to the Executive Council, November 27, 1915. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho Executivo da AHA, Caixa 270 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 27 nov. 1915

⁶¹² “*If convenient and agreeable to you, I should be very glad to be advised as to the highest amounts beyond bare transportation that have been paid in, say, four or five cases, without naming the persons, for I do not wish to deal with personal questions.*” BANCROFT, Frederic. Carta a Clarence W. Bowen. Arquivos da AHR (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). ilegível, 1914.

⁶¹³ “*So please give me a detailed statement of all the bills for traveling and similar expenses that have been put in during the last two years by any members of the Association. Because one cannot judge the bills without knowing the names of the persons that rendered them, I think that I must this time ask the names of the persons.*” BANCROFT, Frederic. Carta a Clarence W. Bowen. Arquivos da AHR (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 08 jan. 1915.

sobre o movimento que havia se tornado líder e os motivos que o levaram a passar a duvidar da honestidade de pessoas que haviam sido suas amigas. De acordo com o historiador Billington, Bancroft teria interesses individualistas de se colocar publicamente como um reformista, não sendo autênticas as motivações que o levaram a liderar o movimento. Mas, justamente pela escassez de evidências materiais, não arriscaria endossar essa afirmação. É possível saber com os documentos da associação que, em algum momento, houve uma mudança na postura de Bancroft, e as críticas que seriam genericamente “ao Conselho” se tornaram abertamente a indivíduos, em especial Jameson, Turner, McLaughlin e Burr.

Apesar do incômodo dos marginalizados da associação, havia a compreensão geral de que aquelas pessoas que dominavam os cargos estiveram presentes na AHA desde a sua fundação e haviam dedicado suas vidas às atividades necessárias para que a história pudesse ser praticada profissionalmente. McLaughlin havia sido o chefe do Comitê dos Sete, que produzira o principal currículo escolar de história do país; Jameson havia criado a Comissão de Manuscritos, intervinha pelos interesses da profissão entre os congressistas e era uma figura querida, disposta a responder qualquer carta enviada por jovens pesquisadores em busca de ajuda para realizarem suas pesquisas; Turner era o criador da *frontier thesis*, precursor dos estudos sobre o Oeste, orientara dezenas de pesquisadores que se dedicaram ao subcampo e que agora o disseminavam ao serem professores em universidades de todas as regiões do país. Esses homens eram pessoas muito queridas no campo, e defenderam-se das acusações de Bancroft afirmando os sacrifícios que haviam feito em nome da história, realizando tarefas extremamente trabalhosas sem receber pagamento por isso. Apesar de haver muitos historiadores que estariam dispostos a fazerem os mesmos sacrifícios para alcançarem as posições mais altas do campo, eles respeitavam o trabalho que havia sido feito e os homens que o fizeram, e acusá-los de desonestidade foi visto como uma atitude baixa.

É difícil afirmar com certeza por que Bancroft escolheu fazer desse caminho o eixo principal de sua crítica reformista, mas a minha hipótese é de que ele julgou que a denúncia de uma fraude financeira seria mais eficiente para chamar a atenção de mais membros da associação para a causa e forçaria uma mudança geral na composição do Conselho, uma vez que os conselheiros deixariam os cargos ou seriam deles tirados pela associação.

A principal crítica reformista era sobre o domínio dos cargos pelas mesmas pessoas, mas chamar a atenção para isso dificilmente alteraria a composição dos conselhos porque, no caso da AHA, somente sete cargos eram preenchidos por votação no ano (os seis conselheiros eleitos e o segundo vice-presidente), os outros eram cargos vitalícios ou sem prazo para o fim. Com relação à AHR, apenas um novo editor era escolhido por ano e o editor-chefe, sendo

funcionário do DHR, ocuparia o cargo enquanto trabalhasse no departamento. Dessa maneira, só haveria dois modos de retirar o *inner circle* dos conselhos: alterando o seu sistema de composição através de uma mudança na Constituição que acabasse com os cargos vitalícios e aumentasse os preenchidos anualmente por votações ou, simplesmente, forçando a sua saída com um escândalo. Bancroft apostou na segunda opção.

Entretanto, apesar de os gastos em viagens serem altos se levado em consideração que o momento era de crise financeira na associação, não eram de modo algum “escandalosos”. Bancroft dedicara parte significativa de seu tempo em 1915 enviando cartas a companhias ferroviárias pedindo informações detalhadas sobre os valores de passagens para determinados trechos – vale mencionar que, nos Estados Unidos, as passagens não possuem preço fixo, mas variam conforme as datas e demanda – e a única descoberta que fez foi a de que houve momentos em que alguns conselheiros foram descuidados com os preços e compraram *tickets* mais caros, mas nunca houve superfaturamento ou pedidos de reembolso para viagens não feitas. Bancroft criara um clima de expectativa sobre “informações bombásticas” que se tornariam públicas em seus panfletos, porém, quando os dados sobre os gastos foram enviados aos membros na véspera do encontro anual, nenhuma fraude foi comprovada. Bancroft havia escolhido o alvo errado e perdido o tiro.

Por outro lado, o Comitê dos Nove era liderado por McLaughlin, e mesmo tendo os líderes do movimento apostado que as reivindicações feitas não seriam atendidas em seu relatório, elas foram, mas foram apresentadas de tal modo que fazia parecer que eram um ato de compromisso entre o grupo de conselheiros atacados com a associação, como se os primeiros estivessem cedendo poder a ela de livre e espontânea vontade, sem terem os reformistas nada a ver com as reformas. O relatório do Conselho Editorial expõe a “baixeza” de Bancroft ajudou a fortalecer essa narrativa, e a virada em favor do *inner circle* foi tão bem-sucedida que culminou no encerramento da questão com uma moção de repúdio às atitudes dos reformistas votada com unanimidade e comemorada com estrondosos aplausos por parte dos membros⁶¹⁴. É cômico, em retrospectiva, perceber o modo como os dominantes sequestraram as pautas reformistas e saíram ainda mais fortes de guerra.

Com relação a Bancroft, em uma carta escrita por um sobrinho a seu irmão, o primeiro lamentou a desastrosa escolha do tio em iniciar uma “guerra mundial” contra “[...] alguns professores de história indigentes que desperdiçaram imprudentemente um dólar e vinte e três

⁶¹⁴ JAMESON, John Franklin. Carta a Andrew C. McLaughlin. In: DONNAN; STOCK. (org.). **An Historian's World...** Op. cit. p.189

centavos em um vagão-leito em algum lugar”⁶¹⁵. Bancroft encerrava o seu período como líder da revolta e conselheiro da AHA desmoralizado por ter arriscado sua reputação em uma causa que não foi considerada justa. A nós só cabe imaginar se o historiador não se arrependeu por ter desperdiçado a chance de se sentar à mesa com a elite do campo da história, lugar no qual certamente teria chegado caso não tivesse tentado alcançar através de um atalho.

De um ponto de vista mais amplo, o movimento iniciado no fim de 1913 foi muito significativo à história da associação. A AHA havia sido fundada em 1884 a partir de um chamado feito por Herbert Baxter Adams que, daquele momento até o seu adocimento, dominou todos os âmbitos da associação, sendo tão central para o seu funcionamento que, mesmo quando começaram a se formar comissões de trabalho, era constantemente procurado em busca de conselhos sobre a execução das atividades, de modo que tudo passava por suas mãos. Quando Adams precisou deixar o cargo, uma pequena – e menos barulhenta – reforma foi feita, diluindo o poder e responsabilidades antes centralizados na figura do secretário entre os diversos conselheiros. Naquele momento, que marcava o fim dos primeiros 15 anos da entidade, houve um primeiro movimento de descentralização de poder, mesmo que ainda não distribuído entre os membros, assim como um movimento de aprofundamento de seu caráter profissional. Mais 15 anos foram necessários para que a estrutura de funcionamento da AHA fosse novamente modificada; dessa vez, aumentou o poder dos membros sobre as atividades do Conselho e escolha dos conselheiros. Nesse sentido, as mudanças ocorridas em 1915 foram uma vitória do movimento reformista em seu sentido mais amplo porque, pelo menos na Constituição, houve um movimento de democratização acabando com a era dos grandes soberanos.

Isso não significa que tenha havido uma mudança real na composição da estrutura administrativa da AHA. Na prática, representantes das grandes universidades continuaram a ocupar os cargos de editores da AHR e J. Franklin Jameson continuou sendo o seu editor-chefe, assim como figura presente no Conselho da AHA, mesmo não tendo mais poder de voto. Os grandes historiadores profissionais disciplinados continuaram sendo escolhidos como presidentes e, mesmo aceitando nomeações por parte dos membros, os nomeados continuaram a ser representantes do mesmo grupo que antes do movimento dominava o Conselho. Desse

⁶¹⁵ “[...] some indigent history professors who had recklessly squandered a dollar and twenty-three cents on a Pullman car somewhere.” Elbridge Pierce apud COOKE, Jacob E. **Frederic Bancroft**, Historian. Norman: University of Oklahoma Press, 1957. p.102.

modo, quando se considera que o movimento foi iniciado pela insatisfação de um pretendente que não conseguira acessar os espaços oficiais da AHA por serem monopolizados pelos dominantes e que um de seus propósitos foi justamente desbancar esses dominantes das instâncias executivas, percebe-se que o movimento não foi tão bem-sucedido, pois o sistema que traduzia a elite do campo em elite da associação foi mantido.

Mas um resultado bastante significativo da reforma foi que, pela primeira vez na história da AHA, uma mulher foi feita conselheira. Lucy Salmon era ativa na associação desde 1885, contudo, somente quando o sistema de nomeações foi criticado que Lois Mathews, professora na *University of Wisconsin*, foi escolhida como primeira mulher a compor o Comitê de Nomeações, em 1915. Mathews intercedeu entre os seus colegas para que o nome de Lucy Salmon fosse inserido na cédula de nomeações⁶¹⁶ e, conforme aparece no relatório do comitê, o nome da historiadora não foi indicado pelos membros (como seria o caso de Samuel B. Harding, professor na *Indiana State University*) e nem votado por eles, e sim indicado diretamente pelo comitê:

Até 27 de dezembro, foram recebidas 325 respostas indicando preferências. Estas foram tabuladas e este relatório final é aqui apresentado. Quando essas respostas não foram claramente indicativas de uma opinião predominante, seu comitê fez indicações independentes. [...].

Para os membros do Conselho: o Sr. Bancroft recebeu 78 votos; O Sr. E. C. Barcker recebeu 119 votos; O Sr. G. S. Ford recebeu 119 votos; O Sr. C. H. Haskins recebeu 116 votos; O Sr. U. B. Philips recebeu 123 votos.

Seu comitê, portanto, nomeia esses cinco membros para o conselho e, além disso, apresenta o seguinte nome: Miss Lucy M. Salmon.

O nome do Sr. Samuel B. Harding foi adicionado após petição assinada por vinte membros da *Association*⁶¹⁷.

A decisão de indicar Salmon ao Conselho da maneira como foi feita partiu da compreensão – crescente ao longo de 1914, quando o comitê de nomeações investigara o descontentamento da associação com relação ao sistema vigente – de que não eram poucos os que criticavam o modo como o Conselho vinha até então sendo compostos unicamente por

⁶¹⁶ GOGGIN. **Challenging Sexual Discrimination...** *Op. cit.* p.789.

⁶¹⁷ “Up to December 27, 325 replies indicating preferences have been received. These have been tabulated, and this final report tis herewith presented. Where these replies were not clearly indicative of a predominating opinion, your committee has made independent nominations. [...] / For members of the Council: Mr. Bancroft received 78 votes; Mr. E. C. Barcker received 119 votes; Mr. G. S. Ford received 119 votes; Mr. C. H. Haskins received 116 votes; Mr. U. B. Philips received 123 votes. / Your committee, therefore, nominates these five members for the council, and in addition presents the following name: Miss Lucy M. Salmon. / The name of Mr. Samuel B. Harding has been added upon petition signed by twenty members of the Association.” Committee on Nominations Carta aos membros da AHA. Caixa 248 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 27 dez. 1915.

homens. A estrutura era tão sexista que uma mulher não poderia ser eleita inclusive porque não poderia participar da reunião do Conselho.

Mesmo que não tenha sido a intenção de Frederic Bancroft, um resultado indireto de sua crítica aos eventos nos clubes de cavalheiros foi que as reuniões de novembro passaram a ser em outros locais, mas, mesmo com a nomeação de uma mulher, os seus membros não renunciaram ao jantar do presidente no *Metropolitan Club*, reafirmando a postura que havia sido adotada há mais de 30 anos de manter eventos que fossem exclusivos aos homens, de modo que Lucy Salmon não pôde comparecer ao jantar nos anos em que foi conselheira:

Em 1916 e 1917, o Conselho se reuniu durante dois dias na cidade de Nova York antes do encontro anual. Os demais conselheiros combinaram um jantar no *Metropolitan Club*, que negava o acesso às mulheres. Salmon afirmou ambas as vezes que tinha outros planos para o jantar, mas provavelmente estava constrangida e desconfortável. Apenas alguns dos seus colegas do sexo masculino expressaram reservas quanto à sua exclusão, e a discussão sobre os assuntos do Conselho continuou sem ela.⁶¹⁸

Mesmo sendo posta em uma categoria diferente entre seus colegas por ser mulher, Salmon fez valer seus mandatos como ao indicar outras mulheres aos cargos de comitês e aos programas; quando deixou o cargo em 1920, quatro mulheres haviam sido nomeadas a comitês. De acordo com Jaqueline Goggin, a eleição de Salmon foi importante porque rompeu a barreira sexual do Conselho e, a partir dela, outras foram nomeadas através da ação coletiva de mulheres da associação. No entanto, como mencionado no primeiro capítulo, esse romper de barreira não representou necessariamente uma mudança na estrutura da associação; mesmo conselheiras, elas continuaram sendo segregadas nos eventos sociais e no próprio Conselho e levou 25 anos para que o subcampo da história das mulheres fosse considerado legítimo ao ponto de haver uma seção própria no programa do encontro anual. Mesmo não tendo sido uma revolução, é inquestionável que a nomeação de Lucy Salmon foi uma das grandes vitórias – mesmo que indireta – do movimento reformista.

⁶¹⁸ “In 1916 and 1917, the council met for two days in New York City prior to the annual meeting. The other council members arranged to hold a dinner at the Metropolitan Club, which denied access to women. Salmon both times contended that she had other plans for dinner, but probably she was embarrassed and uncomfortable. Only a few of her male colleagues expressed reservations at her exclusion, and discussion of council business continued without her.” GOGGIN. **Challenging Sexual Discrimination...** *Op. cit.* p.791-792.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1884 e 1915, a AHA passou por profundas transformações que acompanharam o desenvolvimento geral do campo da história-profissão. A associação foi criada em meio ao movimento de especialização dos diversos campos de conhecimento, servindo inclusive como evidência de que a sua autoconsciência como disciplina autônoma crescia. Essa disciplina, como apontou Benner Jr.⁶¹⁹, serviria como base para diversas atividades profissionais – ensino, pesquisa e gestão de documentos – de modo que, nos 31 anos que compreenderam este estudo, falar sobre a profissionalização da história não se limitou à profissionalização da historiografia. Tanto é que as atividades que a AHA desenvolveu voltaram-se antes ao ensino escolar e à gestão de documentos históricos do que à pesquisa propriamente dita, mesmo que os esforços para a conquista dos materiais possam ser tomados como iniciativa que não tinha valor em si, e sim pela importância que tinha para os estudos disciplinados.

Ao longo dos capítulos, demonstrei como a própria AHA atuou como principal agente estruturador do campo da história ao ter tomado para si a empreitada de fazer dele um campo profissional. Sendo assim, este estudo não se pretendeu ser sobre a profissionalização da história propriamente dita, e sim sobre a agência desse microcosmo.

Quando a associação foi fundada, havia centenas de sociedades históricas nos Estados Unidos, mas nenhuma de caráter nacional e com a finalidade explícita de fazer avançar o campo profissional disciplinado. Essas sociedades cumpriam o importante papel de reunir manuscritos e, em alguns casos, os próprios registros públicos, já que em muitos estados e municípios não havia políticas públicas para garantir a preservação desses materiais. Em 1884, também já havia universidades ofertando formação com especialização em história, algumas com departamentos de história, outras com departamentos integrados a outras ciências humanas; no nível do ensino básico, diversas escolas, a partir da compreensão da importância cívica da disciplina, ofertavam cursos de história aos seus alunos. Mas, nos dois casos – do ensino básico e superior – a adoção da disciplina era facultativa à instituição de ensino, e isso ocorria em grande medida a partir dos esforços de indivíduos que ali atuavam como professores, gestores ou administradores que, a partir de uma concepção particular do valor da disciplina, a instituíam, uma vez que não houve padrões nas universidades e nem um sistema único de ensino que pudessem ter posicionado a disciplina nos currículos de cima para baixo.

⁶¹⁹ BANNER JR. *Being a historian...* Op. cit.

Desse modo, unindo os diversos sujeitos comprometidos com o mesmo fim – historiadores disciplinados e diletantes, professores, gestores universitários, antiquários, membros de sociedades históricas, bibliotecários, arquivistas e entusiastas do campo – fundaram a AHA como primeira associação profissional de história dos Estados Unidos para que cumprisse o propósito de servir como espaço institucional que centralizasse os diversos sujeitos os quais, individualmente, estavam tentando implementar a disciplina em suas próprias instituições. Mesmo criada como associação profissional, ela demorou para se constituir como tal, tendo, por muito tempo, se assemelhado mais às antigas sociedades eruditas que haviam florescido no início da República.

Este estudo teve como objetivo principal compreender como, ao longo de 31 anos, a AHA atuou para a profissionalização da história como esse centro integrador – de atividades profissionais, sociedades históricas, pesquisadores e professores das diversas instituições de ensino – e qual foi a interrelação entre: o seu desenvolvimento enquanto microcosmo profissional; os sujeitos escolhidos para serem seus presidentes e conselheiros; as estratégias que adotou em prol de seu objetivo. Ao observar a composição de seu conselho, o perfil dos que eram homenageados com a presidência e as atividades em que se engajou entre 1884 e 1915, compreendi haver três momentos distintos dividindo esses 31 anos.

Quem primeiro aventou a criação da AHA foi Daniel Coit Gilman, então presidente da JHU. Gilman escreveu a Herbert Baxter Adams, jovem professor de história da sua universidade, sugerindo que, no encontro da ASSA daquele ano, criassem uma associação dedicada aos estudos históricos, campo que naquele contexto de meados da década de 1880 começava a tomar forma. Apesar de a ideia ter partido de Gilman, foi Adams que tomou a frente do empreendimento: escreveu a representantes dos diversos centros universitários e aos reconhecidos historiadores diletantes convocando-os para que levassem o plano adiante.

Adams fazia parte da primeira geração de historiadores disciplinados; havia estudado na Alemanha e tido contato com o novo método de pesquisa histórica. Já na fundação, foi feito secretário da associação e, apesar de ele mesmo ser um representante da geração dos “novos historiadores”, enquanto ocupou o cargo e pôde fazer valer o seu poder, manteve uma política de valorização dos *gentleman historians* para tirar proveito de seus capitais políticos e simbólicos, por um lado para que servissem de intercessores pela AHA no Congresso e, por outro, para atrair mais membros e ouvintes aos encontros anuais.

Por 22 anos, os presidentes da AHA não foram profissionais disciplinados, e sim representantes dessa “velha geração”. Dessa forma, a “era dos presidentes diletantes” compreendeu duas das três fases de acordo com a periodização estabelecida para este estudo:

de 1884 a 1895 e de 1896 a 1906. Como se pôde ver ao longo dos capítulos, o momento em que, de fato, houve intensa estratégia de valorização da proximidade com o governo federal foi na primeira fase; contudo, durante o intervalo entre esse primeiro momento e o em que os disciplinados tomariam conta da entidade, simbolicamente o ano de 1907, o cargo de presidente continuou sendo reservado aos *gentlemen*.

Entre 1884 e 1895, dez sujeitos ocuparam a presidência e, entre eles, cinco eram ou haviam sido oficiais do Estado em algum momento de suas vidas. Conforme visto no terceiro capítulo, houve momentos em que a associação precisou recorrer ao Congresso e, quando isso foi necessário, esses historiadores com capital político falaram com o presidente e congressista em seu favor porque acessavam facilmente esses espaços de poder. Esse também foi o período no qual houve o esforço por parte de Adams para que os encontros anuais ocorressem em Washington D.C. a fim de que essas transações com o governo fossem facilitadas e a elite social e cultural da capital comparecesse aos encontros, já que acreditava que a cidade estava se tornando a capital cultural do país.

A tendência de valorização desses sujeitos foi estendida à totalidade do Conselho Executivo, de modo que, somente em sua primeira composição (1884-1885) houve mais profissionais disciplinados nomeados ao Conselho; entre 1885 e 1895, a média de profissionais disciplinados foi de 16,2%, sendo o restante composto por professores clássicos de história, bibliotecários, arquivistas e historiadores diletantes. Esse número aponta para duas coisas: os jovens historiadores disciplinados não possuíam o capital específico necessário para que pudessem fazer parte da instância de comando da associação e o campo, por ser tão novo, era composto por pessoas envolvidas de diferentes formas com o empreendimento histórico o que, por sua vez, indica o quão diverso ele era naquele contexto.

Nesse momento, a ênfase da associação esteve na conquista das condições para a sua própria estruturação e consolidação. Quando analisados os relatórios e cartas desse período, ficou evidente que muita energia foi gasta para trazer sujeitos proeminentes para dentro da instituição e construir, a partir deles, relações com o Estado que legitimassem a associação e tornasse financeiramente possível que ela estabelecesse atividades que beneficiassem as profissões em história. Foi a partir da ideia do senador George Frisbie Hoar, membro ativo e presidente da AHA, que ela buscou a Carta de Incorporação ao Congresso, que foi um reconhecimento oficial da associação e do campo pelo Estado e permitiu que os relatórios anuais fossem impressos na Editora do Governo sem que isso gerasse custos aos seus cofres. Assim, as anuidades dos membros puderam, em um segundo momento, ser destinadas às atividades voltadas ao desenvolvimento das profissões. Além disso, a Carta instituíu que a

relação entre a AHA e o Congresso seria feita por intermédio da SI, encarregada de encaminhar a ele os relatórios e colocar a AHA no sistema de trocas internacionais de materiais.

Essa conexão foi o mais próximo de si que a associação conseguiu trazer o Estado Americano, tendo sido uma de suas maiores vitórias na sua luta para envolvê-lo no empreendimento histórico porque a Carta legitimava o campo como autorizado e protegido pelo Congresso. Além disso, as atividades desenvolvidas a partir da desoneração dos relatórios foi um meio, mesmo que indireto, de fazer com que ele atuasse na promoção do campo. Exemplo disso é a Comissão de Manuscritos, que por anos foi buscada no Congresso e no fim se tornou uma comissão da própria associação, sustentada indiretamente por ele. Exemplos como esse são indícios da singular presença do Estado no avanço dos estudos históricos nos EUA.

Após cerca de dez anos, os historiadores da nova geração tinham conquistado prestígio no campo e puderam confrontar a política de valorização de diletantes de Adams. Eles criticaram o sistema de encontros em Washington por valorizar mais as relações sociais do que as científicas; ao perceberem que o Estado não assumiria postura mais ativa no desenvolvimento do campo, posicionaram-se em defesa de que a própria associação o fizesse: então, a Comissão de Manuscritos foi criada, instituição que, na Inglaterra, era um órgão público.

O aumento da presença dos profissionais disciplinados no Conselho Executivo, somado ao fim dos encontros na capital e à instituição de comitês e comissões de trabalho a partir de 1896, é o que marca o início da segunda fase da história da associação. O Conselho começou a ganhar força nas decisões importantes, de modo que Adams passou a dividir o seu poder que havia sido quase que absoluto – mas sem deixar de ser o membro mais importante. Nesse ano de 1896, surgiram diversas atividades que posicionaram a própria AHA como agente executora da profissionalização: foi criada a mencionada Comissão de Manuscritos, cuja responsabilidade era buscar manuscritos inéditos em posse particular, transcrevê-los e publicá-los nos números dos relatórios anuais. A associação envolveu-se na elaboração do primeiro currículo de história para o secundário a partir de um relatório contendo os requisitos mínimos em história para o ingresso no ensino superior; foi instituído o primeiro prêmio de melhor monografia disciplinada, ajudando a consolidar os pilares epistemológicos sobre os quais a disciplina se estruturava. Nos anos que seguiram, a AHA adotou a primeira revista especializada em história disciplinada do país, criou a Comissão de Arquivos Públicos e avançou no debate sobre a profissionalização a partir de suas mesas temáticas.

Esse momento de tomada para si de responsabilidades coincidiu com o enfraquecimento da política de aproximarem-se do Congresso. Adams temia pelos desdobramentos disso, e eles

se fizeram sentir quando, em diversos momentos, precisaram aumentar a cota de impressões na Editora do Congresso e não foram bem-sucedidos por não terem quem intervisse pela associação. Mas, se por um lado, a relação com o Estado era enfraquecida, por outro, a AHA conquistava mais autonomia, encontrando outros meios de sobreviver além da ajuda financeira do governo para imprimir relatórios. Assim, o capital específico mais valorizado deixava de ser o político e passava a ser o científico, e os cargos do Conselho Executivo (com exceção da presidência) passaram a ser progressivamente conquistados pelos profissionais disciplinados.

O emblemático desse momento é que a associação, a partir de sua Comissão de Arquivos Públicos, começou a dar consultoria aos estados para que fossem estabelecidas leis de preservação de registros públicos. Isso pode ser compreendido como uma mudança na percepção sobre quais agentes deveriam ser buscados: não o governo federal, e sim os poderes locais. Ou seja, seguindo o próprio padrão descentralizado da estrutura do governo americano, a associação descentralizou os seus esforços; ela deixou de buscar no Estado-Nação um patrono para a profissão e tornou-se ela mesma esse patrono nos estados da União, e isso não se restringiu à ajuda no estabelecimento de leis, mas também no modo como atuou para disseminar seu currículo escolar diretamente nas instituições de ensino e atuou na disciplinarização das sociedades históricas para que servissem aos estudos disciplinados em suas localidades através de seus arquivos e bibliotecas.

Ainda no princípio dessa transição entre os dois modelos – de ênfase nas relações político-institucionais para a constituição de uma autonomia institucional – Herbert Baxter Adams adoeceu e deixou o cargo de secretário. Essa vacância de poder mobilizou as principais forças que compunham a associação na busca por instaurar definitivamente o modelo que a associação deveria seguir que se daria pela escolha do sucessor ao cargo administrativamente mais importante. Adams posicionou-se firmemente para que fosse sucedido por A. Howard Clark, então secretário assistente e, principalmente, importante funcionário da SI. Clark havia sido posicionado no cargo de modo estratégico para oficializar a relação da AHA com a SI e, em consequência, com o governo federal; fazer de Clark secretário era conceder uma sobrevida a essa política.

Por outro lado, os historiadores universitários disciplinados, que cresciam em poder no campo e na associação, queriam que um dos seus fosse feito secretário para institucionalizar a política que eles vinham implementando; contudo, a saída de Adams não foi o momento de ruptura radical já que um caminho intermediário foi escolhido: matando dois coelhos com uma cajadada só, o cargo foi fragmentado em “secretário” e “secretário do Conselho”, sendo Clark escolhido para o primeiro e Charles Homer Haskins, professor do departamento de história de

Harvard, ao segundo, ao mesmo tempo que aliviava o novo secretário das inúmeras demandas que até então eram centralizadas em Adams. Entretanto, essa decisão intermediária apenas postergou o que já se delineava como inevitável.

Em 1904, foi nomeado para a linha de sucessão da presidência o historiador J. Franklin Jameson, membro ativo da AHA desde a sua fundação e que progressivamente vinha conquistando mais proeminência no campo. Ter sido nomeado naquele ano indicava que, em 1907, seria o primeiro historiador disciplinado a ocupar o cargo, tendência que nunca mais foi abandonada. A gestão de Jameson marcou tanto o fim da era dos presidentes amadores quanto o início de sua própria era como figura central da AHA, posição semelhante à que Adams havia ocupado um dia.

Quando Jameson assumiu o cargo, era há dois anos diretor do DHR, posição que possibilitou que se tornasse uma referência em história no país, procurado por estudantes que precisassem de ajuda sobre materiais para as suas pesquisas, e que atuasse diretamente no Congresso em busca das condições para os estudos históricos disciplinados. Naquele momento, era urgente que um arquivo nacional fosse construído na capital para abrigar os registros públicos valiosos aos estudos históricos que estavam sendo descartados por falta de espaço em repositórios ou se perdendo em decorrência das más condições de armazenamento. A partir de seu duplo pertencimento, o de diretor do DHR e o de conselheiro da AHA, Jameson conversou diretamente com presidentes e buscou apoio junto a representantes e senadores para que o projeto de lei que criaria o arquivo fosse introduzido e votado.

Ao mesmo tempo que Jameson vinha aumentando sua importância na AHA, Clark deixou o seu cargo por motivos de saúde, e novamente houve a discussão sobre qual política seria adotada pela associação a partir da escolha de um novo secretário. Considerou-se escolher outro homem que fosse da SI, mas os que foram cogitados não tinham interesse em história; então, foi levantado o nome de Waldo G. Leland, arquivista assistente de Jameson no DHR. Essa escolha foi tomada com a justificativa de que Leland tinha boa relação com os representantes das sociedades históricas locais, o que facilitaria tanto o diálogo com elas como o cumprimento do objetivo da associação de discipliná-las para que servissem ao fim da historiografia disciplinada. Na prática, mesmo que esse objetivo tenha sido cumprido, a escolha de Leland acabou servindo para consolidar a atuação de Jameson na AHA, de modo que o secretário foi chamado, durante o movimento reformista de 1915, de “fantoche de Jameson”.

A resignação de Clark enfraqueceu a relação de AHA com a SI, e o novo secretário da segunda não via com bons olhos o modo como aquela relação havia se dado até ali a partir da atuação de Clark. Houve quem se preocupasse com o que poderia ocorrer se o laço entre ambas

fosse desfeito, mas a autonomia da AHA havia chegado a um ponto em que isso não se tornou uma grande preocupação no Conselho porque consideravam que muito pouco haviam ganhado com ela, já que o valor economizado na impressão dos relatórios pela Editora do Governo poderia ser arranjado de outro modo caso esse direito fosse revogado. Dessa maneira, a partir de 1909, o principal aliado institucional da AHA foi o DHR.

Contudo, havia iniciativas que nem a AHA nem o DHR poderiam tomar para si, como a construção do arquivo nacional que resolveria o problema da preservação dos registros públicos federais, e foi a partir de Jameson, um líder que tinham em comum, que o *lobby* foi feito. Assim como Adams, Jameson foi idealizador de projetos para o envolvimento do poder público federal no empreendimento histórico, mesmo sendo mais favorável à autonomia institucional do que o seu antecessor havia sido. As estratégias de ambos foram essencialmente diferentes: Adams tornou valioso no microcosmo da associação científica o capital mais bem aceito no campo político externo a ele, ao passo que, a partir da liderança dos profissionais disciplinados, o capital científico passou a ser valorizado, e Jameson, quando precisou lutar por políticas públicas junto ao Congresso, fez com que o seu capital científico fosse convertido em político nas tratativas com governantes.

Deve-se tomar essas diferentes estratégias como manifestos sobre o grau de autonomia que cada líder reivindicou ao campo: enquanto Adams consentira em abrir mão de solidificar relações puramente acadêmicas, que fariam avançar os estudos disciplinados, por considerar que tinham mais a ganhar com relações políticas, Jameson e seus aliados não estiveram dispostos a fazer concessões e negociar com o diletantismo e por isso evitaram trazer para cargos executivos homens que representassem a velha historiografia simplesmente porque tinham poder político. Deste modo, buscaram impedir que forças externas ao campo científico da história direcionassem as suas políticas internas, afirmando a postura de que, naquele microcosmo, capitais específicos de outros campos não teriam valor de troca.

Assim, o último intervalo que compreendo o período estabelecido para este estudo foi de domínio do Conselho por profissionais disciplinados. Estes aprofundaram as iniciativas para o avanço das profissões em história a partir da associação, e o enfraquecimento da relação com a SI consolidou a autonomia da AHA, tornando-se ela mesma a principal agente estruturadora das atividades profissionais em história dentro do campo.

Se, ao final do período deste estudo, a profissionalização das atividades em história andava a passos largos, também a associação havia assumido um caráter mais profissional com relação ao que tinha quando fundada: as comissões eram antes de trabalho do que de auto-organização; o Conselho era formado por disciplinados sendo os diletantes minoria; houve um

processo de descentralização de poder que fez do Conselho um órgão de fato executivo; os encontros anuais eram organizados para atender às necessidades do campo disciplinado e menos aos eventos sociais etc. No entanto, foi em 1915, a partir do movimento reformista iniciado no fim de 1913, que a AHA se consolidou como entidade profissional.

Esse movimento foi iniciado por alguns excluídos da associação – excluídos das instâncias de comando, dos cargos em comissões, da AHR e das apresentações nos encontros – que buscaram desbancar a ortodoxia daquele microcosmo, que era também a ortodoxia do campo, para acessarem os espaços que estavam reservados aos consagrados e aos seus protegidos. O resultado desse movimento, cujas pautas foram sequestradas pela própria ortodoxia, foi um aprofundamento da descentralização do poder decisório ao possibilitar que os membros regulassem as atividades do Conselho e participassem mais diretamente das nomeações aos cargos. Isso representou um aprofundamento de sua profissionalização porque, pelo menos em teoria, empoderava o corpo de profissionais que a compunham a fazer valer, nos espaços decisórios, o que consideravam pertinente ao campo. Não é pouco significativo que, a partir das reformas, pela primeira vez uma mulher foi feita conselheira como resposta a uma demanda dos membros. Esse fato abriu um precedente que nunca foi quebrado e que tornou possível, a longo prazo, que o subcampo da história das mulheres fosse reconhecido na AHA ao ponto de ganhar uma sessão própria em 1940, o que provavelmente teria levado mais tempo para ocorrer se o sistema de autoperpetuação da elite do campo no Conselho tivesse sido mantido.

Espero ter sido bem-sucedida em demonstrar nesta tese que, não sendo o Estado-Nação Americano o grande patrono do campo da história, os primeiros profissionais disciplinados organizaram-se a partir da AHA e fizeram dela a grande agente promotora de suas profissões; os meios pelos quais ela atuaria para esse fim foram definidos através do modo como a sua estrutura de comando esteve organizada e os tipos de capitais específicos nela valorizados ao longo das décadas. Logo, os indivíduos que formaram a associação e definiram o seu caráter foram tomados antes como agentes políticos do que epistemológicos a partir da compreensão de que um campo científico é tanto epistemológico quanto institucional, e que na sua formação, consolidação e manutenção, debruçarem-se unicamente nas questões disciplinares não os teria levado a conquistar as condições para a sua realização.

O caso dos Estados Unidos é emblemático porque o valor cívico da história no momento de sua constituição como campo científico era ponto pacífico, inclusive entre os estadistas, porém isso não foi automaticamente convertido em suporte do Estado ao desenvolvimento do

campo, esse suporte precisou ser politicamente disputado para ser conquistado, tanto em nível federal quanto nos estados. Ele é emblemático porque demonstra que a legitimidade pública da disciplina não resulta, necessariamente, nas condições financeiras para o seu sustento, apontando para a fragilidade de fazermos associações diretas entre crise profissional e crise disciplinar em reflexões sobre o atual estado do campo, como se a primeira fosse necessariamente a causa da segunda e que, se resolvida, as condições para a profissão seriam garantidas. Obviamente, o campo é justificado quando é possível identificar a função social da disciplina, mas, mesmo assim, as condições para a sua reprodução precisam ser politicamente buscadas.

Desse modo, compreendo que a nossa autopercepção como historiadoras e historiadores deve passar, necessariamente, pela nossa identificação como sujeitos políticos não somente na sociedade, mas também no campo para que, epistemologicamente, possamos responder às demandas sociais por história e fazer dela uma disciplina mais contemporânea de nosso tempo e, institucionalmente, atuar junto às instâncias de poder público e nas próprias instituições de ensino pelas condições para a sua realização e espaço para a nossa atuação.

BIBLIOGRAFIA

Livros e monografias:

ABBOTT, Andrew Delano. **The system of professions: an essay on the division of expert labor.** Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de. **A pós-graduação no Brasil: história de uma tradição inventada.** Tese apresentada na Faculdade Estadual de Campinas em 2017.

APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. **Telling the truth about history.** New York: W. W. Norton & Company, 1994.

ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As Revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico.** Vitória: Editora Milfontes, 2020.

AVILA, Arthur Lima. **E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932).** 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

AVILA, Arthur Lima de. **Território contestado: a reescrita da história do oeste norte-americano: c.1985-c.1995.** 2010, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

AVILA, Arthur Lima de. **A História no labirinto do presente: Ensaio (in)disciplinados sobre a teoria da história, história da historiografia e usos políticos do passado.** Vitória: Editora Milfontes, 2022.

AVILA, Arthur Lima; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)Disciplinada.** Vitória: Editora Milfontes, 2019.

AUSBEL, Herman. **Historians and Their Craft: A Study of the Presidential Addresses of the American Historical Association 1884-1945.** New York: Columbia University Press, 1950.

BALTZALL, E. Digby. **Philadelphia Gentlemen: The Making of a National Upper Class.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.

BANNER JR., James M. **Being a Historian: An Introduction to the Professional World of History.** New York, Cambridge University Press, 2012.

BAYAM, Nina. **American Women Writers and the Work of History, 1790-1860.** New Brunswick: Rutgers University Press, 1995.

BILLINGTON, Ray Allen. **Frederick Jackson Turner: Historian, Scholar, Teacher.** New York: Oxford University Press, 1973.

BLUMIN, Stuart M. **The Emergence of the Middle Class: Social Experience in the American City, 1760-1900.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

BOER, den Pim. **History as a Profession: The Study of History in France, 1818-1914.** New Jersey: Princeton University Press, 1998.

BOGUE, Allan G. **Frederick Jackson Turner – Strange Roads Going Down.** Norman: University of Oklahoma Press, 1998.

BOHAN, Chara Haeussler. **Go to the Sources: Lucy Maynard Salmon and the Teaching of History.** New York: P. Lang, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus.** Florianópolis: Editora UFSC, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.** Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma Sociologia da Ciência.** Lisboa: Edições 70, 2021.

BOURDIEU. **Os usos sociais da ciência.** São Paulo: Unesp, 2004.

BROWN, Louise Fargo. **Apostle of Democracy: The life of Lucy Maynard Salmon.** New York: Harper & Brothers Publishers, 1943.

CAPLOW, Theodoro. **The Sociology of Work.** Minneapolis, University of Minnesota Press, 1954.

CLARK, Burton R. **The Academic Profession: National, Disciplinary, and Institutional Settings.** California: University of California Press, 1987.

COOKE, Jacob E. **Frederic Bancroft, Historian.** Norman: University of Oklahoma Press, 1957.

CURTI, Merle. **The growth of American thought.** New York: Harper & Brothers, 1943.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. **Objectivity.** New York: Zone Books, 2007.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

DES JARDINS, Julie. **Women & the Historical Enterprise in America: Gender, Race, and the Politics of Memory, 1880-1945.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

DETONI, Vicente da Silveira. **A moderna *historia magistra vitae* de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870-1940).** Dissertação defendida no PPGH-UFRGS em 2018.

DONNAN, Elizabeth; STOCK, Leo F. (org.). **An Historian's World**: Selections from the Correspondence of John Franklin Jameson. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1956.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ERNEST, John. **Liberation historiography**: African American Writers and the Challenge of History, 1794–1861. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

FURNER, Mary O. **Advocacy and Objectivity**: A Crisis in the Professionalization of American Social Science, 1865-1905. Lexington: The University Press of Kentucky, 1975.

GALLO, Livia Amarante. **Disciplina histórica, um campo em disputa**: discursos dos presidentes da *American Historical Association* (1884-1914). 2019, Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2019.

GEIGER, Roger L. **To Advance Knowledge**: The Growth of American Research Universities, 1900-1940. New York: Oxford University Press, 1986.

GEMINIANO, Wagner. **A invenção da historiografia brasileira profissional**: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

GINSBERG, Alan Harvey. **The Historian as Lobbyist**: J. Franklin Jameson and the Historical Activities of the Federal Government. 1973. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Louisiana State University, 1973.

GONDOS JR., Victor. J. **Franklin Jameson and the Birth of the National Archives**, 1906-1926. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GRENFELL, Michael (org.). **Pierre Bourdieu**: Conceitos fundamentais. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

HALL, G. Stanley. **Methods of teaching History**. Boston: *Ginn, Heath, & Company*, 1883.

HALL, Stephen G. **Faithful account on the race**: African American Historical Writing in Nineteenth-Century America. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009.

HAMLIN, Arthur T. **The university library in the United States**, its origins and development. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade** – presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HASKELL, Thomas L. **The Emergence of Professional Social Science: The American Social Science Association and the Nineteenth-Century Crises of Authority.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000.

HAYNES, Sam W.; MORRIS, Cristopher (org.). **Manifest Destiny and Empire – American Antebellum Expansionism.** College Station: Texas A&M University Press, 2009.

HIGHAM, John. **Writing American History: Assays on Modern Scholarship.** Bloomington: Indiana University Press, 1970.

HIGHAM, John. **History: Professional Scholarship in America.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

HOFSTADTER, Richard; METZGER, Walter. **The Development of Academic Freedom in the United States.** New York: Columbia University Press, 1955.

HOFSTADTER, Richard. **Social Darwinism in American Thought.** Boston: Beacon Press, 1955.

HOFSTADTER, Richard; SMITH, Wilson (org.) **American Higher Education: A Documentary History.** Chicago: The University of Chicago Press.

HOFSTADTER, Richard. **Los historiadores progresistas.** Buenos Aires: Editora Paidós, 1970.

HOLT, W. Stull (org.) **Historical Scholarship in the United States, 1876-1901: As revealed in the Correspondence of Herbert B. Adams.** Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1938.

JACOBS, Wilbur R. (org.) **Frederick Jackson Turner –With Selection from His Correspondence.** New Haven: Yale Press, 1968.

JAMESON, John Franklin. **The History of Historical Writing in America.** Boston: Houghton, Mifflin and Company, 1891.

JENKINS, Philip. **Breve historia de Estados Unidos.** Madrid: Alianza Editorial, 2010.

JUDSON, Margaret A. **Breaking the barrier: a professional autobiography by a woman educator and historian before the women's movement.** New Brunswick: The State University of New Jersey, 1984.

KAPLAN, Richard L. **Politics and the American press: The rise of objectivity, 1865–1920.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KEYLOR, William R. **Academy and Community: The Foundation of the French Historical Profession.** Cambridge: Harvard University Press, 1975.

KLEIN, Kerwin Lee. **Frontiers of Historical Imagination: narrating the European conquest of Native-America, 1890-1990.** Berkeley: University of California Press, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAUS, Michael & JAYCE, Davis D. **The Writing of American History**. Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1990.

LEVINE, Lawrence W. **Highbrow / Lowbrow**: The Emergence of Cultural Hierarchy in America. Cambridge, Harvard University Press, 2002.

LORD, Clifford L.; UBBELOHDE, Carl. **Clio's Servant**: The State Historical Society of Wisconsin, 1846-1954. Madison: The State Historical Society of Wisconsin, 1967.

LUCAS, Christopher J. **American Higher Education**, A History. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

MALERBA, Jurandir (org.) **Lições de História**: Da história científica e crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre, ediPUCRS, 2013.

MELANDRI, Pierre. **História dos Estados Unidos desde 1865**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MOURA, Gerson. **História de uma História**. São Paulo, Edusp, 1995.

NOVICK, Peter. **That Noble Dream** – The “Objectivity Question” and the American Historical Profession. Cambridge: University Press, 2005.

OLESON, Alexandra; BROWN, Sanborn (org.) **The pursuit of knowledge in the early American Republic**. American Scientific and Learned Societies from Colonial Times to the Civil War. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.

OLESON, Alexandra; VOSS, John. **The Organization of Knowledge in Modern America**, 1860-1920. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1980

PERPÉTUO, César Haueisen Zimerer. **Historiografia americana em revista**: a American Historical Review (1895 a 1915). 2017, Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFES, Vitória, 2017.

POSNER, Ernest. **American State Achievers**. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

REITTER, Paul; WELLMON, Chad. **Permanent Crises**: The Humanities in a Disenchanted Age. Chicago: University of Chicago Press, 2021.

ROSS, Dorothy. **The Origins of American Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

ROTHBERG, Morey; Jacqueline Goggin (org.) **John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America** – Volume I: Selected Essays. Athens: The University of Georgia Press, 1993.

ROTHBERG, Morey (org.). **John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America** - Volume three: The Carnegie Institution of Washington and the Library of Congress, 1905-1937. Athens: The University of Georgia Press, 2001.

SILVA, Thomaz Tadeu da (org.) **Identidade e Diferença** – A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes. 2009.

SCOTT, Joan W. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988, p.178-198.

SHAFER, Boyod C. et al. (org.) **Historical Study in the West: France, Western Germany, Great Britain and United States**. New York: Appleto Century Crofts, 1968.

SOUZA, Melissa de Mello. **Brasil e Estados Unidos: a nação imaginada nas obras de Oliveira Lima e Jackson Turner**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2003.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica**. Bauru: Editora EDUSC, 2003.

SMITH, Henry Nash. **Virgin Land: The American West as Symbol and Myth**. Boston: Harvard University Press, 1950.

TASSEL, David Van. **Recording America's past: an interpretation of the development of historical studies in America, 1607-1884**. Chicago, Chicago University Press, 1960.

TOWNSEND, Robert B. **History's Babel: Scholarship, Professionalization, and the Historical Enterprise in the United States, 1880–1940**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American History**. New York: Henry Holt and Company, 1921.

TYRRELL, Ian. **Historians in Public: The Practice of American History, 1890-1970**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

VEYSEY Laurence R. **The Emergence of the American University**. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.

WERNER, Anja. **The Transatlantic World of Higher Education: Americans at German Universities, 1776–1914**. New York: Berghahn Books, 2013.

WHITE, Hayden. **El Contenido de la Forma: Narrativa, discurso y representación histórica**. Barcelona: Editorial Paidós, 1992.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: EdUSP, 1994.

WHITE, Hayden. **Meta-História**, a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 2019.

WHITEHILL, Walter Muir. **Independent Historical Societies**. Boston: The Boston Athenaeum, 1962.

WIEBE, Robert H. **Search for order: 1877 – 1920**. New York, Hill and Wang, 1967.

WIEBE, Robert H. **Businessmen and Reform: A Study of the Progressive Movement**. Philadelphia: Pennsylvania State University, 1989.

WILSON, Francielle Rusan. **The Segregated Scholars: Black Social Scientists and the Creation of Black Labor Studies, 1890-1950**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2006.

WILSON, Logan. **The Academic Man: A Study in the Sociology of a Profession**. New York: Oxford University Press, 1942.

WOOD, Gordon S. **The Creation of the American Republic, 1776 – 1787: The Radicalism of the American Revolution**. New York: W. W. Norton & Company, 1972.

WROBEL, David M. **The End of American Exceptionalism: Frontier anxiety from the Old West to the New Deal**. Lawrence: University Press of Kansas, 1993.

Artigos e capítulos de livros:

ADAMS, Herbert Baxter. Seminary Libraries and University extension. **The Johns Hopkins University studies in historical and political science**, Baltimore, v.11, 1887.

AESCHBACHER, William D. The Mississippi Valley Historical Association, 1907 – 1965. **The Journal of American History**, v.54, n.2, Sep. 1967.

ALISSON, Marianne. A Literature Review of Approaches to the Professionalism of Journalism. **Journal of Mass Media Ethics**, v. 1, n. 2, Spring/Summer 1986.

ALVORD. Preservation and care of collections with special reference to the restoration and treatment of manuscripts. In: LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1910**. Washington D.C.: Government Printing Office, 1911.

ANDERSON, Chris. **Professionalization of Journalism**. Disponível em: <https://bit.ly/3OitRC0> . Acesso em: 21/05/2021.

BANNING, Stephen A. The Professionalization of Journalism. **Journalism History**, v.4, n.24, Winter 1998-1999.

BEALE, Howard K. The Professional Historian: His Theory and His Practice. **Pacific Historical Review**, v.22, n.3, 1953.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História**, Goiás, n. 3, jun. 2010.

BILLINGTON, Ray Allen. Tempest in Clio's Teapot: The American Historical Association Rebellion of 1915. **The American Historical Review**, v.78, n.2, Apr. 1973.

BOLTON, H. Carrington. Memorial of the First Half Century of the Smithsonian Institution. **Science**, v.7, n.163, 11 fev. 1898.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. *In*: BOURDIEU, Pierre (org.) *Questões de sociologia*. Petrópolis, Editora Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: Maria Alice e Afrânio Catani (org.) **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. *In*: G. Richardson (org.) **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986.

BOYD, Julian P. A Modest Proposal to Meet an Urgent Need. **The American Historical Review**, v.70, n. 2, jan. 1965.

BRODERICK, Francis L. The Academic Training of W. E. B. DuBois. **The Journal of Negro Education**, v.27, n.1, Winter 1958.

CALLCOTT, George H. Historians in Early Nineteenth-Century America. **The New England Quarterly**, v.32, n.4, dec. 1959.

CAPPON, Lester J. The National Archives and the Historical Profession. **The Journal of Southern History**, v. 35, n. 4, Nov. 1969.

CHAMBERLAIN, J. P. The International Union of Academies and the American Council of Learned Societies Devoted to Humanistic Studies. **The American Political Science Review**, v. 14, n. 3, Aug. 1920.

CHAPMAN, Jane L. 19th-Century Journalism and Notable Journalists. **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2019.

COLEMAN, William. Science and Symbol in the Turner Frontier Hypothesis. **The American Historical Review**, v. 72, n. 1, Out. 1966.

CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos da América. *In*: SYRETT, Harold C. (org.) **Documentos Históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1960. p.82-97

CRONON, William. Revisiting the Vanishing Frontier: The Legacy of Frederick Jackson Turner. **The Western Historical Quarterly**, v. 18, n. 2, abr. 1987.

CUNNINGHAM, Raymond J. The German Historical World of Herbert Baxter Adams: 1874-1876. **The Journal of American History**, v. 68, n. 2, Sep. 1981.

CUNNINGHAM, Raymond. Historian among the Librarians: Herbert Baxter Adams and Modern Librarianship. **The Journal of Library History** v. 21, n. 4, Fall 1986.

DE CERTEAU, Michel. A Operação Historiográfica. *In*: DE CERTEAU, Michel (org.) **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2010.

DIEHL, Carl. Innocents Abroad: American Students in German Universities, 1810-1870. **History of Education Quarterly**, v. 16, n. 3, Autumn, 1976.

ESCHENBACHER, Herman F. Growth of Professional History in America. **Peabody Journal of Education**, v. 42, n. 2, Sep. 1964.

FAY, Bernard. Learned Societies in Europe and America in the Eighteenth Century. **The American Historical Review**, v. 37, n. 2, Jan, 1932.

FOUNDATION of the Smithsonian Institution. **Science**, v.84, n.2171, 7 ago. 1936.

FRANÇOIS, Michel. Historical Study in France. SHAFER, Boyod C. et al. (org.) **Historical Study in the West: France, Western Germany, Great Britain and United States**. New York: Appleto Century Crofts, 1968.

GOGGIN, Jaqueline. Challenging Sexual Discrimination in the Historical Profession: Women Historians and the American Historical Association, 1890-1940. **The American Historical Review**, v. 97, n. 3, June 1992.

GUNNELL, John G. The Founding of the American Political Science Association: Discipline, Profession, Political Theory, and Politics. **The American Political Science Review**, v. 100, n. 4, Nov. 2006.

HAMEROW, Theodore S. The Professionalization of Historical Learning. **Reviews in American History**, v. 14, n. 3, Sep. 1986.

HARLAN, Louis R. The Future of the American Historical Association. **The American Historical Review**, v. 95, n. 1, Feb. 1990.

HARRISON, Robert; JONES, Aled; LAMBERT, Peter. The institutionalization and organization of history. *In*: LAMBERT; SCHOFIELD (org.) **Making History: An introduction to the history and practices of a discipline**. New York: Routledge, 2005.

HART, Albert Bushnell. The Teacher as a Professional Expert. **The School Review**, v. 1, n. 1, Jan. 1893.

HESSELTINE, William B.; KAPLAN, Louis. Negro Doctors of Philosophy in History. **Negro History Bulletin**, v. 6, n. 3, Dec. 1942.

HESELTIME, William B.; KAPLAN, Louis. Women Doctors of Philosophy in History. **The Journal of Higher Education**, v.14, n.5, May 1943.

JAMEOSN, John Franklin. The functions of state and local historical societies with respect to research and publication. *In.*: ADAMS, Herbert Baxter (org.). **American Historical Association for the Year 1897**. Washington D.C.: Government Printing Office, 1898.

JAMESON, John Franklin. Early Days of the American Historical Association, 1884-1895. **The American Historical Review**, v. 40, n. 1, Oct. 1934.

JAMESON, John Franklin. The American Acta Sanctorum. **The American Historical Review**, v. 13, n. 2, Jan. 1908, p. 286-302.

JAMESON, John Franklin. The American Historical Association, 1884 – 1909. **The American Historical Review**. v. 15, n. 1, Oct. 1909.

LEVENE, P.A. Learned Societies, Old and New. **Science, New Series**, v. 51, n. 1315, Mar. 1920.

LINK, Arthur. The American Historical Association, 1884-1984: Retrospect and Prospect. **The American Historical Review**, v. 90, n. 1, Feb. 1985.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. Mulheres letradas entre a história intelectual e as práticas historiográficas: breves considerações sobre a produção feminina e escrita da história nos oitocentos brasileiro. *In.*: BARBOSA, S. M. (Org). **O lugar mulher: gênero, agência e trabalho (séculos XVIII, XIX, XX)**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2022.

MUDROVIC, Maria Inés. La Nación, el Tiempo Histórico y la Modernidad: la historia como síntoma. Buenos Aires: **Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades**, 2012.

MUDROVIC, Maria Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. Zaragoza: **Historiografías**, v.5, Enero-Junio, 2013.

MUNIZ, Diva do Couto Contijo. Sobre História e Historiografia da Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v.31, n.1, jan./jun. 2018.

O'BOYLE, Lenore. Learning for Its Own Sake: The German University as Nineteenth-Century Model. **Comparative Studies in Society and History**, v. 25, n. 1, Jan. 1983.

OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Seminário e método entre historiadores que visitaram a Alemanha (1877 - 1909). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, mai/ago 2017.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações femininas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v.11, n.28, set-dez, 2018.

ORILL, Robert & SHAPIRO, Linn. From Bold Beginnings to an Uncertain Future: The Discipline of History and History Education. **The American Historical Review**, v. 110, n. 3, June 2005.

PERPÉTUO, César Haueisen Zimerer. Uma radiografia da American Historical Review entre 1895 e 1915. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.) **As Revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017.

POCOCK, Emil. Presidents of the American Historical Association: A Statistical Analysis. **The American Historical Review**, v. 89, n. 4, Oct. 1984.

RAVITCH, Diane. History's Struggle to Survive in the Schools. **OAH Magazine of History**, v. 21, n. 2, abr. 2007.

REINGOLD, Nathan. National Science Policy in a Private Foundation: The Carnegie Institution of Washington. In: OLESON, Alexandra; VOSS, John (org.). **The Organization of Knowledge in Modern America, 1860-1920**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.

ROOSEVELT, Theodore. History as Literature. **The American Historical Review**, v.18, n.3, abr. 1913

ROSENGARTEN, J. G. The American Philosophical Society, 1743-1903. **The Pennsylvania Magazine of History and Biography**, v. 27, n. 3, 1903.

ROSS, Dorothy. Historical Consciousness in Nineteenth- Century America. **American Historical Review**, v. 89, n. 4, Oct. 1984.

ROTHBERG, Morey D. "To Set a Standard of Workmanship and Compel Men to Conform to It": John Franklin Jameson as Editor of the American Historical Review. **The American Historical Review**, v. 89, n. 4, Oct. 1984.

SCHIMIDT, Benjamin. The Humanities Are in Crisis. **The Atlantic**, Aug. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3T5iqyz> . Acesso em: 23/08/2022

SCOTT, Joan W. American Women Historians, 1884-1984. In. SCOTT, Joan W. (org.) **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2.

SEROGGS, William O. The relations of the chair or Department of American History to the work of historical societies. In: HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1905**. Washington D.C.: Government Printing Office, 1906.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SMITH, Goldwin. My early connection with London journalism. **The Canadian Magazine of Politics, Science, Art and Literature**. Toronto: The Ontario Publishing Co., 1911.

TASSEL, David D. Van. From Learned Society to Professional Organization: The American Historical Association, 1884-1900. **The American Historical Review**, v. 89, n. 4, Oct. 1984.

TASSEL, Davis Van. The American Historical Association and the South, 1884 – 1913. **The Journal of Southern History**, v. 23, n. 4, Nov. 1957.

THOMPSON, Patrícia. Campo. *In*: GRENFELL, Michael (org.). **Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

THWAITES. Reuben Gold. State-supported historical societies and their functions. *In*: ADAMS, Herbert Baxter (org.) **Annual Report of the American Historical Association for the year 1897**. Washington D.C.: Government Printing Office, 1898.

TOWNSEND, Robert B. The Social Shape of the AHA, 1884-1945. **Perspectives on History**, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/46hjgiS> . Acesso em: 21/02/2021

TURIN, Rodrigo. Os tempos da Independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. **Almanack**, Guarulhos, n.25, 2020.

TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Frontier in American History. *In*: TURNER, Frederick Jackson (org.) **The Frontier in American History**. New York: Henry Holt and Company, 1921.

WASHBURN, Wilcomb E. The Influence of the Smithsonian Institution on Intellectual Life in Mid-Nineteenth Century Washington. *In*. **Records of the Columbia Historical Society**. Washington, D.C.: v. 63/65, 1963/1965.

WEBB, Walter Prescott. The Historical Seminar: Its Outer Shell and Its Inner Spirit. **The Mississippi Valley Historical Review**, v. 42, n. 1, June 1955.

WEINGART, Peter. A short history of knowledge formations. *In*. KLIEN, Julie Thompson & MITCHAM, Carl (org.) **The Oxford Handbook of Interdisciplinarity**. Oxford: Oxford University Press.

WHITE, Andrew Dickson. On Studies in General History and the History of Civilization. *In*. ADAMS, Herbert Baxter (ed.). **Papers of the American Historical**

Association. Report of the Proceedings of the second annual meeting, Saratoga, September 8-10, 1885. New York: G. P. Putnam's Sons, 1886.

WHITE, Hayden. La Política de la Interpretación Histórica. In. WHITE, Hayden (org.) **El Contenido de la Forma: Narrativa, discurso y representación histórica**. Barcelona: Editorial Paidós, 1992.

WHITE, Hayden. O Fardo da História. In. WHITE, Hayden (org.) **Trópicos do Discurso**. São Paulo: EdUSP, 1994.

WILENSKY, Harold L. The professionalization of everyone. In. **American Journal of Sociology**, v.70, n.2, set. 1964, p.137-158.

WINSOR, Justin. **Manuscript Sources of American History: The Conspicuous Collections Extant**. 1888. Disponível em: <https://bit.ly/3r1tmUZ> . Acesso em: 20/09/2018

FONTES DOCUMENTAIS

Relatórios anuais da *American Historical Association*

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Papers of the American Historical Association**. Report of the Proceedings of the first annual meeting, Saratoga, September 9-11, 1884. New York: G. P. Putnam's Sons, 1886

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Papers of the American Historical Association**. Report of the Proceedings of the second annual meeting, Saratoga, September 8-10, 1885. New York: G. P. Putnam's Sons, 1886

ADAMS, Herbert Baxter (org.) **Papers of the American Historical Association**. Report of Proceedings, third annual meeting, Washington, D.C.: April 27-29, 1886. New York: G. P. Putnam's Sons, 1888

ADAMS, Herbert Baxter (org.) **Papers of the American Historical Association**. Report of Proceedings, fourth annual meeting, Boston and Cambridge, May 21-24, 1887. New York: G. P. Putnam's Sons, 1889

ADAMS, Herbert Baxter (org.) **Papers of the American Historical Association**. Report of Proceedings, fifth annual meeting, Washington, D. C.: December 26-28, 1888. New York: G. P. Putnam's Sons, 1889

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1889**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1890

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1891.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1892

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1892.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1893

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1893.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1894

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1894.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1895

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1895.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1896

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1896.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1897

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1897.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1898

ADAMS, Herbert Baxter (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1898.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1899

CLARK, A. Howard (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1899.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1900

CLARK, A. Howard (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1900.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1901

HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1901.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1902

HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1902.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1903

HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1903.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1904

HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1904.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1905

HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1905.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1906

HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1906.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1907

HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1907.** Washington, D. C.: Government Printing Office, 1908

LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1908**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1909

LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1909**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1910

LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1910**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1911

LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1911**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1912

LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1912**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1913

LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1913**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1914

LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1914**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1915

LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1915**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1916

Relatórios em *websites*:

CALL for a Convention. **American Historical Association website**. Disponível em: <https://bit.ly/42QGwkZ> . Acesso em: 02/09/2020

PRELIMINARY Business Meeting. **American Historical Association website**. Disponível em: <https://bit.ly/3qY3Gbp> . Acesso em: 02/09/2020

RESOLUTIONS of First Executive Council. **American Historical Association website**. Disponível em: <https://bit.ly/44do8ns> . Acesso em: 02/09/2020

Outros relatórios:

AMES, Herman V. Proceedings of first annual Conference of Archivists. *In*: LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1909**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1910

AMES, Herman V. Proceedings of the Second Annual Conference of Archivists. *In*: LELAND, Waldo G. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1910**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1911.

GREENE, Evarts B. Report of Conference on the Work of State and Local Historical Societies. *In*: HASKINS, Charles H. (org.). **Annual Report of the American Historical Association for the year 1907**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1908, 49-64

JAMES, Alton James. **The study of history in the elementary schools**. Boston: Charles Scribner's Sons, 1909

JAMESON, John Franklin; ADAMS, Charles Francis; McLAUGHLIN, Andrew C. History. *In*: **Carnegie Institution of Washington Year Book No.1, 1902**. Washington D.C.: Press of Judd & Detweiler, 1903

McLAUGHLIN, Andrew C. et al. **The Study on History in Schools**: Report of the Committee of Seven. New York: The Macmillan Company, 1899

Coleções documentais em arquivos:

Herbert Baxter Adams Papers. Coleções Especiais, Biblioteca da Johns Hopkins University, Baltimore. ID no: MS-0004

J. Franklin Jameson Papers. Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington, D.C. ID no: MSS27649

The American Historical Association Records. Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington, D.C. ID no: MSS10686

Coletâneas de cartas:

ADAMS, Herbert Baxter. *In*: HOLT, W. Stull (org.) **Historical Scholarship in the United States, 1876-1901**: As revealed in the Correspondence of Herbert B. Adams. Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1938

JAMESON, John Franklin. *In*: DONNAN, Elizabeth & STOCK, Leo (org.) **An Historian's World**: Selections from the Correspondence of John Franklin Jameson. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1956

JAMESON, John Franklin. *In*: ROTHBERG, Morey. **John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America**: The Carnegie Institution of Washington and the Library of Congress, 1905-1937. Athens: The University of Georgia Press, 2001

TURNER, Frederick Jackson. *In*: JACOBS, Wilbur R. (org.). **The Historical World of Frederick Jackson Turner**, with selection from his correspondence. New Haven: Yale University Press, 1968

Obituários dos presidentes da AHA em periódicos e relatórios de associações

ALFRED Thayer Mahan. *In*: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1914**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1916. p.53

ANDREW Dickson White (1832 – 1918). **Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 57, n. 18, nov. 1922, p.520-522.

BENEFACTORS of the University – Henry C. Lea (1825 – 1909). *In*: **Old Penn, Weekly Review of the University of Pennsylvania**, Philadelphia, v.III, n.30, 1910, p.493-496

BURR, George Lincoln. *In memoriam*: Andrew Dickson White. *In*: LELAND, Waldo G. (org.) **Annual Report of the American Historical Association for the year 1918**. Washington, D. C.: Washington Government Print Office, 1921. p.69-70

CHANNING, Edward. Justin Winsor. **The American Historical Review**, v. 3, n.2, jan. 1898, p.197-202.

CHARLES Kendall Adams. University of Michigan. Disponível em: <https://bit.ly/3s9bE28> . Acesso em: 23/12/2020

DAVIS. A. McFarland. George Bancroft. *In*: **Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 26, mai, 1890 – mai. 1891, p.355-370.

ELLIS, Lewis Ethan. James Schouler. *In*: **The Mississippi Valley Historical Review**, v.16, n. 2, set. 1929, p 212-222.

FORD, Worthington Chauncey. Charles Francis Adams (1835-1915). *In*: **Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 53, n. 10, set. 1918, p.776-780.

GEORGE Burton Adams. *In*: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1925**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1929. p.57-59

GOLDWIN Smith. **The North American Review**, v. 192, n. 656, jul. 1910, p.129-134.

HANFORD, A. Chester. Memorial: Albert Bushnell Hart. **The American Political Science Review**, v. 37, n. 5, out. 1943, p.924-925.

HART, Albert Bushnell. Theodore Roosevelt. In.: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1918**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1920. p.72-73

HASKINS, Charles H. Henry Charles Lea (1825-1909). **Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 51, n. 14, dec. 1916, p.899-900.

HENRY Morse Stephens. In.: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1919**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1923. p.86-87

HIGGINSON, Thomas Wentworth. George Frisbie Hoar. **Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences** , v. 40, n. 24, jul. 1905, p.761-769.

JAMES Ford Rhodes. In.: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1928**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1929. p. 52-53

JAMES Schouler. In.: **Annual Report of the American Historical Association for the year 1920**. Washington, D. C.: Government Print Office, 1925. p.58

JAMESON, J. Franklin. In Memoriam, Henry Adams. In. **Annual Report of American Historical Association for the Year 1918**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1921. p.71-72

JOHN Franklin Jameson. In.: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1937**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1939. p.47-50

JOHN Franklin Jameson. In.: **The American Historical Review**, v. 43, n. 2, jan. 1938, p.243- 252.

KEEN, William W. Henry Charles Lea. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 50, n. 202, out. – dez. 1911, p.iii-iv.

LOWELL, A. Lawrence. *Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences*, v. 34, n. 23, jun. 1899, p.641-645.

McLAUGHLIN, A.C. William Archibald Dunning. In.: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1922**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1926. p.96-97

MEMORIAL to Frederick Jackson Turner. In.: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1932**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1934. p.55

MEMORIAL to John Bach Mc'Master. In.: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1932**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1934. p.55

MERRIAM, Charles E. William Archibald Dunning. **The American Political Science Review**, v. 16, n. 4, nov. 1922, p.692-694.

NORTHUP, Carl S. Theodore Roosevelt. **The Phi Beta Kappa Key**, v. 3, n. 11 mar. 1919, p.538-542.

ROPES, James Hardy. George Park Fisher (1827 – 1909). **Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 51, n. 14, dez.1916, p.870-871.

SIMEON E. Baldwin. In.: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1928**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1929. p.51-52

SCHOULER, James. In.: **Annual Report of the American Historical Association for the year 1920**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1925

WILLIAM Wirt Henry, Died, December 5, 1900. **The Virginia Magazine of History and Biography**, v. 8, n. 3, jan. 1901, p.xiii-xvi.

WILSON, James Grant. Tributes to Hon Hamilton Fish, Hon. Jay, Hon. Robert C. Winthrop, and others. In.: **Annual Report of American Historical Association for the Year 1894**. Washington, D.C.: Washington Government Print Office, 1895. p.55-60

Obituários dos presidentes da AHA no *The New York Times*

ADMIRAL Mahan Naval Critic Dies. **The New York Times**, New York, 02/12/1914. Disponível em: <https://bit.ly/47n3Slp> . Acesso em: 17/11/2020

ADMIRAL Mahan. **The New York Times**, New York, 02/12/1914. Disponível em: <https://bit.ly/45f3vrq> . Acesso em: 17/11/2020

ALBERT Bushnell Hart. **The New York Times**, New York, 18/06/1943. Disponível em: <https://bit.ly/3OtJYwq> . Acesso em: 20/11/2020

AN American Historian. **The New York Times**, New York. 24/01/1927. Disponível: <https://bit.ly/44ZweRp> . Acesso em: 17/11/2020

ANDREW Dickson White. **The New York Times**, New York, 05/11/1918. Disponível em: <https://bit.ly/3YtDjXN> . Acesso em: 07/01/2021

CARRER of Theodore Roosevelt was part of his country's history. **The New York Times**, New York, 07/01/1919. Disponível em: <https://bit.ly/3OHXtdn> . Acesso em: 20/11/2020

CHARLES Francis Adams (a). **The New York Times**, New York, 21/03/1915. Disponível: <https://bit.ly/45hwpHl> . Acesso em: 17/11/2020

CHARLES Francis Adams (b). **The New York Times**, New York, 21/03/1915. Disponível: <https://bit.ly/3KwZrL0> . Acesso em: 17/11/2020

DR. A. McLaughlin, historian, 86, dies. **The New York Times**, New York, 25/09/1947. Disponível em: <https://bit.ly/45j7RxO> . Acesso em: 20/11/2020

DR. CHARLES Kendall Adams is Dead. **The New York Times**, New York, 27/07/1902. Disponível em: <https://bit.ly/45drya6> . Acesso em: 12/12/2020

DR. F. J. Turner dies. **The New York Times**, New York, 16/03/1932. Disponível em: <https://bit.ly/451ioOu> . Acesso em: 20/11/2020

DR. John Jameson, historian, 78, dies. **The New York Times**, New York, 29/09/1937. Disponível em: <https://bit.ly/3QA50kV> . Acesso em: 17/11/2020

EDWARD Eggleston (a). **The New York Times**, New York, 06/09/1902. Disponível em: <https://bit.ly/47A9vNB> . Acesso em: 17/11/2020

EDWARD Eggleston (b). **The New York Times**, New York, 06/09/1902. Disponível em: <https://bit.ly/3qgtyNq> . Acesso em: 17/11/2020

EDWARD Eggleston Dead. **The New York Times**, New York, 04/09/1902. <https://bit.ly/3rXkBM5> . Acesso em: 17/11/2020

EMBOLISM caused death. **The New York Times**, New York, 07/01/1919. Disponível em: <https://bit.ly/3DKlTMX> . Acesso em 17/11/2020

GEORGE Bancroft Dead. **The New York Times**, New York, 18/01/1891. Disponível em: <https://bit.ly/3s5whg0> . Acesso em: 07/01/2021

GOLDWIN Smith, Publicist, Dead. **The New York Times**, New York, 08/06/1910. Disponível em: <https://bit.ly/3QwEx2M> . Acesso em: 17/11/2020

GOLDWIN Smith. **The New York Times**, New York, 08/06/1910. Disponível em: <https://bit.ly/3QvOVI2> . Acesso em: 17/11/2020

HENRY Adams Dies at 80. **The New York Times**, New York, 28/03/1918. Disponível em: <https://bit.ly/3DNhJEo> . Acesso em: 12/11/2020

HENRY Charles Lea. **The New York Times**, New York, 25/10/1909. Disponível em: <https://bit.ly/3OqFabt> . Acesso em: 17/11/2020

JOHN B. McMaster, historian, is dead. **The New York Times**, New York, 25/05/1932. Disponível em: <https://bit.ly/3qj3aoR> . Acesso em: 17/11/2020

JOHN Bach M' Master. **The New York Times**, New York, 25/05/1932. Disponível em: <https://bit.ly/43ZS7i9> . Acesso em: 17/11/2020

JOHN Jay's Carrer Closed. **The New York Times**, New York, 06/05/1894. Disponível em: <https://bit.ly/3OJz6Mv> . Acesso em 12/11/2020

JUSTIN Winsor Dead. **The New York Times**, New York, 23/10/1897. Disponível em: <https://bit.ly/3DQX8i8> . Acesso em: 07/01/2021

MANY at funeral of Prof. W.M. Sloane. **The New York Times**, New York, 16/09/1928. Disponível em: <https://bit.ly/47pXpXg> . Acesso em: 20/11/2020

PROF. Golwin Smith Funeral. **The New York Times**, New York, 08/06/1910. Disponível em: <https://bit.ly/3DJHyVE> . Acesso em: 17/11/2020

PROF. W.A. Dunning of Columbia dead. **The New York Times**, New York, 26/08/1922. Disponível em: <https://bit.ly/3DME1pv> . Acesso em: 20/11/2020

PROFESSOR George P. Fisher Dead. **The New York Times**. New York, 21/12/1909. Disponível em: <https://bit.ly/3qoubaw> . Acesso em: 12/11/2020

PROFESSOR Sloane dies at Princeton. **The New York Times**, New York, 12/09/1928. <https://bit.ly/3qfm2oP> . Acesso em 20/11/2020

Senator Hoar Dead After a Long Illness. **The New York Times**, New York, 30/09/1904. Disponível em: <https://bit.ly/3KvNvJQ> . Acesso em: 12/11/2020

SIMEON E. Baldwin dead, nearly 87. **The New York Times**, New York, 31/01/1927. Disponível em: <https://bit.ly/3KxT36i> . Acesso em: 17/11/2020

SOLANE funeral tomorrow. **The New York Times**, New York, 14/09/1928. Disponível em: <https://bit.ly/3s6o5Mc> . Acesso em: 20/11/2020

THE Ver. Dr. Storrs Dead. **The New York Times**, New York, 06/06/1900 Disponível em: <https://bit.ly/3qounXi> . Acesso em: 12/11/2020

WILLIAM F. Poole Dead. **The New York Times**, New York, 01/03/1894. Disponível em: <https://bit.ly/3s31uAn> . Acesso: 12/11/2020